

ELÍSIO AMARAL NEVES
A. M. PIRES CABRAL

VILA REAL HISTÓRIA AO CAFÉ

VILA REAL
HISTÓRIA AO CAFÉ

ELÍSIO AMARAL NEVES • A. M. PIRES CABRAL

NOTA INTRODUTÓRIA À 2.^a EDIÇÃO

Em mais de oito anos de actividade intensa da AET — Área de Exposições Temporárias do **Museu de Vila Real** (Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real), o primeiro de um significativo conjunto de equipamentos e serviços culturais com que a Câmara Municipal dotou, nos últimos anos, o concelho e a região —, foram muitas e muito importantes as acções que se realizaram nesse local.

Exposições, actividade editorial, encontros, animação, refeições gastronómicas e sobretudo um ciclo de conferências quinzenais (mensais nos anos de 2001 e 2004) que se designou por **História ao Café** e decorreu entre 3 de Outubro de 1997 e 27 de Dezembro de 2005.

Ciclo de conferências/comunicações cujo objectivo era múltiplo: valorizar alguns dos mais importantes aspectos da história local, usando geralmente certos documentos (muitos dos quais reproduzidos neste livro) como pretexto museológico; evocar e recriar pela regularidade na sua realização as antigas tertúlias de tanta tradição nas terras da província no séc. XIX e princípios do séc. XX, em particular em Vila Real, de que foram exemplo a barbearia do António Grande, os Cafés Tocaio e Clube, as Farmácias Fernandes e Almeida, a Tabacaria Áurea, a Livraria Araújo, a Alfaiataria Frederico, a Sapataria Estoril; sensibilizar os participantes para as questões do património *lato sensu*; e contribuir para o reforço do sentimento de pertença à comunidade.

Para a apresentação dos temas foram convidadas 49 personalidades com diferentes formações*, que se responsabilizaram pela investigação (na sua grande maioria acompanhada pelo coordenador do projecto, Elísio Amaral Neves) e depois pela comunicação (os seus nomes vão, nas páginas que se seguem, assinalados junto das conferências por que foram responsáveis), a que se sucedia um espaço de debate, por vezes bem animado, que contribuiu para uma melhor compreensão da identidade vila-realense e da vida da comunidade ao longo dos tempos.

O livro que agora se publica em 2.^a edição revista (dado encontrar-se

há muito esgotado e mantendo-se o interesse do público nele), reúne os textos dos 182 temas publicados nas 162 fichas distribuídas nos dias das sessões (coleccionáveis e arquiváveis em pasta própria), de que são responsáveis Elísio Amaral Neves (que tomou a seu cargo grande parte da investigação e organizou a informação) e A. M. Pires Cabral (que elaborou o texto final). A sua edição justificou-se, entre tantas outras razões, como forma de reconhecer o inequívoco entusiasmo que atingiu todos os palestrantes, muitos deles responsáveis por mais de uma comunicação, cujo conteúdo, à medida que a iniciativa se foi consolidando e progredindo no tempo, se foi tornando igualmente cada vez mais exigente e completo.

Finalmente, tenha-se em consideração que um trabalho sistemático de investigação possibilitou posteriormente a actualização, precisão, correcção, num ou outro caso, e complementação da informação disponibilizada nas fichas distribuídas durante o referido ciclo.

* Aires Querubim de Meneses Soares (jurista, ex-governador civil de Vila Real), Albano Ribeiro de Sousa (comerciante), Albertino Correia (comerciante, coleccionador), Alexandre Ramires (professor, investigador), Alexandre Parafita (escritor), Álvaro Magalhães dos Santos (publicista), Álvaro Pinto (professor), A. M. Pires Cabral (professor, escritor), Ângelo do Carmo Minhava (sacerdote, musicólogo), Ângelo Sequeira (médico, coleccionador), António Belém Lima (arquitecto), António Meneres (gestor), Artur Costa (bombeiro), Carlos Fernandes (empresário), Duarte Carvalho (comerciante, fotógrafo), Elísio Amaral Neves (investigador), Fernando Meneses (bancário), Francisco Edgar Ferreira (professor), Frederico Amaral Neves (médico), Gaspar Martins Pereira (professor, historiador), Henrique Maria dos Santos (professor, ex-pároco da Sé), João Gonçalves Costa (sacerdote, escritor), João Montes (sacerdote, professor), João Ribeiro da Silva (museólogo, responsável pelo Museu de Vila Real), João Ribeiro Parente (sacerdote, historiador, ex-responsável pelo Museu de Vila Real), Joaquim Barreira Gonçalves (técnico-profissional de arquivo), Joaquim Magalhães dos Santos (filólogo), Joaquim Ribeiro Aires (professor, escritor), José Alves Ribeiro (professor, agrónomo, botânico), José Borges Rebelo (médico), José Daniel Barros Adão (militar, ex-comandante do RI 13), José João Pinhanços de Bianchi (professor), Júlio Augusto Morais Montalvão Machado (médico, historiador, ex-governador civil de Vila Real), Luiz Vaz de Sampayo (professor, historiador), Manuel José da Silva Gonçalves (arquivista), Manuel Rebelo Cardona (advogado), Manuel Vaz de Carvalho (advogado), Maria Filipa Borges de Azevedo (coleccionadora), Maria Hercília Agarez (professora, escritora), Maria Teresa Guimarães (professora), Mário Santos de Almeida (médico, coleccionador), Nuno Botelho (jurista), Paulo Mesquita Guimarães (arquivista), Paulo Vaz de Carvalho (professor, musicólogo), Pedro Abreu Peixoto (arquivista), Rodrigo Botelho de Araújo (bancário), Salvador Ribeiro Parente (sacerdote, professor), Tomaz Rebelo do Espírito Santo (engenheiro geógrafo, meteorologista, ex-governador civil de Vila Real), Vítor Nogueira (professor, escritor).

TESOURO DE VILA MARIM

João Ribeiro Parente

Tipo	Atrevo	Reverso	Marca Peso	Erro Diâmetro
------	--------	---------	---------------	------------------

CONSTANTINVS I

CONSTANTINOPOLIS

9 de Setembro de 337 - Primavera de 340
(moedas pós-timas)

Sem marca de oficina

Aes	Reverso	Reverso	Marca Peso	Erro Diâmetro
4	DV CONSTANTINVS PT AVGG Cabeça velada, para a direita	Constantino I em quadriga, guiado pela mão de Deus	COSS 1,569	11,30 h 15,5/15,5

CONSTANS

CONSTANTINOPOLIS

9 de Setembro de 337 - Primavera de 340

5ª oficina

Aes	Reverso	Reverso	Marca Peso	Erro Diâmetro
3	D N CONSTANS P F AVG	GLORIA EXERCITVS Dois soldados e um estandarte	COSS 1,484	12 h 14,7/15,3

CONSTANTINVS II

CONSTANTINOPOLIS

9 de Setembro de 337 - Primavera de 340

1ª oficina

Aes	Reverso	Reverso	Marca Peso	Erro Diâmetro
4	D N CONSTANS P F AVG Cabo diad. com pérolas e rosetas, para a direita	GLORIA EXERCITVS Dois soldados e um estandarte	COSSA 1,875	12,30 h 14,5/15,2

Tipo	Atrevo	Reverso	Marca Peso	Erro Diâmetro
------	--------	---------	---------------	------------------

IVLIANVS

ARELATE

6 de Novembro de 355 - Primavera de 360

3ª oficina

Aes	Reverso	Reverso	Marca Peso	Erro Diâmetro
1	D N IVLIANVS NOB CAES Busto em cabelo, coroa e palud., para a direita	REL TEMP REPARATIO Soldado fere com lança um cavaleiro que, ao cair com a montada, levanta um braço e olha o agressor. Escudo, no chão, à direita.	M1 TCUN 2,616	12 h 17,5/19,3

CONSTANTINOPOLIS

6 de Novembro de 355 - 3 de Novembro de 361

9ª oficina

Aes	Reverso	Reverso	Marca Peso	Erro Diâmetro
1	D N IVLIANVS NOB CAES Busto em cabelo, coroa e palud., para a direita	REL TEMP REPARATIO Soldado fere com lança um cavaleiro que, ao cair com a montada, agarra-se-lhe ao pescoço. Escudo, no chão, à direita.	M1 COSSA 2,021	12 h 15,2/16

VALENS

ANTIOCHIA

28 de Março de 364 - 24 de Agosto de 367

5ª oficina

Aes	Reverso	Reverso	Marca Peso	Erro Diâmetro
1	D N VALENS P F AVG Busto diademado com pérolas, coroa e palud., para a direita	SECVRITAS REIPVBLICAE Vitória caminha para a esquerda, com coroa e palud.	ANTE 2,566	11,30 h 15/16

Quando o Sr. Manuel Ribeiro Catalão, de Vila Marim, por volta de 1971, procedia a uma remoção de terras, fez uma descoberta inesperada: nada menos que um tesouro com 19 quilos de pequenos e médios bronzes do séc. IV. No mesmo local apareceria também uma sepultura romana, um *oenokoé* (jarra, neste caso de bronze com incrustações de prata, do tempo de Augusto) e um conjunto de instrumentos agrícolas.

Não sendo este tipo de achados particularmente raro naquele tempo, o Tesouro de Vila Marim é um conjunto de grande importância numismática e arqueológica.

Esse tesouro foi adquirido na quase totalidade pelo Padre João Parente e passou a integrar a sua notável colecção de moedas romanas, hoje património municipal por doação, que constitui o acervo do Museu

de Vila Real, a inaugurar provavelmente em 1998, cujos núcleos centrais serão a Numismática e a Arqueologia.

São aproximadamente 5.000 moedas que cobrem o período de 318 a 395 d.C., de que, para melhor compreensão, foram seleccionadas seis, que se descrevem a seguir, reproduzindo a descrição constante do catálogo do “Museu de Vila Real — Moedas”, Tomo I, Vila Real, 1997, da autoria do Padre João Parente.

COISAS DE FARMÁCIA

A. M. Pires Cabral

A farmácia de outros tempos não era o lugar frio e impessoal que é hoje, quase sempre. Pelo contrário, era um lugar onde se convivia e onde se estabeleciam relações humanas calorosas, determinadas pela própria função que a farmácia tinha de olhar pela saúde das pessoas. Os hospitais e os médicos eram relativamente raros e a farmácia tinha de suprir-lhes a falta. Para além dos medicamentos que vendia — uns fabricados nos laboratórios, outros manipulados ali mesmo, na farmácia — as pessoas necessitadas sabiam que encontravam ali quem lhes aconselhasse um remédio, quem lhes fizesse um penso ou desse uma injeção, até mesmo quem lhes arrancasse um dente.

Para poder assegurar esta função múltipla, a farmácia precisava de ter — para além da “Pharmacopêa Portuguesa”, de 1876, uma obra de referência fundamental — toda uma bateria de aparelhos: balanças (normais e de precisão), almofarizes e respectivos pilões, espátulas para as pomadas, os aparelhos para fabricar hóstias, supositórios e óvulos vaginais, o termómetro de serviço, o alicate para extrair dentes, fio de sutura, pesa-álcoois, uma gama enorme de boiões de grés e frascos de vidro de cores fortes...

As coisas de farmácia hoje mostradas provêm de um estabelecimento com grandes tradições de tertúlia em Vila Real: a Farmácia Almeida,

fundada em 1906, que há cinco gerações se encontra na posse da família e que esteve desde sempre situada naquela corrente de prédios onde ainda se encontra, nas imediações da Sé.

Ali se reuniam pelo final da tarde, para a tertúlia diária, figuras marcantes da Vila Real desse tempo, como o seu proprietário António Correia d'Almeida, o Sr. João Inácio Tocaio, o Dr. Henrique Botelho, o Sr. José Augusto Rebelo, o Dr. Filinto Monteiro, o Dr. António Agarez, os Srs. Manuel Mendes e Dr. Sebastião Claro, o capitão-médico José Tibúrcio Monteiro. E consta que, depois de a farmácia fechar, a tertúlia continuava animada, desta vez lá dentro, em torno de um salpicão e de um copo de vinho, guardados num armário que ainda existe e é testemunha desses tempos em que ainda havia tempo para conversar e jogar uma bem praguejada partida de gamão.

ACTA DA SESSÃO DE 20-XI-1888 DA JUNTA GERAL DO DISTRITO DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Desde o último quartel do século XIX que a criação de um museu animou a vida cultural de Vila Real, normalmente associada ao reconhecimento da importância arqueológica do Santuário Rupestre de Panóias, que funcionava assim como uma espécie de motor de arranque para essas iniciativas.

Assim aconteceu em 1888, data da primeira iniciativa conhecida do movimento museológico vila-realense. Foi muito provavelmente um artigo de José Leite de Vasconcelos sobre Panóias, publicado na “Revista Archeologica”, que inspirou José Homem de Sousa Pizarro, elemento da Junta Geral do Distrito, a propor à sessão de 20 de Novembro que, entre outras medidas de alcance cultural, se reservasse uma sala do edifício em construção da mesma junta Geral para nela se criar “um museu arqueológico distrital”.

Embora a proposta fosse na altura aceite por unanimidade, a verdade é que não teve outra sequência senão dois artigos de Leite de Vasconcelos, desta feita na imprensa local, cerca de seis anos mais tarde, em que se defende a criação de um museu municipal de arqueologia em Vila Real e se apresenta como que um programa de instalação do mesmo.

Outras tentativas se frustraram ainda, nomeadamente aquela, de novo lançada pela Junta Geral do Distrito na sequência do Congresso Transmontano de 1920 e dinamizada por Adelino Samardã, que chegou a ver criada na folha oficial “um museu regional de arte, arqueologia e numismática” (Decreto 9:527, de 22 de Março de 1924). Até que finalmente em 1940 abre as suas portas ao público um museu — o Museu Etnográfico —, por sinal ocupando à data este mesmo imóvel aberto ao público em 30 de Outubro de 1997, depois de um necessário restauro, para albergar o Museu de Vila Real.

FOTOGRAFIA DE CARLOS RELVAS (1891)

Elísio Amaral Neves

Vila Real familiarizou-se cedo com a fotografia, devido à sua proximidade do Porto, onde, a partir de meados dos anos 40 do século XIX, começaram a instalar *ateliers* daguerreotipistas franceses, italianos e espanhóis. Mais tarde, pelos anos 60, outros fotógrafos começaram a percorrer o país, divulgando e vulgarizando a nova técnica, vendendo material fotográfico e instalando nas vilas e cidades estúdios temporários.

Também a localização de Vila Real na rota das estâncias termais, onde os fotógrafos afluíam para fotografar a clientela de aqistas abastados, possibilitou um contacto cada vez mais frequente da vila com a fotografia. Aqui acabaram por montar *ateliers* temporários, entre outros, a *Photographia Trasmontana*, de T. A. Pacheco, em 1873, na Rua de Santo António 32; a *Photographia Olivenza*, em 1879, na Rua das Flores 18; *T. Santhiago*, em 1888, no Hotel Central; *Ernesto Pereira da Silva & Irmão*,

em 1897, no estabelecimento de Teixeira & Irmão, na Rua Central.

Estas presenças em Vila Real acabaram por conquistar algumas pessoas locais para a fotografia. De entre elas, é justo citar um homem curiosíssimo, António Narciso Alves Correia, tipógrafo, inventor, viajante incansável, comerciante estabelecido na Rua Direita, n.ºs 36 a 40, e — entre finais dos anos 60 e os anos 90 — activo fotógrafo. É igualmente justo citar Maximiano Lopes dos Santos, que se associa à firma Sala & Irmão, do Porto, abrindo um atelier chamado *Nova Photographia Villarealense* em 31 de janeiro de 1886, na Rua Direita, n.ºs 26 e 28. E também alguns fotógrafos amadores, como António Lopes Martins, Alfredo Artur da Silva Melo e João Baptista Vaz de Carvalho.

Entretanto, as beneficiações nas vias de comunicação estimulam o jornalismo de viagens a enviar escritores e fotógrafos à província. Sousa Pinto e Carlos Relvas são dois exemplos, respectivamente, de escritor e fotógrafo interessados na paisagem rural e urbana que passaram por Vila Real.

Carlos Relvas, grande lavrador ribatejano, *sportsman* e fotógrafo amador, veio aqui uma segunda vez (a primeira tinha sido em 1875), em princípios de 1877, a fim de tomar algumas vistas do Marão com neve, destinadas à Exposição Universal de Paris no ano seguinte. Simplesmente, o objectivo gorou-se, porque a neve entretanto derreteria com as chuvas abundantes que caíram. Mas, em 1891, está de novo entre nós, por ocasião da Feira e Festa de Santo António. É nessa data que faz a fotografia que hoje nos reúne aqui.

É uma vista do antigo Campo do Tabulado, em cujo chão liso até 1890 se desenrolava uma boa parte da vida social e dos entretenimentos públicos, já depois da expansão para sul, nos anos 60, que dera origem ao Largo Conde de Amarante. No ano em que a fotografia é tirada — 1891 —, são re-arranjados o Largo Conde de Amarante, o Largo do Chafariz (este dando lugar ao Jardim das Camélias), e o Largo Luís de Camões. São visíveis as obras que continuavam. E visível também, em fundo, parte do Hospital da Misericórdia (hoje Paços do Concelho) e a torre sineira de São Dinis, bastante mais alta do que na actualidade.

Vê-se além disso uma diligência, a recordar a intensificação da

viação e a existência de um alquilador no edifício do antigo Convento de São Domingos. Vê-se também o novo chafariz, que aparecera ao público em 18 de Maio desse mesmo ano. E, sendo dia de feira, percebe-se ainda o bulício da praça do mercado coberto, construído no ano de 1885. Uma fotografia que é afinal um documento emocionante da Vila Real dos finais do século XIX.

CARRO DA BOMBA

Artur Costa / Rodrigo Botelho de Araújo

As corporações organizadas de bombeiros são, desde meados do século XIX, uma presença constante em Vila Real e um elemento importante da vida da comunidade. Para além do seu óbvio préstimo em casos de sinistros e catástrofes — incêndios, inundações, derrocadas, acidentes de todo o tipo que ponham em perigo pessoas e bens — eles asseguram também urna luzida função de representação e abrilhantamento de actos públicos. Tudo isto, assim como o seu carácter de desinteressado voluntarismo, assegura às corporações um prestígio e uma aura épica que continua hoje igual ao dos melhores momentos.

Antes de os bombeiros se autonomizarem, a responsabilidade da manutenção da bomba de incêndios recaía sobre a Câmara Municipal. Foi esta que, em 1854, deliberou adquirir uma bomba e, 22 anos depois, em 1876, uma segunda bomba para reforço da primeira, assim como um salva-vidas para actuar em sinistros ocorridos no Corgo. Sinal de que a vila crescia em dimensão e importância — e também de que as casas antigas, com a muita madeira usada na sua construção, eram pasto fácil das chamas. Seja como for, algum tempo depois desta segunda aquisição, é adquirida uma terceira bomba, juntamente com um breque, espécie de carro de tracção animal, destinado a dar mais mobilidade à bomba, por forma a poder acudir a situações de emergência fora de barreiras.

Escusado será dizer que a introdução da bomba marcou uma etapa

crucial na evolução do combate aos incêndios.

Em 1856, dois anos após a deliberação de aquisição da primeira bomba, uma Associação de Cidadãos, dinamizada pelo bacharel António Tibúrcio Pinto Carneiro, colocava-se à disposição da Câmara para operar com a bomba. É alugada uma casa na Rua de São Jacinto (actual Isabel de Carvalho) para alojar a bomba. Esta associação é posteriormente (1864) transformada numa companhia que vai tomando sucessivamente as denominações de Companhia de Socorros contra Incêndios, Companhia da Bomba contra os Incêndios e Companhia de Bombeiros Municipais. O Sr. Luis d'Assunção foi o primeiro director-comandante desta companhia, que dispunha na sua formação inicial de dois cabos-ajudantes e dezasseis empregados, contando ainda com a colaboração das aguadeiras da vila e, depois de 1900, dos varredores municipais.

Refira-se que, nesta época, havia uma preocupação constante de manter os tanques das fontes públicas suficientemente abastecidos de água, já que a eles se recorria para encher os tanques das bombas.

Em 1874 surge outra figura importante: o corneta ou corneteiro, cuja função era transmitir, por toques de corneta, as instruções do comando para facilidade das manobras de ataque aos incêndios, e que curiosamente acumulou as funções de acendedor dos lampiões de iluminação pública da vila.

Em 1877 é introduzida a Tabela dos Sinais dos Incêndios, um código de toque dos sinos das igrejas da vila, através do qual se sabia exactamente em que bairro era o fogo, identificado pelo número de badaladas do rebate.

Entretanto os bombeiros afirmavam-se como um corpo importante e excitavam a curiosidade dos cidadãos com os seus exercícios de adestramento na casa-esqueleto, onde eram simulados incêndios e salvamentos, e com exercícios de passos e manobras de machados. A fim de manterem a forma física compatível com as tarefas que lhes cumpriam, desde 1891 que dispunham de um ginásio.

Nesta data, e um ano antes (1890), algo de muito importante para a história dos bombeiros em Vila Real ocorreu: a Companhia de Bombeiros Municipais é desactivada e criada em seu lugar, fora da responsabilidade directa da autarquia, a Associação dos Bombeiros Voluntários, que mais

tarde daria origem à actual corporação da Cruz Verde. Foi seu principal promotor e primeiro comandante o Sr. Avelino Patena. Sete anos depois, em 1897, perante a ameaça de suspensão de actividade desta Associação, por falta de recursos, é a vez de ser criado o Corpo de Salvação Pública e, no âmbito da Câmara Municipal, uma Inspeção Geral do Serviço de Incêndios, de que é nomeado inspector interino o Sr. José Manuel de Moraes Serrão. Este Corpo de Salvação Pública iria dar origem à actual corporação da Cruz Branca.

SALVADOS DA CASA DAS QUARTAS (INCÊNDIO DE 1 DE JANEIRO DE 1973)

Pedro Abreu Peixoto

A Casa das Quartas, situada em Abambres, na freguesia de Mateus, é um imóvel bem conhecido dos vila-realenses. Não que a sua arquitectura seja particularmente sugestiva. É antes sóbria e proporcionada. Tem, com a sua capela anexa, o traçado austero de muitos solares trasmontanos. Mas, junto à capela e ocupando praticamente todo um pano de parede, enriquece-a uma soberba pedra-de-armas, de dimensão invulgar e decoração exuberante, que veio de outra casa da família, em Favaios.

A Casa é desde sempre pertença da família Teixeira de Carvalho, que a mandou edificar no século XVII e a ela tem estado ligada, ininterruptamente, geração após geração.

Como é normal, a Casa das Quartas foi sofrendo ao longo dos anos algumas transformações e acrescentos, relacionados com a sua adaptação à comodidade da própria família. Mas outras transformações se ficaram a dever a causas menos naturais. Na verdade, sofreu por duas vezes os efeitos do fogo. O primeiro incêndio ocorreu nos anos 30, e foi de longe menos gravoso do que o segundo, que — esse sim — a destruiu por completo, poupando apenas a capela anexa.

Foi no primeiro dia do ano de 1973. O fogo, provavelmente causado

por um curto-circuito, rapidamente se propagou a todo o edifício, devorando todo o seu recheio. Nomeadamente, perdeu-se no sinistro todo o arquivo relativo à Casa (os chamados “livros de razão”), assim como a correspondência familiar e de função (já que entre os antepassados da família alguns houve que desempenharam importantes cargos) e ainda uma valiosa biblioteca especializada em Direito Administrativo. Mas perdeu-se também muito do mobiliário, que viria a ser reconstruído e recriado pelo célebre marceneiro de Mateus, conhecido pela alcunha de “Cuco”. E, naturalmente, perdeu-se ainda a decoração e as baixelas, onde avultavam porcelanas e faianças de grande valor.

Pouco tempo volvido sobre este desastre, iniciaram-se as obras de reconstrução da Casa, que viria a merecer em 1977 a classificação de “Valor Concelhio”. Esteve afectada ao Turismo de Habitação, na década de 80 e primeiros anos da década de 90, pelo que o senhor José Coelho Mourão, actual proprietário, precisou de encontrar um espaço adequado para as brincadeiras de seus numerosos netos, no terreiro cimeiro à parte da Casa onde existia a “Casa das Bonecas”. E é durante as brincadeiras que as crianças descobrem numerosos fragmentos de porcelanas da Companhia das Índias e francesas, assim como de faianças portuguesas e inglesas. Esses “cacos” testemunhavam o infausto incêndio de 1973 e muito excitaram a curiosidade das crianças, que, a partir deles, foram reconstruindo a história da família. Para que conste, aí ficam os nomes dos pequenos “arqueólogos”: Tiago, Filipa, Maria, Fernando, Mafalda, Joana, Manuela, José, Rita, Diogo, Duarte, Mariana, Constança, Lourenço, Pedro, Marta e Catarina. A Leonor e a Margarida eram muito pequeninas ainda para participar na aventura. Mas os irmãos e primos lhes contarão certamente, um dia, as emoções da descoberta dos salvados do incêndio, que ficou célebre, da Casa das Quartas.

São esses testemunhos que se mostram hoje aqui. E também um espelho de grande estimação familiar que, juntamente com algumas outras — raras — peças, escapou do fogo — pela simples razão de que, em 1 de Janeiro de 1973, se encontrava num antiquário para restaurar.

PLANTA DO CAMARIM DA TRIBUNA

António Belém Lima

Curioso papel, datado de 1841 e executado por um tal J. Bento da Silva, morador à Vila Velha. É a planta do camarim da tribuna de um altar, riscada muito provavelmente para a Igreja de São Domingos (Sé). Admite-se que se possa referir à recuperação de um dos altares laterais, que, como praticamente toda a igreja, arderam no incêndio de 21 de Novembro de 1837. A ser assim, deve ter sido desmontado na década de 1930, quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais segue em relação à Igreja de São Domingos uma política de recondução ao românico. A planta mostra-nos um risco barroco tardio, austero, próprio de uma época de vacas magras como a que Portugal, dilacerado por guerras civis, vivia na altura.

“VOZ EVANGÉLICA (...)” POR FREI FRANCISCO VIEIRA

A. M. Pires Cabral

Hoje praticamente esquecido, este frade agostinho nasceu em Vila Real por volta de 1650 e morreu em 1720. Foi doutor em Teologia pela Universidade de Coimbra e lente da mesma. Foi também qualificador do Santo Ofício, ou seja, censor encarregado de analisar obras do ponto de vista da fé. Foi além disso pregador afamado, embora não haja unanimidade sobre a sua qualidade literária. O livro que se mostra, “Voz Evangélica (...)”, foi impresso na oficina de António Simões, em Coimbra, em 1708, e inclui alguns sermões pregados em igrejas de Vila Real, o que nos prova que Frei Francisco Vieira manteve sempre uma ligação com a sua terra natal.

COVILHETES DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Os covilhetes — espécie de empadas de carne hoje tão divulgadas e representativas da gastronomia vila-realense — foram outrora típicos da Feira de Santo António. Há relatos do séc. XIX que nos referem a existência de barracas para venda apenas de covilhetes. Algum tempo depois, nos anos 80 do mesmo século, quando começam a aparecer restaurantes e casas de pasto autonomizados das estalagens, pensões e hotéis, há referências de tipo publicitário à gastronomia de Vila Real, onde se incluem os covilhetes e as tripas. A sua popularidade cresce e, no séc. XX, há pessoas que vão pelas casas a vender covilhetes. Primitivamente eram feitos em formas de barro preto de Bisalhães, com uma massa feita de farinha, água, sal e rilada (gordura que envolve o rim). Deviam comer-se muito quentes, logo após a saída do forno. Quando mais tarde se vulgarizaram tanto que ganharam lugar nas montras das inúmeras pastelarias da cidade, a massa passou a ser meia folhada, para se conservar comestível durante mais tempo. Mas os antigos covilhetes não morreram.

AS ÚLTIMAS IMAGENS DO AUGUSTO DE CASTILHO

Manuel Rebelo Cardona

O Augusto de Castilho foi, como se sabe, o barco comandado por Carvalho Araújo, a bordo do qual o bravo marinheiro encontrou a morte, em 14 de Outubro de 1918, em combate com o submarino alemão U-139, no mar dos Açores. Felizmente, havia nesse submarino um oficial que filmou algumas cenas da parte final do combate. Podemos ver nelas os danos causados ao Augusto de Castilho, o tratamento dos feridos, a partida dos portugueses a bordo de escaleres e a acção de afundamento do navio. Embora infelizmente não possamos ver a figura de Carvalho Araújo, este

filme constitui, mesmo assim, para nós, vila-realenses, um documento emocionante.

MEMÓRIAS DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO

Manuel José da Silva Gonçalves

O Convento de São Francisco foi uma das instituições religiosas mais prestigiadas de Vila Real. A sua igreja era, segundo muitos testemunhos, riquíssima. A biblioteca idem. Mas com a extinção das ordens religiosas, dá-se a profanação e o edifício passa a desempenhar o papel de quartel militar. Já em meados do século XX, grande parte dele foi demolido, restando do primitivo apenas uma ala que se encontra ocupada pela GNR. É esta instituição religiosa, que, a partir de um quadro representando o *Ecce Homo* e de alguns livros, vai ser evocada. São evocadas também a projecção e importância da Ordem Terceira de São Francisco e a presença dos franciscanos em Vila Real.

ÁLBUM DE RECORDAÇÕES DE CATARINA MÁXIMA DE FIGUEIREDO

(A comunicadora não pôde estar presente)

Catharina Maxima de Figueiredo Abreu Castello Branco nasceu em Guiães, em 1829, nos alvares do romantismo em Portugal. Dotada de talento para as letras, escreveu em prosa e verso. Para além de inúmera colaboração dispersa, sobretudo no “Diario Illustrado” e no “Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro”, deixou as seguintes obras em livro: “Extracto d’um Album”, “Fragmentos de Prosa e Verso”, “Viuvez e Saudade” e “Última Estância”. O álbum de recordações que se mostra é

bem revelador das prendas que faziam parte da educação de uma senhora da época romântica. É uma curiosa e cuidada peça pessoal, com bordados, decoração com cabelos do marido da escritora e matéria literária usada no já referido livro “Viuvez e Saudade”.

BANDEIRA MONÁRQUICA, 1919

A. M. Pires Cabral

Quando Sidónio Pais caiu assassinado na Estação do Rossio, em 14 de Dezembro de 1918, a confusão política era considerável. Sidónio, embora Presidente da República, tinha apoiado em grande parte o seu projecto político nos monárquicos, que, não morrendo naturalmente de amores pelo regime republicano, estavam impacientes por reinstalar no trono o senhor D. Manuel II. Após a morte de Sidónio, a pretexto de combater o que então se chamava a “demagogia” — ou seja, a acção dos três partidos republicanos (Democrático, Evolucionista e Unionista) e do proletariado — e de velar pela ordem pública, alguns monárquicos e republicanos mais conservadores que ocupavam posições militares importantes, instituíram as chamadas Juntas Militares — do Norte e do Sul, que aliás não conseguiam entender-se entre si.

A Junta Militar do Norte, sediada no Porto, e sobretudo um grupo de jovens oficiais entusiastas que gravitavam na sua órbita, cedo manifestaram a sua impaciência pela restauração da monarquia. A partir de certo momento, essa restauração foi tida como certa, fiados em que todo o norte aderiria e do norte se passaria ao resto do país. E de facto, as indicações eram de que as praças militares do norte estavam todas com a Junta — à excepção de Vila Real, sede da 6.^a Divisão Militar. Excepção que manchava a unanimidade e a “legitimidade” pretendida e era pois necessário eliminar.

Assim foi que em 6 de janeiro de 1919 uma coluna militar comandada pelo major Margaride partiu do Porto para a Régua, de onde

subiria até Vila Real para fazer render às razões monárquicas a 6.^a Divisão (naquele momento, basicamente, tropas dos Regimentos de Infantaria 13, de Vila Real, e 19, de Chaves). Mas o 13, comandado pelo convicto republicano e bravo militar flaviense que foi o general Ribeiro de Carvalho (então ainda na patente de coronel), tomou posições no Monte da Forca, junto a Parada de Cunhos, para barrar passagem às forças do major Margaride, que entretanto, detidas na sua progressão, se tinham postado no Alto do Morganho, sobranceiro à mesma povoação.

O recontro — inevitável — teve lugar no dia 8 de janeiro. É certo que qualquer dos lados dispunha de poucos homens e insuficientemente municados. E que estava um dia de invernina impiedosa, ventos desabridos e chuvas torrenciais. Mas ainda assim houve troca de tiros e, de quando em quando, o troar de uma peça de artilharia do major Margaride apontada ao Monte da Forca, que pretendia conquistar para dali fustigar a vila e levar à sua rendição incondicional. A certa altura, num momento em que o combate estava estranhamente amortecido, o tenente de Engenharia Manuel da Costa Alemão Teixeira (um bravo militar monárquico que já se distinguira na Flandres e a quem os próprios jornais republicanos não regatearam protestos de admiração) avança destemidamente — e é atingido na cabeça por uma bala. Fica a sangrar abundantemente e só quando se estabelecem as tréguas, horas mais tarde, é levado para o Hospital de Vila Real. Tarde demais.

Foi este recontro de Parada de Cunhos, que terminou com a retirada das tropas monárquicas para a Régua, talvez um dos raros momentos da sua história em que Vila Real teve alguma influência no desenrolar dos acontecimentos a nível nacional. Não tivesse a vila oposto resistência aos monárquicos e os factos subsequentes teriam provavelmente sido muito diferentes.

Dias mais tarde, em 19 de Janeiro, a Junta Militar do Norte proclama a Monarquia. É a chamada Monarquia do Norte, também popularmente alcunhada de Traulitânia, devido à componente caceteira de que se revestiu, sobretudo da parte de civis desordeiros que apoiavam as tropas monárquicas, como era o caso das hordas comandadas pelo padre Domingos Pereira, de Cabeceiras.

Na sequência da proclamação, Vila Real voltou a ser palco de acontecimentos importantes, mas já não determinantes, entre 25 de Janeiro e 14 de Fevereiro — um período de 21 dias de violência e terror, em que os monárquicos, vencida a resistência do 13 e assenhoreados do poder praticaram toda a casta de prepotências, com assassinatos, encarceramentos e destruições à mistura. Está ainda na memória dos mais velhos o incêndio da Igreja do Calvário, atingida por uma granada incendiária disparada do alto de Santa Bárbara, em Constantim, ou a vandalização do Café Clube e do Café Tocaio, ou o assassinato e o espancamento de alguns republicanos, ou a prisão de muitos outros.

A bandeira que se mostra é um pavilhão azul e branco do regime monárquico, em uso entre os reinados de D. Pedro IV e D. Manuel II. Foi encontrada no espólio do bravo tenente Costa Alemão, que por ela deu a vida nesse fatídico dia 8 de Janeiro de 1919, no Alto do Morganho, em Parada de Cunhos, onde um piedoso e singelo monumento recorda ainda o seu sacrifício supremo aos 25 anos de idade.

**VISTA DO LADO SUL — VILA REAL
(DESENHO DE P. G. D'OLIVEIRA, DE 1868)**

Elísio Amaral Neves

O desenho que se mostra hoje, de dimensões pouco habituais para um desenho e montado numa imponente moldura, tem a data de 1868 e é da autoria de P. G. d'Oliveira. Do autor, pouco ou nada se sabe. Conjectura-se que tenha sido algum engenheiro ou técnico pertencente às equipas que por aqui andaram a romper estradas e lançar pontes, na época do fontismo. Enamorado da bonita vista que Vila Real oferecia, olhada de nascente, trataria de a desenhar. E fez bem, porque nos deixou dessa forma um documento interessante para estudar as alterações urbanísticas posteriormente produzidas.

O desenho representa a então vila em toda a sua extensão, entre o

Cemitério de São Dinis (construído entre 1841 e 1845) e a Carreira de São Francisco. Distribuídos ao longo da mancha, ainda é possível reconhecer diversos monumentos e edifícios — alguns dos quais ainda existem, outros há muito tempo demolidos.

O que se passava em 1868 em Vila Real?

Será talvez interessante darmos uma olhadela ao que então ocorria aqui por essa altura.

As estradas tinham-se multiplicado, graças à política desenvolvimentista de Fontes Pereira de Melo. Em 1864, a Direção de Obras Públicas de Vila Real enviou para Lisboa uma relação dos materiais de construção utilizados na região, acompanhados de amostras respectivas: granitos, xistos, ardósias, areias, terras argilosas, carboneto de calcário, telhas e, naturalmente, madeiras — de carvalho, castanho, pinheiro bravo e amieiro. Por esse curioso documento sabe-se que o transporte destes materiais era feito em carro-de-bois, salvo a cal e os barros, que é feita em jumento. O documento fornece ainda uma relação das novas estradas que vão rompendo o isolamento secular: Vila Real — Régua, Vila Real — Amarante, Vila Real — Mirandela, Vila Real — Chaves, Vila Pouca de Aguiar — Cavez e a Estrada Marginal do Douro.

Nos anos 60, Vila Real assiste a algumas alterações urbanísticas, como o alargamento do Campo do Tabulado alguns metros para sul, com demolição da Capela do Espírito Santo (hoje reconstruída na Quinta de Prados, depois de algumas outras deambulações...) e do antigo Hospital-Albergaria. Em 67, havia-se procedido à demolição de uma capela da invocação de São Sebastião (no Pioledo), para melhor acolher os abarracamentos da Feira de Santo António. Em 69, foi a vez de ser demolido o aljube, na Rua da Cadeia, com cuja pedra o comerciante Anselmo Pereira Baía iria edificar o primitivo Hotel Tocaio. Também neste ano se fecha o adro da Igreja de São Domingos, mais tarde Sé, com gradeamento e portão de ferro. Outras alterações se vinham desde algum tempo produzindo na fisionomia da vila. Estas alterações motivaram uma grande reforma na toponímia, feita em 9 de Fevereiro de 1867 pelo Governador Civil, Eduardo de Serpa Pimentel. E será António Correia de Almeida Lucena, Presidente da Câmara de inspiração fontista, que em 1872

regulamentará por postura esta matéria: projectos, alinhamentos de edifícios, alargamento de ruas, etc.

No plano dos serviços e da vida em sociedade, há também a referir a instalação em 1860 da Estação Telegráfica e a abertura de novos estabelecimentos hoteleiros, embora nenhum em prédio construído de raiz para o efeito. Em 1867, Vila Real assiste a uma das primeiras projecções da Lanterna Mágica, que vem fazer concorrência ao teatro amador e aos pacatos serões familiares. A Associação Industrial Vila-Realense é criada em 1865. Em 1869/70, Vila Real agita-se com a discussão à volta da instalação definitiva de uma unidade militar que substitua o destacamento de Caçadores 3, de Bragança, aqui aquartelado; e, com efeito, um destacamento do 13 instala-se, embora com efectivos considerados escassos: apenas 130 praças.

Em 1872, Almeida Lucena, na presidência da Câmara pela segunda vez, toma algumas medidas de importância. Publica as posturas acima referidas, que irão potenciar o desenvolvimento urbanístico subsequente, e promove grandes alterações no Jardim Público, hoje mais conhecido por Jardim da Carreira, dotando-o de gradeamentos, bancos e um guarda. Estabelece duas importantes feiras mensais: a feira do gado, no Pioledo, e a feira da aguardente, na Rua Central; introduz também alterações nas condições de aluguer do terrado na Feira de Santo António. Pede a elevação do Liceu de Vila Real à categoria de 1.^a ordem. No plano sanitário, cria uma nova marca para colocar nas carnes abatidas no matadouro, para evitar fraudes; proíbe o abate de porcos e tarefas correlativas na via pública; e abre concurso para a limpeza dos restos de palhas e excrementos dos animais, na feira de gado. O perímetro urbano da vila expande-se, com a passagem do Bairro da Guia para a Freguesia de São Pedro; é então que Vila Real ganha a margem esquerda do Corgo. Finalmente, Almeida Lucena bate-se pela construção da linha férrea entre o Porto e o cais do Pinhão.

MACHADOS DE JUSTES

João Gonçalves Costa

Quando, por finais de Fevereiro de 1964, os operários que procediam à terraplanagem de um terreno onde a firma A. Taveira & Companhia Ld.^a ia construir a sua fábrica de serração de madeiras, no lugar de Couços, Justes, ficaram surpreendidos com o achado de cinco pedras que lhes pareceram invulgares. As estranhas pedras foram guardadas, embora uma delas infelizmente se tenha extraviado posteriormente.

E eram, de facto, invulgares. As pedras, que tinham sido primorosamente afeiçoadas há quase 4 mil anos, por homens do Neolítico ou do Eneolítico, pertenciam a uma classe de instrumentos a que se dá o nome genérico de machados, quer se destinassem a uso prático corrente, quer a rituais religiosos, como parece ser o caso destes.

Mais tarde, e não muito longe daquele local, no sítio de Bouças, apareceu um sexto machado, um pouco menos perfeito do que os anteriores, mas com idêntico valor histórico.

Curioso é notar que um dos machados, é feito de fibrolite, rocha que não se encontra na região, nem sequer na Península Ibérica, o que nos diz qualquer coisa sobre as migrações e as relações comerciais dos homens de dois mil anos antes de Cristo. Os restantes são de xisto metamórfico, rocha vulgar na região.

Combinando estes achados com outros realizados em áreas próximas, nomeadamente vestígios de cerâmica e monumentos megalíticos, é de admitir que os homens que os fizeram e usaram já se encontrassem sedentarizados.

Finalmente, refira-se de passagem que toda a zona de Justes é muito rica do ponto de vista arqueológico, com importantes vestígios dos tempos megalíticos, da época castreja, da idade do bronze e da romanização.

COLECÇÃO DE CARTAZES DE ESPECTÁCULOS DE 1892 A 1910 DE JOSÉ AUGUSTO PINTO DE BARROS

Elísio Amaral Neves

Pode-se dizer que Vila Real foi, nos finais do século XIX e princípios do século XX, uma terra amante de espectáculos. Aqui se realizavam com certa regularidade récitas e sessões dos géneros mais variados. A colecção de cartazes que hoje se mostra é bem uma prova disso mesmo. Eles dizem respeito a espectáculos realizados nos teatros existentes à época (entre 1892 e 1910) em Vila Real — o Teatro Circo e o Teatro Salão.

Que espectáculos via então Vila Real? Via teatro, ora representado por amadores locais, ora por companhias profissionais em *tournee*, nomeadamente de Lisboa e Porto, que incluíam nos seus elencos os mais gloriosos nomes da cena de então. Mas via também zarzuelas, apresentadas por companhias espanholas, óperas cómicas e teatro de revista. Assistia a saraus literário-dramático-musicais. Muito cedo começou a assistir a projecções luminosas, mais tarde ao animatógrafo (também chamado “fotografia com vida”) e finalmente ao animatógrafo “cantante” ou “falante”. Mais próximo do espectáculo circense, aplaudia a exibição de companhias equestres, transformistas, imitadores, prestidigitadores, pintores instantâneos. Tudo isto para não falar, claro, da récita anual do 1.º de Dezembro, promovida pela Academia, dos grandes bailes de máscaras e mesmo de um ou outro *meeting* político, que tem sempre alguma coisa de espectáculo...

Muitos destes espectáculos tinham fins de beneficência, a favor da Cruz Vermelha, do Asilo-Escola da Infância Desvalida, das Corporações de Bombeiros e por vezes dos próprios actores profissionais cujas finanças andassem por baixo...

O organizador desta notável colecção de cartazes, José Augusto Pinto de Barros, foi um grande entusiasta do teatro e dos espectáculos em geral. Foi gerente do Teatro Circo, um empreendimento dos finais dos anos 80, começo dos anos 90 do século XIX. Era empregado da agência do Banco de Portugal e comerciante, proprietário da Casa Popular, sita na Travessa

de São Paulo

Este Teatro Circo apareceu numa altura em que a vila não dispunha de salas de espectáculos. O que não quer dizer que não houvesse espectáculos. As pessoas assistiam com frequência a actividades desportivas, nomeadamente corridas de cavalos e touradas. O Carnaval era festejado com grandes bailes, dados no Caminho de Baixo, na Travessa de São Paulo, na Rua Nova, na Rua António de Azevedo Castelo Branco e no Largo do Chafariz. Mas também havia regularmente bailes nos clubes, que, por sua vez, quase sempre dispunham de grupos dramáticos e musicais (tunas, orfeões e orquestras ligeiras) que animavam récitas e saraus.

É grande a tradição dos clubes em Vila Real. No Inverno de 1807-1808 é inaugurada a *Sala de Divertimento*. Em 1834 surge pela primeira vez uma colectividade com o nome de *Clube de Vila Real*. Em 4 de Abril de 1836, aparece a *Assembleia Nacional Vila-Realense*. Nos anos 70 é criado o *Grémio Vila-Realense*, que se manterá activo durante perto de duas décadas. Em 1 de Janeiro de 1884, é a vez de ser inaugurada a *Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência*. Finalmente, em 15 de Dezembro de 1894, inaugura-se o *Clube de Vila Real*, instituição ainda existente.

Quanto a casas de espectáculos propriamente ditas, a primeira é a que João Pinto da Cunha, por nomeada o “Cabanas”, tio por afinidade de Camilo Castelo Branco, adapta em 1846, na Rua da Videira, futura Rua do Tribunal, para representação do “Agostinho de Ceuta”, primeira obra dramática do sobrinho. Devia ser um barracão adaptado para o efeito, mas que, porventura sofrendo novas obras, asseguraria a função durante décadas. Em 26 de Janeiro de 1889, é inaugurado na Rua Dona Margarida Chaves o primeiro *Teatro Salão*, no edifício já destinado à Escola Azevedo. Em 1 de Janeiro de 1892 inaugura-se o *Teatro Circo*, no Pioledo, iniciativa a que virá a estar associado, como vimos, José Augusto Pinto de Barros. Em 9 de janeiro de 1909 abre o *Teatro Salão*, segundo do nome, na Praça Luís de Camões, e em 11 de Junho de 1911 o *Salão High-Life*, fronteiro ao Jardim das Camélias.

De todos, o *Teatro Circo* é o que tem vida mais longa, e acaba mesmo por prolongar-se de algum modo no *Teatro Avenida*, uma vez que a

empresa proprietária daquele tem participação financeira na deste. O *Teatro Avenida* (inaugurado em 1930), que na década de 1980 passou a chamar-se *Cine-Teatro Real*, ocupa o lugar que teria sido ocupado, a seu tempo, pelo segundo *Teatro Salão*, na Praça Luís de Camões.

Muito mais tarde, apareceria o *Salão Morais Serrão*, onde houve em tempos projecções comerciais de cinema e que hoje alberga a companhia de teatro profissional *Filandorra — Teatro do Nordeste* (o *TET — Teatro de Ensaio Transmontano* também dispôs de uma sala de espectáculos, na Rua de Santo António), e, mais tarde ainda, o *Cine Dom Dinis*.

Esta resenha histórica das casas de espectáculos de Vila Real ficaria incompleta, todavia, se não se referisse a existência, na época das grandes festas da vila (como o Santo António e outras), de salões improvisados na zona do Calvário. Alguns nomes: *Teatro Barracão*, *High-Life Kinematographic*, *Salão Lusitânia...*

IMAGENS DE ROCA

João Ribeiro Parente

As imagens de roca constituíam uma manifestação do carinho do povo para com os santos. Porque o povo gostava muitas vezes de vestir os seus santos, como se fossem pessoas reais — e isso não era possível com as imagens convencionais.

Eram fundamentalmente as mulheres que costuravam as vestes para os santos. Mas este carinhoso instinto maternal tornava-se inútil e até ridículo perante uma obra de arte esculpida em pedra ou madeira, ricamente estofada e policromada. Era muito complicado usar nestas imagens outras vestes que não fossem simples mantos, excluindo-se portanto as graciosas túnicas que humanizavam a imagem, exprimindo a beleza plástica das formas. Seria difícil confeccionar um vestido com as suas mangas e a cintura ajustada, para enfiá-lo numa imagem esculpida, que é por definição hirta e não articulada.

Um não menor obstáculo provinha das autoridades eclesiásticas e das pessoas com sensibilidade artística, que não aprovavam que se escondessem com vestidos os originais e valiosos trabalhos esculpidos e pintados.

Mas o povo arranja sempre maneira de torner as dificuldades. E, para responder a esta situação, inventou as chamadas imagens de roca. Na perspectiva popular, o que interessa essencialmente numa imagem é a cabeça, e de maneira especial o rosto, bem como as mãos e os pés. É nestes três elementos que se concentra a expressividade da imagem. Então foi fácil. Encomendou-se a execução da cabeça, das mãos e dos pés a um escultor. Um carpinteiro local fez o resto. E o resto consistia nuns simples paus articulados a servir de tronco e membros, que ligassem oculta e proporcionadamente a cabeça, as mãos e os pés. Uma espécie de esqueleto da imagem. Deste modo, a mobilidade dos braços e das pernas possibilitava o uso de túnicas e vestidos bem cintados — e dava, finalmente, ensejo à inventiva das costureiras e satisfação ao povo.

A cabeça, as mãos, os pés e uns paus articulados revestidos de panos — eis as singelas e encantadoras imagens de roca.

Estas imagens já existiam no séc. XVIII e tiveram grande incremento no séc. XIX especialmente durante o Romantismo. Nessa época, não havia igreja que não tivesse as imagens do Senhor dos Passos e da Senhora das Dores, muito em voga nas Procissões do Encontro, cheia de dramatismo e movimento. Por isso, as imagens de roca eram vestidas com exacerbado realismo, em que não faltavam o cabelo humano, olhos de vidro lacrimosos e as túnicas de macerado roxo.

Hoje estas imagens perderam quase todo o interesse. Geralmente as paróquias desfizeram-se delas, por inúteis. Uma ou outra encontra-se ainda num canto das sacristias. Mas algumas delas, tocantemente singelas, representando a Virgem Maria, ainda fazem o encanto de alguns altares.

UM AUTO-RETRATO DE JOÃO BAPTISTA RIBEIRO

Elísio Amaral Neves

João Baptista Ribeiro nasceu em 1790 na freguesia de São João de Arroios, Vila Real, e faleceu no Porto em 1868. A partir de 1811 e até aos seus últimos dias dedicou-se ao ensino do desenho, tendo chegado a lente desta cadeira e director da Academia Politécnica do Porto — posições que corresponderiam hoje às de professor catedrático e reitor da Universidade.

Com efeito, a sua actividade pedagógica é a sua faceta mais importante, mas, ligada a ela, desenvolveu uma actividade de organizador e pioneiro no multimodo mundo da arte e da cultura. Assim, teve papel importante na criação da Biblioteca Pública do Porto, foi organizador e primeiro director da primeira galeria de arte pública criada em Portugal (o actual Museu Soares do Reis, no Porto) e desenvolveu uma actividade pioneira nas artes nascentes da fotografia e da litografia no Porto.

As suas ocupações pedagógicas e artísticas deixavam-lhe muito pouco tempo livre, o que não lhe permitiu ligações frequentes e estáveis com Vila Real. Mesmo assim, nunca se esqueceu de que aprendeu as primeiras letras no Convento de São Francisco e que aí foi descoberto o seu talento para o desenho, executou algumas obras para diversas instituições vila-realenses e trocou correspondência com o célebre Morgado de Mateus, que muito cedo lhe reconheceu a sua aptidão artística.

O auto-retrato tema da conversa de hoje foi feito nos anos 40 do século XIX e manteve-se inédito até aos nossos dias. Pertenceu ao irmão do artista, Luiz José Ribeiro, barão de Palma, personalidade de relevo na vida pública portuguesa que chegou a ser Presidente da Junta de Crédito Público, conselheiro de Estado, comissário-em-chefe do Exército e escritor erudito.

Esta obra é um bom exemplo da mestria de João Baptista Ribeiro no retrato, género em que deixou diversas obras de grande merecimento.

O seu auto-retrato a óleo, assim como o que fez de seu pai, foram obras sempre distinguidas em todas as exposições em que participaram, e são do que de melhor se fez no género em Portugal, na transição do

neoclassicismo para o romantismo. Por outro lado, diversos outros auto-retratos seus, reproduzidos quer por daguerreotipia, quer por litografia, são, para além de belíssimas obras de arte, obras pioneiras do género em Portugal.

João Baptista Ribeiro produziu às dezenas, senão às centenas, retratos em miniatura de D. João VI, durante o tempo em que a corte portuguesa esteve instalada no Brasil. Esses retratos tiveram um papel importante, uma vez que muito contribuíram para estimular a fidelidade ao monarca e manter a coesão nacional durante as Invasões Francesas.

Da mesma forma, o retrato litografado que fez de D. Pedro IV, após o desembarque do Mindelo, em grande tiragem, serviu a causa da revolução liberal. Aliás, D. Pedro IV foi seu amigo pessoal e incumbiu-o de várias missões. Ofereceu-lhe pessoalmente o primeiro prelo litográfico e uma câmara clara. Mais tarde, os descendentes do monarca ofereceram-lhe também, para o museu que D. Pedro IV o havia incumbido de instituir, o chapéu, o óculo e um pedaço do mastro do navio de que desembarcou no Mindelo.

Para a Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, pintou João Baptista Ribeiro os retratos de D. João VI, D. Pedro IV, D. Maria II e D. Pedro V.

Pintou também um retrato a óleo de D. Miguel, de tal forma perfeito, que levantou em muitos espíritos a suspeição (infundada, aliás) de ligações de João Baptista Ribeiro à causa legitimista.

Merece ainda menção especial, por fim, o retrato que desenhou de Alexandre Herculano em 1855, propositadamente para a Exposição Universal de Paris nesse ano realizada. Foi justamente esse um dos contributos do Porto para a dita exposição e uma homenagem da cidade a um dos chefes de fila do romantismo português que teve com ela uma ligação estreita.

CERTIDÃO DE MAMPOSTEIRO-MOR DOS CATIVOS DA COMARCA DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Os povos ibéricos tiveram, no passado, uma relação agitada com os árabes. Estes chegaram a ser donos, por conquista que se iniciou no séc. VIII, de toda a Península, à excepção da zona montanhosa das Astúrias, e só foram expulsos definitivamente em 1492, quando os reis católicos de Castela conquistaram Granada, o último reduto peninsular da dominação muçulmana.

Em território português, o esforço de reconquista foi conduzido pelos primeiros reis da I Dinastia, cabendo a D. Afonso III o último acto, ao tomar definitivamente o Algarve. Mas nem assim deixou de haver contencioso entre árabes e cristãos. Perdidas as suas posições na Península, e como que em retaliação por essa derrota, corsários árabes faziam a partir do mar frequentes incursões, durante as quais saqueavam povoados e aprisionavam pessoas, nomeadamente de condição nobre, na mira de obterem o respectivo resgate. Esta situação era de tal forma comum, que no séc. XII se oficializa uma chamada obra de resgate dos cativos. Os reis encarregavam os religiosos da Ordem da Santíssima Trindade de recolher esmolas para com o seu produto se negociar a libertação dos portugueses presos no Norte de África. (É certo que os frades trinitários, ainda com autorização real, guardavam para si dois terços das esmolas recolhidas e apenas um terço era destinado à obra pia da remissão.)

No séc. XV, porque houvesse muitos cativos em África e fracas condições de recolha de esmolas em Portugal (onde era grande a concorrência das numerosíssimas pessoas que se dedicavam à mendicância: viúvas, cegos, estropiados, etc.), o rei D. Afonso V chamou a si a obra do resgate dos cativos. Instituiu em 1532 um tribunal denominado Mesa da Consciência e Ordens, no âmbito do qual existia uma Provedoria-Mor dos Cativos e Resgates. Com a instituição desta Mesa (extinta em 1833 pelo rei D. Pedro IV) cria-se um novo ofício: o de mamposteiro dos cativos, cuja função era fazer peditórios em qualquer lugar onde houvesse

concentração de pessoas: povoados, mosteiros, igrejas, festas, romarias, eiras, lagares, etc... Em cada bispado ou comarca de certa importância, havia além disso um mamposteiro-mor, que, auxiliado por um escrivão e um tesoureiro, coordenava a acção dos mamposteiros menores, abria os cofres em que estes arrecadavam as esmolas recebidas e escriturava as receitas. O cargo de mamposteiro-mor passava normalmente do pai para o filho mais velho, numa sucessão de tipo hereditário que podia aliás cessar a qualquer momento, caso não fosse exercido com o devido zelo, empenhamento ou honestidade.

Por seu turno, ao cuidado dos trinitários eram confiadas outras tarefas, como a de construção de hospitais, não só em território português, como em Ceuta e Tânger, para apoio e tratamento dos cativos remidos. Eram ainda os trinitários que conduziam o dinheiro destinado à negociação dos resgates, numa arca a bordo de uma nau, geralmente uma vez por ano. Cumpria-lhes, finalmente, publicar a lista dos resgatados, contendo o nome, idade, condições de cativo e preço de resgate (que, a propósito, variava de acordo com a posição social do cativo), e promover anualmente uma procissão, espécie de acção de graças pelos resultados obtidos nos resgates.

Ao rei competia arrecadar o dinheiro angariado pelos mamposteiros (e também, a partir de certa altura, pelas misericórdias) e decidir o momento anual para os resgates.

O ofício de mamposteiro-mor dos cativos era de grande relevância social. Nas suas funções de coordenação e supervisão, deviam percorrer toda a mamposteria (área sob a sua jurisdição) e, se fosse esse o caso, receber as rendas e foros das propriedades de indivíduos cativos em África. Estavam sujeitos a um regimento rigoroso. Tinham um vencimento, honras, privilégios e mordomias. Estavam, por exemplo, isentos de servir nos chamados cargos do concelho, a que o geral dos cidadãos estavam obrigados, assim como estavam isentos das funções de besteiros ou de sacadores de pedidos e do pagamento de certas contribuições. Não eram obrigados a ter “gancho à porta”, isto é, a intervir em caso de motim. Estavam dispensados de dar pousada em sua casa a fidalgos e a funcionários e representantes do poder real.

Em Vila Real conhece-se o ofício de mamposteiro-mor dos cativos

desde o séc. XVI. O documento exposto é uma certidão de mamposteiro-mor dos cativos dado a Francisco Pereira Pinto. Embora datado de 1671, a nomeação já tinha realmente sido feita em 1647, certamente por morte do anterior mamposteiro-mor, pai deste Francisco, e que se chamava Gonçalo Pinto Pereira. O cargo havia também sido exercido pelo avô de Francisco, António Botelho da Mesquita assim como pelo tio-bisavô, André Correia da Mesquita, trineto de Afonso Botelho, o Velho, 1º Alcaide-Mor de Vila Real. O lapso entre 1647, ano da nomeação, e 1671, ano deste alvará, explica-se provavelmente porque terá sido necessário aguardar que Francisco Pereira Pinto atingisse a maioridade e provasse a sua idoneidade, para então poder ser provido plenamente nas funções de mamposteiro-mor.

1.ª EDIÇÃO DO “AGOSTINHO DE CEUTA”

A. M. Pires Cabral

O “Agostinho de Ceuta” é o título de uma das obras menos conhecidas e apreciadas de Camilo Castelo Branco. Contrariamente a muitas outras, não conheceu senão duas edições — o que, por padrões editoriais camilianos não se pode dizer que seja muito.

Esta primeira edição saiu em 1847, impressa na Tipografia de Bragança. Onze anos depois (1858), sairia uma segunda edição no Porto. São duas edições da juventude de Camilo, em que o grande escritor ainda não teria afinado o apurado sentido crítico a que sujeitava também a sua própria obra. A maturidade não se compadeceria com novas edições de uma obra epigónica e claramente inferior.

“Agostinho de Ceuta” é um dramalhão histórico, cheio de retórica inflamada de princípio a fim, bem ao gosto do teatro romântico. Os seus modelos são o “Frei Luís de Sousa”, de Almeida Garrett, e as obras de Mendes Leal, dois dramaturgos que Camilo cita na breve nota introdutória que acompanha a obra. A acção situa-se em pleno reinado de D. Afonso VI, já na fase final em que uma conjura vai destituí-lo e pôr no trono seu

irmão, futuro D. Pedro II. Os acontecimentos históricos são o pano de fundo para uma história de amor desigual entre um pagem (Agostinho de Ceuta) e uma dama nobre (Dona Leonor de Melo) — receita romanesca que Camilo tanta vez usará nas suas novelas. Não falta igualmente outro ingrediente bem camiliano: a revelação final de uma identidade insuspeitada. De facto, no último acto vem-se a saber que Agostinho, o pagem, é afinal filho natural de D. João IV e da abadessa da Madre de Deus, o que o torna digno do amor de Leonor...

Camilo não tinha grande opinião sobre este seu drama, e no prefácio da segunda edição escreve: “Há doze anos que um rapaz sem leitura, sem meditação, sem crítica nem gosto escreveu um drama para ser representado em teatro de província. Confessava ele mesmo no prólogo que ‘lera quatro dramas originais portugueses, e alguns do Arquivo Teatral’. Que ignorância e que atrevimento! O drama fez gemer o prelo e o senso comum. Sabei donde nunca tinha saído coisa melhor nem pior: das tipografias de Bragança. Oh! que berço!” E em seguida refere-se-lhe em termos que não deixam dúvidas: “aleijadinho”, “miserando”, “mostrengo”, “a coisa”.

“Agostinho de Ceuta” foi escrito em Vila Real e aqui representado por amadores, num teatro que seu tio João Pinto da Cunha, segundo marido (depois de ter sido amante) da tia Rita Emília, teria mandado aparelhar para o efeito em barracão seu. Este teatro é possivelmente o que aparece referenciado em algumas plantas antigas como “teatro velho”, com frente para a Rua do Tribunal e para a Rua da Cadeia, ou seja, em termos de actualidade, situado algures na corrente de casas entre a Travessa das Chanças e a Avenida 1º de Maio. Do elenco teriam feito parte, entre outros, os amigos de Camilo, José Maria Alves Torgo e Luís de Bessa Correia.

Ao que os biógrafos crêem, esta tentativa literária de Camilo tinha um objectivo romântico: seduzir Patrícia Emília. A qual, com efeito, se deixou raptar por Camilo pouco depois, embarcando ambos numa aventura que os levou à Cadeia da Relação do Porto.

COLCHAS

Elísio Amaral Neves

Quando a procissão passava na rua, em tempos de religiosidade mais intensa do que os que correm, era suposto que a grande massa da população seguisse integrada nela. Porém, havia sempre alguém que, por motivos de saúde, idade, grandes afazeres ou outros, tinha de se contentar com ver passar a procissão, da janela ou da varanda. Mas ainda assim tinham essas pessoas um gesto que evitava a sua exclusão da cerimónia: das varandas e das janelas faziam pender colchas, as mais decorativas que houvesse em casa, de seda, damasco, linho, etc. Davam assim um sinal de participação na procissão e enfeitavam, em sinal de respeito, o percurso da mesma.

Essa prática é antiquíssima e ainda hoje se usa. Em todas as procissões e, sobretudo, na mais importante e solene de todas elas: a procissão do Corpus Christi, ou Corpo de Deus, como também é chamada vulgarmente.

A solenidade anual do Corpus Christi foi decretada pelo papa Urbano IV, pela bula *Transiturus*, de 8 de Novembro de 1264, e fixada na quinta-feira depois do domingo da Santíssima Trindade. Em Portugal, foi no tempo de D. João I que a festa ganhou maior dimensão e luzimento, integrando-se no préstito os representantes de todos os poderes do Estado, civis e militares, os fidalgos, os clérigos e a arraia-miúda, e, a partir de certa altura, as diversas corporações de artes e ofícios, cada qual com os seus estandartes, insígnias e objectos alegóricos. Era então um espectáculo magnífico, em que inclusivamente o fervor religioso empalidecia em face das pompas, do brilho, dos jogos, festas e danças.

Em Lisboa, a procissão do Corpo de Deus era um acontecimento de importância religiosa e social inigualável. Mas, respeitadas as naturais diferenças em relação à capital do reino, em muitas outras terras fazia-se também uma grande procissão. É o caso de Vila Real, em que a procissão era antecedida de cerimónias que decorriam na casa da Câmara, de entretenimentos populares no Campo do Tabulado e de missa solene na igreja de São Dinis. Eram lançados pregões para se ornamentarem as

janelas e varandas. Do livro de actas da Câmara Municipal de 1839, vale a pena citar o artigo 70º do Código de Posturas: *Todos os moradores desta Villa que não adornarem as suas janellas com cortinas quando para isso a Camara tiver mandado lançar pregão principalmente os moradores nas ruas por onde a Prossição de Corpus Christi costuma fazer seu tranzito pagará dous mil e quatro centos reis.* Esta coima, relativamente elevada para a época, dá bem a ideia do grau de luzimento que se pretendia alcançar.

Duas imagens de santos estavam infalivelmente presentes na procissão e excitavam de modo especial a curiosidade e a imaginação do povo: São Cristóvão e São Jorge.

São Cristóvão, o bom gigante, sobressaía precisamente pela estatura, tão grande que o povo o designava por “o santão”. Tratava-se de uma imagem de roca, cuja cabeça algumas vezes se terá desprendido e caído ao chão, provocando-lhe mossas e fracturas que se iam remediando conforme se podia. Existem várias referências a estes percalços na imprensa do século XIX. As mãos, enormes, em concha, eram, passada a festa do Corpo de Deus, desmontadas e corriam as freguesias do concelho, porque se acreditava que tinham virtudes curativas do “mal do fastio”, se as pessoas bebessem água por elas.

Quanto a São Jorge, que, como padroeiro do reino, D. João I fez incorporar na procissão do Corpo de Deus em Lisboa, também tinha lugar na procissão de Vila Real. Ia a cavalo, revestido de armadura de guerreiro, de forma que o povo se lhe referia como “o homem de ferro”. As naturais dificuldades em manter a pesada imagem equilibrada sobre o cavalo produziram também diversas quedas, de que resultavam danos e os respectivos consertos. Também a estas quedas da imagem se refere a imprensa de então.

As reparações e manutenção destas duas imagens — como de tudo o resto na procissão do Corpo de Deus — estavam entregues a corporações de artes e ofícios. Assim, São Cristóvão era da responsabilidade dos imaginários e santeiros da Rua das Pedrinhas e São Jorge da responsabilidade das profissões que trabalhavam o ferro: ferreiros, espingardeiros, serralheiros, ferradores, sombreireiros, etc.

A propósito, e a terminar, uma história que nos é contada por Chico Costa, nas suas saborosas “Crónicas da Vila”, editadas pela Câmara Municipal em 1987. Houve um ano em que a cabeça de São Jorge ficou muito danificada ao embater na padieira da cavalaria onde o cavalo que a transportava se foi refugiar, assustado pelos trons do foguetório. Quando se reparava a cabeça para a procissão, no ano seguinte, verificou-se que eram precisos uns olhos novos de vidro. Simplesmente, não havia já tempo para os mandar vir do Porto, de forma que um santeiro habilidoso resolveu o problema... com uns olhos de cera. Ora, com o calor, a cera começou a derreter e a escorrer pelas faces do santo. E conclui Chico Costa: “Assim foi que São Jorge, naquele ano, recolheu a casa... ceguinho de tanto chorar!...”

BRINQUINHOS DE BISALHÃES E FOTOGRAFIA DA FEIRA DOS PUCARINHOS (ANAC – 1888)

Elísio Amaral Neves

Quem hoje visite a Feira de São Pedro — mesmo estando ela já tão distante, em importância e número de oleiros, do que foi em tempos — não pode deixar de se surpreender e encantar com os chamados brinquinhos ou pucarinhos de louça. São miniaturas das peças habitualmente fabricadas em Bisalhães — mas miniaturas a uma escala tão reduzida que chega a parecer milagre que mãos tão calejadas as possam moldar. Parecem à primeira vista peças para decorar casas de bonecas, embora talvez a sua função primordial não fosse essa, mas sim o funcionar como prendas de namorados, que no dia festivo de 29 de Junho se trocavam juntamente com juras de amor e se destinavam a trazer ao peito, com um fitilho — ou então, por prudência, dissimulados na liga, quando conviesse a uma rapariga ocultar o namoro...

Os pucarinhos, pela sua graciosidade, acabaram por dar um nome paralelo à Feira de São Pedro, feira muito antiga cujo início não se pode

balizar com segurança, sendo certo que surgem referências a ela em meados do séc. XVIII.

Mas há ainda outra teoria sobre a utilidade dos pucarinhos. Para isso temos de recuar até aos séculos XVI e XVII, em que surgiu a moda de beber água por púcaros de barro. Esta moda, porventura trazida do Novo Mundo (América do Norte e México), onde o fabrico e o uso do barro estavam muito vulgarizados, valorizava o aroma do barro molhado e às vezes, para realçar esse aroma, eram mesmo usadas essências. Então, lentamente, esse gosto vai-se alterando e as pessoas já não se contentam com cheirar o barro, mas começam a mordiscar a vasilha e por fim a mastigar o barro de que é feita e ingeri-lo. Chama-se a este gosto bucarofagia (de “búcaro”, palavra que, além de ser forma arcaica de “púcaro”, também significava o próprio barro de que o púcaro era feito) ou bucaromania ou ainda barrofagia. O barro, que tem propriedades terapêuticas e cosméticas bem conhecidas, passou assim também a ser consumido, e a *bonbonnière* de outros tempos deu o lugar ao pequeno açafate com pastilhas de barro, onde, por fim, surgem os pucarinhos, como modo de tornar mais atraente e apetitoso o barro.

A Feira dos Pucarinhos, pelo seu colorido e tipicismo, tem sido desde sempre um dos motivos vila-realenses mais fotografados. Um dos fotógrafos que não resistiu ao seu apelo foi um homem que, no seu tempo, deu que falar em Vila Real: António Narciso Alves Correia. Este fotógrafo, que deve ter sido proprietário do primeiro *atelier* de fotografia em Vila Real, tomou imagens da Feira dos Pucarinhos, pelo menos, em 1870 (duas vistas) e em 1888. É esta última fotografia, de evidente valor documental, que se mostra hoje.

António Narciso Alves Correia era natural de Gestação (Baião), mas fixa-se em Vila Real no final da década de 50 do século XIX, estabelecendo-se com uma loja onde vendia um pouco de tudo. Paralelamente, foi relojoeiro e tipógrafo, proprietário de um dos três prelos fixos anteriores à imprensa em Vila Real (os outros pertenciam ao Governo Civil e a Estanislau Correia de Matos).

Mas as suas facetas mais sensacionais são provavelmente as de inventor e publicista. Inventou, entre outras coisas não menos mirabolantes,

um navio duplo, uma escada em caracol sem degraus ou escalões, um novo modelo de telha de barro, um carro mecânico, uma rabeca com alma mecânica, umas botas com madeira e sola apertadas com parafusos introduzidos de cima para baixo, para facilitar a substituição, e uma tenda de campismo.

Como publicista, escreveu, também entre muitas outras, as seguintes obras: “Código Social, Base da Federação Luso-Brasileira”, “Propaganda Sanitária”, “A Previsão do Tempo, a Saúde das Videiras e o Fim do Mundo” e, talvez mais imprevista de todas por ter sido escrita por volta dos oitenta anos, “Modo de Conservar, Readquirir e Vivificar a Potência”.

**SALVADOS DA COLECÇÃO NUMISMÁTICA
DO DR. HENRIQUE BOTELHO
(INCÊNDIO DE 29 DE JUNHO DE 1906)**

Elísio Amaral Neves

Os estudos arqueológicos conheceram um grande incremento no último quartel do século XIX, princípios do século XX. Foi assim um pouco por todo o país, e também na região de Vila Real. Surgiu por essa altura uma notável plêiade de arqueólogos, a maioria deles amadores, sem prejuízo da apreciável qualidade das suas investigações e intervenções. Eram padres, militares, engenheiros, médicos, políticos, que, inspirados e estimulados pelo incansável professor José Leite de Vasconcelos, encontravam no meio dos seus afazeres profissionais tempo para se dedicarem aos trabalhos de campo, de que resultaram inúmeros artigos na imprensa da especialidade.

Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Chaves e Mesão Frio foram alguns dos concelhos onde a actividade destes homens mais se fez sentir. Alguns nomes merecem particular destaque: o Padre Rafael Rodrigues, o Padre José Brenha, Manuel Osório Pereira Negrão, o Padre Manuel de Azevedo, o Eng^o António de Morais Sarmiento, o Dr. Francisco de Sales da Costa

Lobo e o Dr. Henrique Botelho.

Este último, de seu nome completo Henrique Manuel Ferreira Botelho, nasceu em Vila Pouca de Aguiar em 1844. Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra, estabeleceu-se na sua terra natal, onde desde logo demonstrou as suas notáveis qualidades humanas e profissionais, tendo deixado atrás de si obra de vulto na administração municipal. Ali exerceu a medicina como médico de partido e dedicou-se à arqueologia e também à política, militando no Partido Regenerador.

Mais tarde passa a residir em Vila Real, onde se afirma igualmente como médico, político e arqueólogo de intensa e fecunda actividade. Foi presidente da Junta Geral do Distrito e governador civil por mais de uma vez. Foi além disso professor de Português e Latim do Liceu de Vila Real e director e professor da Escola de Habilitação ao Magistério Primário, desde 1896 até à sua morte, em 1909. Homem erudito, deixou o seu nome ligado a diversas comissões de âmbito cultural e ao fomento das bibliotecas.

Pelos anos 90, tinha o seu consultório médico na Rua da Portela, número 54. Foi cirurgião e director do Hospital da Divina Providência, e um dos primeiros a reconhecer as virtudes terapêuticas das águas das Pedras Salgadas, tendo estado mesmo na origem da sua exploração.

Como arqueólogo, ganhou reputação nacional. Dedicou-se com particular entusiasmo à pré-história, desenvolvendo um aturado programa de visitas de campo e recolha de espólio arqueológico, muito do qual se dispersou por vários museus do país. Escreveu numerosos artigos, em especial em *O Arqueólogo Português*, e acompanhou e guiou as visitas à região de diversos arqueólogos. Participou, entre outras, na comissão constituída em 1905, por iniciativa da Câmara Municipal de Vila Real para analisar o estado em que se encontrava o santuário rupestre de Panóias.

Ao longo dos seus trabalhos no terreno, reúne uma importante colecção numismática e de outros objectos de valor arqueológico, que instala na sua casa às Portas da Vila, na qual faz como que um museu particular.

Faleceu com 64 anos, não sem antes ter passado pelo enormíssimo desgosto de ver a sua residência arder, no dia de São Pedro do ano de 1906.

Pensa-se que o incêndio tenha sido provocado inadvertidamente por crianças estranhas à casa, quando brincavam numa das dependências do rés-do-chão onde se encontravam guardados os carros de cavalos. Fosse como fosse, perdeu-se no incêndio grande parte da sua notabilíssima coleção numismática, nomeadamente as moedas de ouro e prata. Perdeu-se também parte do mobiliário e da biblioteca. Felizmente uma parte significativa desta encontrava-se no consultório, salvando-se assim das chamas. E esses livros escapados ao fogo é que, nas suas próprias palavras, mantiveram vivo, por mais três anos, o notável cidadão que foi o Dr. Henrique Manuel Ferreira Botelho.

GAROTOS DE VILA REAL

José Borges Rebelo

O Dr. José Borges Rebelo nasceu em 1923 em Vila Real. Formado em Medicina no Porto em 1948, fez também Ciências Pedagógicas em Coimbra. Após praticar dois anos em Lisboa, regressa à terra natal, em cujo hospital passa a trabalhar, fazendo de tudo (nas suas próprias palavras) menos tirar dentes. Chega a chefe dos serviços de Pediatria e é, com o Dr. Domingos de Carvalho Campos, um dos dois parteiros de serviço.

Fica solteiro até aos 50 anos. E vai fazendo a sua aprendizagem de Garoto da Bila com os Drs. Sampaio e Melo e Júlio Teixeira, grandes mestres da especialidade.

Os Garotos de Vila Real ou Garotos da Bila são um grupo de pessoas caracterizadas por um certo comportamento de boémia, sentido crítico e boa disposição. Os seus antecedentes são grupos já existentes em Vila Real nos finais do século XIX, na parte norte do Campo do Tabulado, onde se localizava a Praça-Mercado, alguns talhos e, principalmente, muitas tabernas. Entre elas, a de Custódio da Benta, cujo proprietário era compadre do Dr. António de Azevedo Castelo Branco. Nela se realizou uma noite um célebre jantar de homenagem ao grande estadista, chefe do Partido

Regenerador, ministro e presidente da Câmara de Deputados. Os participantes nesse jantar e noutros que lhe sucederam passaram a ser conhecidos como os Garotos de Vila Real. Cultivavam um humor não acintoso e não movido por invejas, assim como um apetite invejável, e de tudo tiravam partido para uma boa gargalhada.

Além do Dr. Borges Rebelo, é de lembrar aqui, de gerações recentes, outros conhecidos Garotos de Vila Real: Dr. Henrique Botelho, José Augusto Tabuada, Dr. António Silva, Eng^o Malheiro, Eng^o Guilhermino Teixeira Pires, António Camilo Fernandes, Coronel Chico Costa, Alfredo Teixeira, Prof. Matos, António Magalhães, Luís Reis, Armando Fernandes Pinto e Prof. Adóindo Pimentel.

CARRO-ANDOR DO SENHOR DO CALVÁRIO

Elísio Amaral Neves

Entre as festas de maior devoção, envolvimento e participação popular do concelho de Vila Real, contam-se certamente as do Senhor do Calvário, na segunda semana de Julho. Contrariamente ao que sucede com muitas outras festas, cujas origens se perdem na noite dos tempos, estas sabe-se quando começaram e porquê. A sua primeira edição fez-se em meados do séc. XIX, para pedir o socorro celeste contra a calamidade do oidium nas vinhas do Douro. A segunda ocorre em 1884, quando a filoxera ataca as mesmas vinhas. Desta vez, as manifestações religiosas são já mais elaboradas, incluindo uma imponente procissão. A partir de então, a festa passa a realizar-se com regularidade. Para valorizar a procissão, encomenda-se em 1896 ao carpinteiro estabelecido na Rua da Fonte, Manuel da Assunção Alves Figueiredo, a construção de um carro-andor para transportar a imagem do Senhor do Calvário. Esse carro é o que ainda hoje, mais de cem anos volvidos, transporta o Senhor do Calvário na concorrida procissão em que grande número de fiéis se incorpora de pés descalços.

Note-se que a zona do Calvário foi, talvez por esta sua ligação ao Douro, escolhida para alguns grandes comícios em que se debateu a questão duriense.

OTÍLIO FIGUEIREDO, MÚSICO AMADOR

Paulo Vaz de Carvalho

O Dr. Otílio Figueiredo foi médico distinto e distinto cidadão, que marcou de forma muito positiva a vida cívica da comunidade vila-realense do seu tempo. Mas, para além dessas facetas, tinha um temperamento artístico multiforme, que se revelou na literatura, na pintura, na caricatura e na música.

Terminado o curso dos liceus, pensou seguir a carreira da Marinha. Durante os estudos preparatórios, aliando a vocação musical à necessidade de ganhar dinheiro, tocou em bares e escreveu composições musicais, algumas das quais vende à casa editora Sasseti. Como estamos nos anos 20/30, não admira que algumas dessas composições sejam tangos. Sempre balanceado na inclinação pela música, ainda estuda no Conservatório do Porto durante dois anos, mas acaba por abandonar a ideia e opta por se formar em Medicina, que exerce em Vila Real. Mas paralelamente com a actividade clínica e cívica continua a pintar, a fazer caricatura e a escrever uma vasta e multifacetada obra literária. Próximo do fim, e movido sempre pela paixão dos livros, abre na rua Miguel Bombarda a Livraria Setentrião onde ocupa o tempo, conversando e criando uma espécie de pequena tertúlia literária.

O CULTO DE SANTA LUZIA EM VILA REAL

Frederico Amaral Neves

Contrariamente ao que muitas vezes se pensa, Santa Luzia não é a única advogada contra as enfermidades dos olhos. Na verdade, há mais de duzentos santos que se invocam para esse efeito. Mas Santa Luzia é seguramente, de entre todos, a mais invocada.

Luzia é uma santa maior do hagiolégio cristão. Faleceu mártir num dia 13 de Dezembro nos finais do séc. III ou princípios do IV. Devotou a sua vida a Jesus, com voto de castidade, mas a mãe pretendeu casá-la com um pagão, que, perante a sua recusa, a denunciou, sendo essa a causa do seu martírio. O povo crê que, entre outras atrocidades, lhe tenham sido arrancados os olhos (e daí viria o seu préstimo nas doenças dos mesmos), mas isso não está historicamente provado. E talvez o seu culto como padroeira dos olhos esteja antes relacionado com seu nome próprio, Luzia ou Lucia, derivado de lux, lucis, a luz.

O culto de Santa Luzia já era importante no concelho de Vila Real no séc. XVII. Na igreja do convento de São Domingos (hoje Sé) havia no altar de São Sebastião uma imagem pintada de Santa Luzia, rodeada de ex-votos, pinturas, esculturas e objectos de cera, madeira e prata, alusivos ao cumprimento de promessas. Também em Vilar do Corgo, freguesia de Adoufe, havia uma capela particular dedicada a Santa Luzia. No séc. XVIII é possível referenciar, através das “Memórias de Vila Real”, três outros motivos de culto na sede da comarca de Vila Real: São Gonçalo, na igreja de São Domingos; uma relíquia de São Brás, na capela do mesmo nome; e a imagem do Bom Jesus, na capela do Espírito Santo do Hospital-Albergaria (hoje reconstruída na Quinta de Prados).

No séc. XIX o culto de Santa Luzia tem ainda grande expressão entre nós, com a realização de festas no dia 13 de Dezembro na igreja de Santo António, ao Calvário, e uma grande romaria a uma capela da sua invocação existente em Penelas (à época, localizada na freguesia de Folhadela). A abertura do caminho-de-ferro, em 1906, vem dar ainda maior alento a esta romaria, servida pela estação de Carrazedo.

Nos nossos dias, venera-se Santa Luzia nas seguintes igrejas e capelas: freguesia de São Dinis — igreja de São Dinis; freguesia de São Pedro — igrejas do Calvário e São Pedro; freguesia de Folhadela — capela de Nossa Senhora dos Remédios, em Vila Nova de Cima; freguesia de Ermida — capela do Vale de Ermida; freguesia de São Tomé do Castelo — capela de Felgueiras; freguesia de Torgueda — capela de Arnadelo; freguesia de Nogueira — capela de Nosso Senhor dos Aflitos; freguesia de Adoufe — capela de Santa Luzia, no Couto; freguesia de São Miguel da Pena — capela da Foz; freguesia da Campeã — capela de Santa Luzia em Aveção do Cabo; freguesia de Vila Marim — igreja de Santa Marinha; freguesia de Justes — igreja de Santa Maria Madalena; e freguesia de Lordelo — igreja de Santa Maria Madalena.

CORRESPONDÊNCIA COM O POETA ALBERTO MIRANDA

A. M. Pires Cabral

Alberto Miranda foi uma conhecida figura de intelectual, que animou a vida cultural vila-realense ao longo de muitos anos. Nascido em 1912, em Macedo de Cavaleiros, cedo a sua profissão o trouxe até Vila Real, onde permaneceria até ao seu passamento, ocorrido em 17 de Outubro de 1992. Ainda estão bem vivas na memória de todos a sua afabilidade e a sua imagem de gentleman impecavelmente vestido.

Foi sobretudo conhecido como poeta, com vários livros publicados. A sua poesia, de cariz muito tradicionalista sobretudo no que respeita à forma, era muito perfeita e eufónica. Publicou também alguns trabalhos em prosa, nomeadamente um opúsculo de crítica literária dedicado à obra do Dr. Otilio de Figueiredo, de quem era grande amigo e cuja tertúlia da Livraria Setentrião frequentava.

Em 1979 trocou correspondência com A. M. Pires Cabral, a propósito de umas alheiras que este lhe ofereceu, sendo ele grande apreciador desse

petisco bem trasmontano. A troca de correspondência entre os dois poetas é, como seria de esperar, em verso — mais exactamente em quadras de redondilha maior — e constituiu um saudável momento de boa disposição na vida de ambos.

ARMAS DE CAÇA

Albano Ribeiro de Sousa / João Montes / João Ribeiro Parente
Manuel Vaz de Carvalho / Salvador Ribeiro Parente

Não se pode olhar uma espingarda de caça como um objecto isolado, porque, se o fizermos, ela perde grande parte do seu sentido. Uma espingarda é um elemento de um todo maior, que inclui o próprio caçador, o cão, os restantes apetrechos, as peças venatórias abatidas e, em tantos casos, também uma parte imaterial que são as histórias de caça que ela protagonizou ou testemunhou.

Na verdade são muitos os caçadores que ficam conhecidos não apenas pela sua paixão pela caça — para o que precisam de ter uma boa forma física, o gosto da natureza e conhecimento dos hábitos das presas —, mas também por serem grandes contadores de histórias — para o que precisam sobretudo de capacidade de efabular e de... uma dose generosa de imaginação.

Em Vila Real ganharam nome neste campo, entre outros, os irmãos Padres Salvador e João Parente, o Padre João Montes, o Dr. Manuel Vaz de Carvalho, o Sr. Albano Ribeiro de Sousa (lendário atirador de torneios) e o Dr. Ângelo Sequeira (que é, além de caçador, um grande coleccionador de temática venatória). Todos mestres no manejo da espingarda, todos protagonistas ou testemunhas de histórias de caça, que aceitaram partilhar aqui.

**CORRESPONDÊNCIA SOBRE PANÓIAS
DO DR. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS
PARA O DR. FRANCISCO DE SALES DA COSTA LOBO**

Elísio Amaral Neves

Nos finais do séc. XIX, pontificava entre os inúmeros arqueólogos amadores que existiam por toda a província um grande mestre que deu pelo nome de José Leite de Vasconcelos. Era quase um oráculo na matéria, a quem se podia sempre recorrer para participar um achado ou esclarecer uma dúvida. Leite de Vasconcelos a todos ouvia, a todos respondia e com muitos manteve correspondência aturada.

Entre estes conta-se o Dr. Francisco de Sales da Costa Lobo. Nascido em Vila Real em 1852, aqui faleceu em 1902. Formou-se em Medicina pela Universidade de Coimbra, mas exerceu a profissão apenas durante dez anos, já que, optando pelo exercício de funções públicas, lhe foi possível dedicar-se às suas duas grandes paixões: a leitura e os estudos arqueológicos. Exerceu alguns importantes cargos públicos, entre eles o de recebedor da Fazenda, professor e reitor do Liceu e governador civil. Em reconhecimento dos seus méritos, o rei D. Carlos deu-lhe em 1900 o título de conselheiro.

Como arqueólogo, deixou muito trabalho disperso, em publicações como “O Echo”, “O Progresso do Norte” e “O Archeologo Portuguez”, neste a convite do próprio Leite de Vasconcelos. No âmbito da história, escreveu estudos sobre os forais de Vila Real que lhe mereceram a eleição para sócio do Instituto de Coimbra. Sabe-se ainda que deixou muito material inédito. Foi um dos protagonistas do movimento museológico surgido em Vila Real nos anos 90 do século XIX e do movimento para a preservação do Santuário de Panóias. Por iniciativa de Ramalho Ortigão, foi feito vogal correspondente da Comissão de Monumentos Nacionais.

Entre 1895 e 1898 (pelo menos), manteve correspondência com José Leite de Vasconcelos, fornecendo a este matéria substancial que lhe permitiu desenvolver os seus estudos e dar actualidade à investigação sobre Panóias n’ “O Archeologo Portuguez”. À medida que essa correspondência

avançava e que se reconhecia o valor do monumento, tornam-se insistentes as recomendações de Leite de Vasconcelos ao Dr. Francisco de Sales da Costa Lobo, no sentido de acentuar a grande importância do santuário e de pressionar a Câmara Municipal a adquirir os terrenos envolventes, como primeiro passo para a sua recuperação.

FLAGRANTES DE UM POVO

Duarte Carvalho

Duarte Carvalho é um fotógrafo amador com uma grande sensibilidade para captar o instante pleno de significado. É além disso apaixonado pela cultura popular, em todas as suas manifestações. Dessa dupla condição, resultam imagens cheias de verdade e oportunidade sobre a vida do povo trasmontano. Chama ele a isto “armazenar a vida”.

Duarte Carvalho revela-nos, nesta interessante colecção de diapositivos, aspectos que se julgariam já perdidos, mas que é ainda possível surpreender no quotidiano da nossa vivência rural. Como ele também diz, seria “impensável um mundo sem ter registo de certos momentos”.

Ainda bem que ele os registou. Entre muitos outros motivos, são mostrados um tendeiro, um soqueiro de Varge, uma roleta de feira, um leiteiro, a matança, romeiros que almoçam, malas de emigrantes em porão de autocarro, um amolador, um santeiro, etc, etc. Tudo flagrantes de um povo.

EMÍLIO BIEL E VILA REAL

Vítor Nogueira

Karl Emil Biel, ou simplesmente Emílio Biel para os vila-realenses, nascido na Baviera em 1838, deu um contributo com alguma importância para a história de Vila Real, entre finais do século XIX e um pouco para além da primeira década do seguinte.

Ele ficou sobretudo ligado à iluminação eléctrica das ruas da então vila. Mas essa história começou antes dele. Começou com um outro pioneiro, Leopoldo Augusto das Neves, um grande homem de negócios que, em 1890, apresenta à Câmara Municipal proposta para iluminação pública com energia eléctrica gerada hidraulicamente — coisa de que nenhuma terra da província dispunha ainda, à época. A Câmara deixa-se seduzir pela ideia e em 26 de Junho desse ano celebra-se o contrato, válido por 30 anos e com a obrigação de ter a iluminação a funcionar em 1 de Janeiro de 1892. Mas levantaram-se algumas dificuldades que iriam retardar o momento da inauguração.

Foram adquiridas máquinas à empresa Schuckert, de Nuremberga, representada no Porto por Emílio Biel, que se deslocou a Vila Real em 1892, acompanhado de um engenheiro da empresa e de um fotógrafo, tendo tirado algumas fotografias do local onde se instalaria a unidade de produção de energia, no Agueirinho.

A Companhia Eléctrica e Industrial de Vila Real — assim se chamava a empresa de Leopoldo Augusto das Neves — não paga as máquinas adquiridas à firma alemã. Numa assembleia de sócios crucial, realizada em 24 de Abril de 1893, perspectivam-se duas possibilidades. Leopoldo Augusto das Neves tenta manter a empresa, através de um aumento de capital; Emílio Biel faz saber que está disposto a comprá-la. Acaba por se concretizar a venda a Biel, por 5.250\$000. A Câmara Municipal aceita a mudança.

Biel dá finalmente corpo à iluminação eléctrica. Feitas algumas experiências preliminares, a luz é inaugurada oficialmente em 13 de Junho de 1894, em plenas festas da vila. Mas logo se dá conta, pelos cortes sistemáticos no fornecimento, motivados pelos fracos caudais do Corgo,

que a presa de água está mal situada, havendo quem defendesse que devia ser antes a jusante da confluência do Corgo e do Cabril, para aproveitar também a água deste afluente.

Estabelece-se um conflito de tipo círculo vicioso: a empresa não fornece energia, a Câmara aplica multas, a empresa não paga as multas, a Câmara não paga a electricidade...

Lançando achas para a fogueira, Leopoldo Augusto das Neves escreve em 1906 um opúsculo de 16 páginas, dando a sua versão da história. A empresa responde com comunicados na imprensa.

Só mais tarde, e num outro contexto, com a nova central do Terragido, a situação se normalizará.

Sobre a instalação da energia eléctrica em Vila Real, há uma importante publicação da autoria de Luís Cabral Teixeira de Moraes, de 1897, ilustrada com fotografias da central e uma planta da rede eléctrica da vila desenhada pelo Eng^o Maujon.

Biel nunca abandonará de todo, até à sua morte em 1915, a sua relação com Vila Real. Em 1895, rebenta uma polémica a propósito do corte de pedra das escarpas do Corgo para construção da ponte mista. Biel reivindica a posse daqueles terrenos, mas, tendo feito valer a sua tese, autoriza generosamente a continuação do corte de pedra.

Em certa ocasião, estimulado pela existência de grande número de amieiros nas margens do Corgo, propõe-se criar uma fábrica de carrinhos de linhas, para fornecer à empresa britânica de fiação Clark, e chega a anunciar na imprensa que no escritório da sua empresa, na travessa de S. Paulo (actual rua Avelino Patena), se recebiam inscrições de pessoas dispostas a vender madeira de amieiro.

Biel foi também grande fotógrafo e editor. Da sua colaboração com Manuel Monteiro surgiram algumas obras que são hoje verdadeiros clássicos no género, como “A Arte e a Natureza em Portugal” (1901-1908) e “O Douro” (1911). Existem inúmeros vestígios desta actividade de Emílio Biel sobre Vila Real.

Refira-se, finalmente, que pela relevância económica e social que atingiu, Emílio Biel era frequentemente solicitado a dar contributos a várias instituições de beneficência da vila.

ESPÓLIO DE EUCLIDES PORTUGAL

Elísio Amaral Neves

Euclides Machado Peixoto, que viria a usar o nome Euclides Portugal (possivelmente da parte da mãe, mas a cuja adopção não teriam sido estranhas as conotações de patriotismo e nacionalismo sempre reclamados pelos grandes lutadores por ideais, sejam monárquicos, sejam republicanos), nasceu no dobrar do século XIX para o século XX e morreu na década de 1970. A sua vida profissional passou-a a uma secretária da agência local do Banco de Portugal. Mas a sua vida verdadeira, aquela em que pôs todo o seu entusiasmo, foi a luta política e a escrita.

Deixou um espólio importante, composto de álbuns com referências aos seus ideais monárquicos (cartões, postais), jornais em que colaborou (com predominância de “A Realeza”, de que aliás foi fundador), brochuras onde surgem escritos seus, objectos de viagem e de exílio, correspondência abundante, muitos manuscritos, pintura, etc.

Homem valente, frontal e desassombrado, insatisfeito com o regime republicano, com menos de 20 anos de idade luta pela restauração da monarquia no movimento conhecido por “Monarquia do Norte”, e chega — com aproximadamente 19 anos! — a ser nomeado administrador do concelho de Espinho. Com os desenvolvimentos da situação, desfavoráveis aos monárquicos, foge para Vigo e daí para o Brasil, onde tinha propriedades de família e permaneceu até por volta do 28 de Maio de 1926, regressando então a Portugal.

Mas, mesmo no Brasil, mantém a ligação com Vila Real. Juntamente com Daniel Salgueiro, que tinha relojoaria na Rua Central que era ponto de encontro dos monárquicos, funda o jornal “A Realeza”, que tem como administrador o próprio Daniel Salgueiro e, como directores, José Luís Alves Rodrigues e mais tarde o advogado Antas Botelho, tendo porventura também Euclides Portugal exercido efemeramente funções directivas.

É bom que se diga que a época de 20 é de grande pujança, em matéria de imprensa, em Vila Real. Para além dos jornais já existentes, como “O Vilarealense” (órgão regenerador fundado em 1880), “O Povo do Norte”

(republicano, 1891), “A Evolução” (evolucionista, 1913), “O Dilúculo” (jornal literário, 1918), “O Corgo” (republicano independente, depois republicano popular e depois ainda republicano radical, 1919), “A Ripada” (jornal literário, satírico e crítico, 1919), outros iniciam a sua publicação nesta década, como “1.º de Maio” (número único editado em 1920 pela União Artística Vila-Realense), “A Realeza” (monárquico, 1922), “O Tremeliques” (satírico, 1922), a 2ª série de “A Democracia” (republicano, 1923), “O Marão” (nacionalista, 1923), “O Anjo da Diocese” (religioso, 1923), o “Boletim do Academico Foot-Ball Club” (desportivo, 1923), “O Academico” (órgão da academia, 1923), “A Alvorada” (do Grupo nº 24 dos Adueiros, 1923), “Cultura Moral” (religioso, 1924), “Traz-os-Montes” (órgão regionalista, 1924), “Florinhas da Neve” (número único em 8.12.1925) e também “As Florinhas da Neve” (1926).

Euclides Portugal colaborou pelo menos em “O Povo do Norte”, “O Vilarealense”, “A Realeza” e, a partir dos anos 30, no mais importante jornal político e literário da época, “A Ordem Nova”, fundado em 1931 como órgão da União Nacional, de que foi director o Dr. Júlio Teixeira.

Quando, pelo 28 de Maio, ele considera ter condições para regressar a Vila Real, concorre ao Banco de Portugal, fica em 1º lugar e assume as funções de escriturário, que exerce ao longo de décadas. Acumula essas funções com a luta política e a escrita. Apoiava o movimento nacional-sindicalista liderado por Rolão Preto, chegando a pertencer ao seu Conselho Geral. Mantém-se fiel aos ideais restauracionistas, procurando acompanhar o pensamento algo irreverente das vanguardas monárquicas, o que lhe granjeia uma certa aura de esquerdismo.

Com a longevidade, estabilidade e tolerância em relação à ideia monárquica do Estado Novo, encontra condições para desenvolver a sua vocação para a escrita. Escreve abundantemente, para os jornais, para as brochuras de divulgação do concelho, ou dos bombeiros, ou, por exemplo, do Grupo Excursionista “Águias do Marão”, ou das corridas, ou das exposições artísticas (e aqui é preciso salientar a apetência de Euclides Portugal pela arte e a sua predilecção pelo modernismo), etc, etc. Na verdade, ele não se consegue eximir aos pedidos de escritos que lhe chegam de toda a parte. A pouco e pouco, porque o seu impulso literário era muito

forte e porque as pessoas e instituições reconheciam nele a pena sempre pronta para a escrita e sempre generosa, foi-se tornando uma espécie de escritor oficial da cidade, lado a lado com o Dr. Manuel Cardona e Afonso de Castro, ou, em menor grau, o Dr. Otílio de Figueiredo, o Dr. Correia de Barros e o Dr. Sebastião Ribeiro, ou ainda, bastante mais tarde, Alberto Miranda. (Uma das imagens que muitas pessoas guardam de Euclides Portugal era sentado a escrever ininterruptamente, à noite, à mesa da Brasileira.)

Manteve relações com diversos artistas. Miguel Barrias pintou-lhe o retrato e correspondeu-se com ele. De um postal enviado de Portalegre, transcrevemos estas palavras do pintor, que alguma coisa dizem do seu afecto por Vila Real: “O meu atelier que sonhei desde muito novo em frente do Jardim da Carreira e que nunca consegui ter. Que grande pena!”. Miguel Barrias nunca chegou a ter o seu atelier em frente do Jardim da Carreira. Mas esta sua correspondência com Euclides Portugal motivar-nos-á futuramente a mostrar algumas obras do grande mestre vila-realense.

ROLO DE CARICATURAS DE AURELIANO BARRIGAS

Elísio Amaral Neves

Aureliano de Almeida Barrigas nasceu em Vila Real nos primeiros anos da década de 90 do século XIX e aqui faleceu em 1948, com 55 anos de idade. Era filho do cirurgião militar do Regimento de Infantaria 13, Dr. Manuel Lopes Barrigas e neto de um abastado proprietário, financeiro e administrador de fundos, chamado Joaquim de Almeida e Silva.

No ano lectivo de 1905/6 matriculou-se na Escola de Desenho Industrial D. Luiz I, onde foi aluno de Nuno de Novais Júnior, Ângelo Coelho de Magalhães Vidal e do pintor Bernardino Raul Trindade Chagas, e onde se revelou desde logo um aluno distinto. Mais tarde virá a ser um grande desenhador, ilustrador, capista, cartazista e também caricaturista, talentos estes que esbanjou generosamente, sempre em prol da comunidade

em que nasceu e viveu a maior parte da sua vida.

Dispondo de meios de fortuna avultados, Aureliano Barrigas pôde dedicar-se àquilo de que verdadeiramente gostava e praticar os talentos com que nasceu. Viveu conforme ao espírito da época que, sobretudo nos anos 20 e 30, se voltava para as actividades desportivas. Destas elegeu o desporto mecânico como seu preferido, embora não desdenhasse o futebol. Foi também fotógrafo amador de certo mérito.

Se porventura tivesse desenvolvido mais a aprendizagem de belas artes e cultivado relações assíduas com artistas, poderia ter sido um nome cimeiro do nosso panorama artístico. Alguns dos seus cartazes são peças belíssimas, como os que fez para a inauguração do Campo do Calvário e para as corridas de automóveis na década de 1930. Mas a verdade é que viveu quase sempre em Vila Real, à excepção de algumas temporadas passadas no Porto (onde estudou) e na Foz do Douro, onde tinha casa, que decerto lhe terão possibilitado alguns contactos com artistas portuenses, sem que isso significasse nunca um corte com a sua terra. Podemos defini-lo, em termos artísticos, como um modernista da primeira geração a que o próprio isolamento de Vila Real coarctou as magníficas potencialidades com que nasceu.

Uma das suas aptidões foi pois a caricatura. Mostrou trabalhos seus, nesta disciplina artística, numa sala própria, durante o 1.º Congresso Trasmontano, realizado em Vila Real entre 7 e 16 de Setembro de 1920.

A peça mostrada hoje, presente na exposição atrás referida sob o título de “Vila Real no Congresso”, é um grande retalho de papel, com as dimensões de 4 por 0,75 metros, que mostra um trecho da Avenida Carvalho Araújo (mais exactamente, a casa dos Marqueses de Vila Real) a servir de fundo a um grupo de figuras de grande projecção local, na década de 1920, de que é possível reconhecer algumas. Assim, o Exército está representado pelo Major António Fernandes Varão e pelo Capitão António Manuel da Mota e Costa. A Autoridade (GNR) pelo Alferes Domingos Vaz Júnior. As Obras Públicas pelos Eng.ºs Filipe Correia de Mesquita Borges Júnior, José Manuel Borges Júnior e Emílio de Sousa Botelho, e por Frederico Monteiro da Rocha Peixoto. A Administração do Concelho, por uma figura hoje dificilmente identificável. Albano Fernandes

representa a Caixa Geral de Depósitos, o Dr. Pedro Maria da Cunha Serra representa o Liceu e o Dr. Sebastião Augusto Ribeiro a Escola Normal. A actividade farmacêutica está presente através de Olindo Gomes Ferreira e a Cirurgia através do Dr. Henrique Ferreira Botelho. Muitas das figuras ostentam objectos próprios da profissão, que ajudam a caracterizá-las. Assim o Dr. Henrique Botelho, por exemplo, traz um fórceps e um equívoco coração e Albano Fernandes, que tinha funções de prestamista na Caixa Geral de Depósitos, exhibe maliciosamente um prego...

Mas Aureliano Barrigas ganhou também um lugar na memória e na gratidão de Vila Real pelo seu papel na criação e afirmação do Circuito Automóvel. Interessadíssimo em questões de mecânica, mantinha relações de amizade com os representantes das grandes marcas de automóveis em Vila Real, nomeadamente o Eng^o Emílio Botelho, da Chevrolet, e Luís Taboada, da Ford. Escreveu mesmo (e ilustrou a capa e o texto) dois livros sobre mecânica: “Como tratar o meu automovel” (1926) e “A inflamação electrica por magneto ou bateria, nos automoveis” (1928).

Nas décadas de 1910 e 1920 promoveu algumas corridas de motos, assim como gincanas e exposições de carros, numa actividade que viria a desembocar em 1931 nas primeiras corridas de automóveis, realizadas em 15 de Junho, integradas nas Festas da Cidade, e em cuja organização Aureliano Barrigas participou, juntamente com os representantes locais da Chevrolet, Ford, Fiat e Citroën, e ainda com o Automóvel Clube de Portugal, que se ocupou dos aspectos técnicos e que, no final, atribuiu nota máxima ao evento, considerando que estavam reunidas condições para a realização de um grande prémio anual.

O traçado foi o seguinte: partida da Avenida Almeida Lucena, Entroncamento da Timpeira, Mateus, Estação do Caminho-de-Ferro, Avenida Almeida Lucena, perfazendo 7.150 metros, que deviam ser percorridos vinte vezes (ou seja, um total de 143 km) num tempo máximo de três horas e meia. Participaram nele perto de uma dezena de automóveis.

A Casa do Caminho de Baixo, hoje Museu de Vila Real, que havia sido adquirida em 1890 por seu avô Joaquim de Almeida e Silva, era então pertença de Aureliano Barrigas, que a colocava de bom grado à disposição dos corredores que assim o desejassem, para nela fazerem a preparação

dos seus bólides para as provas a disputar. A Casa esteve na posse da família e herdeiros de Aureliano Barrigas entre 1890 e 1977.

MEMÓRIA DE CARVALHO ARAÚJO

Elísio Amaral Neves

José Botelho de Carvalho Araújo é mais um exemplo de vila-realense ilustre que não nasceu em Vila Real. Mas o seu nascimento no Porto, freguesia de São Nicolau, em 18 de Maio de 1881, foi um acidente. Os pais tinham-se deslocado ao Porto para visitar a avó materna, que se encontrava gravemente doente, e o parto não pode esperar. Carvalho Araújo viveu os dois primeiros meses no Porto, após o que regressou a Vila Real, onde os pais viviam.

Aqui passou uma infância normal, igual à de tantas outras crianças. Mas, quando chega a altura de optar por uma carreira, faz os preparatórios para a Escola Naval, na Academia Politécnica do Porto, entre 1897 e 1899. Incorpora-se na Marinha neste último ano e começa aí uma brilhante carreira militar.

Casa em 13 de Janeiro de 1906 com Dona Ester Ferreira de Abreu, sua parente afastada. Celebrou o casamento o padre Filipe Correia de Mesquita Borges. A cerimónia teve lugar às cinco da manhã, decerto por aversão do noivo à notoriedade. No assento de casamento, figura a indicação, algo insólita, de que Carvalho Araújo é “morador desde tenra idade, nesta Vila Real”. Qual a intenção desta indicação? Possivelmente surge a pedido de Carvalho Araújo, que desejaria dessa forma afirmar a sua condição de vila-realense, já que, pelo nascimento, era de facto portuense.

A sua vida gravita em torno de alguns pólos fundamentais. Desde logo Vila Real, que não esquecerá nunca. Depois, a família, a que o unem laços de amor quase possessivo. Também os ideais republicanos, que defendeu através da sua acção política e tribunícia. Enfim, o mar, que foi

a sua profissão.

Ao longo da sua carreira, Carvalho Araújo foi encarregado de diversas missões e prestou serviço em diversos navios. Como comandante, nos caça-minas “Manuel de Azevedo Gomes” e “Augusto de Castilho”, em cuja ponte viria a morrer. Antes disso, tinha servido a bordo dos cruzadores “Almirante Reis”, “Vasco da Gama”, “Adamastor” e “República”; da corveta “Duque da Terceira”; das canhoneiras “Zambeze”, “Diu” e “Lúrio”; e do rebocador “Bérrio”.

Encontra forma de partilhar as suas viagens com a família, através de um meio que então dava os primeiros passos: o postal ilustrado. Envia postais de todas as terras por onde passa, por todos os paquetes. Esses postais são por vezes muito lacónicos, sendo a mensagem apenas quase um pretexto para enriquecer a coleção que, juntamente Dona Ester Ferreira de Abreu, então ainda noiva, vai fazendo. Quando se encontrava na costa oriental de África, a bordo do “Adamastor”, em finais de 1903, teve o prazer de receber os primeiros postais editados em Vila Real, com motivos vila-realenses, o que lhe deve ter causado uma emoção facilmente imaginável.

Regressado a Lisboa após uma missão como Governador do Distrito de Inhambane, em Moçambique, é colocado no comando do “Augusto de Castilho”, com a missão de patrulhar as carreiras dos paquetes entre os arquipélagos da Madeira e dos Açores. No âmbito dessa missão, cabe-lhe comboiar o “São Miguel”, entre o Funchal e Ponta Delgada. Estava-se em Outubro de 1918, na parte final da guerra, a Alemanha, praticamente derrotada, tinha já mesmo pedido o armistício, que todavia só vem a ocorrer em 11 de Novembro desse ano.

Num postal escrito a sua mulher em 11 de Outubro — o último que escreveria —, Carvalho Araújo informa de que à chegada à Madeira tinha tido mar grosso e que, obrigado a uma quarentena de 10 dias, preferiu seguir logo para os Açores, escoltando o navio de passageiros. Espera poder, dentro de 15 dias, regressar à Madeira, e depois a Lisboa.

Não regressou. Na madrugada de 14 de Outubro, dia do nascimento do seu sétimo filho, surge o submarino alemão “U-139”, que ataca o “São Miguel”. O combate é desigual e Carvalho Araújo morre ao comando do

seu caça-minas. A sua heroicidade é considerada o maior feito da nossa participação na Grande Guerra.

A União Artística Vila-Realense, interpretando o sentimento local e nacional, toma a iniciativa de propor à Câmara Municipal, logo em 1919, a atribuição do nome do marinheiro à então Avenida Municipal. Dela parte também a iniciativa da construção de um monumento, o qual veio a erigir-se em Vila Real, ultrapassada uma certa rivalidade do Porto, por subscrição pública nacional.

O postal de 11 de Outubro deve ter chegado a Dona Ester Carvalho Araújo já depois da tragédia, embora ainda antes da confirmação da notícia. De toda a maneira, a viúva de Carvalho Araújo dirá, em entrevista posterior, cinquenta anos depois, que a notícia lhe foi sendo ocultada e que só veio a ser confrontada com a verdade terrível, por sua iniciativa, pela leitura do “Diário de Notícias” que mandara comprar.

O “LIVRO DE MADAME BROUILLARD — DIVINAÇÃO DO PASSADO, PRESENTE E FUTURO”

A. M. Pires Cabaral

Virgínia Rosa Teixeira nasceu em Vila Nova, freguesia de Folhadela, em 9 de Novembro de 1852, filha de Luciano José Teixeira e Maria Teixeira. Até aos começos do séc. XX, a obscuridade é quase total sobre a sua vida. Sabemos — ou talvez melhor, julgamos saber, guiados sobretudo por declarações suas que poderão nem sempre ser dignas de crédito — que conheceu muitos países, como o Brasil, a Espanha, a França, a Inglaterra, a Rússia e a América. No Brasil ter-se-á dedicado, entre outras actividades, à quiromancia (adivinhação através das características da mão) e a outras ciências ocultas.

O resto das suas viagens, pela Europa e América, terá já sido preenchido com o exercício dessa profissão, que lhe terá rendido uma fortuna considerável. Regressada a Portugal, instala-se em Lisboa, na Rua

Nova do Carmo, 43, sobreloja, direito, onde abre consultório e conquista uma clientela numerosa e até ilustre, sendo fama que alguns dos políticos mais influentes do tempo, como João Franco, costumavam consultá-la antes de tomarem decisões importantes.

Madame Brouillard é nome profissional de Virgínia Rosa Teixeira. Tem-se especulado sobre qual a origem deste nome. O jornalista de “O Trasmontano” (suplemento da “Ilustração Trasmontana”) que a entrevistou em Junho de 1910, questionou-a sobre o assunto. Madame Brouillard respondeu evasivamente: “Casei com uma alta personalidade espanhola que me levou para Espanha. Meu marido era uma grande figura. Quem? Não importa! (...) Chamo-me Joséphine Brouillard.” O mais provável é que o nome não lhe advenha do marido, mas antes seja uma criação sua, destinada a sugerir o ambiente de mistério que rodeia sempre as actividades de adivinhação. Com efeito, o nome comum francês “brouillard” significa “nevoeiro”, e é pois adequado e propício para quem entrevê o futuro por entre brumas de mistério.

Madame Brouillard nunca esquece Vila Real e confessa mesmo paixão pela terra que a viu nascer. Diz ela, na referida entrevista: “Amo, amo Vila Real, e pela minha terra estou fazendo quanto posso. (...) Nem outra razão de ser tem hoje a minha actividade.”. E de facto fez muito por Vila Real, no campo da benemerência. No seu testamento, lavrado em 4 de Dezembro de 1921, deixa todos os seus imóveis e o que neles se encontrar, ao Hospital da Divina Providência de Vila Real. A União Artística Vila-Realense e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública são também contempladas no testamento.

Existe ainda uma certa memória, em Vila Real, de que a família de Madame Brouillard, nomeadamente a que residia no Brasil, se tinha de alguma forma afastado dela, por motivos que não são claros, o que a levaria a declarar no testamento que não tinha “herdeiros alguns legítimos”. Todavia, quando o testamento a favor de Vila Real foi conhecido, esses familiares interpuseram uma acção na comarca de Lisboa para tentar obter a sua nulidade. Madame Brouillard chegou a ser examinada por médicos, para se aquilatar da sua sanidade mental (tinha então 69 anos). O Hospital da Divina Providência nomeou advogados em Lisboa, o processo arrasta-

-se alguns anos, sobe ao Supremo Tribunal de Justiça e este, em 1932, sete anos depois da morte de Madame Brouillard, acaba por decidir definitivamente a favor das instituições beneficiárias.

Madame Brouillard morre em Lisboa, em 4 de Setembro de 1925, mas é transladada para Vila Real, repousando no seu mausoléu do Cemitério de São Dinis, ao lado da mãe, por quem nutriu em vida um grande carinho.

Por sugestão da Santa Casa da Misericórdia, a Câmara Municipal de Vila Real delibera, em 18 de Outubro de 1929 dar o nome de Avenida Madame Brouillard “à parte da estrada municipal para Folhadela que liga os Três Lagares à Ponte de Tourinhas”. Na verdade, essa decisão vem apenas confirmar oficialmente um nome que já estava popularmente consagrado há quase 20 anos. Tratava-se do arruamento onde Madame Brouillard mandara construir em 1910 quatro casas que ainda lá se encontram, numa das quais se veio a instalar a chamada Escola Mista da Raposeira, para a qual Madame Brouillard forneceu gratuitamente casa, mobiliário e utensílios escolares. O arruamento tem actualmente a designação de Rua Madame Brouillard, mais conforme à sua real importância.

Das suas leituras, investigações e prática de consultório, deixou-nos Madame Brouillard um livro, justamente intitulado “Livro de Madame Brouillard — Divinação do Passado, Presente e Futuro” conheceu a primeira edição em 1907. Mais tarde, em 1916, será reeditado com pequeníssimas alterações. Ao longo de onze capítulos, a quiromante resume “a minha maneira de explicar os sinais da mão e os princípios que me têm orientado na minha prática”. É uma curiosidade bibliográfica que, se nada acrescenta à glória das letras vila-realenses, nos permite pelo menos conhecer um pouco melhor a estranha figura de mulher que foi Madame Brouillard.

PASTA DE CURSO E BATINA DE MONSENHOR JERÓNIMO AMARAL

Nuno Botelho

Jerónimo Teixeira de Figueiredo Amaral — que viria a ser sucessivamente Dr. Jerónimo Amaral, depois Padre Jerónimo Amaral, enfim Monsenhor Jerónimo Amaral — nasceu em 1859 na Casa de Urros (freguesia de Mateus) e ali viveu até ao seu falecimento em 1944. Foi uma das figuras maiores do concelho, pela sua acção em favor da comunidade como pela rigorosa coerência de toda a sua vida, fiel sempre a valores de que nunca se afastou.

Foi de resto esta coerência que, em tempo de grandes clivagens sociais — por um lado as ideias liberais, por outro lado as ideias conservadoras, católicas e nacionalistas —, dividiu radicalmente a sociedade vila-realense na apreciação da sua pessoa e da sua obra. É preciso notar que, nessa época, Vila Real era um centro republicano importante, com uma imprensa pujante e aguerrida. É certo também que o número dos que tinham sobre a sua acção uma opinião negativa vai diminuindo à medida que o tempo passa e a sua obra vai sendo reconhecida. Mas o reconhecimento desta fica muito aquém do que seria justo: não vai além da inclusão do seu nome na toponímia local, da atribuição do mesmo a um estabelecimento de ensino e de um pequeno busto, hoje deslocado da sua localização original. E só muito tarde, em 1936, por ocasião de uma visita do então Presidente da República, General Óscar Fragoso Carmona, a Vila Real, Monsenhor Jerónimo Amaral é agraciado com a Comenda da Ordem de Cristo, e mesmo então num gesto que incluía outras pessoas, como o Dr. João António Cardoso Baptista (responsável pelo Amparo de Nossa Senhora das Dores), Paulino Correia da Rocha (um benemérito cujo nome o tempo ajudou a esquecer), José Alves (“um honroso e venerando” lavrador de Folhadela) e, alguns dias depois, o próprio Governador Civil do Distrito, Tenente Horácio de Assis Gonçalves. Dois anos mais tarde seria igualmente agraciado com a Ordem de Instrução Pública.

Convenhamos que havia razões para as forças mais liberais

manifestarem desconfiança e incompreensão. Era difícil aceitar que um rapaz jovem, bem parecido, ilustrado, bacharel em Direito (título que continuará a referir até 1896, já depois de ordenado sacerdote), senhor de grandes meios de fortuna e credor de consideração social, optasse por dedicar-se à religião e exercer obra considerada da reacção. A desconfiança instala-se quando em 8 de Março de 1892 o Padre Jerónimo Amaral diz missa nova, na Capela da Casa de Mateus, perante cerca de 3 mil pessoas, atraídas ali pela curiosidade, pela incredulidade, pela festa e também, talvez o maior número, pela oportunidade de receber uma esmola.

Alguns meses depois, o Padre Jerónimo Amaral abre o Colégio de Nossa Senhora do Rosário, primeiro na antiga Colegiada de Santa Ana e depois mudado para o edifício que constrói de raiz, dirigido pelo Padre Damião Martins. E a desconfiança cresce nos seus detractores, que vêm com desagrado serem escolhidos para professores padres da Companhia de Jesus, em detrimento dos grandes nomes locais, padres e bacharéis, ligados ao ensino. Houve então quem insinuasse não se saber ao certo se aquilo era um colégio, um seminário ou “um quartel do exército negro”.

E a animadversão para com Monsenhor Jerónimo Amaral (a quem fora concedida esta dignidade em 1896) não cessa de crescer, quando o vêm disputar as eleições legislativas mais dramáticas do regime constitucional, em Agosto de 1910, nas listas do Partido Nacionalista, tendo sido até aí militante do Partido Progressista. O Partido Nacionalista, fundado por Jacinto Cândido da Silva, defendia o catolicismo de inspiração jesuítica e um nacionalismo exacerbado, e nascera de uma cisão no seio do Partido Regenerador. Esta atitude de Monsenhor Jerónimo Amaral vale-lhe por isso o ódio simultâneo dos progressistas e dos regeneradores.

Mas a verdade é que, se alguma coisa tinha mudado, teriam sido o Partido Progressista e o Partido Regenerador, e não Monsenhor Jerónimo Amaral. Ele não se afastou um milímetro do seu pensamento de sempre. Acreditava que os governantes da fase final do regime monárquico e o próprio rei prosseguiram um caminho exageradamente liberal e radical nas questões religiosas, e erguia desse modo o seu protesto.

Mas esta intervenção política terá sido apenas um episódio sem outras consequências na vida de Monsenhor Jerónimo Amaral. Ele

dedicar-se-ia sobretudo à vida religiosa. Trocou uma vida de honrarias e facilidades pelo sacerdócio humilde, recusando as dignidades, que lhe foram oferecidas, de bispo de Bragança e depois de Vila Real. Criou um estabelecimento de ensino onde se promoviam as suas ideias de propagação da fé. Como orador sagrado, os seus sermões foram exemplares na exaltação da fé.

Dedicou-se também à benemerência, que quase podemos dizer que foi a grande razão de ser da sua vida. Dotado de grande bondade, colocou a sua fortuna ao serviço das grandes e pequenas obras de interesse social. Além do referido colégio, construiu um novo edifício para o Liceu, que mais tarde trocou ao Estado pelo Convento de Santa Clara para nele se construir o Seminário Diocesano. Vendeu o seu colégio à Misericórdia por baixo preço, para esta instalar ali o hospital, acanhado nas instalações que ocupava naquele que é hoje o edifício dos Paços do Concelho. Pagou do seu bolso a bula pontifícia que cria a Diocese de Vila Real, de que viria a ser vigário-geral. Adquiriu e mobilou um edifício na Avenida Carvalho Araújo para Paço Episcopal e, quando o bispo se mudou para o seminário entretanto construído, vendeu esse edifício e entregou o dinheiro à Diocese. Cedeu inúmeros terrenos para expansão da vila na margem esquerda do Corgo. Cedeu o chão para o Santuário de Nossa Senhora de Lurdes e custeou em parte as obras respectivas. Seria enfadonho referir os mil e um pequenos e grandes gestos com que favoreceu a comunidade, mas, a título de exemplo, refira-se um: a construção de um altar na sala número 1 da Cadeia Civil, onde foi autorizada, a pedido do Padre Domingos Peixoto, a celebração da missa aos domingos e dias santificados, sendo a primeira celebrada por Monsenhor Jerónimo Amaral, no dia 10 de Abril de 1899.

Mas, envolto quase numa aura de santidade, Monsenhor Jerónimo Amaral era no fundo uma pessoa como as outras, com a sua teia de relações (era amigo próximo dos padres Filipe Borges e Luís Castelo Branco, e visita assídua dos seus vizinhos da Casa das Quartas), frugal na alimentação, solícito nos pedidos com que constantemente o confrontavam, grande devorador da imprensa periódica, entusiasta das actividades de ar livre, apreciador de futebol, amigo de uma boa partida de cartas... Humano, no final de contas.

HABILITAÇÕES PARA EDITOR DA IMPRENSA PERIÓDICA VILA-REALENSE (SÉC. XIX)

Elísio Amaral Neves

Em 1866 saiu uma nova lei de imprensa, mais conforme aos ideais democráticos e à “liberdade na manifestação do pensamento” que então dominavam a cena política. Essa lei como que liberalizava a actividade dos editores de periódicos, abolindo as cauções e sobretudo as restrições anteriormente existentes.

Este clima de abertura despoletou um pouco por toda a parte a saída de novos jornais. Foi esse também o caso de Vila Real, onde sai, em Junho de 1873, o primeiro jornal, “O Transmontano”, de feição democrática e ideais republicanos. Foi o fruto do entusiasmo de um grupo de amigos de Augusto César (na altura pelos seus 30 anos), que o conseguiram persuadir a aceitar ser proprietário e editor (e, praticamente, único redactor). O jornal saía em condições heróicas. Havia em Vila Real dois, no máximo três, prelos fixos, dimensionados para pequena obra de impressão. Houve pois que solicitar ao governador civil de então, o bacharel António Tibúrcio Pinto Carneiro, autorização para imprimir o jornal no prelo da Junta Geral do Distrito, o que de boa vontade deferiu, não obstante lhe ter sido comunicado qual a orientação política do jornal. A composição do jornal ficou a cargo de Estanislau Correia de Matos.

Esta ausência de prelo adequado à impressão de um jornal foi a princípio uma das grandes dificuldades com que o jornalismo se debateu em Vila Real. É certo que em 1872 Estanislau Correia de Matos já tem oficina própria e conhece-se material impresso nos anos 50 e 60 com origem, respectivamente, em dois outros prelos: o já referido, da Junta Geral do Distrito, que o mesmo é dizer, do Governo Civil, e o do comerciante, relojoeiro, fotógrafo, tipógrafo e publicista António Narciso Alves Correia, de quem se conhecem documentos impressos em 1859.

É certo também que essa dificuldade não impediu Vila Real de ter acesso, antes da saída de “O Transmontano”, a muito material impresso. Vila Real era uma terra com hábitos de leitura e muitos cidadãos e

instituições eram assinantes de periódicos de fora. Por outro lado, havia correspondências de Vila Real não só na imprensa nacional do Porto, Coimbra e Lisboa, como na imprensa de Bragança, Lamego e Régua, tudo terras que se tinham adiantado a Vila Real na criação de órgãos de comunicação nos anos 40, 50 e 60. Não podemos esquecer também a publicação de editais (complementando a actividade dos pregoeiros) e o panfletarismo de natureza política, já desde os anos 30, alimentado por pequenos prelos-de-mão e litografias, como os que geralmente acompanhavam os destacamentos militares para impressão de notícias, propaganda, ordens de serviço, avisos à população, etc.

Todos estes antecedentes predispunham a que, mais tarde ou mais cedo, aparecesse um jornal em Vila Real. Os anos de 1834 e 1836 são de intenso associativismo social. É então que se fundam o Clube de Vila Real (1834) e a Associação Nacional Vila-Realense (1836). Mas antes de surgir o primeiro jornal, haveria ainda lugar a várias tentativas frustradas. Assim, em 1834 chega a anunciar-se uma publicação intitulada “Periodico Semanal de Adivinhações”, dedicada ao charadismo e promovida por José António Camelo de Araújo e Abreu, delegado da Recebedoria-Geral da Província de Trás-os-Montes na comarca de Vila Real. Em 1835, por iniciativa de António Borges de Azevedo Cerqueira Mansilha, tenta-se lançar o “Folheto Semanal de Charadas e Enigmas”. Em 1853, na sequência de uma visita ao Minho e Trás-os-Montes do antigo ministro e deputado Conselheiro Lopes Branco, numa última tentativa para manter o Partido Cartista, estuda-se o lançamento de um jornal conservador de inspiração cartista. Em 1855, em plena época fontista, de marcado progresso no campo das obras públicas, surge a mais séria tentativa. Era tempo de grandes convulsões no Douro e precisava-se de uma voz autorizada para defender os interesses da região. Procura-se então constituir uma empresa por acções para equipar uma tipografia e editar um jornal.

Há ainda outras tentativas, mas, como vimos, só em 1873 surgirá o primeiro jornal, porque só então há verdadeiramente condições para isso. Condições externas ao concelho: são dados os primeiros passos para a organização da corrente política republicana e é implantada a república em Espanha. Também condições internas: o consulado de Almeida Lucena,

com a cidade virada do avesso em matéria de obras e urbanismo, a criação da companhia “Transmontana” de caminho de ferro americano, que deveria ligar Vila Real à Régua, e a fundação do Banco Comercial, Agrícola e Industrial de Vila Real (4 de Maio de 1874).

Tardou, pois, o primeiro jornal vila-realense. Mas a semente estava lançada e germinou com grande pujança. Até ao início de 1875 sairão mais quatro títulos, que representavam os partidos regenerador e progressista. E, de então em diante, contam-se por muito mais de uma centena os jornais, das mais diversas orientações e esferas de interesse, publicados em Vila Real.

No Arquivo Distrital de Vila Real, no Fundo da Administração do Concelho de Vila Real, existem, cobrindo o período de 1874 a 1898, a maior parte das habilitações à condição de editor de jornal, instruídas nos moldes da lei de 1866. São documentos importantes, que fornecem indicações sobre os títulos dos jornais, seus responsáveis, datas aproximadas de início (e às vezes termo) da publicação. Por elas ficamos também a saber títulos de jornais que não chegaram a sair, como “A Serio — A Rir”, “O Revolucionario” e “A Nova Aurora”, e jornais que foram continuados por outros títulos, mantendo-se todavia, na maior parte das vezes, o editor e a orientação política. Incluem-se nestes: “A Provincia”, de 1874, que teve sequência em “Correspondencia do Norte” e este em “O Commercio de Villa Real”; “O Districto de Villa Real”, de 1881, continuado em “Gazeta de Villa Real”, este em “O Campeão do Norte”, este de novo em “Gazeta de Villa Real”, este em “O Campeão” e este, finalmente, em “A Folha de Villa Real”; “O Cabula”, de 1884, continuado em “O Correio de Villa Pouca”; “O Registro”, de 1887, continuado em “O Solicitador”; “A Academia Portugueza”, de 1890, continuado em “A Academia” e em “O Liberal”; “O Povo do Norte”, de 1891, continuado em “Aurora da Liberdade”, este em “O Trasmontano” (2ª série), e este de novo em “O Povo do Norte”; “A Chronica”, de 1892, continuado em “O Independente”; “A Palmatoria”, também de 1892, continuado em “O Moscardo”.

O MERCADO FECHADO DE 1885 (FOTOGRAFIA)

Elísio Amaral Neves

Ainda há muitas pessoas em Vila Real que recordam o velho Mercado Fechado, que durante mais de meio século serviu os vila-realenses, até que, em Fevereiro de 1941, um ciclone que ficou célebre pela sua violência o incapacitou para a função.

A sua construção, no último quartel do século XIX, tem de ser compreendida no quadro das circunstâncias e das preocupações sanitárias da época.

Os finais dos anos 60, princípios dos anos 70 do séc. XIX, não seriam já época de grandes epidemias, como as que no passado tinham devastado por diversas vezes a população portuguesa. Mas a verdade é que se mantinham, um pouco por todo o lado, condições de insalubridade que a visão de alguns políticos mais esclarecidos ia tentando combater. Vila Real tem por essa altura um presidente da Câmara de horizontes largos, Almeida Lucena, homem dinâmico e corajoso, que é um verdadeiro higienista: vira Vila Real do avesso, deitando abaixo inúmeros pardieiros e casas insalubres, alarga ruas antigas e abre novas ruas, arboriza a vila e repensa o abastecimento de água. Morre muito novo, sem tempo para concretizar todos os seus projectos, e a verdade é que, por falta de coragem, os presidentes que imediatamente se seguiram não estiveram à altura da sua acção.

Só passados quase dez anos é que alguns desses projectos vão avançar. Por uma razão: a epidemia chamada cólera morbus que atinge a Europa na primeira metade dos anos 80 e se aproxima perigosamente de Portugal, já que ataca com grande virulência em oito províncias de Espanha, algumas delas próximas de Trás-os-Montes. Tomam-se então, em todo o Norte, medidas profiláticas para evitar a epidemia. Nomeadamente, estabelece-se um cordão sanitário (em que, a propósito, participam militares do RI 13 de Vila Real e o seu cirurgião principal).

No que respeita a Vila Real, são constituídas comissões de rua para inspecionar as condições de asseio e higiene das casas; fiscalizam-se os

estábulo dos cabreiros e melhora-se a sua salubridade; suspendem-se as feiras de gado; remove-se com mais frequência a água estagnada nos tanques públicos; lança-se alcatrão e fogo em todos os aquedutos e recantos onde houvesse detritos e perigo de infecção; caia-se o edifício da Câmara Municipal; procede-se à lavagem de roupas e enxergas na Cadeia Civil; divulgam-se através da imprensa precauções e procedimentos de natureza higiénica a tomar pelas populações; a Câmara Municipal adquire duas macas para o transporte de doentes para o hospital, na eventualidade da chegada da cólera morbus; e, num outro plano, rezam-se missas para que Deus afaste de terras portuguesas a moléstia.

O receio da epidemia teve também o condão de despertar os autarcas para a política higienista de Almeida Lucena, com um conjunto de medidas que visavam, todas elas, mais ou menos directamente, a melhoria das condições de saúde pública em Vila Real. Assim:

O Liceu passa a ter melhores instalações, na Rua das Flores (actual Rua D. Margarida Chaves) em 1881. Estatui-se um regulamento para os expostos em 1882. Em 1883 é criada a Polícia Civil. Elabora-se um projecto (só em parte concretizado) para o novo edifício dos Paços do Concelho em 1884. Ainda em 1884 inicia-se a construção do chamado Edifício Municipal, na Carreira de Baixo, para albergar a Secretaria Militar, mas que, posteriormente, albergaria igualmente diversos outros serviços camarários. Em 1885 adquire-se a casa para o Asilo Amparo de Nossa Senhora das Dores e começam as obras do novo Matadouro. No mesmo ano, entre Maio e Junho, estuda-se e elabora-se o projecto para a ponte sobre o Corgo, visando alargar a vila para a margem esquerda, onde havia boas condições de salubridade. Em 1886 é apresentado na Câmara de Deputados o projecto de construção do Caminho de Ferro do Vale do Corgo. No mesmo ano é adjudicado o alargamento do Cemitério Público. Abrem-se novas escolas, colégios e aulas particulares; entre elas, a Escola de Desenho Industrial, em 1888.

Como medida essencial de renovação da vila, surge também o Mercado Fechado, a que também é dado o nome de Mercado Coberto, cujo caderno de encargos inclui, além das obras de construção propriamente dita, grandes beneficiações na zona envolvente: nivelamento e arborização

da Praça Luís de Camões e do Largo do Chafariz, e alargamento do Quelho dos Quinchosos (medida que aliás suscitou grande reacção da parte dos comerciantes). Foram também arrançadas, embora no âmbito de um outro pacote de medidas, algumas das ruas que confluíam para o local.

Alguns dados cronológicos sobre o Mercado Fechado cuja discussão pública remonta a 1881: Outubro de 1884 — arrematação da obra pelo empreiteiro António Rodrigues Romualdo pela importância de 15:147\$500 réis. Novembro do mesmo ano — início das obras, com a demolição dos Arcos do Tabulado e apeamento da figura escultórica dita “Vila Real”, transferida então para o Jardim da Carreira e posteriormente para os actuais Paços do Concelho, onde ainda se encontra a encimar o frontão da fachada Norte. 8 de Junho de 1885 — Declaração de utilidade pública pelo governo e expropriação dos terrenos da cerca do Convento de São Domingos para construção do mercado e alargamento do Quelho dos Quinchosos. 22 de Dezembro de 1885 — inauguração do Mercado Coberto, embora só ainda esteja construído em parte.

O RELÓGIO DO POVO

Elísio Amaral Neves

À medida que a organização da sociedade vai evoluindo, a necessidade de saber as horas com certa precisão torna-se cada vez mais premente. Diversas formas de medição vão sendo propostas, desde os relógios de sol e de areia ao relógio de água e finalmente ao relógio mecânico. Mas a vulgarização deste último ainda vinha longe. De forma que as autoridades vão sentindo a necessidade de assegurar informação horária às populações, e assim surge a figura de um encarregado de marcar as horas ao longo do dia, com pancadas no sino, no alto dos campanários. O passo seguinte foi instalar os chamados relógios de torre, por vezes também chamados de frontão. Assiste-se no séc. XVII à vulgarização desta medida, que foi benvinda de todos e em particular dos conventos, cujas

regras geralmente contemplavam actos litúrgicos a horas certas. Estes relógios mantiveram-se até aos nossos dias, ainda que hoje a electrónica tenha geralmente substituído os maquinismos tradicionais.

Em Vila Real, um dos primeiros relógios de torre foi colocado ainda no século XVI ou XVII numa das torres das antigas muralhas da vila. Sofre grandes reparações, a cargo de serralheiros e ferreiros, no princípio do século seguinte até que, em Janeiro de 1708, uma tempestade derruba a torre e parte da muralha adjacente. Então a Irmandade dos Clérigos, da Capela Nova, pede o relógio à Câmara, a título de depósito, enquanto não se reconstruísse a torre ou encontrasse local apropriado para ele. A Câmara anui e o relógio e respectivo sino são então colocados na torre da Capela Nova no dia 26 de Janeiro de 1709. Como há avarias frequentes e se trata de um relógio muito antigo, a Irmandade propõe em 1815 que, em alternativa aos concertos, se adquira um relógio novo a colocar numa das torres da Igreja de São Pedro, a localização considerada mais conveniente, por mais central e de melhor visibilidade. (Deve referir-se, a propósito, que existiam já então relógios nas torres de São Domingos e São Francisco, mas ambos se encontravam algo periféricos em relação ao centro cívico da vila.) O relógio novo não chegou a ser comprado, e o velho relógio manteve-se na torre da Capela Nova pelo menos até aos anos 70 do séc. XIX.

Por esta altura já a evolução urbanística da vila emprestara importância central à zona do Tabulado, e o relógio de São Domingos ganha o estatuto de relógio oficial, designação por que passa a ser conhecido, em vez de (como até ali acontecia com o velho relógio) relógio do povo, relógio público, relógio da vila, relógio do concelho e relógio da Câmara. (Diga-se, a propósito desta última designação, que a responsabilidade e os encargos de manutenção do relógio correram sempre por conta da Câmara Municipal, sendo delegados na Junta de Freguesia de São Dinis na década de 1980 deste século. Quando o relógio velho foi colocado na Capela Nova, a Câmara passou a entregar à Irmandade dos Clérigos 2.000 réis anuais. Nos anos 60 do século XIX, era atribuída pela autarquia uma gratificação anual de 3.600 réis ao sacristão da Capela Nova para o mesmo fim. Isto mostra até que ponto era considerada importante

para a população o funcionamento do relógio, fazendo-se a imprensa eco dos protestos do povo de cada vez que o relógio avariava e havia demora no seu conserto.)

Em 1882 é adquirido um novo relógio oficial para São Domingos. Em 1902, um terceiro, indo o anterior para a Igreja de Mondrões. No final da década de 1940, é adquirido ainda um quarto relógio, indo o anterior para a Igreja da Campeã. Mas a dança dos relógios não pára aqui. O relógio da Igreja do Calvário (que tinha ido provavelmente de São Francisco em 1844), depois de muitos anos parado, é substituído por um novo em 1913. Trata-se de uma bela máquina suíça, de repetição, adquirida na Casa Andrade de Melo, do Porto, com mostrador de mármore italiano, diâmetro de 1,10 m e numeração romana realçada a negro.

Finalmente, em Maio de 1988 é inaugurado um relógio de carrilhão de seis sinos na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, accionado por oito motores e comandado por computador.

Dois nomes ficaram famosos na manutenção de relógios: Manuel Rebelo, o serralheiro mais requerido no princípio do séc. XVIII, e João Correia Tabuada, serralheiro e ferreiro também muito afamado na primeira metade do séc. XIX. Qualquer um deles é artista consumado e ganham ambos todos os concursos para manutenção dos relógios a que se apresentam.

Com o progresso da vila, começam a instalar-se entre nós relojoeiros de profissão, e é natural que praticamente todos eles, num momento ou outro, tenham sido chamados a trabalhar com o relógio oficial. Um nome entretanto se impõe referir: o de João do Nascimento, que se estabelece em Vila Real em 1927 e tem tanto nome como relojoeiro que é encarregue de instalar o relógio dos anos 40, dispensando os serviços dos próprios operários da firma fornecedora do maquinismo, de Almada. Este relojoeiro instala também, em 1934, na fachada do seu estabelecimento da antiga Rua da Ferraria, actual Serpa Pinto (mais tarde mudado para a Rua António de Azevedo onde durante os anos da guerra se reunia uma tertúlia para, entre outras motivações, ouvir as notícias da BBC, em que participavam, para além do proprietário da casa, os doutores Manuel Cardona, Jacinto Guedes, Henrique Botelho, Arlindo Janeiro e Celestino Monteiro), um relógio

monumental, de mostrador duplo e caracteres romanos. Fá-lo a título de reclame da marca e de decoração, naturalmente; mas é fama que teria também em atenção a utilidade pública do relógio.

Outros relojoeiros merecem uma breve menção, neste historial. Um dos primeiros terá sido, nos anos 60 do século XIX, António Narciso Alves Correia, o célebre ANAC, que foi também fotógrafo, tipógrafo, inventor, publicista e certamente um dos espíritos mais curiosos que Vila Real jamais conheceu. Cândido Pereira Álvares Brandão, com relojoaria na Rua da Ferraria, n^{os} 16 e 18, gostava de associar a palavra “confiança” à sua publicidade; já José Inácio da Fonseca, estabelecido na Rua Central, n^{os} 39 a 47, preferia a palavra “garantida”. No Largo Luís de Camões ficava a Relojoaria Moderna, que se transferiu, já no séc. XX, para a Rua Serpa Pinto, sob a firma de Relojoaria e Ourivesaria de Duarte Rufino Teixeira & Irmão. A Ourivesaria e Relojoaria Teixeira (antiga Casa Botelho) ficava na Rua Direita, n^{os} 57 e 59 e a Relojoaria de António Maria da Silva Lobo ficava na mesma rua, n^{os} 5 e 7.

Já no séc. XX, e para além do acima citado João do Nascimento, são de referir: a Ourivesaria Soares (antiga Casa Portela), na Rua Central; a Relojoaria Salgueiro, que substituiu a de José Inácio da Fonseca, na mesma rua; a Relojoaria Guedes, na Rua de S. João, primeiro, mais tarde no Largo Luís de Camões; a Relojoaria Santos, na Rua Isabel de Carvalho, primeiro, mais tarde na Rua Miguel Bombarda; a Relojoaria Ferreira, na Rua António de Azevedo; a Relojoaria Queirós, no Largo do Pelourinho; e, mais recentes, as Ourivesarias e Relojoarias Brás, Confiança e Reguladora.

A terminar, um pequeno acto de justiça para com a Relojoaria Salgueiro: ela foi uma autêntica escola de relojoeiros, já que a grande maioria dos técnicos do sector em Vila Real trabalharam ali e ali se fizeram os bons artistas que são.

A PARTICIPAÇÃO DE VILA REAL NA REVOLTA DE 3 A 7 DE FEVEREIRO DE 1927

Nuno Botelho

A Ditadura Militar, implantada após a revolução de 28 de Maio de 1926, em que foi grande protagonista o General Gomes da Costa, cedo começou a suscitar reacções. Na verdade, opondo-se o novo regime à tradição liberal da República (e também da Monarquia Constitucional) e tomando medidas hostis a essa tradição, como o encerramento do Parlamento e a suspensão da Constituição de 1911, muita gente no Exército, na Marinha, na GNR, PSP e Guarda Fiscal — os chamados “reviralhistas” — sentia-se excluída e esperava o momento, “previamente anunciado” na imprensa que lhes era afecta e em manifestos abundantemente distribuídos, para dar largas à sua insatisfação.

A primeira revolta importante contra a Ditadura e a favor da reposição do regime constitucional de 1911 eclodiu no Porto, no dia 3 de Fevereiro de 1927, e prolongou-se nesta cidade até 7 do mesmo mês. Era então Presidente da República, interinamente, e Presidente do Conselho, o General António Óscar de Fragoso Carmona. Foi um pouco o choque entre as duas vontades: a de “regenerar” a República, apregoada pelos vencedores do 28 de Maio, e a de “restaurar” a República, perfilhada pelos seus opositores. Comandou-a o General Sousa Dias, um flaviense. Combateu-se rijamente de lado a lado, mas a 7 de Fevereiro, os revoltosos, desapoitados de outros focos de insurreição previstos, sobretudo Lisboa (que só a 7 de Fevereiro iniciou uma revolta que durou três dias), cercados de tropas leais ao governo e depauperados de munições e mantimentos, aceitam a rendição incondicional. O balanço final foi sangrento: 80 mortos e 360 feridos.

A revolta do Porto ficou a dever-se sobretudo a um grupo de oficiais e sargentos, descontentes com a situação criada pelo 28 de Maio. Foi, no dizer do historiador Fernando Rosas, uma revolta “romântica”, no sentido de que era inspirada por ideais e conduzida por homens que, sendo militares no activo, tinham tudo a perder em caso de derrota.

Declarada a rebelião, forças da GNR e do Exército de diversas praças nortenhas confluíram para o Porto em seu apoio. Entre estas, conta-se uma força militar do Regimento de Infantaria 13, sediado em Vila Real, comandada pelo Major António Fernandes Varão, comandante militar da cidade, influente figura de republicano que se tinha oposto ao movimento do 28 de Maio e, em consequência disso, tinha sido detido e colocado com homenagem na praça militar de Valença.

As tropas de Vila Real seguiram de comboio para a Régua, e daí para o Porto, onde assaltaram o quartel de Infantaria 18 para o fazer aderir à insurreição. Tentaram depois fazer outro tanto com o poderoso Regimento de Artilharia da Serra do Pilar, mas desistiram. Como as coisas não corressem conforme previsto, o destacamento é obrigado a retirar de novo para a Régua, entretanto ocupada por tropas leais à Ditadura, comandadas pelo Tenente-Coronel António Lopes Mateus. Não conseguindo romper as posições destas, o Major Varão fez menção de tornar para o Porto, mas a resistência encontrada em Penafiel (onde inclusivamente os carris da via férrea tinham sido levantados), retrocedeu à Livração e inflectiu para Amarante, onde se entrincheirou e resistiu enquanto lhe foi possível, acabando por se render.

No rescaldo da gorada insurreição, são feitos prisioneiros diversos oficiais e sargentos e ainda alguns civis que se haviam juntado às forças do Major Varão. Entre estes, o Sr. Manuel Lima. Alguns são imediatamente deportados. No dia 21 de Fevereiro de 1927, parte para as colónias africanas e Açores uma leva de mais de 700 implicados, sem julgamento. Entre eles, um número significativo de militares que acompanharam o Major Varão. Este segue com destino à Guiné, outros para Angola, São Tomé e Príncipe e Açores. Em Angola, o Club Transmontano dispensa apoio aos conterrâneos deportados, nomeadamente possibilitando informação às suas famílias no continente.

Em 8 de Março de 1927 (apenas cerca de um mês volvido sobre os acontecimentos) é dissolvido o Regimento de Infantaria 13, em retaliação pelo seu envolvimento na revolta, bem como as corporações das forças policiais e da GNR sediadas em Vila Real.

Entre 1928 e 1929 funcionam tribunais militares especiais, um dos

quais em Vila Real, dada a participação de militares de Infantaria 13 na intentona. A justiça militar julga com celeridade. Separa do serviço os oficiais e sargentos, assim como algumas pessoas da administração civil, implicados no pronunciamento, mantendo-lhes 50% do seu vencimento. Atribui pensões de sangue e enquadra os órfãos nos institutos que compunham a obra social do Exército.

São muitos os vila-realenses deportados, parte deles sujeitos posteriormente a tribunais militares especiais por participarem, colaborarem e se solidarizarem com os revoltosos. Alguns são condenados, outros absolvidos e, sobretudo alguns destes últimos, posteriormente reintegrados. Houve quem passasse à reforma (situação que o próprio Major Varão experimentou em 1930, sendo demitido em 1931, e reintegrado, na situação de reforma com o posto de major, em 1951) e houve igualmente quem só visse readquiridos todos os seus direitos com o 25 de Abril de 1974.

Deixamos a seguir memória dos militares (oficiais e sargentos, sem com isto querer menosprezar a participação de certamente centenas de praças, cuja identidade é hoje desconhecida) que serviam no Regimento de Infantaria 13, bem como de alguns civis que a eles se juntaram, todos participantes nos acontecimentos de Fevereiro: *Majores* — António Fernandes Varão, Jaime Alpedrinha; *Capitães* — Alcídio Lopes de Almeida, Humberto Aristides Mendes, Francisco R. Pereira, Sampaio, Albano Rodrigues de Carvalho, Agostinho do Espírito Santo, António Gomes Ferreira; *Tenentes* — António Gaspar, Alexandre António Joaquim, Silvino José de Carvalho, Manuel Maria Ferreira de Abreu, Agostinho de Almeida Graça, Boaventura Leitão, Heitor de Almeida, Heleno, Francisco Sampaio, César A. Machado, Manuel Gonçalves Pureza, Manuel Cardoso, António Lourenço Guedes, Aníbal de Carvalho Figueiredo, Francisco de Carvalho Figueiredo, Lopes Soares, Alberto Maria de Andrade, Júlio Madeira; *Alferes* — Herculano Pereira Guerreiro, Aníbal Borges, Joaquim de Magalhães. *Sargento-ajudante* — António Augusto Flores. *1^{os} Sargentos* — José Nogueira de Carvalho, António de Abreu Araújo Malheiro, Jaime Rolando Portugal Peixoto, João Pinto Guedes de Gouveia, Manuel da Conceição Peixoto, José Fernandes, Matos. *2^{os} Sargentos* — Vasco Barreira, Francisco Alves Perreira da Nóbrega, Dagoberto Alves,

Francisco Fontes, José Pinto, Teodoro, Martinho, Martins, Silva, António Macedo, Manuel Pereira Veloso, José Joaquim, Alfredo Augusto, Francisco Ribeiro, Valentim Augusto Montanha, António Alves Janeiro Sobrinho, Armando Lopes. *Civis* — Domingos de Carvalho Araújo, Manuel Lima, Francisco Araújo.

Quanto ao Regimento de Infantaria 13, era uma referência histórica demasiado viva e relevante em Vila Real para ser assim riscada da vida local. Quando foi dissolvido, criou-se na cidade o Depósito de Infantaria 13, que não se limitava às funções óbvias de armazém do material pertencente à unidade: mantiveram-se em Vila Real alguns dos militares não implicados, deste e de outros regimentos, e nele funcionou uma escola regimental que deu instrução a diversas companhias. Sendo a cidade um importante centro republicano, o Major Varão e demais revoltosos, na sua maioria combatentes da Grande Guerra, eram tidos em grande consideração. O novo poder civil e militar parecia encarar com bons olhos a reorganização do Regimento em Vila Real. O povo anónimo achava que era devida glória aos vencidos. As mais importantes autoridades militares passavam por Vila Real. O Ministro da Guerra deu ordem para que na bandeira do Regimento de Infantaria 13 (agora instalado no Funchal) fossem inscritas referências aos seus feitos mais relevantes. O Capitão António Manuel da Mota e Costa divulgou, na imprensa local, entre 1929 e 1930, uma monografia do Regimento de Infantaria 13, valorizando particularmente os feitos na Flandres. Tudo isto eram sinais de que a sua reorganização em Vila Real era apenas uma questão de tempo. E assim veio a acontecer, realmente, pelo Decreto 19.746, de 15 de Maio de 1931.

CÉDULAS EMITIDAS EM VILA REAL (1917-1925)

Mário Santos de Almeida

São denominados “cédulas” certos títulos emitidos em representação de moedas metálicas, geralmente de baixo valor, com intenção de facilitar

os trocos em épocas de escassez da referida moeda metálica. Com efeito, só em ocasiões especiais, nomeadamente em casos de alterações da ordem pública, guerras, cercos, etc, é que o Estado autorizava (ou simplesmente tolerava) a emissão de cédulas, razão por que estas também eram conhecidas pela designação de “dinheiro de emergência”. Foi expediente usado um pouco em todo o mundo — e também em Portugal.

Uma das ocasiões em que no nosso país se emitiram estes papéis foi o período de 1917 a 1925, isto é, a partir de finais da I Grande Guerra e até se atenuarem as consequências desta a nível financeiro. Nessa ocasião escasseavam as moedas de bronze de baixo valor (5, 10 e 20 centavos), devido principalmente ao elevado valor que os metais atingiam no mercado, que levava ao seu açambarcamento. Foi então que se puseram em circulação cédulas oficiais, emitidas pela Casa da Moeda e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Paralelamente, foram emitidas em inúmeros locais cédulas não oficiais, cuja circulação era pois, a rigor, ilegal, mas que eram toleradas.

Vila Real não foi excepção. De há muito que se vinha fazendo sentir na região a escassez das moedas de baixo valor, que dificultava muito os trocos e por conseguinte prejudicava a actividade comercial. A Associação Comercial local alertava as autoridades para este problema. E, como as cédulas oficiais não eram suficientes para as necessidades, pelos finais de 1919 começaram a aparecer aqui e ali as vulgarmente chamadas senhas ou “papelinhos”, emitidas pelas próprias casas comerciais. Um estabelecimento que se conhece ter emitido cédulas foi a Casa Cardeal, mas haveria provavelmente outros. Muitas dessas cédulas eram de fabrico muito rudimentar, quase artesanal, por vezes limitavam-se mesmo à simples aposição num papel de um carimbo a óleo e uma assinatura. Sobretudo tratava-se de emissões desgarradas, caóticas e cuja capacidade de inspirar confiança era reduzida — sendo certo que a confiança era o factor fundamental deste género de títulos. A imprensa local deu a certa altura a conhecer ao público que o Estado mandava recolher as senhas ou “papelinhos”. Devem ter tido, por conseguinte, uma circulação muito reduzida.

Mais longa vida e maior tolerância desfrutaram as cédulas emitidas

por outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real e a Cooperativa de Vila Real.

A Câmara Municipal, face à preocupante falta de trocos que afectava as actividades económicas e tomando conhecimento de que outros municípios e instituições vinham, embora sem enquadramento legal, resolvendo o problema através da emissão de cédulas, decidiu emitir também as suas, provavelmente no primeiro semestre de 1920. Não se conhece qualquer deliberação explícita e oficial sobre o assunto, mas o certo é que as cédulas foram mesmo emitidas, com valores de 1, 2, 3 e 4 centavos (valores inferiores ao das cédulas oficiais). Foram impressas localmente e eram bastante rudimentares, de pequeno formato. A cada valor correspondia sua cor. Levavam o selo branco da autarquia e eram seriadas e numeradas. Eram, além disso, assinadas uma por uma, o que não terá constituído tarefa ligeira, já que se devem ter emitido algumas centenas de milhar. Essas cédulas procuravam suprir a falta de trocos na própria tesouraria da Câmara, mas também no celeiro municipal, criado para abastecer de bens de primeira necessidade o comércio, as cooperativas e o público em geral.

A Santa Casa da Misericórdia emite também as suas cédulas, por deliberação do Hospital tomada em 10 de Setembro de 1921, e, em 20 de Janeiro de 1923, acata as instruções da Direcção de Finanças no sentido de serem retiradas de circulação. As cédulas emitidas têm o valor de 1, 2, 3, 4, 5 e 10 centavos. Comparadas com as da Câmara Municipal, são muito mais elaboradas e bonitas. São desenhadas por artistas como Trindade Chagas, Miguel Barrias (?) e outros. Destinavam-se a ser utilizadas como troco nos serviços prestados pelo Hospital e acabaram por ser também uma fonte de receita indirecta para a instituição, já que muitas delas, deliberadamente ou não, nunca chegaram a ser rebatidas. Na acta de 10 de Março de 1923, com que se encerra o processo das cédulas, dá-se a conhecer o montante global da emissão, o montante das cédulas efectivamente rebatidas, os custos de produção e o remanescente (cerca de 3 contos de réis) que constituiu uma receita considerável para a Santa Casa.

Também a Cooperativa de Vila Real, que existe entre 1918 e

1926/27, emite cédulas próprias. Esta instituição de crédito e consumo deve tê-las emitido, com o valor de 1, 2, 3, 5 e 10 centavos, entre 1920 e 1922. É uma emissão mais restrita do que as anteriores, até pelo relativamente pequeno universo de utilizadores (os apenas cerca de 700 sócios da Cooperativa, que tinha de enfrentar a concorrência de duas outras cooperativas, dos oficiais do Regimento de Infantaria 13 e da Casa do Chinês.). Embora talvez não tão elaboradas e vistosas como as da Santa Casa da Misericórdia, são ainda assim superiores, desse ponto de vista, às da Câmara Municipal.

Para além destas cédulas emitidas em Vila Real, as oficiais continuaram a circular localmente, mesmo depois de ter havido emissão de moeda dos mesmos valores que elas, até que, em 1929, houve ordem geral para a sua recolha definitiva.

VIAGENS EM DILIGÊNCIA

A. M. Pires Cabral

Quem hoje viaja de automóvel, por estradas bem lançadas e cómodas, não faz muitas vezes ideia do que era viajar no século XIX — para já não falar nos séculos anteriores. Na verdade, viajar era sobretudo uma aventura que tudo desaconselhava, desde a incomodidade das diligências à lentidão exasperante da viagem, passando pela possibilidade nunca descartável de um eixo partido ou de um ataque de salteadores.

Na maior parte das vezes as estradas eram simples caminhos de pé posto, torneando como podiam os declives e as linhas de água. É certo que os romanos tinham sido grandes mestres na construção de calçadas e tinham deixado uma rede rodoviária importante, ligando os lugares que lhes interessava ligar. Na região de Vila Real há ainda vestígios dessa rede. Mas mesmo essa se foi degradando com o rodar dos séculos, e, tirante a chamada Estrada Pombalina, já da segunda metade do séc. XVIII, praticamente nenhuma outra se construiu até meados do século seguinte.

Só em 1846 foi aprovada a construção da estrada Vila Real — Amarante, pelo Marão, e em 1855 inaugurada a primeira légua da estrada Vila Real — Régua.

É preciso contudo dizer que a situação se foi alterando com a acção de Fontes Pereira de Melo, Ministro das Obras Públicas e chefe do Executivo por diversas vezes. A própria actividade postal, em progresso, terá contribuído para essa expansão. Justamente em 1871 é criada a primeira carreira regular entre Porto e Vila Real, com seguimento para Chaves. A viagem entre a capital do Norte e a nossa vila fazia-se então em 18 horas, com paragem em Amarante, onde se fazia desdobramento para a Régua. Entretanto, o fontismo prossegue a sua cruzada de progresso e os anos que se seguem são de grande expansão, a que a chegada da via férrea a Paredes, em 1875, aumentando a facilidade de penetração no interior, dá também um notável impulso.

Em consequência de tudo isto, acaba por surgir em Vila Real uma estação de diligências, localizada no antigo Convento de São Domingos. Em 30 de Julho de 1875 começa a operar na região a Nova Companhia de Viação Portuense, que em 1884 alienou à Nova Viação Transmontana, então fundada, os animais, equipamentos e instalações que possuía entre a Régua e Chaves. Mas de todas as figuras ligadas a esta actividade dos transportes em diligência, a que está mais viva ainda na memória de alguns vila-realenses mais antigos é a do Sr. Cosme (Manuel Alves da Silva Cosme, de seu nome completo), proprietário da Nova Viação do Minho e Douro que adquiriu, em 1886, a Nova Viação Transmontana. Mais tarde, quando o caminho-de-ferro (a linha do Corgo começou a operar em 1906) e depois o próprio automóvel começaram a fazer declinar o negócio das viagens de diligência, funda a Viação Cosme, que, entre outras actividades, alugava trens para certas ocasiões especiais, como casamentos, festas, funerais, etc.

A importância ganha nos finais do terceiro quartel do séc. XIX pelos transportes em diligência e a necessidade de disciplinar essa actividade levam o grande presidente da Câmara de Vila Real que foi Almeida Lucena — ele próprio um fontista, sintonizado pois com a onda de progresso que então se notava um pouco por todo o país — a elaborar um *Regulamento*

Municipal Relativo ao Serviço dos Carros Destinados para o Transporte de Pessoas e Bagagens, também conhecido por *Regulamento dos Carros*, saído da oficina de Estanislau Correia de Matos em 1872, muito embora a sua aprovação pela Câmara tivesse ocorrido já em 6 de Julho de 1867 e pelo Conselho de Distrito em 17 de Julho de 1869. Era um articulado muito minucioso, que obrigava “todo o indivíduo que tiver diligências, caleches, coupés, chars-à-bancs ou outros quaisquer carros, especialmente destinados para transportes de pessoas, por aluguer, e que para tal fim os empregue neste concelho” e se preocupava com a segurança e conforto dos passageiros, assim como com a limpeza e higiene dos cocheiros e dos carros.

VILA REAL E A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL (1880-1920)

Vítor Nogueira

As quatro décadas que vão de 1880 a 1920 são aquelas em se verifica o principal fluxo migratório da região de Vila Real para o Brasil. Não significa isto que anteriormente não tivesse havido emigração com aquele destino, e que posteriormente não continuasse a haver. Mas os números registados neste período, correspondente às duas últimas décadas do séc. XIX e às duas primeiras do séc. XX, causam na verdade impressão: o Governo Civil de Vila Real passa nada menos de 67.446 passaportes a indivíduos que buscavam no Brasil a melhoria das suas condições de vida. Se tivermos em conta que os passaportes podiam corresponder não só a indivíduos, mas a famílias, não custa a admitir que bem mais de 100.000 pessoas tenham deixado o distrito de Vila Real durante o período com destino ao Brasil.

Em 1912 atinge-se o pico mais elevado de saídas de Vila Real para o Brasil. Emigraram nesse ano 1.532 vila-realenses, um número que ultrapassa claramente o de nascimentos, que é apenas de 1.349. Emigram

sobretudo indivíduos abaixo dos 30 anos. 60 por cento são do sexo masculino. Há registos relativos a emigrantes para o Brasil de todas as 28 freguesias que então compunham o concelho de Vila Real. A freguesia da Campeã vai na dianteira, alimentando este fluxo com 131 indivíduos. De Lamas de Olo, por sua vez, há registo de apenas um emigrante.

O que fazia emigrar toda esta gente? A célebre e mítica “árvore das patacas”, símbolo de riqueza fácil no Brasil, era decerto um dos móveis desta sangria da população que se verificou um pouco em todo o país. Mas as próprias dificuldades económicas que ciclicamente atingiam a sociedade portuguesa e a lei que instituiu, a partir de 12 de Setembro de 1887, o serviço militar obrigatório não deixariam de pesar também na decisão de partir.

Por sua vez, a intensificação do fluxo migratório traz consigo a proliferação das companhias de navegação, nacionais e estrangeiras, que faziam a chamada “carreira do Brasil”. A Mala Real Inglesa é a mais antiga e acreditada, mas várias outras surgem a disputar-lhe o mercado. Muitas delas tinham agentes, por vezes agentes únicos e correspondentes que as representavam e procediam à venda de passagens.

Uma vez mais, o fenómeno é a nível nacional, mas Vila Real não constitui excepção. Sabe-se que a Mala Real Inglesa tem correspondente em Vila Real desde, pelo menos, a década de 70 do século XIX. Na década de 80, é seu agente Manuel António Mendes Pereira, com escritório na Rua da Ferraria, n.ºs 8 a 10. Entre 1890 e 1892, ocupa essa posição Avelino Arlindo da Silva Patena, figura importante da história local de que ainda falaremos adiante. O seu escritório ficava na Travessa de São Paulo, à época como que o centro nevrálgico da vida económica vila-realense. A partir de Setembro de 1892, a Mala Real Inglesa passa a ser representada por José Augusto Pinto de Barros, proprietário da Casa Popular, na travessa de São Paulo, n.ºs 16 a 18.

A Companhia de Navegação a Vapor do Pacífico, que, não obstante o nome, também fazia a carreira do Brasil, era representada nos anos 80 e 90 por João Pinto Ferreira, estabelecido no Rua Central, n.ºs 44 a 46. Este agente representou também outras companhias, como a Messagerie Maritime, a Companhia Hamburguesa, a Red Cross Line e a Borth Line.

Mas aquele que se dizia, na sua publicidade, o mais antigo representante de empresas de navegação a vapor era Luís Gonçalves do Poço, com escritório na Rua do Arco, 11-15, que, na mesma altura, representava a Empresa Protectora de Passagens para o Brasil, que estabelecia a mediação com diversas outras, como o Correio Imperial Alemão e a Messagerie Maritime. Em relação a esta última, há notícia de que, nos anos 80, foi igualmente representada por Miguel José Claro, Praça Luís de Camões, 57-58.

A Companhia Lloyd de Bremen era representada, na década de 80, por José António Rodrigues e mais tarde, no início da década de 90, por Manuel José de Morais Serrão até 1920, com estabelecimento na Rua do Arco, n^{os} 22 a 32. Morais Serrão representou ainda outras companhias, senão a totalidade, mas publicitava com destaque, no início da sua actividade, a Mala Real Italiana.

Para além destes, diversos outros correspondentes e agentes, uns únicos, outros não, serviram de intermediários entre as companhias de navegação e os que desejavam emigrar, no período que estamos estudando (1880-1920). De resto, basta passar os olhos pela imprensa da época onde surgem, por exemplo, anúncios da Agência Portugal-Brasil, na Rua Direita, 123; de Francisco Ferreira, no Largo da Cabo da Vila; de Paulo Ferraz & Moreira, na Rua Direita, 125-127; e de Teixeira & Santos, no mesmo endereço. A publicidade destes agentes era presença constante (havia que dar conhecimento das datas de partida dos paquetes) e ocupava sempre lugar de destaque, através de anúncios muito atraentes, já que a concorrência era grande. E, um pouco à maneira do actual *marketing*, havia diversos estímulos para captação de clientes, tais como venda de bilhetes com facilidades de pagamento ou, em certos casos, a própria oferta de bilhetes. Muitas companhias publicitavam também a assistência médica a bordo, a existência de criados e cozinheiros portugueses, assim como de cozinha portuguesa e vinho servido às três refeições diárias. Em alguns casos, era oferecida a viagem entre o local de residência dos clientes e o local de embarque, ou então as despesas com o passaporte e documentação a montante. A regularidade do serviço, a ordem a bordo, a velocidade, a iluminação eléctrica eram outros tantos incentivos para a venda de

passagens.

Avelino Patena, como vimos, dedica-se a esta actividade a partir de 1890 e até 1892, chegando a acumular a representação da Mala Real Inglesa com as funções de presidente da Câmara. Nesta qualidade, a ele se devem alguns melhoramentos importantes, como o arranjo da Praça Luís de Camões, a criação do Jardim das Camélias, melhoramentos no Passeio Público, o bairro de Santo António, a criação da Corporação de Bombeiros Voluntários (de que foi comandante) e a introdução da luz eléctrica em Vila Real. Vítima porém de forte perseguição política, é destituído do cargo de presidente, na sequência de uma sindicância, com origem na detecção de irregularidades no processo de venda do chamado Edifício Municipal, na Avenida Almeida Lucena, onde veio a ser instalada a Secretaria Militar e onde hoje funciona um departamento da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Fragilizado pelos investimentos que fez do seu bolso na fundação da corporação de bombeiros, entra em processo de ruptura financeira, sendo declarada a sua falência e nomeado um administrador da massa falida pelo Tribunal Comercial de Vila Real, em 9 de Setembro de 1892. Emigra pouco depois para a ilha de São Tomé, onde acabou por refazer a sua fortuna no cultivo do cacau. Em Vila Real, todavia, acaba por ser reconhecida a sua boa prestação como presidente da Câmara, alguns anos mais tarde, vindo a ser consagrado na toponímia local em 1932.

ANTÓNIA BAPTISTA DE SOUSA, ESCRITORA EM BRAILLE

Frederico Amaral Neves

O pedagogo francês Valentin Haüy, nascido em 1745, consagrou grande parte da sua vida ao ensino dos cegos. Foi ele que fundou, em 1784, o Instituto de Cegos de Paris.

A partir de então, a educação dos cegos ganha maior projecção, e aparecem cerca de 20 métodos de leitura, concebidos na sua grande maioria por videntes (no sentido de pessoas não privadas do sentido da visão). Até

que surge Luís Braille (1809-1852), considerado um dos grandes benfeitores da humanidade. Tendo cegado aos três anos de idade, entra em 1816 no Instituto de Cegos de Paris, onde, após a aprendizagem, desenvolve um dos dois métodos em uso no mesmo, criando mais tarde o método que tem hoje o seu nome, que considera perfeito em 1834, passando a ser o de mais larga utilização. Baseia-se em seis pontos salientes colocados sobre duas linhas perpendiculares, permitindo 63 combinações (mais a ausência de pontos, que possui também valor gráfico), correspondentes aos diversos caracteres, acentuação, algarismos, pontuação, contracções, etc.

Em Portugal, o ensino dos cegos remonta aos tempos de D. João VI, que, por sugestão de José António Freitas Rego, contrata o pedagogo sueco P. A. Borg, o qual funda em 1823 um instituto de cegos e surdos-mudos. Seguem-se outras instituições congêneres. Muito mais tarde, em 1900, José Cândido Branco Rodrigues funda o Instituto de Cegos a que foi dado o seu nome, em Lisboa. Em 1903, o mesmo Branco Rodrigues cria a Escola de Cegos do Porto, mais tarde Instituto de Cegos do Porto, que em 1945, por fusão com o Asilo de Cegos de São Manuel, passa a Instituto-Asilo de Cegos de São Manuel.

É no âmbito do ensino e assistência aos cegos no Norte do País que surge a figura de Antónia Baptista de Sousa (1881-1957). Natural de Mateus, Vila Real, cegou muito nova por sequela do sarampo, possivelmente um leucoma, ou, por outras palavras, opacificação da córnea. Ainda recebeu tratamento, certamente uma raspagem da córnea, mas o mal agravou-se e acabou por cegar totalmente. No Instituto Gama Pinto, é reconhecida a cegueira e decidido que nada mais há a fazer. É então encaminhada para o Instituto de Cegos do Porto (de que a Câmara Municipal de Vila Real foi protectora, assim como de outras instituições idênticas), onde aprende a ler, e mais tarde a escrever, pelo método de Braille, e com o qual manterá uma ligação fecunda e duradoura. Regressa a Vila Real onde vive com a mãe, que morre em 1927. Ocupa sucessivamente sete casas diferentes: Mateus, Tourinhas, Quinta de Prados, Timpeira, Rua de Santo António, Largo do Vilarealense, e finalmente Rua António de Azevedo, 23, 2.º andar. Esgotado o património familiar, vive

modestamente de uma pensão de um irmão falecido em África e da protecção de José Maria Cabral de Sampaio, seu primo e futuro Comandante Militar e Governador Civil de Vila Real.

Senhora inteligente e voluntariosa, com grande gosto pela leitura, dedicava os seus dias a conversar, a ler, a escrever e a fazer malha e renda. Fruto da sua relação com o Instituto de Cegos do Porto, transcreve manualmente dezenas de obras para Braille para a sua biblioteca. É a mãe, benemérita do Instituto, que lhe lê o que ela vai convertendo em Braille. Mais tarde, a leitura é efectuada pelas criadas, a quem Antónia de Sousa previamente ensina a ler. Transcreve um pouco de tudo, desde obras literárias a manuais de ensino. Essas transcrições serão importantes para a obtenção, pelo Instituto, de duas medalhas de ouro, respectivamente na Exposição Internacional do Rio de Janeiro (1922-23) e na Exposição Industrial do Porto (1926). O seu obituário, que se pode ler na revista “Poliedro”, de Fevereiro/Março de 1957, dá-nos ainda a conhecer que Antónia Baptista de Sousa procurou manter uma revista manuscrita em Braille. Foi também autora de duas obras publicadas em Braille: “A Utilidade do Ensino de Cegos” e “Narração do Sol”.

(A ficha relativa à sessão era acompanhada de um pequeno texto em Braille)

O 25 DE ABRIL DE 1974 EM VILA REAL

Aires Querubim de Meneses Soares / Henrique Maria dos Santos

José Daniel Barros Adão / José João Pinhaños de Bianchi

Júlio Augusto Morais Montalvão Machado

Tomaz Rebelo do Espírito Santo

(Não foi elaborado qualquer texto sobre este tema)



Manifestação de apoio ao Movimento Militar de 25 de Abril de 1974, Vila Real, 26 de Abril de 1974.



Manifestação do 1.º de Maio de 1974, Vila Real.

“FIDALGOS E MORGADOS DE VILA REAL E SEU TERMO”, DO DR. JÚLIO TEIXEIRA

Luiz Vaz de Sampayo

O Dr. Júlio António Teixeira (1901-1967) foi uma das mais marcantes figuras de intelectual, entre as décadas de 30 e 60, em Vila Real. A par da sua actividade profissional de médico, desempenhou cargos de natureza política, entre os quais o de Presidente da Câmara, em 1931. Mas a sua verdadeira vocação terá sido a de investigador de antigualhas, e nessa qualidade é recordado aqui. Mas há também quem o recorde como “Garoto da Bila”, grande conversador, amigo da convivência pela noite fora, frequentador assíduo de cafés e restaurantes, e em particular do

Clube de Vila Real.

O Dr. Júlio Teixeira é autor de uma das poucas obras de referência a nível nacional saídas dos prelos de Vila Real: os célebres “Fidalgos e Morgados de Vila Real e Seu Termo”. Esta obra, hoje raríssima, impressa na Imprensa Artística, saiu em fascículos entre Maio de 1946 e Fevereiro de 1954, com uma tiragem de apenas 200 assinaturas. (Sairia mais tarde, em 1990, uma edição fac-similada em quatro volumes, da responsabilidade de J. A. Telles da Sylva, de Lisboa. Mas também esta é uma tiragem limitada, que não tira os “Fidalgos e Morgados de Vila Real e Seu Termo” da categoria das obras raras.)

A obra tem importância relativa sob o ponto de vista historiográfico, mas é muito importante sob o ponto de vista genealógico. Tem sido por vezes acusada de falta de sentido crítico, de imprecisões, de omissão das fontes e do recurso quase exclusivo a fontes locais. No entanto, pela sua extensão e dificuldades de investigação da época, é de consulta obrigatória para quem se dedique aos estudos genealógicos. As imperfeições, no dizer do Professor Luiz de Mello Vaz de São Payo, biógrafo do Dr. Júlio Teixeira e autor de uma apreciação crítica para a 2ª edição da obra, não ofuscam os seus méritos e a riqueza da obra, nomeadamente do ponto de vista genealógico, já que, “a partir do séc. XVII, estão tratadas com razoável segurança e fiabilidade quase todas as famílias de Vila Real e seu termo.” É certo que a obra deve ser avaliada com elevado espírito crítico, considera ainda Vaz de São Payo. De resto, o primeiro crítico da obra é o próprio autor, que chega a anunciar uma revisão que, por motivos diversos, não chegou a concretizar.

O interesse do Dr. Júlio Teixeira pelas coisas antigas remonta a 1930. Apaixonado pela história local, empreende a partir dessa data uma consulta sistemática de livros de família e arquivos particulares, assentos paroquiais na Câmara Eclesiástica da Diocese de Vila Real, conservatórias do Registo Civil, cartórios notariais e arquivo da Câmara Municipal de Vila Real. Em 1946, data do início da publicação dos “Fidalgos e Morgados de Vila Real e Seu Termo”, leva já mais de 15 anos de investigações, de tomada de apontamentos e recolha de informações. Neste mesmo ano de 1946 publica uma outra obra, intitulada “Da Terra de Panoyas”, também ela voltada para

aspectos históricos locais. Faz algumas conferências e sobretudo publica inúmeros artigos na imprensa. Director a partir de 1931 do semanário “Ordem Nova”, órgão local da União Nacional, imprimiu-lhe decisivamente um carácter literário que manteria até final da sua publicação, em 1974.

Os “Fidalgos e Morgados de Vila Real e Seu Termo”, para além da substancial informação genealógica que fornece, reproduz documentos, conta histórias, apresenta biografias e encabeça quase todos os títulos com os brasões da família em apreço, desenhados pelo engº José Manuel Borges Júnior.

Durante a gestão municipal do Arqº Mário Santos, por deliberação do Executivo de 24 de Novembro de 1969, foi atribuído à biblioteca existente no município o nome de Biblioteca Pública Municipal Dr. Júlio Teixeira, a qual reabre em 6 de Janeiro de 1970. Por outro lado, por deliberação camarária de 2 de Setembro de 1991, foi atribuído o seu nome a uma rua na zona do Seixo. Foram as maneiras que a Câmara Municipal encontrou de distinguir um dos homens que, no século XX, maior dedicação devotaram à história local e, desenvolvendo uma aturada actividade de investigador, mais contribuíram para a sua divulgação.

O MAUSOLÉU DE CAMILO

A. M. Pires Cabral

Camilo usa muitas vezes ingredientes autobiográficos nas suas obras de ficção. Mas é frequente serem esses ingredientes quase tão fantasiosos como a própria ficção.

Vejamos, a título de exemplo, esta confidência de Camilo no romance *As Três Irmãs*: “Há muitos anos que eu pensava ter um túmulo, fabricado ante meus olhos, modelado pelo desenho da minha fantasia. Pedi incessantemente à minha família que me construísse um jazigo num dos três cemitérios de Vila Real. Consegui-o da piedade, senão do amor

de meus tios”.

Nem toda a gente em Vila Real sabe a que cemitério se refere o romancista. Nem admira: há muitos anos que não se fazem lá enterros e encontra-se hoje transformado, sem perda de dignidade, em jardim do paço episcopal, com entrada pela Rampa do Calvário.

Durante muito tempo abandonado à sua sorte, o cemitério atingiu nos princípios dos anos 90 um estado de lamentável abandono. Porém, com a restauração do edifício do paço episcopal, em 1987, restaurou-se também aquele campo santo, alguns anos mais tarde, de cuja vocação secular não restam hoje senão dois monumentos funerários dignos de registo. Um deles é o jazigo da família Botelhos Machado, proprietária da Casa de S. Pedro, com belas esculturas de mármore num conjunto que inculca arte e grandeza.

O outro é o impropriamente dito “mausoléu de Camilo”. É constituído por uma peanha de granito de que se levantam duas esguias colunas dóricas estriadas, sobre cujos capitéis repousa um entablamento. Esse entablamento é encimado por um frontão curvo que serve ele mesmo de base a uma cruz (que não é já a primitiva). Entre as colunas e assentando na mesma peanha que elas, existiu também originariamente uma ânfora, hoje ausente, mas que um desenho de Trindade Chagas, publicado por Ludovico de Meneses no seu estudo sobre Camilo e reproduzido num velho número de “O Povo do Norte” ainda mostra.

Este mausoléu impressiona algum tanto pela sugestão de delicadeza e elegância que provoca. E tem uma história.

Na metade inferior da peanha é legível ainda, pois foi aberto a cinzel, o seguinte texto: “Aos Restos De Sua Carinhosa Mãe E Saudoso Thio Como Testemunho De Saudade, Amor E Gratidão. João Pinto de Cunha Mandou Erigir Este Monumento Aos 30 de Agosto de 1846.”

Este João Pinto da Cunha, por alcunha o *Cabanas*, era tio por afinidade de Camilo Castelo Branco, casado já sobre o tarde com D. Rita Emília, tia direita do escritor, com a qual partilhava já o leito há longos anos, muito antes de poder legitimar a união, sob pena de bigamia, pois era marido, à face da lei canónica e civil, de uma outra senhora, de quem por fim enviuvou. Viúvo, casa então com a tia de Camilo, precisamente

nesse ano de 1846.

O túmulo destinava-o ele em primeiro lugar ao eterno descanso de sua mãe e tio. Ele próprio e sua segunda esposa, D. Rita Emília, ali descansam também. Quem não descansa lá é Camilo Castelo Branco.

Os três cemitérios a que Camilo se refere eram então o de São Dinis, cuja construção Camilo ainda deve ter testemunhado e é dos três o único que se mantém operacional; o de São Francisco, que teve a mesma sorte do convento a que ficava anexo; e o do Carmo, de que, como vimos, ainda há vestígios.

Na mesma face da penha, mas na sua metade superior, houve em tempos uma outra inscrição, mas esta, por ter sido pintada e não insculpida, há muito que desapareceu. É uma sextilha em verso decassilábico branco. O próprio Camilo, *ibidem*, o transcreve, com indicação de que se tratava das suas primícias poéticas: “E agora me lembra que os meus primeiros versos lá estão abertos naquela pedra.”

Mortais, aqui termina esse contrato
Que tem por condição isto que vedes.
Um pó, que nestas pedras se confunde,
Resolve desta vida o problema.
Retratos deste pó, só de mais temos
Um sopro animador, que a Deus se torna.

Estes não são de facto os primeiros versos de Camilo. Ele mesmo conta, em *Ao anoitecer da Vida*, que teve um dia de fugir precipitadamente de Ribeira de Pena, uns anos antes, em consequência de ter escrito “uma folha de almaço em quadras”, em que satirizava o casamento desigual de um fidalgo, que o irmão morgado não aprovava. As quadras foram afixadas na porta da igreja do Salvador, e por isso o fidalgo atingido por elas quis vingar-se nas costelas do então jovem estudante. Há manifesta contradição com o que afirma em *As Três Irmãs*. Mas, bem vistas as coisas, é provável que Camilo mentisse em ambas as obras, já que, à data que figura na inscrição votiva do mausoléu, 1846, já tinha publicado uma obra em verso: *Os Pundonores Desagravados*.

Ora, se Camilo mistifica em relação aos versos, porque não mistificaria no que respeita à informação que dá de o túmulo ter sido feito para ele, a seu pedido? Os tios João e Emília, se o sustentavam a contragosto, tinham mais que fazer do que aceder a caprichos desse género da parte do sobrinho que queriam ver quanto antes pelas costas. Deve ser pois mais uma fantasia sua, à semelhança de tantas outras... E, para que conste, Camilo está realmente sepultado no cemitério da Lapa, no Porto, no jazigo de família do seu grande amigo Freitas Fortuna.

DO MARÃO AO ALVÃO: MEMÓRIAS DE DIABOS, OLHARAPOS E MOIRAS ENCANTADAS

Alexandre Parafita

A presença de representações do diabo não é invulgar nas nossas igrejas. Os chamados altares das almas contêm normalmente uma ou mais dessas criaturas. São Miguel Arcanjo e São Bartolomeu são também por vezes representados subjugando um demónio. Aos demónios, a imaginação e a arte ingénua dos entalhadores e também dos pintores de retábulos emprestam normalmente atributos físicos aterrorizadores, tornando-os tão horrendos quanto possível para que tudo façamos para os repudiar...

Que admira pois que o imaginário popular se aproprie dos diabos e faça deles um ingrediente privilegiado das histórias contadas ao serão, passadas de pais para filhos? Histórias que ora edificavam ora arrepiavam os ouvintes, e às vezes os divertiam, como nos casos em que o diabo era logrado pela esperteza de algum campónio...

(De resto, não é só a tradição popular que se aproveita dos diabos para tema. Ele inspirou igualmente grandes pintores como Jerónimo Bosch, que às vezes era justamente referido como “o fazedor de diabos”, e grandes poetas como Marlowe e Goethe, que imortalizaram a história de Fausto, que vendeu a alma ao demónio em troca do regresso à juventude.)

De qualquer forma, é difícil esconjurar a presença dos diabos da

cultura tradicional. Mas esse elemento do maravilhoso popular não está desacompanhado. Ao lado dele, entram em cena outros protagonistas, como fadas, bruxas, feiticeiras, trasgos, almas penadas, lobisomens, olharapos e moiras encantadas...

Hoje passaremos os olhos, entre divertidos e curiosos, por três destas personagens, aproveitando a pedagogia de uma antiga lenda sobre um olharapo do Marão (“Lenda do Gigante do Marão”), ou de uma outra sobre uma bela moira encantada que ditou a sina dos carvoeiros do Alvão, ou ainda a de alguns diabos — seja aquele que ajudou a fundar a povoação de Agarez, seja o que se infiltrou entre as freiras de Santa Clara, seja ainda aquele que São Bartolomeu, na Capela Nova, mantém a seus pés, subjogado com uma cremalheira...

TOPONÍMIA VILA-REALENSE

Elísio Amaral Neves

Uma povoação revê-se nos nomes que dá às suas ruas. E é sempre estimulante, quando estamos numa terra alheia, ler a sua toponímia, saber que pessoas, datas e acontecimentos estão consagrados nela. É um pouco um acesso privilegiado à história da localidade.

A toponímia, contudo, está também sujeita a variações, reflectindo as várias vicissitudes da vida e da história local. Assim aconteceu também em Vila Real, que conheceu, sobretudo nos anos 80 e 90 do século XIX, mas não só, diversas alterações nos nomes dos seus arruamentos. A questão ganha tal importância, que o jornal “O Povo do Norte”, entre Setembro e Outubro de 1896, faz um plebiscito em que propõe à população três questões.

A primeira procurava determinar quais as pessoas que mais tinham contribuído para o desenvolvimento do concelho. Subentende-se: as pessoas mais dignas de figurar na toponímia. A resposta a esta pergunta

referia os nomes de D. Pedro de Castro, o Conde de Amarante, Almeida Lucena, Avelino Patena e ainda, embora em menor percentagem, o Padre Jerónimo Amaral.

A segunda questão procurava apurar quais as pessoas já consagradas na toponímia local que mereciam efectivamente essa consagração. Almeida Lucena e o Conde de Amarante foram os nomes mais votados, seguidos a distância considerável por Dona Margarida Chaves e os Irmãos Freitas.

Finalmente, a terceira questão era um pouco o inverso da anterior, isto é, procurava saber quais os nomes que se encontravam consagrados na toponímia sem que os seus méritos o justificassem. Foram então apurados os nomes de Lopo Vaz, do Príncipe Real, do Conde de Vila Real, de Barros Gomes e ainda, de forma menos pronunciada, de Luís de Camões, de Camilo Castelo Branco, de António de Azevedo Castelo Branco e de Serpa Pinto.

Um dos momentos mais importantes em matéria de alterações toponímicas ocorreu em 9 de Fevereiro de 1867, data de um edital do Governador Civil Serpa Pimentel que não só reformula a toponímia como de alguma forma corrige problemas acumulados ao longo dos tempos (limites, números de polícia desactualizados, etc). Desaparecem, entre outras, a Rua da Piedade e a Rua do Sabugueiro. Mudam de nome, também entre outras, a Rua da Amargura, que passa a chamar-se Rua Municipal; Rua da Vila Velha, que passa a chamar-se Rua de São Dinis; Rua da Videira, que passa a chamar-se Rua do Tribunal; Rua do Caminho de Baixo, que passa a chamar-se Rua do Rossio; Rua do Jogo da Bola, que passa a chamar-se Rua da Alegria.

Ao longo dos anos 80 e 90, como já se disse, passa a haver novas denominações para ruas existentes. Assim, em 1880, a Praça Luís de Camões; em 1886, a Rua D. Margarida Chaves; em 1888, as Ruas do Conde de Amarante e do Conde de Vila Real; em 1890, a Avenida Almeida Lucena, a Rua Camilo Castelo Branco, a Rua Serpa Pinto e a Rua Barros Gomes; em 1891, a Praça Lopo Vaz; em 1892, a Rua Jerónimo Amaral; em 1899 reposição da Rua Barros Gomes (que tinha perdido esse nome em 1892).

Outro momento com importantes reflexos na toponímia foi naturalmente a implantação da República, em 1910, ocasião para serem baptizadas as Ruas Cândido dos Reis, 31 de Janeiro, Miguel Bombarda, a Avenida 5 de Outubro e o Largo da República, que anteriormente tinham outras designações.

Em 1917 há uma alteração importante na fisionomia urbana, com a ampliação para Sul do antigo Campo do Tabulado. Essa ampliação determinou o desaparecimento de algumas artérias, cujos nomes, contudo, foram aplicados a outros arruamentos.

Em 17 de Julho de 1957, a Câmara, respondendo ao alargamento da área urbana, delibera nova e ampla reforma toponímica, que consiste na atribuição de denominações aos arruamentos entretanto abertos, bem como na alteração do nome de algumas já existentes, como é o caso da Rua do Carvalho que passa a chamar-se Rua D. Pedro de Castro. Registe-se que este nome é dado cerca de sessenta anos depois do plebiscito de “O Povo do Norte”, em que a opinião pública local o considerava como o que mais justamente deveria ser consagrado na toponímia local.

Finalmente, a expansão urbana que se vai intensificando até aos nossos dias e a conseqüente abertura de novas ruas, para as quais é necessário encontrar nomes, de preferência de pessoas e acontecimentos intimamente relacionados com a história local, fazem da toponímia um assunto sempre em aberto.

TÁBUA COM A IMAGEM DE SANTO ANTÓNIO DO ESQUECIDO

Elísio Amaral Neves

Pelo terceiro quartel do séc. XIX, a Vila Velha perdera já há muito praticamente toda a importância que tivera no passado. Tudo o que é preciso para dar vida a um lugar (comércio, feira, habitantes) tinha vindo a ser gradualmente transferido para fora de muralhas, restando apenas

algumas (poucas) famílias que, fosse pelos motivos que fosse, resistiam teimosamente à mudança.

Em todo o caso, ainda havia vestígios eloquentes da antiga importância, nomeadamente alguns panos de muralha e restos das três portas que em tempos haviam servido a vila: a do Norte, a do Sul e a do Poente. A pedra das muralhas e construções com elas relacionadas, como as célebres Portas da Vila, com os seus torreões e a residência do alcaide, tinha sido utilizada para os mais diversos fins. O palácio do General Silveira foi, supõe-se, erigido com pedra proveniente da fortificação dionisina. A partir de meados do século XIX, começa a haver uma pressão muito grande para a demolição da Capela do Espírito Santo (que se integrava no conjunto das Portas da Vila) e muralhas contíguas, em virtude de ameaçarem ruína. Finalmente em 1861 inicia-se a demolição.

Porém há um momento, por finais da primeira metade do séc. XIX, em que a vila recupera algum interesse pela Vila Velha. Em 1843 está construído no seu perímetro o novo cemitério e em 1844 a Câmara, apercebendo-se das virtualidades panorâmicas das traseiras do cemitério, adquire terrenos para romper um passeio público. Rapidamente os vila-realenses se afeiçoam a esse passeio. Em todo o caso foi paulatinamente crescendo a ideia de que eram necessários novos elementos nas proximidades que reforçassem o valor do passeio e devolvessem alguma dignidade à Vila Velha.

Alguns anos antes (mais exactamente em 21 de Novembro de 1837) tinham ardido o Convento e a Igreja de São Domingos. Fora um incêndio de origem suspeita e grandes proporções, em que todavia houvera tempo para salvar a quase totalidade das imagens e objectos de culto. Dizemos “quase totalidade” porque se verificou, após o incêndio, que tinha sido esquecida, nas operações de resgate, uma velha imagem de Santo António, que tinha um altar na Igreja de São Domingos e gozava de grande devoção por parte dos vila-realenses, e que ficara incólume ao fogo.

Logo a essa imagem se chamou Santo António Esquecido, reforçando-se a devoção popular que já existia por ela. (Numa acta da Câmara Municipal de 28 de Fevereiro [sic; deve tratar-se do mês de Abril] de 1728, faz-se referência à Capela de Santo António Esquecido na Igreja

de São Dinis.)

Anos depois, um sacristão de São Domingos, de nome João Surra, lança mãos à recolha de donativos e à mobilização de um grupo de devotos de Santo António Esquecido para construir uma capela dedicada ao santo “a trás-os-muros”, obra que se concretizou em 1875.

Por uma qualquer contingência da semântica popular ou associação de ideias, sempre imprevisível, o nome da Capela foi alterado para Santo António do(s) Esquecido(s). Sempre imprevisível mas raramente arbitrária. Será que a palavra “esquecido(s)” se referirá a objectos de que se tenha perdido o paradeiro e que, com a intercessão do santo, se voltam a encontrar? A verdade é que existe em Vila Real a tradição de fazer um responso a Santo António para nos deparar objectos perdidos.

REGULAMENTO DOS EXPOSTOS NO DISTRITO DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Quando nos nossos dias os órgãos de comunicação social se fazem eco do abandono de um recém-nascido, isso significa que o caso constitui notícia. Por outras palavras: não é prática corrente. Mas a exposição de crianças foi acontecimento frequente em tempos idos e ainda no século XIX as autoridades competentes entendiam necessário ir ao encontro de tais situações com legislação adequada. O assunto aliás foi, até há alguns anos atrás, contemplado nos programas de História do 12º ano, sinal da importância que lhe é reconhecida. E é matéria usada com alguma insistência pelos romancistas do século XIX, com Camilo Castelo Branco à dianteira.

Quando ocorria um parto indesejado ou socialmente inconveniente (caso de mulheres solteiras, ou de condição social elevada, ou sem recursos para criar os filhos, freiras, etc) e se pretendia ocultar a maternidade, a

solução encontrada era muitas vezes abandonar o recém-nascido, depositando-o, ora à porta do sedutor, ora à porta de pessoas que previsivelmente cuidariam da criança, ora nos adros, ora em certos lugares esconsos (já que o abandono de crianças não era permitido por lei), ora nas rodas que existiam nos conventos. Em Vila Real destacam-se entre os pontos favoritos para deposição de expostos o Convento de Santa Clara, um dos chamados Arcos do Tabolado, as casas do Procurador do Concelho e da Ama dos Enjeitados, o Hospício.

No fundo documental do Arquivo da Câmara Municipal, à guarda do Arquivo Distrital de Vila Real, encontra-se muita matéria respeitante a este assunto. A ele se refere também um “Regulamento dos Expostos no Distrito de Vila Real”, aprovado em sessão da Junta Geral de Distrito em 28 de Maio de 1882 e publicado ainda no mesmo ano. Este Regulamento reuniu as providências diversas, alterou outras já existentes e codificou todas as disposições avulsas e instruções da Câmara Municipal, Juntas de Paróquia e Junta Geral de Distrito.

A criação de rodas de algum modo institucionalizadas veio substituir as rodas clandestinas. Procurava-se assim responder a situações de facto, cuja existência e gravidade já Pina Manique reconhecera, no final do séc. XVIII. Era necessário registar a criança, providenciar o seu sustento, etc. Assim, tornou-se inevitável (ainda que não consagrada na lei) a existência de rodas para receber os expostos. Foram criados hospícios em diversos lugares para o mesmo efeito. No distrito de Vila Real, chegou a haver, entre outros, um na capital e outro em Chaves (em 1874 a Junta Geral do Distrito decidiu transformar a roda clandestina em roda-hospício).

Com este Regulamento, passa a existir apenas o de Vila Real, sendo suprimido o de Chaves, ainda que algumas cláusulas se refiram ao destino a dar ao pessoal nele empregado. Estipula-se que a presença das crianças no hospício é transitória: ao atingirem sete anos de idade, são postos fora para trabalhar, não cabendo ao hospício mais responsabilidades no seu sustento, salvo no caso dos cegos, aleijados e idiotas, que continuavam a receber algum apoio.

As crianças eram recebidas, baptizadas, registadas em livro próprio e entregues geralmente a uma ama de leite exterior ao Hospício. Ao

pescoço era-lhe colocada uma medalha de chumbo de difícil remoção ou violação, a fim de prevenir eventuais trocas de identidade, casuais ou deliberadas.

Junto das crianças abandonadas eram muitas vezes encontradas uma espécie de rol do seu enxoval e uma sugestão de nome. Quando havia esta sugestão, o Hospício respeitava-a, embora lhes fossem dados por sobrenome ou apelido o nome que lhes competia nas relações de nomes organizadas pela Comissão Distrital.

Note-se que a existência e funcionamento do Hospício não significava qualquer espécie de legitimação do acto de expor uma criança, que continuava a ser passível de procedimento judicial. Sempre que uma criança era recebida no Hospício, era desencadeado um processo tendente a descobrir os autores e cúmplices da exposição. E a nível de paróquia, havia mesmo o cuidado de se detectarem as mulheres solteiras e viúvas que mostrassem sinais de estarem grávidas, a fim de acautelar o destino ulterior dos recém-nascidos.

1.º CONGRESSO TRASMONTANO

Elísio Amaral Neves

O Dr. Nuno Simões foi um dos mais ilustres governadores civis de Vila Real. Não obstante ser minhoto (nascido em Calendário, Vila Nova de Famalicão, em 1894), cimentou uma relação afectiva profunda e duradoura com Vila Real, tendo mais tarde sido deputado por este círculo em três legislaturas.

Nomeado governador civil em 1915 (com apenas 21 anos), lança em 1916 a ideia da realização de um congresso trasmontano. Para isso, envia em 10 de Fevereiro uma circular a todas as pessoas que de alguma maneira pudessem dar o seu contributo. Nessa circular, o Dr. Nuno Simões lembra a necessidade de Trás-os-Montes conhecer e dar a conhecer as suas potencialidades, tanto “o imprevisto das suas belezas” como “os recursos

do seu solo”. “Está naturalmente indicado aos trasmontanos empenhados no progresso da sua terra”, escreve o Dr. Nuno Simões, “a realização de um congresso em que, pelo concurso de quanto Trás-os-Montes tem de notável na agricultura, na indústria, no comércio, na literatura e na arte, se tente o estudo minucioso dos problemas que afectam a sua vitalidade, e das soluções, que por mais práticas e viáveis lhe convêm.”

Na sequência desta circular, chegam a constituir-se comissões concelhias, diversas pessoas disponibilizam-se para colaborar, há indícios de possíveis financiamentos, particularmente por parte de trasmontanos que vivem fora da região e do país.

O congresso, contudo, não chega a realizar-se, por motivos vários a que não será estranho o estado de guerra que se vivia na Europa e que, era inevitável, acabaria por envolver Portugal. Problemas mais prementes, relacionados com a subsistência e o abastecimento da população, distraem o Dr. Nuno Simões da ideia do congresso. O Dr. Nuno Simões deixaria em Junho de 1917 o lugar de governador civil e a iniciativa acabou por frustrar-se.

Mas essa tentativa não deixou de dar fruto, pois acaba por ser o antecedente próximo do 1º Congresso Trasmontano, realizado de 7 a 16 de Setembro de 1920. Um grupo de trasmontanos e outras pessoas ligadas a Trás-os-Montes (incluindo o próprio Dr. Nuno Simões), residentes em Lisboa, retoma a ideia, juntando a ela os dirigentes da associação trasmontana, de Lisboa, e obtendo o apoio da Sociedade “Propaganda de Portugal”, e leva a bom termo a realização do congresso. Realiza-se em Vila Real, em 19 de Maio de 1920, com a presença de elementos da Comissão Executiva Nacional, uma reunião para lançar as bases do evento, com o apoio do governador civil substituto, Dr. Guilhermino Nunes. Nessa reunião são constituídas, a nível local, a Comissão de Recepção, a Comissão de Propaganda, a Comissão de Fundos, a Comissão da Exposição e a Comissão de Festas. É desencadeada uma vasta acção de promoção do congresso, nomeadamente através de palestras (“missões de propaganda”, assim diziam), sobretudo em Vila Real e Chaves.

Os resultados de toda esta mobilização são francamente positivos, porque o congresso constituiu um êxito. Nas vésperas, “O Povo do Norte”

de 7 de Setembro de 1920, diz em título que a iniciativa “pecará por incompleta, falha em muitos pontos, mas nenhuma obra sai perfeita na primeira tentativa”. Mais do que uma crítica, este título é pois uma desculpabilização das possíveis lacunas, consideradas naturais numa primeira edição. Porque o jornal dedica quase duas páginas entusiásticas ao congresso, em que historia a iniciativa, louva os promotores, exalta contributos, revela detalhes, enumera expositores e pontos do programa, cria expectativas, mobiliza participantes.

O 1º Congresso Trasmontano foi de facto um acontecimento notável, com grande acolhimento local, grande entusiasmo e fervor regional, e muitas manifestações festivas (recepções, cortejos, etc) em todos os lugares onde se desenrolou.

As sessões de abertura e encerramento tiveram lugar, respectivamente, na Régua e Chaves. Houve sessões de trabalho na Régua, Vila Real, Vidago e Chaves, e exposições na Régua, Chaves e Vila Real. Estas sessões de trabalho dividiram-se da seguinte maneira: Régua, nos dias 7, 8 e 9; Vila Real, nos dias 10, 11 e 12; Vidago, no dia 13; e Chaves, nos dias 14, 15 e 16.

Em Vila Real teve lugar a mais importante das exposições: uma grande mostra industrial, complementada com produtos agrícolas, trabalhos manuais realizados por inúmeras senhoras, arte sacra (a cargo do Padre Filipe Borges), pintura de Trindade Chagas, caricaturas de Aureliano Barrigas, etc. Tudo isto repartido por salas da Câmara Municipal, do Tribunal e do Liceu.

Paralelamente, desenvolvem-se actividades diversas: exercícios desportivos por militares de todos os regimentos da 6ª Divisão, no topo sul da Avenida Carvalho Araújo; exercícios de adestramento das corporações de bombeiros; corridas de bicicletas e motocicletas; uma partida de futebol em Chaves; concursos infantis de lançamento de balões em Vila Real e Chaves, etc. Nos quatro últimos dias do congresso, um apontamento sensacional (para a época): dois aviões militares pilotados por dois trasmontanos, o capitão Lelo Portela e o major Castilho Nobre, voaram sobre Vila Real e Chaves.

O FUTEBOL EM VILA REAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Vítor Nogueira

Em Portugal, até ao advento do futebol, o grande desporto de ar livre e multidões eram as touradas. Assim era também em Vila Real, que dispôs de vários recintos para a realização de espectáculos tauromáquicos, inclusivamente dois no mesmo lugar onde seria mais tarde o campo de futebol, ou seja, um lugar designado por Eira, atrás do Calvário.

Talvez em Vila Real a substituição das touradas pelo futebol se tenha dado mais tarde do que em muitas outras localidades, devido a dois factores: por um lado, a grande tradição tauromáquica aqui existente; por outro lado, a inexistência de um espaço adequado à prática do futebol.

Mas o tremendo potencial de popularidade do novo desporto acabou por impô-lo. A última das praças de touros, propriedade da Empresa Tauromáquica Vila-Realense, foi desmontada em 1920, altura em que já se praticava o futebol em Vila Real, embora pontualmente, e se falava com insistência da necessidade de construir um campo.

Quem praticaria então o futebol em Vila Real? Em primeiro lugar os militares do RI 13 e os bombeiros das duas corporações, que possivelmente o associavam aos seus programas de preparação física. Também os jovens da academia. E é de crer que os jovens em geral se sentissem atraídos pela prática do desporto novo e aliciante que era o futebol.

Em 1909, realiza-se uma Festa da Árvore, no acima referido sítio da Eira, no final da qual se admite a hipótese de criar um grupo desportivo com as competentes estruturas e equipamentos (campos de ténis e futebol, entre outros) naquele lugar. À sugestão responde a Câmara Municipal com a necessidade da legalização de uma tal colectividade, única reserva que põe para ceder o terreno.

Em 1909/1910 é criado o Club de Caçadores de Vila Real, que dispõe de um *stand* de tiro na Centearia, possivelmente a actual Santa Iria. Em 1911, um grupo de 22 elementos desse clube constitui-se numa secção de

futebol, mas a ideia ainda não estava suficientemente madura para vingar.

A partir de 1914 são criadas outras associações que admitiam a prática do “jogo da bola” (certamente, neste contexto temporal, o futebol). No entanto, continua a não se conhecer eco da formação de equipas e da realização de partidas.

É em Maio de 1920 que se iniciam diligências com força e credibilidade suficientes para levar à fundação, dois anos mais tarde, do Sport Club de Vila Real. De novo é solicitada a cedência do espaço da Eira, mas a Câmara Municipal responde da mesma forma como respondera em 1909. O clube acaba pois por se constituir em Novembro de 1922, com aprovação de estatutos e eleição de corpos sociais. Na Eira surge então o chamado Campo do Calvário, inaugurado durante as festas de 1922.

Outras equipas de praticantes de futebol existiam já por esta altura. Em 1921, a Associação Académica de Camilo Castelo Branco (criada em Fevereiro de 1920) fazia-se acompanhar nas suas excursões por uma equipa de futebol, para realização de jogos com equipas das localidades visitadas. Em 15 de Abril de 1921, é fundado o Sport Club Atleta e, em 6 de Janeiro de 1922, o Académico Foot-Ball Club. Ainda nos anos 20 temos notícia dos seguintes: Sport Club Juventude Antoniana; Voluntário Foot-Ball Club; Grupo Desportivo dos Empregados do Comércio; Grupo Desportivo de Salvação Pública; e Team Militar RI 13. Como se vê, há uma certa tendência para constituição de clubes segundo uma lógica corporativa.

De qualquer modo, o Sport Club de Vila Real é, de todos eles, o único destinado a perdurar e ganha natural hegemonia sobre os restantes. Por sua iniciativa é fundada em 1925 a Associação de Futebol de Vila Real. Durante as festas do mesmo ano — e este acontecimento vale quase como uma simbólica e definitiva passagem de testemunho da tourada para o futebol — organiza no seu campo uma garraaiada.

O Sport Club de Vila Real tem actividade regular e participa nos torneios oficiais. Durante mais de duas décadas é campeão de Trás-os-Montes. Em 1934 conhece um dos picos do seu historial desportivo. Consegue chegar aos oitavos de final do Campeonato de Portugal (quando antes, nunca conseguira ir além da primeira eliminatória), depois de vencer o Boavista por 2-1. Esta proeza, devidamente celebrada na época, colocou

o Sport Club de Vila Real entre os 16 melhores clubes nacionais desse ano. Infelizmente, no jogo imediato com Os Belenenses (à época o campeão de Portugal), sofreu uma pesada derrota por 10-1.

Outra época de ouro é a de 1943/44, em que disputa a final do Campeonato Nacional da 2ª Divisão. O seu ataque tem então um terrível poder concretizador. Nos oitavos de final vence robustamente o Académico do Porto por 6-0. Nos quartos de final vence o Famalicão por 5-3. Nas meias finais vence o União de Coimbra por 5-0. A final é disputada no Campo 28 de Maio, em Lisboa, contra o Estoril Praia. O Sport Club de Vila Real luta galhardamente, mas regressa a Vila Real com uma derrota, aliás honrosa (2-3).

Na sequência deste bom momento, convida a vir a Vila Real duas equipas da 1ª Divisão: o Salgueiros, vencendo por 8-1, e o Benfica, saindo derrotado por 5-8.

Evocamos a finalizar outras equipas vila-realenses dos anos 20, 30 e 40: Vasco da Gama Foot-Ball Club; Sport Club Cruz de Cristo; Futebol Club Vila-Realense; Operário Futebol Club; Onze Leões do Corgo Futebol Club; e Trasmontano Futebol Club.

REPRESENTAÇÕES DE VILA REAL NAS EXPOSIÇÕES AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS DO SÉC. XIX

Elísio Amaral Neves

No séc. XIX, em que os mecanismos económicos ganham crescente importância, vulgarizam-se, um pouco por toda a parte, as exposições agrícolas e industriais. Por outro lado, o concelho de Vila Real já tinha alguma vitalidade económica no séc. XIX. Agrícola e comercial, claro, já que a indústria, essa, era praticamente inexistente.

E assim foram muitas as nossas participações em tais certames.

Levávamos às exposições agrícolas e industriais muito do que a terra dá, sobretudo aguardentes e vinhos de excelente qualidade. Também

madeiras, nomeadamente pinho e castanho — embora estas fossem promovidas não propriamente pelos produtores e comerciantes (como acontecia com os vinhos e aguardentes), mas pelos organismos governamentais da tutela que as enquadravam no âmbito nacional. Com um pouco menos de força, levávamos ainda batata, feijão, castanha, azeite, milho da Campeã, centeio da montanha, mel e passas de uvas. E finalmente, em algumas das primeiras feiras, couves tronchas (também chamadas de penca) das hortas da Granja.

A acompanhar o vinho do porto, seguiam muitas vezes frutas cobertas, principalmente cristalizadas, que antecederam a amêndoa como aperitivo. Mas estas frutas implicavam uma embalagem própria, em caixas de madeira e cartão, e a protecção de folhas de papel recortado manualmente, que acabaram por ganhar uma feição artística e que eram muitas vezes objecto de exposição, lado a lado com as próprias frutas cristalizadas.

A participação dos produtores e comerciantes nestas exposições era, acertadamente, fomentada pelas autoridades locais, que as divulgavam e criavam condições favoráveis para os expositores, por exemplo a nível de transporte dos produtos.

A princípio, as exposições eram regionais, de duas maneiras: regionais no sentido de cobrirem uma determinada região do país e regionais no sentido de não universais (logo, neste sentido, equivalendo a nacionais). A primeira exposição internacional realizou-se em Londres, em 1851, e já aí apareceram produtos vila-realenses. Mas seria na Exposição Universal de Paris, de 1855, que o nosso concelho obteria apreciáveis resultados. Nada menos de quatro produtos premiados, a saber: um vinho de 1812, do Dr. Bento Teixeira de Figueiredo; centeio, de Guilhermino Júlio Teixeira de Moura; abóbora coberta, de Mariana da Purificação; e morcelas doces, de Sebastião Maria da Nóbrega.

A título de curiosidade, refira-se que o pintor e gravador vila-realense João Baptista Ribeiro (São João de Arroios, Vila Real, 1790-Porto, 1868), na época director da Academia Politécnica do Porto, foi animado pela representação do Porto a desenhar um retrato de Alexandre Herculano, um dos introdutores da escola romântica em Portugal, para

figurar nesta exposição.

A certa altura, emerge no universo duriense uma figura — José James Forrester, o célebre Barão de Forrester, que viria a falecer num naufrágio no Cachão da Valeira em 1861 — que como que chama a si a condição de representante da região que o acolheu, levando a diversas exposições não só os seus vinhos, mas diversos produtos regionais, tais como alfaias agrícolas, louça de Bisalhães, obra de cestaria, tamancaria e tanoaria, croças, etc, na qualidade de “cidadão do mundo, viajante e amante do país”.

O mestre de caligrafia Fernando Nunes Godinho vê também algumas vezes os seus manuais e desenhos premiados. Já a Escola de Desenho Industrial D. Luís I não alcança grande sucesso nas exposições em que participa.

Em 1877, Carlos Relvas, abastado agricultor ribatejano, vem a Vila Real para colher imagens da vila e do Marão com neve, com destino à Exposição Universal de Paris de 1878. É uma última ligação de Vila Real às exposições internacionais que é curioso referir.

PADRE FILIPE CORREIA DE MESQUITA BORGES, ANTIQUÁRIO E COLECCIONADOR

Elísio Amaral Neves

Há uns dez ou quinze anos atrás ainda existia, no gaveto da Rua Nova com a Rua Camilo Castelo Branco, a chamada casa do Padre Filipe. Ali viveu com a família e ali foi recolhendo um acervo de peças de arte e objectos diversos que fizeram dele um antiquário e um coleccionador.

Filipe Correia de Mesquita Borges (1871-1951) emigrou muito novo para o Brasil, a chamamento de um tio. Vive lá catorze anos, alguns dos quais frequentando a Escola Naval e fazendo o tirocínio para oficial da Marinha de Guerra brasileira.

Com a morte do tio, regressa a Portugal. Confronta-se então com a sua vocação sacerdotal de sempre e segue para Braga, onde tira o curso

de Teologia, um pouco já sobre o tarde (1902), o que de alguma forma se reflectiu beneficemente no seu ministério, dada a experiência de vida acumulada. De novo em Vila Real, já ordenado, desenvolve uma intensa actividade, sendo pároco de São Pedro, pároco de São Dinis, responsável pelo vicariato (antes da criação da Diocese) e vigário geral substituto, na ausência de Mons. Jerónimo Amaral. Com este, de quem era amigo íntimo, leva avante o projecto de construção da capela de Nossa Senhora de Lurdes. Desempenha funções de capelão do asilo O Amparo de Nossa Senhora das Dores e dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública e Cruz Branca (de que foi igualmente fundador e membro do corpo activo), e secretário da irmandade de São Pedro.

O rei D. Manuel II concede-lhe, em 1910, o título honorífico de capelão-fidalgo da Casa Real.

Mas a sua actividade não se esgota no plano eclesiástico. Tem igualmente importante actividade cívica. Durante o surto da gripe pneumónica, em 1918, trabalha junto da Cruz Vermelha no apoio aos enfermos e suas famílias, o que lhe vale a atribuição de uma condecoração, das três que aquele organismo lhe atribuiu. Faz parte da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia e Hospital da Divina Providência de Vila Real, na condição de vogal em 1928, secretário em 1929 e, no final deste ano e primeiro trimestre de 1930, nas funções de provedor. Faz também parte da Junta Geral do Distrito, como vogal, em 1930 e, num momento em que se verifica mudança de governo e o presidente da Junta pede a sua exoneração, no início de 1931, assume estas funções como vogal mais velho.

Mantém-se sempre muito próximo da comunidade. Vive no nº 4 da Rua Nova, em espaçosa casa de família, com onze quartos e capela, onde rezava missa assistido pelo sacristão Briano, com um jardim de buxo ao gosto dos séculos XVII e XVIII e um quintal em socalcos sobre o Corgo que produzia duas pipas de vinho e fruta. Aí vai aos poucos formando uma biblioteca e desenvolvendo o gosto pelo património e pelo coleccionismo, gosto que transmite aos seus sobrinhos (selos, caixas de fósforos, antigualhas, arte sacra — colecções hoje dispersas pelos seus sobrinhos-netos).

O Padre Filipe gostava de dar longas caminhadas, de fumar, de ouvir uma ou outra anedota, de pregar a sua partidazinha e sobretudo de cultivar amizades, privilegiando os comerciantes Relvas e Roberto de Jesus e a família Teixeira.

Embora fosse monárquico, é bem conhecido o apoio que deu à fuga de alguns republicanos perseguidos durante a Monarquia do Norte. Gozava aliás de grande prestígio, mesmo junto de individualidades republicanas, sendo frequentemente convidado para integrar comissões de âmbito cultural, em que participavam as mais diferentes sensibilidades políticas. Por exemplo, a convite de Adelino Samardã, faz parte da comissão que equacionou o Museu Regional, em 1923, ao lado do Maj. António Fernandes Varão, Dr. Pedro Maria da Cunha Serra, Pintor Bernardino Raul Trindade Chagas, Dr. João António Cardoso Baptista e Dr. João Avelino Pereira da Rocha. Faz igualmente parte da comissão que reformula o projecto, em 1930, ao lado do Dr. Henrique Ferreira Botelho, Carlos Monteiro de Barros, Dr. Pedro Maria da Cunha Serra, Dr. Sebastião Augusto Ribeiro e Armando Augusto Ribeiro.

Pertence ainda a outras comissões de âmbito cultural. O seu gosto pelas antiguidades deve ter estado na origem da sua escolha para organizar, por ocasião do Congresso Trasmontano de 1920, a exposição de arte sacra, patente no edifício do Liceu, na qual é mostrado o melhor que existe nas igrejas de São Francisco, São Domingos, Carmo, Clérigos e ainda Lordelo e Alijó. Virá posteriormente a ser o responsável por todas as iniciativas congéneres realizadas em Vila Real, responsabilidade em que lhe sucederam o Padre João Baptista Vaz de Amorim, o Padre Manuel Alves Plácido e mais tarde o Padre João Ribeiro Parente.

Finalmente, refira-se que em 29 de Abril de 1996, a Câmara Municipal de Vila Real deliberou atribuir o nome do Padre Filipe Borges a um arruamento da cidade.

ANTÓNIO CUSTÓDIO DA SILVA, LIVREIRO E ENCADERNADOR

Elísio Amaral Neves

António Custódio da Silva é o fundador daquela que é uma das mais antigas casas comerciais de Vila Real (senão a mais antiga): a vulgarmente designada por *Livraria Branco*, que começou por ser *António Custódio da Silva*, em 1849, depois *Francisco Branco* (nome de um genro do fundador) e finalmente, em 1933, com um novo pacto social, *Francisco Branco & C^a*, sendo então proprietário Francisco Branco e seu genro, Alfredo Ribeiro. Ao todo, são 150 anos de vida e de história.

O seu fundador nasceu em 1830, na freguesia de Caires, concelho de Amares e veio a falecer em Vila Real em 1912. As suas relações com Vila Real começam relativamente cedo, teria então os seus catorze, quinze anos. António Custódio da Silva aparecia por cá sazonalmente, por ocasião da Feira de Santo António, com uma pequena banca de encadernador, não se sabe se dele próprio, se de algum encadernador mais velho que o traria como aprendiz ou ajudante. (Não era invulgar esta ocupação na Feira de Santo António, pois encontram-se em documentos várias referências a ela.) De qualquer forma, é artista precoce e certamente com boas qualidades de trabalho e de honestidade, pois o vemos fixar-se em Vila Real e aqui conquistar relativamente cedo — com dezoito ou dezanove anos — uma posição na vida comercial. Casa em 1851 em São Pedro com uma senhora de Vila Real e no assento de casamento lê-se que já cá vivia “há anos”. O casal vem a ter oito filhos, que dão origem a uma geração numerosíssima.

A sua actividade comercial desenrola-se sempre na Rua Direita. Começa por instalar a loja em prédio alugado, mas em 1860 adquire um prédio em ruínas e restaura-o. Era o prédio número 87 a 91, que de então para cá serviu sempre de chão ao seu negócio, embora o número de polícia tenha mudado.

António Custódio da Silva continuou, na sua loja, a dedicar-se à encadernação, manejando com mestria as ferramentas de encadernador e dourador: os viradores, as rodas, os florões, os componedores e os

brunidores. Mas é crível que essa actividade, por si só, não lhe bastasse ao seu sustento e de sua família, pelo que logo se faz também livreiro. De alguma forma é ele o “livreiro” de Vila Real e como tal conhecido, pois outros estabelecimentos, como a Farmácia Fernandes, estampam nos seus anúncios a sua localização tomando como ponto de referência “o livreiro” (em frente do livreiro, junto ao livreiro...).

O “livreiro” devia vender manuais de ensino, talvez um ou outro livro jurídico, obras e artigos religiosos, mas sobretudo era o depositário da afamada livraria e editora de Ernesto Chardron, mais tarde Lello & Irmão, cujas edições eram então muito populares. Chardron, na sua publicidade nos jornais locais, refere normalmente que o Sr. António Custódio da Silva é o seu representante em Vila Real. O mesmo acontece com a publicidade da lotaria dos grandes cambistas, que António Custódio da Silva também representa em Vila Real desde, pelo menos, os anos 70 do século XIX (refira-se que existem também registos de licenças passadas em 1888, autorizando-o a expor à venda bilhetes de lotarias estrangeiras).

Um pouco sem se esperar, a loja vende ainda, ao longo dos tempos, outros artigos, como bengalas, gravatas e, embora já não ao tempo de António Custódio da Silva, até pastéis!

Durante muito tempo, António Custódio da Silva não teve concorrência em Vila Real. Mas aos poucos Vila Real vai crescendo em exigências de leitura e a concorrência começa a aparecer: primeiro, timidamente, nas tipografias, que venderiam também alguns livros. Nos anos 70 do século XIX, instala-se a *Agência Literária*, na Rua Central, números 62 a 66, propriedade de António Augusto da Costa Teixeira. E, pelo final do século, um “livreiro novo” (Joaquim Rebelo de Araújo) ocupa a casa mesmo ao lado da *António Custódio da Silva*.

TRANSFORMAÇÕES DA INTIMIDADE

Maria Teresa Guimarães

A prostituição, muitas vezes eufemisticamente referida como “a mais velha profissão do mundo”, não foi sempre encarada da mesma maneira. Longe das severas conotações de marginalidade e imoralidade que adquiriu em plenitude no séc. XIX, ela foi, ao longo dos tempos e sobretudo na antiguidade, cumprindo funções sociais e até religiosas que lhe asseguravam um estatuto social no mesmo plano de qualquer outra ocupação.

Mas a evidência das suas consequências — aborto, infanticídio, ilegitimidade — foi-se impondo às consciências e aos governos, e assim surgem, no séc. XVIII, em França, as primeiras iniciativas de regulamentação da profissão, por forma a contê-la dentro de limites compatíveis com a decência e a moral pública.

É todavia já em pleno séc. XIX — o século do puritanismo e do machismo, em que a sexualidade feminina é canalizada para a maternidade e para as lides domésticas — que em Portugal se legisla pela primeira vez sobre esta matéria. Com efeito, é em 1836 que surge no Código Administrativo, o primeiro passo no sentido da tolerância, procurando “coibir a devassidão pública e o escândalo causado pela imoralidade e dissolução dos costumes das mulheres prostitutas, inibindo que elas permaneçam junto aos templos, passeios públicos...”, a que se sucede a figura da “tolerada”, ou seja, da prostituta que se encontra devidamente inscrita no registo policial e, por esse facto, sujeita a um regulamento cuja responsabilidade é das Administrações de Concelho.

Obviamente, também em Vila Real se assistiu à regulamentação da prostituição. Como em todas as terras de características rurais bem marcadas, durante muito tempo o problema da prostituição terá sido aqui relativamente pouco significativo. Mas há factores que subvertem este princípio, e a criação de um regimento militar é um deles. Outro é a existência de estações de mala-posta. Ambos passam a certa altura a existir em Vila Real, e ambos facilitam o comércio meretrício. É assim que, nas

décadas de 1880 ou 1890 (os mais antigos livros de matrícula de toleradas reportam a 1885) — algumas dezenas de anos sobre o Código Administrativo de 1836 —, o problema é já suficientemente grave para justificar a publicação do regulamento das toleradas de Vila Real.

Estas ficam então sujeitas a matrícula e a inspecções sanitárias semanais, já que o perigo da propagação de doenças venéreas ameaçava de forma efectiva a sociedade no seu todo. As toleradas não podiam ausentar-se do seu local de trabalho sem autorização, sendo essa e outras contravenções punidas com multa ou prisão. Entendia-se que as toleradas tinham apesar de tudo uma função social, quase uma utilidade pública, pelo que havia que, ao contrário de reprimir a sua existência, regulamentar estreitamente a sua actividade. Isto não significa que não houvesse prostitutas que fugiam a este esquema e exerciam clandestinamente a profissão.

Esta atitude, que podemos rotular de “regulamentarismo”, tinha porém os dias contados, pela simples razão de que se começavam a ouvir vozes cada vez mais insistentes contra a existência legalizada da prostituição, que anunciavam, mais tarde ou mais cedo, a sua abolição.

E assim um primeiro passo neste sentido foi dado em 1949 com a lei nº 2036, que proibiu a matrícula de prostitutas e a abertura de novos prostíbulos. A abolição total só seria porém concretizada pelo decreto-lei nº 44579, de 19 de Novembro de 1962.

O nº 3 do artigo 4º deste diploma impunha que toda a documentação referente a inscrição de toleradas, etc, fosse queimada após 1 de Janeiro de 1963. Percebem-se as razões desta determinação. A prostituição é um assunto de grande melindre, sobre o qual um auto-de-fé pode pôr uma pedra definitiva...

Curiosamente porém, diversos livros de matrícula das toleradas de Vila Real conseguiram, não se sabe bem como, escapar a esse auto-de-fé, e existem ainda hoje no Arquivo Distrital, com origem no Fundo da Polícia de Segurança Pública de Vila Real (a que superentendia o Administrador do Concelho), sujeitos embora à máxima reserva em matéria de consulta, como é evidente. Mostramos hoje dois desses livros. Fechados, como também é evidente.

ALCUNHAS DE VILA REAL

Joaquim Magalhães dos Santos

Vila Real, como todas as terras da província em geral (mais do que as grandes metrópoles, em que as relações entre as pessoas são sobretudo no plano profissional e o convívio não chega normalmente a ser tão aturado que chegue a gerar alcunhas), é uma terra de alcunhas.

A alcunha é uma espécie de labéu certo e definitivo que alguém aplicou a alguém (a génese individual da alcunha), mas depois o colectivo assumiu, validando-o, por assim dizer, para sempre.

Já veremos a tipologia proposta por José Leite de Vasconcelos para a origem das alcunhas. Mas antes faremos ainda uma referência ao melindre que o assunto envolve. Porque uma alcunha pode ser factor de zangas, desavenças e até processos em tribunal. Basta para isso que o visado não a aceite pacificamente, o que tantas vezes acontece. Mas também acontece por vezes que a pessoa alcunhada assume a alcunha, e essa é a razão por que não poucos apelidos hoje correntes terão tido justamente uma alcunha na sua origem.

O grande etnógrafo José Leite de Vasconcelos, na sua “Antroponímia Portuguesa”, faz acertadas considerações sobre as alcunhas, e acaba por dividi-las em nove tipos. Referimo-los a seguir, seguidos, cada um, de exemplos vila-realenses neles enquadráveis.

1. Alcnhas alusivas ao homem (considerado em geral), e bem assim a parentesco, mês e condição de nascimento, idade, fases da vida e estado. *Em Vila Real: Pai dos Meninos, Mãe dos Meninos, Filho do Pai dos Meninos, etc.*

2. Alcnhas alusivas a estados sociais, cargos, ofícios mecânicos, outras profissões, e navegação. *Em Vila Real: Aninhas Doceira, Cesteiro, Feijoeiro, Colchoeira, Pastilhas, Ponteiros, etc.*

3. Alcnhas alusivas a qualidades físicas e morais, expressas directa ou indirectamente. *Em Vila Real: Arranjadinho, Bico de Rola, Bufó Ferro, Cenoura, Cu de Senhora, Valete de Paus, etc.*

4. Alcnhas que significam hábitos. *Em Vila Real: Balalaicas, Coça*

na Barriga, Conhaque, Estraga a Escrita, etc.

5. Alcinhas que significam vestuário e ideias conexas. *Em Vila Real: Calcinhas, Janota, Pouca Roupa, etc.*

6. Alcinhas relacionadas com ideias mágicas e religiosas. *Em Vila Real: Alminhas, Bispo, Diabo à Meia-noite, Iscariote, Papa Hóstias, etc.*

7. Alcinhas várias (constituídas por palavras que não vêm nos dicionários). *Em Vila Real: Bichoncha, Brololírico, Estornibi, Mirracha, Zeriquitana, etc.*

8. Alcinhas expressas por frases. *Em Vila Real: Dois Brancos e um Tinto, Dona Inocência, tenha paciência, Ó Mila, o teu pai tem pila?, etc.*

9. Alcinhas geográficas. *Em Vila Real: Visconde da Régua, Zé de Abaças, Armandinho da Tojeira, etc.*

Para além destes tipos, são de considerar, em Vila Real:

Alcinhas que recorrem a números ou a expressões de quantidade (*Cinco Reizinhos, Seis e Dez, Trinta Velhas, Cento e Vinte Fixos, etc.*) e alcinhas constituídas por títulos nobiliárquicos e militares (*Barão do Farelo, Capitão dos Capitões, Marquês de la Balize, Visconde de la Mierda, etc.*).

Por vezes, são, não pessoas, mas objectos e lugares o alvo das alcinhas. O Liceu de Vila Real foi alcunhado, a certa altura, de *Vale das Gatas*, devido ao grande número de reprovações (na gíria estudantil, *gatas*) que ali se verificavam...

A origem das alcinhas é por vezes difícil de apurar. Mas em certos casos está perfeitamente estabelecida. Um exemplo: Na sequência do célebre ciclone de 1941, o Sr. Alfredo Rodrigues da Silva deu o nome de “Ciclone das Meias” a um estabelecimento comercial que então abriu. Não tardou muito que ele próprio passasse a ser conhecido por *Alfredinho Ciclone*. Outro exemplo: Uma aluna vinda de Chaves já noiva matriculou-se no Liceu de Vila Real. Dada a sua condição de noiva evitava que os rapazes se aproximassem e, se calhava ir na rua com duas colegas, ocupava sempre, por precaução, o lugar do meio. Daí a alcunha: *Fita Isoladora*. Um terceiro exemplo: O general Aníbal Vaz, vila-realense ilustre, quando vinha a Vila Real tinha sempre consigo uma corte de aduladores. Esse grupo passou a ser conhecido colectivamente por *Aníbal e os Elefantes*. E

a terminar: Um aspirante do 13 gostava de passear na companhia de meninas da Escola Normal, que no fim ia levando a casa uma a uma, visto morarem em lugares diferentes. Assim o grupo ia ficando progressivamente menor. Resultado: a alcunha de *Eléctrico das Meninas*.

FIGURAS POPULARES DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Hoje evocaremos algumas figuras populares de Vila Real, e há desde já uma prevenção que se torna necessário fazer: é que usamos aqui a expressão “figuras populares” em sentido lato. Quer isto dizer que incluímos nela as “figuras populares” em sentido restrito e as “figuras típicas”. Embora haja alguma tendência para confundir estes dois conceitos, a verdade é que não são sinónimos nem os encaramos aqui como tal.

Explicando melhor: consideramos “figuras populares” em sentido restrito certas personalidades que, pela sua bonomia, franqueza, sinceridade, disponibilidade, desprendimento material, capacidade de relação, conquistam um como reconhecimento por parte da comunidade e são dela muito queridas, constituindo de alguma forma pontos de referência social de largo consenso.

Já as “figuras típicas” (que são também populares na medida que cativam a comunidade) trazem associado um leque de características que lhes dão qualquer coisa de *sui generis*: uma certa simplicidade de espírito; a sua condição social mais modesta; a sua ocupação igualmente mais modesta, se bem que útil à comunidade; e a sua exposição ao desfrute e à provocação, ainda que geralmente não acintosos, mas apenas como que uma maneira de as pessoas lhes significarem apesar de tudo algum carinho.

Mas não há como exemplificar com figuras populares e figuras típicas, do passado e do presente.

Da Vila Real próxima de 1900, podemos evocar como figuras populares *stricto sensu* o Dr. António de Azevedo Castelo Branco,

sobrinho de Camilo, político importante da época, que fazia visitas frequentes a Vila Real e aqui gozava de grande popularidade: José Augusto de Barros, comerciante e personalidade ligada aos espectáculos; Augusto César, jornalista impoluto; o comerciante e inventor ANAC (António Narciso Alves Correia); Adriano Rocha, empregado do Hotel Tocaio, que chegou a tomar de arrendamento e a explorar; Custódio Correia Pereira, ou Custódio da Benta, proprietário de uma casa de pasto no Largo Luís de Camões que foi berço da expressão “garotos de Vila Real”; o comerciante e fotógrafo Maximiano Lopes dos Santos. Um pouco mais tarde, o Diogo do Café Clube; o Dr. Roque da Silveira, ilustre presidente da Câmara, que deu nome a uma das principais artérias da Cidade; o alfaiate Frederico Fortunato; o jornalista e primeiro governador civil após o advento da República, Adelino Samardã; o médico Dr. Sampaio e Melo; Aureliano Barrigas, grande entusiasta do Circuito Internacional de Vila Real; e, sem com isto pretender esgotar o rol, Alfredo Melo, Francisco Bessa Monteiro, Zeferino Rocha e Júlio Alves Carneiro (Celoriça)... Da actualidade, o Dr. José Borges Rebelo, observador certo das vaidades vila-realenses; António Camilo Fernandes, do mundo dos negócios, *bon vivant* e polarizador de um largo círculo de amigos; Dr. Otílio de Figueiredo, médico e artista de variados talentos; Coronel Chico Costa, militar apumado e fino cronista da “vila”, e Fernando Choco, desportista inteiramente devotado ao Sport Clube de Vila Real...

Quanto a figuras típicas do passado, indispensável referir o Tasso (Manuel Exposto de seu nome), distribuidor de jornais muito monárquico, de grandes barbas, que não aceitava esmolas de republicanos; o Tomás Rã-Rã, vendedor ambulante, que chegou a ser retratado por Trindade Chagas; o Paulino das Máquinas, poeta repentista; o Pascaró, tanoeiro; o Pincha, corretor de hotéis e pensões; o Andorinha e o Faldrão, sapateiros; o Parrolo, empregado comercial; o Jerónimo Peruco, cauteleiro e engraxador; o Pêras, também cauteleiro; o Sarau, trolha; o Zé de Abaças; a Aninhas doceira; o Augusto Cego... Da actualidade, há três que não podem ser esquecidos: o Armando Ponas, homem que se dizia dos mil ofícios, especializado todavia no conserto de canetas, e se intitulava aparentado com a casa real inglesa;

António Ribeiro de Sousa, o Bertelo, benfiquista assanhado e trabalhador incansável de carregão e recadeiro; e o Chico Cereja, passagista, que o meio universitário vila-realense projectou fora de barreiras. Repare-se como as figuras ditas típicas estão muito mais sujeitas do que as figuras populares ao ónus das alcunhas...

Todas estas figuras gozam de grande simpatia da comunidade, simpatia essa que é muitas vezes transgeracional, isto é, passa de geração em geração, constituindo a condição de figura popular o maior estatuto que a comunidade pode conferir. Não admira assim que tenham ficado, ao longo dos tempos, muitos testemunhos delas, que no-las dão a conhecer melhor: fotografias, desenhos, pinturas e caricaturas.

E sobretudo testemunhos escritos. A imprensa ocupa-se largamente deles, fazendo a crónica das suas virtudes ou das suas singularidades. E livros em número significativo têm-lhes sido dedicados. Indicamos alguns, cuja leitura recomendamos a quem se interesse pelo assunto: *Naquele tempo... (Recordações da mocidade)*, de Lotelim (pseudónimo do advogado Dr. Joaquim de Azevedo), 1940; *Histórias... para a História*, de José Luís Rebelo da Silva, 1959; *Crónicas da Vila*, de Chico Costa (ele próprio uma figura popular, como vimos...), 1987; e *Contos da "Bila"*, de Francisco Edgar Ferreira, 1987, 2ª ed. em 1999.

HOTEL VILAREALENSE

Elísio Amaral Neves

Ainda no século XIX, e como consequência da política desenvolvimentista de Fontes Pereira de Melo, sobretudo a nível das vias de comunicação, Vila Real vê aos poucos uma parte do seu centro comercial deslocar-se da Rua Direita e adjacentes para a Praça Luís de Camões, antigo Campo do Tabulado. Nomeadamente o rasgar da chamada Rua-Estrada, que atravessava a vila, favoreceu muito a fixação de empresas de diligências e alquiladores. Atrás deles (e, em alguns casos, associados

a eles) vieram, como é natural, os estabelecimentos hoteleiros, restaurantes, cafés, tabernas e estabelecimentos similares.

No chão do Convento de São Domingos há memória de ter havido diversos estabelecimentos hoteleiros. Um deles foi o primitivo Hotel Tocaio, adaptado em parte do próprio edifício do Convento pelo afamado comerciante e argentário Anselmo Pereira Baía, no início da década de 70, com a pedra resultante da demolição do aljube, que ele arrematou. O mesmo hotel seria mais tarde instalado em edifício construído de raiz, nos primeiros anos da década de 1890, no local onde ainda se encontra (embora já em novo edifício), isto é, no antigo Largo do Chafariz, que virá posteriormente a ganhar a designação de Praça Lopo Vaz.

Outros estabelecimentos hoteleiros instalados no local foram o Hotel Central (antes estivera no fundo do Campo do Tabulado), o Hotel Ferro Velho e as hospedarias do Agostinho, do Campos e do Celeiro.

Todavia o primeiro hotel instalado em prédio construído de raiz foi o Hotel Vilarealense, propriedade de Francisco de Oliveira Campos, inaugurado em 20 de Janeiro de 1886, na Travessa de São Domingos, que viria a ter uma existência atribulada.

Era, para a época, uma unidade luxuosa. Talvez por isso, o seu financiamento e manutenção acarretavam grandes responsabilidades, de tal forma que o seu proprietário não o conseguiu aguentar. Encerrou e foi reaberto em 2 de Junho de 1889 por Dionísio António Teixeira, industrial do ramo e à época proprietário do Café Aurora. O Hotel Vilarealense passa então a designar-se Hotel Aurora. Mas não terminam aqui as peripécias da sua existência. No final de Outubro de 1891 volta a encerrar, para reabrir em Março de 1893 sob a designação de Hotel do Comércio, propriedade de Dona Cacilda R. de Oliveira. Volta então a ganhar algum estatuto, e a rivalizar com o Hotel Tocaio. Em 1898, nova designação: Hotel Brasil. E já no séc. XX, em 7 de Dezembro de 1916, passa a ser Hotel Mondego. Mantém-se ainda hoje no ramo, embora sem a classificação oficial de hotel.

MARCHA DE VILA REAL

Ângelo do Carmo Minhava

Pelos finais dos anos 40 — era então presidente da Câmara Municipal o Dr. Aníbal Catarino Nunes e dos Serviços Municipalizados o Prof. Manuel José Gonçalves Grilo —, as festas da cidade tinham perdido muito do brilho que haviam conhecido no passado recente. Havia que encontrar maneira de readquirir esse brilho, numa época em que as marchas da cidade de Lisboa constituíam um paradigma de animação, música e cor.

Projecta-se então um grande cortejo histórico, para relançar as festas, e convida-se o Padre Ângelo do Carmo Minhava a compor a música e escrever a letra de uma marcha que devia abrir o cortejo. A encomenda foi satisfeita, resultando a que hoje é geralmente assumida como “Marcha de Vila Real”. Os primeiros versos (*Ornada de tantas galas, / Oh! abram alas: / Uma princesa*) são testemunha da finalidade original da marcha. De facto, o cortejo devia abrir com uma réplica da figura dita “Vila Real” (escultura que se encontra sobre o frontão dos Paços do Concelho), para cuja passagem se convidava o povo a abrir alas...

Não foi esta, note-se, a primeira marcha de algum modo dedicada ou assumida como de Vila Real. A mais conhecida tinha sido uma adaptação feita provavelmente por um militar do RI 13 do trecho “Rosa Enjeitada”, de Raul Ferrão, adaptação que aqui correu com o título de o “Trasmontano”. Por outro lado, deve-se ao padre espanhol José Angerri (capelão da Casa de Mateus, aquando das visitas que fazia regularmente aos Condes de Vila Real, que o bispo D. António Valente da Fonseca convidara, no final da década de 1930 para o que hoje chamaríamos animação cultural com os alunos do Seminário durante as férias escolares), a tentativa de dar a o “Trasmontano” características que o aproximassem do género “marcha”. (Tenha-se igualmente em consideração que, entre as diferentes músicas — marchas, hinos, etc. —, anteriores à “Marcha de Vila Real”, foi composto em 1927 um “Hino de Vila Real”, com música do Tenente Manuel Canhão e letra de Alberto Machado.)

Foi, contudo, a primeira marcha do Padre Ângelo Minhava. E que

estreia! É uma composição vibrante, extremamente *cantabile*, que toca profundamente todos os vila-realenses. Parece que, de algum modo, terá também influenciado as marchas lisboetas da época, que passaram, depois dela, a ter um certo tónus heróico que lhes faltava.

Resta dizer que o projectado (1948) cortejo histórico não se realizou. Mas a marcha cativou imediatamente os vila-realenses e, nas Festas da Cidade de 1949, todas as bandas a executaram na alvorada dos dias festivos e animou a marcha luminosa e o cortejo regional então realizados.

Existe uma edição de 1948 da “Marcha da Cidade de Vila Real”, designação original, feita pela tipografia “Missões Franciscanas”, de Braga. Em 1950, ano do Cortejo Histórico, saiu outra edição. Mais tarde, a autarquia assumiu esta bela composição como o hino-marcha da cidade.

BALANÇA PARA PESAR CERA, DA CAPELA DA MISERICÓRDIA

Elísio Amaral Neves

O uso da cera na relação do homem com o divino é muito antiga e reveste vários aspectos.

Pode, por exemplo, a cera ser usada em velas, círios, tochas ou brandões. Nesse caso, o simbolismo principal é o da chama que se consome com lentidão, significando de alguma forma a doação de nós mesmos a Deus. A chama traz ainda consigo o simbolismo do fogo, elemento importantíssimo em qualquer civilização e que na religião cristã parece representar a parte impalpável, imaterial, do homem, ou seja, a sua alma. De qualquer forma, sempre um traço de união com o sobrenatural.

A cera pode também ser utilizada não pelas suas propriedades combustíveis, mas pelas suas notáveis propriedades plásticas. Com ela se modelam representações do corpo (às vezes de animais) ou de partes do corpo, que são utilizadas como ex-votos, em cumprimento de graças recebidas dos santos relativas à cura de enfermidades.

Conhecemos uma disposição testamentária de 1597, de uma mulher moradora na Rua do Carvalho (actual D. Pedro de Castro), defronte da portaria do Convento de Santa Clara, que garante, por hipoteca de uma casa sua, a quantia necessária para a cera que havia de arder “desde a 5ª-feira maior até à morte de Cristo”. Esta disposição mostra bem a importância de que se revestia a cera no culto.

A cera a usar nas cerimónias religiosas devia ser cera de abelhas. Porque a cera pode simbolizar também a carne de Cristo, nascido de uma Virgem, tal como a cera nasce da abelha, que era suposto ser virgem.

Dada esta proximidade da cera ao fenómeno litúrgico, não admira que houvesse nas igrejas alaias relacionadas com ela. É o caso da monumental balança para pesar cera (1800?) que existe ainda hoje na Capela da Misericórdia, em Vila Real, templo (re)edificado em 1528 pelo protonotário apostólico e abade do Salvador de Mouços, D. Pedro de Castro.

Essa balança deve ter sido feita de propósito para aquela capela (ou para a Santa Casa da Misericórdia de Vila Real) e estar ligada ao culto, que ali tinha grande expressão, a Nossa Senhora das Dores, a quem os devotos pagariam, em certas circunstâncias, o seu peso em cera. Há ainda a ter em conta a celebração de missas perpétuas nesta capela (aproximadamente 800 no início do século XVIII) e o facto de nela se vender cera destinada às diferentes funções religiosas que tinham lugar em toda a vila e seu termo. Já se compreende a dimensão pouco usual da balança. Também o tamanho e peso dos círios, tochas e brandões aconselhariam uma balança com aquela dimensão.

Uma das obrigações da Câmara Municipal, ainda no séc. XIX, era organizar as procissões e dar as velas de cera para as mesmas. E a Câmara levava a peito essa obrigação, pondo a concurso as ornamentações, música, fogo de artifício e restante enquadramento festivo. Pagava propinas a certas pessoas, para participarem na procissão, e distribuía velas de cera.

A procissão do Corpo de Deus era de todas a mais imponente e participada. Havia todo um cerimonial organizativo no dia anterior. O Executivo deliberava sobre a ordem das pessoas na procissão. Para a missa solene, que antecedia a procissão, e para a dita procissão, que saía da Igreja

de S. Dinis, havia até normas rígidas para a distribuição da cera, “segundo os antigos costumes”, a saber: clérigos — uma vela de 1/4 de arrátel a cada; párocos e beneficiados — uma vela de 1/2 arrátel; cavaleiros da Ordem de Cristo — uma vela de 1 arrátel; vereadores, ministros (obviamente das irmandades), provedor da Misericórdia e procurador do Concelho — 12 tochas de 4 arráteis. Os mercadores e homens de negócios deviam trajar “à cortesã” e levar brandões de cera branca, que, todavia, deviam ser comprados pelos próprios, e não distribuídos pela autarquia. No altar-mor deviam ser colocadas 6 velas de 1/2 arrátel, que, após a cerimónia, ficavam para o pároco.

A certa altura, com o aumento do número de clérigos, o consumo de cera tornou-se muito pesado para o erário público, pelo que foram dadas provisões régias, no sentido de a Câmara suportar apenas a parte correspondente à cera efectivamente ardida na procissão, para o que era necessário proceder a pesagens, antes e depois da cerimónia.

Lá estava esta balança ou outra também para essas operações (existe uma balança idêntica na Igreja de S. Dinis de 1774).

200 ANOS DE CLUBES SOCIAIS EM VILA REAL

Elísio Amaral Neves

O associativismo social (passe a expressão, que tem algo de pleonástico), no sentido em que o tomamos, isto é, de agremiação de pessoas de um certo estatuto social numa colectividade que lhes permite o convívio agradável e também a instrução, é em Portugal um fenómeno do séc. XIX. Há quem pense que veio, como algumas outras modas correntes na Europa, na bagagem de D. Pedro, ao desembarcar no Mindelo, em 8 de Julho de 1832.

As Assembleias (nome também ele herdado de França, onde eram já correntes no séc. XVIII) começaram pois a fundar-se um pouco por todo o lado, atingindo este movimento o seu ponto mais importante na década

de 1830, mobilizando a sociedade das cidades e vilas.

Todas elas se regiam por normas idênticas. Dispunham de uma “sala de companhia”, onde se conversava e jogava xadrez, gamão, bilhar, mais tarde dominó; também as cartas, mas apenas “jogos de vasa”, sendo interditos os “jogos de parar” e “*écarter*”. Havia geralmente um gabinete de leitura, onde era possível ler os periódicos, recebidos de assinatura. E, em alturas mais festivas, havia grandes bailes que entravam bem pela noite dentro.

Em Lisboa, surgem em 1833 a Assembleia Lisbonense e um pouco mais tarde a Assembleia Lusitana. Em 1834, surge no Porto a Assembleia Portuense (em cujos bailes Camilo Castelo Branco viria a conhecer Ana Plácido). Em 1836, a Assembleia Bracarense e em 1839 a Assembleia Conimbricense.

E em Vila Real? Não podemos esquecer que se tratava de uma vila de grandes pergaminhos de fidalguia, orgulhosa das suas inúmeras pedras-de-armas (a “Corte de Trás-os-Montes”), e impelida por uma burguesia abastada. É pois natural que fosse das primeiras terras portuguesas a ver criada uma Assembleia, a Assembleia Nacional Villa-Realense, inaugurada em 4 de Abril de 1836, com grande aparato: missa cantada no extinto Convento de São Francisco, parada militar de forças de infantaria e cavalaria, o acto solene de fundação, com a oratória habitual, baile com orquestra e recitativos, chá e refrescos. Dos cerca de 100 sócios da Assembleia estiveram presentes uns 80, com suas famílias, já que a mulher começava a conquistar um lugar na sociedade ao lado do marido.

Esta Assembleia Nacional Villa-Realense não foi contudo a primeira tentativa de associativismo social. Em 1834 tinha existido, se bem que efemeramente, o Club de Villa Real, que nada tem a ver com outro do mesmo nome que surgirá posteriormente e cuja existência se prolonga até aos nossos dias.

Ainda antes, no Inverno de 1807 para 1808, tinha sido criada uma espécie de antepassado das Assembleias: a Sala de Divertimento, surgida um pouco para ajudar a conservar o fervor patriótico numa altura em que a ameaça francesa se estendia sobre Portugal. As pessoas que haviam estado na origem desta Sala de Divertimento associaram-se, sobre o final

do ano, às manifestações patrióticas desencadeadas pela proclamação do General Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda, governador de armas de Trás-os-Montes, que, no dia 11 de Junho de 1808, na cidade de Bragança, tinha aclamado o príncipe regente e levantado os trasmontanos contra o invasor francês (em Vila Real, têm lugar idênticas manifestações nos dias 16 e 23 de Junho).

Muito mais tarde, já nos anos 70 do século XIX, surge um clube importantíssimo, o Grémio Villa-Realense, que se vai manter activo durante mais de duas décadas. Às valências das Assembleias acrescenta outra: os concertos musicais. Tem aliás um orfeão próprio, que dá em 1891 a sua primeira audição.

Coexistindo em parte com o Grémio Villa-Realense, é criada em 1 de Janeiro de 1884 a Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência, que dispõe também de orfeão e de um corpo dramático. Não foi contudo um projecto duradouro: em 18 de Dezembro de 1887 procede-se à sua liquidação.

Também o Grémio Villa-Realense acaba por se extinguir nos princípios da década de 90. Cria-se então um vazio de colectividades sociais, que a imprensa vai comentando com alguma preocupação, até que, em 15 de Dezembro de 1894, é fundado o Club de Villa Real. Instalado inicialmente na Rua Central, transferir-se-ia mais tarde, em 1909, para a Casa do Arco, na Rua António de Azevedo, e mais tarde, para o edifício que ainda ocupa na mesma rua, um pouco mais acima, igualmente no chão da Casa da Torre, dos Marqueses de Vila Real. Foi seu primeiro presidente o Dr. Manuel Alves da Silva e secretário o Dr. João António Cardoso Baptista. Curioso notar que previa nos seus estatutos a figura de “Director do Mês”, uma pessoa responsável pela gestão das actividades do Clube ao longo de um mandato de trinta dias. E tinha muito por que se responsabilizar, já que o Clube demonstrava uma grande dinâmica, com a realização de bailes, concertos e conferências, acontecendo ainda que disponibilizava as suas salas para aulas e actividades de educação física.

O Clube de Villa Real, uma das instituições mais longevas de Vila Real, ainda existe. Foi recentemente restaurado e reconduzido à dignidade

inicial, transformando-se num espaço de grande aptidão para a realização de eventos sociais e culturais.

VILA REAL NOS ANOS 50 DO SÉC. XIX

Elísio Amaral Neves

No número de 30 de Dezembro de 1858 o jornal “O Universo Ilustrado”, que se publicava no Rio de Janeiro, trazia um artigo sobre Vila Real, acompanhado de uma litografia solta (o que hoje chamaríamos um encarte) com uma vista da vila.

O artigo é muito simpático para com Vila Real, que é descrita em termos elogiosos, com referências aos seus 5.000 habitantes, às pontes, à silhueta em que se destacavam os edifícios religiosos, à beleza paisagística, ao vale rico em que assenta. Usa-se mesmo uma metáfora generosa de Vila Real: “um grande palácio levantado num vale ameno”. Há também duas referências pessoais. Uma é, inevitavelmente, ao rei fundador, Dom Dinis. A outra é a um político da época, a que se deve muito do progresso da “vila industrial”: José Cabral Teixeira de Morais. Citam-se algumas obras deste prócere local das forças políticas liberais, como por exemplo o cemitério de São Dinis, que se diz estar bem localizado e dispor de boas condições higiénicas.

A referência a José Cabral Teixeira de Morais é justíssima, já que os anos 50 são marcados pela sua acção anterior, quer como Administrador Geral, quer como Governador Civil, cargo que ocupou pela última vez em 1851. Como se sabe, é nesse ano que se dá, em Abril, o golpe político-militar do Marechal Duque de Saldanha, que dará início ao período da Regeneração. Vila Real aderiu ao pronunciamento em 3 de Maio desse ano. Seguiu-se, um pouco por todo o país, um dos períodos mais estáveis, pacíficos e progressivos do séc. XIX português.

Algumas obras de José Cabral Teixeira de Morais, que de alguma forma antecipa a época desenvolvimentista da Regeneração, são a

reconstrução da Ponte de Santa Margarida, um acesso de grande importância a Vila Real, em 1843; a reedificação da Igreja do extinto Convento de São Domingos, que um incêndio destruíra em 1837; a já referida construção do Cemitério de São Dinis e, tirando partido das belas paisagens sobre os vales do Corgo e do Cabril, do passeio público que rodeia aquele, entre 1841 e 1846; o projecto da fundação de um asilo de beneficência para inválidos e infância desvalida, em 1845; e a ideia da construção de uma estrada entre Vila Real e Santa Marta de Penaguião, pela Cumieira, em 1851.

A Regeneração, com a sua estabilidade política rotativista, foi como vimos um período de acalmia e progresso. Em Vila Real, embora depois de 1851 já não sob a égide de José Cabral Teixeira de Morais, dão-se alguns passos importantes para o desenvolvimento urbano e económico.

Em 1851, é solicitado o chão do Convento de São Domingos para nele se criar a praça-mercado.

Em 1852, é construído o paredão do Calvário, para dar melhores condições à Feira de Santo António, e começam, ainda a ritmo lento, as obras da estrada entre Vila Real e a Régua.

Em 1854 é feita pela Câmara Municipal a aquisição de uma bomba para o ataque aos incêndios. Neste mesmo ano, a Câmara revela algum interesse pelo património arquitectónico, ao resistir a pressões no sentido de serem demolidas, por ameaçarem ruína, a capela do Espírito Santo e as antigas muralhas, que a Câmara rotulou então de “monumento arqueológico municipal”. (Infelizmente, esta postura proteccionista do património seria efémera.)

Em 1855 consegue-se uma verba mensal de 2.500\$00 para fazer avançar a estrada Vila Real - Régua, onde trabalham agora 400 operários. O Estado toma conta do Convento de Santa Clara para nele instalar o Recolhimento de Nossa Senhora das Dores, e, a propósito da aclamação de Dom Pedro V, é finalmente criado o Asilo da Infância Desvalida, um projecto, como vimos, de José Cabral Teixeira de Morais em 1845. Ainda em 1855, ano de boa produção agrícola, um grupo de cidadãos projecta adquirir uma tipografia para nela editar um jornal que chamasse a atenção para a necessidade de alguns melhoramentos, ideia que não frutifica então.

Em 1856 é terraplanado o campo do Pioledo, onde já há alguns anos se fazia a feira de gado suíno, caprino, ovino e bovino. A feira mensal de Almodena é transferida para a vila (excepto a de 8 de Setembro, que se mantém no seu lugar tradicional). Cria-se uma associação de cidadãos para operar a bomba de incêndios, embrião das futuras corporações de bombeiros.

Em 1859, o Estado consigna uma verba de 160 contos para a viação em Trás-os-Montes, de que sairá o dinheiro que permitirá encarar a conclusão da estrada Vila Real - Régua.

OTÍLIO FIGUEIREDO, MÉDICO E ARTISTA

A. M. Pires Cabral

Há figuras que marcam as cidades por um ou outro aspecto da sua personalidade ou da sua actividade. Mas raras serão as figuras que marcaram Vila Real em tantos aspectos como a do Dr. Otílio de Carvalho Figueiredo.

Otílio Figueiredo nasceu em Vila Real, na “casa da laranjeira” (designação familiar), na Rua da Misericórdia, em 19 de Agosto de 1909. Viveu também na Rua Camilo Castelo Branco, na casa que faz esquina com a Travessa da Portela, recentemente restaurada. Era filho de Francisco de Carvalho Figueiredo e D. Maria de Jesus Ribeiro. O Pai foi Tenente de Infantaria, tendo combatido na Grande Guerra e mais tarde participado, juntamente com seu irmão Aníbal, também Tenente de Infantaria e combatente da Grande Guerra, no pronunciamento de 3 de Fevereiro de 1927, em que forças do RI 13 avançaram sobre o Porto, naquele que foi o primeiro sinal de reacção ao 28 de Maio. Aliás o próprio Otílio Figueiredo (então um jovem liceal de 17 anos) pretende acompanhar o pai, e é posto fora do comboio por este, que o considera ainda muito novo para estas andanças revolucionárias...

As suas propensões artísticas levam a que, aos 7 anos, receba lições

particulares de desenho e de música (estas do afamado Ten. Manuel Joaquim Canhão, que teve um papel importante em Vila Real no campo da música). Em 1925 inscreve-se no Grupo de Adueros nº 24, de Vila Real, em que tem acção preponderante, sendo nomeado adail e várias vezes louvado e condecorado.

Terminado o 7º ano do Liceu, vai para Lisboa fazer os preparatórios para a Armada. A sua actividade de compositor e músico serviu-lhe então para ganhar algum dinheiro. Tocava em bares e compunha, sobretudo tangos, alguns dos quais editados pela conceituada firma Sasseti.

Esta “vida airada” termina no final do ano com o regresso a Vila Real. A mãe insiste então em que vá para o Porto, tirar Medicina, mas, levado pela sua paixão pela música, impõe como condição poder matricular-se no Conservatório, que frequentou. Após os preparatórios, acaba por ser transferido compulsivamente para Coimbra onde se licencia em Medicina em 1935, na sequência da Revolta da Madeira, em Abril/Maio de 1931. Em Coimbra dirige o semanário “Parcelso - Jornal de Letras, Artes e Ciências”.

Licenciado em 7 de Novembro de 1935, regressa a Trás-os-Montes, iniciando a sua actividade profissional em Justes, onde casou com Dona Maria Estela Palheiros Fontes, de quem veio a ter dois filhos, Otílio e Eurico. Em Justes desenvolve, paralelamente com a clínica, uma actividade cívica e cultural que marcará a terra: funda um orfeão, difunde preceitos de higiene, introduz inovações na agricultura e consegue alguns progressos (escola primária, telefone, calcetamentos, electricidade, água canalizada, fontanários, etc).

Esta actividade era vista com desconfiança pelos próceres do Estado Novo, que o tinham por perigoso reviralista e actor de subversão. Em consequência, em 8 de Junho de 1949, é demitido das funções de médico municipal do concelho de Vila Real, a que concorrera em 1938, ao abrigo do decreto-lei nº 25.317, de 13 de Maio de 1935.

Em 1950, fixa residência em Vila Real (onde já tinha consultório desde os inícios dos anos 40 na Casa de Diogo Cão, na Avenida Carvalho Araújo) e abre, a 15 de Junho, a Casa de Saúde de Vila Real, que fornece alguns serviços clínicos até aí inexistentes e a que se dedica inteiramente

durante muitos anos. Em 1958, a Casa de Saúde de Vila Real passa a designar-se Clínica do Prof. Doutor Bissaya Barreto, em homenagem ao ilustre professor e cirurgião que ali operou ao longo de 15 anos, às 1^{as} e 3^{as} quintas-feiras de cada mês, entre aproximadamente 1950 e 1965.

Também em Vila Real, paralelamente com a actividade médica, desenvolve importante acção cívica e de divulgação cultural, esta através de conferências (muitas delas no âmbito do Rotary Club de Vila Real, que ajudou a fundar e serviu, a certa altura, de elo de ligação do Dr. Otílio Figueiredo à vida social, que negligenciara por força da sua dedicação quase exclusiva à vida profissional). Prossegue também uma actividade artística invulgarmente rica, na música, na caricatura, na pintura, no desenho, e sobretudo na literatura. Publicou, além de outras obras de menor importância, os seguintes títulos: *Pórtico* — roteiro vila-realense; *ABC das Mães* — guia de cuidados de puericultura; *Os cem anos da avó Ricardina*, *Ressuscitemos os cravos vermelhos*, *O cabo Mingas* e *A Praga dos Gafanhotos* — romances; *Gente simples* e *Canhenho dum médico (1^a e 2^a partes, esta com o subtítulo ‘Histórias deste mundo e do outro’)* — contos; *Era uma vez!...* — contos infantis; *Interlúdio* — poesia; e *Miscelânea* — diversos. Neste último livro, sua última publicação, de 1987, anuncia que tem para publicar *Culpado e Inocente* — romance; *Canhenho dum médico* — contos (3^a Série); e *Viagem ao redor da vida* — sem indicação de género.

Otílio Figueiredo era, em Vila Real, o “rosto da oposição”. As suas opções políticas, de republicano convicto e tolerante, motivam-no à intervenção possível: em 1969 candidata-se a deputado pelo CDE. Pertenceu às comissões distritais de apoio às candidaturas de Norton de Matos (1948) e Humberto Delgado (1958). Esta militância, só consentida pelo regime em alturas eleitorais, não o impediu de internar, tratar e operar gratuitamente na sua clínica dezenas de legionários necessitados.

Em 1972 Otílio Figueiredo é o grande responsável pela Exposição de Heitor Cramez (com quem mantinha óptimas relações, apesar do feitio um tanto difícil do pintor), realizada no âmbito das comemorações do VII Centenário do Foral de 1272. É autor do belo texto sobre Heitor Cramez no catálogo. Nesta exposição, muito completa, são mostradas 169 obras

(óleos, aguarelas, guaches, desenhos). É nesta ocasião que Vila Real se apercebe da verdadeira importância do pintor, que lhe é revelada pela dedicação de Otilio Figueiredo.

Após o 25 de Abril, porque tanto tinha lutado, volta a ser candidato às legislativas e é eleito para a Assembleia Municipal de Vila Real. Numa concentração-comício, cerca de 10 mil cidadãos de todo o distrito apoiam a sua nomeação (que nunca se verificará) para Governador Civil. O seu espírito tolerante impediu-o sempre de, nos comícios, fazer referência às inúmeras perseguições de que ele e a sua família foram alvo.

Em 7 de Novembro de 1984, inicia uma actividade de livreiro e editor, exactamente 49 anos depois de se ter licenciado em Medicina. Edita não só obras suas, como de alguns outros escritores trasmontanos, como A. M. Pires Cabral, Alberto Miranda, Alberto Augusto Miranda e Alexandre Parafita. Na livraria, gosta de juntar alguns amigos numa espécie de pequena tertúlia de fim de tarde. A morte, anunciada pela doença, aproximava-se. Na sua última entrevista, ainda inédita, à pergunta “se pudesse voltar ao princípio, viveria a vida da mesma maneira?”, respondeu: “E porque não?” Faleceu em sua casa em 4 de Outubro de 1988.

A Câmara Municipal homenageou-o postumamente de duas maneiras: atribuindo o seu nome a uma rua (deliberação do Executivo de 6 de Outubro de 1988, sobre proposta do presidente Dr. Armando Moreira) e conferindo-lhe a medalha de ouro de Mérito Municipal (atribuída por deliberação de 4 de Janeiro de 1990, no âmbito das Comemorações dos 700 Anos do I Foral de D. Dinis, e entregue em 13 de Junho do mesmo ano, na pessoa de seu filho Eurico).

AS TASCAS E OS PETISCOS DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Quando dizemos “tasca”, estamos a servir-nos duma designação corrente, que às vezes ganha mesmo algo de afectuoso entre os

frequentadores, desses estabelecimentos comerciais de tanta tradição na vida social das comunidades. Porque o termo, digamos, técnico, aquele que figura nas licenças e outros documentos oficiais, é “taberna”. O nome contudo é irrelevante; o que importa é a função que a tasca ou taberna cumpre. Ela é ponto de encontro, convívio e diversão, exclusivamente masculino, que supre a ausência de outros lugares adaptados a esse fim. A sua frequência intensifica-se com o final da tarde, quando os “artistas” (designação corrente no século XIX dos trabalhadores da construção civil e outros ofícios), os funcionários e os caixeiros, findo o trabalho, buscavam um lugar para conviver, naturalmente à volta de um copo de vinho e de um qualquer petisco que fosse fazendo boca para o jantar. Por vezes, pediam também um baralho de cartas ou um dominó e envolviam-se em jogatina, que todavia era mais assídua e renhida pela noite fora. As tascas eram também frequentadas por intelectuais, embora num horário diferente, como aliás convém a intelectuais.

Uma outra valência das tascas era a venda de diversos produtos, além do vinho e dos petiscos. Frequentemente vendiam pois azeite, fósforos, tabaco (muitas vezes à unidade...), mercearia em geral, artigos escolares... Casos havia em que estavam associadas ou anexas a lojas de mercearia. Mas era o vinho — servido *in loco* ou comprado ao litro ou ao quartilho para levar para casa — a sua oferta central. Algumas notabilizavam-se pela excelência dos vinhos, assim como dos petiscos, e ainda por outros factores como a limpeza ou a decoração.

A sua localização na cidade era normalmente função dos ajuntamentos de pessoas. Onde houvesse ajuntamentos, as tascas surgiam. As feiras de gado e de produtos agrícolas do séc. XIX, mais abundantes do que hoje, precisavam do apoio das tabernas, onde os feirantes iam matar a sede, engolir uma bucha ou celebrar com um copo de vinho um negócio bem sucedido. Outra localização habitual era à entrada e saída da povoação, sugerindo os serviços que prestava a pessoas em trânsito.

Nos anos 70 do séc. XIX, conhecemos, através dos livros de registos de licenças, com bastante pormenor, o número de tabernas, as suas localizações precisas, o nome dos seus proprietários. Ficamos a saber, por exemplo, que em 1871 havia em Vila Real 16 tabernas, sendo a maior

concentração na Rua do Carvalho (actual D. Pedro de Castro), que contava 4. A Rua de São João (actual Miguel Bombarda) tinha 2. As restantes tabernas encontravam-se dispersas pela vila. Em 1900, o número de 16 tabernas mantém-se, sendo 3 na Rua do Carvalho, 3 na Rua do Arco (actual António de Azevedo) e 2 na Rua de São João. Mas em 1936, os números são bem mais impressionantes. Havia no concelho de Vila Real 165 tabernas, das quais 59 na sua sede. Agora eram dois os eixos de fixação: o eixo Rua Miguel Bombarda (9 tabernas) — Cândido dos Reis (2) — Largo de São Pedro (2), e o eixo Rua do Carvalho (3) — Rua Dona Margarida Chaves (6) — Praça Luís de Camões (2) — Avenida Carvalho Araújo (4) — Rua António de Azevedo (4).

Este segundo eixo joga bem com o que acima se disse sobre a concentração das tabernas nas imediações dos terreiros das feiras.

Encontra-se bem documentado fotograficamente o trânsito de carros de bois pelas ruas de Vila Real, transportando pipas de vinho. Esse vinho trazido pelos carreiros das quintas vizinhas, geralmente, era depois transvasado para as pipas das próprias tabernas. Muitas vezes estas últimas estavam colocadas num piso inferior ao rés-do-chão, cuja frescura era propícia à conservação, e o vinho era passado por funis, que por sua vez se enfiavam através de buracos abertos no soalho e em cujo bico se adaptavam as mangueiras que distribuíam o vinho pelas vasilhas. A Casa Alemão — uma das de grande tradição — ainda mostra esses buracos no soalho.

Nas tascas bebia-se por copos, naturalmente. Mas havia também os chamados copos aferidos, cuja função era velar por que o taberneiro não enganasse os clientes.

Como se bebia o vinho na tasca? De acordo com o bojo ou a sede de cada cliente, o vinho era servido ao copo (que tinha a designação de “carreiro”, quando feito de vidro mais grosseiro), ao meio-litro ou ao “sino”. O meio-litro tinha também alguma voga bebido de manhã, misturado com águas do Vidago e açúcar. O “sino” era um copo de um litro de vinho, que passava nalguns casos de mão em mão, evocando antigos usos comunitários de comensalidade. Para acompanhar, a tasca vendia, por vezes à unidade, figos, nozes, cascas secas de pêsego. É de

justiça passar em revista — forçosamente com as naturais omissões — algumas tascas que deixaram nome: o 22, o Abel (que servia iscas de fígado), o Acácio da Marisqueira, o Adriano (especializado em bacalhau assado na brasa), o Agostinho (cujos bolos de bacalhau se anunciavam pelo cheiro no Cabo da Vila), o Agostinho Peneda, o Aires, o Alcino, o Alírio, o Albino Torgano, o Amaral, o Amílcar Costa, a Angélica, o Ângelo, o António de Lordelo, o António da Travessa (que servia pataniscas, mas de tamanho tão desmesurado que eram popularmente chamadas “lameiros”), o António Feliciano, a Areias, o Artur Guarda-soleiro, o Augusto, o Avelino, o Azevedo de Bustelo, o Bairro Chinês, o Baltasar (onde havia sempre umas sardinhas de barrica com broa), o Barracão (especialidade: tripas à malga e bacalhau assado na brasa), a Brava, o Borrão, a Cardoa, o Cardoso, o Carrico (com extensão à barbearia que lhe ficava contígua), o Carvalho (com o seu famoso caldo de cebola), a Casa Alemão (que se distinguia pelo queijo da serra, fresco e curado), o Catalão, o Chaxoila (tripas aos molhos), o Chicharro, o Choco, o Chuço, o Cirineu, o Coelho, o Coutinho, o Damásio, o David da Fonte Nova, o Dixo, o Emílio, o Escondidinho, o Farinhato, a Fraga, o Fraga, o Gralheira, o Guimbra, o Ilídio da Couraça, o Irmão do Nocas ao lado do Moca Alfaiate, o João Charonda, o João Martins, o Jorge Malcriado, o Lebres, o Leonel, o Lopes, o Luís Coutinho (iscas de bacalhau), o Manhoso, o Manuel Joaquim, o Maravilhas, a Maria do Carmo (tripas à malga), o Marinheiro, o Mário 22, o Maximiano, o Mineiro, o Monteiro de Guiães, o Morrinha (carapau de cebolada e iscas de bacalhau), a Narcisa, o Necas, o Nini, o Nóbrega (pataniscas), o Octávio, o Olímpio (tripas), o Peixoto, o Penajóia, o Peniche (peixes do rio), a Pépia, a Pérola da Ponte, o Pimenta, o Pimentel, o Pinto (tripas à malga), o Poço da Morte, o Portugal, o Racho o Caco, o Rebelo, o Retiro da Volta, a Salgada, o Sampaio, o Sampaio do Cano, o Santo Antoninho, o Sargento Gaspar, o Sarreiro, o Tasco do Cego, o Teixeira, o Vaca Velha, o Vassoureiro, o Vieira Bicho, a Vila Real, o Viriato, o Zé Areias, o Zé Dias, o Zé da Viúva e o Zé Ruço. Em alguns casos, dois ou mais destes nomes correspondem ao mesmo estabelecimento, mas em épocas distintas com distintos proprietários.

Tudo isto representa um mundo em decadência, quase agonia. Outros

hábitos, outras solicitações... Mas, procurando bem, ainda se encontram, por essas ruas antigas de Vila Real, vestígios do mundo *sui generis* das tascas.

ARMANDINHO DA TOJEIRA, FILANTROPO DILETANTE

Maria Hercília Agarez

Ainda está na memória de muitos vila-realenses a figura aprumada de Armando Augusto Ribeiro, popularmente conhecido por Armandinho da Tojeira. O simples diminutivo é já sinal de estima geral. De facto, era uma figura que, pelas suas qualidades humanas, se fazia apreciar e respeitar. E que, pela sua elegância no trajar, não passava despercebida.

Armando Augusto Ribeiro nasceu em Mondrões, em 2 de Novembro de 1902. Frequentou Engenharia Florestal, mas não concluiu o curso. Em vez disso, retirou-se para a sua Casa da Tojeira, próximo de Mondrões — um edifício de proporções avantajadas, cabeça de uma propriedade agrícola —, onde viveu o resto dos seus dias e onde gostava de receber fidalgamente os amigos.

Vestia de forma impecável e, nos dias festivos, gostava de exhibir as insígnias da Ordem de Benemerência com que fora agraciado em 1967. Era um pouco o seu gosto pela representação social a manifestar-se. Participava habitualmente na missa do meio-dia, na Sé, a mais elegante de todas quantas eram ditas em Vila Real.

Era hospitaleiro, leal, amigo de ajudar e participativo em alto grau na vida da comunidade.

Foram muitos os cargos políticos que exerceu durante a vigência do Estado Novo. Desde logo, desde os anos 30 até à sua morte, foi Presidente da Junta de Freguesia de Mondrões, sempre que não exercia outro cargo incompatível. Enquanto tal, foi um dos quatro representantes das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal, nos períodos de 1946-49, 1950-54, 1960-63 e 1968-70. Neste órgão foi eleito em 15 de Novembro de 1937

Vereador Substituto da Câmara Municipal de Vila Real, tendo sido chamado a funções entre 1938 e 1941, com os pelouros da Urbanização e Turismo, e de novo entre 1964 e 1967, com o pelouro da Biblioteca, Instrução e Cultura. Acabou ainda por exercer por várias vezes funções de Presidente e Vice-Presidente, na qualidade de substituto legal.

Para além disso, foram também muitos os organismos e instituições a que deu colaboração, demonstrando assim a sua disponibilidade para o serviço público: Lar de Nossa Senhora das Dores, Santa Casa da Misericórdia, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública e Cruz Branca (Presidente da Assembleia Geral), Grémio da Lavoura, Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão (Vogal).

Neste último organismo, lado a lado com o Presidente, Eng^o Pedro Alvellos, e outros vogais, incentivou a montagem de postos de venda dos oleiros de Bisalhães ao longo da Estrada Nacional nº 15, o que lhes aumentou sensivelmente os proventos da arte. Dado aos estudos etnográficos, criou na sua Casa da Tojeira um *atelier* de tecelagem de linho “à maneira de Agarez”, procurando recuperar a antiga importância de Mondrões nesta forma de artesanato, e apoiou de forma consistente a Tuna de Bisalhães, que na altura dispunha de um grupo de teatro, de que ele era também o principal animador (autor dos textos, ensaiador, etc) . Também os barros de Bisalhães lhe mereceram atenção, tendo sido publicada postumamente pela Comissão Regional de Turismo, em 1970, a sua obra “A Olaria de Bisalhães”.

Foi professor das disciplinas de Ciências, Física e Matemática na Escola Comercial e Industrial entre 1957/58 e 1965/66, tendo alcançado reputação de professor competente.

Armando Augusto Ribeiro era um orador nato e não desperdiçava a mínima oportunidade de falar em público. E foi justamente no uso da palavra que, no dia 19 de Abril de 1970, numa sessão que decorria em Fafe, e discursando na sua qualidade de Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros da Cruz Branca, que foi acometido do ataque fulminante de que morreu.

VILA REAL, CIDADE EM TRANSIÇÃO

Duarte Carvalho

Vivemos uma cidade em transição. Mas, fruto do nosso envolvimento quotidiano e da nossa intimidade com ela, muitas vezes passam-nos despercebidas as alterações que se vão produzindo na sua face. E é bom que alguém nos recorde os passos dessa transição.

Ninguém melhor do que os fotógrafos — os artistas que melhor fixam o real, ainda quando o fazem subjectivamente — para nos guiar na viagem, revelando-nos coisas que, sendo ainda do presente até ontem ou anteontem, se preparam para penetrar no passado.

Há estabelecimentos comerciais, bazares, casas de fotografia, chapelarias, barbearias, retrosarias, tipografias, que são outras tantas formas de passado que o presente ainda tolera (aqui como em qualquer outra parte, sem sequer a excepção de Lisboa, a cidade que mais velozmente se transforma, mas que guarda ainda também estes testemunhos, também com um misto de carinho e nostalgia).

Figuras típicas, algumas recentemente desaparecidas, profissões ameaçadas de morte, usos e costumes que já não há — de tudo isto veremos um pouco nesta viagem pela cidade em transição que é Vila Real.

A FAMÍLIA VAZ DE CARVALHO, CINCO GERAÇÕES DE MÚSICOS

Vítor Nogueira

A família Vaz de Carvalho tem origem em Terras de Basto. O mais que se conseguiu recuar na sua genealogia situa-a no encontro dos Gonçalves, da freguesia de Carvalho, concelho de Celorico de Basto, com os Domingues, da freguesia de Arnóia, do mesmo concelho.

A família fixa-se em Vila Real em meados do séc. XVIII, no lugar

da Timpeira, onde se mantém há 250 anos. O nome actual — Vaz de Carvalho — resulta da junção por via matrimonial, já em Vila Real, de duas famílias: a de José Romão Vaz, de origem galega, e a de José Carvalho, mineiro de profissão.

A primeira figura que ganha notoriedade é a de Francisco Vitorino Vaz de Carvalho (1815-1906), através do qual se fixam os apelidos actuais. Francisco Vitorino seguiu desde muito novo (11 anos de idade) a carreira comercial, como empregado de balcão e comerciante, em Vila Real, Porto, com passagens episódicas pelos Açores e Brasil, e de novo Vila Real. Assenta praça, também muito novo, no 3º Batalhão de Voluntários de Cedofeita, durante as guerras civis. Com a convenção de Évora Monte, regressa a Vila Real, onde tinha um irmão militar, de nome José Luís Vaz, em Caçadores 3.

A vida comercial corre-lhe prosperamente e vem a tornar-se o terceiro maior proprietário da freguesia de Borbela, a que então pertencia o lugar da Timpeira. Casa duas vezes. Na escritura antenupcial do segundo casamento, celebrada em 1865, contém-se uma relação de bens móveis, em que aparece referenciado um piano de pau preto de seis oitavas e meia. Este piano, que ainda existe, algum papel deve ter tido no estimular da vocação musical das gerações que se seguiram. No seu espólio foram também encontradas uma ou outra pauta de música com a sua assinatura, inculcando que a música fazia parte dos seus interesses.

Francisco Vitorino foi vereador da Câmara Municipal de Vila Real. Como tal, a ele se deve, entre outras iniciativas, o apeamento do pelourinho em 1865, bem como, no ano anterior, a proposta de transformar a Associação de Cidadãos (que se havia formado voluntariamente na sequência da aquisição pela Câmara Municipal de uma bomba) em Companhia de Socorros contra Incêndios, um corpo municipal de bombeiros.

Teve quatro filhos, em três dos quais se manifestou a vocação musical. João Baptista Vaz de Carvalho (1866-1903), seguidor do Partido Progressista, foi empregado bancário, comandante dos Bombeiros Voluntários, redactor e fundador de “A Cruzada”. Desenvolveu alguma actividade de fotógrafo amador, na década de 90, tendo feito, com seu

irmão António Augusto, um levantamento das ruas, praças e principais edifícios de Vila Real, infelizmente desaparecido. António Augusto Vaz de Carvalho (1870-1925), igualmente empregado bancário, desenvolve também actividade de fotógrafo amador, sendo conhecida uma fotografia sua publicada no jornal “Aurora da Liberdade”, em 1897. Dedicou-se a diversas actividades artísticas, como o teatro, a pintura e principalmente a música. Tocava viola e foi regente da Tuna Académica Vilarealense. Maria Leopoldina da Glória Vaz de Carvalho (1868-1958) dedicou-se ao canto e à guitarra portuguesa. José Luís Vaz de Carvalho (1875-1957), oficial de Finanças, tocava guitarra portuguesa e pertenceu à Tuna Académica Vilarealense.

De José Luís Vaz de Carvalho nasce, em 1921, Manuel Magalhães Vaz de Carvalho, advogado distinto, caçador, conversador emérito, poeta — e músico, com especial predilecção pela guitarra portuguesa. Durante a sua estadia em Coimbra, onde se licenciou em Direito, sentiu-se fascinado pela arte de Artur Paredes, com quem troca mais tarde correspondência. Numa carta de 1965, Artur Paredes reconhece “a fina sensibilidade e grande cultura artística” do Dr. Vaz de Carvalho. Da relação entre ambos resulta a circunstância de Manuel Vaz de Carvalho passar a dispor de duas guitarras que pertenceram a Artur Paredes, uma delas com a sua assinatura e construída por Kim Grácio, de Lisboa.

Em quatro dos seus oito filhos reaparece a vocação para a música. O Dr. Vaz de Carvalho incentiva essa vocação e ensaia-os. São eles Luís (guitarra portuguesa), Paulo (guitarra clássica), Pedro (guitarra) e Inês (canto).

De todos, é Paulo Vaz de Carvalho o único que se tem dedicado à música em termos de profissão. Licenciado em Direito por Coimbra, tal como o pai, acompanhou muito novo Carlos Paredes, num concerto em família. Já nos anos 70 reavivam-se as relações entre ambos. Acompanhou também Adriano Correia de Oliveira, nos últimos anos da carreira deste. Conhece António Victorino d’Almeida em Viena, de quem se tornará próximo. Como bolseiro da Secretaria de Estado da Cultura, Paulo Vaz de Carvalho frequenta a Academia Superior de Música de Viena, continuando, mais tarde, os seus estudos em Paris, onde, com a mais alta

classificação, conclui o Curso Superior de Guitarra, na Escola Nacional de Música de Aulnay. É exímio instrumentista, compositor, mestre em Ciências Musicais pela Universidade de Coimbra, docente da Licenciatura em Ensino da Música na Universidade de Aveiro e colaborador da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A quinta geração desta família predestinada para a música é de momento representada por Luís (guitarra) e Inês (piano), filhos de Luís; Mafalda (canto), filha de Pedro; e Pedro (viola-baixo) e Gonçalo (piano), filhos de Paulo.

MARIUS, FOTÓGRAFO DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Em Vila Real houve sempre — e desde cedo — muitos adeptos da fotografia. Por um lado, porque existia na vila uma burguesia abastada que se podia dar ao luxo de acompanhar uma moda e um passatempo caro como era a fotografia, com que tomavam contacto, muitas vezes, nas suas viagens e nas suas visitas a feiras e exposições internacionais. Depois, porque o próprio isolamento obrigava a que alguém em Vila Real abraçasse a actividade fotográfica, de importância crescente. Há ainda a considerar a influência que não deixaria de ter tido a frequência pelos vila-realenses das praias da Foz, Espinho e Póvoa de Varzim, onde na *saison* acorriam muitos fotógrafos, assim como, e sobretudo, o facto de Vila Real estar no caminho das estâncias termais do Alto Tâmega, onde igualmente acorriam fotógrafos na época alta, alguns dos quais montavam em Vila Real estúdios temporários, em hotéis, em estabelecimentos comerciais e mesmo em casas particulares.

De qualquer modo, nas últimas três décadas do séc. XIX, os fotógrafos vila-realenses são amadores ou, no máximo, comerciantes de outros ramos *doublés* de fotógrafos. Com uma notável excepção: António Augusto Alves Teixeira, que vai ser o principal fotógrafo profissional em

Vila Real na transição do século e até perto dos anos 20 (morreu com a pneumónica), sendo a sua actividade continuada pela esposa, Celeste Teixeira, e pelo filho, António de Sampaio Teixeira.

Nos anos 20 afirma-se como figura de primeiro plano da fotografia vila-realense: Miguel Monteiro, que funda a “Fotografia Trasmontana”. Miguel Monteiro dedica-se complementarmente à edição de postais, editando muitas dezenas deles e contribuindo dessa forma para a divulgação do património vila-realense por todo o país. Funcionário da Companhia dos Caminhos de Ferro do Minho e Douro, abraça no final dos anos 20 a carreira de funcionário das Finanças.

Por meados dos anos 30, o sargento músico do Regimento de Infantaria 13, Ilídio Gomes de Sousa (que abriria mais tarde no estabelecimento comercial de seus sogros, em sociedade com o seu cunhado Valdemar dos Santos Alves, a “Foto Brasil” e que havia aprendido com um fotógrafo de Chaves, de apelido Alves), ensinou a arte e a técnica da fotografia a dois jovens irmãos de apelido Fernandes Rodrigues de Magalhães, Macário e António, que seguem ambos a vida profissional, em associação, como de certa forma era típico na altura, com outra actividade comercial (no caso, a mercearia da família, onde fundam, em 1935, a “Foto Eléctrica — Casa Macário”).

Mas temos de voltar um pouco atrás, para referir outros dois irmãos, Mário Rodrigues da Silva (1905-1983) e António Rodrigues da Silva (1915), dois dos filhos de um importante comerciante de fazendas, Alfredo Rodrigues da Silva, estabelecido na Rua Central. A entrada destes dois irmãos no mundo da fotografia ter-se-á dado da seguinte forma.

Por 1919 ou 1920, seu pai desloca-se a Lurdes, França, para agradecer o fim da Grande Guerra. E traz lembranças para todos os filhos. Para António, um cavalo de pau. Para Mário, uma máquina fotográfica.

Mário interessa-se desde logo pela fotografia e começa a fazer trabalho de amador, desenvolvendo a actividade ou recolhendo informação junto de António de Sampaio Teixeira, cujo pai admirava profundamente como fotógrafo (refira-se que tinha igualmente grande admiração por dois outros fotógrafos: Garcês, de Lisboa, e Moreira, da “Foto Beleza”, do Porto). Um dia, o Eng^o Emílio de Sousa Botelho indicou a uns compadres

que precisavam de um trabalho fotográfico o *atelier* de António de Sampaio Teixeira ou, em alternativa, caso este não estivesse no estabelecimento, pois a atracção pela mota de que era proprietário afastava-o com frequência das suas obrigações profissionais, o jovem Mário, que por essa altura já teria começado a dar nas vistas como fotógrafo amador. As pessoas acabaram por recorrer a ele, sendo esse o seu primeiro trabalho como profissional. Isto deu-lhe a percepção de que a fotografia era uma actividade com potencial de futuro. Chamou para si o irmão António e, dentro do próprio estabelecimento do pai, criaram ambos um pequeno balcão para receber encomendas e um estúdio nas traseiras, que vem substituir o espaço do quintal onde até aí faziam fotografia com luz natural.

Os dois irmãos trabalharam juntos, na então designada Fotografia Rodrigues da Silva, durante aproximadamente quinze anos. Por fim, António afasta-se para a Covilhã e mais tarde para a Régua, onde ganhou merecida reputação e onde ainda trabalha presentemente, na “Foto Silva”.

Mário, por seu turno, autonomiza, para efeito de publicidade, nos primeiros anos da década de 30, a secção de fotografia que funcionava dentro da loja da Rua Central, e dá-lhe o nome de “Foto Marius”. Aquilo que à partida terá sido simples intuição depressa se transforma em conhecimento e arte. É sobretudo notável o seu excelente domínio da luz. Exigente no que respeita ao equipamento e inteiramente dedicado ao trabalho, Marius, nome porque passa a ser conhecido Mário Rodrigues da Silva, tem além disso o sentido da actualização, mantendo-se a par das últimas conquistas da técnica e frequentando as grandes feiras internacionais da especialidade, como a célebre Photo-Kino de Colónia.

Tanto trabalha a fotografia de estúdio como a foto-reportagem, que coloca em diversas publicações, sendo de referir a encomenda que recebe de um jornal brasileiro para fazer a reportagem da visita da Rainha Isabel II de Inglaterra a Portugal. Participa em algumas, poucas, exposições. Faz além disso, com regularidade, crónicas para jornais como “O Primeiro de Janeiro” e “O Século”. Esta faceta combina com a sua vocação de fotógrafo documentalista, que nos deixou imagens de uma Vila Real hoje desaparecida, ou quase. É o caso da Feira dos Pucarinhos, nos tempos em que ainda tinha um vigor entretanto perdido, dos tapetes de flores nas ruas

por altura da Páscoa e outras festividades religiosas, etc.

As suas fotografias são quase sempre belíssimas, seja qual for o assunto. Mas Marius tem um fraco pela neve — um tema difficilimo de tratar em fotografia, como se sabe — e, sempre que neva no Marão, aí o temos a obter imagens de grande beleza. A esposa, Dona Ascindina Correia Pinto, acompanha-o como colaboradora muito competente, encarregando-se das tarefas de retocar e colorir.

Da sua actividade acabou por resultar a proliferação de fotógrafos amadores na região, porque Marius tem a noção da importância da fotografia como ramo comercial e vende na sua loja, em grandes quantidades, toda a espécie de máquinas, lentes, rolos e outro material fotográfico. Além disso, no seu estúdio se fazem alguns futuros profissionais que irão depois abrir as suas próprias lojas. Se recuarmos uma década, podemos afirmar, sem receio de errar, que a maioria dos fotógrafos profissionais existentes em Vila Real passaram pela Foto Marius” e ali se fizeram os bons artistas que são.

O ROUBO DOS DIAMANTES

Elísio Amaral Neves

Em meados de Agosto de 1932 os vila-realenses aperceberam-se de que qualquer coisa estranha se passava no Largo Conde de Amarante. Viram sair da esquadra da Polícia de Segurança Pública, que já então ocupava as instalações que ocupa hoje no edifício do Governo Civil, uma personagem vestida à maneira de detective e duas outras vestidas como agentes da Polícia, dirigindo-se para um automóvel Ford, daqueles que foram alcunhados com a pitoresca alcunha de “Calças Arregaçadas”, onde o chofer, o Sr. Armando Bragança, motorista de praça ocasional, aguardava os passageiros. Reparando bem, viram que o detective não era outro senão o Sr. Diogo Alves da Nóbrega, mais conhecido por Diogo do Café [Clube], e que os dois agentes eram afinal também figuras populares bem

conhecidas — o que só aumentou a estranheza.

Até que o mistério se desfez. Tratava-se da rodagem de um filme. O carro dirigia-se então para o Largo da Estação, onde, no Palacete das Virtudes (a antiga residência de Madame Brouillard e, desde 1927, Colégio da Boavista), havia uma joalheria (segundo a versão mais corrente) de onde havia sido roubado um colar de diamantes. A joalheria era propriedade de Ambrósio Sá, personagem interpretada por Raul Octávio da Silva Miranda, mais conhecido por Raul de Lordelo, um moço de recados do “Baltasar”, loja de jornais e revistas na Rua Miguel Bombarda, conhecido pelo seu gosto de falar — pelo que não devia deixar de ser algo frustrante para ele interpretar um filme mudo...

Tratava-se de facto de um filme mudo em 5 partes, apresentado como “comédia”. Título: “O Roubo dos Diamantes”. A produção, realização e argumento do filme eram de dois irmãos, Mário e Elísio de Melo, que se repartiam entre os negócios na sua firma de comércio de fazendas por grosso, Sousa & Morais, Sucrs., no Porto, e a sua Quinta de Montezelos, em Vila Real. Eram filhos de um outro Elísio de Melo, que foi presidente da Câmara Municipal do Porto, a ele se devendo a reforma da baixa portuense, nomeadamente a criação da Avenida dos Aliados e da Praça do Bolhão. Elísio de Melo pai adquiriu a Quinta de Montezelos em 1920, depois de se ter deixado encantar das belezas de Vila Real, nas suas passagens a caminho das Pedras Salgadas, onde era sócio da empresa que explorava o manancial das Romanas.

A família Melo dispunha de grandes recursos financeiros. Os filhos eram proprietários de vários automóveis, entre eles um Bugatti, em que, embora não adaptado a provas automobilísticas, participavam nos treinos das corridas nos anos 30, chegando Elísio de Melo a correr em Vila Real nas edições do Circuito Internacional de Vila Real nos anos de 1949, 51 e 52. O pai, depois de abandonar a presidência da Câmara do Porto, passava longas temporadas na Quinta de Montezelos, onde recebia os políticos da época e alimentava uma animada vida social. Para as festas, tinha uma orquestra privativa, em que tocavam Dona Inocência Botelho de Araújo (piano) e o Sr. Roque “Toque-Toque” (violoncelo). Ia-se a Paris comprar as *toilettes*. Na sala de bilhar havia um *écran* para projecção de filmes,

onde chegava a haver ante-estreias locais.

O filme é, claramente, uma comédia, embora com algumas tintas de policial. Rodado em 1932 e exibido em 1932 e 1933, ainda se encontram pessoas em Vila Real que assistiram à sua projecção. Mas, se quisermos reconstituir o argumento, deparamos com tantas versões quantas as pessoas que o viram, porque, à distância de quase setenta anos, a memória pode pregar-nos as suas partidas. Infelizmente não poderemos tirar dúvidas, porque, segundo informações da família, as bobines do filme, que tinham acompanhado Mário de Melo para o Brasil, desapareceram na década de 40, em duas malas de porão, num barco da empresa Lloyd's brasileira, algures entre Santos e o Rio de Janeiro.

O que sabemos é que foi rodado em Vila Real, possivelmente na Quinta de Montezelos, no Jardim da Estação e no Palacete das Virtudes, entre outros cenários vila-realenses, e também nas Pedras Salgadas, talvez um pouco na intenção de promover os interesses da família nas Romanas.

Os actores são recrutados entre as figuras populares de Vila Real. Desde logo Diogo Alves da Nóbrega, que interpretava o detective Ricardo. Também dois irmãos, de profissão alfaiate e tanoeiro, de alcunha Fang: António Martins Guedes, no papel de Fernando, o galã, e Eduardo Martins Guedes, no papel de Rogério. O galã contracenava, num “enredo amoroso suave dentro das marcas do bom tom”, com Julieta, interpretada por Maria do Carmo Mota, em cenas de restaurante, comboio, barco no lago das Pedras Salgadas, etc.

Maria Mercês de Oliveira interpretava uma dactilógrafa. O sapateiro Francisco Bessa Monteiro interpretava Fausto Reis. Manuel Vieira Claro, um empregado do Governo Civil com muito jeito para o desenho, que continuou ligado ao cinema produzindo cartazes, interpretava um empregado. Agostinho Maria Pêras, cauteleiro, interpretava um criado.

O filme, de certo modo mítico para Vila Real, foi estreado em 9 de Setembro de 1932 e projectado diversas vezes no Teatro Cine Avenida.

Diga-se a propósito que Vila Real, que dispunha de luz eléctrica desde 1894, teve desde muito cedo, e por essa razão, acesso ao cinema. Em 24 e 25 de Abril de 1897, logo a seguir a Lisboa e Porto, foram feitas duas projecções de filmes em Vila Real. Ao tempo da rodagem de “O

Roubo dos Diamantes”, havia em Vila Real 3 espaços para cinema: as salas do Teatro Cine Avenida e do Teatro Circo, e o Cine Pavilhão Trasmontano, um espaço para cinema ao ar livre, na Avenida 5 de Outubro.

Este último espaço, naturalmente efémero, foi montado no quadro de um conjunto de iniciativas de animação levadas a cabo por um grupo de ferroviários na Avenida 5 de Outubro (à época com o *sobriquet* de Avenida da Moda), onde se incluíam “terraços para tomar chá e refrescos”, um coreto onde tocava uma banda às 5^{as}-feiras e domingos, bazares de utilidades e quermesses, concursos de dança, jogos como o tiro ao alvo (em que um dos alvos dos projecteis — bolas de pano — era um chapéu sobre a cabeça do Rodolfo, igualmente moço de recados do “Baltasar”, que se furtava à pontaria dos atiradores), um labirinto, barracas várias — e o referido Cine Pavilhão Trasmontano. Todo este envolvimento serviu de cenário a algumas das mais importantes cenas do filme, nomeadamente uma briga entre Fernando e Rogério, motivada por ciúmes de Julieta, em que o próprio detective Ricardo é atingido com tal realismo que provocou o choro dos seus filhos, aquando da exibição do filme.

SOCIEDADE COLUMBÓFILA DE VILA REAL

Frederico Amaral Neves

Certas raças de pombos têm capacidades extraordinárias de orientação que desde muito cedo o homem aprendeu a aproveitar. Já na antiguidade foram usados para o transporte de mensagens, nomeadamente em épocas de guerra, mas também em períodos de paz. Até à época da Revolução Francesa, a posse de pombos em liberdade era um privilégio da nobreza e do clero; ao povo era apenas consentida a sua posse em cativo, juntamente com as aves de capoeira. A partir daí, porém, liberalizou-se a posse de pombos e portanto a sua utilização como meio de comunicação.

Mas a grande utilização (para além do serviço postal) era de facto

em tempo de guerra, o que não deixa de ser curioso, dado que a pomba simboliza a paz. Os pombos acompanhavam os exércitos ou eram mantidos nas cidades sitiadas, para serem soltos com mensagens quando isso se tornasse necessário. E não apenas em tempos remotos, pois durante a guerra anglo-boer e a própria I Grande Guerra foi feito uso abundante dos pombos-correios (alguns dos quais chegaram a ser condecorados pelos bons serviços prestados), inclusivamente por jornalistas de guerra que comunicavam dessa forma com as redacções dos seus jornais.

Uma história que se conta a propósito da columbofilia refere que, quando em 1815 Napoleão foi derrotado em Waterloo, foi recebida, por processo óptico (sistema Chappe), em Londres a mensagem telegráfica “Wellington defeated...”, não tendo sido possível perceber o resto da mensagem, em consequência do densíssimo nevoeiro que fazia. Como uma das duas leituras possíveis era “Wellington derrotado” (a outra era “Wellington derrotou”), pensou-se que Napoleão vencera Wellington, o que teve desde logo efeitos negativos na bolsa. O banqueiro Rothschild, porém, preferiu acreditar na mensagem completa que lhe chegou através dum pombo-correio, que tinha ao seu serviço, em que se relatava que Wellington tinha derrotado Napoleão, e comprou todos os fundos nacionais que a notícia anterior colocara em baixa, ganhando assim uma enorme fortuna.

Nos anos 80 do século XIX, começam a chegar a Vila Real notícias da utilização dos pombos nas operações militares. Sabe-se que há em Portugal, ao serviço do Ministério da Guerra, em 1883, pelo menos quatro pombais militares: no Convento da Penha de França (400 pombos), em Elvas (300), em Tancos (80) e em Vendas Novas (40).

E porque a utilização dos pombos não se restringe à esfera militar (já nesta altura se faz a utilização desportiva dos pombos, que terá tido origem na Bélgica), chegam a Vila Real igualmente notícias de que algumas das famílias da província estabeleciam comunicação entre elas através de pombos mensageiros.

No princípio dos anos 90 do séc. XIX, a imprensa vila-realense publica, ao longo de mais de um ano, um anúncio segundo o qual se vendem em Parada de Cunhos pombos de diversas raças. É de crer que,

entre estas raças, figurem os pombos-correios e que o anúncio constitua um indício de que a columbofilia estaria a ganhar o seu lugar em termos locais.

O movimento associativo da columbofilia surge em Vila Real em 1932, ano em que é criada a Associação Columbófila Vilarealense. Esta associação tem sede provisória na Rua Alexandre Herculano e a sua direcção eleita é constituída pelos Srs. Joaquim Lobo (presidente), Francisco Loureiro Júnior (1º secretário), David de Oliveira Pereira (2º secretário), Alfredo Mateus (tesoureiro) e José Miguel Rodrigues e Tibúrcio Albertino [ou Alberto] Martins (vogais). Mas trata-se de uma experiência efémera, pois na obra “Pombos-Correios”, espécie de vademecum da columbofilia, da autoria de Leão Maia, publicado em 1936, a Associação Columbófila Vilarealense não consta entre as 60 associações do género referenciadas em Portugal.

Entretanto o movimento columbófilo a nível nacional vai sofrer um grande impulso com a criação da Federação Portuguesa de Columbofilia, cuja constituição é autorizada em 1944, os estatutos aprovados em 5 de Novembro de 1945, a que se sucedem novos estatutos em 1950. (Esta Federação tem hoje recenseados 4.500.000 de pombos, dos quais 3.500.000 são voadores e 1.000.000 são reprodutores. Representa a segunda mais importante modalidade desportiva nacional, logo a seguir ao futebol. Tem 20.000 associados, distribuídos por 752 clubes, que, em termos desportivos, estão organizados em 13 Associações Distritais mais a Associação Regional da Madeira.) Também a publicação em 1948 da Lei de Protecção ao Pombo-Correio, ao qual se reconhece Utilidade Pública, contribuiu para o reforço do interesse pela columbofilia. Só no ano de 1950, são aprovados no “Diário do Governo” mais de 160 estatutos de associações columbófilas. Uma delas é a Sociedade Columbófila de Vila Real (a 140ª associação a ser formada). A data da sua fundação é geralmente considerada a do “Diário do Governo” que aprova a constituição da sua comissão administrativa, ou seja, 19 de Julho de 1950. Nessa data são homologados todos os nomes propostos para a referida comissão, à excepção do Dr. João Augusto Gomes Teixeira, que seria figura *non grata* ao regime. Os estatutos propriamente ditos são aprovados no “Diário do Governo” de 10 de Novembro de 1950.

A comissão administrativa é constituída pelos seguintes elementos: Srs. Mário de Carvalho Antunes de Lemos, José Frutuoso Lopes Rodrigues, Manuel Lopes Frutuoso e António Guedes Rodrigues (a que se junta mais tarde, dado que existia um lugar vago, o Sr. Eduardo Cândido Lopes da Silva). São sócios fundadores, além dos mencionados, com excepção do referido em último lugar, os Srs. Artur Maurício da Conceição, José Ferreira Vaz, Armando de Carvalho, Albano Coutinho, César Augusto Guedes da Silva, António Maria da Silva, José Bártolo da Silva, Francisco Otilio de Moraes, Plácido Vítor Hugo Gomes, Tibúrcio Albertino Martins, António Armindo de Jesus Borges e Padre Henrique Maria dos Santos.

A Sociedade Columbófila de Vila Real aprova em 24 de Janeiro de 1951 o seu primeiro calendário desportivo, a decorrer entre 18 de Março e 30 de Junho, que prevê largadas de pombos, a título de treino, em Chaves, Bragança, Porto, Viseu e Barca de Alva, e, a título de concurso, largadas de pombos em Valença, Coimbra, Madrid, Albacete e Lisboa.

Em 30 de Maio de 1951, já com um corpo de associados maior, cessa funções a comissão administrativa e são eleitos os primeiros corpos gerentes. É presidente da Assembleia Geral o Padre Henrique Maria dos Santos, presidente da Direcção o Sr. Eduardo Cândido Lopes da Silva, presidente do Conselho Fiscal o Sr. Joaquim Marques Pereira e presidente do Conselho Técnico o Sr. Mário de Carvalho Antunes de Lemos.

A sua primeira sede foi na Rua do Prado, nº 7. Depois ocupou, sucessivamente, parte do quartel da Legião Portuguesa, na Rua Sargento Belizário Augusto; os baixos do nº 8 da Rua de Santa Marta; uma parte do antigo edifício dos correios, na Rua Direita, nº 86; o R/C do nº 90 da Rua da Misericórdia; e a actual sede, na Rua do Bombeiro Porfírio Pereira, construída de raiz com o apoio da Câmara Municipal e inaugurada em 9 de Agosto de 1998.

Foi responsável pela realização de duas exposições columbófilas, em 1974 e 1980. Faz parte da Associação Distrital do Porto (durante um curto período de tempo concorre através da Associação de Braga), onde se encontram filiados 105 clubes representando aproximadamente 3.500 associados. Tem hoje 93 sócios, tendo obtido sempre boas classificações a nível distrital.

Grandes campeões da Sociedade Columbófila de Vila Real, que celebra este ano o seu 50º aniversário, para além dos associados acima referidos, são: desde os anos 60, Fernando Nóbrega, Armindo Fernandes, José Joaquim Almeida, Pimenta & Rodrigues, Arnaldo Brás, Alberto Veiga e, das gerações mais novas, Miguel Gonçalves, Germano de Figueiredo, Asa Real, Armando Peixoto e Alcides Nóbrega, que, à semelhança de todos os referidos e muitos outros, são igualmente proprietários de pombos campeões.

DA “FLOR DA CIDADE” À “PASTELARIA GOMES”

Elísio Amaral Neves

O ano de 1925 foi a muitos títulos um ano notável para Vila Real. Começa por que foi o ano da elevação a cidade.

Foi também nesse ano que se concretizou a permuta da propriedade do edifício do Liceu Nacional (pertencente a Mons. Jerónimo Amaral) com o Convento de Santa Clara (pertencente ao Estado), com a ideia de se construir neste último local o Seminário Diocesano, o que se viria a concretizar mais tarde, numa iniciativa que partiu do primeiro responsável pela Diocese, o Arcebispo-Bispo D. João Evangelista de Lima Vidal (que, recorde-se também, promoveria a criação, neste mesmo ano de 1925, das “Florinhas da Neve”).

Por ser ano do centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, o ano de 1925 assiste à movimentação no sentido de ser erigido um monumento à memória do escritor, esculpido por Anjos Teixeira, que seria inaugurado no ano imediato, no Jardim da Carreira. Também por esta altura, decorria o processo, algo moroso e envolto em controvérsia, que conduziria ao levantamento da estátua de Carvalho Araújo.

Um pouco relacionado com este processo, dado que Carvalho Araújo foi o nosso principal herói da I Guerra Mundial, instala-se em 1925 em Vila Real a delegação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

É fundado em 1925 o Orfeon Transmontano, dirigido pelo tenente Manuel Joaquim Canhão, e Heitor Cramez faz, nesse ano, a sua primeira exposição individual, no Ateneu Comercial do Porto.

Culminando uma certa animação futebolística, traduzida pela criação de várias equipas de futebol, é fundada em 1925 a Associação de Futebol de Vila Real.

Em 1925 morre em Lisboa Madame Brouillard, que deixa em testamento à Misericórdia de Vila Real a quase totalidade da sua considerável fortuna.

E — aproximando-nos agora do tema desta sessão — é inaugurada em 9 de Junho de 1925 (data em que também nasce uma filha do seu proprietário, Manuel dos Santos Gomes) uma pastelaria e confeitaria chamada “A Flor da Cidade”, localizada na Rua António de Azevedo, n^{os} 9 e 11, onde mais tarde se instalaria a loja “Electromecânica”, do conhecido Chico Americano, o Sr. Francisco Guilhermino de Carvalho. Esta pastelaria foi fundada em sociedade com o Sr. Sebastião Duarte, sob a firma de Gomes & Duarte. Note-se que, à data da fundação de “A Flor da Cidade”, Vila Real era ainda vila, e só em 20 de Julho passaria a cidade. Mas a verdade é que já ninguém tinha dúvidas de que a elevação estava para acontecer e o Sr. Manuel dos Santos Gomes antecipou assim em 41 dias o grande momento.

Manuel dos Santos Gomes (1890-1959) era natural de Cortinhas, concelho de Murça, e, antes de se fixar em Vila Real, andou pelo Brasil (onde foi caixeiro de um armazém de mercearia, empregado de mesa e sócio do “Hotel Democrata”, no Rio de Janeiro) e por Angola (onde trabalhou em hotelaria, chegando a ser proprietário do “Hotel Paris” em Benguela). Vem para Vila Real no início da década de 20 e, em sociedade com o mesmo Sr. Sebastião Duarte, explorou a “Casa Fafão” (mais tarde “Casa Fafoa”), uma padaria e pastelaria no local hoje ocupado pelo “Restaurante Churrasco”, na Rua António de Azevedo.

Era nesta rua que Manuel dos Santos Gomes vivia, tendo uma mercearia, a “Casa Coimbra”, no rés-do-chão da sua residência (também de sociedade com o Sr. Sebastião Duarte, sociedade que se dissolveria em 7 de Dezembro de 1926, ficando o Sr. Manuel dos Santos Gomes

proprietário da “Casa Coimbra” e da Pastelaria “Flor da Cidade”). Em 21 de Dezembro de 1930, inaugura, no prédio contíguo (com os nºs 2 e 4), onde funcionara uma farmácia, a “Casa Gomes”, uma leitaria e confeitaria, que rapidamente ganha a designação de “Pastelaria Gomes”. Na inauguração, actuou a charanga do Asilo-Escola Augusto César.

No final dos anos 40, Manuel dos Santos Gomes adquire um conjunto de edifícios em mau estado, no Largo do Pelourinho, onde funcionavam, entre outras actividades, a “Papellaria Central”, de José Pereira Cardoso, e a frutaria da Sarda.

Manuel dos Santos Gomes constrói, naquele local, dentro da linha de exigência e qualidade que punha nas suas iniciativas, o sólido edifício que ainda lá se encontra e onde em 1952 se inaugura a nova “Pastelaria Gomes”, com o seu salão de chá, e, em 1957, a “Cervejaria Gomes”. No telhado, não se esquece de instalar, como imaginoso elemento de *marketing*, um candeeiro (que ainda lá se encontra), destinado a dar sinal de que o estabelecimento ainda se encontrava aberto, aos clientes que, vindos à noite dos lados do Porto, chegavam ao cruzamento de Arrabães, donde se avistava Vila Real pela primeira vez.

A “Pastelaria Gomes” reforça assim a sua reputação, em parte devida aos pasteleiros, muitos deles oriundos da região do Porto e do Minho, que ali trabalham e acabam por fazer escola: os Srs. Reboredo, Ribeiro, Francisco Valente e Francisco Vieira. De entre os pasteleiros “feitos” na casa, merecem referência especial os Srs. José Ferreira, Joaquim Coutinho e Aníbal Peixoto. São ainda de mencionar alguns empregados que assumiriam funções de responsabilidade, e que também são um pouco o rosto da casa, como os Srs. Francisco de Carvalho, Plácido dos Santos, Benigno dos Prazeres Ribeiro, António de Carvalho, António Baptista Vieira de Melo, António Augusto Taveira, Alberto Fernando Teixeira, António Botelho e João Machado — alguns deles conhecidos vulgarmente apenas pelo nome próprio seguido do determinativo “da Gomes”.

Outro factor importante do êxito é a esposa de Manuel dos Santos Gomes, Dona Maria da Conceição Sousa Magalhães Gomes, que era o verdadeiro braço direito do marido e dirigia o fabrico de pastelaria e o serviço de exterior (festas, casamentos, baptizados, etc). Foi responsável

também pela fixação de alguns dos produtos que estiveram na base do sucesso da pastelaria: as viuvinhas (também conhecidas por pastéis de Santa Clara), os pastéis de toucinho-do-céu (também conhecidos por cristas-de-galo), a bola de carne e os covilhetes. Em relação a estes, diga-se que eram primitivamente comercializados apenas para a Feira de Santo António; mas a Dona Maria da Conceição, substituindo a massa tradicional por massa de meio folhado, possibilitou que tivessem uma duração maior e fossem vendidos todo o ano.

Ao êxito da “Pastelaria Gomes” seguiu-se, com toda a naturalidade, a expansão para outros locais da cidade, já por iniciativa dos filhos do Sr. Manuel dos Santos Gomes, e em particular de Getúlio e Tito Magalhães Gomes, que sempre trabalharam na casa.

A “Pastelaria Gomes” adquiriu, com o andar dos tempos, o estatuto de instituição vila-realense. Como escreveu A. M. Pires Cabral, no seu *Vila Real — Itinerário Mínimo*, ainda que sem a citar por claro: “O café vem assim a ser, ao mesmo tempo e em todos os dias do ano, sucessivamente ou à uma, tribunal de costumes, aula de desporto, assembleia política, tertúlia académica, antro conspiratório. Em resumo: feira das vaidades. (...) As vaidades compram-se e vendem-se, em Vila Real, à mesa do café.”

Isto vem de encontro à ideia generalizada de que a entrada no mundo da política se fazia, em Vila Real, pela “porta” da “Gomes”. Esse tempo, porventura, já lá vai. O Sr. António Baptista Vieira de Melo, ou quem o substituiu nas suas funções, já não guarda cadeiras para os senhores importantes da cidade.

FEIRA DOS PUCARINHOS

Elísio Amaral Neves

A Feira dos Pucarinhos foi, no passado, uma das poucas feiras a que se pode chamar temáticas, isto é, dedicadas à transacção de um único produto — neste caso os barros que se faziam por métodos ancestrais, não

só em Bisalhães, mas também em outras localidades das redondezas, como Lordelo, Mondrões e outras, com barro proveniente do barreiro de Parada de Cunhos.

A designação por que foi primeiramente conhecida é a de feira de São Pedro. Assim é que aparece mencionada no chamado “Dicionário Geográfico” do Padre Luís Cardoso, de meados do séc. XVIII, naquela que é aliás uma das mais antigas referências até hoje conhecidas a esta feira. Provavelmente adquiriu já no séc. XIX a nova designação (que todavia não oblitera de todo a anterior, que ainda hoje é utilizada) de Feira dos Pucarinhos, certamente devida a um certo tipo de louça que ganhou grande voga nessa época: os pucarinhos, também ditos brinquinhos. São pequeníssimas miniaturas, com cerca de um centímetro de altura, reproduzindo as peças utilitárias normais, como potes, bilhas, cafeteiras, cabaças, pipos, assadores, fogareiros, sertãs, mealheiros, infusas, caçarolas, etc. Destinavam-se principalmente a prendas de namorados. Os rapazes penduravam-nos à lapela, em grupos de 5 ou 6, presos por uma fita de seda colorida. As raparigas, não raro, preferiam por prudência usá-los em lugar mais recatado: presos na liga das meias, a ocultas de olhares curiosos.

Mas há quem especule sobre outra possível origem dos pucarinhos. Como se sabe, nos sécs. XVI e XVII vulgarizou-se o hábito de beber água por púcaros de barro. Aos poucos, vai-se tornando moda mordiscar o próprio barro, e depois inclusivamente mastigá-lo e ingeri-lo. Chama-se a esse hábito bucarofagia. Pois bem: os pucarinhos podiam muito bem ser uma resposta a esse gosto, uma espécie de bombons de barro destinados a consumo.

Ignora-se quando foi instituída esta Feira. Uma das primeiras referências conhecidas é, como vimos, dos meados do séc. XVIII. Sabemos também que, desde que Vila Real passou a ter as suas duas feiras semanais, à terça e sexta-feira, já em tempos muito recuados, os oleiros estiveram sempre presentes nelas, a vender a chamada “louça de cozinha”. Por outro lado, a feira dos linhos, que hoje acompanha a das louças, no dia 29 de Junho, ocupava por então um lugar próprio na Feira de Santo António.

A Feira dos Pucarinhos ocupa desde pelo menos meados do séc. XIX a Rua dos Combatentes da Grande Guerra (anteriormente chamada Rua

Central — designação que o povo ainda prefere —, Rua do Poço, Rua Larga e talvez também Rua de São Paulo), junto à Capela Nova, também dita de São Paulo e de São Pedro Novo, este padroeiro dos oleiros, louceiros ou paneiros de Bisalhães.

Os oleiros vinham, uns dias antes, marcar os seus lugares a zarcão ou a pós dos sapatos. No dia 28 vinham então para expor a mercadoria destinada a venda. Era um dia de grande animação, em que os próprios oleiros aproveitavam para passear e namorar um pouco. À noite, quando a cidade dormia, eles “acastelavam” a louça, cobriam-na com uma manta e dormiam e vigiavam simultaneamente. No dia seguinte voltavam a estender a mercadoria e continuava o negócio.

Mais recentemente, alguma da louça, a mais churra ou defeituosa, é destinada ao jogo do painel, que consiste em grupos de pessoas dispostas em círculo arremessarem entre si as ditas peças; quem deixar cair e partir alguma, tem de repor outra para o jogo prosseguir, tudo no meio de grande algazarra. Houve também em tempos uma certa tradição de alguns fidalgos passarem a cavalo, no final da feira, sobre a louça remanescente, quebrando-a e indemnizando depois os louceiros do prejuízo.

Ainda hoje a Feira de São Pedro, ou dos Pucarinhos, tem uma enorme importância e constitui um dos pontos mais altos do calendário anual da comunidade, com grande animação, azáfama e ruído. Mas o período áureo terá sido entre meados do séc. XIX e meados do séc. XX. A partir de certa altura, começou a haver tentativas de adulteração da feira, com a introdução de louças de outras origens e características, a que se opôs a Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão, conseguindo evitar a ameaça de descaracterização.

Sinal da importância da Feira é o facto de ela funcionar um pouco como *ex-libris* de Vila Real, que praticamente todos os fotógrafos têm registado com as suas objectivas, desde o célebre ANAC (António Narciso Alves Correia), que a retratou já no longínquo ano de 1870, até António Augusto Alves Teixeira, António Lopes Martins, António Pinheiro de Azevedo Leite, Miguel Monteiro e Marius, entre outros.

APELIDOS DE VILA REAL

Joaquim Magalhães dos Santos

Nesta sessão são tratados os apelidos usados pelos habitantes de Vila Real, naturais ou não da “Bila”, que revelam algumas particularidades curiosas. Não estão pois em causa os grandes apelidos históricos das famílias que tiveram responsabilidades de governo, como os Botelhos, Afonsos, Taveiras, Cãos, ou outros que acabam também por dar identidade à vila.

Apelido pode ser, de acordo com os dicionários e para além de outras acepções, nome de família, cognome, alcunha. Aqui a palavra é tomada na primeira acepção, isto é, nome de família.

Os apelidos têm sempre uma história, às vezes bem interessante. Muitos deles provêm de antigas alcunhas, que todavia perderam a eventual carga pejorativa ou encomiástica, outros provêm de topónimos, lugares de origem dos fundadores das famílias em questão, etc.

No início, os apelidos eram reservados para as famílias de mais alta condição. As pessoas vulgares tinham apenas direito, nos documentos de valor tabeliônico, ao nome próprio seguido do nome do progenitor. Por exemplo, Francisco do Pedro, isto é, Francisco filho de Pedro. E só por Ordenação de D. Manuel I, já em pleno séc. XVI, é que todas as pessoas podem passar a usar apelidos, à semelhança do que se passava com as famílias mais importantes.

Em Vila Real (e tomando por *corpus*, entre outros, as listas telefónicas) existem cerca de 700 apelidos diferentes. Os catorze mais comuns, todos eles registando mais de 100 entradas, são, por ordem decrescente de ocorrência: Silva, Carvalho, Pereira, Ferreira, Teixeira, Costa, Pinto, Ribeiro, Alves, Rodrigues, Martins, Fernandes, Gonçalves e Sousa.

Por outro lado, encontram-se em Vila Real diversos apelidos que não se encontram em nenhum outro lugar: Além, Barbadães, Cécio, Césio, Chião, Cigre, Djalma, Djalme, Eirô, Escarameia, Escodeiro, Fanfarra, Fesseira, Fontouro, Galvan, Gaudefroy, Klagges, Macário, Mezas,

Naymark, Peace, Peeraly, Ponteira, Porciúncula, Povo, Samardã, Seromanho, Sigre, Sucio, Temeroso, Trogano, Tubio, Wilms.

Outros apelidos, ocorrendo embora também em outros lugares, mostram uma maior frequência em terras de Vila Real. É o caso de Aboboleira, Agarez, Barrias, Camposana, Chilão, Diaquino, Forno, Gramaxo, Guicho, Lavinhas, Lebres, Lordelo, Marrote, Pitrez, Reigoto, Viamonte, etc.

A FÁBRICA DE MOAGENS DE JOSÉ DE CARVALHO ARAÚJO JÚNIOR

Vítor Nogueira

Esclareça-se desde já que o título desta sessão, aparentando referir-se a uma firma a título individual, refere-se na verdade a uma firma em que havia dois sócios: José de Carvalho Araújo Júnior e o médico Dr. António Firmo de Azeredo Antas. (O Dr. António Firmo de Azeredo Antas foi uma figura de projecção no meio vila-realense. Deputado pelo círculo de Vila Real em 1915, foi também nomeado Governador Civil em 1917. A partir de 1901 tinha sido director clínico da estância termal do Vidago, confirmando aliás uma certa tendência dos médicos dessa época para a exploração dos recursos hidrológicos.)

Voltando ao nosso tema, diremos que diversas circunstâncias concorreram para a criação desta sociedade. Desde logo, a existência em Vila Real de cursos de água aptos para a instalação de engenhos movidos hidraulicamente, de que era paradigma a célebre Cascata da Peneda. Depois, a instalação nos anos 90 do séc. XIX do aproveitamento hiodroeléctrico conhecido por Central do Biel. Em terceiro lugar, a circunstância feliz de se ter proporcionado, algum tempo antes, a aquisição por José de Carvalho Araújo Júnior dos chamados Moinhos do Rodízio. É de lembrar aqui que José de Carvalho Araújo Júnior foi sucessivamente funcionário do tribunal, ajudante de notário e agente de seguros — tudo

profissões que lhe proporcionavam conhecimentos e oportunidades de transacções deste tipo. Por último, e não menos importante, os laços pessoais e políticos com o Dr. António Firmo de Azeredo Antas. É também oportuno lembrar que os dois, juntamente com Adelino Samardã, constituíam em 1895 a Comissão Executiva do Partido Republicano em Vila Real.

Foram pois estas circunstâncias que favoreceram o aparecimento daquela que foi uma das poucas unidades industriais de Vila Real no séc. XIX: a fábrica de moagens e de papel (de embrulho) de José de Carvalho Araújo Júnior, aberta à laboração em 1896.

A fábrica tinha por base um sistema idêntico ao da Central do Biel, embora de menor potência e dimensão, ou seja, uma turbina Knop que era capaz de debitar até 15,3 cavalos-vapor e que, algum tempo depois, colocava no mercado produtos cuja qualidade era reconhecida.

No entanto, algumas contingências, como sejam três princípios de incêndio e seguramente dificuldades de ordem financeira, aconselharam a entrada de um terceiro sócio, o Comendador José Augusto de Barros, que injectou na sociedade a quantia de 12.300\$000 (o correspondente, em moeda actual, a uns 30 mil contos). A firma passa a denominar-se então Araújo & Companhia. Na escritura deste acto, refere-se a remodelação das instalações e a aquisição de matérias-primas. Com efeito, no intervalo de quatro meses, entra na Câmara Municipal um projecto de remodelação do edifício, que é aprovado e executado. Mas a vida da sociedade continua perturbada: no mesmo período há uma tentativa de venda, a firma vai à falência e é executada. Verificam-se duas arrematações subsequentes à falência. No fim, José de Carvalho Araújo Júnior acaba por ficar como único proprietário. Morre nos anos 30 e os herdeiros vendem as instalações da fábrica, que nessa altura já não eram mais do que um vulgar moinho tradicional, que aliás continuou em laboração até bastante recentemente, com o moleiro José Albertino Monteiro.

O edifício existe ainda, situado ao fundo da Rua do Corgo. Hoje, contudo, tem uma utilização diferente: é ocupado por algumas famílias e uma colectividade desportiva.

Quando José de Carvalho Araújo Júnior adquiriu os Moinhos do

Rodízio e pensou instalar a sua fábrica de moagens, a sua primeira intervenção foi alargar a levada de água, da margem direita do Corgo, que alimentava os moinhos. A levada passou, após esta intervenção, a ser conhecida por “Levada do Araújo”. Ainda antes dessa intervenção, é possível que a levada já fosse utilizada para lavar a roupa. A verdade é que, na mesma altura em que se vulgariza a designação de “Levada do Araújo”, se vulgariza igualmente a designação de “Rio das Lavadeiras”.

José de Carvalho Araújo Júnior foi também figura de relevo no meio local. Exerceu as funções de Presidente da Câmara e, embora muito efemeramente, de Governador Civil (em 1915). Fundou o jornal “Echo dos Tribunaes”, que continuou, após o 5 de Outubro de 1910, com o título de “Noticias de Villa Real” e, mais tarde ainda, “A Democracia”.

Após a implantação da República, com as primeiras divisões no Partido Republicano, cada um dos sócios segue o seu caminho. O Dr. António Firmo de Azeredo Antas torna-se unionista, com Adelino Samardã; José de Carvalho Araújo Júnior mantém-se no Partido Republicano. Esta separação foi o mais possível inamistosa, com insultos de lado a lado, parecendo marcar uma incompatibilidade para toda a vida. Mas três momentos houve em que os dois se encontram de novo lado a lado: na morte em combate (1918) de José Botelho de Carvalho Araújo, filho de José de Carvalho Araújo Júnior; durante as turbulências e perseguições da Traulitânia (1919); e finalmente na morte de Adelino Samardã (1929).

VILA REAL HÁ CEM ANOS

Elísio Amaral Neves

A aproximação do ano de 1900 — à semelhança do que aconteceu em 2000, que está ainda na memória de todos — foi, por um lado, motivo de grandes manifestações de esperança e gerou, por outro lado, algumas expectativas irracionais, geralmente de rupturas, cataclismos, de fim do mundo, etc.

Na verdade, em Vila Real, 1900 veio a mostrar-se um ano como os outros. Nada de particularmente relevante aconteceu. Foi mesmo, em muitos aspectos, um ano pobre de realizações. Pelo contrário, em vez de grandes iniciativas, 1900 assistiu à continuação e finalização de situações vindas do ano anterior.

Respiguemos pois alguns acontecimentos ocorridos em 1900.

A peste bubónica, que ameaçara a região em 1899, deixou de preocupar os vila-realenses. Foram desactivadas as instalações que haviam sido criadas para a combater — nomeadamente um posto de desinfecção das pessoas que entravam na vila, montado numa sala dos Paços do Concelho, e um posto de observação de doenças suspeitas (que aliás nunca chegou a funcionar), instalado na Casa do Despacho da Igreja do Calvário.

A gestão autárquica, do Partido Progressista, ressentia-se das dívidas herdadas da gestão anterior, do Partido Regenerador, que a sobrecarregam e limitam na sua acção. O projecto mais importante foi pois a desoneração da autarquia dessas dívidas com medidas como, por exemplo, a continuação das obras dos Paços do Concelho, que já vinham de muito atrás, onde se projectava instalar os serviços públicos dispersos pela sede do concelho, cujas rendas eram suportadas pelo Município. Esta continuação, contudo, não seria concretizada.

Proseguiu a reorganização do serviço municipal de bombeiros.

A ponte metálica vê terminadas a obra de pedreiro e adjudicada uma parte da obra metálica, pela importância de 22.845\$00.

Monsenhor Jerónimo Amaral é feito Protonotário Apostólico, numa espécie de coroação da sua actividade de beneficência e de um conjunto de iniciativas que mexeram com a comunidade: o mês de Maria, a peregrinação à Senhora da Pena, a instituição das conferências de São Vicente de Paulo, etc.

Alguns *fait-divers* tiveram também, em 1900, algum eco na comunidade.

António Custódio da Silva, a quem já dedicámos uma sessão do Ciclo “História ao Café”, vendeu no seu estabelecimento a sorte grande da Lotaria Nacional de Fevereiro, com o número 2321. Como não foi a única vez que tal aconteceu, a casa era às vezes conhecida pelo epíteto de

Casa Feliz.

Houve, mais uma vez, alteração do nome das ruas, o que fez um órgão de comunicação social resmungar que “muda-se o nome às ruas como quem muda um leitão de casa para a Raposeira.” No âmbito dessas alterações, a Praça Lopo Vaz ganha a denominação de Largo do Príncipe Real e o largo que tinha este mesmo nome (Príncipe Real) passou a ser Largo dos Freitas.

Em 1900 publicam-se em Vila Real oito órgãos de informação. Em Março reaparece a imprensa republicana e reforça-se a imprensa regeneradora. “A Mocidade”, semanário literário e humorístico, que se diz afastado por igual de todos os partidos políticos, faz crítica muito contundente. No número 27, de 2 de Agosto, por exemplo, em jeito de coluna social de enorme mordacidade, descreve ironicamente o clima de estância balnear e os veraneantes que acorrem à Praia do Agueirinho. De caminho, vai igualmente fustigando e com igual ironia “os melhoramentos locais, taes como Paços do Concelho [cujas obras não andavam], caminho de ferro [que já havia sido anunciado, mas ainda não chegara], luz eléctrica [que sofria frequentes cortes], casas de montureiras [locais para recolha do lixo, que constituíam um perigo para a saúde pública], retretes na praça [que não existiam], etc, etc”.

**ANTÓNIO LOPES MENDES,
TESTEMUNHOS DE VILA REAL**

Elísio Amaral Neves

Quando, no séc. XIX, se tornam mais fáceis as deslocações e comunicações, mercê da política desenvolvimentista de Fontes Pereira de Melo, e por outro lado se fazem avanços técnicos notáveis no âmbito da imprensa escrita, surge um desejo generalizado de descoberta do País e criam-se condições para o seu estudo. São então formadas frequentemente missões científicas de exploração, como por exemplo as que surgem no

âmbito da Sociedade de Geografia, muitas vezes fortemente apoiadas pelo Governo (que é igualmente único responsável por muitas outras), e em que aos cientistas (a quem compete o levantamento e a descrição de um ponto de vista da ciência) se associam jornalistas e fotógrafos (que, aproveitando tão importante matéria noticiosa, vão promover a sua divulgação junto do leitor comum dos órgãos da imprensa nacional e também dos órgãos destinados às nossas colónias de emigrantes e dos magazines ilustrados e de viagens).

É neste contexto que surge e se impõe uma figura de trasmontano e vila-realense, António Lopes Mendes. António Lopes Mendes, não só através dos seus próprios desenhos e depoimentos escritos como através das suas relações com escritores e cientistas, contribuiu decisivamente para o conhecimento de Vila Real que o País vai ter na segunda metade do séc. XIX.

António Lopes Mendes era médico-veterinário, agrónomo, geógrafo amador, escritor e desenhador de talento, assim como um viajante apaixonado. No âmbito das suas viagens e da correspondência que lhes sucede, trava relações com escritores e publicistas, como o Abade de Miragaia, continuador da obra de Pinho Leal e biógrafo de Lopes Mendes, que o acompanhou como jornalista numa missão à Serra da Estrela, ou o juiz de direito Augusto César da Silva Matos, também seu biógrafo, que escreveu sobre Vila Real e que, juntamente com Lopes Mendes, é responsável por uma importante monografia sobre o Buçaco, na sequência de outra expedição.

Mas quem é afinal este António Lopes Mendes? Para alguns, porventura influenciados por informações dadas pelo próprio em diversos lugares, nomeadamente uma carta enviada do Maranhão, Brasil, a bordo do *Pará*, em 1883, Lopes Mendes estaria aparentado com a família de Diogo Cão e seria filho de proprietários judeus de Vila Real. O que na verdade se sabe é que nasceu em Vila Real, a 30 de Janeiro de 1833 (data que não coincide com as apontadas — também elas diversas entre si — pelos seus biógrafos), na Rua da Piedade (antes designada por Rua do Espírito Santo e, em data posterior ao nascimento de Lopes Mendes, por Rua da Amargura, Rua Municipal, Rua do Conde de Amarante, Rua

António de Azevedo Castelo Branco), no actual troço sul da Avenida Carvalho Araújo, Freguesia de São Dinis, provavelmente na casa (ou outra próxima desta) onde, segundo a tradição, teria nascido o navegador Diogo Cão. Esta casa seria mais tarde, em parte, propriedade de seus pais, que a herdaram de uma pessoa a quem haviam emprestado dinheiro para a adquirir, e em 1850, após um processo litigioso, a alienam.

Seja como for, as suas origens devem ter sido pouco mais do que humildes. É o que se depreende de um requerimento seu à Câmara Municipal, após ter completado os primeiros estudos e descoberto a sua vocação para o desenho. Nesse requerimento, dirigido em 1853 (tinha Lopes Mendes 20 anos de idade), solicita a concessão de meios que lhe permitam cultivar a sua vocação artística, e em particular o desenho e a pintura, nas escolas superiores do Porto. Faz acompanhar o requerimento de um desenho, representando uma vista de Vila Real, infelizmente desaparecido.

A Câmara, reconhecendo o talento e o estado de pobreza, atribuiu-lhe uma espécie de bolsa que lhe vai permitir a frequência das aulas de Desenho nas Academias Politécnica e Portuense de Belas Artes.

Pouco tempo depois, porém, incitado por Camilo Castelo Branco, que conhece por esta altura, muda-se para Lisboa para prosseguir os estudos. Aí se forma em 1858 como médico-veterinário-lavrador, com o sólido apoio de outro trasmontano ilustre, Rodrigo de Moraes Soares, um flaviense radicado na capital que, na época do liberalismo, tinha estado em Vila Real como professor e director da Comissão de Estudos.

Com a sua formação académica e talentos naturais, António Lopes Mendes estudou florestas, comparou culturas (no sentido antropológico), aconselhou culturas (no sentido agrícola), instalou e dirigiu a primeira Coudelaria Nacional, no Crato, cartografou, escreveu e desenhou. São estas mesmas qualificações que o levam a participar em diversas missões científicas, algumas delas financiadas a expensas suas. (Convém dizer que, entretanto, António Lopes Mendes enriquecera pelo casamento em 1873 com uma senhora, filha de um grande capitalista que era também o mais importante proprietário do Alentejo.)

Algumas das missões mais importantes em que participou foram ao

Norte de Portugal (ainda como estudante), à Índia Portuguesa (missão esta que durou cerca de dez anos, tempo suficiente para desempenhar funções políticas relevantes), ao Buçaco, à Serra da Estrela, a diversos países da Europa, ao Brasil e outras.

Faleceu em 1894, quando se preparava para uma nova missão, desta vez aos Açores.

A António Lopes Mendes se deve a maior parte dos desenhos de motivos vila-realenses publicados durante a segunda metade do século XIX, em órgãos como o *Archivo Pittoresco* (1862 e 1863) e *O Occidente* (1884).

A morte tolheu-o de prosseguir este trabalho de divulgação do património de Vila Real. Nomeadamente tinha em carteira uma anunciada *Descrição de Vila Real*, baseada nas *Antiguidades de Vila Real* de 1721, se é que não era mesmo uma edição desse material, então inédito, que previa ilustrar com imagens de monumentos, alguns dos quais já desaparecidos por essa altura, mas que ele tinha anteriormente desenhado, material que seria hoje de uma enorme importância, mas de que infelizmente não se conhece o paradeiro.

MANUEL DUARTE D'ALMEIDA, POETA VILA-REALENSE

A. M. Pires Cabral

É bem sabido que nenhum juízo de valor sobre a arte é absoluto nem definitivo; pelo contrário, é sempre relativo e provisório. Isto vale para qualquer ramo da criação artística, e por conseguinte também para a Literatura. São inúmeros os casos de escritores que receberam no seu tempo todos os louvores e que, volvidas duas ou três gerações, se apagaram no mais profundo esquecimento.

Bulhão Pato é um bom exemplo. Incensado no seu tempo como grande poeta, hoje ninguém o conhece, salvo os estudiosos da Literatura...

e os gastrónomos. Guerra Junqueiro foi em vida considerado o “poeta da raça” e, ao morrer, teve funerais nacionais para os Jerónimos. Hoje é ainda tido por alguns como um hábil versejador, mas a sua aura magnífica apagou-se após a sua morte.

Vila Real tem também, entre os seus filhos, um exemplo desta volubilidade do juízo crítico: Manuel Duarte d’Almeida. No seu tempo, os seus admiradores — que eram muitos e qualificados, entre eles poetas de renome como Antero de Quental e João de Deus, de quem foi amigo dilecto — prodigalizaram-lhe adjectivos como adorado, glorioso, incomparável, genial, divino, primacial, inimitável e outros de calibre semelhante. Foi lido, recitado, aplaudido, traduzido. Hoje, contudo, o seu nome pouco ou nada diz a quem não frequente os manuais de Literatura Portuguesa. De resto, Ricardo Jorge, que prefaciou a edição do livro póstumo *Terra e Azul*, em 1933 (menos de vinte anos sobre a morte do poeta), reconhece “sobre todas estas jóias e sobre quem as burilou, desceu o véu pesado do esquecimento.” E Artur de Magalhães Basto escreveu, n’*O Tripeiro* de 1 de Maio de 1951, um artigo sobre Manuel Duarte d’Almeida que tem o significativo subtítulo de “Um Grande Poeta Esquecido”.

Manuel Duarte d’Almeida nasceu em Vila Real em 1844, na freguesia de São Pedro (o registo de baptismo faz referência à data de 1 de Outubro, data esta que no entanto é contestada por Inocêncio Francisco da Silva, que, no seu *Dicionário Bibliográfico Português*, possivelmente fundado em boas razões, aponta a data de 28 de Setembro). Seu pai era farmacêutico e destinou-o à mesma profissão, tendo dado a outro filho, Custódio (que também viria a ser poeta de merecimento), o Curso de Medicina. Tirado o Curso de Farmácia em 1866, Manuel Duarte d’Almeida exerceu durante algum tempo funções de praticante da Farmácia Baptista, em Vila Real, após o que se retirou para o Porto, para seguir uma obscura carreira na administração dos Correios, de que acaba por se aposentar. Mais tarde, em 1896, muda-se definitivamente para Lisboa, onde, em 1902, consegue um lugar mais adequado à sua vocação: bibliotecário da Direcção-Geral de Instrução Pública.

Em 1880 casa com D. Maria Augusta da Silveira, da Casa da Botica,

em Paços de Ferreira, de quem teve quatro filhos e uma filha. Um dos filhos, Fernando, viria a morrer novo, vitimado pela tuberculose. De Jorge sabemos que foi cônsul em Boston, e de Filémon sabemos que foi oficial de marinha. Ignoramos o nome e o destino do quarto filho. Quanto à filha, chamava-se Cordália e foi ela que, juntamente com sua mãe, D. Maria Augusta, forneceu a Ricardo Jorge muito material para a edição póstuma de *Terra e Azul*.

Manuel Duarte d'Almeida distinguia-se pelo seu porte garboso, assim como pela riqueza e nobreza de espírito. Começa a escrever os primeiros versos por volta de 1868, publicando-os no jornal literário “A Grinalda” e noutras publicações, e logo em 1872 escreve o soneto *Aromatografia*, onde são perceptíveis os conhecimentos sobre plantas adquiridas no Curso de Farmácia. Este soneto, publicado em 1873 no jornal “A Folha”, foi altamente elogiado e deve ter contribuído decisivamente para a reputação de grande poeta que o autor alcançou. Ricardo Jorge diz dele que é “o seu soneto-sol, o seu soneto medalhão, o seu primeiro verdadeiro troféu de glória.” (Foi também em 1873 que terá escrito o texto de apresentação do jornal republicano “O Transmontano”, a primeira publicação periódica que se editou em Vila Real.)

Em 1874 escreve a *Elegia Panteísta a uma Mosca Morta*, que apenas seria publicada em 1889, depois de sofrer alguns retoques. Esta elegia é outro dos títulos de glória do poeta, abundantemente citada, referida e elogiada, e ajudou a consolidar a sua reputação de artista da palavra.

Em 3 de Abril de 1889 vive aquele que é porventura o ponto culminante da sua carreira poética. Numa sessão solene da Sociedade de Instrução do Porto em honra do Infante D. Henrique, recita as *Estâncias ao Infante D. Henrique*, que serão longamente ovacionadas pelo público presente e entusiasticamente saudadas pela imprensa. As *Estâncias*, um poemeto épico ao gosto de Camões, são pouco depois traduzidas para italiano por Tommaso Cannizzaro, para sueco por Göran Bjorkman e, parcialmente, para alemão por Wilhelm Storck. Edgar Prestage confessa que, embora tentasse, não conseguiu fazer tradução para o inglês digna do original. Maxime Formont, por seu turno, escreve: “O autor destas

oitavas é um verdadeiro filho de Camões, continuador da tradição épica nacional.”

Em 24 de Janeiro de 1890, Manuel Duarte d’Almeida escreve *Vae Victoribus*, um libelo anti-britânico, por ocasião do Ultimato Inglês, no mesmo tom indignado e fulminante usado por Guerra Junqueiro no *Finis Patriae*, que tem aliás o mesmo pretexto.

Manuel Duarte d’Almeida tinha a intenção de reunir toda a sua obra poética num volume para o qual escolheu o título de *Terra e Azul*. Mas o projecto não é então concretizado e só em 1933, pela mão de Ricardo Jorge, um dos mais superlativos encomiastas do poeta, é que a obra foi finalmente publicada, na Imprensa Moderna do Porto. Reúne praticamente todas as suas composições.

Refira-se aqui que, em 1893, saíram duas narrativas (*A Filha do General* e *Ulisses na Ilha das Mulheres*), ambas de qualidade inferior, assinadas por um Manuel Duarte d’Almeida que é ponto assente que não é o nosso poeta. Por outro lado, em 1899 sai em Lisboa uma obra poético-satírica intitulada *Flor de Sebo*, da autoria de Frei Vasco, que hoje sabemos ser pseudónimo de Manuel Duarte d’Almeida.. O catálogo da Biblioteca Municipal do Porto atribui-lhe também a autoria do opúsculo. Na bibliografia que antecede os *Beijos Perdidos* (outra obra do poeta, publicada em 1909) consta igualmente este título. Mas na lista de obras que aparece na introdução a *Terra e Azul* não figura. Terá sido eliminada por Ricardo Jorge de *Terra e Azul* em virtude do seu tom chocarreiro, nada condicente com a serena poesia de Manuel Duarte d’Almeida.

Psicologicamente frágil, neurasténico, hipocondríaco, Manuel Duarte d’Almeida lamenta-se numa carta escrita em Setembro de 1907 e publicada na “Ilustração Trasmontana”, em 1908: “A doença, que dia a dia me vai minando e, em progressão rápida e incontrastável, consumindo as últimas e débeis forças, tolhe-me inexoravelmente toda a manifestação regular exterior da fenomenalidade mental. Sou escravo da fatalidade mórbida que dispõe de mim a seu talante, sem remédio que valha, sem um alívio moral sequer — antes pelo contrário; e não só dessa, desgraçadamente, mas de quantas fatalidades mais se possam imaginar e conceber.”

Com efeito, os últimos anos de vida nada acrescentam de substancial

à obra deste poeta parnasiano-simbolista, que morreria durante uma visita à cidade do Porto, em 1914, vinte anos depois de ter sido feito sócio correspondente da Academia das Ciências. Vila Real lembrou-o com frequência no passado, como o maior poeta vila-realense, e, mais recentemente, a Câmara Municipal consagrou o seu nome na toponímia local.

AVELINO PATENA

Vítor Nogueira

Em Setembro de 1896, o jornal “O Povo do Norte” organizou um plebiscito, procurando determinar, entre outras coisas, quem é que os vila-realenses gostariam de ver consagrado na toponímia local. Nomes de pessoas, dizia o jornal, “que mais têm contribuído para o progresso material ou engrandecimento de Vila Real” e que por isso fossem credores de gratidão da comunidade. Um nome é mencionado em quase todas as respostas dos leitores: Avelino Patena.

Entre as inúmeras respostas, merece atenção uma em que Avelino Patena é comparado a “um meteoro que fulgura no espaço, nos deslumbra e se some apressadamente”. Está aqui resumida a acção de Avelino Patena: fulgurante e breve.

Avelino Arlindo da Silva Patena nasceu em Cepelos, concelho de Amarante, em 3 de Dezembro de 1865. Era filho ilegítimo de Custódio José Inácio, por alcunha o Patena, negociante e grande proprietário (um dos 40 maiores contribuintes do concelho), e de Dona Maria do Carmo Cândida dos Santos e Silva, ambos moradores em Vila Real, na Travessa de São Paulo (actual Rua Avelino Patena).

Casou com apenas 17 anos (na sua vida tudo parece ser precoce) com Dona Maria da Conceição de Guimarães Gonçalves Serôdio, irmã do que viria ser Conde de Sabrosa.

Avelino Patena é homem dotado de grande entusiasmo e capacidade

de iniciativa. Em 1884, muito jovem portanto, assume a vice-presidência da Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência, onde, em alguma das suas secções, terá provavelmente despertado o seu gosto pelo teatro.

Em 1889, tal como outros vila-realenses, visita a Exposição Universal de Paris, fazendo aquela que é a primeira grande viagem de uma longa carreira de viajante e aventureiro. Pouco depois, inicia uma aliás breve carreira política, integrando a Comissão Revisora do Recenseamento Eleitoral do Concelho, onde desde logo se distingue pelo desassombro e pelas acusações à administração municipal. Nas eleições seguintes, em Novembro de 1889, concorre pelo Partido Progressista à Câmara Municipal, apoiado pelo Conde de Vila Real, prócere local. Embora tenha então apenas 23 anos, é o elemento mais votado de todos os vereadores eleitos e torna-se Presidente da Câmara, por eleição dos seus pares, em Janeiro de 1890.

Exerce a presidência durante apenas 16 meses, mas deixou obra significativa que justificava, cinco anos depois, as respostas dos leitores à sondagem de “O Povo do Norte”. Entre outros melhoramentos, cria o Jardim das Camélias, reforma a Praça Luís de Camões, avança na construção do Bairro de Santo António, coloca o chafariz metálico, funda a Corporação de Bombeiros Voluntários de Vila Real (de que viria a ser o primeiro comandante) e promove as condições para a instalação da iluminação eléctrica.

É preciso dizer-se que toda esta actividade foi levada a cabo num ambiente de grande conflituosidade política e de perseguições implacáveis por parte dos seus adversários do Partido Regenerador e em particular de “O Villarealense”, órgão deste partido, que lhe chama “o fedelho”, em alusão à sua juventude.

De facto, a sua precocidade pode ser uma das razões da animosidade. Outra razão pode ser a sua actuação na Comissão Revisora, onde com o seu desassombro terá gerado inimizades. Mas tudo isto serão razões menores. O Ultimato Inglês, esse sim, cria reais condições de dificuldade acrescida à sua gestão, dado que acarretou a queda do governo progressista e a nomeação de um novo governador civil, Luís Lobato, do Partido Regenerador.

Mas a actuação de Avelino Patena na sequência do Ultimato Inglês coloca-o inclusivamente contra os seus correligionários, dado que de algum modo alinha com os que então acusaram o Partido Progressista de falta de coragem para afrontar a Inglaterra. Com efeito, a Câmara presidida por Avelino Patena delibera dar o nome de Serpa Pinto (o comandante da força militar portuguesa na África Austral usurpada pelos ingleses) à então Rua da Ferraria e o nome de Barros Gomes (ministro dos Negócios Estrangeiros dissonante da solução final) à Rua Direita.

Por outro lado, a sua acção na fundação dos Bombeiros Voluntários aproximava-o dos republicanos, dado que os seus órgãos sociais eram constituídos maioritariamente por personalidades desta área política. Em 23 de Setembro subscreve uma carta aberta contra o convénio assinado em Londres, seguida de uma convocatória para um comício local.

Mas o que mais afecta a sua posição é a acusação que lhe movem de preparar em sua casa uma manifestação de apoio à revolta republicana do 31 de Janeiro. A imprensa começa então a denunciar o seu republicanismo e só era preciso surgir um pretexto para ser afastado da Câmara Municipal.

Esse pretexto acaba por surgir, relacionado com a sua vida profissional. Avelino Patena acumulava as funções de presidente da Câmara com a vida de negociante, herdeiro dos negócios de seu pai e ele próprio, agora, um dos maiores contribuintes do concelho. Uma das suas actividades comerciais é a representação da Mala Real Inglesa, uma das mais importantes companhias de navegação que faziam a “carreira do Brasil”. Na altura, a emigração para o Brasil era intensa e fazia-se num quadro legislativo onde por vezes se tornava difícil estabelecer fronteiras entre o legal e o ilegal. Recai sobre Avelino Patena o labéu de “engajador”, o que era muito grave para quem era simultaneamente presidente da Câmara. Mais grave e determinante para a sua queda foi porém o resultado apurado numa sindicância ao processo de venda do chamado Edifício Municipal (na hoje Avenida Almeida Lucena), em que são detectadas irregularidades. Em consequência disso, a Câmara Municipal, que entretanto se tinha desvinculado do Partido Progressista, é dissolvida em 12 de Maio de 1891.

Este acontecimento transforma por completo a vida de Avelino

Patena. Acresce que tinha delapidado uma boa parte da sua fortuna com a aquisição de equipamento para os Bombeiros Voluntários. Em 1892 encontramos ainda referências à sua actuação num corpo cénico que levou ao palco, na inauguração do Teatro Circo, a peça “D. António de Portugal”, em que Avelino Patena desempenhava o protagonista, aliás com grandes elogios da imprensa. Foi a sua última intervenção significativa na vida pública e social. Em 9 de Setembro de 1892 o Tribunal Comercial de Vila Real declara o estado de quebra de Avelino Patena e nomeia um administrador da massa falida.

No ano de 1893, Avelino Patena parece deitar contas à vida. Em 1894, com 28 anos de idade, emigra para a ilha de São Tomé, onde se estabelece como agricultor de cacau. De alguma forma é um dos pioneiros da emigração para aquela ilha, contrariando a tendência dominante da época de emigração para o Brasil.

Regressa a Vila Real em 1900. As animosidades do passado estão esquecidas e Avelino Patena vê reconhecida a sua obra e é recebido festivamente. Participa nas celebrações do 10º aniversário da fundação dos Bombeiros Voluntários — obra sua, como vimos —, de que é agora Comandante Honorário. Mas regressa pouco depois a São Tomé, onde a sua fortuna se vai recompondo. Visita então Vila Real com mais frequência. A sua família, que ficou sempre no continente, mostra sinais de prosperidade e em 1904 fixa residência em Coimbra, para acompanhar um dos filhos que se matriculou em Direito. A imprensa refere-se agora a Avelino Patena como a um conterrâneo ilustre e empreendedor, a quem Vila Real ficou devendo progressos importantes.

Esta mudança de atitude tem um momento alto em 1 de Outubro de 1932, quando a Câmara de então, presidida pelo Dr. Júlio António Teixeira, delibera dar o nome do “saudoso e incansável bairrista Avelino Patena” à que então se chamava Travessa 31 de Janeiro e fora anteriormente Travessa de São Paulo, onde morou.

Em 1 de Janeiro de 1941, no 50º aniversário da fundação da Corporação de Bombeiros Voluntários de Vila Real, é colocada uma placa evocativa na sua casa. Sabemos que nessa altura Avelino Patena, agora com 75 anos, reside no Brasil, após uma breve passagem pela Argentina.

PATRIMÓNIO FLORÍSTICO DO MARÃO, ALVÃO E CAMPEÃ

José Alves Ribeiro

O Ciclo “História ao Café” tem vindo a tratar, de forma muitas vezes exaustiva, temas directamente relacionados com factos, instituições, individualidades que, cada qual à sua maneira, marcaram a vida colectiva. Mas de quando em quando torna-se necessário fazer uma pausa e deitar os olhos em redor, para a natureza que nos cerca. É esse o objectivo da sessão de hoje, em que se falará de natureza, de paisagem e de plantas. Isto é: do património florístico e paisagístico de toda a vasta área envolvente de Vila Real, nomeadamente das zonas de montanha.

É um património rico, do ponto de vista ecológico, paisagístico e dos recursos vegetais úteis ou potencialmente úteis — as plantas forrageiras, aromáticas, condimentares, medicinais, bravias comestíveis e ornamentais, sendo que algumas delas têm simultaneamente duas ou mais destas valências.

Falemos primeiro dos recursos vegetais.

As plantas forrageiras são as espécies que constituem os lameiros da Campeã e dos planaltos do Marão e do Alvão.

Como exemplos de plantas aromáticas (algumas delas utilizáveis como condimentares, e muitas delas também melíferas) e medicinais existentes nesta área, podemos citar: o mirtilo, a cidreira bastarda, a erva das sete sangrias, a camomila, a carqueja, etc.

As bravias comestíveis são o mirtilo, o pilriteiro, a sorveira brava ou tramazeira, a amora, o abrunheiro bravo, o morangueiro bravo, os medronhos, etc.

Entre as espécies silvestres com valor ornamental contam-se o azevinho, a tramazeira, a açucena brava e diversos arbustos (como o medronheiro, a roseira brava e a erva das sete sangrias), etc.

Quanto aos recursos paisagísticos, são de referir o carvalhal da Campeã e alguns outros do Marão e do Alvão; as cristas quartzíticas do Marão e do Alvão, onde se encontram plantas raras; os lameiros; as linhas

de água, com as salgueirinhas, os poejos, os sabugueiros, a hortelã de água e outras preciosidades botânicas.

Trata-se, é bom que tenhamos disso consciência, de um património riquíssimo, ou já integrado em parte no perímetro do Parque Natural do Alvão, ou integrável nele, dado que faz parte do espírito do Parque enquanto área fitogeográfica de grande coerência e suporte de ricos recursos faunísticos e de um sistema agro-silvo-pastoril harmonioso, onde se pratica uma agricultura naturalmente biológica, e onde a beleza e harmonia da paisagem, bons ares e boas águas, constituem importantíssimos recursos desta região.

O MOVIMENTO ESCUTISTA EM VILA REAL

Elísio Amaral Neves

O movimento escutista surge, a nível internacional, em 1908, consequência dos ideais e do voluntarismo de Robert Baden-Powell, militar com uma longa experiência de promoção de actividades dedicadas aos jovens.

Inicialmente, à semelhança do que acontece em grande parte ainda hoje, o escutismo era como que uma actividade lúdico-pedagógica, destinada a complementar a acção educativa da escola e da família, encorajando o conhecimento individual, o desejo de descobrir e a vontade de vencer.

Era sobretudo uma actividade a desenvolver nos tempos livres e visava contribuir para o desenvolvimento físico, intelectual e moral da juventude.

Em Portugal o escutismo foi introduzido em 1911, pouco tempo depois da implantação da República. Também aqui a sua finalidade era generosa: desenvolver nos homens de amanhã sentimentos de patriotismo e de humanidade.

Devia, além disso, ser neutro em matéria religiosa e política. Mas a

verdade é que, se as primeiras formações respeitaram este princípio, as duas formações afins criadas em Vila Real, em 1923, não cumpriam inteiramente este desiderato. Uma — a dos Escuteiros — estava intimamente ligada à Igreja Católica e às suas manifestações associativas e organizativas (Juventude Católica, grupos Académicos Católicos, associações de Nun'Álvares, Juventude Antoniana), donde aliás saíram os primeiros escutistas. A outra — os Adueiros — está associada ao movimento republicano e aos militares da I República.

Surgem ambas pela mesma altura, em 1923, como fica dito. Mas vejamos os passos mais importantes da vida de cada uma delas.

Em Junho de 1923 realiza-se em Viana do Castelo um encontro de associações católicas da Arquidiocese de Braga (era então Arcebispo D. Manuel Vieira de Matos, trasmontano). Recorde-se que as associações vila-realenses participaram no encontro de Braga, porque, embora a Diocese de Vila Real já tivesse sido criada, em 20 de Abril de 1922, aguardava-se ainda a chegada do Arcebispo, D. João Evangelista de Lima Vidal, que também teve papel importante nesta matéria, tal como o seu Coadjutor e sucessor, D. António Valente da Fonseca, que, como pároco de Cedofeita, Porto, havia criado a Alcateia n.º 40 e o Grupo n.º 74. Uma das associações de Vila Real participantes no encontro, o Grupo de Legionários de Nun'Álvares, que funcionava junto da Paróquia de São Pedro, toma contacto com esta nova forma de associativismo juvenil, entusiasma-se com ela e regressa a Vila Real disposta a criar um grupo de escuteiros.

Em 13 de Julho do mesmo ano sai uma circular assinada pelos promotores das festas em honra de D. Nun'Álvares Pereira, patrono dos escuteiros católicos, que tiveram lugar nesse mês, anunciando a realização de duas conferências no Teatro Circo, no dia 15: uma do Dr. Francisco Veloso, sobre Nun'Álvares, e outra de Franklin de Oliveira, que foi Comissário Nacional dos Escuteiros, sobre escutismo. Os signatários da circular eram: Padre Alberto Teixeira de Carvalho, pároco de São Pedro, Agostinho Baía da Costa Lobo, José Monteiro de Carvalho e Dr. João de Sena Esteves de Oliveira. E são precisamente os dois primeiros, juntamente com Alberto Machado Cardoso Costa (pessoa muito envolvida nos movimentos católicos locais, experimentado orador e tratado

carinhosamente pelos escuteiros, até à sua morte, como “Paizinho”), que organizam a Associação dos Escuteiros Católicos de Vila Real. (Estes fundadores são figuras importantes do movimento a nível nacional. O Padre Alberto Teixeira de Carvalho foi nomeado director do primeiro Acampamento Nacional de Escuteiros (função que não chegou a exercer por motivo de doença), realizado em Aljubarrota em 1926, sendo intendente do mesmo o Sr. Alberto Machado Cardoso Costa, que sempre desenvolveu as mais importantes funções na Região de Vila Real e que esteve sempre associado à fundação dos diferentes grupos, com destaque para o Grupo de Mouços.)

Em 2 de Agosto começam a organizar-se os grupos e a 19 de Outubro, data considerada a da sua fundação, com a entrega dos estatutos no Governo Civil de Vila Real, estava legalmente constituída a Associação.

Os grupos do concelho de Vila Real dos Escuteiros Católicos, embora com alguns momentos de menos actividade e tendo mesmo ocorrido a dissolução de alguns deles, mantêm-se até aos dias de hoje. Ao longo da sua história organizaram classes nocturnas de ensino primário, de canto, de enfermagem; criaram uma banda de música; dispensaram aos escuteiros mais necessitados apoio médico, descontos nos medicamentos, roupas, fardamentos, etc.

Eis os principais momentos da história do escutismo católico no concelho de Vila Real que sucedeu às primeiras formações (Alcateia nº 2 — Santa Isabel; Grupo nº 2; e Grupo nº 9, Sé — São Miguel), referindo-se os anos de filiação no Corpo Nacional de Escutas:

1926: Grupo nº 26, Mouços, com sede na Capela de Sampaio. 1939: Tentativa de formar uma Alcateia em Guiães. 1945: Preparação de um Clã no Seminário de Vila Real. 1952: Alcateia nº 28, São Dinis; Grupo nº 38 — Beato Nun’Álvares Pereira. Assistente: Padre Henrique Maria dos Santos; Chefe: Honório Martins Soares e, a partir de 1954, Adão Agostinho Martins de Barros. 1964: Agrupamento nº 99; São Dinis; Grupo nº 1 — D. Nun’Álvares Pereira. Chefe: Ten. Manuel Acácio Pinto de Azevedo. 1967: Patrulha de Estudos Feminina “Andorinhas”. Guia de Patrulha: Maria Eduarda Ribeiro. 1969: Agrupamento nº 295, Nossa Senhora da Conceição; Alcateia nº 6 — São Francisco de Assis; Grupo nº 6 — Santo

Condestável. Assistente: Padre João Gonçalves da Costa; Chefe: Jorge Reigada Vaz. Este Agrupamento foi reorganizado em 1979 e ainda está em actividade. 1970: Agrupamento nº 310, Lordelo — São Sebastião; Alcateia nº 7 — Santa Maria Madalena; Grupo nº 7 — São José. Chefe: Joaquim Alves Teixeira da Cruz. 1971: Agrupamento nº 212, São Pedro; Alcateia nº 5 — Santa Clara de Assis; Grupo nº 9 — São Nicolau. Assistente: Padre Joaquim Francisco Dinis OFM; Chefe: Joaquim Alves Teixeira da Cruz e, desde 1977, José Ferreira de Barros. Este Agrupamento ainda está em actividade. 1977: Agrupamento nº 482, São Dinis; Alcateia nº 11 — São Jorge; Grupo nº 11 — Nun'Álvares. Assistente: Padre Dr. João Ribeiro Montes; Chefe: José Maria Figueiredo Alves Meireles. 1983: Agrupamento nº 708, Mateus — São Martinho de Tours; Alcateia nº 13 — São Francisco de Assis; Grupo Júnior nº 13 — São Frei Vicente; Grupo Sénior nº 13 — São Sebastião. Assistente: Padre Bento Fernando Dias Miranda; Chefe: Joaquim Pereira de Matos. Este Agrupamento ainda está em actividade.

Foram responsáveis pela Região de Vila Real (Junta Regional de Vila Real), nos últimos anos, Anselmo Pinto Cardoso, último elemento nomeado, e, já eleitos, João Leite Gomes, Armando Faria Taveira Peixoto e José Manuel Clemente Pires.

O grupo de adueiros foi criado, como vimos, no mesmo ano de 1923.

Em Julho desse ano, a Câmara Municipal recebeu um ofício da União dos Adueros de Portugal, informando de que viria proximamente a Vila Real, afim de organizar um grupo, um enviado especial daquela organização e solicitando apoios. (Em 1915 já havia levado a efeito em Vila Real um conjunto de conferências sob a designação de Missão Scouting.)

No mesmo mês de Julho, estavam já a ser exercitados diariamente 36 jovens, pelo Ten. Cabral, na Escola do Conde de Ferreira. Mas a constituição formal do Grupo nº 24 dos Adueros ocorre em Outubro de 1923, em data anterior à da Associação dos Escuteiros Católicos de Vila Real, já que os Adueros participaram no dia 14 de Outubro na cerimónia da colocação da primeira pedra do Monumento a Carvalho Araújo. O Grupo publicou o jornal quinzenal “A Alvorada”, de que saíram muito

provavelmente apenas dois números, em 1 e 20 de Dezembro de 1923.

Esta organização foi muito mais efémera do que a dos Escuteiros. Pouco tempo depois, o Grupo nº 24 dos Adueiros dissolve-se, sendo reconstituído em 19 de Julho de 1925. Participam na reconstituição, entre outros, o Maj. Fernandes Varão, o Cap. João Domingues Peres, o Inspector João Augusto Teixeira, os Drs. Alberto Pinto Lisboa e Álvaro Guedes, o Pintor Bernardino Raul Trindade Chagas e Manuel Júlio Mendes. O grupo conta agora cerca de 150 jovens, dispõe de uma banda com 32 executantes e desenvolve actividades e serviços idênticos aos dos Escuteiros. Tem o seu quartel no próprio Regimento de Infantaria 13. Mas volta a dissolver-se e de novo a reorganizar-se por uma última vez, em 1931, agora denominado Grupo de Adueiros nº 24 “Carvalho Araújo”, graças aos esforços do Dr. Álvaro Guedes, Dr. Manuel Cardona, Dr. Sebastião Ribeiro, Cap. Nogueira da Silva, Ten. Gonçalves Pureza, Prof. Albano Aires e Albano Martins Coutinho. Como se vê, nomes ligados ao ideal republicano, com que o regime saído do 28 de Maio não simpatizava. As hostilidades e perseguições do regime àqueles cidadãos, reforçadas durante a Ditadura Militar, terão acabado por determinar a extinção dos Adueiros em Vila Real.

CONHECER A BIBLIOTECA DO LICEU DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves / Fredrico Amaral Neves

Maria Hercília Agarez / Vítor Nogueira

A reforma do ensino elaborada por Passos Manuel, ao mesmo tempo que criava os liceus, preceituava claramente que os mesmos deviam dispor de uma Biblioteca para serviço dos professores e alunos, assim como um laboratório de Química, um gabinete comum à Física, Mecânica e História Natural, um jardim botânico, um terreno para exercícios de ginástica e um pátio de recreio — além das salas normais de aula, evidentemente. Gorada essa reforma, Costa Cabral reorganiza oito anos depois o Ensino Secundário, sendo finalmente criada a generalidade dos Liceus. O Liceu

de Vila Real entra, tanto quanto se julga, em funcionamento no ano lectivo de 1848-49, embora o Comissário de Estudos do Distrito de Vila Real, Rodrigo José de Moraes Soares, que seria também professor e reitor, tenha sido nomeado em 1846.

Dispõe desde os primeiros tempos de uma Biblioteca e respectivo bibliotecário, que, contrariamente ao que sucede hoje, era então nomeado pelo próprio governo, assim como o secretário do Liceu. Nesta Biblioteca reúnem-se na fase inicial algumas centenas de livros, a que foi aposto o carimbo “Liceu Nacional de Villa Real”. Essas obras são, no essencial, aquisições do próprio Liceu, ofertas de professores e publicações da Imprensa Nacional — obras de carácter predominantemente didáctico.

Nos anos 80 do séc. XIX, a Biblioteca funciona ainda de forma deficiente e com poucas condições, já que a mesma sala era também sala de sessões, secretaria e lugar onde o reitor, o secretário e os próprios professores recebiam as pessoas que pretendiam falar com eles.

No final dos anos 20 do séc. XX, a situação ainda pouco se modificou, não obstante estarmos já sob a gestão do reitor Dr. Pedro Maria da Cunha Serra, que tanto se esforçou — com êxito, note-se — para a conquista de melhores instalações para o Liceu. Mas a Biblioteca continuava a ser ao mesmo tempo sala do Conselho Escolar e gabinete dos professores. O número de obras, livros e revistas, é que já tinha crescido sensivelmente.

E o crescimento prossegue, e aos poucos vai-se constituindo um grande património, que às vezes chega a parecer milagre que se tenha preservado, atentas as andanças e mudanças de instalações a que o Liceu foi sujeito, nomeadamente nos primeiros 76 anos de vida, antes de dispor de propriedade do Estado.

Valerá a pena, a este respeito, recensear, entre outras, algumas dessas instalações. Uma delas foi o palácio dos Condes de Amarante, hoje Governo Civil. Esse palácio foi arrendado à Fazenda Nacional em 1837. Manuel Inácio Pinto Saraiva (Administrador dos Tabacos de Vila Real) assegura em 1848 o empraçamento perpétuo do palácio, que, em 1879 é finalmente adquirido pela Junta Geral do Distrito.

Sabemos que o Liceu ocupou também, a partir de 1881, uma casa

de Custódio José Inácio, no gaveto norte da Rua D. Margarida Chaves com a Rua Avelino Patena (nomes actuais), que pertenceu ao Brigadeiro Mota e Costa. Desde 1897 esteve instalado na Casa do Caminho de Baixo, actual Museu de Vila Real. Por volta de 1901 transferiu-se para o edifício que Monsenhor Jerónimo Amaral havia construído para esse mesmo efeito junto do seu colégio. De notar que, durante todo este tempo de andanças, por mais que uma vez as instalações indicadas foram complementadas com outras, fosse por insuficiência, fosse por falta de condições.

Com o Dr. Pedro Cunha Serra, e depois de assegurada a passagem do Liceu a propriedade do Estado por troca com o Convento de Santa Clara, em 1924, encontrou-se finalmente a solução para a ampliação do Liceu. As obras iniciaram-se em 1932, dando lugar ao edifício hoje existente. Foram nomeadamente instalados na área do *hall*, a secretaria, a reitoria, a sala do Conselho Escolar, a Biblioteca e o Museu Colonial. Digam-se a propósito que este Museu estimulou a recolha de um fundo bibliográfico valiosíssimo para o conhecimento das possessões ultramarinas.

A Biblioteca, entretanto, continuava a crescer. As publicações da Imprensa Nacional continuavam a chegar. Na segunda década do séc. XX, os liceus passaram a editar com regularidade os seus anuários, publicações que permutavam entre si, e a Biblioteca do Liceu é riquíssima nessas espécies. Por outro lado, continuam as aquisições de obras, por vezes por assinatura, e a oferta de edições locais. Quando o nome de Camilo é atribuído ao Liceu, gera-se uma tendência no sentido de enriquecer a Biblioteca com obras da carácter literário, e já não apenas didáctico.

Entre as espécies mais importantes, conta-se um riquíssimo acervo de obras francesas (em que avultam as obras completas de Corneille, em edição de 1797, e um dicionário bilingue publicado sob os auspícios de Vítor Hugo e prefaciado por Camilo Castelo Branco). Esta riqueza corresponde a uma época em que a cultura francesa ainda não tinha dado lugar à inglesa, o que aconteceria em anos mais recentes, por influência do cinema, da música, da informática, etc.

Dispõe ainda a Biblioteca de algumas obras raras, como seja a primeira edição da “Mensagem”, de Fernando Pessoa.

Uma doação de livros merece referência especial: a feita pelo Dr. Alberto Pinto Lisboa, em 1930. Também o professor Fernando Nunes Godinho, autor de manuais de Desenho, e outros professores oferecem livros para a Biblioteca, nos séculos XIX e XX.

Muito recentemente, graças ao trabalho de alguns docentes e a um subsídio da Câmara Municipal, a Biblioteca sofreu grandes beneficiações, a nível de limpeza, desinfecção e encadernação de numerosos livros.

É esta a Biblioteca que, constituindo um riquíssimo património cultural vila-realense, nos propusemos hoje dar a conhecer.

O USO DA CAPA E BATINA NO LICEU DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

As décadas de 80 e 90 do séc. XIX (e particularmente entre os anos de 1885 e 1895) assistiram a um movimento de renovação da esquerda europeia, que se repercutiu também em Portugal, onde alguns políticos dos Partidos Progressista e Regenerador abraçam essa renovação, tal como, por maioria de razão, já acontecia com o Partido Republicano. Os jovens políticos (ou “novos políticos”, como eram então chamados), quer no governo quer na oposição, começam a ter um discurso em que ecoam as ideias dos teorizadores do socialismo.

Vila Real também não ficou arredada dessa tendência europeia e nacional, e, entre os jovens que aqui ganham lastro para a vida política e que depois virão a ter dimensão nacional, conta-se, por exemplo, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, que viria a ser deputado às Cortes, Conselheiro de Estado, Par do Reino e Ministro da Fazenda, da Justiça, do Reino e da Instrução Pública.

Alguns momentos e acontecimentos da história nacional, que ajudaram à consolidação destas tendências, como o Centenário de Camões (1880), o Centenário do Marquês de Pombal (1882), as reacções ao Ultimato Inglês (1890), a Revolta do 31 de Janeiro (1891), primeira

tentativa de instauração da República (em que aliás participaram militares que tinham servido em Vila Real e estudantes oriundos do concelho), tiveram também repercussões em Vila Real, que procurava então, no dizer de um jornal da época, “caminhar na vanguarda do progresso”.

Em Vila Real ocorrem por essa altura alguns acontecimentos locais que, de alguma forma, se inserem em ideais de solidariedade e também de reivindicação social que as novas tendências do pensamento político vinham favorecendo.

Em 4 de Dezembro de 1887 sai “A Voz do Artista”, semanário socialista que reflecte esses ideais.

Em Janeiro de 1888, a classe artística de Vila Real (entenda-se, os trabalhadores da construção civil e actividades correlativas) consegue mil assinaturas para uma petição em que protesta contra o pagamento antecipado do imposto industrial.

Em Outubro do mesmo ano, numa reunião efectuada provavelmente na Casa do Caminho de Baixo, os empregados do comércio lutam pelo encerramento das lojas nos dias santificados. Diga-se que obtêm um êxito relativo, pois as lojas passam efectivamente a encerrar aos Domingos e Dias Santos entre as 15 e as 17 horas (no Inverno) e entre as 16 e as 19 horas (de Verão). Este regime tem início em 11 de Novembro de 1888, data em que as lojas encerram pela primeira vez neste horário.

Em Abril ainda do mesmo ano, realiza-se no Edifício Municipal (que foi Secretaria Militar, na Avenida Almeida Lucena) um sarau de beneficência a favor das vítimas do incêndio do Teatro Baquet, do Porto, na noite de 20 para 21 de Março, desastre que provocou profunda impressão em todo o País.

Esse sentimento generalizado de solidariedade que o séc. XIX despertou nas diversas classes atingiu também o mundo escolar. Quase contemporaneamente com a reorganização do Ensino Secundário, no quarto trimestre de 1888, tem lugar uma reunião dos estudantes do Liceu de Vila Real, em 11 de Novembro (continuada a 15 do mesmo mês), na Escola Conde de Ferreira, para organizar de forma mais consistente os festejos do 1º de Dezembro, que já se vinham realizando, embora com programas diferentes de ano para ano, em anos anteriores. Nessa reunião decide-se

levar a cabo manifestações mais ou menos tradicionais (foguetes, ruadas com uma banda a tocar o Hino da Restauração, visita aos professores em suas casas e um sarau). Mas decide-se também solicitar ao Ministério do Reino autorização para o uso da capa e batina pelos estudantes do Liceu de Vila Real.

Aliás esta consciência quase corporativa de uma academia representada pelos alunos do Liceu de Vila Real vai-se cimentando aos poucos através de uma imprensa académica (ou em que os estudantes tinham voz privilegiada) relativamente pujante, de que destacamos os seguintes títulos, na sua grande maioria de inspiração republicana: “A Voz Escolar” (1878), “A Juventude” (1883), “O Cabula” (1884), mais tarde prolongado em “O Correio de Villa Pouca” (1885), “A Academia Portuguesa” (1890) e “A Academia” (1891).

O pedido ao Ministério do Reino é despachado favoravelmente e com brevidade. A imprensa faz-se eco da aparição dos primeiros estudantes trajando desse modo no princípio da semana de 7 a 13 de Janeiro de 1889.

A imprensa local saúda o facto, considerando a capa e batina “um distintivo sério que muito contribuía para trazer a verdadeira igualdade à classe académica”, na medida em que encobria sob o mesmo traje o estudante rico e o estudante menos rico. Mas a imprensa também notava que a maior parte dos estudantes ainda não adoptara este “distintivo” e que seria desejável que toda a Academia o fizesse.

A nova imagem do estudante de capa e batina ajuda a consolidar a própria imagem da academia vila-realense. Os saraus passam a realizar-se regularmente, a visita de embaixadas de outras academias (como Porto, Braga, Coimbra, Lamego) é frequente, acompanhando a vocação dos jovens académicos locais pelas artes, pelo teatro e pela música. Estes últimos levarão à criação da Tuna Académica Villarealense, que saiu à rua pela primeira vez na noite de 19 de Março de 1895 e teve como primeiros regentes, embora não saibamos qual deles foi verdadeiramente o primeiro, José Nunes de Freitas, maestro do Regimento de Infantaria 13, e António Augusto Vaz de Carvalho, responsáveis pelo hino e outras composições que passaram a fazer parte do repertório da Tuna a partir de 1 de Dezembro de 1895 — dia importante, já que foi benzida a bandeira da academia,

oferecida pelo Conde de Vale Flor, a quem foi dedicada a récita.

OS ÚLTIMOS ANOS DAS PORTAS DA VILA

Elísio Amaral Neves

As Portas da Vila são um dos lugares míticos de Vila Real. Primeiro, porque nos levam em imagina o aos anos longínquos da funda o da “pobra”. Depois, porque as gera es actuais já não tiveram ocasião de as conhecer, a não ser através de dois desenhos que aliás aparentemente se assemelham pouco entre si, embora retratem indubitavelmente a mesma realidade em dois momentos históricos diferentes. Finalmente, porque elas, juntamente com a Igreja de S. Dinis, a Capela de S. Brás, a cisterna do Alcácer e alguns panos de muralha, constituíam a imagem da povoa o primitiva que os visitantes levavam de Vila Real.

Devemos ressaltar o facto de que houve em tempos três portas que davam acesso ao interior do recinto muralhado por D. Dinis: a Porta do Norte, a Porta do Sul e a Porta do Poente, também chamada Porta Franca. Todavia, quando se refere simplesmente “as Portas da Vila”, tem-se geralmente em vista a Porta do Norte, a mais imponente e de maior aparato arquitectónico.

Estas Portas da Vila tiveram nos primeiros séculos uma existência apenas marcada eventualmente por pequenas beneficia es pontuais de que não resta memória. A partir de certa altura, porém, um pouco em fun o da sua própria ruína, sofreram uma série de interven es que culminam na demoli o total em 1863.

Todavia, elas chegaram a ser objecto de inten es de salvaguarda. Um dos primeiros exemplos disto   uma resolu o de D. Pedro II, de 1677, que confirma os privilégios concedidos por D. Fernando. Esta resolu o responde a uma peti o do pároco da Igreja de S. Dinis e dos moradores da Vila Velha, que alegam a necessidade de povoamento deste antigo núcleo urbano, não só para guardar o rico património existente na mesma

Igreja, como para assegurar “a conservação e memória daquela primeira povoação”.

Após a Guerra da Restauração, no séc. XVII, em acção gratulatória pela recuperação da independência, tinha-se aliás procedido à reconstrução da Capela de Nossa Senhora da Piedade, mais tarde de Nossa Senhora do Desterro, e mais tarde ainda Capela do Espírito Santo, das escadarias, dos arcos e da varanda das Portas da Vila.

Parecia pois que a preservação do monumento estava garantida. Mas foi sol de pouca dura, porque em Janeiro de 1708 uma grande tempestade fez desabar uma das torres, justamente aquela onde se encontrava o Relógio do Povo (que no ano imediato seria transferido, juntamente com o sino, para a torre da Capela Nova).

Em 1738 deparamos com uma deliberação camarária curiosa, que alude ao costume de, nos últimos anos, os oficiais da Câmara procederem à retirada de pedra das muralhas para ser utilizada em calcetamentos. Deliberam então os oficiais de 1738 solicitar ao escrivão que não passe “mandado algum pertencente à dita pedra”, demarcando-se do costume dos seus antecessores.

Em 1805, por provisão de D. João VI, é mesmo negada à Ordem Terceira de S. Francisco autorização para retirar pedra das muralhas, com que esta ordem pretendia prosseguir a construção da Capela do Senhor Jesus do Calvário. No mesmo documento é instruída a Câmara para “zelar e vigiar sobre qualquer extravio” [da pedra, certamente].

Em 1807 a ruína das muralhas era já grande e os moradores serviam-se furtivamente da pedra derruída. Nessa data a Câmara proíbe esse uso, lembrando a provisão de 1805, e reserva a pedra para obras públicas, nomeadamente a construção da rua pública entre a Capela de Nossa Senhora das Dores e a Capela de Santo António. Mais: ficam os moradores obrigados a avisar, no caso da queda de mais pedra, ou para o lado de dentro ou para o lado de fora da muralha.

Conhece-se uma ordem régia, de 1814, para retirar pedra das muralhas para “conserto da casa do Conde de Amarante”, que deve ter sido o ponto de partida para uma retirada cada vez mais intensiva, tendo inclusivamente saído dali a pedra para a construção do palácio do mesmo

Conde de Amarante (actual edifício do Governo Civil). O destino das Portas da Vila e da muralha adjacente estava traçado.

A própria Vila Velha, no seu todo, despovoava-se e perdia importância. Em 1817, a Câmara delibera transferir da igreja de S. Dinis para a Igreja de S. Pedro a procissão que se vinha realizando, desde há alguns anos, a 16 de Junho, em memória da aclamação em Vila Real do Príncipe Regente e do levantamento contra o invasor francês. Argumenta-se que a Igreja de S. Dinis é exígua para a grande concorrência de pessoas, pouco central e separada da vila nova por um conjunto de ruínas e pardieiros.

A construção do Cemitério Público e do Passeio que o circunda, entre 1841 e 1846, vem contribuir para alterar ainda mais a velha fisionomia do amuralhado. Mas é nos anos 50 e 60 do séc. XIX que todo esse conjunto histórico sofre maiores pressões. Em 1854, a Junta de Paróquia de S. Dinis pede ao Governador Civil autorização para demolir a Capela do Espírito Santo e, com o dinheiro a apurar com a venda da pedra, adquirir um órgão para a igreja. Como tenha sido pedido o parecer da Câmara Municipal, esta acha que não se deve demolir a capela, dado tratar-se de “um monumento arqueológico municipal” que recordava os momentos gloriosos de 1640. Admitindo porém o seu estado de grande ruína, considera que pertence ao Governador Civil decidir e alertar para que, em caso de demolição, se tenha em consideração que a parte antiga da pedra da capela pertence ao Município.

A partir de 1855 e por várias vezes, há representações e pedidos para utilização da pedra. É, por exemplo, a própria Câmara a pedir as ruínas da Capela do Espírito Santo e muralhas para obter pedra para as obras da Cadeia Pública e do Passeio Público. Algum tempo depois, insiste-se no pedido de demolição do arco e da muralha adjacente, que ameaçavam ruína iminente, lembrando que o arco era ponto de passagem muito concorrido, pois servia, para além dos habitantes da Vila Velha, o Cemitério Público, a Igreja de S. Dinis, diversas propriedades, vinhas e os moinhos do rio Corgo.

Em 1861, a Câmara inscreve no seu Orçamento Suplementar a verba gasta na demolição da parede que restava da Capela do Espírito Santo e

muralhas contíguas, aplicando parte da pedra na Casa do Matadouro e no paredão do Calvário. Ainda nesse mesmo ano utiliza-se daquela pedra no conserto das Ruas da Piedade e da Vila Velha.

Finalmente, em Setembro de 1862, a Câmara arremata a construção do paredão da Carreira de Baixo, impondo ao arrematante, entre outras, as duas condições seguintes: que tire da muralha e arco da Vila Velha a pedra necessária, e o apeamento da pedra e seu carroto para o local das obras corra por sua conta.

É pois bem provável que 1863 (data que figura numa das imagens a que aludimos acima) seja a data real da demolição total das Portas da Vila. Quanto à Porta do Sul, sabemos que ainda existia em 1868.

Veio a repetir-se assim, nas Portas da Vila e nas muralhas dionisinas, o destino que a tradição aponta à cidade romana de Panóias: dar pedra para novas construções.

QUATRO COLECCIONADORES, QUATRO DOCUMENTOS

Albertino Correia / Ângelo Sequeira

Maria Filipa Borges de Azevedo / Joaquim Barreira Gonçalves

A necessidade de investigação, com vista a desenvolver os temas tratados nas sessões do ciclo “História ao Café”, tem-nos levado a entrar em contacto com diversas pessoas possuidoras de objectos e documentos com interesse manifesto para a história da cidade de Vila Real. Muitos desses objectos constituíram o pretexto museológico para as referidas sessões, assim como para publicações de apoio às mesmas, e serviram de suporte documental de exposições que tiveram lugar na Área de Exposições Temporárias do Museu de Vila Real.

Em casa de pessoas cujas raízes sejam locais, há sempre uma peça ou outra que, dizendo respeito à história da família, interessa igualmente à história de Vila Real.

Menos habituais, mas com tendência para aumentar, são os casos de

coleccionadores e bibliófilos para quem a paixão pelas coisas de Vila Real vai ao ponto de, possuindo uma qualquer peça rara ou de interesse histórico-cultural em casa, a guardarem e preservarem como verdadeiros guardiões do património concelhio.

Entre as peças raras de quatro bibliófilos e coleccionadores vila-realenses (Joaquim Barreira Gonçalves, Albertino Correia, Ângelo Sequeira e Maria Filipa Borges de Azevedo) seleccionámos quatro espécimes para esta sessão da Tertúlia.

Um deles é um manuscrito de cariz religioso, a lembrar o peso que as confrarias tiveram no nosso concelho. Trata-se dos estatutos da Confraria das Almas, erigida em 1716 na freguesia de Santa Maria de Adoufe. A peça está acompanhada de uma belíssima imagem colorida da padroeira. Estes estatutos trazem a data de 1855, em que possivelmente terá havido alguma reforma ou alteração dos primitivos; sabemos de resto que houve novas alterações em 1900. O seu articulado consiste em 14 capítulos com 54 artigos, onde, para além de se estipularem as obrigações pias da irmandade, se revela a importante instituição de crédito que era esta confraria (como de resto muitas outras), regulando de forma rigorosa as hipotecas e fianças a que se procedia neste âmbito.

Um segundo documento é um raríssimo folheto impresso em 1885. Trata-se de uma espécie de circular anunciando a abertura do Colégio Stuart, na Quinta do Seixo (mais tarde, um ano depois, transferido para o Largo do Rossio), acompanhada de uma espécie de plano curricular do mesmo. Após investigação aturada, pôde concluir-se que este colégio está ligado à família de Stuart Carvalhais, um dos maiores desenhadores da primeira geração modernista. A directora do colégio, Dona Maria Isabel Stuart Torrie, deverá ser a avó de Stuart Carvalhais. Suas filhas (uma delas, mãe de Stuart Carvalhais) possivelmente leccionavam no colégio. Esta circunstância, aliada ao facto de o pai de Stuart Carvalhais se encontrar nessa altura a residir em Vila Real, como funcionário dos correios, deve ter determinado o nascimento do grande artista em Vila Real, onde de resto passou pouquíssimo tempo da sua vida.

Outro documento, este com um certo fundo de humor, vem da colecção de um grande coleccionador de peças de carácter cinegético (a

colecção compreende muitos milhares de peças). É um cartão de uma casa comercial de Vila Real — a Casa do Ferro (Casa Almor, hoje Espingardaria Transmontana), especializada, entre outras coisas, em artigos de caça —, dos anos 20, pelo qual se fica a saber que ali se vende “chumbo de caça com olhos”, isto é, chumbo que pelos vistos dispensava a pontaria do caçador, uma vez que era capaz, por si só, de procurar e abater as peças venatórias...

Finalmente, mostramos diversos objectos e documentos da colecção de alguém que, nas suas próprias palavras, “não teve coragem de deitar nada fora” (o que, de resto, não é caso único, e ainda bem). De entre essas peças, destacamos um cartão de princípios do séc. XX, de um comerciante de vinhos estabelecido no Rio de Janeiro, que se diz especializado em “vinho virgem de Vila Real”. Esse cartão veio dirigido ao Padre Filipe Correia de Mesquita Borges, figura muito conhecida da vida religiosa, social e cultural vila-realense, acompanhando uma caixa de charutos. Para além da referência ao dito “vinho virgem de Vila Real”, tem a virtude de nos trazer à memória a figura do Padre Filipe, na sua estadia no Brasil (ainda antes de iniciar os estudos de Teologia) e na sua condição de fumador inveterado.

BOX EM VILA REAL

Elísio Amaral Neves

O futebol foi sem dúvida a modalidade desportiva que maior número de praticantes e adeptos conquistou em Vila Real, pela década de 20 do séc. XX. Isso deveu-se ao grande número de clubes que por essa altura aparecerem e ao facto de um deles, o Sport Clube de Vila Real, se ter mantido campeão de Trás-os-Montes durante mais de duas décadas, após a fundação da Associação de Futebol de Vila Real, em 1925.

Mas não foi a única a gerar entusiasmo e a conquistar praticantes. Antes da década de 20, temos conhecimento de alguma actividade

futebolística, ainda tímida, mas outras modalidades foram praticadas com razoável sucesso, como o tiro, as corridas pedestres e sobretudo diversas disciplinas relacionadas com a educação física e a ginástica (tracção, luta, pesos e halteres, natação, esgrima), que mobilizavam os jovens (sobretudo das classes populares), em consonância aliás com a máxima *Mens sana in corpore sano*, que tanta voga conheceu já no séc. XIX. Os responsáveis por esse interesse pelo desporto e educação física são principalmente os militares do RI 13, as Corporações de Bombeiros Voluntários e os principais estabelecimentos de ensino, instituições que já dispunham, todas elas, de ginásios.

Entre as modalidades mais populares emergiu então o boxe (na altura preferentemente grafado à inglesa, *box*, como de resto acontecia com praticamente todas as actividades desportivas). Não que tenha criado escola em Vila Real, mas conquistou inúmeros adeptos e deu à modalidade, a nível nacional, uma ou outra figura de destaque.

Em meados dos anos 20 deslocam-se a Vila Real, para combates, demonstrações e treinos, os mais consagrados pugilistas a nível nacional, entre eles alguns campeões nacionais das diversas categorias. Para isso terá contribuído a circunstância de o campeão nacional profissional da categoria “levíssimos”, Manuel Fernandes “Siki”, ser natural de Vila Real, de onde saiu muito cedo para regressar na década de 30.

Por exemplo, em 25 de Outubro de 1925, realiza-se num dos teatros de Vila Real um combate entre Pires Guerreiro e Manuel Fernandes, complementado por combates de amadores locais, alguns deles envolvendo uma certa comicidade. Em 15 de Novembro de 1925, no campo de jogos do Sport Clube de Vila Real, Manuel Fernandes defronta Armando Taveira. Em 10 de Julho de 1926, no Teatro Circo, têm lugar três combates: Albano de Campos contra Armando Taveira, Manuel Fernandes contra Valsa e um terceiro que opõe os amadores Teixeira e Coutinho.

Um outro pugilista vila-realense, Carvalho da Silva (Manuel Joaquim), provavelmente um “meio pesado”, ganha certa reputação, disputando importantes combates no Porto. Carvalho da Silva tinha sido caixeiro da Casa Tabuada e saiu de Vila Real muito novo, regressando no final da década de 20, o mesmo acontecendo com Manuel Fernandes nos

anos 30.

Toda esta actividade gera, naturalmente, grandes simpatizantes entre os jovens. Como o boxe era um desporto muito completo, cujo treino exigia exercícios de preparação muito diversificados, como a ginástica, a natação, a corrida, os pesos e halteres, gerou também o desenvolvimento de inúmeras modalidades em Vila Real, uma vez mais com especial incidência junto das classes populares, que viram no regresso de Manuel Fernandes e Carvalho da Silva a Vila Real uma oportunidade para o exercício de um conjunto vastíssimo de actividades desportivas, que só termina com a morte destes pugilistas em 1940 e 1941, respectivamente.

De facto, Carvalho da Silva, regressado ao balcão da Casa Tabuada, de que era caixeiro exemplar, dedica-se a iniciar alguns jovens, sendo também responsável, juntamente com Luís Silva, pela Secção de Atletismo do Sport Clube de Vila Real, criada em 1930, e a participar em combates de demonstração e divulgação do boxe.

Manuel Fernandes, por sua vez, anima a vida desportiva local com um conjunto enorme de actividades, continuando até à morte a dedicar-se ao box.

Em 1934, realiza na levada da Timpeira uma prova de natação, prepara a III Corrida da Légua de Vila Real e abre um curso de ginástica no Sport Clube de Vila Real.

Em 1935, com João Teixeira, funda a Sociedade Organizadora Desportiva Vilaréalense, onde se propõe criar dezassete secções correspondentes a outras tantas modalidades: motociclismo, atletismo, ciclismo, ping-pong, esgrima, natação, boxe, luta livre, hóquei, ténis, entre outras.

No mesmo ano, foi Manuel Fernandes o responsável pelo II Circuito de Bicicletas, que se realizou na Avenida Carvalho Araújo.

Em 1936, organizou, no âmbito das Festas da Cidade, entre outras actividades, diversos *matches* de boxe.

Na verdade, o boxe esteve sempre presente na sua actividade. Fazia demonstrações e treinos quer numa sala do quartel dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública (à época instalado na Rua Direita), quer no Jardim da Carreira, quer no campo de ténis do Campo do Calvário (onde

havia sempre luvas, calções, camisolas e uma *punching-ball*). Muitas vezes, as demonstrações eram à base de combates com resultado combinado previamente, nomeadamente as que se disputavam (na tentativa de ganhar algum dinheiro) nas Pedras Salgadas e Vidago, para onde se realizavam incursões em que os pugilistas eram acompanhado de dois amigos (Rogério Lima e José Araújo, este último responsável pela bilheteira), estes deslocando-se em velocípedes alugados ao Olívio das Bicicletas.

Manuel Fernandes dava também lições particulares de boxe, por vezes em casa dos interessados ou em salas que funcionavam como pequenos ginásios, como acontecia na casa do Dr. Henrique Manuel Ferreira Botelho, no Largo dos Freitas, nº 4, e também na Praça do Mercado, nas pequenas casas contíguas à casa nº 2, onde estava instalada a empresa Amplificações Sonoras de Propaganda Comercial Vilarealense, propriedade de Manuel Fernandes, e onde este vendia, além de diversas miudezas, artigos de desporto.

Siki assume a preparação de alguns jovens, entre os quais se destaca Honório Guimarães Teixeira, o “Nocas”. Este jovem, que uma intervenção cirúrgica mal sucedida à garganta tornara praticamente surdo-mudo, desinteressado dos estudos e da profissão de encadernador a que o pai o destinara, encontrou na actividade física em geral e no boxe em particular o seu interesse principal, ainda que não fizesse carreira nele. Mas afectou na sua casa espaço para treino de jovens, com barras de ferro, halteres, trapézio, saco de areia e — em substituição do *medicinal-ball* — ferros de monte. Os seus amigos tinham tentado lançá-lo no boxe, num combate de resultado forjado contra Armando Lima, o “Nero”, na Praça de Touros (atrás do Teatro Circo). Mas o resultado foi tão traumatizante que o “Nocas” abandonou a ideia de combater, dedicando-se a ser simplesmente um grande animador da modalidade.

Outros nomes de pugilistas amadores vila-realenses são ainda recordados em Vila Real: o referido Armando Lima, o “Nero”, que abraçou a profissão de encadernador; Rafael Augusto da Costa Aguirre, o “Aguirre Chileno”, cabo do RI 13; Manuel da Silva, o “Bogas”, caixeiro do tasco de Luís Coutinho, que mais tarde foi para Macau como polícia marítimo, aí granjeando segundo se diz, o título de campeão do Oriente...); Manuel

Barreira, o “Maneca Preguiça”; Fernando Cardoso, o “Choco”, homem sempre tão disponível que, diz-se, até no próprio dia do seu casamento se ofereceu para substituir um pugilista que não pôde comparecer ao combate...); e diversos carregadores ligados à empresa Oliveiras de Águeda, cujas camionetas paravam no Largo do Pelourinho (nas proximidades das tabernas existentes no local) entre eles o Maneca Perica, o Moisés da Silva e o Gabriel Cabaço.

Todos estes são figuras populares, mas também no meio académico apareceram praticantes, como Cândido Mota e António Lima Teixeira, ou, de uma geração mais recente, Arnaldo Claro da Fonseca e Eduardo Taveira da Mota.

Houve ainda alguns dos quais pouca memória se conserva, em parte porque eles próprios, por uma razão ou outra, se encarregaram de ocultar a sua passagem pelo mundo do boxe. É o caso de Francisco Henrique Pinto, afilhado, marchante no Largo de São Pedro, treinado por Carvalho da Silva, e o Toninho da Rosas, figura franzina que terá tido uma experiência tão traumática em certo treino que riscou o boxe do número dos seus interesses...

O CICLONE DE 15 DE FEVEREIRO DE 1941

Vítor Nogueira

O dia 15 de Fevereiro de 1941, um sábado, não parecia que viesse a ser diferente dos outros dias. Não havia ainda os meios de previsão meteorológica nem os meios de difusão de notícias que hoje há, pelo que os portugueses estavam longe de adivinhar o fenómeno devastador que se aproximava. Aguardava-se a chegada do Carnaval, que já não vinha longe. Mas, atenção, os festejos estavam condicionados pelo próprio clima de Guerra, em que Portugal não participava directamente, mas cujas consequências se faziam sentir fortemente entre nós. Havia instruções policiais no sentido de serem proibidas as máscaras e o rebrandamento de bombas, como medidas de precaução contra eventuais acções com

relevância para o estado de guerra.

Em Vila Real, vivia-se uma época de alguma euforia. Era Governador Civil o Ten. Horácio de Assis Gonçalves, que emitia com regularidade relatórios sobre os progressos materiais e sociais conseguidos pela política do Estado Novo no distrito. Vínhamos das comemorações do duplo centenário (fundação da nacionalidade e restauração da independência), em 1940. O grande assunto do dia era a construção anunciada do grande Palácio dos Correios. Justamente na véspera do dia fatídico, a 14 de Fevereiro, a Câmara tinha aprovado definitivamente a localização desse palácio, que deveria vir a ocupar grande parte do quarteirão compreendido pela Rua Alexandre Herculano, Rua e Travessa Cândido dos Reis e Rua da Boavista. Estava já mesmo em preparação uma comissão para tratar das expropriações dos terrenos.

Então, a partir da tarde, o vento começou a crescer de intensidade, até que, entre as 21 e as 22 horas, atingiu uma violência extraordinária, de que não havia memória. Houve muito boa gente que pensou que era o fim. As devastações são enormes. Vila Real fica isolada do resto do país. Privada de comunicações radiofónicas, telegráficas e telefónicas, não tem logo a noção de que todo o país sofrera as consequências do “ciclone”. Um comunicado do Governador Civil, a que outros se sucedem, dá nota do isolamento da cidade e de prejuízos então calculados em 231 contos — verba que se viria a revelar muito diferente, por defeito, da realidade.

O sábado e domingo são passados em clima de angústia e incerteza. Só na segunda-feira imediata é que se ganha a dimensão aproximada da catástrofe. Por todo o país caíram árvores aos milhões, muitas delas sobre estradas e vias férreas. Foram danificados muitos milhares de edifícios públicos e particulares. Havia mais de 100 mortos e meio milhão de contos de prejuízo. Sabe-se que a coluna barométrica descera aos 698 mm — um valor baixíssimo — e o vento soprara a 130 km/hora.

Só a partir do dia 19 o país começa a regressar à normalidade. As informações sobre a situação são dadas através da Emissora Nacional, onde os ministros das Obras Públicas e do Interior vão procurando apelar à calma e à reconstrução. Também a telegrafia sem fios, os telégrafos militares e os postos de rádio amadores contribuem para a difusão de notícias.

Quanto a Vila Real, só neste dia 19 “O Primeiro de Janeiro” apresentou finalmente algumas notas de reportagem e uma fotografia de Marius, repetida em “O Comércio do Porto”, que de algum modo se tornou emblemática: a destruição da Praça-Mercado. O “Jornal de Notícias” trazia igualmente uma local sobre as consequências do temporal, incluindo a informação de que o Sr. Pedro Lousada, correspondente dos jornais “O Primeiro de Janeiro” e “O Comércio do Porto”, impelido pelo vento, sofrera um acidente que o obrigou à hospitalização.

Além da Praça-Mercado, foram mais ou menos severamente atingidos o Palácio do Governo Civil, a Sé, o Liceu, a Cadeia, os Quartéis militares, os Paços do Concelho, diversas Escolas, o Hospital, a Quinta Agrícola, a Escola de Donas de Casa, o Asilo da Infância Desvalida, a Casa do Ancião, o Matadouro, a bancada do Campo do Calvário, e praticamente a totalidade das casas particulares. Danificada também a rede eléctrica e de comunicações. Árvores caídas aos milhares.

Entram em acção, para minimizar as consequências, os Bombeiros, o Exército e a GNR. A esta corporação compete guardar as linhas de telégrafo e telefone, para evitar que se deteriorem ainda mais ou que sejam roubadas. É criada uma comissão distrital de socorros. A fábrica de cerâmica esgotou rapidamente o seu *stock* de telha, o mesmo acontecendo a outros materiais de construção. O governo toma medidas políticas de combate a possíveis especulações, impondo o congelamento dos preços e criando um Tribunal Militar Especial para julgar e punir as contravenções.

A Praça-Mercado ficou severamente danificada. Dos seis alpendres que a constituíam, três caíram. As colunas de ferro fundido que os sustentavam partiram-se como se fossem de gesso. Esta situação proporciona algumas alterações nos planos para o Palácio dos CTT, manifestando a administração dos Correios o desejo de construir esse palácio no lugar até então ocupado pela Praça-Mercado. A Câmara Municipal, embora levantando algumas reservas iniciais, determinadas por dificuldade financeiras, acaba por concordar com a proposta dos CTT, adquirindo um novo terreno para a construção do mercado e libertando o lugar do antigo mercado para a construção do Palácio dos CTT.

A memória do “ciclone” perdurou longamente no imaginário

colectivo, como acontecimento dramático que perturbou as condições de vida de muita gente. Mas a imaginação dos homens é fértil. A uma casa comercial da cidade, a Casa Alfredo, aberta nos últimos anos da década de 40, associou o seu proprietário o nome de “Ciclone das Meias”, quem sabe se para evocar o poder devastador dos seus preços e variedade junto da concorrência...

O SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DE LURDES

Elísio Amaral Neves

Nos anos de 1908 e 1909 festejava-se, por todo o mundo católico, o 50.º aniversário das aparições de Lurdes (1858). Foi um ano de intensas peregrinações àquele local do sul de França, que era particularmente atractivo, principalmente pelo seu cariz religioso e espiritual, mas também pelas suas grutas, pela sua água com fama de milagrosa, pela sua envolvência paisagística. Todo o mundo católico vivia uma relação muito intensa com Lurdes, à semelhança do que acontecerá, décadas mais tarde, com Fátima.

Também em Vila Real existia grande devoção por Nossa Senhora de Lurdes. Havia mesmo um colégio assim chamado, que ocupou um edifício da Avenida Almeida Lucena e em 1903 se transferiu para o Palacete Torres, naquele que é hoje o Largo dos Bombeiros Voluntários.

Estava prevista para 10 de Setembro de 1908 a partida para uma grande peregrinação organizada pelo Arcebispo Primaz de Braga (a cuja arquidiocese Vila Real então pertencia). Entre os vila-realenses inscritos para participarem nela estava o Padre Filipe Borges, grande entusiasta da causa de Lurdes.

Ora, numa tarde de Agosto desse mesmo ano, o Padre Filipe Borges passeava com o Padre José Luís Zamith, capelão militar, na direcção da Ponte Metálica (inaugurada quatro anos antes), até à margem esquerda do Corgo. Durante a conversa que mantinham, calhou o Padre Zamith contar

a peregrinação que ele próprio fizera a Lurdes e o projecto que durante ela concebeu de erigir em Vila Real um monumento a Nossa Senhora de Lurdes. O Padre Filipe Borges interessou-se imediatamente pelo assunto, alimentou a conversa e, como estivessem então defronte do Outeiro da Raposeira, apontou aquele local como sendo o melhor para o efeito.

Terminado o passeio, o Padre Filipe começa imediatamente uma acção de captação de outras pessoas para a ideia do monumento. Entusiasma o Sr. Roberto de Jesus, comerciante, que por sua vez entusiasma o seu sócio Sr. Morais Chaves. A ideia vai assim germinando. Quando o Sr. António Vieira dos Santos, proprietário da parcela de terreno necessária, regressa de uma viagem ao Porto, é abordado sobre o assunto e prontifica-se imediatamente a ceder o terreno e a integrar a comissão, que se vai alargar ainda a outras pessoas, incluindo Mons. Jerónimo Amaral, que virá a ser uma peça fundamental de todo este processo, o Sr. Emílio Pinto da Silva e o Padre Manuel Martins Alves Couto.

Começa-se a angariar o dinheiro necessário. A Esposa do Sr. Vieira dos Santos oferece uma jóia pessoal, revertendo o produto da venda para o monumento. Da mesma forma, o Padre Zamith ganha por essa altura um prémio de 50.000 réis instituído pelo jornal “A Palavra” e com esse montante manda logo executar a imagem de Nossa Senhora de Lurdes, na firma António Coelho de Sá & Companhia, do Porto, dizendo que não se importa de ficar com a imagem, caso a ideia do monumento não avance. Abriu-se uma subscrição pública. Diversas senhoras oferecem prendas para bazares, cujo produto reverte também para o monumento.

Tudo parece correr bem. Levanta-se então a primeira dificuldade. O Sr. Vieira dos Santos, mantendo embora a oferta do terreno, pretende que o mesmo não fique devassado, o que significa restringir o acesso dos devotos de Nossa Senhora de Lurdes ao monumento. Ainda se procura negociar uma faixa de terreno contíguo, destinado a passagem dos devotos e peregrinos. Mas esse terreno pertence (embora haja quem disse-se que a rigor não lhe pertencia) a Emílio Biel, que, induzido por um seu empregado, pede uma quantia exorbitante pela faixa do terreno. Estas circunstâncias desfavoráveis inviabilizam a construção do monumento naquele local.

Mas a ideia estava em marcha e nada a pôde deter. Mons. Jerónimo Amaral oferece uma alternativa: o terreno que ficava na Avenida da Estação (então Avenida D. Carlos 1.º), à mão direita de quem se dirigia para a estação. Todavia, a alternativa não é considerada satisfatória.

Até que surge a verdadeira solução. Os proprietários de um terreno na Costa do Pombo, na estrada para Folhadela, eram devedores a Mons. Jerónimo Amaral de uma quantia relativamente vultuosa para a época. Mons. Jerónimo Amaral negoceia com eles a dívida e acaba por se tornar proprietário do terreno, que oferece para a implantação do monumento. A localização é óptima, e é aí que finalmente o mesmo se constrói, vindo a ser inaugurado em 30 de Maio de 1909. A ideia tinha sido inaugurá-lo ainda no âmbito das comemorações do 50.º aniversário das aparições, mas não se conseguiu, embora o atraso não seja significativo. Na inauguração há grandes festejos, culminando com uma peregrinação presidida pelo Arcebispo-Bispo da Guarda e pelo Bispo de Lamego.

A implantação da República arrefece um pouco o fervor religioso e o movimento de visitas ao monumento ressentem-se disso. Em 1920, contudo, inicia-se um novo movimento (à semelhança do que aconteceu em Lurdes, onde, cinco anos após a construção do monumento, abriria ao culto uma capela) no sentido de levantar, no local, um templo a Nossa Senhora de Lurdes. A diocese, criada em 1922, empenha-se no caso. Inicia-se efectivamente a construção, mas o templo acabaria por ficar inacabado, o que não impediu que fosse aberto ao culto (no dia 3 de Agosto de 1924 teve lugar uma peregrinação presidida pelo Arcebispo-Bispo de Vila Real, D. João Evangelista de Lima Vidal, em que foi conduzida processionalmente uma nova imagem de Nossa Senhora de Lurdes, destinada a tomar posse do altar do Santuário). A responsabilidade pelo local foi cabendo, às paróquias da Sé, de Folhadela, de São Pedro e de Santo António.

Apesar de o templo, como se disse, ter ficado inacabado, o espaço do Santuário era particularmente atraente, o que motivou a que se realizassem regularmente peregrinações, actos de culto e algumas cerimónias religiosas (casamentos, etc). Esta actividade manteve-se razoavelmente intensa até aos anos 60 do séc. XX, após o que foi rareando

até que, hoje, praticamente não existe.

MANUEL CARDONA, PEDAGOGO ANTES DE TUDO

A. M. Pires Cabral

Vila Real teve o privilégio de ter por diversas ocasiões, nas suas escolas e principalmente no Liceu Camilo Castelo Branco, autênticas plêiades de grandes pedagogos. O número deles é tão vasto, que, se tentássemos uma enumeração, correríamos o risco de omissões, que nem por serem involuntárias deixariam de ser injustas. De maneira que fixaremos a nossa atenção na figura que esta sessão evoca, o Dr. Manuel Ribeiro Cardona, não sem notar que, de algum modo, homenageamos nele todos esses grandes mestres que, ao longo de muitas décadas, foram responsáveis pela educação de sucessivas gerações, sempre com competência, bonomia e posicionamento cívico exemplar.

Se pedirmos aos antigos alunos do Dr. Manuel Cardona uma opinião sobre o mestre, as respostas são unânimes: era um grande professor, científica e pedagogicamente muito bem preparado, compreensivo, interessado pelos progressos da aprendizagem — em suma, um professor de parte inteira. Por esse motivo, ganhou uma aura de popularidade entre os alunos, que nenhum testemunho desmente, a ponto de ser por vezes considerado “Pai da Academia”. Na verdade, os números da pequena publicação que saía, em alguns anos, pelo 1.º de Dezembro, traziam sempre um pequeno artigo seu, de encorajamento aos jovens académicos, a quem aconselhava e indicava caminhos de dignidade e nobreza de carácter. “Quando lhe batemos à porta lá está o nosso bom amigo a ajudar-nos, a dar-nos conselhos, a guiar-nos para tudo que é nobre, que nos pode dignificar”, escreveu o então jovem finalista Eurico Figueiredo, no *1.º de Dezembro* correspondente a 1956.

Os testemunhos escritos sobre a sua actividade de professor são também concordes. Alguns exemplos:

“Pedagogo ilustre, de uma compreensão e bondade extraordinárias, cidadão de uma rara sensibilidade e de uma educação esmerada.” (Edgar Ferreira, *Figuras Vila-realenses*, 1989)

“Mestre dos mestres — para ele nunca existiram maus alunos — e num liceu onde havia ao tempo professores como os Drs. Pedro Serra e Pinto Soares, o Dr. Manuel Cardona alinhava ao lado dos mais queridos e idolatrados, sendo, então, dos mais novos.” (Júlio Aranha, *A Voz de Trás-os-Montes*, 25.9.1980)

“O nosso inesquecível professor criava a amizade, através dos seus conselhos, incitando os alunos a darem-se, na vida, como autênticos irmãos.” (Camilo Lourenço Costa, *A Voz de Trás-os-Montes*, 10.1.1980)

O Dr. Álvaro Magalhães dos Santos, por seu turno, inclui o Dr. Manuel Cardona entre os professores que “não faziam (...) dos alunos cobaias de experiências pedagógicas, as mais das vezes perigosas e irreflectidas. No tempo em que os mestres chegavam, cheios de esperanças, a Vila Real, bebiam, no Jardim da Carreira, a água da fonte, e por cá se deixavam ficar, casavam, tinham filhos e se amarravam, de corpo e coração, à terra, como se nela tivessem nascido.” (*A Voz de Trás-os-Montes*, 6.4.1978)

O Dr. Manuel Ribeiro Cardona nasceu em 9 de Maio de 1899, em Paredes, Cever, Santa Marta de Penaguião, filho de Augusto Ribeiro Cardona e Maria Emília Bonito. Estudou em Vila Real, no Colégio de Nossa Senhora do Rosário, de Monsenhor Jerónimo Amaral, e no Liceu Camilo Castelo Branco, após o que se transferiu para o Porto, onde se licenciou em Matemáticas.

Terminado o curso, iniciou uma longa e profícua carreira pedagógica, que o fez passar sucessivamente pelos liceus de Gil Vicente, em Lisboa, Alexandre Herculano, no Porto, Emídio Garcia, em Bragança, e finalmente, a partir do ano lectivo de 1926-27 e até à sua aposentação em 1957, Camilo Castelo Branco, em Vila Real. (De notar que a sua paixão pelo ensino e o seu gosto pela convivência com os jovens eram tais que, mesmo depois de aposentado, continuou a leccionar, agora no Colégio Moderno de São José, ainda durante seis anos.)

Casou em 21 de Setembro de 1927 com Dona Maria Luísa Boura

Rebello, de Sanfins, Alijó, de quem teve dois filhos: Joaquim Augusto e Manuel, o primeiro médico nos EUA, o segundo advogado em Vila Real.

Paralelamente com a actividade de professor, o Dr. Manuel Cardona dedicou-se ao jornalismo e à literatura, inclinações que se manifestaram precocemente, já que, ainda estudante, foi director do Jornal “A Nortada”, órgão da Federação Académica do Porto. Em Bragança, onde exerceu o magistério durante três anos (1923-26), relacionou-se com o círculo de intelectuais que rodeava o erudito Abade de Baçal e escreveu para a imprensa local. Já em Vila Real, foi um dos colaboradores mais regulares de “O Povo do Norte”, dirigido por Adelino Samardã, para o qual assegurava colaboração, pelo menos desde os seus tempos do Porto e Bragança. Neste jornal podia dar expansão às suas ideias republicanas, que professou durante toda a sua vida, mesmo em condições políticas adversas, numa época em que, nas palavras de Nuno Botelho, era “perigoso” o “exercício da cidadania” (*O Comércio do Porto*, 28.10.1989). Colaborou também em “A Centelha”, em “Aqui Vila Real” e em diversas outras publicações.

Outra das suas paixões foi a poesia. Em 1923 publicou na Livraria Nacional e Estrangeira — Editora, do Porto, um livro intitulado “Cantares da Serra”, constituído por duas partes bem distintas: lírica amorosa (por vezes assumidamente sensual) e lírica bucólica, com alguns laivos de poesia social. Foi o único livro que publicou em vida, mas os seus filhos empreenderam em 1984 a edição de um livro póstumo, “Cartilha do Meu Menino” (quadras de edificação moral escritas entre 1948 e 1950, dedicadas a seu filho Manuel), que foi apresentado ao público em 10 de Novembro de 1984, numa sessão adequadamente realizada no Liceu Camilo Castelo Branco, em que usaram da palavra A. M. Pires Cabral, Eurico Figueiredo e Elísio Amaral Neves.

Para além disso, o Dr. Manuel Cardona era constantemente solicitado a escrever versos e outros textos para sessões culturais, actos sociais, comemoração de efemérides, intercâmbios com outras cidades, etc. No espólio que deixou, existem numerosos textos inéditos (sobretudo poemas e também, pelo menos, uma peça de teatro), que bem merecem publicação.

O grande pedagogo faleceu em 25 de Agosto de 1980, em Paranhos,

Porto. Está sepultado no Cemitério de Santa Iria, em Vila Real. Em 26 de Novembro de 1984, a Câmara Municipal de Vila Real, sobre proposta do então Vereador e actual Presidente, Dr. Manuel Martins, seu antigo aluno, deliberou atribuir o seu nome a uma rua da Cidade — justamente uma rua que ele percorria frequentemente nos seus passeios a pé, quando ia visitar o Dr. Celestino de Azevedo, que morava na Quinta da Carreira, para dois dedos de conversa sobre filosofia, poesia e política.

MAU TEMPO NA PENEDA

Elísio Amaral Neves

O belo conjunto dos moinhos da Peneda, acompanhando a cascata do Rio Tourinhas a despenhar-se para o Corgo, é (e sobretudo foi nos sécs. XVIII e XIX) um dos *clichés* mais identificativos de Vila Real. Aparentemente imutáveis como o próprio rio, na verdade eles têm sido refeitos ao longo dos anos, sujeitos como estão às forças destruidoras da natureza.

Têm sido muitas as situações aflitivas vividas por Vila Real em consequência de intempéries. Por mais próximo de nós, vem imediatamente à ideia o ciclone de 15 de Fevereiro de 1941, já aqui recordado, que motivou, entre outros estragos, o desaparecimento da Praça-Mercado. Também já foi recordado o fortíssimo vendaval que em 31 de Dezembro de 1897 derrubou o famoso Pinheiro da Raposeira, para além dos muitos danos causados em edifícios. Uma outra árvore igualmente mítica, um grande cedro que existia na cerca do Convento de Santa Clara, com aproximadamente 250 anos de idade, foi do mesmo modo derrubada por um temporal em 1845. Em 1860 produziu-se uma enorme cheia no Corgo, que destruiu o secular açude do Poço Romão, descarnando os fragões e fazendo desaparecer o chamado “balneário”, local arenoso ajeitado para tomar banho nas águas do rio. Num certo dia da Feira de São Pedro, 29 de Junho, uma enxurrada vinda do Calvário inundou toda a Rua do Poço

(actual Rua dos Combatentes da Grande Guerra), provocando a destruição total na mercadoria exposta pelos oleiros de Bisalhães. Em 9 de Outubro de 1870, novo temporal e enxurradas memoráveis, em que parece que escaparam apenas os moinhos da Peneda, graças aos quais foi assegurado o abastecimento de farinha ao povo da vila e arredores, de tal forma que se conta que uma leva de degredados, que de Vila Real partiam por essa altura para África, compuseram a seguinte quadra:

Adeus, moinhos da Peneda,
Que da enchente escapastes;
Um grande ano de fome
De Vila Real livrastes!

Finalmente, em 15 de Maio de 1624, faz hoje 377 anos, à uma hora da tarde, abateu-se sobre a região de Vila Real uma tempestade como não havia memória. Provocou grandes destruições nas freguesias de São Tomé do Castelo, Mouçós, Valnogueiras, Andraes e Constantim. O Rio Tourinhas cresceu tanto que chegou à estrada para Vila Real, arrasou os campos de Vilalva e destruiu grande parte dos moinhos da Peneda, sem deixar sinal sequer das fundações. Infelizmente, desta vez, houve também perda de vidas a lamentar: duas lavadeiras e um moleiro que, mesmo tendo subido para o telhado do seu moinho na tentativa de se salvar, acabou por ser arrastado pelas águas. As lavadeiras vieram a ser encontradas no rio Corgo, junto à Cumieira, afogadas. Quanto ao moleiro, o seu corpo foi descoberto por uns caçadores no lugar do Vau, na freguesia de Santa Comba da Ermida.

IMAGENS FILMADAS DAS PRIMEIRAS CORRIDAS DE AUTOMÓVEIS NO CIRCUITO DE VILA REAL ENTRE 1931 E 1936

António Meneres

Quando se desenvolvia a investigação para a exposição “Desporto Automóvel em Portugal”, realizada há alguns anos no Museu dos Transportes e Comunicações, do Porto, apareceram estas imagens filmadas, verdadeiramente importantes para nos dar ideia do envolvimento e animação próprios das corridas de automóveis em Vila Real nos anos 30.

As imagens, no formato de 16 mm, foram tomadas por João Hitzemann, que era na altura representante da firma de artigos fotográficos AGFA. Dizem respeito aos anos de 1931 a 1934 e 1936 (neste ano, as primeiras corridas internacionais). Como se sabe, no ano de 1935 as corridas foram interrompidos devido a um grave acidente ocorrido em Setembro de 1934 em Espinho, que motivou a suspensão das actividades da Delegação do Norte do ACP. Note-se que em Vila Real foi aproveitado esse intervalo para efectuar melhoramentos na pista do circuito.

Como curiosidade, releve-se ainda que as imagens foram redescobertas pelo Sr. Clemente Meneres, que chamou ao projecto o cineasta Manuel de Oliveira, ele próprio antigo piloto, que decidiu visioná-las na Cinemateca Nacional e sugeriu a sua conversão para video nos estúdios da Tóbis.

A generalidade das imagens, que no filme correspondente a 1932 são legendadas, foram captadas do entroncamento da estrada para Murça, local que permitia abranger uma grande extensão do circuito, incluindo a curva da Timpeira, a ponte, a subida para o entroncamento referido e a curva do Boque, considerada a mais perigosa de todo o traçado. Mas há também algumas imagens das boxes, na Av. Almeida Lucena.

Que mais vemos nós nestes interessantes documentos?

Vemos os bólides a passar (com velocidades que variam da média de cerca de 75 km/h em 1931 para 105 km/h em 1936), em certos casos com o piloto e o mecânico. Vemos perseguições, ultrapassagens, a poeira

no ar, o movimento do público, a vigilância dos bombeiros. Vemos corredores a posar junto dos seus carros (como Alfredo Marinho e o seu Bugatti, Vasco Sameiro e o seu Invicta e de novo Vasco Sameiro junto ao Ford em que correu seu irmão Gaspar), Alfredo Cunha, director da Corrida, dando a última volta de inspecção da pista, um carro acidentado antes da prova, um aeroplano que sobrevoa o local, o chamado “acampamento dos Sameiros”, etc.

Em suma, as corridas na sua plenitude de grande festa desportiva e humana.

AFONSO DUARTE, POETA E PROFESSOR EM VILA REAL

Frederico Amaral Neves

Tem sido frequentemente aludida a presença em Vila Real, e nomeadamente no seu Liceu, de um escol de professores de alta qualidade, às vezes por períodos muito breves, em transição para outras escolas mais do seu interesse. Foi o caso de Afonso Duarte, que aqui iniciou a sua vida de professor em 1914, deixando Vila Real no ano lectivo imediato. Mas não sem antes ter exercitado aqui a sua veia poética e se ter relacionado com pessoas, relações que continuou a cultivar mesmo quando já afastado fisicamente de Vila Real. Entre essas pessoas, contam-se Margarida Cabral Botelho de Lucena e Sampaio e sua família. Esta senhora foi objecto de uma paixão platónica de António Nobre, a Margareth do poema “Na Estrada da Beira”, também imortalizada por ele com o nome de “Purinha”.

Joaquim Afonso Fernandes Duarte nasceu na povoação de Ereira, freguesia de Verride, concelho de Montemor-o-Velho, em 1 de Janeiro de 1884. Fez estudos primários em Alfarelos e secundários em Coimbra (Colégio Mondego e Liceu José Falcão), na mesma altura que assentava praça, em Lanceiros d’El Rei. Por vontade do pai, teria seguido a carreira militar, de que entretanto desiste, e entre 1909 e 1914 frequenta a Faculdade de Filosofia da Universidade de Coimbra. Conclui o bacharelato em

Ciências Físico-Naturais em 1913. Nessa altura, a sua vocação literária já se manifestou, com trabalhos surgidos n' *A Águia* e outras publicações. Dirige *A Rajada*, convidado para o efeito por Nuno Simões, que dirige idêntico convite ao desenhador e caricaturista Correia Dias, que será responsável pela direcção artística (refira-se que, para além deste desenhador, executaram retratos de Afonso Duarte, entre outros, os artistas Cervantes de Haro e Guilherme Filipe, seus companheiros na ligação aos esotéricos e simbolistas). Em 1912 publica *Cancioneiro das Pedras*, edição da Livraria Ferreira, Lisboa, e em 1914 *Tragédia do Sol-posto*, edição de França Amado, Coimbra.

Por decreto de 17 de Outubro de 1914, publicado no *Diário do Governo* de 12 de Novembro seguinte, é nomeado professor provisório do 5º Grupo do Liceu Central Camilo Castelo Branco, em Vila Real, onde toma posse a 21 de Novembro. Dá aulas de Ciências Naturais, Ciências Físicas e Naturais, Química e Desenho, nas 2ª, 3ª, e 7ª (Curso Complementar de Ciências) Classes. É secretário da 3ª Classe.

No Liceu é colega do Dr. António José da Costa Sampaio, médico e também professor do 5º Grupo, marido da referida Margarida de Lucena, com quem casara em 1900 — alguns meses depois da morte de António Nobre.

Afonso Duarte conhecia bem e admirava a obra de António Nobre, assim como as relações deste com Vila Real e em particular com Vasco da Rocha e Castro, de quem foi grande amigo. Foi na casa da mãe deste (também ela Margarida), em Coimbra, que Nobre conheceu a “Purinha”, na altura com aproximadamente 10 anos, por quem desenvolve um amor platónico. Vasco da Rocha e Castro mantinha relações epistolares com António Nobre, então em Paris, e numa carta de 1894 sugere-lhe que projecte na sua próxima vinda a Portugal uma deslocação a Vila Real no mês de Junho, onde havia “uma feira civilizadíssima” e onde havia sido recentemente inaugurada a luz eléctrica.

Consequência da sua relação espiritual com António Nobre, e na presença física de Margarida de Lucena, Afonso Duarte como que assume, ainda espiritualmente, a paixão inocente do poeta do *Só*, num processo de contornos psicológicos acaso difíceis de compreender. Assim, retoma (em

nome de António Nobre?) a relação com a Purinha, com quem dá longos e agradáveis passeios, na companhia dos filhos e amigos desta, que evoca nos três poemas mais representativos da sua passagem por Vila Real. A mudança de residência do Dr. António José da Costa Sampaio, nos primeiros meses de 1915, para o nº 73 da Rua D. Margarida Chaves (mais tarde ainda, mudar-se-á a família para a Quinta de Vilalva), merecerá mesmo uma referência implícita num desses poemas. É que nessa rua e nessa casa tinha passado a viver nada mais nada menos que Margarida de Lucena, a “Purinha”. Como se não bastasse, Margarida era ainda o nome de uma filha de Vasco da Rocha e Castro, na altura estudante em Vila Real, que, dadas as relações entre as duas famílias, certamente conhece.

Vila Real tinha então oito jornais em publicação simultânea, cinco deles com secções literárias. Afonso Duarte colabora em dois deles, com relevo para *A Evolução*, órgão afecto ao Partido Evolucionista, de António José de Almeida, onde também escrevem diversos outros professores do Liceu. A maior parte dos poemas dessa colaboração não são inéditos, mas, embora já anteriormente publicados, são pouco conhecidos. Um dos poemas, “Soneto de Natal”, é publicado simultaneamente n’ *A Evolução* (31 de Dezembro de 1914) e n’ *A Águia* (número de Dezembro do mesmo ano). A sua colaboração em *A Evolução* aparece em 3 (“Paisagem única”), 17 (“Em louvor do sol”), 24 (“O Cântaro da água — Canção do Oleiro”) e 31 (“Soneto de Natal”) de Dezembro de 1914, assim como em 21 de Janeiro (“Amen — Amor”), 4 de Fevereiro (“Horas de Saudade”) e 29 de Julho (“Considerações sobre a arte”) de 1915, e, já ausente de Vila Real, em 18 de Janeiro de 1917 (o poema “Saudades do Corgo”, que já havia sido publicado em Novembro de 1915 em *A Águia* e integrado no livro *Rapsódia do Sol-nado seguida do Ritual de Amor*). *O Povo do Norte* publica em 17 de Janeiro de 1915 “O Génio da Raça”, e *A Democracia* de 14 de Maio de 1916 e *A Evolução* de 18 do mesmo mês publicam artigos assinados por Jack Oswald e Canoso, que são recensões críticas à *Rapsódia do Sol-nado seguida do Ritual de Amor*, edição da Renascença Portuguesa, Porto, obra que acabou de ser impressa em 14 de Abril de 1916, onde é certamente recolhida grande parte da produção de Vila Real ou nela inspirada, em particular os referidos três poemas: na primeira parte, as

“Estâncias da Montanha”, dedicadas a Augusto Martins, Pedro Serra e João Pina de Morais, e na segunda parte, “Carta a um ‘amor’”, dedicada a Margarida, e “Saudades do Corgo”. (Em dois artigos do poeta Afonso de Castro, filho de Vasco da Rocha e Castro, alusivos à forma como conheceu Afonso Duarte, refere-se que este último “protegera” um dos irmãos de Afonso de Castro, na altura estudante no Liceu de Vila Real, onde Afonso Duarte era professor. Esta circunstância pode constituir um importante elemento de interpretação da palavra “compadre”, que aparece no poema “Carta a um ‘Amor’”, que tem a epígrafe “para Margarida”, nome muito comum na família de Afonso de Castro, a qual manteve relações de amizade com o poeta António Nobre. A palavra “compadre” estaria assim num certo sentido de protector na vida académica.)

Em Vila Real, Afonso Duarte não devia levar “uma vida muito aborrecida a jogar o 31”, como especula um amigo que lhe escreve para esta vila. Para além das relações já referidas, reencontra Pedro Serra, que também iniciava a sua vida de professor em Vila Real; conhece o escritor e militar João Pina de Morais, colocado em 1914 no Regimento de Infantaria 13 e mais tarde também professor do Liceu, e Augusto da Silva Martins, do mesmo modo professor do Liceu. Por pouco não se cruza também em Vila Real com Joaquim Manso, seu companheiro de *A Rajada*, que termina na altura o seu mandato de Governador Civil de Vila Real. Mas encontra aqui Nuno Simões, governador entre 1915 e 1917, também ligado a *A Rajada* e seu amigo desde os tempos de Coimbra.

Para além destes, há ainda a referir o seu companheiro de geração coimbrã, Sousa Costa, que por altura da homenagem que vai ser prestada ao poeta na Ereira, em 1956, vem a Vila Real para fazer a conferência “O Corgo — Vida e obras dum rio”, e que nesse mesmo dia escreve a Afonso Duarte dando-lhe nota de que não poderia estar presente na homenagem.

Vila Real será também terra de futuros amigos, como João Meneres Campos, advogado, poeta presencista, que conhece na *Pastelaria Central*, de Coimbra, em 1932, e será um elemento da comissão organizadora da homenagem de 1956, em que participou praticamente toda a intelectualidade portuguesa, cabendo-lhe ler um poema no “Serão Poético” com que encerra a mesma, na Avenida das Tílias, do Jardim Botânico de

Coimbra. E também Miguel Torga, que no texto “Um Reino Maravilhoso”, escrito para o 2º Congresso Trasmontano, em 1941, alude ao poeta, e fará no seu funeral o seu elogio fúnebre.

Afonso Duarte fica em Vila Real até Agosto de 1915. Por decreto de 25 de Setembro, é colocado como professor supranumerário no Liceu José Falcão, onde certamente não vai ficar, já que por esta altura o encontraremos como estagiário na Escola Normal Superior de Lisboa. Posteriormente transforma-se num dos poetas cimeiros do séc. XX, companheiro de vários outros escritores, com obra sólida e vasta, colaborador das revistas *A Águia*, *Seara Nova*, *Tríptico*, *Presença*, *Revista de Portugal* e finalmente *Vértice*, sem se enfeudar a qualquer corrente ou escola literária. Publica, entre outras obras, *Os 7 Poemas Líricos*, edição da *Presença*, Coimbra, de 1929, *Ossadas*, da *Seara Nova*, Lisboa, de 1947. A totalidade da sua produção saiu com o título de *Obra Poética*, nas Iniciativas Editoriais, Lisboa, em 1956, organizada por Carlos de Oliveira e João José Cochofel, sob orientação do próprio poeta. Como pedagogo, investigou a mentalidade infantil através do desenho. Como etnógrafo, fez importantes recolhas de literatura popular, nomeadamente de temática natalícia.

Faleceu em Coimbra, a 5 de Março de 1958.

AS ÁGUAS DE VILA REAL

Frederico Amaral Neves / Vítor Nogueira

A chamada Vila Velha, local escolhido por D. Dinis para fundação de Vila Real, tinha óptimas condições defensivas mas era infelizmente escassa de águas. Desde a fundação até ao séc. XX não houve ali qualquer fonte ou chafariz para abastecimento da população. O que havia, sim, era uma cisterna, por vezes chamada Poço do Alcácer, a que recorriam os moradores e tinha tal dimensão e antiguidade que, ainda no séc. XVIII, era muitas vezes apontada como atractivo aos que nos visitavam.

A falta de água na Vila Velha terá aliás sido um dos motivos que levou à expansão extra-muros, que muito cedo se iniciou.

Fará sentido enumerar aqui os principais pontos de abastecimento de água que ao longo dos tempos foram surgindo em Vila Real.

Assim, muito possivelmente durante o séc. XIV, constroem-se duas fontes: o Chafariz do Fundo do Rossio, mais tarde chamado do Tabulado, um “minúsculo repuxo” que foi substituído em 1532 por um chafariz monumental, obra de D. Pedro de Castro, Protonotário Apostólico e Abade de Mouços, que por sua vez seria substituído em 1891, pela Câmara presidida por Avelino Patena, pelo *Chafariz Metálico*; e a *Fonte do Chão* (escrevemos em itálico os nomes de fontes e chafarizes que ainda existem, embora possam estar desactivados, como é o caso desta), na rua hoje conhecida por Marechal Teixeira Rebelo, à direita de quem desce, próximo do entroncamento com a Travessa de S. Domingos.

Nos sécs. XV e XVI devem ter sido construídos, alguns ainda na Idade Média, os seguintes: o Chafariz da Praça Velha ou Cano Velho (admitindo-se contudo que possa ser de data anterior); o *Chafariz* ou *Fonte do Cabo da Vila*, a que, já no séc. XVII, foi dado o nome de Fonte da Fontinha (que ainda se mantém), talvez por perda de importância de uma outra fonte que existe perto e tinha este nome; o Chafariz de Santa Margarida, que mais tarde foi conhecido por Fonte dos Vazes e Fonte do Cano; a *Fonte de D. Pedro*, ao cimo dos Agueirinhos, também conhecida por Fontinha de D. Pedro, devido a ter sido mandada construir (ou reparar) pelo primeiro Marquês de Vila Real, D. Pedro de Meneses; a Fonte de S. Francisco, de 1572, aproveitou a água da Fonte de Codessais, que existia nessa altura; o *Chafariz da Fonte Nova* ou Fonte Nova, em que se pode ler a data de 1588; a Fonte de Arnal, na antiga estrada de Lordelo, que em 1748 passou a integrar a cerca do Convento de Santa Clara e que é de admitir que, na sequência da visita do Arcebispo de Braga, D. José de Bragança, nesse mesmo ano, tenha sido reparada e substancialmente valorizada, estando possivelmente na origem da *Fonte das Três Bicas*, hoje Fonte de Santa Clara.

Neste mesmo período ou em data ligeiramente posterior, sucederam-se as seguintes: a *Fonte do Calvo*, um pouco abaixo da já mencionada

Fonte do Chão; a Fonte da Tenaria, na rua do mesmo nome, anterior a uma que tem hoje a mesma designação e fica mais próxima do Rio Corgo, embora no lado oposto; a *Fonte do Cano*, hoje conhecida por Fonte da Biquinha ou Fonte da Guia.

Já nos sécs. XVIII e XIX, são de considerar a *Fonte da Carreira*, de 1738/1739, em tempos conhecida por Fonte da Carreira de Baixo, Fonte de Santo António da Carreira, Fonte de São Francisco (a nova), Fonte de Nossa Senhora da Conceição e, hoje, por vezes, por Fonte Joanina; a Fonte do Campo, de 1807, junto aos Arcos do Tabulado entretanto demolidos; a *Fonte do Jardim da Carreira*, de 1815, também chamada Fonte do Jardim Público e Fonte da Carreira de Cima; a *Fonte de Almodena*, construída a partir de 1818; a *Fonte do Rodízio*, na margem direita do Corgo, no lugar homónimo; e a *Fonte de S. Pedro*, concluída em 1871.

Naturalmente, há muitas outras fontes particulares, como as que ainda hoje existem, por exemplo, no chão do Convento de S. Domingos ou na quinta que pertenceu a António José Claro da Fonseca, onde hoje estão as Florinhas da Neve, e outras públicas, como a Fonte do Jazigo e outras construídas mais recentemente.

Com a excepção que já vimos da Vila Velha, nunca até meados do séc. XIX houve verdadeiramente falta de água em Vila Real, já que, para além das citadas fontes, as casas eram abastecidas por inúmeros poços, minas e fontes particulares. E esta abundância de recursos em matéria de água reflecte-se claramente na toponímia urbana, em que era possível encontrar nomes como Rua do Poço Velho, Rua do Cano Velho, Rua do Rego, Rua da Fonte do Chão, Rua da Fonte Nova, Largo do Chafariz, Rua da Fonte de Arnal, Rua do Poço, Rua da Fontinha, Rua do(s) Agueirinho(s), etc.

Mas em meados do séc. XIX a falta de água começa a fazer-se sentir. As razões são múltiplas: aumento da população e sobretudo aumento das preocupações com a higiene, uma maior atenção às árvores e jardins, que era necessário regar, etc. Em 1905, o Ministério das Obras Públicas encomendou ao engenheiro de minas Joaquim Gaudêncio Rodrigues Pacheco o estudo do abastecimento de água a Vila Real. Esse estudo foi apresentado em 1906 e intitulava-se *Abastecimento d'Águas de Villa Real*.

Estudo Preliminar. Reconhecimento Geo-Hydrologico. O autor faz medições das dez fontes públicas que na época existiam e conclui que se dispunha de 7,5 litros por habitante e por dia. O número considerado adequado, em França, para uma cidade moderna com a dimensão da nossa era de 100 litros. O engenheiro considera, todavia, que 30 litros, numa primeira fase, seria suficiente em Vila Real. No seu estudo propõe locais de captação, a localização de um depósito, etc.

Era contudo muito caro para as possibilidades da Câmara. O processo adormece nas gavetas. O Ministério manda elaborar, complementarmente, um novo estudo, mais conforme, e procura que a Câmara assegure, em 1907, junto de Mons. Jerónimo Amaral, a captação de água na Quinta de Prados, através de uma estação elevatória e instale dois depósitos, na Quinta da Raposeira e no Jazigo.

Em 1915, sendo Augusto Rua presidente da Câmara, retomam-se os estudos do eng^o Gaudêncio Pacheco e abrem-se algumas minas numa encosta do Alvão. Nessa altura o engenheiro preconiza a instalação do depósito no Arcabuzado (onde efectivamente seria mais tarde instalado). Mas ainda desta vez dificuldades financeiras entravam o processo. Até que, em 1926, se inicia um novo ciclo de estudos. A Câmara, presidida por Emílio Roque da Silveira desde 1927, aprova nesse mesmo ano a contracção de um empréstimo de 500 contos para fazer face ao que era geralmente considerado o maior problema de Vila Real. Os serviços técnicos da Câmara asseguram de novo a colaboração do eng^o Gaudêncio Pacheco, que acompanhou sempre todo este processo. Elaborou-se uma planta cotada da cidade, por forma a poder projectar-se com precisão a localização da canalização aducto-distribuidora, os marcos fontanários, as bocas de incêndio, etc. E em 11 de Junho de 1929 foi inaugurado o abastecimento de água com o marco fontanário do Largo do Pioledo (sem dúvida para apoio da Feira de Santo António), a que se seguiram o do Largo da Cadeia e outros.

Algumas datas importa ainda registar. Em 1933 é aprovado o regulamento dos serviços municipalizados de água. No início dos anos 60 do séc. XX inicia-se a captação de Codessais. Nos princípios da década de 80, inicia-se a construção do Sistema do Alvão, que entrou em

funcionamento em 1984. Em Julho de 1999 é inaugurado o Sistema do Sordo.

Resta dizer uma palavra sobre as virtudes terapêuticas das águas de Vila Real.

No *Aquilegio Medicinal*, a primeira tentativa de hidrologia médica portuguesa, da autoria de Francisco da Fonseca Henriques (1665-1731), médico de D. João V, natural de Mirandela, aparecem referências às fontes vila-realenses de D. Pedro e da Fontinha. A ambas atribui o autor eficácia para “prezervar de queyxas nephriticas, segundo as experiencias dos Medicos, e moradores da dita Villa”. Este complemento mostra como os primeiros tratados de Hidrologia misturavam os conhecimentos científicos com as observações empíricas.

No manuscrito do *Diccionario Geographico* que ficou por publicar, do Padre Luís Cardoso recolhe-se em 1758 o depoimento do pároco de S. Dinis sobre a Fonte da Fontinha, segundo o qual os enfermos dos olhos os lavavam ali, ao nascer do sol, com bons resultados, e outros enfermos têm experimentado beber meio quartilho daquela água em jejum para “esquentações do fígado”.

Mais tarde, analisada a água das mesmas duas fontes, bem como de uma em Vilalva (Folhadela) e a de Almodena, verificou-se que é alcalino-sódico-cálcica.

Finalmente refira-se que em 23 de Julho de 1893, por iniciativa do Comendador José Augusto de Barros, abre na Quinta do Seixo um estabelecimento hidroterápico dirigido pelo Dr. Teixeira de Sousa, em que é possível tomar duches quentes, escoceses, alternados, frios, circulares, de jacto, em chuveiro, coluna, ascendentes e banhos de imersão a diferentes temperaturas.

O JORNALISMO EM VILA REAL DURANTE A DITADURA MILITAR

Elísio Amaral Neves

Antes de mais, delimitamos o período conhecido por Ditadura Militar. Situa-se entre a revolta de 28 de Maio de 1926 e a promulgação da Constituição Política da República Portuguesa de 1933 em 11 de Abril, primeiro momento do processo de transição da Ditadura Militar para o regime salazarista. É o período em que é posto termo ao jornalismo plural que vinha desde a Monarquia Constitucional e, depois, da Primeira República, passando a vigorar um jornalismo vigiado, sujeito a censura prévia e, naturalmente, monolítico.

Em Vila Real havia grandes tradições jornalísticas, com uma imprensa muito rica e variada, e jornalistas prestigiados. Mas é forçoso admitir que, quando o 28 de Maio se aproximava, essa imprensa (como aliás por todo o país) tinha perdido muito do seu vigor, desmotivada pela ausência de alternativas àquilo que por vezes se chamava “a ditadura do Partido Democrático”. Exceptuavam-se desta perda de pujança os órgãos afectos ao Partido Democrático, a imprensa monárquica, que ressurgira e alimentava as ambições de regresso à Monarquia, e a imprensa local e regional, que se fortalecia na razão directa do relativo apagamento da imprensa nacional. Concretamente em Vila Real, passou a ser dada ênfase pela imprensa a assuntos como o abastecimento de água, o saneamento, a viação rural, a rede telefónica, o 2º Congresso Trasmontano, a ampliação do Liceu, o campo de aviação, o circuito automóvel, o monumento a Carvalho Araújo, o novo edifício dos correios, a reinstalação do Regimento de Infantaria 13, etc.

Com os acontecimentos do 28 de Maio, um pronunciamento militar, a imprensa em geral cria uma certa expectativa. Mostra-se tolerante em relação à revolução, no entendimento de que os militares podiam ter um papel benéfico para a regeneração nacional, assim como seriam capazes de criar condições constitucionais que conduzissem ao saneamento financeiro e ao desenvolvimento económico do país. Contudo, vai dizendo,

aqui e ali, que estava disposta a intervir caso o novo governo se desviasse da defesa dos princípios e instituições republicanos.

António de Oliveira Salazar, a quem não se pode negar uma grande perspicácia política, na sua marcha pelo poder eliminou as facções contrárias ao seu projecto e executou uma política de integração e compromisso, sempre que estes foram possíveis. Tudo isso se reflecte na imprensa, em que paulatinamente as ideologias adversas vão sendo eliminadas ou integradas e passa a imperar a ideologia da “nova ordem”.

Em Vila Real, no período em apreço, temos os seguintes jornais, alguns deles vindos de trás, e alguns mesmo muito de trás:

— “O Villarealense”, semanário fundado em 1880. A princípio afecto ao Partido Regenerador, passou a independente no período entre 1914 e 1918. A partir de 1918 passa a ser exclusivamente noticioso, nas palavras de alguém, “fanaticamente defensor dos interesses locais”.

— “A Realeza”, semanário monárquico, órgão da Acção Realista Portuguesa em Trás-os-Montes. Surge em 1922 e desaparece em 1927.

— “Traz-os-Montes”, quinzenário regionalista. O primeiro número sai em 1924. A partir de 1 de Dezembro de 1927 passa a ser editado em Lisboa. Acaba em 1954.

— “O Povo do Norte”, aparecido em 1891, semanário republicano, que, após a implantação da República, alinhou com a União Republicana e depois com o Partido Republicano Liberal, de que se desvincula no final de 1921. Ainda sobrevive à morte de Adelino Samardã, seu director, em 1929, mas deixa de se publicar três anos depois, em 1932.

— “Noticias de Villa Real”, semanário republicano democrático, surgido em 1910. Este projecto jornalístico terá uma existência atribulada. Suspensa a sua publicação em 1915, reaparece nesse mesmo ano e até 1919 com o título “A Democracia”. Esta sai em 2ª série entre 1923-1925. Em 2 de Outubro de 1932 e até 1934, sai também uma 2ª série do “Noticias de Vila Real”, fazendo cair a feição democrática que tinha originalmente, mas mantendo o pendor republicano e uma certa independência em relação à “nova ordem”.

A imprensa de inspiração católica é, durante este período, enriquecida com um novo título:

— “O Calvario”, semanário, dirigido e editado por pessoas ligadas à imprensa católica anterior. Começa a publicar-se em 25 de Outubro de 1930 e cessa em Abril ou Maio de 1932.

— Continua a publicar-se “O Anjo da Diocese”, quinzenário eclesiástico, órgão da Diocese de Vila Real, cujo último número é de Janeiro—Outubro de 1934.

Quanto à imprensa académica:

— “O Academico”, fundado em 1923 como quinzenário, cedo começou a publicar-se com grande irregularidade e, pelos últimos anos da sua existência, é praticamente anual.

— Em 31 de Janeiro de 1932, aparece “Gente Nova”, editado pela Liga da Mocidade Republicana de Vila Real. Terá uma existência muito efémera.

É possível que ainda outras publicações, mais ou menos discretas, tenham visto a luz do dia, em Vila Real, durante a Ditadura Militar. Mas há um jornal que desempenhará papel muito importante na vida da comunidade: a “Ordem Nova”, semanário político, órgão da União Nacional no distrito, que sai em 11 de Outubro de 1931 e se publica até 20 de Abril de 1974.

TORGA E VILA REAL: OS LUGARES E AS GENTES

Maria Hercília Agarez

Vila Real não podia deixar de ocupar um lugar significativo na obra de Miguel Torga (Adolfo Correia da Rocha, 1907-1995). Nascido em São Martinho de Anta, a escassos 12 quilómetros de distância (embora no concelho de Sabrosa), tinha que sofrer a atracção da capital de distrito, que só não foi o seu destino de estudante, terminada a 4ª classe, porque seu pai não tinha posses para o pôr a estudar aqui. “Só se empenhasse o cabo da enxada”, escreveu Torga algures.

Mesmo assim, há na sua obra (particularmente no “Diário” e em “A

Criação do Mundo”, mas não só) alguns sinais muito fortes da sua relação com Vila Real. Desde logo, o célebre cavaquinho comprado pelo pai no Bazar dos Três Vinténs... Também a malga de tripas que pai e filho comem numa tasca, antes da partida para o Brasil. E ainda o nome de Agarez dado a São Martinho de Anta, por razões que andam explicadas de modos diferentes.

A esposa do escritor, André Crabbé Rocha, acha que o nome Agarez lhe foi sugerido pelas tecedeiras desta aldeia do Alvão, que de quando em quando passariam por São Martinho a vender obra de linho. O Padre Avelino, grande companheiro de caça e amigo do poeta, acha que foi antes sugerido pelo facto de na República “Estrela do Norte”, onde Torga viveu enquanto estudante, viver também um natural de Agarez, o Dr. Armando Alves Machado, que seria mais tarde Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Vila Real. Mais próxima da verdade andar a filha de Torga, Clara Rocha, que justifica o caso como simples transferência metonímica geográfica, nada que não se encontre com frequência em obras de ficção. Isto, naturalmente, inspirado na eufonia da palavra Agarez, que não podia deixar de impressionar o ouvido de um poeta.

Nesta sessão, procura-se contribuir para estabelecer um percurso torguiano por terras e pessoas de Vila Real. Torga tinha muitos amigos em Vila Real e, nas suas passagens para São Martinho de Anta, para as termas do Alto Tâmega e para a caça, conheceu muitos lugares que o impressionaram.

Entre essas pessoas, contam-se companheiros da “Estrela do Norte”, como o Dr. António Santos, funcionário do Tribunal de Vila Real, o Doutor Albertino Costa Barros, professor e obstetra distinto em Coimbra, o Dr. João Meneres Campos, o Dr. António Cassiano Ferreira de Sampaio e Melo, médico e “garoto da vila”, e o já referido Dr. Armando Alves Machado. Alguns destes, aliás, pertenceram também ao seu Curso Médico (1933), tal como o Dr. António Tibúrcio Teixeira Monteiro, médico pediatra. Em especial, visitava frequente e longamente o Dr. João Meneres Campos, advogado e poeta presencista, na sua casa do Prado.

Quanto a lugares, recenseiam-se, entre outros, o cemitério de Guiães, o Alto do Velão, Panóias, a Samardã, o Fojo do Lobo (é de notar que Torga

se interessava muito pelo percurso vila-realense de Camilo), Lamas de Olo, o Jardim da Carreira, a Sé, o Solar de Mateus (onde recebeu o Prémio Morgado de Mateus em 1980) e a Senhora da Pena.

No fundo, pretende-se levar as pessoas a ver as coisas com os olhos de Miguel Torga.

“ARTE DA PINTURA” POR FILIPE NUNES

Elísio Amaral Neves

Na página de rosto de certos livros antigos, ao nome do autor segue-se a menção da sua naturalidade. É o caso da obra de que nos ocupamos hoje. Por que motivo se estampa a naturalidade do autor, a seguir ao nome? Manifestação de orgulho bairrista — ou simplesmente fornecimento de um elemento de identificação? O autor diz-se natural daqui ou dali para, por arrastamento, engrandecer a terra onde nasceu e certamente muito ama — ou apenas para impedir que haja confusão com qualquer outra pessoa homónima, mas natural de terra diversa? Não nos atrevemos a responder.

Seja como for, este Filipe Nunes, natural de Vila Real, entre outras obras de natureza diferente, fez publicar através do impressor Pedro Craesbeeck, de Lisboa, em 1615, uma obra intitulada “Arte Poetica, e de Pintura e Symmetria, com Principios de Perspectiva”. Nessa obra se incluía, com folha de rosto própria, mas dando sequência à numeração das páginas, uma secção chamada “Arte da Pintura, Symmetria, e Perspectiva”, que seria reimpressa, de forma autónoma, na oficina de João Baptista Álvares, de Lisboa, cerca de 150 anos depois, em 1767, com a menção de “novamente impressa, com boas Estampas, correctas, e accrescentada com o seu Index”.

Pouco conhecemos deste nosso conterrâneo Filipe Nunes, além de que foi filho de Belchior Martins e Guiomar Nunes, e professou já em idade adulta na Ordem de São Domingos, em Lisboa, em 1591, com o nome de Frei Filipe das Chagas. Mas podemos afirmar que o seu trabalho em apreço

foi de algum modo inovador, na medida em que se sabe, pelas investigações de Vítor Serrão e Leontina Ventura (que organizou em 1982, sob os auspícios do Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura do Conselho da Europa, uma edição fac-similada do livro, com estudo introdutório), tratar-se da primeira obra sobre pintura impressa em Portugal (conhecem-se algumas outras obras sobre o mesmo assunto, mas manuscritas). Por outro lado, tem a importância adicional de ser um verdadeiro manifesto em defesa da pintura, e em particular do estatuto do pintor a óleo, por cuja dignificação se bate denodadamente. Embora escrita em português (e lembramos que não surpreenderia que o tivesse sido em castelhano, dado que em 1615 estávamos em plena dinastia filipina e os autores portugueses não raro lisonjeavam os reis intrusos servindo-se da língua deles), foi amplamente divulgada em toda a Espanha, onde correu com privilégio de Filipe II, sendo recebida com voz de autoridade e dando origem a teorizações diversas.

O livro integra-se, por assim dizer, numa estratégia corporativa de afirmação dos pintores através da defesa da pintura como arte liberal e actividade nobilitada. Já em meados do séc. XVI, os pintores lutam pela sua emancipação, nomeadamente pela sua desanexação, na ordem corporativa herdada da Idade Média, da bandeira de São Jorge, que igualmente acolhia, logo à cabeça, os barbeiros e os armeiros, e incluía diversas outras profissões muito distintas entre si, entre as quais os pintores, categoria que aliás tanto contemplava os vulgares pintores de tabuletas como os pintores de arte. Os pintores a óleo, conscientes da superioridade da sua actividade (Filipe Nunes chama à pintura “quase divina”, “rara” e “excelente”), lutam por mais prestígio e privilégios. A obra de Filipe Nunes dá inteira cobertura histórica a essa luta, nomeadamente no capítulo inicial intitulado “Louvores da Pintura”, que foi certamente escrito na sequência das acções reivindicativas levadas a cabo por um conjunto de pintores de Lisboa, em 1612, contra as contribuições camarárias sobre a sua actividade artística.

No mais, é uma espécie de introdução à pintura, compendiando uma série de princípios, regras e procedimentos destinados aos que desejem seguir a arte. Para se fazer uma ideia do conteúdo da obra e também das

dificuldades que o pintor tinha de superar nesses tempos longínquos em que o mercado ainda não punha os meios à sua disposição, vejamos como o autor ensina a fazer aquilo a que chama “verde bexiga”:

“Tomarão as sementes dos espargos em Setembro, as quais têm muita semelhança com a manjerona, e esta semente será muito bem machucada, e depois tomarão pedra-ume e uma pouca de urina de carneiro, e espremido tudo isto assim junto por um pano, lançarão o sumo em uma bexiga de carneiro, e pôr-se-á ao fumo até que todo este sumo se seque e faça um corpo, e depois cortai a bexiga e tirai o verde e usai-o.” (grafia actualizada)

QUARTEL DO RI 13: CURIOSIDADES DA CONSTRUÇÃO

Maria Hercília Agarez

Em 15 de Junho de 1952 foi inaugurado o novo Quartel do RI 13. E o adjectivo “novo” era algo em que a imprensa da época e o vila-realense comum faziam questão de insistir. Porque na verdade o quartel funcionava, havia aproximadamente 70 anos, no extinto Convento de São Francisco, numa adaptação que nunca havia satisfeito os militares.

Antes disso, nunca houve verdadeiramente qualquer unidade militar instalada em permanência em Vila Real. Houve sim, por diversas vezes, passagens de destacamentos, determinadas pelas próprias vicissitudes históricas que Portugal atravessou nomeadamente no séc. XIX. De notar que, de cada vez que se verificava a presença militar, mais ou menos efémera sempre, se levantavam dificuldades de instalação.

Dessas passagens existem ou existiram vestígios dispersos um pouco por toda a cidade. Por exemplo, sabemos através do “Dicionário Geográfico”, de meados do séc. XVIII, que nessa época ainda havia na Porta do Norte (vulgarmente chamada Portas da Vila) um fortim que certamente terá servido algum pequeno corpo militar.

Mas há mais. Ainda hoje o povo se refere ao Largo do Trem, que deveria o nome à existência no local de algumas instalações de vocação

militar, que serviriam não só para acomodação de praças, como de viaturas destinadas a transportes de mantimentos, bagagens e armas. Provavelmente, esse edifício terá servido até princípios do séc. XIX, altura em que deixa de haver condições para o efeito e se encontra a solução alternativa do extinto Convento de São Domingos, onde em 1837 deflagra um incêndio, quando no mesmo estava instalado o Batalhão de Caçadores nº 3.

Temos notícia da existência de diversos paióis, muitas vezes instalados em capelas já profanadas próximas dos extremos da vila, dado o perigo sempre presente de explosão. Duas dessas capelas foram a do Espírito Santo, na altura no Pioledo e actualmente transferida para a Quinta de Prados, e a de São Lázaro. Refira-se ainda o paiol localizado no Bairro de S. Vicente de Paulo, um dos mais recentes, hoje desactivado.

Com a conclusão do chamado Edifício Municipal (1888), na Carreira de Baixo, mais tarde Avenida Almeida Lucena, foram transferidos alguns serviços militares para o mesmo, nomeadamente a Secretaria Militar e mais tarde o Distrito de Recrutamento e Mobilização (hoje na Avenida 1º de Maio).

Sabemos também que houve alguns edifícios adaptados a hospital militar, entre eles o do Regimento de Infantaria 13, instalado na casa de António José Claro da Fonseca (edifício onde se encontram hoje as Florinhas da Neve).

Quanto a carreiras de tiro, há referência, para além da actualmente existente em Borbela e da que se enquadra no próprio quartel, a uma instalada no Monte da Forca, no séc. XIX.

No início do séc. XX, Vila Real foi sede da 6.ª Divisão Militar, encontrando-se o seu Quartel-General na Praça Luís de Camões, no local onde hoje está o edifício do Tribunal.

Para apoio à instrução de tática ligeira existe um terreno na Fraga da Almotolia, onde também existe um conjunto de apartamentos destinados a alojar militares.

O Regimento de Infantaria 13, de Vila Real, supõe-se ter como antecedente mais antigo a Companhia de Ordenanças de Peniche, criada em meados do séc. XVI, que deu origem, com o evoluir dos tempos e aquando de uma reorganização do Exército em 1837, ao Batalhão de

Infantaria 13, criado à custa do Regimento de Infantaria 2. Este Regimento devia ser instalado em Vila Real, mas na verdade não foi, muito provavelmente devido ao incêndio no Convento de São Domingos, que lhe devia servir de quartel. Veio a ser instalado em Chaves, em 1841, e transformado em Regimento no ano seguinte. Em 1883 foi finalmente transferido para Vila Real. Ficou então, como já se referiu, no extinto Convento de São Francisco, aí se mantendo até à inauguração do novo quartel em 15 de Junho de 1952, como vimos. De referir que a decisão de construir esse quartel é de 1941.

As décadas de 30, 40 e 50 do séc. XX, época de ouro do Estado Novo, registam em Vila Real um grande surto de progresso. Constroem-se inúmeras estradas, pontes e pontões. Resolve-se o problema do abastecimento de água à cidade. Surge o Bairro de São Vicente de Paulo. Procedem-se a uma grande reparação da Ponte Metálica. Constroem-se, entre outros edifícios públicos, o Liceu de Camilo Castelo Branco, o Palácio dos Correios (inaugurado no mesmo dia do novo quartel do RI 13), o Palácio da Justiça, a Cadeia, o Cemitério de Santa Iria — e o novo quartel do RI 13. Também a nível da iniciativa particular, surgem construções importantes, que ainda hoje dão carácter à cidade: o Seminário Diocesano, o Colégio de São José, Lares e os prédios de grandes comerciantes locais (Rosas, Gomes, Brasileira, Santoalha, etc).

Voltando ao quartel. Foi um dos seus construtores, certamente o principal, o Sr. António Pereira. A obra decorreu entre 1944 e 1952 (embora em 1953 ainda haja algumas obras a concluir), sendo responsável técnico (e sócio nesta obra do referido construtor civil) o Eng^o Albertino Ferreira Ribeiro, que tinha (ou fez propositadamente para este caso) uma especialização em construções militares. O construtor civil contratou como seu guarda-livros, com o salário de 500\$00 mensais, o Sr. Alcídio Augusto Ferreira da Costa Agarez, que conhecemos sobretudo como Chefe da Secretaria do Liceu. Como homem metódico que era, escriturou e conservou toda uma panóplia de documentos (autos de medição, folhas de férias e da Caixa Regional do Abono de Família dos Distritos de Vila Real e Bragança, e os livros próprios de uma contabilidade bem organizada). Nessa documentação encontram-se pormenores curiosos, que

nos dizem alguma coisa sobre a época em que foi produzida.

Por ela, ficamos a saber, por exemplo, que era prática comum a cedência de materiais de construção, sobretudo cimento e madeiras. António Pereira comprava em grandes quantidades, de que cedia parte aos comerciantes, como os Correias da Estação, e aos donos ou construtores das obras que andavam então na cidade: Colégio de São José, Seminário, Liceu, Padaria Progresso, Dr. Madeira Pinto, Lito, González, Artur Santoalha, Queirós, Furriel...

Na lista dos fornecedores de António Pereira, contam-se a Estação de Abambres (possivelmente aluguer de um armazém), a Cerâmica de Vila Real, António Ribeiro de Sousa, Fernandes Chaves, Casa Rafael, Álvaro Monteiro, Casa Taboada, Almeida & Fonseca Lda, pensões Areias, Flor do Corgo e Pépia, Garagem Loureiro, taxistas Pompeu, Camposana e Farinhato.

Uma olhadela aos preços praticados na época é também possível através da escrituração do Sr. Alcídio Agarez. Terminamos com alguns exemplos.

O empreiteiro, no dia em que se deslocou a Santa Marta de Penaguião para celebrar uma escritura, pagou pelo almoço 15\$00 e pela viagem de camioneta 6\$00. (A viagem de carreira para o Porto custava 32\$00.) A tonelada de madeira de castanho comprava-se por 800\$00, uma dúzia de dobradiças por 28\$00 e um barril de carbonilo por 621\$70. O saco de cimento era então a 34\$30, a carrada de areia a 55\$00, o metro cúbico de brita grossa a 17\$00 e o metro de pano cru a 5\$00. 15 metros de caleira custaram 300\$00 e 4,100 kg de corda 90\$20. Por 41 vidros de 87x45 pagou o empreiteiro 806\$60 e por 500 tijolos de dois furos 221\$00. Nas contas entra também um cabrito, que custou 70\$00, e um garrafão de vinho, que custou 12\$00.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

A Biblioteca Pública de Vila Real está intimamente ligada, na sua origem, à extinção das ordens religiosas masculinas e nacionalização dos seus bens, ocorrida em 30 de Maio de 1834.

Mas não se pode dizer que antes disso não houvesse em Vila Real acesso a núcleos de livros que, aliás, mais tarde constituiriam o acervo da Biblioteca. Assim, por exemplo, a livraria de José Teixeira de Melo e Castro, após a morte deste, foi doada pelo seu irmão António Teixeira de Melo e Castro aos religiosos do Convento de São Francisco, por escritura de 21 de Janeiro de 1821, destinada à ilustração dos religiosos e da população local. Tratava-se de um importante núcleo de 2.348 livros e folhetos. Da escritura de doação consta, entre outras cláusulas, que a livraria devia ser franqueada ao público que o desejasse. Estatui-se ainda que não podia sair da livraria qualquer obra, “privando por este modo do seu benefício os habitantes desta vila a quem pretende ele doante também beneficiar.” Em caso de contravenção ao estipulado, a administração da livraria passaria para a Câmara Municipal. De igual modo, a propriedade da livraria passaria para a Câmara Municipal, caso o convento fosse extinto ou os religiosos fossem mudados para outro convento.

Também as livrarias dos dois conventos (São Domingos e São Francisco) podiam ser franqueadas ao público, embora sob a vigilância de um religioso. A livraria de São Francisco era especialmente valiosa, e justificava por isso grandes cuidados, de que encontramos eco nos Termos das Visitas ocorridas no séc. XVIII. Aí se refere que é feita a verificação dos catálogos de livros (elencos, na linguagem da época), quer na livraria, quer na 1ª e 2ª celas dos irmãos pregadores. Quando se encontravam irregularidades, mandavam-se de imediato corrigir. Quando havia aquisições de livros, exigia-se a sua inclusão nos elencos e a sua distribuição por classes, assim como a sua colocação na estante adequada.

A criação da Real Biblioteca Pública da Corte em 1796, cujo alvará aparece registado no Livro de Registo Geral da Câmara Municipal de Vila

Real, terá estimulado as Câmaras Municipais a transformar as suas livrarias em bibliotecas públicas. A Câmara Municipal de Vila Real foi uma das que manifestaram interesse em criar a sua. Prova-o, entre outros, o facto de em 1831 encontrarmos referências a um edifício que a Câmara andava a construir junto ao adro de São Pedro, para aí instalar os Paços do Concelho, a Casa da Audiência e também a Livraria Pública. Tudo leva a crer que o projecto não foi por diante.

Em 1836, ano em a Câmara se iria instalar na Rua da Amargura, a Rainha Dona Maria II oferece à Câmara Municipal o quarteirão do extinto convento dos religiosos de São Domingos, para os serviços do Município e Livraria Pública. Também nesse momento não foi possível concretizar a ideia, sobretudo por o convento se encontrar então ocupado por uma unidade militar e de em 1837 se ter verificado ali um grande incêndio que mais inviável tornou a pretensão.

No mês imediato à extinção das ordens religiosas, a Câmara Municipal nomeia depositários dos bens dos conventos extintos e nacionalizados. No âmbito destes bens encontravam-se as livrarias, em especial a de São Francisco, particularmente valiosa, e que incluía a livraria de José Teixeira de Melo e Castro, que nessa data passou para a propriedade da Câmara. A Câmara e a Fazenda Pública partilharam as responsabilidades relativas à sua segurança. Nomeou-se então, em Agosto de 1834, um encarregado que era simultaneamente administrador (não propriamente bibliotecário, uma vez que as livrarias se encontravam então fechadas). Era ele o Padre Joaquim de Jesus Maria Bandeira, que devia assegurar a guarda, limpeza e segurança dos livros.

Em 1838, a Câmara Municipal solicita e vê autorizada a possibilidade de tomar conta das livrarias que pertenciam à Fazenda Pública, propondo-se criar uma Biblioteca Pública. Em 22 de Outubro de 1839, Dona Maria II cria, por portaria, a Biblioteca Pública de Vila Real. Houve então que catalogar os livros, catálogo que ainda existe. O Padre Joaquim de Jesus Maria Bandeira mantém-se como encarregado da guarda, mas é nomeado bibliotecário o Padre António de Figueiredo Cardoso, que assegurará o cargo até à sua morte, no princípio da década de 50, sendo então substituído pelo Padre António José de Sousa Vilela.

O catálogo então organizado (1840) permite-nos ter uma ideia sobre o acervo da biblioteca. Assim, o núcleo doado por Melo e Castro era composto por 2.298 volumes (a diferença em relação ao número que acima referimos deve-se ao facto de ser obrigatório catalogar à parte o núcleo das obras que se encontravam em duplicado, pondo-as à disposição da Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Conventos extintos, para serem colocados onde mais útil fosse). A livraria do Convento de São Francisco contribuiu com 1.965 livros, mais 12 cartas geográficas. A do Convento de São Domingos, com 633. Vem ainda catalogado um pequeno núcleo de 91 “livros que pertencem ao Dr. Gama”, assim como 41 volumes restituídos pelo Vigário-Geral Barroso. Finalmente, há 136 duplicações. Total: 5.164 livros.

Nos anos 40, 50 e 60 do séc. XIX, a Biblioteca Pública vai funcionando em condições precárias e muito insatisfatórias, provavelmente em mais de um local. Camilo Castelo Branco dá-nos uma visão jocosa do que poderiam ser essas condições: «O nosso gabinete de leitura e de escrita era a Biblioteca Pública de Vila Real. (...) A falar verdade, a livraria era uma desgraça literária, uma mole indigesta que nem a traça nem as ratazanas seculares do extinto Convento de São Francisco tinham ousado esfarelar.» (*Boémia do Espírito*)

Pelos anos 70, as condições tinham-se mesmo agravado, e encontramos correspondência trocada entre o governador civil António Tibúrcio Pinto Carneiro e a Câmara Municipal, em que aquele refere a deplorável situação da biblioteca. Procedeu-se então a nova catalogação e é nomeado novo bibliotecário: António Botelho Correia Mourão. Mas a verdade é que a biblioteca continua a peregrinar de edifício em edifício, sem jamais conseguir boas condições de funcionamento.

Em 24 de Novembro de 1969, a Câmara Municipal delibera atribuir-lhe o nome de Biblioteca Pública Municipal Dr. Júlio Teixeira e, após um período em que esteve encaixotada reabre, em 6 de Janeiro de 1970, no rés-do-chão dos actuais Paços do Concelho, de onde acaba por ser transferida, a título provisório, nos anos 80, para duas salas do Arquivo Distrital.

Está agora em vias de ter instalações próprias, criadas de raiz, na área de Tourinhas.

O FUTEBOL EM VILA REAL

Elísio Amaral Neves

O futebol rapidamente ganhou em Vila Real, como em toda a parte, o estatuto de desporto-rei, aquele que mais facilmente arrasta multidões e desencadeia paixões. Mas trata-se de um fenómeno que só desabrocha plenamente no séc. XX. Isso não quer dizer que não houvesse antecedentes desportivos, alguns deles vários séculos antes do advento do futebol. Desde logo, actividades como a caça e a pesca tiveram sempre uma componente desportiva, independentemente da óbvia componente económica. Em muitos lugares do país, e Vila Real não foi excepção, faziam-se corridas de touros e de cavalos, que eram também, à sua maneira, uma forma de desporto. Por outro lado, praticava-se também o bilhar, nos cafés e clubes sociais.

Mais próximo do nosso tema, o futebol, é conhecido que se praticavam diversas modalidades que tinham em comum a utilização de uma bola, as quais se designavam genericamente por “jogo da bola”. Em Vila Real havia mesmo uma rua (ou talvez duas) com a designação de Rua do Jogo da Bola, pelo menos já no séc. XVII (1620). É a actual Alexandre Herculano. O nome inculca a existência de um local onde alguma ou algumas dessas modalidades se praticavam com regularidade.

A actividade desportiva moderna, digamos assim, entra em Vila Real por diversas vias. Desde logo pela mão dos militares, que praticavam ginástica, tiro, esgrima, natação e também marcha e outras modalidades. Igualmente os bombeiros, até como forma de adestramento, começam a dedicar-se à educação física e ao desporto.

Realizavam-se também aqui com certa frequência, nos anos 90 do séc. XIX, no Teatro Circo, espectáculos em que participavam grupos de ginastas e de praticantes de esgrima, que contribuía para a divulgação e promoção das mesmas modalidades.

Importante ainda é a contribuição dos estabelecimentos de ensino. As reformas do séc. XIX obrigaram à inclusão nos currículos da disciplina de Educação Física e à criação de espaços para a sua prática. Por seu turno,

o movimento associativo estudantil interessa-se pelo desporto e vai-o praticando, quer em Vila Real, quer nas excursões que organizavam.

Por outro lado, as reivindicações dos caixeiros no sentido de aliviarem o seu horário de trabalho, nomeadamente conquistando o encerramento das lojas aos domingos e dias santos, deixava-os libertos para a prática desportiva.

Finalmente, não podemos ignorar o papel da imprensa local na divulgação desportiva.

Voltando aos jogos de bola, de certo modo antepassados do futebol, que se praticavam desde longa data em Vila Real, sabemos que no séc. XVIII há muito que não se realizavam nas imediações da Rua do Jogo da Bola e que, de igual forma, estava já desactivado (1745) o Jogo da Tenaria (na margem esquerda do Corgo, próximo da Ponte de Santa Margarida), que pertencera à Confraria de São Lázaro. Mas ainda no séc. XVIII há referências muito precisas à sua realização nos Quinchosos e sobretudo no Jazigo, onde a modalidade era explorada pela Confraria das Almas da Igreja Matriz de São Dinis.

Mas referências ao futebol propriamente dito só se conhecem na primeira década do séc. XX (o que não significa que não possam vir a aparecer referências anteriores).

Na sequência de uma Festa da Árvore, em 1909, envolvendo os alunos das escolas primárias, pensa-se pela primeira vez na criação de um clube, que se propõe instalar um campo de ténis e outro de futebol junto à Igreja do Calvário, em terrenos camarários e que a Câmara se prontifica a disponibilizar, caso a constituição do clube se concretize, o que não veio a acontecer na altura. Em 1911, o Club de Caçadores de Vila Real, que inaugurou o seu *stand* de tiro na Centearia em 15 de Junho do ano anterior, organizou uma secção que mobilizou 22 pessoas com vista à criação de uma equipa de futebol que deve ter tido uma existência efémera, à semelhança de diversas outras formações futebolísticas criadas no final da década de 1910. Em 8 de Junho de 1914 funda-se o Sport Club Vilarealense, com a finalidade de criar uma escola de Educação Física, com diversas actividades, como “barra fixa, argolas, pesos e halteres, saltos variados, corridas ao ar puro e de bicicletas, com jogos em roda, luta de

tracção, croquet, lawn-tennis, lançamento de disco, jogo da bola, etc”. Por essa altura, a juventude académica participa em jogos de futebol sob o nome de Vila Real Sporting Club. Em 1918, segundo a tradição, iniciam-se as actividades desportivas no Campo da Eira, mais tarde denominado do Calvário.

Até que, em 20 de Maio de 1920, tem lugar uma reunião em que se vão lançar as bases para a criação do Sport Club de Vila Real. Entre 1921 e 1922 verificam-se diversos movimentos de afirmação do novo clube. Em 1922 é construído o Campo do Calvário, que viria a ser inaugurado com um conjunto de actividades levadas a cabo entre 11 e 14 de Junho, integradas nas Festas da Cidade.

1921 é também um ano marcado pela realização de desafios de futebol no âmbito das excursões académicas, tão em voga na altura, neles participando formações de jogadores com a designação de Academico ou Vila Real Foot-Ball Club. Em 15 de Abril desse ano funda-se o Sport Club Atleta.

Já em 1922, a 6 de Janeiro, é fundado o Academico Foot-Ball Club.

Com a inauguração do Campo de Jogos do Calvário — aliás, à época, Campo de Jogos do Sport Club de Vila Real —, este clube consolida a sua posição de relevo no panorama desportivo vila-realense e passa a constituir a principal formação da vila. Esse campo é contudo utilizado também, para treinos e desafios, mediante o pagamento de uma mensalidade, por colectividades como o Sport Club Juventude Antoniana, o Grupo Desportivo de Salvação Pública e o Voluntário Futebol Club (uma destas colectividades ligadas às Corporações de Bombeiros chegou a ter um campo próprio), o Team Militar do RI 13 e o Grupo Desportivo dos Empregados do Comércio. Mas o Sport Club de Vila Real é que marcaria o futuro do futebol em Vila Real, evoluindo no sentido de uma equipa que iria, após a fundação da Associação de Futebol de Vila Real (1925), ser campeã de Trás-os-Montes durante mais de 20 anos ininterruptamente, obter alguns bons resultados a nível nacional e alcançar diversos outros títulos, taças e trofeus (Taça Povo do Norte, 1º Torneio Atlético, 2º Torneio Relâmpago, Taça Dr. Roque de Silveira, Taça Américo Martins Ferreira, Taça Tabu, Taça Trás-os-Montes da Federação Portuguesa de Futebol, Taça

António da Eira, Taça Marlene, Taça Dr. José Augusto Fernandes, Taça Óscar de Barros, Taça Jubileu dos Bombeiros Voluntários, etc).

A CASA LAPÃO

Elísio Amaral Neves

É bem conhecida a importância do pão na alimentação do homem, sobretudo nas regiões do interior, onde o sustento é geralmente baseado nos produtos que a terra dá, com excepção de alguns produtos que vinham do litoral, há muito presentes na dieta alimentar, como sejam a sardinha e o bacalhau. Em consequência deste papel primordial, encontramos em Vila Real uma grande quantidade de moinhos, junto das linhas de água, para moer o cereal e obter a farinha para o fabrico do pão.

Dada ainda a importância do pão, não surpreende que os moleiros e os padeiros (maioritariamente mulheres) ocupem lugar relevante no tecido económico, e portanto também social, de Vila Real. Os moleiros constituíam no séc. XVIII uma das cinco profissões com grémio estabelecido, participando como tal na procissão do Corpo de Deus. Os padeiros, por seu turno, estavam entre as quinze profissões mecânicas mais importantes à época.

As actividades ligadas ao fabrico do pão marcaram também a toponímia da vila. Houve provavelmente mais de uma Travessa do Forno e era comum designar-se determinado local pela importância que representava o forno de determinada pessoa, ali existente.

Muita gente se ocupava nessa actividade, entre elas as chamadas amassadeiras, a quem pertencia amassar o pão e que, muitas delas, prestavam serviço em mais de uma padaria. Uma dessas amassadeiras foi uma senhora chamada Vicência Augusta Cramez, que foi mãe, entre outros, do pintor Heitor Cramez (1889-1967) e de Miquelina do Carmo Cramez (1883-1958). Esta senhora casou em segundas núpcias com um viúvo chamado Francisco Delfim (1871-1947), de profissão pintor da construção

civil. Francisco Delfim ganhou a alcunha de Lapão, quando criança, posta por sua tia Filomena, sua protectora. A alcunha proviria do facto de Francisco Delfim ter caracteres somáticos (maças do rosto salientes, nariz curto e côncavo, baixa estatura) que o aproximavam dos habitantes da Lapónia.

Tendo herdado prédios de Aninhas Fresquilhandeira, madrinha da sua primeira mulher, e comprado outros nas imediações (uma área marcada pela actividade de padaria), Francisco Delfim resolve (um pouco estranhamente, uma vez que era operário de sucesso no seu ramo e ligado pelo casamento a uma família de grandes pedreiros e canteiros) recuperá-los e montar na Rua da Misericórdia, n^{os} 51 e 53, uma padaria (Padaria e Pastelaria Vilarealense) a que se associa a sua alcunha. Na sua decisão deve ter pesado também o facto de estarmos então em plena 1^a Guerra Mundial, em que a indústria da panificação apresentava fortes perspectivas de ser lucrativa. Essa padaria funciona regularmente até praticamente aos fins dos anos 30 do séc. XX.

O mesmo Francisco Delfim monta também, numa casa não muito afastada dali (Rua Teixeira de Sousa, n^{os} 6 e 8), igualmente sua propriedade e que reconstrói em 1931, uma mercearia que servirá ao mesmo tempo de ponto de venda do pão e da doçaria regional fabricados na sua casa.

Acontece que por casa de Miquelina e Delfim ia por vezes uma costureira, Delfina, que tinha uma irmã no extinto Convento de Santa Clara, que, embora extinto em 1855, ainda guardava os segredos da doçaria que ali se fabricou durante séculos. Essa senhora revela-lhes as receitas dessa doçaria (os pastéis de toucinho, ou de toucinho-do-céu, ou ainda cristas-de-galo, na denominação actualmente mais comum, os pastéis de Santa Clara, ou viuvinhas, as tigelinhas de laranja e outros pastéis cobertos com massa de hóstia).

Isso motivou Miquelina Cramez a avançar com o fabrico de algumas destas especialidades, às quais acrescenta a bola de carne, os covilhetes, os pitos, os santórios e, em momentos certos do ano, os cavacórios, ganchas e bexigas.

Francisco Delfim tinha entretanto já começado a introduzir os seus dois filhos, António Delfim Cramez (1912-1956) e Pompeu Delfim (1910-

-1991), na sua vida empresarial, o primeiro na parte industrial (a padaria), o segundo na parte comercial (a mercearia). Mais tarde, serão ambos funcionários do Grémio da Lavoura.

Quando se constitui a firma Vila Real Panificadora Ld^a, em 1 de Dezembro de 1940, na Rua Alexandre Herculano, nº 8, nas instalações da antiga Padaria Celeste, fundada em 1928, Francisco Delfim vendeu-lhe o alvará da sua padaria, mantendo-se contudo no local desta um dos oito postos de venda de pão da referida empresa até aos primeiros anos da década de 60. Contudo, a Dona Miquelina continuou a fabricar e a vender algumas das suas especialidades.

Em 1948, Pompeu Delfim, com um empréstimo do professor António da Cunha Serra, monta, num prédio de propriedade da família deste, com entrada pela Avenida Carvalho Araújo e pela Rua António de Azevedo, uma pastelaria, à época uma das melhores do norte interior, que se inaugurou no Natal desse ano. A ideia era dar a esta pastelaria o nome Alleo, chegando a ser impresso esse nome nas louças e nos documentos de facturação. Mas esse era o nome da fábrica de curtumes do Sr. José Pires Granjo, o que inviabilizou a ideia. Em alternativa, Pompeu Delfim deu-lhe o nome de Pompeia, forma feminina do seu próprio nome e que evocava o filme “Os Últimos Dias de Pompeia”, que ele, como cinéfilo, muito apreciava. Essa pastelaria chama-se hoje Nova Pompeia.

Na Pompeia havia três óleos da autoria do seu tio Heitor Cramez. A pressa com que foram pintados — diz-se que em duas noites! — é possivelmente responsável pelo facto de não estarem assinados, já que não agradariam plenamente ao artista.

Pompeu Delfim, a quem o negócio não corre favoravelmente, parte em 1952 para Angola, onde reconstrói a sua vida, apenas regressando definitivamente a Portugal depois do 25 de Abril.

Dona Miquelina Cramez continua a confeccionar as suas receitas de doçaria regional, agora com uma equipa mais reduzida (no passado, para além da própria, trabalhavam com ela a sua nora, esposa de António Delfim Cramez, de nome Alzira Martins Cramez (1910-1993), outras pessoas da família e profissionais sobretudo durante o período da Pastelaria Pompeia).

Após a morte da sogra no final dos anos 50, Alzira Martins Cramez,

a viver na Rua Nova, nº 46, após uma curta passagem por Lisboa, para onde saíra na companhia do filho mais novo, Artur António Martins Cramez (n. 1939), hoje responsável pela Casa Lapão, retoma o fabrico da doçaria regional. É apoiada nesta actividade por uma senhora de nome Rosa Marmetas, da Vila Velha, que também já tinha apoiado a Dona Miquelina, e confecciona sobretudo pastéis de toucinho, pitos, bolas de carne e covilhetes.

Artur Cramez era analista químico. Começou por trabalhar para a firma Vicominas; depois mudou-se para a Companhia Mineira do Lobito, em Angola; finalmente regressa a Vila Real, para chefiar os laboratórios dos Altos Fornos da Campeã. Um dia apercebeu-se de como o negócio da sua mãe era lucrativo. Como por outro lado ela começasse a sofrer de reumatismo — o que obviamente dificultava muito a actividade de amassar —, Artur Cramez solicitou-lhe que lhe cedesse parte da clientela e assim iniciou a sua actividade no ramo. Instala-se então, “clandestinamente”, durante 11 anos, no local onde funcionara a padaria, prédio que a mãe consegue evitar que fosse vendido e onde funcionava à época o *atelier* do pintor João Estrócio.

Em 13 de Dezembro (dia de Santa Luzia) de 1990, tendo como pretexto os pitos, que constituíam uma das especialidades que confeccionava, arranca com a Casa Lapão, onde hoje trabalham além dele outras seis pessoas, incluindo as suas duas filhas, Álea Zita Fernandes Cramez Azevedo e Rosa Maria Fernandes Cramez, que com o pai garantem a continuidade de uma empresa de tão grandes tradições em Vila Real.

OS BAILES DA CAROLINA

Elísio Amaral Neves

No último quartel do séc. XIX ainda havia lembrança dos bailes e dos festejos de Carnaval de 30 ou 40 anos antes. Festejos que eram um tanto truculentos e nem sempre asseados... Havia mascaradas (ficou célebre

o Entrudo do Zé Cavalaria, que mais tarde, já no séc. XX, encontraria eco nas fantasias e surpresas de Francisco Bessa); bombas de enxofre e clorato; batalhas de tremoços, feijões e milho; seringadelas cara-a-cara; assaltos às casas para enfarruscar ou empoeirar as raparigas; “baciadas” de farinha ou cinza despejadas das janelas sobre os transeuntes; pós de goma que se lançavam para o cabelo das senhoras, partindo-lhes, por cima, “ovos de gema”; luvas cheias de areia que, suspensas de fios entre janelas, derrubavam e amassavam as cartolas dos cavalheiros que passavam na rua... Como em tudo, estando essas tradições em declínio, havia gente que gostaria de assistir ao seu regresso, assim como havia quem se opusesse.

Mas de alguma maneira era preciso festejar o Carnaval. Nos finais do séc. XIX, inícios do séc. XX, como no passado, aparecem máscaras nas ruas. Sucedem-se as cavalhadas ou bailes de rua organizados pelas classes populares (artistas, operários, caixeiros), como o do Bandarra, dos Sapateiros, dos Marujos, dos Jardineiros. Continua-se a montar mastros de *cocagne*, em que havia animais (galos, cordeiros) dependurados para premiar quem fosse capaz de trepar até ao cimo. O mais importante era o do Largo do Pelourinho, mas podiam aparecer em outros lugares, às vezes em mais que um: na Rua dos Vazes, na Travessa 31 de Janeiro, no Largo de São João, na Rua da Cadeia... As bombas e estalos fazem a sua aparição. Representam-se entremezes, sobretudo na área rural: Mondrões, Parada de Cunhos, Vila Marim, Lordelo, Gravelos, Campeã, Escariz, Ferreiros, Borbela, Bisalhães, Guiães, etc. Fazem-se também bailes de máscaras, em casas particulares, como a da Família Samardã, e em espaços tornados públicos, como os salões da Rua da Portela, da Travessa de São Paulo, Largo do Chafariz, Rua Municipal, Largo do Hospital e, mais importante de todos, o da Rua Nova. Também nos clubes sociais (como o Grémio Vila-Realense e o Clube de Vila Real), nos salões do Americano, na União Artística, na Associação Comercial. Os teatros que foram existindo ao longo dos tempos também se prestavam a isso. Entre estes, o Teatro Circo, que, inaugurado em 1 de Janeiro de 1892, alberga os primeiros bailes de máscaras logo em 1893.

É no Teatro Circo que se realizarão, entre 1905 e 1957, bailes que ficaram famosos e se mantêm bem vivos no imaginário vila-realense. Em

1905, uma comissão de rapazes propõe-se realizar bailes de máscaras no Teatro Circo, comprometendo-se a fazer entrega dos lucros dos mesmos aos Bombeiros Voluntários, com a condição de serem aplicados integralmente na aquisição de aparelhos e instrumentos destinados à educação física dos associados da Corporação. (Aqui, é de fazer referência ao papel do Dr. Augusto Rua, que fora eleito 1º Comandante da Corporação em Dezembro de 1904, e era um homem com grande aptidão e gosto pela educação física, e em particular pela ginástica e pela atlética, tendo sido campeão nesta última modalidade. O Dr. Augusto Rua concebeu a ideia — tendo em vista a completa instrução do pessoal destinado ao serviço activo e a introdução nos costumes locais do hábito da ginástica — de que a Associação dos Bombeiros Voluntários pudesse ganhar a dimensão complementar de clube desportivo e, logo a seguir à sua entrada em funções, consegue que a direcção da Associação adquira com essa finalidade uma série de equipamentos — barras paralelas, barras fixas, escadas, um jogo de halteres pesando na totalidade aproximadamente 300 quilos, dinamómetros e outros —, que apetrecharam um ginásio que é montado no quartel da Corporação, à data na Rua de São Paulo. O Dr. Augusto Rua pretendia igualmente criar um parque de jogos desportivos — certamente o primeiro que foi pensado para Vila Real —, ideia que infelizmente não se concretizou, não só porque não havia terrenos livres junto ao quartel, como porque, no final do ano de 1905, o Dr. Rua, que era também professor, foi deslocado em comissão de serviço para Lisboa.)

Porquê localizar os bailes de máscaras no Teatro Circo, em 1905? Por um conjunto de condições particularmente favoráveis que o mesmo reunia: boa capacidade, ventilação, luz, conforto, existência de uma polícia do teatro (mais tarde substituída pelos próprios bombeiros), etc. A plateia era desmontada e o espaço assim conseguido era, tal como o palco, convertido em pista de dança. No espaço entre o palco e o lugar da plateia tocava uma orquestra: nos primeiros tempos um grupo de instrumentistas da Banda do RI 13, mais tarde a Banda de Mateus (a nova ou a velha).

O baile de 1905 constitui já um êxito popular, pelo que em 1906 houve famílias de classes mais elevadas que vieram espreitar... Novo êxito. De tal forma que, em 1907, essas famílias e outras lá estavam, em

camarotes na parte superior, a jogar, a dançar, a cear (vitela enrolada, cabrito assado, alguidares de arroz de forno, salpicão assado, covilhetes, etc), a divertir-se e a espreitar o que se passava lá em baixo, onde as classes mais populares dançavam, sob as indicações de um marcador, e se divertiam à sua maneira. A esses camarotes e salão de baile anexo foi assegurada servidão independente com serviço de café e confeitaria autónomo. Em 1908, o êxito foi já enorme. Comparecerem centenas de máscaras e individualidades de grande representação social, como o Governador Civil do Distrito, o Administrador do Concelho, os agentes do Banco de Portugal, o Conselheiro António de Azevedo Castelo Branco...

Em 1909 houve ainda mais gente. Os bailes são já publicitados como “3 bailes monstros”. A afluência obriga à improvisação de frisas à volta da plateia. Lançaram-se nesse ano 20 mil serpentinas e 200 quilos de confétis. De tal modo, que a remoção de todo este papel da pista, para que se pudesse dançar, obrigava ao serviço permanente de 6 a 8 pessoas!

Em 1910, intensifica-se a presença de gente de fora: Sabrosa, Régua, Vila Pouca de Aguiar... Os bailes continuam a atrair gente de todos os extractos sociais. Resistem às restrições e proibições impostas pela guerra. O Teatro Circo, já a precisar de obras, vai continuando a servir de cenário a estes bailes, que se realizam sempre como forma de obter proventos para a Associação dos Bombeiros Voluntários (Cruz Verde), até que em 1957 já foi preciso meter escoras. Foi este o último ano dos bailes que, durante mais de 50 anos, constituíram um acontecimento de enorme importância na vida social vila-realense. A cidade ainda recorda, com saudade e um sorriso, a “melhor coisa que Vila Real tinha”. Dançava-se, folgava-se, bebia-se, comia-se, ensaiavam-se aventuras amorosas, que às vezes terminavam com uma proposta do género: “Vamos ver as horas ao Calvário?”

Estes bailes, sobretudo nos anos 40 e 50 do séc. XX, eram precedidos de ruadas promocionais para convencer os ainda indecisos. Embora possa ter havido antecedentes, estas ruadas devem-se ter tornadas regulares a partir de 1941. Eram grupos de rapazes com archotes, fazendo evoluções e cantando o “Vai-te Embora”, acompanhados por alguns dos elementos da banda que iria actuar nos bailes. A estes juntavam-se familiares, amigos

e circunstantes, formando uma rusga animada e barulhenta que funcionava como a melhor promoção dos bailes. A letra do “Vai-te Embora” permitia três evocações: o comboio (das cinco e meia da manhã, que muitos dos participantes nos bailes deviam tomar...); o “prego”, meio de obter dinheiro para as fantasias, o ingresso e as despesas do bufete; e as diferenças sociais representadas pelo “lá em cima” e pelo “cá em baixo”...

A partir de certa altura, estes bailes passam a ser conhecidos popularmente por “Bailes da Carolina”. Porquê? O nome deve ter surgido no período entre 1937 e 1942, em que se formaram e reorganizaram em Vila Real diversos grupos folclóricos nos bairros: as Ceifeiras de São Dinis, na Vila Velha; as Princesas do Corgo, em Santa Margarida; o Grupo das Aguadeiras, em Almodena. Estes grupos ganharam projecção local e regional, o que os levou naturalmente a serem chamados para se exhibir nos bailes, com destaque para o ano de 1940, ano das Comemorações do Duplo Centenário. Um ano, motivado pela presença destes grupos, que com eles arrastavam outras pessoas dos mesmos bairros, apresentou-se no baile de máscaras uma senhora que trazia uma faixa ou um cartaz nas costas, em que se lia: “Bairro da Carolina” (Carolina era a própria portadora do cartaz.) Até aí, os bailes não tinham nome. A Carolina e o seu grupo eram suficientemente representativos da alegria, juventude e vivacidade que se esperava das mulheres que participavam nos bailes. Por isso as pessoas, achando-lhes graça, encontraram o nome que faltava ao baile: “O Carolina” (que tanto significa o bairro, como o baile, como o próprio Carnaval no Teatro Circo). O nome aparece documentado numa marcha intitulada “Ó Carolina!”, de 1943, com letra de Aquiles de Almeida e música de F. Silveira, e no conhecido trabalho de Bandeira de Toro, do mesmo ano, onde se referem os “Bailes da Carolina”. Mas a publicidade feita pelos promotores só em 1945 lhe dá esse nome, que a partir daí consagrará os mais animados bailes que jamais se realizaram em Vila Real.

PARTIDA DO RI 13 PARA A GUERRA

A. M. Pires Cabral

Em 21 de Abril de 1917, a então vila de Vila Real assistiu a um dos acontecimentos mais emotivos da sua longa história: a partida do 1º Batalhão do Regimento de Infantaria 13 para a guerra.

Na “Ilustração Portuguesa” de 7 de Maio de 1917, ficou registado pela objectiva do fotógrafo António Vieira de Carvalho Claro Júnior um momento do desfile dos militares, na Rua Miguel Bombarda, precedidos da banda regimental e acompanhados de uma verdadeira multidão de familiares e povo em geral, em direcção à estação do caminho de ferro.

Esse momento deixou eco na obra de dois escritores durienses. Um deles foi o alferes João Pina de Morais, natural de Valdigem, Lamego, que ia integrado no próprio batalhão. O outro foi Domingos Monteiro, natural de Barqueiros, Mesão Frio, que possivelmente teria testemunhado o acontecimento. Pina de Morais dedicaria aliás à campanha da Flandres um pequeno livro de crónicas e impressões da frente de batalha, intitulado *Ao Parapeito*, cujo primeiro capítulo é justamente a descrição da partida. Domingos Monteiro, entre a obra muito vasta e de grande qualidade literária que nos legou, escreveu um romance intitulado *O Caminho para Lá*, em que integra elementos históricos — entre eles a despedida do RI 13, de que era oficial uma das personagens principais. São dois registos diferentes do mesmo facto: um dado por quem está *de dentro*, muito emotivo mas mais técnico, outro dado por quem é *espectador*, ainda algo emotivo mas sobretudo mais literário.

O batalhão seguiu de Vila Real para Lisboa em duas composições ferroviárias, chegando no dia imediato a Alcântara. Embarca em seguida num navio que o leva para Brest, na França. Segue-se a instrução militar e a participação na guerra, com os momentos de heroísmo, medo e horror que há sempre em todas as guerras. O ponto culminante é a batalha de La Lys e a defesa do reduto de Lacouture, a 9 de Abril de 1918, em que morreu um número significativo dos nossos soldados.

Em 13 Setembro de 1919, o batalhão é recebido na estação de Vila

Real, de onde partira. Uma comissão de oficiais do 13 prepara-lhe uma recepção condigna, com festejos nos dias 13 e 14. No dia 20 do mesmo mês, o ministro da Guerra desloca-se a Vila Real, para fazer entrega solene da insígnia da Cruz de Guerra ao batalhão.

Mas andava há já algum tempo no ar — e naturalmente não apenas em Vila Real — a ideia de uma homenagem mais duradoura àqueles que tinham deixado a vida nos diversos teatros de guerra, nomeadamente a Flandres e também Angola e Moçambique. A Junta Patriótica do Norte, com sede no Porto, assume um papel preponderante de liderança e dinamização da ideia, enviando circulares às Comissões Executivas das Câmaras Municipais com sugestões e incentivos. Numa circular de 30 de Julho de 1919, transmite a sugestão do poeta-soldado de Amarante, Augusto Casimiro (também ele participante na Guerra), de “fixar em lápide ou outro monumento, em cada sede de concelho, os nomes dos mortos na Grande Guerra”. Em resposta, a nossa Comissão Executiva informa de que já dera o nome de Carvalho Araújo à Avenida Municipal.

Homenageou-se desta forma, na toponímia, um herói (sentido por Vila Real como o seu maior herói) da Guerra. De qualquer modo, era uma homenagem individual. A homenagem colectiva porém continuava por prestar. Em 29 de Fevereiro de 1920, a Junta Patriótica do Norte lembra à Comissão Executiva a conveniência de ficarem arquivados em acta os nomes dos mortos na Grande Guerra e ser colocado um padrão, ou pelo menos uma simples lápide comemorativa, no átrio ou fachada dos Paços do Concelho. Acaso estimulada por mais esta sugestão da Junta Patriótica do Norte, a Comissão Executiva oficia em 13 de Março de 1920 ao comandante da 6ª Divisão do Exército, sediada em Vila Real, no sentido de este organismo lhe fornecer os nomes dos mortos na Grande Guerra. A resposta, porém, não é de todo animadora. A 6ª Divisão responde três dias depois que não pode satisfazer o pedido, por falta de elementos, uma vez que as praças do concelho foram dispersas por várias unidades que fizeram parte do Corpo Expedicionário Português. Mas avança uma sugestão: perguntar aos regedores das várias freguesias. A Comissão Executiva assim faz: em 18 de Março envia uma circular aos regedores, sendo conhecidas algumas das respostas dadas por estes. Mas desconhece-se se todos

responderam e se as respostas foram consideradas satisfatórias. A verdade é que o assunto arrefece algum tanto, lendo-se na acta de 8 de Abril de 1920 a deliberação de consagrar oportunamente a memória dos vila-realenses mortos na guerra, dado que de momento era impossível fazê-lo por falta de elementos — possivelmente os próprios nomes a consagrar e até talvez meios financeiros.

O RI 13, pelo contrário, tinha avançado um pouco mais neste campo e em 10 de Junho de 1920 descerrava uma lápide no seu quartel com os nomes dos *seus* mortos, que obviamente inclui soldados de fora do concelho de Vila Real. Pelo que toca a militares vila-realenses, contudo, a lista está bastante incompleta. Essa lápide acompanhou a mudança do RI 13 para o novo quartel, em 15 de Junho de 1952, e lá se encontra ainda, numa parede do átrio do corpo principal. (De notar que um outro memorial aos mesmos mortos, possivelmente contemporâneo da construção do quartel, se encontra ao ar livre, logo ao lado esquerdo de quem entra a porta de armas.)

Entretanto Carvalho Araújo continua a ter um lugar muito especial no imaginário vila-realense e prossegue a ideia de um monumento, que, após vicissitudes várias, acaba por ser executado pelo escultor Anjos Teixeira e inaugurado em 14 de Outubro de 1931, aniversário da morte. A cerimónia do lançamento da primeira pedra ocorrera em 14 de Outubro de 1923. Esta atenção prestada a Carvalho Araújo pode ter colocado em segundo plano a homenagem ao grosso dos mortos na guerra.

Mas “O Povo do Norte”, dirigido pelo emérito republicano Adelino Samardã, anuncia em 26 de Outubro de 1924 que vai ser levantado um padrão de guerra aos soldados mortos do concelho de Vila Real, adiantando mesmo o alçado do projecto, da autoria do Capitão João Peres, e a sua futura localização, na Avenida da Estação. Parece tratar-se de uma iniciativa de uma comissão cívica, na qual ignoramos qual o exacto papel dos organismos oficiais (a notícia é omissa a esse respeito).

Mas a Comissão Executiva não desiste da ideia da lápide aos mortos da Grande Guerra. Em 11 de Dezembro de 1923, oficia ao RI 13, solicitando a lista dos militares daquela unidade, naturais do concelho, caídos pela Pátria. O RI 13 responde com celeridade, enviando uma lista

logo a 15 de Dezembro. Em 31 do mesmo mês e ano, a Comissão Executiva envia também uma nova circular aos Presidentes das Juntas de Freguesia no mesmo sentido. Agora, de posse dos elementos pretendidos, a Comissão Executiva pode mandar executar a lápide. Ignoramos contudo quando o fez. Sabemos, sim, que hoje a lápide está na frontaria dos Paços do Concelho, ao lado direito da porta principal. Mas é uma placa um tanto problemática. Primeiro, porque há discrepâncias nos nomes registados, que não coincidem com a informação recolhida. Segundo porque, embora tenha a data de 11 de Novembro de 1925 (por coincidência ou não, o 7º aniversário do Armistício), sabemos que não foi colocada nessa altura. Na verdade, em 22 de Março de 1925, “O Povo do Norte”, anunciando as comemorações do 9 de Abril, promovidas pela Liga dos Combatentes da Grande Guerra, cuja agência local foi inaugurada nesse mesmo dia 9 de Abril de 1925, noticia que “a Câmara vai inaugurar nesse dia a lápide com os nomes de todos os combatentes mortos durante a guerra e pertencentes ao concelho de Vila Real, lápide que, segundo julgamos, será colocada na sala das sessões”. Isso porém não chegou a acontecer nesse dia, nem tão pouco no 11 de Novembro, porque, a 22 de Novembro de 1925, o mesmo “Povo do Norte” refere que se encontra já “em poder da Câmara Municipal a lápide de mármore com os nomes de todos os combatentes mortos durante a guerra e pertencentes a este concelho, a qual será colocada na sala das sessões do nosso município”.

Certo é que, por deliberação da Comissão Executiva, de 16 de Outubro de 1926, é dado à Rua Central o nome de Rua dos Combatentes da Grande Guerra. Esta deliberação é tomada a pedido da Liga dos Combatentes, que, no seu ofício à Comissão Executiva, insistia para que a respectiva placa toponímica estivesse já colocada no dia 11 de Novembro, em que, como vimos, se comemorava o Armistício.



Vila Real de Trazes-Montes

Photographia da Aviação Militar, tirada em 30 de Agosto de 1928

Vila Real de Trazes-Montes — Photographia da Aviação Militar, tirada em 30 de Agosto de 1928 • Prova fotográfica • Col. Assembleia Distrital de Vila Real



S. An. do esque cido • Pintura, séc. XVII / XVIII • Col. Assembleia Distrital de Vila Real

Queridos Condiscípulos:

Há em Panoias, nos meus sítios, um grande santuário pagão que a sombra das carvalheiras cobre de melancolia. Formado por toscos altares cavados no granito, a credulidade dos nossos antepassados acalmava ali, sacrificando rezes, a fúria dos deuses de então. No sopé das algumas dessas aras de sangue e de esperança, que visito ritualmente sempre que posso, vêem-se ainda inscrições votivas. E não é sem uma ponta de desencanto que verifico dia a dia, na mais conservada, a crescente dificuldade de soletrar o nome de Caio Calpúrnio Rufino, funcionário romano. Aquela identificação patriciana a delirar-se na solidão das serranias actua dentro de mim como devia e deve actuar o "Memento homo" na consciência dos Césares e dos Papas. Do silêncio anónimo da multidão de fiéis ergueu-se a voz letrada e singular de alguém a tentar eternisar-se na memória do céu e da terra. E no curto prazo de dois mil anos o céu muda de ocupantes e a terra de fisionomia! As potestades lapidas do preito assinado deixam de ter sentido, e os lagedos oferecem a outro cinzel ávido de imortalidade a grã disponível ...

Caio Calpúrnio Rufino nesta parede, por vosso enternecedor devotamento e carinho, vejo-me já ilegível daqui a meia dúzia de lustros. Depois do verdete habitual, que irónicamente esfuma à vista dos próprios inauguradores todas as vaidades ou modéstias monumentalizadas, a erosão impiedosa do tem-

po fará do bronze comemorativo o mesmo que fez da lápide sagrada. E quem vier decifrar estas letras, agora reluzentes e nítidas, há-de coçar os olhos e desistir, como eu começo a fazer lá na montanha diante das outras. A noite do esquecimento não deixará mais uma vez que o halo dum luar ilusório perturbe o sono das horas passadas.

Com raras e corajosas exceções, o homem é um trãnsfuga incorrigível do temporal. Vive a sonhar-se vivo depois de morto. Enquanto há-de amar, entalha a imagem do coração pulsátil na casca das tílias do jardim do amor; e em vez de contemplar o panorama que o circunda, identifica-se no calcário da torre onde subiu. E só a mão severa da realidade, misericordiosamente, o reintegra na dignidade da condição, reduzindo a pó o mesmo almofariz o transitório muito que ele foi e o duradoiro nada que quiz ser.

Fiel a esse destino terreno, que não deixa carne sem apodrecimento, na obra sem caruncho, protestei até onde pude contra a homenagem que me prestais, até porque a julgo imerecida no plano dos valores de que sou apenas honrado e humilde servidor. Com toda a sinceridade de que sou capaz, afirmo-vos que nunca escrevi uma página, defendi uma ideia ou resisti a qualquer violência contra o espírito senão movido pelo íntimo desejo de cumprir dignamente o meu dever de indivíduo na batalha que se trava desde que o mundo é mundo às portas da perdição coletiva. Sem fé noutra transcendência que não seja a dos actos iluminados por dentro, move-me o simples desejo de man-

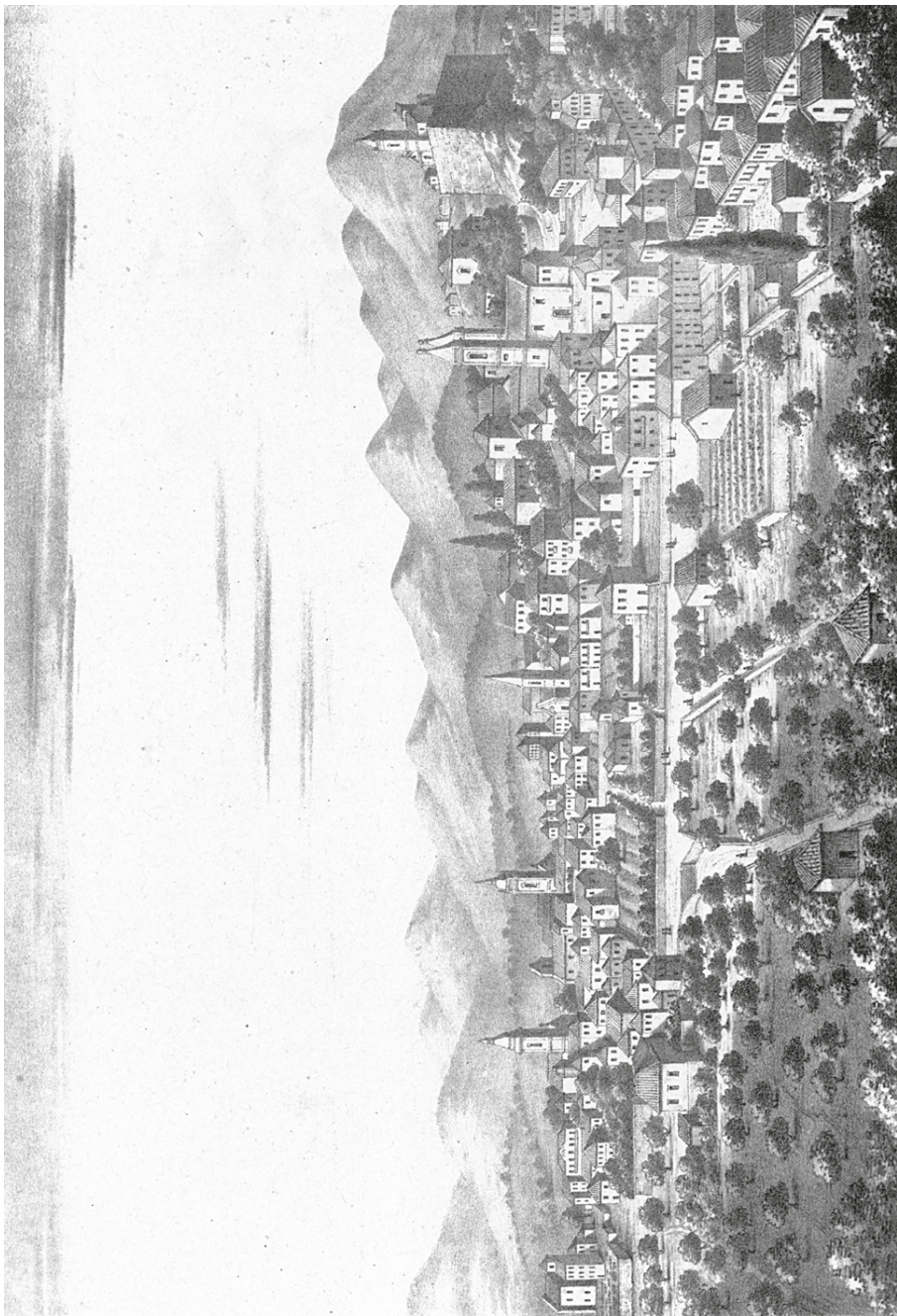
ter acesa, sem sombras de desfalecimento, a minha pobre luz de pirilampo, batida por ventos adversos. Ora isto não é de celebrar. Quem faz o que pode, faz o que deve.

Mas se, em princípio, me parece inútil, e, em termos pessoais, descabido, reconheço contudo a este público testemunho de apreço o mérito da exemplaridade. Para lá do que diga ou não diga de mim, ele é o espelho cristalino de meio cento de leais e generosos companheiros que quiseram focar na minha pessoa a claridade solar das suas almas. E visto que estamos numa cidade estudantil, onde as gerações se sucedem como ondas inquietas e coloridas do mar da Pátria, e vivemos numa época que apenas semeia nos corações da mocidade o joio da mesquinhez e do cálculo, só devemos desejar que se multipliquem semelhantes legendas doiradas. Mesmo que falhem no seu propósito rtalizador, transmitem aos que chegam o calor dos que partem. Nas ladeiras da escola que lhes vai ensinar uma técnica profissional, a lição duma riqueza humana que reparte às mãos cheias o tesouro da admiração.

Beneficiário afortunado dessa prodigalidade, resta-me apenas agradecer-lhe comovidamente e tentar ainda vir a ser digno dela. Há milagres. E pode acontecer que de uma tenaz, e agora estimulada, vontade de acertar, acabe por sair o acerto. Seria a única maneira de eu voltar a subir e a descer esta rua, não digo na paz de outrora, mas ao menos sem me sentir envergonhado. Grito de todos os mudos, coevos e vindouros, e, portanto, suprema forma de acção e de risco, a voz dum escritor,

mesmo limitado, quando é pura e sentida, confere-lhe o direito de enfrentar de cara descoberta os credores absolutos da sua insolvência relativa. Por isso, o meu grande problema de ora em diante não é o de saldar a dívida que contraio neste momento para convosco: é pagar-vos os juros com o máximo de beleza que consiga arrançar da pena rebelde que a natureza me deu.

Miguel Torga



Vista de Vila Real • Litografia, 1858 • Col. Elísio Amaraal Neves

O Seren. Sr. Dom Gaspar Arcebispo Primaz, e Sr. de Braga concede 40 dias de Indulgençia por cada vez que fizerem a Novena do dito Santo: e o mesmo a quem o vizitar, rezando tres Padre nossos, e tres Ave Marias, e huma Salve Rainha, e o Excel. Sr. Arcebispo de Santiago de Galiza 80. dias.



O Excel. Rever. Senhor Bispo do Porto concede 40 dias, e na mesma forma, e a quem o vizitar na Igreja de N. Senhora da Lapa das Confissoens, e na sua Capella de Folgoza. e o Exc. Sr. Bispo Conde de Coimbra, e o de Tuy, Leyria, e Miranda, o mesmo.

O H Meu Santo Fructuozo, — Rogai por mim a meu Deos, Me seja na terra, e nos Ceos, — Mizericordiozo.

Deos vos salve Santo Fructuozo, Pay dos Pobres, luz da Patria, Espelho da virtude, Purcio muito amado, intercedei a Deos para que vos gozemos lá nessa gloria.

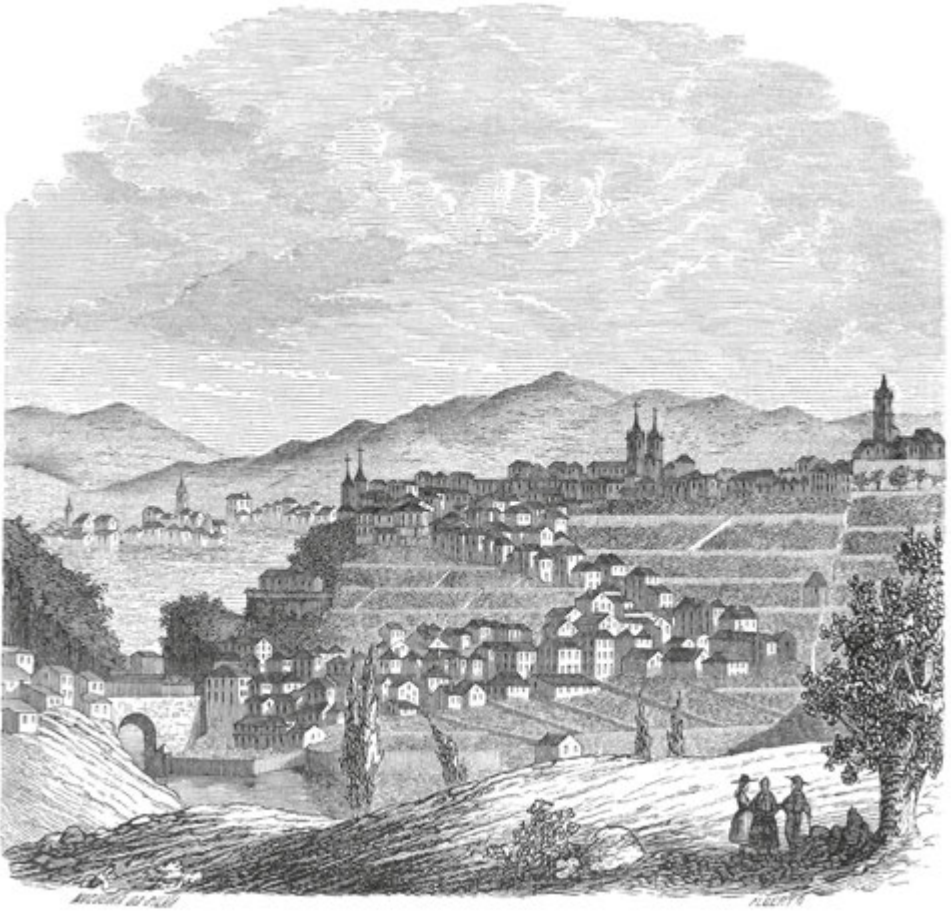
Oração.

B Enignissimo Senhor, que vos dignastes engrandecer a vossa Igreja com frutos de penitencia, e virtudes heroicas de vosso servo S. Fructuozo: concedei-nos propicio, que imitando nós as suas virtudes subamos tambem por essa arvore de vida acolher frutos de merecimentos, livres de todas as enfermidades desta vida para vos gozar nessa gloria. Por Christo-nosso Senhor. Amen.

Este he aquelle milagrozo Santo, advogado contra os caens dānados, bichos venenozos, cezoēs, maleitas, malinas, dores de ossos, e corpo, denominado a *Santa Cabeça*, q̄ sendo menino deixando-o o Pay avigiār as sementeiras para os passarinhos as naõ comerem, os cercou pondo-lhe hũa grade no campo para naõ chegarem às sementeiras, quando o Pay o vio na Igreja lhe falou nos passarinhos, respondeo q̄ estavaõ prezos; e hindo todos a ver aquelle prodigio, os acharaõ obedientes à prizaõ, e tirando-lhe o cerco passaraõ por elle, e fugiraõ todos. Seja Deos admiravel nos seus Santos.



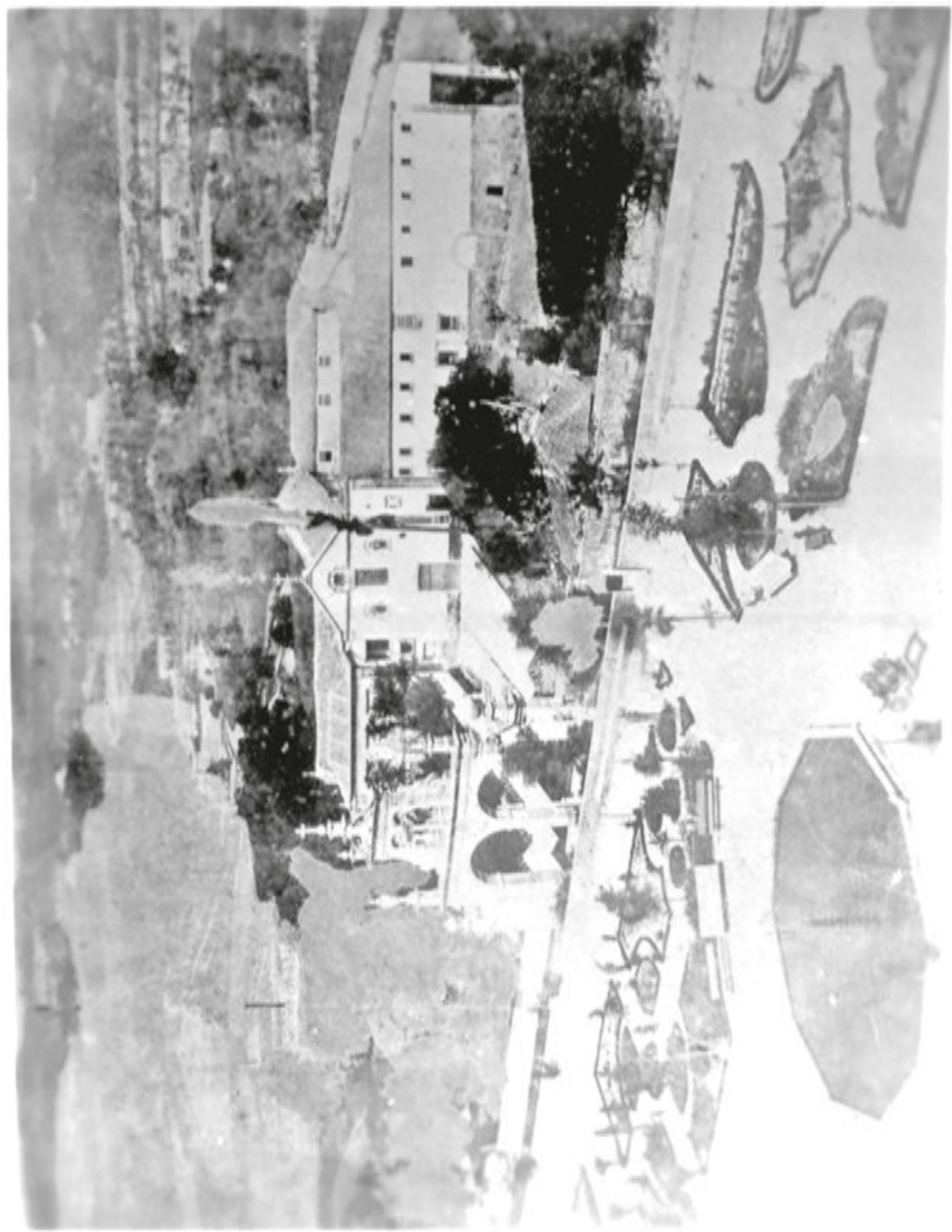
Largo em Villa Real [Chafariz do Tabulado, 1532] • Prova fotográfica, albumina, c. 1890 • Col. DGARQ / CPF, 6029 APV



Villa Real vista da ponte do Corgo - Gravura segundo desenho de António Lopes Mendes, 1863 • Col. Elísio Amaral Neves



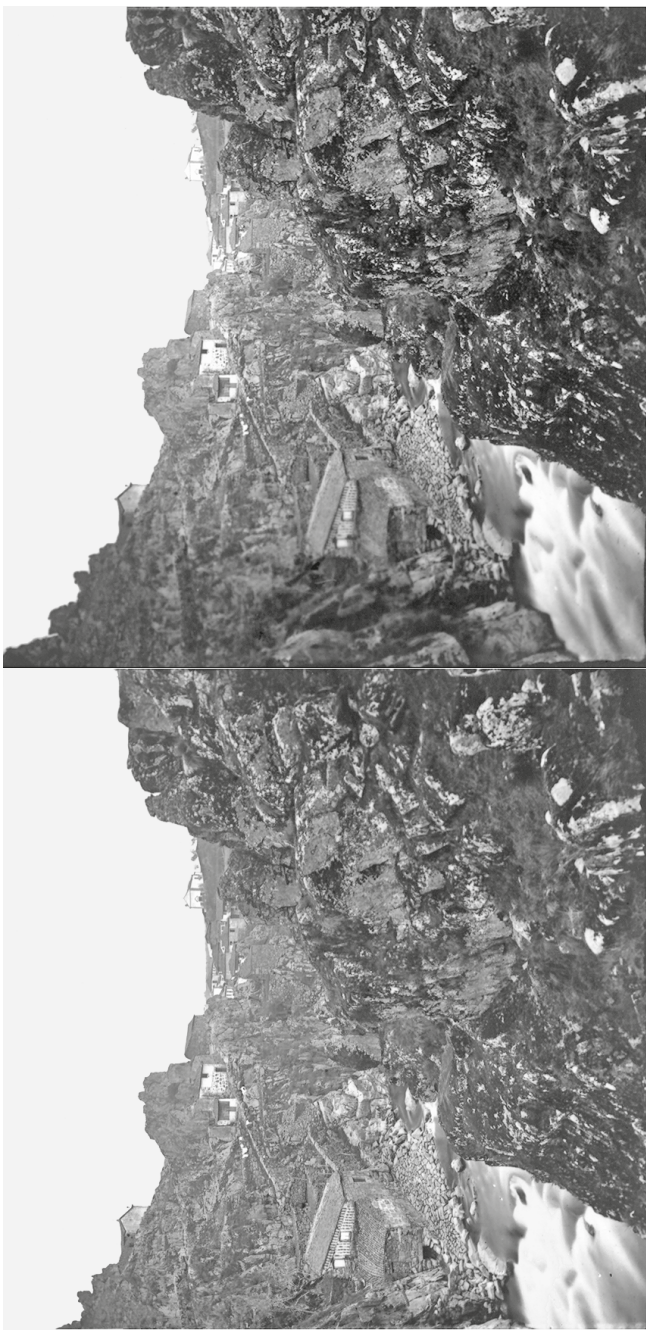
Vista de Villa Real tirada da Torre de S. Dinis • António Narciso Alves Correia, prova fotográfica, albumina, dec. 1870 • Col. Biblioteca Real da Ajuda



Jardim Público e Convento de S. Francisco • Prova fotográfica, déc. 1870 (?) • Col. Alberto Eduardo Viana Pereira da Costa



Rua dos Açougues, hoje Rua Heitor Correia de Matos • Desenho de Trindade Chagas, 1.ª metade do séc. XX • Col. Elísio Amaral Neves



Margens do Corgo • Carlos Relvas, prova fotográfica estereoscópica, déc. 1870 • Col. Casa-Museu Carlos Relvas (Golegã)



João Baptista Ribeiro, auto-retrato • Desenho a carvão, 1845 ou 1846 • Col. Elísio Amaral Neves



Casa onde viveram Francisco e José Rodrigues de Freitas, Rua do Cano Velho • Alberto Meira, prova fotográfica, déc. 1920 • Col. Elísio Amaral Neves



Casenta da Peneda • Carlos Relvas, prova fotografica, dec. 1870 • Col. Casa-Museu Carlos Relvas (Golegã)



Companhia Transmontana.

N.º 1529

R\$ 100\$000



Caminho de Ferro Americano entre a Regoa e Villa Real

DIVIDENDOS
1876
1877
1878
1879
1880
1881
1882
1883
1884
1885
1886
1887
1888
1889
1890
1891
1892
1893

SOCIEDADE ANONYMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPITAL, REIS 200:000\$000

O Sr.

é interessado n' esta Companhia por uma
Ação de valor nominal de Cem mil reis,
da qual se acha realisada a quantia abaixo
mencionada

PORTO 31 de Dezembro de 1875.

Os Directores

DIVIDENDOS
1894
1895
1896
1897
1898
1899
1900
1901
1902
1903
1904
1905
1906
1907
1908
1909
1910
1911

PRESTAÇÕES REALISADAS POR ACÇÃO

Ratificação	Primeira	Segunda	Tercera	Quarta	Quinta	Sexta
10\$000	10\$000	20\$000	20\$000	20\$000	10\$000	

CUMENA

SANTA RITA

Companhia Transmontana — Caminho de Ferro Americano entre a Regoa e Villa Real. Acção, 1875 - Col. Elistio Amaral Neves

Ex.^{mo} Sr.

Participo a V. Ex.^a que acabo de estabelecer um collegio, para meninas, na Quinta do Seixo, um dos sitios mais saudaveis de Villa Real e no qual se lecciona portuguez, francez, piano, canto e todas as mais prendas que constituem a esmerada educação de uma senhora.

Rogo a V. Ex.^a a fineza de ler o programma de ensino que acompanha esta carta,

Sou com toda a consideração

De V. Ex.^a

Mt.^o Att.^a e Ved.^a

Maria Izabel Stuart Torrie.

COLLEGIO STUART

Quinta do Seixo

VILLA REAL



N'ESTE collegio, dirigido por D. Maria Ezabel Stuart Torrie, se aceitam alumnas internas até à idade de 13 annos, semi-internas e externas até 16 annos, ás quaes se lecciona portuguez, francez, piano, canto e toda a qualidade de bordados e costura, sendo as alumnas habilitadas a cortarem à vista de figurinos e por escalla e a executarem toda a qualidade de vestuario proprio de senhoras e creanças.

Todas as discipulas serão tratadas com todo o carinho e esmero.



Alumnas internas com leccionação d'instrucção primaria..	rs. 6\$000
“ “ “ “ de portuguez, francez e piano..	“ 10\$000
“ “ “ “ “ “ canto..	“ 12\$000
“ semi-internas com leccionação d'instrucção primaria..	“ 4\$000
“ “ “ “ de portuguez francez e piano..	“ 7\$000
“ “ “ “ “ “ canto..	“ 9\$000
“ externas com leccionação d'instrucção primaria..	“ 1\$500
“ “ “ “ de portuguez, francez e piano..	“ 4\$500
“ “ “ “ “ “ canto..	“ 6\$000

Terão abatimento de 10 p. c. sendo duas alumnas de uma familia e sendo tres de 15 p. c..

Todos os esclarecimentos serão prestados no mesmo collegio.

As mensalidades serão pagas adiantadas.



Amai a Maria Santissima Rainha das Virgens,
e a S.^{ta} Filomena Virgem e Martyr.

ORAÇÃO.

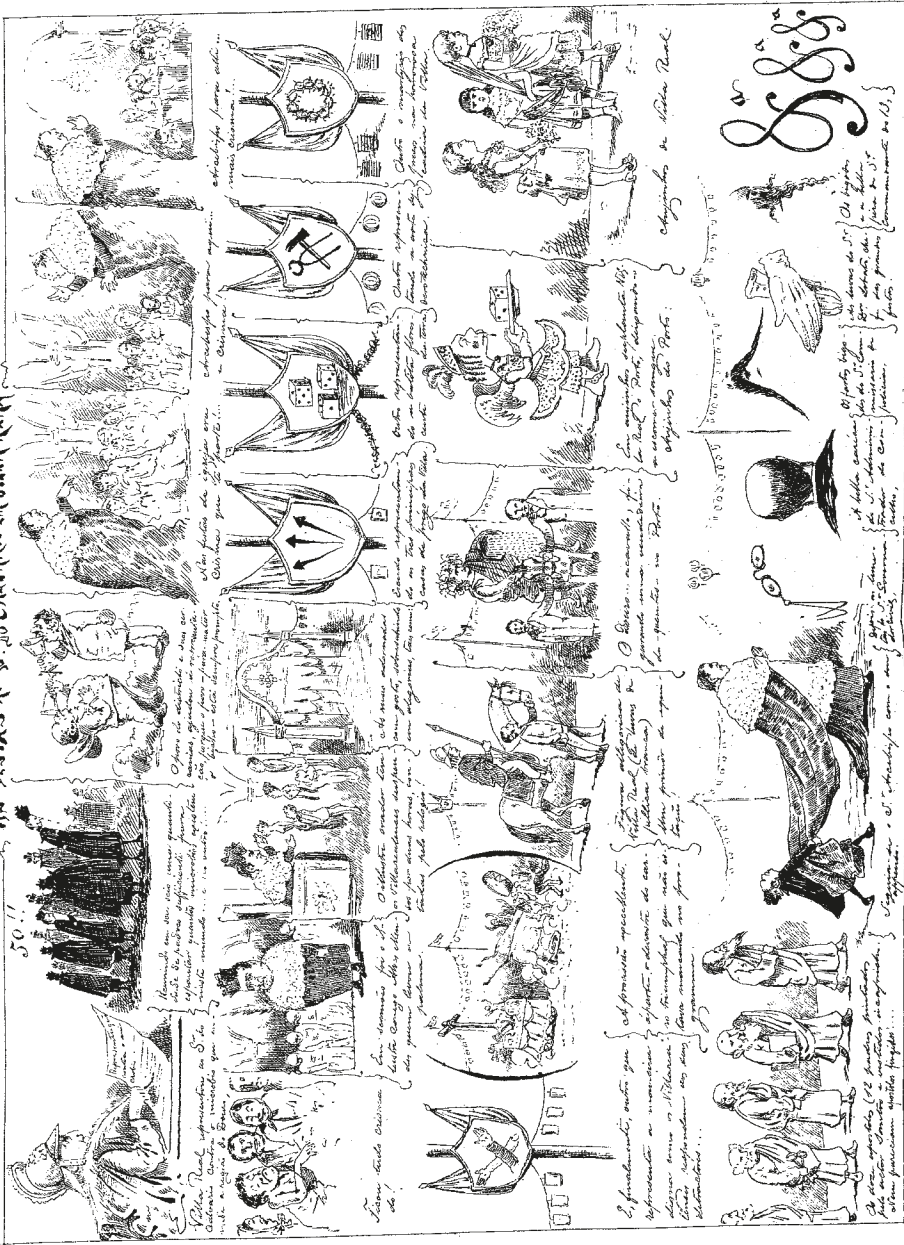
O amantissimo Jesus! Prostrados diante do Throno da vossa Gloria e apresentando vos as nossas afflicções vos dirigimos as mais feruorosas supplicas, para alcançar, com a protecção de S.^{ta} Filomena vossa Virgem e Martyr, a graça de N... de que tanto necessitamos, se ella fór do vosso Divino agrado. Ah! jullem entretanto em nosso favor os tormentos e a morte, que soffreo a vossa Virgem e invicta Martyr por vosso amor, e interceda por nós aquelle sangue, com que forão purpurados os castos Lirios da sua Virgindade, para que possamos sempre ser fieis aquella S.^{ta} Religião, que professamos, e da qual recebemos auxilio e conforto para vos invocar sempre, e em todo o lugar com confiança de filhos. Amen. P. N. Ave M.^{ra} e Credo.

Venera-se no Convento de S.^{ta} Clara de Villa Real
S.^{ta} Em.^{ta} concede 2.^{ta} dias de Indulgençia a q.^{ra} rezar estas Orações

N.º 1.º lith.

Off. Lith. de S.^{ta} Regina.

AS FESTAS DO S. DO CALVARIO EM VILLA REA



Gravado por J. de S. do Calvario

As Festas do S. do Calvario em Vila Real. Caricatura publicada no semanário O Sorveze, Porto, 3 de Agosto de 1884 - Gravura segundo desenho de Sebastião Sanhudo - Col. Biblioteca Pública Municipal do Porto

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

É grave, é solemnisssima a conjunctura que estamos atravessando.

Ninguém desconhece os perigos que rodeiam a integridade da patria e assoberham os nossos brios de nação livre e independente. Por todos os angulos do paiz estalou, com o medoso estampido que precede a centelha assoladora, o convenio celebrado em Londres, em 20 de agosto. Tamaña affronta e villipendio foram digna e imponentemente verberados em manifestações da mais elevada significação. De quasi todos os pontos da nação rugiu a publica indignação contra as clausulas inaceitaveis e humilhantes do tratado. Estas explosões de colera, tão freneticamente applaudidas n'esta região, redobram-nos o estímulo e acendram-nos o desejo de congregarmos em comicio as vozes soltas e dispersas, que, desde a povoação mais importante do districto até ao tugurio mais humilde, gemem e lamentam, em notas vibrantes de patriotismo, as desgraças e decadencia da nação. A naturæza e qualidade da pendencia impelliu-nos a tomar n'esta localidade a iniciativa de dar vulto e movimento aos sentimentos que se assehorçaram de todos os nossos patricios e concidadãos. Não ha divergencias politicas em assumpto tão intimamente relacionado com a autonomia da nossa nacionalidade. Têm n'este momento igual importancia e significação todos os pendões. Dirigimo-nos a todos, e de todos esperamos a mais leal e dedicada cooperação, para que o comicio que tencionamos effectuar no dia 28 do corrente mex pelas 12 horas da manhã, e para que temos a honra de convidar V. Ex.^a, traduza nitida e solemnemente a opinião d'esta valiosissima parte da provincia ácerca do alludido convenio.

Somos com a maior consideração e respeito

VILLA REAL, 23 de Setembro de 1890.

*De V. Ex.^a
Att.^{os} e Vnd.^{os}*

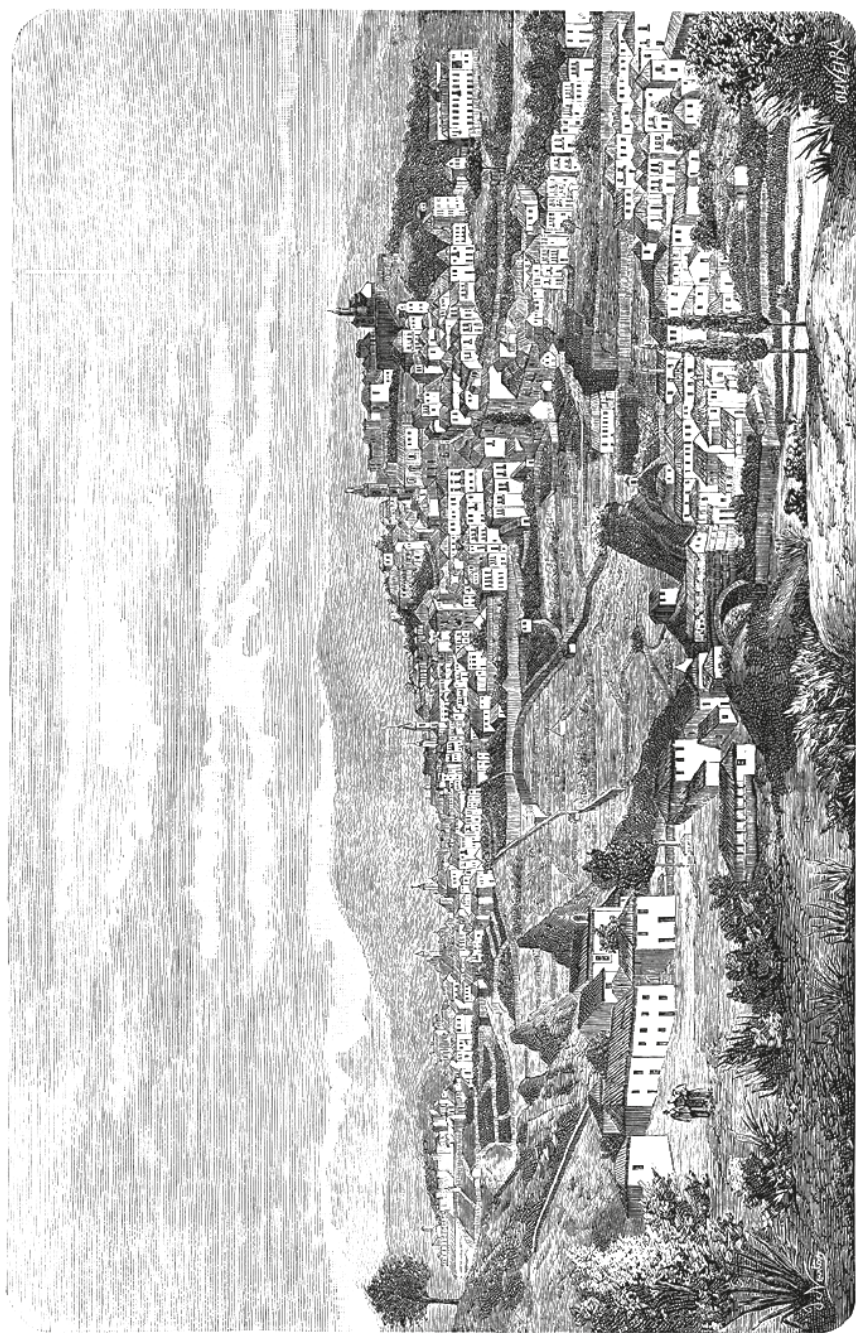
*Conde de Villa Real
José Joaquim Rebello da Silva
Albano Baptista de Sousa
José Coelho Mourão Teixeira de Carvalho
Joaquim d'Almeida e Silva
Luiz Antonio da Hozrega Pato Soares
Avelino Belindo da Silva Patana
Jeronymo Joaquim Bartholomeo d'Arango
Manoel Maria Teixeira d'Alreu
P.^o Antonio Alares Ferreira.*



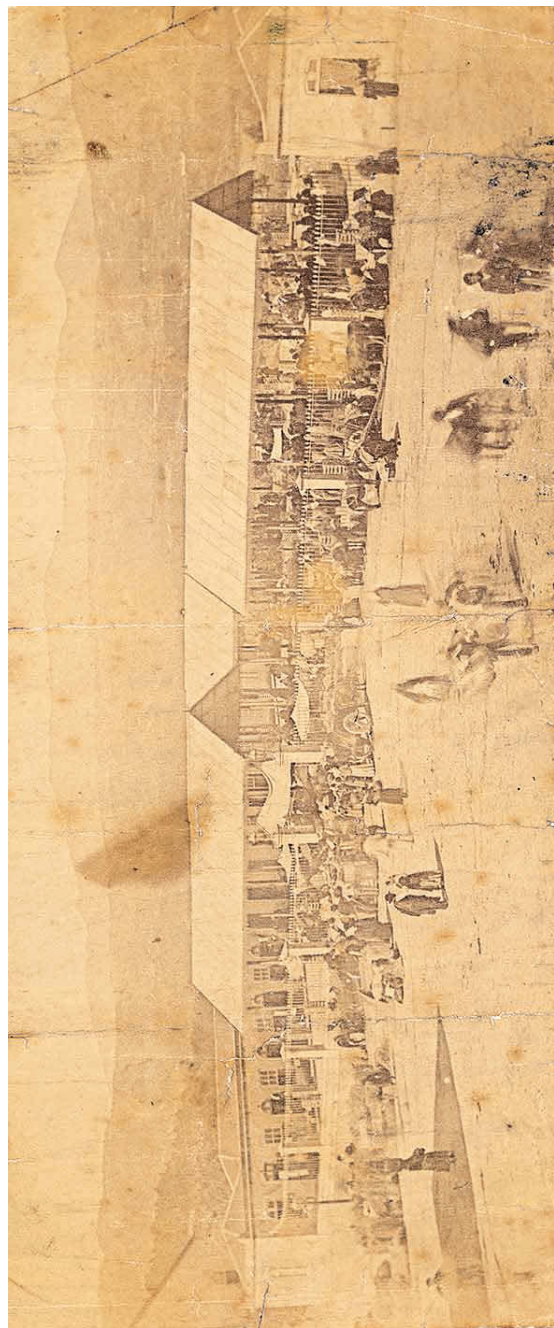
Praça Luis de Camões, hoje Avenida Carvalho Araújo • Carlos Relvas, prova fotográfica, 1891 • Col. Casa-Museu Carlos Relvas (Golegã)



Rua de São João, hoje Rua Miguel Bombarda • Prova fotográfica, c. 1900 • Col. Herd. Achiles Ferreira de Almeida



Vila Real de Tráz-os-Montes • Gravura segundo desenho de António Lopes Mendes, 1886 • Col. Albertino Correia



Mercado Fechado, Praça Luis de Camões • Prova fotográfica, albumina, c. 1885 • Col. Elísio Amaral Neves

REGULAMENTO

DOS

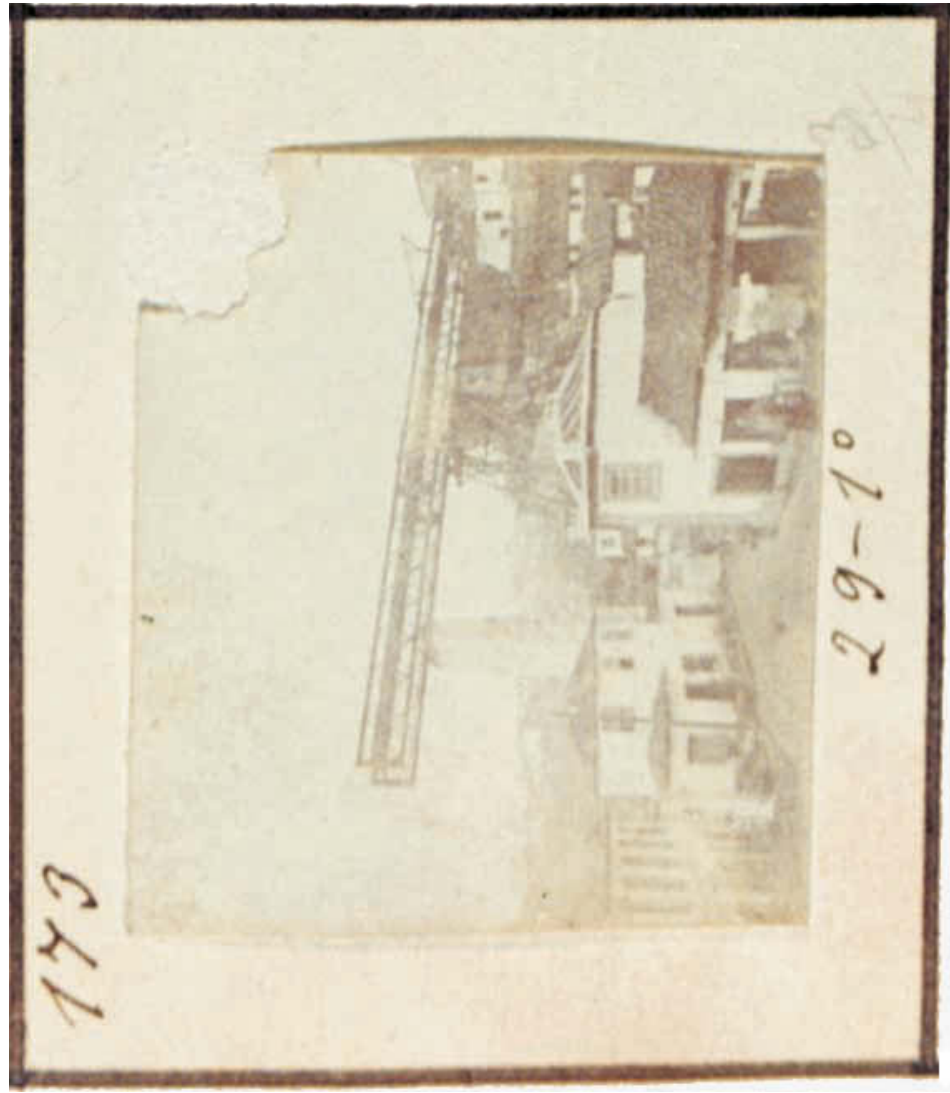
CARROS



VILLA REAL

1872

Officina de Estanislau C. de Mattos.



Ponte Metálica em construção • António Pinheiro de Azevedo Leite, prova fotográfica, 1903 • Col. Elísio Amaral Neves



Central do Agueirinho • Prova fotográfica, albumina, c. 1915 • Col. Elísio Amaral Neves

ASSOCIAÇÃO TRANSMONTANA DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA DE VILLA REAL

REGULAMENTO DA BIBLIOTHECA E GABINETE DE LEITURA

ARTIGO 1.º Comção dos fins mais importantes da associaçõ e o fôrroamento de instrucção, haverá, por he sua, uma sala destinada exclusivamente para bibliotheca e gabinete de leitura, na qual haverá, em ordem regular, e catálogada, as livros adquiridos pela forma indicada nos estatutos ou offerecidos por corporações ou individuos estranhos à associaçõ, como também as mais applicaveis a estas pessoas publicas, literarias e scientificas de qua se occuparem, empregadas pela associaçõ ou a ella offerecidas.

ARTIGO 2.º Os livros, sem de catálogos, serão marcados com o numero da sociedade, e d'elle se tomará o nome do offerecedor.

§ UNICO. Os livros offerecidos pelas acad. de let., de m. d'c. e a numeracõ respectiva, segundo a assignaçõ do livro de marcacõ de cada.

ARTIGO 3.º Da sua composicõ da direccõ, escolherá por sua vez um secretario, e o director da bibliotheca e do gabinete de leitura.

§ UNICO. Para a sua distribuicõ do serviço, a gerencia da direccõ é pelo tempo de um mes. O serviço será feito em turnos pela direccõ, harmonicamente combinada.

ARTIGO 4.º Na sala de bibliotheca haverá algumas partes dos livros estudados, classificadas segundo se relacionarem a fim mais conveniente para a sociedade, e para os livros, independentes de um catálogo geral, que é o fundamental, redigido pelo presidente, e a cargo do director da bibliotheca, sendo se successivamente as obras, a dita de sua entrega ao associaçõ, o nome dos seus autores, o numero de volumes, o materia de que trata, o nome do offerecedor, e nos casos, em que tal se estabelecerem provisõ, que em todo o tempo fallam da origem e desenvolvimento d'uma institucõ civilisadora.

ARTIGO 5.º Compete ao director da bibliotheca e do gabinete de leitura:

1.º Inspeccõ industrialmente, presso e mais applicaçõ, que forem offerecidas na bibliotheca e gabinete, e collocacõ nos seus lugares respectivos.

2.º Dar manutenção à direccõ em sempre, regularmente assignada, segundo o modelo que se estabelecer, indicando o dia e numero de livros e outras publicacõs que serão devolvidos a mes, e mandando o movimento das leituras, e quasi se obras conselhadas.

3.º A ter no lugar competente as aperturas necessarias para a leitura, facultando a qualquer socia, que quer ler convenientemente.

4.º Vigiar, sob sua responsabilidade, pela conservacõ de todos os objectos pertencentes à bibliotheca e gabinete de leitura, e quando qualquer extranho, a ella demandar, dar-lhe um papel sãem para fora da bibliotheca.

5.º Prever à direccõ quaisquer medidas, que se forem de conveniencia e vantagem para o engrandecimento da bibliotheca e regularidade de seu funcionamento.

6.º Auxiliar em toda a possibilidade as socs da bibliotheca e gabinete de leitura, e quando se offerecerem por meio do socs da associaçõ, quando haja motivos importantes, que o obriguem a abandonar.

ARTIGO 6.º Na sala de bibliotheca e gabinete de leitura, não se preferirão os livros, não sendo, portanto, permittida qualquer discussõ, seja de que natureza for, scientificas, politica ou litteraria.

ARTIGO 7.º O socia que desejar consultar alguma obra, escreverá o seu nome e materia referida ao artigo 2.º n.º 2.º que o director da bibliotheca, indicando o dia e hora da obra a consultar e o numero de volumes de que se trata.

ARTIGO 8.º A direccõ, quando as circumstancias applicaveis de caso o permittirem, poderá no respectivo movimento de cada socia uma copia distincta à entrega de livros e à assignatura de publicacõ, sob a presenca e assignatura do director da bibliotheca, que a fundamentará em nome da direccõ.

ARTIGO 9.º Não é permittida a saida de qualquer livro da bibliotheca. Quando o engrandecimento d'uma sociedade, pelo aumento numero de livros, que tenha a possuir distinctamente antes da direccõ e em ella assignada, como melhor convier, estas concessões.

§ UNICO. Para a saida, haverá impossibilidade de escrever à bibliotheca, se-elles, començã, e quando o livro, que desejar, pelo tempo não estiver à dita sala e a compençã redigida por meio de qual assignada pelo presidente da direccõ e secretario.

ARTIGO 10.º O director da bibliotheca poderá, como director, no tempo de cada, de um livro de cada das ditas leituras, não a tornada.

ARTIGO 11.º A bibliotheca e gabinete de leitura serão abertas todos os dias de sua, sendo fechada o dia 21 de setembro até ao dia 21 de março das 6 horas da tarde até a meia noite, e do dia 21 de março até 21 de setembro das 7 horas da tarde até a mesma hora.

§ UNICO. A bibliotheca e gabinete de leitura estarão igualmente abertas durante o dia, sendo o contrario de cada, e que seja o serviço de seu funcionamento.

ARTIGO 12.º O comite da associaçõ é para todos os effeitos considerado como a bibliotheca, e serve de base das sessões do director da mes.

Villa Real e sala das sessões da direccõ da Associação Transmontana de Instrucção e Beneficência, 6 de junho de 1884

A Direccõ,

Paulo de Barros,—PRESIDENTE.
Eduardo da Silveira Paulo Figueira,—VICE-PRESIDENTE.
Cesaldeo José Figueira,—SECRETARIO.
Mamed Mamed Figueira d'Almeida,—1.º SECRETARIO.
José de Gervasio Araújo,—2.º SECRETARIO.

Francisco Maria Figueira
Antonio Soares de Gervasio
Mamed de Figueira
José de Barros Guimarães
Mamed Carlos Figueira
Victorino Gomes de Barros.

Vogaes.

Theatro de Villa Real

DOMINGO, 19 de Novembro de 1899
 Concerto promovido pela Ex.^{ma} Senhora D. Elisa
 Baptista de Sousa Pedrosa, em benefício
 do Asylo-Escola e do Asylo de Infancia Desvalida

1.^a PARTE

I—Ouverture da opera «Anna Bole-
 na» Donizetti
 Pelo secretario dirigido pelo Ex.^{mo} Sr. Manoel
 Antonio Teixeira

II—*a)* Menuet, para piano Maszkowzki
b) Nocturne, " " Chopin
c) Mazurka, " " Chopin
d) Gavotte, " " Godard
 Pela Ex.^{ma} Senhora D. Elisa Baptista de Sousa
 Pedrosa

III—L'amour captif, para canto C. Chaminade
 Pela Ex.^{ma} Senhora D. Margarida Motta
 Costa Lobo

2.^a PARTE

IV—Intermezzo E. Silet
 Pelo secretario, dirigido pelo Ex.^{mo} Sr. Manoel
 Antonio Teixeira

V—Sans amour C. Chaminade
 Pela Ex.^{ma} Senhora D. Margarida Motta
 Costa Lobo

VI—*a)* Jour de Noce, para piano. Grieg
b) Aurore " " Bizet
c) Canção do Mondego " " Rey Golaço
d) " fado " " Rey Golaço
e) Walse " " Widor
 Pela Ex.^{ma} Senhora D. Elisa Baptista de Sousa
 Pedrosa

Principia ás 9 horas da noite em ponto.

THEATRO DE VILLA REAL

Domingo, 19 de Novembro de 1899

CONCERTO PROMOVIDO PELA EX.^{ma} SENHORA D. ELISA
 BAPTISTA DE SOUSA PEDROSO

Em benefício do Asylo-Escola e do Asylo d'Infancia Desvalida

Bilhete Intimanissimo de Ca. me Sr. Manoel
 Antonio Teixeira
 No. 975

CAMAROTE N.º 95

Preço. \$0000

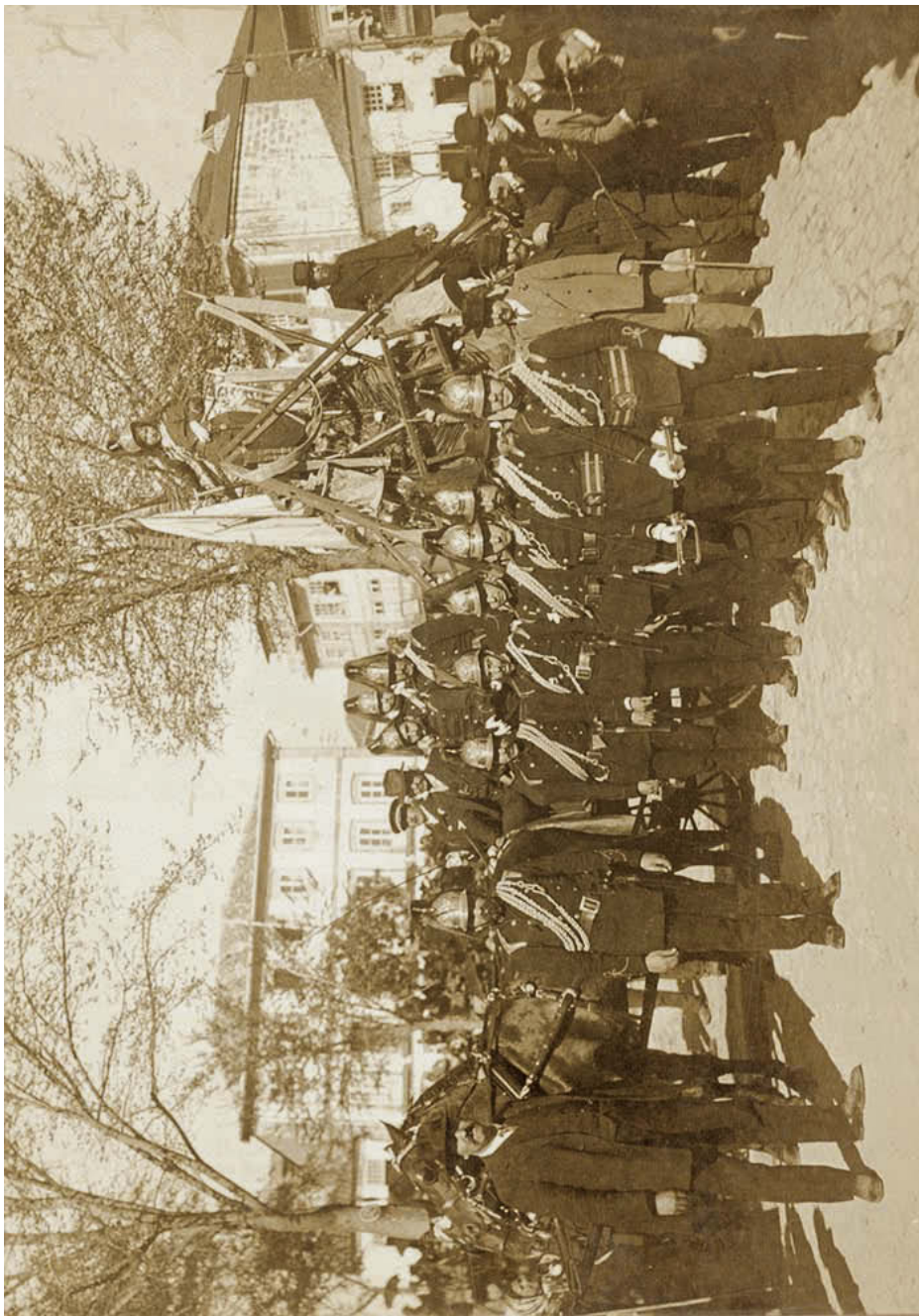
TEIXEIRA & IRIANO
 VILLA REAL



Feira dos Puarinhos • António Narciso Alves Correia, prova fotográfica, albumina, 1888 • Col. Elísio Amaral Neves



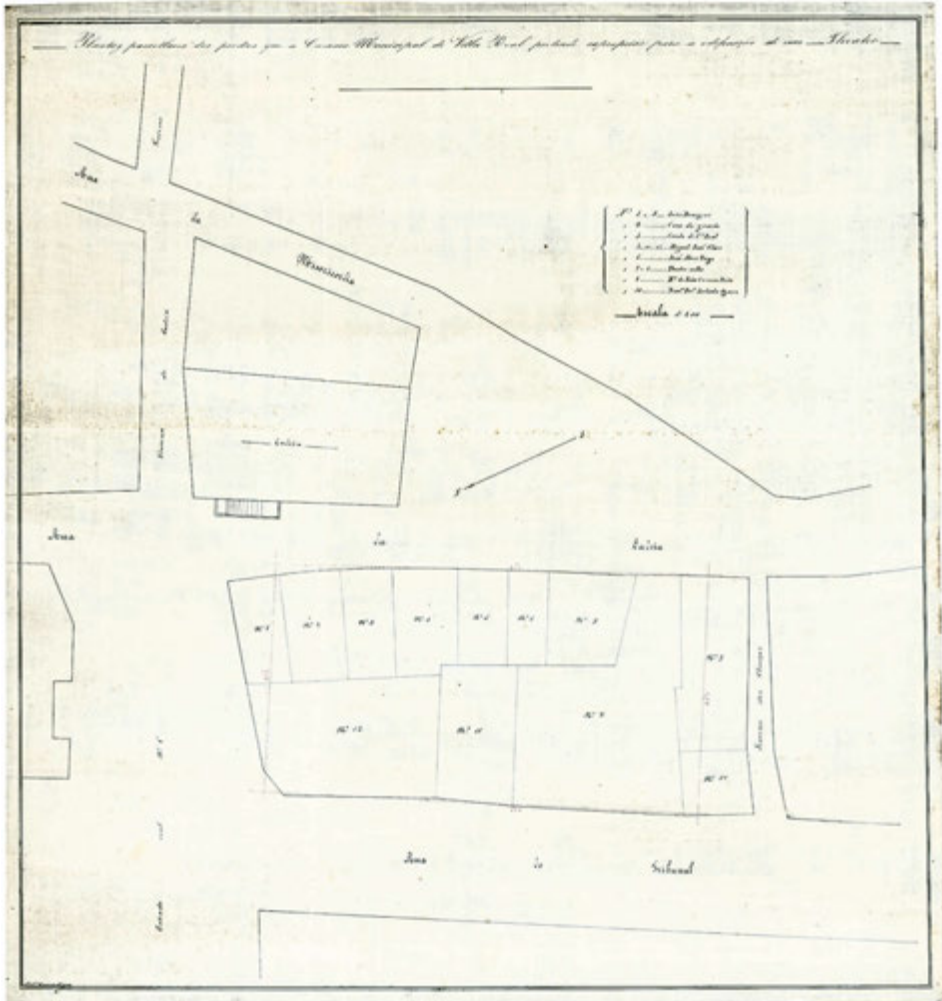
Chegada do primeiro comboio a Vila Real • António Pinheiro de Azevedo Leite, prova fotográfica, 1906 • Col. Elísio Amaral Neves



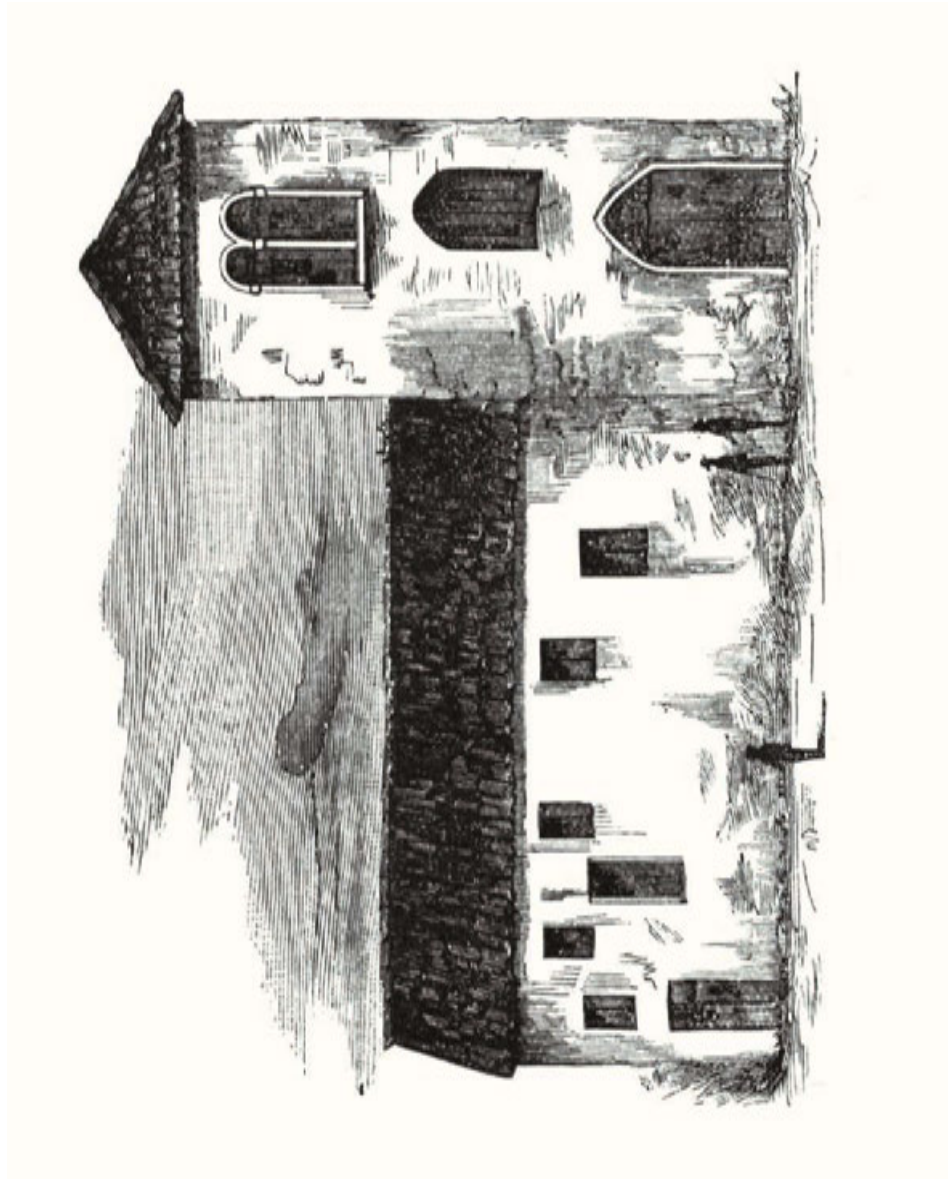
Festa da Árvore, carro alegórico dos Bombeiros Voluntários • António Augusto Alves Teixeira, prova fotográfica, 1911 • Col. Herd. Achiles Ferreira de Almeida



Sítio do Trem e Escola Conde de Ferreira • Fotótipia, c. 1900 • Col. Elísio Amaral Neves



Planta com a localização (prédios n.º 7 e 8) do "Theatro velho", Vila Rica, séc. 1880 (?) • Col. Elísio Amaral Neves



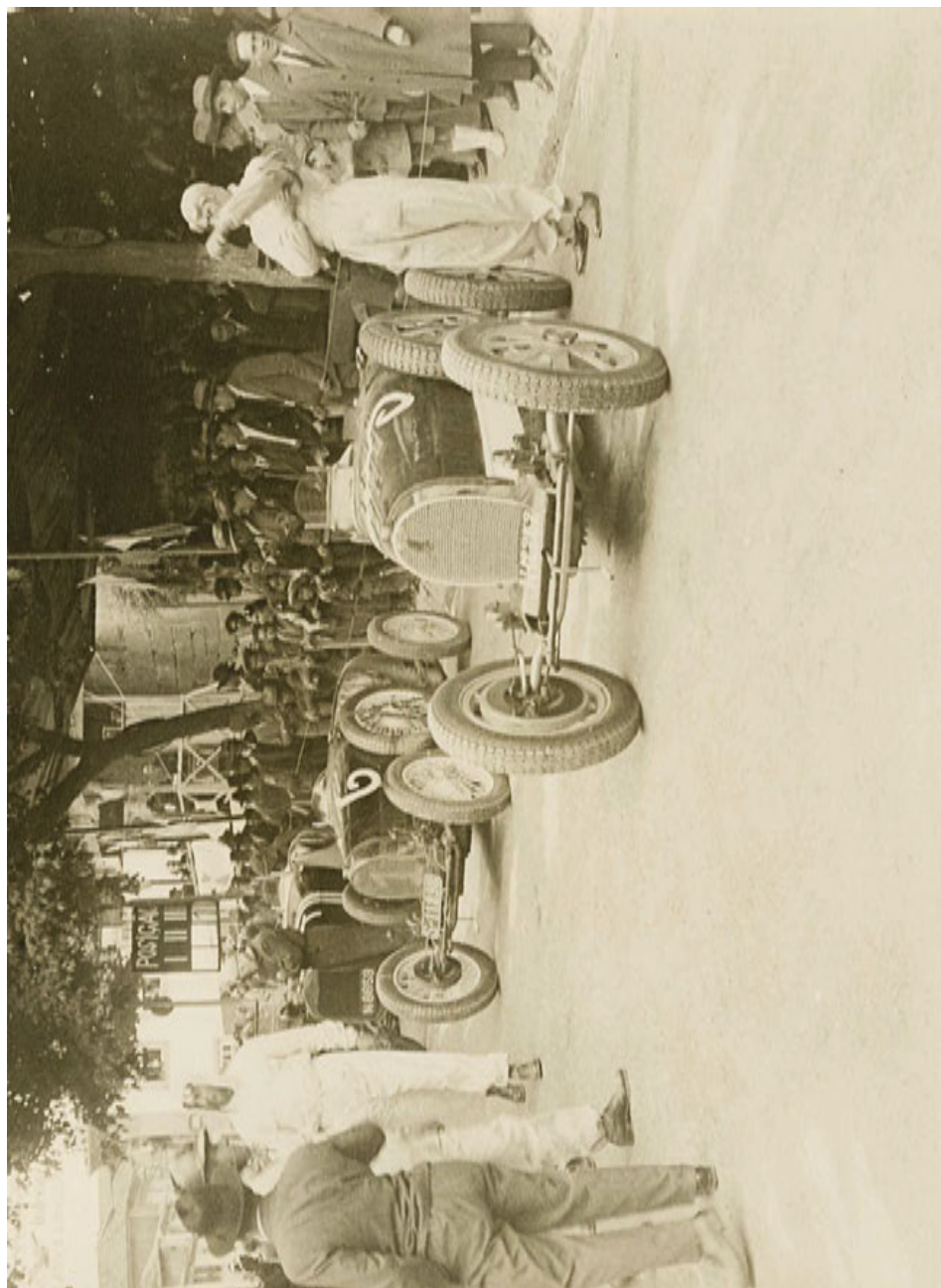
Teatro de Vila Real • Gravura segundo desenho de António Lopes Mendes, 1890 • Col. Frederico Amaral Neves



Tuna Académica Villarealense • Prova fotográfica, déc. 1890 • Col. Herd. Achiles Ferreira de Almeida



Diogo Alves da Nóbrega, fotografamos do filme "O Roubo dos Diamantes", 1932 - Prova fotográfica • Col. Elísio Amaral Neves



II Circuito de Vila Real • Filipe Borges Júnior, prova fotografica, 1932 • Col. Elísio Amaral Neves

Sabado-Aleluia!

16 DE ABRIL DE 1927

Vila Real em Festa A's 14 Horas

O Tradicional, Fenomenal e Ultra Sensacional

Judas do Bessa

PROGRAMA PIRAMIDAL

1.ª PARTE

Recepção na Estação do Caminho de Ferro do sabão e douto Tribunal que hade julgar o INGRATO ISCARIOTE.

2.ª PARTE

Super-Pasmoso Cortejo, que desfilará pelas Ruas da cidade, em direção ao *Campo Desportivo de Satisação Publica*, junto ao Teatro, donde será Consumado o Acto do Julgamento e Queima do Ingrato.

INTERPRETES

- 1.ª Juiz—**Sua Magestade El-Rei da Coreia**
2.ª - —**Barão de Sousa Pescada**
3.ª - —**Visconde de Alföldes**
Delegado—**D. Beão Morera del Pau**
Advogado de Defesa—**D. Xico Montero Tomba e Vira**
Escrivão—**D. Jolim P'ra Canastra**
Oficial—**D. Sôrtico Légero**

Um luzido e aguerrido **Pelotão** de batedores **algerinos**, liderará o carro alegorico que deve conduzir o reu ao ponto da expiação.

O INDITOSO INGRATO convida todos os seus amigos a assistirem à **Leitura do seu Testamento**, porque todos serão contemplados com algumas das suas mais valiosas joias.

A's 21 Horas

Terá lugar na **Avenida da Estação do Caminho de Ferro**, a organização do **Magesioso e Frenico Cortejo**, que através das ruas da cidade, deve acompanhar, até ao mesmo **Campo de Jogos**, que se encontrará **profusamente iluminado a Luz Elctrica**, outro infeliz, que no **Patíbulo** vai expiar o grande crime de ter apparecido n'este mundo, de inveja e intriga

O BACALHAU

Personagens da Farsa -O ENTERRO DO BACALHAU-

JUIZES — Marcelino Coutinho, Balthazar Antero e José Janeiro
DELEGADO — Sebastião Moreira
ADVOGADO — Luiz Ferreira
ESCRIVÃO — Artur Boileiro
OFICIAL — Manoel da Mota
MÃE — Narciso Martins
CARRASCO — Antelmo Gaspar
PREGADOR — Francisco Bessa
TESTEMUNHAS — Arlindo Passos, Jeronimo Vieira, Custodio Rocha, Antonio Ramos, etc.
BACALHAU — Diamantino Gaspar.

Alberto Cardoso Martins
= de Menezes Macedo =

O combate de Vila Real

em 8 de Janeiro de 1919



==== Guimarães — 1921 =====
Pap. e Tip. Minerva Vimaranesse
==== R. de Santo Antonio. 133 =====



O Baile dos Marujos • Prova fotográfica, 1924 • Col. Elísio Amaral Neves



Humberto Delgado em Vila Real, campanha presidencial • Prova fotográfica, 1958 • Col. Pompeu Martins Delfim Cramez



Inauguração do Monumento a Camilo Castelo Branco • Miguel Monteiro, prova fotográfica, 1926 • Col. Herd. Achiles Ferreira de Almeida

IMPONENTES E TRADICIONAIS

Bailes Carnavalescos
O CAROLINA



NO **TEATRO CIRCO**
(VILA REAL)

Nos dias 3, 4 e 5 de Março de 1957



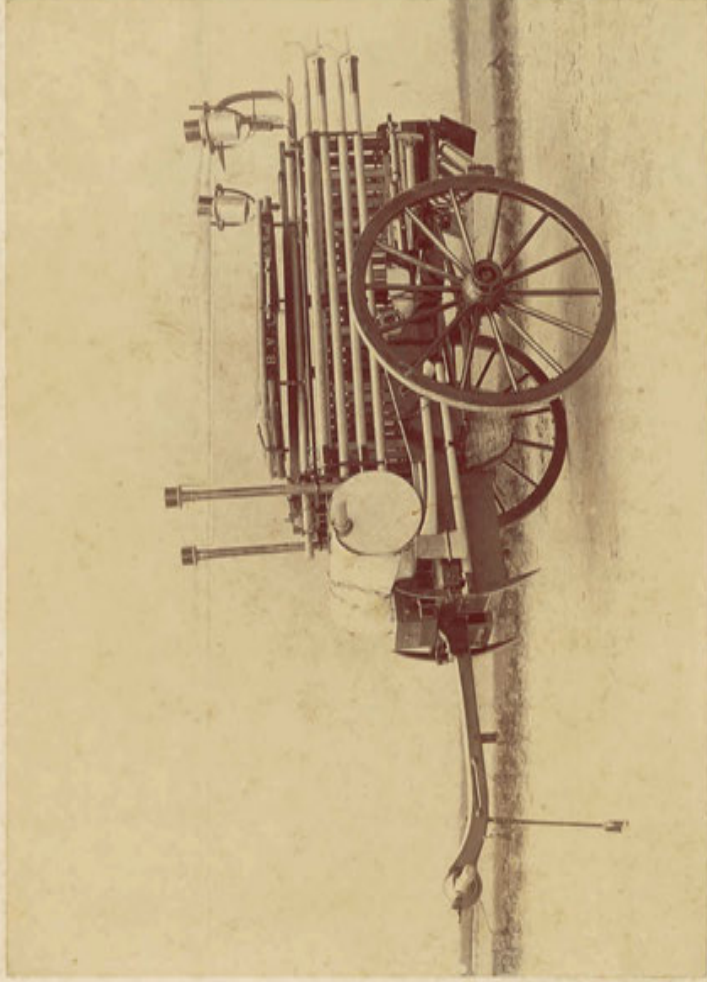
Uma Organização Bombeiros Voluntários

Espectáculo para individuos com mais de 15 anos

OFFICINAS DE MATERIAL DE INCENDIOS

DA

G.^{ma} Gomes Fernandes & C.^a



CARRO D'ESCADAS E FERRAMENTAS

CONSTRUIDO PARA OS

Bombeiros Voluntarios de Villa Real



Formação do Grupo n.º 24 dos Aduceiros na Avenida Carvalho Aratijo • Miguel Monteiro, prova fotográfica, déc. 1920 • Col. Alberto Eduardo Viana Pereira da Costa



Equipa do Sport Clube de Vila Real • Prova fotográfica, 1922 • Col. Elísio Amaral Neves



Achiles Ferreira de Almeida vestido de Apóstolo • Prova fotográfica, déc. 1910 • Col. Herd. Achiles Ferreira de Almeida

SALA 1

- I—Estátua simbólica da Província.
- II—Tecelagem de linho—Artigos de linho, lã e seda fabricados na Província de Trás-os-Montes e Alto Douro.

SALA 2

Artes e Ofícios

Oleiro, Cesteiro, Ferreiro, Latocero, Pauseiro, Tamanqueiro e artefactos por eles fabricados.

SALA 3

- I—Casas Típicas.
- II—Padaria.
- III—Fainas Agrícolas.
- IV—Taberna—Azenha—Jogos.

SALA 4

- I—Procissão de Sant'Ana (Camiã).
- II—Cruzeiro dos Três Lagares.
- III—Capela de Barroso.
- IV—Oratório Doméstico.
- V—Altar com Grupos Religiosos.
- VI—Santo Soldado.
- VII—Nas Paredes—S. Jorge e S. Cristóvão (da antiga Procissão de Corpus-Cristi em Vila Real). Antiguidades da Igreja de S. Diniz. Vista da Camiã (Quadro).



CORREDOR

Mulher do Requeijão.

SALA 5

Trajes Regionais.

SALA 6

- I—Dança do Grupo de Barqueiros.
- II—Dança dos Pauliteiros de Miranda.
- III—Pescaria (Redes, Nassas, etc.).
- II—Escada e cesta de colhêr as uvas das árvores (vinho de enforcado).
- III—Porca de Murça.
- IV—Doçaria, etc.

RECANTO

I—Cascata de Peneda (Imitação).

SALA 7

Mapas, Fotografias, etc.

SALA 8

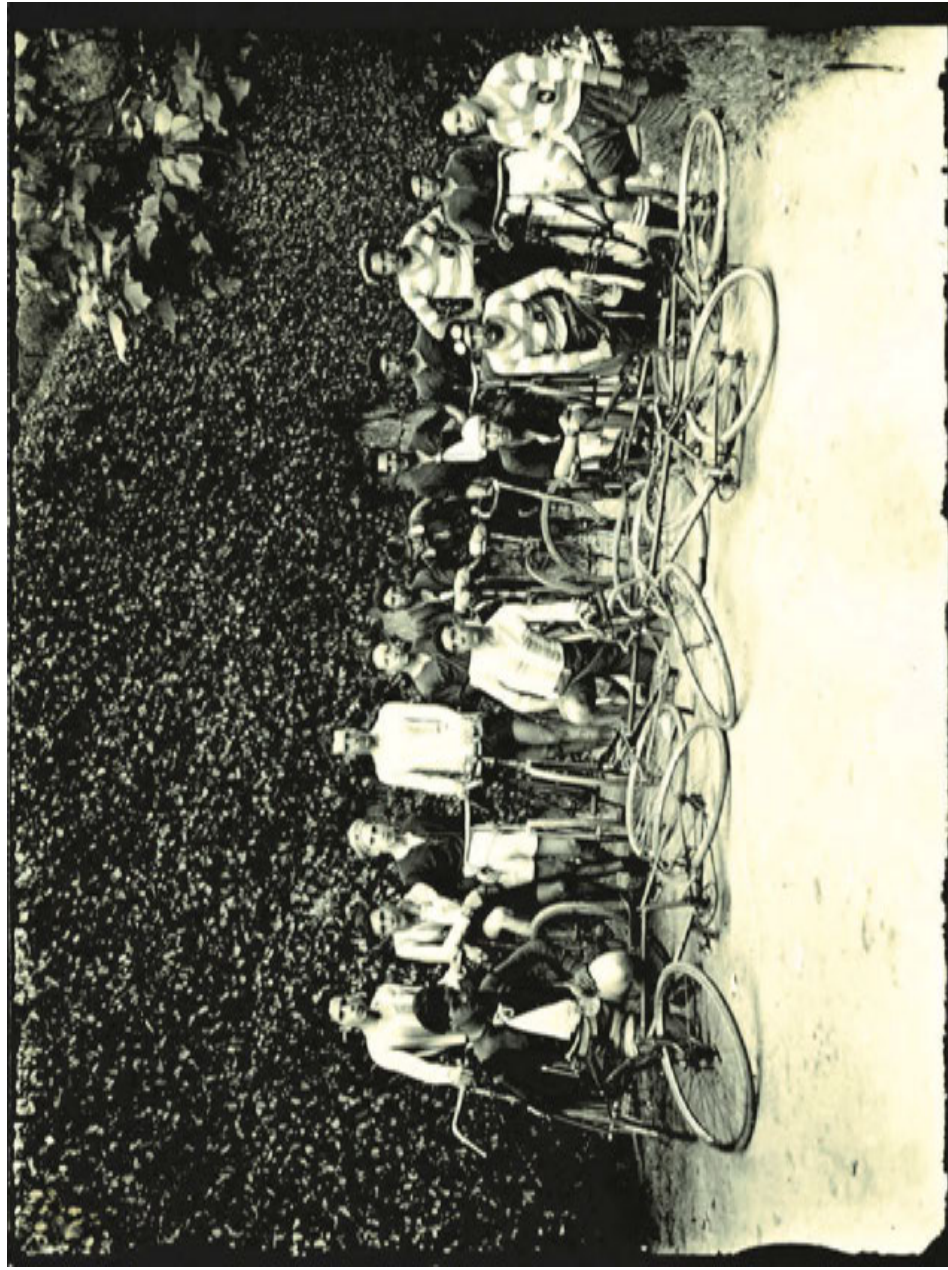
Quarto de Cama.

SALA 9

Cozinha.

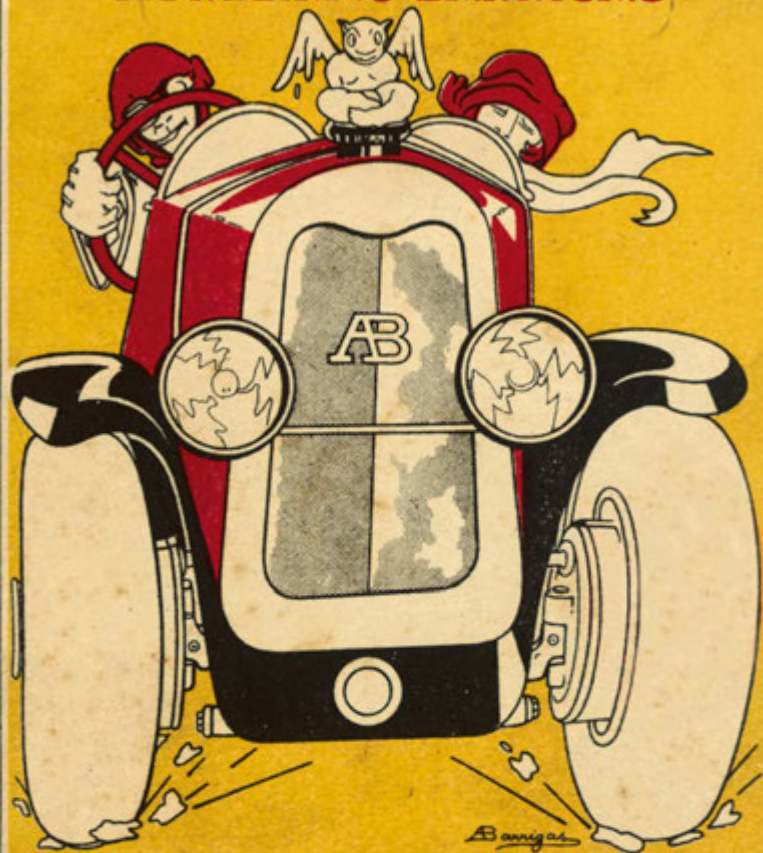
PÁTEO

Quinteiro.



Grupo de ciclistas, 1.º Circuito de Vila Real • Prova fotográfica, 1934 • Col. Elísio Amaral Neves

AURELIANO BARRIGAS



**COMO • TRA-
TAR • O • MEU
AUTOMOVEL**



Inauguração da leitaria e confeitaria "Casa Gomes" • Prova fotográfica, 1930 • Col. Tito Magalhães Gomes

A ESTÁTUA DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Em meados do séc. XVIII, quando tinham lugar no Campo do Tabulado as feiras semanais de terça e sexta-feira, existia uma “cabana” encostada à cerca do Convento de S. Domingos, que servia sobretudo para recolher da chuva os vendedores que vinham dos concelhos limítrofes com diversos tipos de pão — género alimentar em que Vila Real era deficitária. Mas essa cabana não reunia condições satisfatórias, de forma que nessa mesma altura resolveu-se criar uma galeria coberta, com duas casas em cada extremidade. A galeria apoiava-se em 14 arcos de granito, destinados sobretudo aos tendeiros e ourives, mas era utilizada também pelos pobres para se recolherem, antes da construção do Hospital da Divina Providência.

As obras destes arcos foram arrematadas em 1749 por João Lourenço de Matos, em nome dos seus sócios, um dos quais seu irmão Matias Lourenço de Matos, um dos mais importantes mestres pedreiros de Vila Real. Para remate decorativo, e após construção de um soco e uma peanha (obra do referido Matias Lourenço de Matos, arrematada em 27 de Novembro de 1755), para melhor sobressair, colocou-se-lhe ao centro uma estátua com que se pretendia representar Vila Real. Trata-se de uma figura de mulher, vestida de guerreiro, com sua lança, escudo e elmo.

A escultura é obra do mestre estatuário António de Nogueira, da província do Minho, que a arrematou em 3 de Setembro de 1755 em simultâneo com a execução da imagem de Nossa Senhora da Conceição para a Fonte de Santo António da Carreira, também conhecida por Fonte de São Francisco (a nova), Fonte da Carreira de Baixo, Fonte da Carreira ou Fonte Joanina, que fora construída entre 1738 e 1739. Colocada no final de 1755, início de 1756, a estátua manteve-se naquele local durante muito tempo.

No local onde a arcada foi construída, estiveram dois padrões encostados à cerca do Convento de São Domingos, um em cada extremidade, onde se liam as palavras “Villa Real”. Não eram de resto os únicos com esta legenda na vila, pois sabemos da existência de um outro

no adro da Igreja de São Dinis, com tradição de ser coevo da muralha e da própria igreja, que tinha em dois dos lados um letreiro com letras “de ouro” em relevo, dizendo “Real Villa”.

Mesmo sem possuir grande valor artístico, a estátua ganhou um lugar no imaginário vila-realense. Era associada aos feitos heróicos dos condes e marqueses de Vila Real. E é tradição que foi sob o seu olhar que, na arcada, se formou o Batalhão de Caçadores nº 3, que os espanhóis chamaram Batalhão “de la Muerte”, e que dali saiu para se incorporar nas forças que escorraçaram as hostes napoleónicas.

A imagem esteve muitas vezes ao sabor das paixões políticas, sendo pintada ora de azul, ora de vermelho ou mesmo dourado, consoante os ventos dominantes.

Na sua localização primitiva, tinha no pedestal as armas portuguesas e uma inscrição em latim que rezava “*Quod regale nomen gero, mihi robure partum est. Regia non aliter nomina parta geras.*” — que Pinho Leal traduz por: “O nome de Villa Real que tenho conquistei-o com grande esforço. Não queiras títulos reais obtidos de outra forma.”

O projecto do mercado fechado para o local, inaugurado em 1885, obrigou à demolição dos arcos e ao apeamento da estátua em Novembro de 1884. Durante aproximadamente dez anos manteve-se apeada. Então, em 1894, foi colocada na fonte do Jardim da Carreira. Algumas peripécias antecederam esta colocação: a cabeça tinha sido roubada e, após apelos veementes na imprensa, devolvida. As armas portuguesas e a legenda é que desapareceram para sempre, por o pedestal ter sido britado para calcetamentos.

Note-se que a iniciativa da colocação da imagem sobre a fonte acontece numa altura em que se manifesta grande interesse pela salvaguarda de vestígios de valor arqueológico e histórico. Por essa ocasião o encarregado dos jardins municipais, José Justino de Lemos, inicia a recolha de elementos de edifícios entretanto demolidos, nomeadamente pedras-de-armas e gárgulas. E é também por essa ocasião que Vila Real assiste aos apelos de José Leite de Vasconcelos na imprensa local a favor da criação de um Museu Municipal.

A escultura manteve-se no Jardim da Carreira até Novembro de 1916,

mês e ano em que é de novo apeada para ser colocada a encimar a fachada do novo edifício dos Paços do Concelho.

A Comissão Executiva da Câmara Municipal presidida pelo Dr. Augusto Rua projectara a demolição da antiga Câmara e edifícios contíguos, para construir nesse local um novo edifício dos Paços do Concelho. Proporciona-se entretanto a aquisição à Santa Casa da Misericórdia, em 1915, do edifício do antigo hospital. Após algumas obras de remodelação e adaptação, a Comissão Executiva reúne pela primeira vez nos novos Paços do Concelho no dia 30 de Setembro de 1915.

O vogal Artur dos Anjos Marinho, responsável pela direcção das obras, submeteu à apreciação da Comissão Executiva a adjudicação do fornecimento de uma estátua em mármore nacional com 2,5 metros de altura, a fim de ser colocada na fachada do novo edifício. O prazo de execução seria de 90 dias. Aberto o concurso com data de arrematação marcada para 21 de Setembro de 1916 e publicados anúncios em dois jornais nacionais, responderam a empresa Alvares & Costa, do Porto, e Jose d'Oliveira Ferreira, de Miramar (Gaia). Pedem as condições do concurso e sobretudo um esboço do que se pretendia. A empresa Alvares & Costa vai adiantando que o prazo de execução será impossível de respeitar.

Em resposta, a Comissão Executiva envia-lhes, para além do programa do concurso, uma fotografia da estátua de Vila Real como modelo para a nova estátua. Mas o concurso acabou por ficar deserto. Como todavia a empresa Alvares & Costa admitia poder satisfazer a encomenda num prazo mais dilatado, perguntou-se-lhe qual esse prazo. A resposta: 180 dias. É então que a Comissão Executiva desiste da ideia, e opta por colocar na frontaria dos Paços do Concelho a estátua dita de Vila Real, transferindo-a da fonte do Jardim da Carreira. No final de 1916 há ecos na imprensa (a qual vai sugerindo que se reconstrua o pedestal com as armas portuguesas e a legenda original, ideia que não tem seguimento) de que a estátua já se encontra no novo local, embora só fique definitivamente assente no princípio de 1917.

OS PAÇOS DO CONCELHO AO LONGO DOS TEMPOS

Elísio Amaral Neves

O séc. XVI foi marcado, em Vila Real, pela consolidação do núcleo urbano fora de muralhas, sem prejuízo de haver notícias de que, logo um século após a fundação, já existiam casas extra-muros e alguns arruamentos definidos.

Os primeiros Paços do Concelho na parte exterior do primitivo recinto amuralhado, que se sucederam aos que existiram antes no interior, foram construídos entre 1535 e 1537. Era uma casa de grandes proporções, talvez mesmo muito grandes, alta, de planta quadrada, rematada por ameias que lhe davam um certo aspecto de grande castelo. Estava localizada à vista das portas principais, as chamadas Portas da Vila (voltadas a norte) e era construída sobre 6 arcos em três dos seus lados — sul, nascente e poente. Entre duas janelas que faziam frente para as muralhas, no segundo piso, exibiam-se as armas reais, pintadas e douradas segundo o uso da época.

No primeiro piso, para onde se subia por uma escada exterior rematada por uma varanda, decorriam as audiências gerais, da correcção, dos órfãos, e funcionava a almotaceria, ou administração económica local. No segundo andar reuniam os vereadores para os actos da Câmara.

À sua frente, virada a sul, existia um vasto terreiro quadrado, chamado mais tarde Praça Velha, com casas de famílias nobres em redor, constituindo um local airoso e com largueza para as pessoas que recorriam à Câmara e para assistir às procissões que saíam da igreja de São Dinis, e onde as regateiras instalavam as suas bancas.

Este edifício manteve-se em funções durante cerca de 290 anos, sofrendo obviamente ao longo dos tempos as obras de conservação e adaptação que se mostraram necessárias. A sua vida termina quando em 1827 (já existia então o Hospital da Divina Providência, onde hoje funcionam os Paços do Concelho) foi destruído por um incêndio que se suspeita tenha sido fogo posto, com o objectivo de desafrontar o referido Hospital. Tanto assim, que uma provisão da Junta da Casa e Estado do

Infantado recomenda à Câmara que mande averiguar se se tratou de um incêndio “fortuito ou dolosamente posto”.

Após este incêndio, o edifício deixou naturalmente de ter condições para o funcionamento quer dos serviços municipais, quer da Casa da Audiência, quer da Casa da Roda (que para ali viera em 1814, vinda dos Arcos do Tabulado, por ali não haver condições para o seu funcionamento e também para libertar espaço para a Casa do Peixe). Parte do edifício acabaria por ser apeado em 1834, por oferecer perigo para as casas próximas.

Os serviços municipais foram então deslocados para um edifício que não podemos hoje localizar com precisão. Fosse onde fosse, era uma solução provisória. E vai-se acentuando a necessidade de encontrar um novo espaço que albergasse com dignidade os serviços.

O primeiro lugar que se aponta, em 1831, é um edifício que a Câmara constrói junto do adro da Igreja de São Pedro. Aí se deviam instalar os Paços do Concelho, a Casa da Audiência e a Livraria Pública.

Mas em 24 de Setembro de 1836, como essas obras não tivessem ainda terminado (e sabemos que continuaram ainda nos anos 40), a Câmara deliberou instalar-se na Rua da Amargura, um dos dois arruamentos a norte do Hospital da Divina Providência.

Nesse mesmo ano de 1836, a Rainha D. Maria II cedeu à Câmara Municipal o quarteirão do extinto Convento de São Domingos, para nele se instalarem os serviços que havia sido projectado instalar no edifício junto à Igreja de São Pedro. Mas esta solução acaba por ser inviabilizada pelo incêndio que se verificou em 1837 no convento, onde então estava aquartelado o Batalhão de Caçadores 3.

Em 25 de Junho de 1849, a Câmara adquiriu o edifício da Rua da Amargura, e em seguida os imóveis contíguos, que permitiriam instalar os seus serviços e os de diversas outras repartições públicas.

No início dos anos 80 a Câmara deliberou construir um novo edifício para Paços do Concelho. Para esse efeito deliberou em 24 de Dezembro de 1883 contrair um empréstimo de 60 contos, a pagar em 60 anos a uma taxa de juro anual de 5%. Essa verba serviria, para além da construção dos Paços do Concelho, para a construção da praça-mercado, para os

arranjos da Praça Luís de Camões, do Largo do Chafariz e ruas adjacentes, para a construção do novo matadouro e do novo cemitério — e para a aquisição de terrenos e a construção de novas instalações para o Regimento de Infantaria 13, na altura aquartelado no Convento de São Francisco. Daí resultou o chamado Edifício Municipal (concluído em 1888, quando a Carreira de Baixo toma o nome de Avenida Municipal, nome esse que mudaria em 1890 para Avenida Almeida Lucena), em que durante um curto período estiveram instalados alguns serviços municipais. Posteriormente este edifício seria vendido ao Estado, para instalação da Secretaria Militar. Hoje funciona nele o Departamento de Economia e Sociologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Por esta altura, a Câmara propunha a aquisição da casa que ficava a norte dos Paços do Concelho, assegurando autorização para a sua expropriação em 1885. Inicia-se então a construção dos novos Paços do Concelho, edifício enorme, talvez mesmo desproporcionado e ameaçado desde o princípio, dado haver a intenção de estender o Largo do Chafariz para o sul, até ao Hospital da Divina Providência. Mas o edifício fica inacabado. Em 1914 — era então presidente da Comissão Executiva o Dr. Augusto Rua — foi deliberado demolir a antiga casa da Câmara e edifícios contíguos, num dos quais funcionava um cinematógrafo, o Salão High Life, e construir nesse local os novos Paços do Concelho.

Mas, por decisão de 5 de Novembro de 1914, a Câmara compra à Santa Casa da Misericórdia o Hospital da Divina Providência, que adaptou e remodelou para seu uso e das diferentes repartições públicas do concelho. A primeira reunião da Câmara teve lugar neste edifício logo em 30 de Setembro de 1915. Neste mesmo ano, encontram-se instalados no edifício dos Paços do Concelho a Administração do Concelho, a Conservatória do Registo Civil e a Escola Normal. Em 1916, o edifício alberga também as Finanças, a Tesouraria do Concelho, o Tribunal e outras repartições. Sucedeu-se a autorização para expropriação do quarteirão fronteiro aos actuais Paços do Concelho, o que permitiu a sua demolição e a criação da Avenida Municipal, que em 1919 ganha a designação de Avenida Carvalho Araújo.

O CONVENTO DE SÃO FRANCISCO

Vítor Nogueira

Pelos finais do terceiro quartel do século XVI, havia em Vila Real um homem de nome Diogo Dias Ferreira. Era pessoa muito religiosa, que havia inclusivamente feito voto de castidade. Era também pessoa com avultados bens de fortuna e com desejos de aplicar uma parte dela numa obra pia que pudesse ser “do divino agrado”.

Chegam entretanto ecos a Vila Real dos conventos franciscanos de Lamego e de Torre de Moncorvo, e dos benefícios que a sua fundação havia trazido para essas terras.

Diogo Dias Ferreira pensou então que talvez tivesse chegado o momento de conseguir benefícios semelhantes para Vila Real e de desenvolver esforços para a fundação nesta vila de um convento franciscano. Falou com algumas pessoas influentes para escolha do local, que recaiu em terrenos existentes na saída para norte, junto à fonte chamada de Codessais. Em seguida foi falar com o guardião do convento de Lamego, expondo a sua ideia e oferecendo-se para, além de outras generosidades, custear a capela-mor.

O guardião agradeceu e deu conhecimento ao provincial da Ordem. Foi também dado conhecimento ao Marquês de Vila Real, D. Manuel de Meneses, que se encontrava em Ceuta. O Marquês, inteirado, escreve à Câmara, prontificando-se a ceder terrenos seus para a edificação e cerca (verificando-se contudo que não existiam no local) e sugerindo que se fizesse uma diligência junto do Rei, então D. Sebastião, para pedir outros apoios. Assim se fez. Entretanto, o Rei, por provisão de 19 de Fevereiro de 1572, criou as condições que permitiram a aquisição dos terrenos e, por alvará de 19 de Junho do mesmo ano, mandou ao ouvidor da vila e outras justiças e oficiais da mesma que tomassem medidas para que os materiais de construção (madeira, pedra, cal, etc) e a mão-de-obra fossem fornecidos pelo “preço e estado da terra”, evitando assim especulações.

O processo está em marcha. O provincial da Ordem manda os quatro primeiros religiosos para Vila Real, para efectuarem as diligências

necessárias. Ficam instalados numa casa da Rua do Carvalho, mas, por falta de comodidades, mudam-se para a Rua das Pedrinhas.

Em 21 de Janeiro de 1573, o Senado Municipal dá-lhes posse do sítio para o convento, na presença do novo provincial, Frei Marcos de Lisboa, mais tarde bispo do Porto. Há missa cantada em São Pedro, seguida de uma procissão até ao local, onde é arvorada uma cruz. A 4 de Fevereiro imediato, procede-se ao lançamento da primeira pedra, a que se sucede o início das obras, que decorrem a bom ritmo e sem intervalos. Os clérigos instalaram-se no convento, ainda que de forma precária, nesse mesmo ano de 1573.

Dois anos mais tarde, em 1575, a igreja foi benzida um pouco à pressa, dado que foi ano de fome, moléstias e numerosas mortes, tornando necessária a entrada em funcionamento de um novo local para enterramentos. Neste ano, o prelado principal aparece já com o título de guardião. Era Frei Sebastião de São João.

Em 1576, D. Manuel de Meneses esteve em Vila Real durante dois meses. Pouco depois do seu regresso a Ceuta, morre o seu filho secundogénito, que havia ficado em Vila Real, em companhia da mãe, sendo sepultado na capela-mor da igreja. Aproveita-se então para fazer a oferta do padroado da referida capela ao Marquês de Vila Real, mantendo-se na posse da Casa dos Marqueses até que os bens desta (e também esse padroado) passam para a posse da Coroa e depois da Casa e Estado do Infantado, no séc. XVII.

Em resposta, o Marquês oferece aos religiosos, a título de esmola, uma arroba de carne por semana, substituída no Advento e na Quaresma por uma verba equivalente para aquisição de peixe. Esta e outras esmolos mantêm-se depois de o padroado ter passado para a Casa do Infantado. Também Diogo Dias Ferreira deixa em testamento meia arroba de carne por semana.

Em 1577 é oferecido à Ordem o terreno para a cerca, liberto do foro do Marquês. A construção do muro desta tem início imediato. Na cerca, havia uma rua com 5 ermidas, um vistoso bosque e hortas. O muro da cerca recebeu em 1727 um nicho onde foi colocada a imagem de Santo António da Carreira, que em 1732 foi transferida para uma capela própria

que se construiu no início da mesma cerca, onde ainda se mantém.

Aquando da escolha do local, foi decidido (na versão dos religiosos) oferecer à Ordem a Fonte de Codessais, para abastecimento de água à comunidade religiosa. Porém isso foi sempre contestado pelo povo e também pela Câmara, que reagem e se opõem à afectação da fonte ao convento. Por esse motivo, não se consegue essa afectação, tornando-se necessário procurar água de outras origens. Sabe-se que em 1618 já se recebia água na sacristia e na cozinha, e mais tarde no chafariz do claustro.

Entrava-se para o pátio que antecedia a igreja do convento por uns arcos. Num documento de 1721 referem-se três arcos. Em documentação posterior assinalam-se dois, que devem ter substituído os três originais e que terão sido construídos cerca de 1750, com risco do vila-realense Luís Manuel Álvares Coelho de Matos, também autor do risco da Fonte da Carreira. Havia nesses arcos duas imagens, São Francisco e São Domingos, que hoje se encontram no adro do Calvário, e o escudo com as armas seráficas, seguindo-se uma escadaria que levava ao pátio da igreja.

A igreja, por sua vez, tinha na frontaria dois nichos, onde se encontravam as imagens de São Francisco e Santo António, hoje a ornamentar a entrada dos serviços da GNR, instalados no que resta do convento.

A igreja era muito rica, com grande profusão de imagens, azulejos e relíquias de santos.

O claustro com o chafariz de 1727 era lajeado, e nele se encontravam sepulturas dos religiosos, varandas e uma faixa de azulejos.

O convento propriamente dito tinha dois dormitórios, uma hospedaria, diversas oficinas e uma enfermaria com uma grande varanda construída em 1744.

Com a extinção das ordens religiosas masculinas, em 1834, o convento é naturalmente extinto e os seus bens nacionalizados, passando a igreja para a posse da Ordem Terceira do Convento de São Francisco, estabelecida em 1670, e que possuía já uma grande capela anexa à igreja e um cemitério que se construiu a partir de 1757. Esta Ordem foi também responsável pela construção da Capela do Senhor Jesus do Calvário, em 1680, ampliada em 1803.

O Convento de São Francisco teve importância assinalável no ensino em Vila Real, na tradição aliás dos franciscanos, que remonta ao séc. XIII. Depois da reforma do Marquês de Pombal, foi ali instituída uma escola régia de Primeiras Letras, em 15 de Dezembro de 1779, de que foi responsável, desde 1810, Frei José da Virgem Maria, autor do importantíssimo manual “Novo Methodo de Educar os Meninos e Meninas, Principalmente nas Villas, e Cidades”, que saiu em dois volumes, em Lisboa, em 1815.

O convento dispunha de um importante arquivo e livraria, esta franqueada ao público e valorizada pela oferta em 1821 da livraria de José Teixeira de Melo e Castro, por seu irmão António. Essas livrarias integram-se hoje na Biblioteca Pública Municipal de Vila Real.

Na sequência da extinção, a cerca foi arrendada e depois vendida em hasta pública em 1843. Em parte do edifício esteve instalada a Biblioteca Pública, tudo leva a crer que o Liceu, e a Escola de Habilitação ao Magistério Primário, a partir de 1896. Atingido por um incêndio em 9 de Janeiro de 1850, salvou-se a igreja. Na sequência do incêndio, foram feitas obras no edifício do extinto convento.

Desde cedo, o edifício recebe alguns corpos militares, e em definitivo em 1883 o Regimento de Infantaria 13, quando este veio para Vila Real, transferido de Chaves, mantendo-se no local até 15 de Junho de 1952, data da sua transferência para o novo quartel. Sucedeu-se então a instalação da GNR, que ainda lá se encontra.

Quanto à igreja, foi posta à venda pela Ordem Terceira em 20 de Abril de 1955 e posteriormente demolida.

GASTRONOMIA VILA-REALENSE

Elísio Amaral Neves

A dieta alimentar dos povoadores de Vila Real, que aqui se instalaram em consequência do foral de 4 de Janeiro de 1289, era, como aliás em

todo o reino, baseada nos produtos locais. Predominavam os caldos, em que se fervia um pedaço de carne de porco, para lhe dar paladar. Essa carne era depois consumida acompanhada de pão, geralmente de mistura, feito com as farinhas provenientes dos numerosos moinhos movidos pelas águas do Rio Olo e do Rio Corgo e seus afluentes.

Consumem-se o trigo e o centeio da montanha, o milho da Campeã, os peixes do rio (bogas, barbos, escalos, trutas e, no seu tempo, sáveis e lampreias), carne de porco, couve troncha ou penca da Granja, nabos e repolhos de Vila Real, azeite, castanha, frutos diversos, mel, vinho. E também o cabrito, que não era então exclusivo das classes mais elevadas, e a caça, que, mesmo depois de terem perdido a importância de outros tempos, se mantiveram ainda assim como complemento alimentar.

E ainda a vitela, que, contrariamente ao que acontecia em outras províncias, se consumia em grande abundância em Vila Real. Basta dizer que no séc. XVIII havia 10 talhos em Vila Real e no séc. XVII havia 15! A carne de porco acompanha desde sempre a alimentação dos vila-realenses, mas é a vitela que, como grande especialidade local, mais nome traz à gastronomia desta terra. Isto sobretudo com a divulgação feita nos restaurantes e estabelecimentos hoteleiros que se localizavam no antigo Campo do Tabolado e na Estrada-Rua da rede fontista (no terceiro quartel do séc. XIX), onde os viajantes tinham à disposição uma ementa que privilegiava a vitela, muitas vezes de raças autóctones e apresentada sob a forma de vitela assada, costeletas e bifés.

Apareciam também os covilhetes, empadas de carne que devem o seu nome ao formato que têm e que conheceram uma grande divulgação por ocasião das Festas de Santo António e depois também das do Senhor do Calvário e de Nossa Senhora de Almodena, ocasiões praticamente únicas em que eram comercializados em barracas montadas para o efeito. O arroz de forno era o acompanhamento habitual tanto da vitela como dos covilhetes.

Consumiam-se também tripas, especialidade que muito mais tarde (provavelmente já no séc. XX), ganha a versão de tripas aos molhos, hoje um dos cartazes da gastronomia vila-realense.

Consumia-se também muita doçaria, em que se observavam

rigorosamente as velhas receitas conventuais, com destaque para os doces de amêndoa, em que Vila Real rivalizava com Amarante, Arouca, Viseu, Lamego, Alentejo e Algarve.

À medida que o cabrito vai sendo cada vez mais raro, no séc. XVII e sobretudo no XVIII, é substituído pelos peixes secos e salgados, como o polvo, a sardinha de barrica e o bacalhau, que se compravam nas lojas e aos almocreves.

São estes e outros produtos que ainda hoje constituem a dieta vila-realense, que usa também outros pratos trasmontanos e outras especialidades importadas, algumas bem recentemente, como o Joelho da Porca, ou recuperadas de tempos antigos, como os milhos.

Se a vitela é o grande prato de Vila Real, com ela emparceira a doçaria, sobretudo a produzida no Convento de Nossa Senhora do Amparo da Ordem de Santa Clara, que aqui se estabeleceu a partir de 1602, mas também outras especialidades, como os pitos de Santa Luzia, os cavacórios, as bexigas, os santórios e as ganchinhas de São Brás, espécie de rebuçado muito divulgada no séc. XIX com este nome.

As clarissas de Vila Real, mercê dos seus rendimentos provenientes de juros, foros, dotes, alimentos das noviças, etc, viviam razoavelmente bem, principalmente nos sécs. XVII e XVIII. A sua alimentação, não sendo muito variada, andava à volta da carne de porco, incluindo o presunto, carne de vaca com regularidade desde o final do séc. XVIII, aves de capoeira, bacalhau, pescada e sardinhas. Em dias especiais, de festa ou aniversários, havia doces, que também ofereciam e vendiam, assim como o pão que confeccionavam no forno do convento.

Criavam na sua cerca porcos e javalis, que alimentavam a castanha. A carne de porco era a base da dieta alimentar. Há referência em 1730 à construção da “obra do lagar [logar?] da carne de porco”. E sabe-se que em 1763 compraram 21 presuntos e no ano seguinte 28. Anualmente, em Janeiro, comiam arroz com os boches (bofe, fígado, coração). Também o toucinho fazia parte, com o açúcar, o arroz, a manteiga, a amêndoa, o feijão, o grão, o centeio, o peixe fresco e seco, o azeite, o sal, dos produtos adquiridos com mais regularidade. Esse toucinho destinava-se à sua alimentação bem como a caldos que davam de esmola a pobres e religiosos

que passavam pelo convento a pedir, e ainda à doçaria.

A doçaria era fabricada em quantidades assinaláveis para satisfazer as “obrigações” que o convento tinha e manteve ao longo de toda a sua vida. Por exemplo, na véspera da festa de Santa Clara, eram oferecidos doces às justiças e serventuários do convento (médico, sangrador, sacristão, capelão, procurador). No sábado de Ramos, as criadas com grandes tabuleiros distribuía presentes pelo senado, ouvidor, juiz de fora, vigário geral, síndico e mais justiças que na ocasião se achassem em Vila Real, procurador, executor, escrivães do almoxarife, confessores, capelão, acólitos, pregador da Quaresma, sacristão, médicos, sangrador, boticário, prior do Convento de São Domingos (que também recebia, juntamente com os demais religiosos, presentes no dia do patriarca da Ordem), serralheiro, cerieiro, marchante e outras pessoas a quem se devessem obrigações. O que ofereciam? Pastéis de Vila Real ou pastéis de toucinho (hoje chamados pastéis de toucinho-do-céu ou cristas-de-galo); pastéis de Santa Clara ou viuvinhas; laranjadas de Vila Real (hoje tijelinhos de laranja); arroz doce que também levava amêndoa; fruta coberta oferecida em caixas ornamentadas com papel recortado, que já no séc. XVII há registos de serem compradas ao “caixeiro” e que serviam também para os pastéis; frutas de conserva e marmelada que se oferecia juntamente com as malgas, que as religiosas também compravam para o efeito.

Mas eram sobretudo as próprias religiosas as grandes consumidoras de doces. A título de exemplo, refira-se que na 5.^a-feira gorda comiam pastéis — as freiras dos de 30 [réis] e as educandas de 20. No domingo de Ramos e 4.^a-feira de Trevas, assim como na véspera e dia de Santa Clara, dias 11 e 12 de Agosto, comiam arroz doce.

JOÃO CAMPOS, POETA DA “PRESENÇA”

Frederico Amaral Neves

Fez em 10 de Março último 75 anos que saiu em Coimbra uma

revista que viria a ter grande projecção no mundo cultural português. Chamava-se “Presença”. Tendo embora um grafismo de grande qualidade e sendo impressa em muito bom papel, não se esperaria dela uma longevidade superior à de inúmeras outras revistas do género a cuja saída Coimbra assistira e que eram quase sempre muito efémeras. Mas tal não foi, felizmente, o caso da “Presença”. Na verdade, esta “folha de arte e crítica” publicou-se ao longo de 13 anos, em duas séries, sendo uma das publicações mais influentes do nosso panorama literário do séc. XX.

As razões desse sucesso são várias. A revista conseguiu aglutinar à sua volta uma boa parte da mocidade académica coimbrã, de onde saíam muitos dos nomes que fizeram a segunda geração modernista, que vinham já de experiências anteriores, como, por exemplo, as revistas “Byzancio” e “Tríptico”. Assegurou também colaboração de alguns elementos da primeira geração modernista, que se revelou na década de 1910 na revista “Orpheu”, e ainda, se bem que de forma esporádica, de figuras ligadas ao movimento nascente do neo-realismo.

A “Presença” constituiu o elemento central de afirmação e o porta-voz da segunda geração modernista. Os seus interesses eram variados: poesia, mais que qualquer outro, mas também ficção, crítica literária, artes plásticas, música, cinema e filosofia. No seu âmbito publicaram-se as Edições “Presença”, que editaram obras de 21 autores, 10 dos quais com mais de um título, como foi o caso de João Campos.

João Menéres Campos (1912-1988), filho de João José Campos e de Lucília Menéres de Castro Campos, nasceu no Rio de Janeiro, onde ao tempo se encontrava a sua família e seu pai exercia actividade profissional na área do comércio. Mas veio com menos de um ano de idade para Vila Real, para a Vila Campos, na Timpeira, no lugar da Borralha, e em boa verdade considerou-se sempre um vila-realense, não só porque gostava muito de Vila Real, como porque valorizava intensamente as suas raízes familiares. Fez o curso dos Liceus em Vila Real, tendo sido presidente da Academia por várias vezes, uma das quais em 1931/1932. Seguindo as tradições da família, foi a princípio monárquico e conservador, ligando-se mesmo ao movimento do nacional-sindicalismo dirigido por Rolão Preto, nos últimos anos do Liceu e durante a Universidade.

Vai em 1932 para Coimbra estudar Direito, onde conclui o 4º ano. Casou em 1935 com Elvira Barbosa Menéres Campos, o que perturbou de algum modo a sua vida escolar, vindo a terminar o curso em Lisboa, em regime de voluntariado (que em Coimbra não era possível).

Ainda em Coimbra, a partir do Outono de 1932, começou a frequentar a tertúlia da pastelaria Central, que reunia os jovens escritores que fariam a segunda geração modernista. É aí que se revela como poeta. Ao mesmo tempo, vão-se criando as condições para se operar nele uma mudança de ordem política e social. Homem de grandes capacidades intelectuais, ganha uma nova compreensão da sociedade em que passará a intervir. Torna-se pois, mais tarde, já fora da Universidade, republicano e humanista, iniciando um percurso político e cívico a par da sua condição de poeta (a poesia foi sempre a sua grande paixão) e de advogado, especializando-se em questões de direito comercial, direito de família e direitos reais. Não podendo alhear-se da realidade social e política que o cerca, assume-se contra o regime de Salazar. Assina cartas e manifestos em que a época foi fértil, defende comunistas e outros opositores do regime nos célebres Tribunais Plenários, faz parte da comissão de candidatura do General Humberto Delgado à presidência da República, em 1958. Mantém ao longo da vida a fidelidade aos ideais republicanos, alimentados pela cumplicidade com os seus companheiros de tertúlia nos cafés A Brasileira e Primus e com os seus companheiros do escritório de advogados do Porto de que faz parte.

Trabalhavam neste escritório os irmãos Artur e Fernando Santos Silva, José Neves, Manuel Cruz de Magalhães e Fernando Taveira da Costa. Estava situado na Rua Sá da Bandeira, 260, 2º Esqº. (Antes de se juntar a este grupo, João Campos teve, durante um período muito breve, escritórios na Rua de Santo António, 109, 1º, na Praça da Liberdade, 128, e na Rua Mouzinho da Silveira, 11, 1º.)

Por trás do advogado estava o poeta revelado nos anos 30. No 2º ano da faculdade, envia colaboração regular para o “Notícias de Vila Real”, um semanário que começara por ser republicano e democrático, mas que, à semelhança de tantos outros, a política de Salazar atraíra à área da Ditadura Militar. Neste jornal publica poesia e ficção, assinando Menéres

Campos, apresentando alguns poemas como destinados a serem incluídos em livros futuros (*Totalidade e A Vida chama por nós*), que não chegam nunca a ser publicados. (Outro tanto acontece com *Eça de Queirós — O Sentido Eterno e Universalista da Sua Obra* e *Bússola — Poemas*, que são anunciados num dos livros das Edições “Presença”.)

Na revista “Presença”, já com o nome de João Campos que usará até final, publica no último número da I série (53/54), de Novembro de 1938, o poema “Mar Vivo”, dedicado a Jorge Amado, sobre quem fará, mais tarde, uma conferência no Ateneu Comercial do Porto. *Mar Vivo* virá a ser igualmente o título de um dos seus livros de poesia. No nº 1 da II série, em Novembro de 1939, surge uma referência no verso da contracapa a este livro, publicado em Março anterior nas Edições “Presença”. No nº 2 da mesma série (e último número da revista), de Fevereiro de 1940, vem uma crítica de Guilherme de Castilho ao seu segundo livro, *Viagem Fora do Mundo*, publicado em Dezembro de 1939, também nas Edições “Presença”. No mesmo número da revista vem já referida a edição das duas obras.

1939 é também o ano em que inicia a colaboração na “Ordem Nova”, órgão da União Nacional no distrito de Vila Real, numa secção intitulada “Notas Semanais”, com artigos sobre literatura, cultura e também de polémica, com destaque para uma que manteve com Nio (pseudónimo de António Correia de Matos, administrador de “O Vilarealense” e irmão de Heitor Correia de Matos, director do mesmo), que respondia no seu jornal (em que o próprio João Campos, sob este mesmo nome, tinha colaborado em 1929, na secção “De capa e batina”). Essa polémica travou-se a propósito de duas conferências anti-modernistas de Arnaldo Ressano Garcia, feitas na Sociedade Nacional de Belas Artes, de Lisboa, e que geraram grande escândalo. Refira-se que as mesmas conferências suscitaram fortes reacções de António Pedro, em Lisboa, e de Alberto de Serpa, no Porto, e inúmeros depoimentos de Almada Negreiros, Álvaro Cunhal, Arlindo Vicente, Casais Monteiro, Frederico Jorge, Gaspar Simões, Keil do Amaral, Manuel Mendes, Mário Dionísio, Miguel Barrias, Roberto de Araújo, etc, em “O Diabo”.

Na sua colaboração na “Ordem Nova”, João Campos revela uma

cultura profunda, que será aproveitada mais tarde em inúmeras iniciativas culturais a nível nacional. É, por exemplo, co-responsável por um conjunto de acções realizadas no Ateneu Comercial do Porto. Tem um papel destacado na homenagem prestada a Afonso Duarte em 1956, pertencendo à sua comissão organizadora e fazendo a leitura de um poema no Jardim Botânico de Coimbra. Quando, em 1960, se perfilam as candidaturas ao Prémio Nobel de Aquilino Ribeiro e Miguel Torga, João Campos pronuncia-se abertamente a favor deste último. No mesmo ano de 1960, juntamente com Luís Roseira, faz tentativas, que ficam frustradas, para criar o Festival de Agarez (Agarez é, como se sabe, o nome com que Miguel Torga oculta o de São Martinho de Anta, na obra autobiográfica *A Criação do Mundo*), que chegou a ter um projecto cenográfico do arquitecto Alcino Soutinho.

João Campos foi frequentemente solicitado a fazer parte de júris de prémios literários, a comentar os grandes acontecimentos culturais, a fazer conferências. (Em Vila Real, por exemplo, proferiu em 11 de Junho de 1950 uma intitulada “Arte”, por ocasião do Primeiro Salão de Pintura e Escultura, integrado nas Festas da Cidade.)

Foi co-responsável, com o arquitecto Fernando Lanhas e o poeta Alberto de Serpa, pela divulgação da figura e da obra do pintor Dominguez Alvarez (1906-1942), ao organizar uma exposição retrospectiva em 1951, no Ateneu Comercial do Porto. Era de resto coleccionador de obras deste pintor, possuindo, entre outros, o quadro “O Bispo”, em que Miguel Torga se revia fisionomicamente. Esta colaboração leva Alberto de Serpa a dedicar a João Campos (e a outros) a monografia de Alvarez publicada pela Artis em 1958. E quando em 1987 a Secretaria de Estado da Cultura organiza uma nova exposição de Alvarez, João Campos foi chamado a fazer parte da Comissão Consultiva, o que a sua saúde não lhe permitiu.

Finalmente, refira-se que João Menéres Campos manteve sempre uma ligação muito forte a Vila Real. Aproveitava todos os momentos de férias e fins-de-semana para vir até à Casa do Campo, no Prado, cujo restauro concluíra em 1947, onde gostava de receber os amigos e por onde passaram, entre tantos outros, António Ramos de Almeida, Alberto de Serpa, Miguel Torga, João Villaret e José Régio.

O SANTO SOLDADO

Elísio Amaral Neves

Falta pouco mais de uma década para se completarem 200 anos sobre o dia em que foi arcabuzado no lugar de Santa Iria, caminho da Timpeira, um soldado do Batalhão de Caçadores nº 5. O povo considerou-o inocente e chamou-lhe santo. O próprio governo da Regência lhe perdoou o crime por que foi sentenciado, embora o perdão não tenha chegado a tempo de lhe poupar a vida.

Quando queremos apurar estes factos, encontramos dificuldades insuperáveis. Na época praticamente não havia imprensa e a eventual documentação coeva do assunto foi-se perdendo, pelas mais diversas causas.

Só a título de exemplo, os poucos testemunhos que existem (na própria Capela do Santo Soldado e na Igreja da Misericórdia) referem um nome, José Custódio, de São Pedro-o-Velho, concelho de Mirandela, que tudo leva a crer que não seja o verdadeiro, embora seja o que o povo lhe atribuiu.

Por isso, ninguém se arrisca a escrever a história sem lhe apor a palavra lenda. De facto, este caso tinha todos os condimentos para se transformar numa lenda. E assim se foi construindo uma história que acabou por se confundir com a própria lenda.

Escreveram sobre o assunto, entre outros, Júlio Teixeira, na obra “Da Terra de Panoyas” (1946), e Lourenço Camilo Costa, no jornal “A Voz de Trás-os-Montes” (13 de Maio de 1982) e na revista “Tellus” (nº 21, Outubro de 1993). Este último investigador trouxe um contributo ausente em Júlio Teixeira: a localização da sepultura do militar na Igreja da Misericórdia, que encontrou no “Livro da distribuição das sepulturas da Igreja da Misericórdia”. Júlio Teixeira devia desconhecer este elemento, dado que o não menciona quando se refere à acta da Misericórdia (que diz tratar-se do único documento da época referente ao soldado arcabuzado) em que se indicam os custos com os preparativos e funeral do soldado António Gonçalves Pegueira, da cidade de Castelo

Branco (e não José Custódio).

A confusão entre António Gonçalves Pegueira e José Custódio deve-se possivelmente, como aventa Lourenço Costa, a que terá havido dois fuzilamentos diferentes em datas próximas — um por roubo, outro por deserção — que a imaginação popular terá confundido entre si. O próprio Camilo Castelo Branco, no romance “O Esqueleto”, de 1865, conta brevemente a história do Santo Soldado, dando-o como condenado por desertor no ano de 1811.

O misto de história e lenda pode, na versão mais consensual, resumir-se da seguinte forma:

Quando em 1813 se encontrava em Vila Real um destacamento do Batalhão de Caçadores 5, de Castelo Branco, escalado para o serviço de vigilância na fronteira e defesa de algumas povoações de certa importância, em substituição do Batalhão de Caçadores 3, que também aqui tinha estado aquartelado e nessa altura se encontrava em Espanha, a combater na Guerra Peninsular.

Uma manhã, quando o prior de São Francisco se preparava para rezar a missa na Igreja do Convento, verificou que o sacrário tinha sido violado e faltava o cálice (mais provavelmente, a píxide). Diligencia imediatamente junto das autoridades civis. A voz pública acusa algumas praças de Caçadores 5 que haviam sido vistas na noite anterior à descoberta do roubo junto da Quelha de Codessais, próxima do convento. A devassa transita então para o foro militar. Para espanto geral, o cálice é encontrado na mochila do soldado António Gonçalves Pegueira, que imediatamente recebe voz de prisão.

Mas a verdade é que esse soldado tinha uma boa imagem local e o povo recusa-se a acreditar que fosse ele o autor do roubo. É avisado o pai, que vem a Vila Real. Falando com o filho, este declara-lhe a sua inocência. O pai parte para Lisboa, para obter na corte o perdão.

Entretanto o processo avança nos seus trâmites, o Conselho de Guerra reúne e condena o soldado à morte. A Mesa da Misericórdia, como era hábito, conforta o condenado. Coloca-lhe um oratório na cela. Quando António Pegueira é executado, em 12 de Maio de 1813 (uma quarta-feira), no local que mais tarde ganharia o nome de Arcabuzado, o corpo é entregue

à Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, sendo sepultado na sua igreja.

Quando o pai voltava de Lisboa com o perdão, já às portas de Vila Real, em Almodena, ouve a descarga e logo tem o pressentimento de que o filho foi morto. Ao mesmo tempo, o seu cavalo rebentava de cansaço.

Ao vestir o cadáver para o enterramento, verifica-se que fora atingido por uma única bala. Logo se levanta a suspeita de que essa bala seria do verdadeiro autor do roubo, que seria pois um dos elementos do pelotão de fuzilamento.

Passados poucos dias, um outro soldado (ou, noutras versões, um ajudante de um moleiro da Ínsua) de alcunha o “Preto”, movido pelos remorsos, confessou o roubo e que tinha escondido o cálice num buraco das muralhas junto à Porta Franca, no lugar hoje chamado Buraco Sagrado, tendo-o posteriormente colocado na mochila de António Gonçalves Pegueira, alarmado pelo facto de que os machos e cavalos dos moleiros da Ínsua se atiravam para o chão ao passarem junto ao esconderijo e só depois de muito fustigados prosseguiam caminho, o que poderia constituir sinal de que o roubo acabaria por ser descoberto.

O “Preto” foi julgado e condenado a ser enforcado no local chamado Monte da Forca.

O povo anónimo de Vila Real acreditou sempre na inocência do arcabuzado e desde muito cedo começou a chamar-lhe santo e a prestar-lhe culto na sepultura (que teve mais tarde um gradeamento que seria posteriormente retirado). Em 1854 foi construída uma capela no local da execução. (Essa capela foi recentemente restaurada e ligeiramente deslocada.) Aí foi colocada uma pintura que descreve o fuzilamento e uma caixa de esmolas. Esta capela sucedeu a um alpendre de madeira, que cobria uma cruz tosca à qual estava preso o referido quadro, de que, em 1943, seria feita uma réplica pelo pintor amador Fernando Nóbrega.

Também no cruzamento da Timpeira existiu uma memória de tipo alminhas, com uma representação pictórica do acontecimento e uma caixa de esmolas.

HERÁLDICA VILA-REALENSE

Joaquim Barreira Gonçalves

Se há terra em que faz sentido estudar a heráldica, essa terra é Vila Real. Com efeito, a representação heráldica foi durante muito tempo abundante, sob as mais diversas formas e nos mais diversos suportes e locais, reflectindo a fixação de famílias nobres, a ponto de Vila Real ser por vezes conhecida pelo epíteto de “Corte de Trás-os-Montes”. De resto, embora sem a pujança de outros tempos, ainda hoje são bem visíveis representações desse tipo.

E porquê?

É certo que o foral que verdadeiramente fundou Vila Real, de 4 de Janeiro de 1289, excluía a nobreza dentro de muralhas, cláusula confirmada mais tarde por D. João I. Mas, por determinação régia posterior, fixaram-se aqui três famílias nobres de Lisboa, os Cãos, Taveiras e Botelhos, a quem foram cometidas funções militares e administrativas.

Outras famílias são as dos soldados que, por se terem distinguido nas guerras do norte de África, ao lado dos Meneses, donatários da vila, obtêm a nobilitação e aqui se fixam. Por outro lado, a influência dos Meneses chama a Vila Real muitas outras famílias nobres, parte delas buscando a sua protecção, outras vindo para assistir a festas e torneios e por aqui se fixando.

Ainda outros factores contribuíram para esta densificação da nobreza em Vila Real, como foi o caso da prosperidade das quintas do Douro, com a demarcação pombalina e o comércio do vinho do porto, que levou as famílias a fixarem-se nas povoações de certa importância, como Vila Real, aí construindo os seus solares, alguns moradia principal, outros moradia secundária. É certo que os flagelos que atingiram a viticultura no séc. XIX (o oídio nos anos 40, a filoxera nos anos 70) modificam um tanto a situação, mas ainda assim há famílias que, embora descapitalizadas, aqui mantêm os seus solares e o seu trem de vida.

Na primeira metade do séc. XX ainda existem algumas dezenas de casas nobres, com as suas pedras-de-armas. Outras pedras-de-armas de

edifícios particulares e públicos entretanto demolidos encontravam-se recolhidas, no Governo Civil, na Câmara Municipal e no Jardim da Carreira, onde aliás se faz a primeira tentativa de um “museu” com essas peças recolhidas.

Mas as representações heráldicas familiares não se limitam a pedras-de-armas. Aparecem também em documentos, baixelas, reposteiros, túmulos, capelas e igrejas, assim como em bandeiras, elmos, escudos e coberturas das montadas, estas vindas já de épocas recuadas em que se realizavam justas e torneios no Tabulado, sob a égide dos marqueses.

Como é evidente, todas as representações diferem entre si nos esmaltes e nas composições, diferenças essas que constituem a razão de ser dos estudos heráldicos. O brasão permite a identificação de uma família através dos seus elementos, nomeadamente o escudo, o timbre, e ainda o coronel e o elmo.

Os brasões a partir de certa altura passam a ser concedidos pelo rei, através de cartas de brasão. Encarregavam-se desses assuntos os chamados reis-de-armas.

Para além da heráldica familiar, existem outras modalidades, como a eclesiástica, a corporativa e a municipal.

Pelo que respeita a Vila Real, a heráldica municipal anda envolta em imprecisões e contada em histórias mais ou menos fantasiosas. Podemos dizer que existe sobretudo uma representação assumida e raramente concedida por quem de direito.

O primeiro brasão concedido veio na sequência da reforma manuelina, com que se procurou pôr alguma ordem na confusão reinante em matéria de heráldica. Esse brasão vem representado no armorial “Thezouro da Nobreza”, existente na Torre do Tombo, de 20 de Março de 1678, do rei-de-armas “Índia”, Francisco Coelho. É constituído por “um braço de homem vestido de azul em campo vermelho empunhando uma espada”. É óbvio que em Vila Real já existiam brasões anteriores, sobretudo em chafarizes, mas muito provavelmente assumidos, não concedidos.

O segundo brasão concedido, que permanece actual, é já do séc. XX, mais propriamente 1962, na sequência de um pedido feito dois anos antes pela Câmara Municipal, que deliberara nesse sentido em 18 de Março de

1960. O pedido baseia-se num parecer de 1 de Abril de 1925, da Secção de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que, por sua vez, deve ter sido inspirado numa comunicação que Afonso de Dornelas fez nesse mesmo ano, na sede da mesma associação. Este brasão é “de ouro, com uma coroa de carrascos folhados e frutados da sua cor, enfiada por uma espada de prata, empunhada por uma mão de carnação movente do pé do escudo; ao centro da coroa a palavra ‘Aleu’, de vermelho”.

Quanto a todas as outras representações, são assumidas localmente. Aparecem um pouco por todo o lado, inclusivamente nos inventários do séc. XIX, como o de Vilhena Barbosa, que representa “uma coroa de loiro, tendo no meio escrita a palavra *alleo*, e ao lado uma espada”. Estes elementos, a coroa de loiro e a palavra “aléu”, pertenciam ao brasão dos Meneses, sendo assumidos pela vila de que eram donatários.

Este brasão, com algumas variantes naturais, e ora com a ponta da espada voltada para cima, ora para baixo (em sinal de punição pela traição da Casa de Vila Real), vigorou durante longos anos, acontecendo mesmo que ganhou plena legitimidade identificativa com o liberalismo.

Se por um lado reza a tradição que os elementos referentes aos marqueses foram retirados do brasão depois da execução do último marquês e seu filho, em 1641, mantendo-se unicamente a espada invertida (que representava o aléu) sobre um fundo vermelho, noutras representações, como a acima referida de Vilhena Barbosa, os elementos mantêm-se, embora a espada se encontre igualmente invertida. A Câmara Municipal parece ter privilegiado a primeira representação — isto pelos brasões que conhecemos da primeira metade do séc. XX — tendo só em 1962 sido repostos os elementos relativos à Casa dos Marqueses de Vila Real, embora com nova figuração, nomeadamente a ponta da espada voltada para cima.

A CAPELA DE SANTO ANTÓNIO

Elísio Amaral Neves

Santo António tornou-se, através dos séculos, o santo mais querido dos portugueses, que sempre lhe dedicaram uma devoção especial que fazia com que o santo fizesse, por assim dizer, parte do quotidiano das pessoas.

O padre António Vieira chamava-lhe, certamente por esse motivo, “o santo mais português”.

A população de Vila Real era um bom exemplo desta devoção, que manifestou de muitas maneiras. Em todas as igrejas e capelas havia imagens de Santo António. Mas o culto era tão forte que desde cedo se sentiu a necessidade de lhe erguer uma capela própria. E então o povo de Vila Real, “por devoção e esmola”, construiu, bem defronte da capela de São Sebastião, e à imagem desta, a capela de Santo António, muito provavelmente em 1535, embora numa padieira do alpendre se leia a data de 1593, que hoje não sabemos exactamente a que momento se refere.

Não foi este o único templo da invocação de Santo António. Os frades do Convento de São Francisco, em 1732, construíram no limite da sua cerca uma pequena capela com a imagem do santo, conhecida por capela de Santo António da Carreira. E em 1875, um novo movimento popular construiu na Vila Velha a capela de Santo António Esquecido. Finalmente, já nos finais do séc. XX, verificando-se que a paróquia de São Pedro se encontrava já muita dispersa, nomeadamente com o desenvolvimento urbano da margem esquerda do Rio Corgo, foi criada a paróquia de Santo António da Araucária, por deliberação de 15 de Dezembro de 1995 da Diocese de Vila Real, e erigida uma igreja.

O culto a Santo António alargou-se a outras povoações do concelho e também deu lugar a iniciativas de cariz social. Assim, em 1917, são criadas a Juventude Antoniana e a Obra do Pão dos Pobres de Santo António.

A capela de Santo António referida em primeiro lugar, erigida, como vimos, por iniciativa popular, sofreu ao longo dos tempos modificações, requalificações e valorizações, sobretudo a partir de 1688, data em que,

por alvará de D. Pedro II, de 23 de Março, foi criada uma feira anual por ocasião da festa de Santo António, no sítio onde estava a capela. E nesse sítio se realizou sempre até ao séc. XX, com excepção dos anos de 1746 e 1747, em que teve lugar na Carreira de São Francisco.

A festa causava prejuízos à capela e seu envolvimento, pelo que o pároco de São Pedro, António José Pereira de Brito, consegue uma provisão da rainha D. Maria de 16 de Dezembro de 1790, com efeitos práticos a partir do ano imediato, que autoriza a implantação de barracas junto à capela, revertendo para o santo o respectivo rendimento.

Sabemos, por descrições e imagens várias, que a capela tinha uma galilé exterior, capela-mor e sacristia. Tinha três altares (Santo António, Nossa Senhora do Pilar e São Vicente Ferrer). Era revestida interiormente a azulejos do séc. XVII e tinha tectos apainelados representando cenas da vida e dos milagres de Santo António. Os ornamentos e alfaias eram ricos. Fala-se também de um coro, púlpito e órgão. Era sede de uma confraria ou irmandade, com estatutos aprovados em 31 de Agosto de 1748, na sequência do extravio dos anteriormente existentes.

A festa e feira de Santo António acompanham os momentos de prosperidade e debilidade da região do Douro.

Nos seus momentos altos chegou a ser uma das mais importantes de Trás-os-Montes.

Naturalmente a capela reflectia essas variações. No final do séc. XVIII, sofreu importantes obras de conservação e requalificação. Agora já não é apenas o povo a intervir em benefício da capela, mas também a aristocracia rural, que conhecia tempos de prosperidade.

Foi o caso de D. Luís António de Sousa Botelho Mourão (1722-1798), Morgado de Mateus, militar e político que havia sido governador e capitão-general da Capitania de São Paulo, no Brasil. D. Luís encontrava-se aqui desde 1777, depois de ter caído em desgraça nas funções que exercera, por terem sido mal compreendidas as suas medidas reformistas, e daqui procurava obter a sua reabilitação, o que acaba por acontecer.

Era um homem profundamente crente, que terminara o palácio e respectiva capela iniciados por seu pai. Atribuía à capela em 1781 um dote para sustento de um capelão com obrigação de uma missa diária, e

recheara-a com relíquias de santos.

Na condição de mordomo da irmandade de Santo António (cargo que exerceu em 1790 e 1791), mandou vir de Roma 28 telas a óleo, certamente para substituir telas anteriormente existentes nos caixotões que se encontrariam deterioradas.

Aquando da demolição da capela, em 1953, as telas foram recolhidas pela Diocese de Vila Real e guardados no seu Seminário, onde hoje se encontram, juntamente com diversos retábulos provenientes da mesma capela.

Registe-se, a terminar, que a capela foi demolida devido ao seu estado de degradação e havendo a intenção (não concretizada) de a reconstruir (ou construir uma nova) no Bairro de São Vicente de Paulo. A pedra da padieira que acima referimos encontra-se ainda a servir de banco no pequeno largo fronteiro à Cadeia.

ESCOLA CONDE DE FERREIRA

Vítor Nogueira

Em 1866, Portugal era confrontado com um testamento que havia de modificar as condições e a natureza dos locais onde era ministrado o ensino elementar. Trata-se do testamento de Joaquim Ferreira dos Santos (1782-1866), conde de Ferreira. O testamento foi feito a 15 de Março de 1866, a escassos dias da morte do testador, que ocorreu a 24 do mesmo mês.

Joaquim Ferreira dos Santos nasceu humilde, numa família de lavradores. Emigrou para o Brasil e para a África, onde granjeou uma enorme fortuna na actividade comercial. Como não tinha parentes próximos, decidiu aplicar a sua fortuna a obras de natureza pedagógica, cultural e social. Destaca-se a verba atribuída no referido testamento, de 144 contos de réis (quantia elevadíssima para a época), para a construção de 120 escolas primárias. Estas escolas podiam ser para qualquer dos sexos

e deviam ser construídas em cabeças de concelho. O testamento dá ainda indicações bastante precisas sobre a vontade do testador a esse respeito. Assim, deviam ter uma planta-tipo, onde, mais tarde, era prevista uma sala de aula, uma sala contígua a esta para “recitação, biblioteca e recepções”, um vestíbulo (ou dois, se fossem duas as salas de aula), instalações sanitárias, residência para o professor e um logradouro de pelo menos 600 metros quadrados.

Estávamos então em pleno período fontista. O Conde de Ferreira, imbuído do espírito do tempo, que apontava para o desenvolvimento e para o progresso, estava persuadido de que a instrução pública era essencial para alcançar esses objectivos.

Até aqui, não havia qualquer regulamentação sobre os locais destinados ao ensino. Eram quase sempre casas arrendadas, que não dispunham de condições pedagógicas mínimas. O testamento do Conde de Ferreira exigiu da parte da administração central a definição dessas condições e efectivamente em quatro meses é publicada no “Diário de Lisboa” (assim se chamava então a folha oficial do governo), a 23 de Julho de 1866, uma Carta de Lei e Instruções bastante precisas sobre as condições a que deviam passar a obedecer as “casas de escola”. São contemplados aspectos como o pé direito das salas, a relação área/aluno, as dimensões de bancos e carteiras e toda uma série de normas relativas à higiene, conforto, segurança, ventilação e iluminação.

O testamento foi rapidamente posto em execução. Em 22 de Setembro de 1866, os testamenteiros dirigem uma circular aos governadores civis, que por sua vez a remetem às câmaras municipais, com a planta-tipo, perguntando se desejavam aderir ao plano.

A Câmara Municipal de Vila Real era então dirigida por um fontista, António Correia de Almeida Lucena, que prontamente dá andamento ao assunto. Após troca de correspondência, em sessão de 3 de Junho de 1867, o executivo delibera solicitar o subsídio relativo à construção de uma escola para o sexo masculino, comprometendo-se a contribuir com o terreno. O subsídio era de um conto e 200 mil-réis.

A escola foi construída no lugar da chamada Casa do Trem. Tratava-se de um local de aprovisionamento tornado necessário pela existência

de corpos de natureza militar, como foi o caso de Vila Real, por diversas ocasiões, e em particular durante as Invasões Francesas. Servia para guarda de viaturas, armamento, mantimentos, bagagens, etc; no caso concreto de Vila Real, serviu também para acomodação de praças e hospital. O local onde se implantava, em Vila Real, recebeu o seu nome. Da mesma forma o recebeu uma quinta existente no local e a escola de que vimos falando, ainda hoje mais recordada pelo nome de Escola do Trem do que Escola Conde de Ferreira, embora este último tenha dado, mais tarde, o nome ao largo.

A Casa do Trem foi pois demolida para dar lugar à escola, aproveitando-se grande parte da pedra e das madeiras.

A escola deve ter sido inaugurada no ano lectivo de 1870/71. Muitas gerações de vila-realenses ali estudaram as primeiras letras. Aí se efectuaram também os exames públicos do ensino elementar, até 1884. Em 1885 estes exames foram feitos na Rua do Arco, nº 42; em 1886, na Rua Central; e a partir de 1887 no edifício onde funcionava então o Liceu, no encontro da Rua D. Margarida Chaves com a Rua Avelino Patena (nomes actuais), que pertenceu ao Brigadeiro Mota e Costa, e mais tarde noutras escolas.

O seu primeiro professor deve ter sido José António Baptista, que se jubilou em 1876, sendo substituído nessa altura por Firmino Augusto Martins. Em 1878 encontramos a leccionar Joaquim Vicente Taveira Sarmento, que estará ainda em funções quando, em 1911, é criado um segundo lugar de professor, ocupado por Guilhermina Augusta Teixeira (nessa altura, o espaço necessário para a nova aula terá feito desaparecer a antiga habitação do professor). Para além destes, há também João Gaspar, substituído muito provavelmente por João Pereira Pena; Manuel José Gonçalves Grilo, que será substituído por José António Maduro Roxo. Prestam igualmente ali serviço diversos outros docentes, interinos e também estagiários, com destaque para a Dona Zezinha (Maria José Pereira Martins), que ali iniciou a sua actividade no ano lectivo de 1945/46, ano seguinte ao da saída do professor Grilo.

Nos anos 80 do séc. XIX, quando começou a ganhar força a ideia de construir uma nova ponte ligando as duas margens do Corgo, começou

a pensar-se na abertura de uma rua que ladeasse a margem direita do rio. Na segunda década do século imediato, as obras estiveram para arrancar. Mas só nos anos 50 avança a Avenida Marginal, ou seja, a variante de Vila Real da Estrada Nacional nº 2. Em 1957, a Escola Conde de Ferreira está pois condenada, num processo que envolve também a expropriação da Quinta do Trem e de outros prédios urbanos e rústicos.

É demolida no ano lectivo de 1958/59, passando as aulas provisoriamente para a ala nascente do edifício dos Paços do Concelho. No âmbito das Comemorações do Duplo Centenário (da Fundação e da Restauração), o governo havia iniciado em 1941 a execução de um plano geral da rede escolar, denominado Plano dos Centenários, que se prolongou até final da década de 1950. Em Vila Real, a Escola dos Quinchosos, integrada nesse plano e construída em terrenos da cerca do Convento de São Domingos, abriria no ano lectivo de 1962/63, com os professores João Pena e Maduro Roxo.

BAIRRO DE SANTA MARGARIDA

Duarte Carvalho

A vila medieval foi fundada sobre um promontório sobranceiro à confluência dos rios Corgo e Cabril, com acessos muito declivosos, o que lhe garantia boas condições naturais de defesa. Com a saída do burgo para fora das muralhas primitivas, essas condições de acesso difícil mantêm-se. Um dos acessos mais importantes é a ligação entre as duas margens do Corgo, na entrada do lado nascente. Por aí seguia desde tempos muito recuados uma estrada municipal que ligava a vila com as propriedades, quintas e paróquias (S. João Baptista de Arroios, S. Tiago de Folhadela e S. Martinho de Mateus) da margem esquerda, e também ao Douro.

Este acesso e o agregado urbano que ali se estabeleceu acabaram por ganhar a designação de Bairro de Santa Margarida, devido à capela ali edificada (ou re-edificada?) em 1520 pelo Abade de Mouços e

Protonotário Apostólico, D. Pedro de Castro. Antes da capela já ali havia uma ponte que veio substituir uma barca de passagem que atravessava o rio um pouco a montante do local onde a ponte foi construída. A ponte — cujo processo de construção se iniciou em 1490 com uma derrama de 600 réis por morador mais 400.000 réis dados pelo Abade de Mouçós — acabou por ganhar também o nome de Santa Margarida.

Já no séc. XVII, o Bairro de Santa Margarida conta quatro ruas, cujos nomes eram igualmente referidos a Santa Margarida. A actual Rua Sargento Pelotas (às vezes conhecida também por Rua dos Ferreiros e antes Rua de São Lázaro) era então a Rua de Santa Margarida. A actual Rua do Corgo era a Rua de Baixo de Santa Margarida (ou Rua de Santa Margarida de Baixo, mais tarde Rua de Baixo). A actual Rua de Santa Marta já foi Rua da Rosa e Rua dos Vazes (impropriamente também chamada “dos Vasos”), e em tempos mais recuados seria com grande probabilidade o primeiro troço da Rua de Santa Margarida, ganhando autonomia em meados do séc. XVII sob a designação de Rua dos Vazes. Do lado esquerdo do rio, a Rua da Guia era Rua de Além da Ponte [de Santa Margarida]. Havia, contudo, uma excepção: a Fraga, mais tarde Rua da Fraga, que fazia a charneira entre o Cabo da Vila e o Bairro de Santa Margarida. Esta rua transformou-se na Rua de S. João da Fraga, que, unindo-se com a Rua do Cabo da Vila, dá origem à Rua de São João, a qual, por sua vez, em 1910, se transforma na Rua Miguel Bombarda.

Esta toponímia perdura até meados do séc. XVII, altura em que aparecem pela primeira vez nomes como Rua da Barroca, hoje Rua do Prado (e teria sido muito provavelmente Rua do Cano de Santa Margarida ou de Santa Margarida do Cano ou simplesmente do Cano) e Rua dos Vazes (que, como se disse, seria muito provavelmente o primeiro troço da Rua de Santa Margarida).

O Bairro é também conhecido por Bairro dos Ferreiros, a partir da Rua dos Ferreiros, designação que vai aparecendo esporadicamente, sobretudo na primeira metade do séc. XIX. Esta designação corresponde, naturalmente, a uma actividade profissional que ali ganha dimensão significativa. Factores como a proximidade da estrada municipal, o movimento comercial, a especial adequação do local para a instalação de

forjas e a ligação ao Douro, cuja lavoura era um dos clientes principais dos artefactos de ferro ali produzidos (ao podão chama-se em certas zonas do Douro “vila real”, atestando a origem da sua produção), levam a que os ferreiros dominem a actividade do bairro. Não que existam apenas ferreiros, obviamente. Não podemos esquecer os moleiros, que tiravam partido da força das águas do Corgo para accionar os seus moinhos e, por sua vez, determinavam a existência de inúmeros padeiros e alguns forneiros no Cabo da Vila. Havia ainda alfaiates, sapateiros (5), barbeiros, carpinteiros, caldeireiros e surradores. Como profissões mais ligadas ao ferro, existem no bairro, em 1808, 2 espingardeiros, 1 ferrador, 4 serralheiros e 15 ferreiros — hegemonia que vem de longe (provavelmente desde os primórdios do bairro) e justifica plenamente a nova designação toponímica.

O bairro sofre um incremento com a reconstrução da ponte, nos primeiros anos da década de 1840, obra sobretudo de José Cabral Teixeira de Morais. Note-se que esta obra suscitou forte reacção popular, que impediu a demolição da capela (nessa altura já chamada de S. Lázaro) imposta pelo projecto para melhorar a ligação da Rua de Além da Ponte com a Rua dos Ferreiros e com a Rua de Baixo (hoje Rua do Corgo) e inviabilizou a suavização do pendente da Rua dos Ferreiros prevista para elevar em cinco palmos o tabuleiro da ponte reconstruída, em relação à anterior.

Entretanto, na década de 1840, o Douro entra em crise, com o ataque do oídio. Os ferreiros sentem naturalmente as consequências da crise. Os podões que o Douro deixa de comprar são vendidos a “vil preço”. De um momento para o outro os ferreiros encontram-se sobrecarregados de dívidas, incapazes de pagar o aço e o ferro aos fornecedores e ameaçados de fechar. Em 1848 há uma última tentativa de manter a sua actividade com a força do passado. Associam-se 16 mestres ferreiros e, por escritura notarial lavrada numa casa da Rua de Santa Margarida, acordam, entre outras coisas, produzir uma determinada quantidade anual, definir o preço, e criar uma comissão encarregada de vender os podões.

Mas o declínio dos ferreiros é inevitável. Hoje mantém-se apenas a designação popular de Bairro dos Ferreiros. É certo que há ainda muitos

elementos que evocam o passado: a coerência arquitectónica, o perfil dos arruamentos, a ponte, os quintais, as lavadeiras, vestígios da actividade dos moleiros e também dos ferreiros e carpinteiros (nas varandas e adufas), as capelas de S. Lázaro, Sr^a da Guia e Sr. do Atalho, as festas... E há uma população rarefeita, numa zona que se desertifica a passos largos — para a qual se perfila todavia uma hipótese de requalificação, sob a forma de um projecto integrado no Programa Pólis.

A ASSOCIAÇÃO TRASMONTANA DE INSTRUÇÃO E BENEFICÊNCIA

Elísio Amaral Neves

Em 1 de Janeiro de 1884 é inaugurada a Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência, de Vila Real.

É o produto do impulso associativo das classes populares, nomeadamente caixeiros e artistas, mas também de pessoas de extractos sociais mais elevados, em especial das profissões liberais. Tinha um cunho democrático, envolvendo também e quase em paridade progressistas (alguns dos quais eram redactores da imprensa afecta a estes) e um ou outro regenerador. Era, por outro lado e de um ponto de vista estritamente social, uma espécie de contraponto do Grémio Vila-Realense, que reunia pessoas da burguesia e alguma aristocracia rural.

O processo de fundação da Associação inicia-se em 1883. Pretendia-se criar um organismo que favorecesse a sociabilidade e a difusão da ilustração e educação dos povos, a ocupação dos tempos livres, a satisfação dos interesses culturais e a prática de actos de filantropia. Tudo isto era conforme ao espírito da época, em que associações deste tipo e com estes objectivos foram criadas um pouco por toda a parte. Mas havia também uma motivação política. Na primeira metade da década de 1880 assistiu-se a uma concertação estratégica entre progressistas e republicanos ou democráticos para combater Fontes Pereira de Melo e a Regeneração em

termos gerais. Vila Real tinha desde 1873 imprensa democrática (“O Transmontano”), reforçada neste período por outros jornais, como “A Juventude” (1883), que, embora se dissesse incolor, tinha um óbvio pendor democrático, e “O Cábula” (1884) e “O Correio de Vila Pouca” (1885), com a mesma orientação.

Mas os jornais, sendo nesse tempo o instrumento mais importante dos partidos, não são o único. O republicanismo usará também esta rede urbana de associações, importantes como espaço de reprodução cultural e de divulgação de conhecimentos — e das suas ideias. Eram sociedades cívicas, políticas e filantrópicas para as classes populares, que funcionavam como lugares de recreio e instrução, com as suas bibliotecas e gabinetes de leitura, com o teatro e a música como veículos de socialização, com as escolas, etc.

Um dos primeiros homens de grande influência na fundação da Associação, na qualidade de presidente da comissão iniciadora, é o comerciante António Dias Borges, justamente colaborador de “A Juventude”.

Em 14 de Outubro de 1883, reúnem-se no teatro de Vila Real, por iniciativa de vários artistas e caixeiros, umas 200 pessoas com a intenção de criar um “clube de instrução, recreio e beneficência”. Da reunião sai uma comissão instaladora encarregada de elaborar os estatutos, que tem como presidente o republicano Paulo de Barros, engenheiro distrital que viria a prestar extraordinários serviços a Vila Real e à Associação, que o faria, mais tarde, presidente honorário. As diligências correm com celeridade. Em 4 de Novembro seguinte instala-se a Associação, com mais de 50 sócios fundadores, sendo desde logo eleitos os corpos sociais. Era a seguinte a composição da direcção:

Presidente: Paulo de Barros; vice-presidente: Rodrigo da Nóbrega Pinto Pizarro; tesoureiro: Custódio José Fernandes; 1º secretário: Manuel Maria Ferreira de Abreu; 2º secretário: José de Carvalho Araújo Júnior; vogais: Francisco Maria Freixo, António Rocha de Carvalho, Manuel da Fonte Machado, José de Barros Guimarães, Manuel Correia Tavares e Vitorino Gomes de Barros.

Escolheu-se a data de 1 de Janeiro de 1884 para a inauguração da

Associação. Nesse dia, havia já um hino, da autoria do pianista espanhol residente em Vila Real, Antonio López Palareja.

A Associação, instalada na Rua Central, nºs 51 a 53, arranca cheia de dinamismo, promovendo imediatamente várias iniciativas. De entre estas, destacam-se a instalação de uma biblioteca e de um gabinete de leitura, com regulamento aprovado logo em 6 de Janeiro; uma aula de ensino primário nocturno, com a duração de 8 meses, dada por um professor contratado; uma aula de Francês, com o professor José Correia de Mesquita; criação de um corpo cénico em Abril; em Maio, preparativos (que ignoramos se tiveram sequência) para a criação de uma orquestra, regida pelo já nosso conhecido López Palareja, e de uma aula de música (guitarra e violão), regida por Evaristo Guedes, mestre da banda regimental; assentamento de um bilhar em 27 de Maio, e elaboração do respectivo regulamento em 30 de Novembro.

Mas também não tardam a ocorrer algumas perturbações na vida da colectividade. Na sequência do pedido de demissão do presidente Paulo de Barros, realizam-se novas eleições em 6 de Novembro, sendo então eleito presidente Manuel Rodrigues de Freitas e vice-presidente Avelino Arlindo da Silva Patena, que viria a ser presidente da Câmara Municipal pelo Partido Progressista, e durante o seu mandato acusado de conivência com o Partido Republicano.

Começa a haver dificuldades financeiras para satisfazer os fins filantrópicos da Associação, que se procuram ultrapassar organizando bazares de prendas no Jardim da Carreira.

Em 4 de Janeiro de 1885, inaugura-se uma nova associação, o Orfeão Vila-Realense, a que preside Paulo de Barros. Como os assuntos relativos à música parecem não avançar na Associação Trasmontana, começa a produzir-se uma aproximação entre as duas colectividades. Paulo de Barros tinha entretanto sido convidado a discursar nas cerimónias do 1º aniversário, sendo o outro orador Manuel Maria Coelho, então alferes do RI 13 e futuro implicado na Revolta do 31 de Janeiro e primeiro-ministro durante a I República.

As salas da Associação são postas ao serviço da comunidade. Aí se realizaram bailes de Carnaval, exames de instrução primária, concertos do

Orfeão Vila-Realense. Aí funcionou durante algum tempo o *atelier* fotográfico de Fulgêncio da Costa Guimarães, da firma Sala & Irmão, do Porto (mais tarde associada ao comerciante Maximiano Lopes dos Santos, que viria a ser um importante fotógrafo local).

Em 8 de Novembro de 1885, novas eleições. Toma então posse como presidente José António Augusto Castelar, chefe da estação telegráfica de Vila Real. Em Dezembro do mesmo ano, há uma grande injeção de massa associativa, já que foram admitidos como sócios todos os elementos do Orfeão Vila-Realense (executantes, beneméritos e honorários), que se dissolveu e passou a integrar a Associação, onde se criara uma aula musical. Por esse facto, tornou-se necessário reformular os estatutos.

A sociedade civil vila-realense movimenta-se em 1886 para pedir a construção da Linha Férrea do Vale do Corgo. A Associação não fica indiferente e, em sessão de 10 de Março, elabora uma bem estruturada representação, que é enviada ao Conde de Vila Real, chefe local dos Progressistas, que a apresenta na sessão parlamentar de 23 de Março e faz com que seja publicada no “Diário do Governo” de 27 do mesmo mês.

É este talvez o último ponto alto da vida da Associação. No segundo semestre de 1886 as dificuldades são muitas. Recorre-se em 19 de Setembro à eleição de uma comissão administrativa, presidida por José Maria dos Reis, onde se mantêm das direcções anteriores, entre outros, Avelino Patena e onde entra Adelino Samardã, futuro director do jornal republicano “O Povo do Norte” e primeiro governador civil do distrito após o advento da República. Em Março de 1887 a Associação está prestes a entrar em liquidação, mas aparecem três beneméritos (que permanecem anónimos) que pagam as dívidas e a salvam *in extremis*.

Possivelmente devido a estas dificuldades, o Orfeão Vila-Realense separa-se da Associação e aluga instalações próprias nos baixos do Grémio Vila-Realense. Foi mais um passo para o fim. Ainda se elege um último presidente, João Baptista da Costa, mas não é possível salvar a Associação, que é liquidada em 18 de Dezembro de 1887, pondo-se termo desta forma a uma instituição que, durante cerca de quatro anos, desenvolveu um importante papel de divulgação das ideias democráticas no meio vila-realense.

AQUILES DE ALMEIDA, COLECCIONADOR VILA-REALENSE

Elísio Amaral Neves

Achiles Ferreira de Almeida (1902-1983), se fosse vivo, completaria este ano cem anos. Essa idade é, ainda assim, inferior à de muitos dos documentos, que foi recolhendo ao longo dos tempos, nomeadamente fotografias — que constituíram a sua grande paixão e também o seu modo de demonstrar a sua relação afectiva com Vila Real.

A sua vida profissional não tem grandes lances dignos de registo. Nasceu em Vila Real, na rua hoje chamada 31 de Janeiro, nº 44, onde viveria a maior parte da sua vida. Seu pai, comerciante estabelecido na vila, deixou-o órfão muito cedo, o que trouxe as naturais dificuldades à família. Alguns dos irmãos de Aquiles de Almeida tiveram de procurar trabalho fora de Vila Real, o mesmo acontecendo a ele, após uma ou outra experiência de trabalho em Vila Real, de que é exemplo o emprego, em 1924, na Fábrica de Sabões A Trasmontana, na Peneda, à época uma unidade fabril de razoável importância para Vila Real.

Na década de 1940 é assalariado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, vindo posteriormente a exercer outras funções na mesma universidade. Vivia então nos Arcos do Jardim e tomava as refeições na Pensão Republicana da Dona Luísa, na Rua da Matemática, onde era o único fútrico (designação algo depreciativa dada pelos estudantes de Coimbra aos não estudantes). Em Coimbra conviveu com Miguel Torga, o Prof. Bissaya Barreto (que terá «apadrinhado», mais tarde, a deslocação de Aquiles de Almeida para Vila Real, quando o professor prestava colaboração ao Dr. Otilio de Figueiredo na sua Casa de Saúde de Vila Real, mais tarde Clínica do Prof. Doutor Bissaya Barreto) e com o Dr. Miranda de Vasconcelos, conservador do Registo Predial, natural de Mesão Frio.

Ainda em Coimbra, conseguiu em 1949 a sua nomeação como escriturário de 3ª classe contratado da 2ª Circunscrição Florestal. Mais tarde, já em Vila Real, exerceria as mesmas funções, sem que fizesse quaisquer esforços para progredir na carreira. E isto porque, para além

das funções profissionais, tinha outros interesses que o acompanharam toda a vida.

Um desses interesses foram os bombeiros. Ainda em Coimbra, pertenceu à direcção dos Bombeiros Voluntários (primeiro secretário). Mas a sua ligação aos bombeiros em Vila Real é ainda anterior. Em 1926 veio reclamar por não ter sido aceite como sócio auxiliar. Em 1928, contudo, pertence ao corpo cénico dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública. Em 1936, aquando da reorganização da corporação, aparecia como sócio contribuinte, e em 1939 como ensaiador do corpo cénico. Manteve ao longo dos anos esta ligação estreita com os bombeiros, sem todavia sabermos se alguma vez exerceu funções directivas. Sabemos sim que esteve ao lado do antigo Primeiro Comandante da corporação, Heitor Correia de Matos, que, tendo alcançado esse posto em 1936, seria demitido em 1947. Aquiles de Almeida lutou então pela reintegração de Heitor Correia de Matos, que acabou por se concretizar em 1964.

Aquiles de Almeida era uma personalidade difícil, algo azeda, muito crítica para com os seus inimigos. Tinha um pensamento «hiperbólico» (a palavra era frequentemente usada por ele pejorativamente a respeito dos seus inimigos...) e impiedoso para com aqueles de quem não gostava. Criava frequentes intrigas e efabulava com facilidade, como quando pôs a correr a história, que ficou célebre, da «excomunhão». Ter-se-ia passado assim: aquando de um incêndio na capela de Nossa Senhora de Almodena, o «bombeiro» Aquiles de Almeida dirigiu-se ao altar para salvar a custódia. Como porém as suas intenções fossem malsinadas junto do arcebispo-bispo D. João Evangelista de Lima Vidal, este resolveu «excomungar» o intrépido salvador da custódia. Porém este, inconformado, requereu uma audiência com o prelado, que, após ouvir as suas razões que expôs ajoelhado, lhe lançou uma mão sobre a cabeça, anulando dessa forma a «excomunhão».

Aquiles de Almeida mantinha fortes relações de amizade com alguns vila-realenses, como o Ten. Manuel Gonçalves Pureza, os farmacêuticos Joaquim dos Santos Mesquita e Heitor Correia de Matos (este também jornalista, director de «O Vilarealense», a que Aquiles de Almeida dava colaboração, nomeadamente a nível de informações, e não tanto de redacção de notícias). Frequentava também a Livraria Libório (onde se

falava frequentemente de apicultura, actividade que Aquiles de Almeida exercera temporariamente numa propriedade em Vila Marim, herdada do pai) e a Relojoaria Salgueiro. Falava ainda regularmente com diversas pessoas, entre as quais se contava o Dr. Elísio da Costa Neves, a quem ouvia com acatamento.

O seu tempo era partilhado entre o trabalho de amanuense e o gosto pelo teatro e pela crítica, primeiro no grupo cénico dos bombeiros, mais tarde na própria Academia, para as récitas do 1º de Dezembro e para as piadas do Regadinho. Terá sido precisamente no teatro que criou os seus piores inimigos, já que de algum modo encarava essa actividade artística como um feudo seu.

Dedicava também muito tempo às suas colecções: de selos, moedas, caixas de fósforos, fotografias antigas e modernas de Vila Real (algumas destas tiradas por ele próprio, para documentar as alterações na fisionomia urbana), com as quais pretendia criar nos outros um certo sentimento de gosto pela cidade e de oposição à sua descaracterização. Algumas das fotografias eram coloridas manualmente por ele próprio.

Os milhares de documentos que coleccionou, alguns dos quais usados ao longo dos anos em inúmeras iniciativas culturais a que dava a sua colaboração, constituem hoje um instrumento importante para o estudo da história local. Sabedor disso, Aquiles de Almeida desejava que a colecção fosse aberta à utilização pública, e procurou orientar o seu sobrinho e herdeiro, Prof. Arlindo Castro Ferreira de Almeida, no sentido de, logo que houvesse condições, facultar o seu uso. É dado hoje o primeiro passo para o cumprimento dessa vontade do coleccionador, com a assinatura de um protocolo que garante o depósito da colecção, pelo prazo de dez anos, no Arquivo Municipal de Vila Real.

PASSADO AO ESPELHO

Alexandre Ramires

O arquivo pessoal de Aquiles de Almeida é particularmente rico no que respeita a fotografias. Entre elas é possível encontrar um retrato do pintor, miniaturista, litógrafo, pedagogo e também fotógrafo João Baptista Ribeiro (1790-1868), nascido em Arroios, Vila Real, que veio a ser reitor da Universidade do Porto e fundador do Museu Portuense, hoje Museu Nacional Soares dos Reis.

Na colecção, contudo, não se encontra qualquer daguerreótipo, técnica fotográfica de que João Baptista Ribeiro foi um dos introdutores em Portugal, sendo particularmente conhecidos dois retratos de Alexandre Herculano, por ele tirados nos anos 50 do séc. XIX.

A inexistência de daguerreótipos na colecção é perfeitamente natural, uma vez que esse tipo de documentos é raríssimo. Sempre que aparece algum (e sobretudo os que não representam retratos), ele é desde logo uma peça importante para ajudar a fazer a história da fotografia em Portugal.

Apareceu recentemente um daguerreótipo que é objecto da presente sessão do Ciclo «História ao Café». A tese que se procura demonstrar é que ele representa o escritor Almeida Garrett. Faz-se, para tanto, a comparação com a iconografia existente do escritor, em especial os traços fisionómicos, o chinó, uma cicatriz, a indumentária, etc.

Procura-se também demonstrar — o que é mais difícil — que o daguerreótipo é da autoria de João Baptista Ribeiro. Para isso faz-se o cotejo com outros daguerreótipos deste autor e analisam-se certos elementos no retrato, que parecem ser comuns aos dos daguerreótipos comprovadamente da autoria de João Baptista Ribeiro: a pena com que o retratado escreve e uma toalha estampada sobre a mesa. Milita também a favor desta tese a relação entre Almeida Garrett e João Baptista Ribeiro, pois sabemos que foi o primeiro que convocou o segundo a ir ao Paço, para uma audiência em que o rei lhe confiaria a constituição do Museu Portuense.

Há ainda outros elementos que são tomados em consideração, como

a marca do ourives (Christofle) na prata que reveste a chapa de cobre do daguerreótipo, que remete para uma data a partir de 1850, ou a marca de água do papel que fecha a moldura.

É pois uma tentativa de identificar o retratado e o autor do retrato, que constitui também pretexto para nos familiarizarmos com as primeiras técnicas fotográficas.

O TERCEIRO MARQUÊS DE VILA REAL

Vítor Nogueira

Os condes, marqueses e duques de Vila Real e seus familiares foram, como sabemos, simultaneamente donatários de Vila Real e Ceuta, além de outras povoações, entre os sécs. XV e XVII. Sabemos igualmente que, ao longo desse período, a importância e influência da família trouxe assinaláveis benefícios a Vila Real.

Com altos e baixos, naturalmente. Embora a história desta época esteja por fazer, pode dizer-se com certa margem de segurança que as relações entre Vila Real e a família Meneses foram mais intensas e mais proveitosas durante o período do 2º e 3º marqueses de Vila Real, respectivamente D. Fernando de Meneses e D. Pedro de Meneses. Há memórias da grande expectativa com que os Meneses (D. Fernando, seus familiares e séquito próprio de uma grande família) foram aguardados para uma visita a Vila Real, nos princípios do séc. XVI. Essa expectativa popular não excluía, bem pelo contrário, o filho, D. Pedro de Meneses, então já 2º conde de Alcoutim (título que por mercê real cabia ao filho primogénito e legítimo dos marqueses de Vila Real) e futuro 3º marquês de Vila Real.

A visita faz-se em 1509. A família vinha de Ceuta. Como era habitual quando os grandes senhores entravam nas terras de que eram donatários, era proferida a chamada oração de entrada. Como não houvesse em Vila Real pessoa competente, deslocou-se aqui Salvador Fernandes, jurista, lente da Universidade de Lisboa, que posteriormente passou à França, onde fez

carreira académica, sendo após 1522 reitor da Universidade de Bourges. Salvador Fernandes proferiu a oração em latim. Existe ainda essa oração sob a forma manuscrita, mas pela maneira como está apresentada é de crer que tenha também corrido impressa, numa tipografia de Ferreirim, Lamego. A ser assim, seria muito provavelmente a primeira obra impressa com referências a Vila Real.

Nesse texto, o orador faz grandes elogios ao marquês D. Fernando de Meneses, lembrando a sua cultura e pondo em realce a educação que havia dado aos filhos, sobretudo ao conde de Alcoutim, que na altura tinha 22 anos. A respeito deste, lembrou que se tratava do discípulo dilecto de Cataldo Sículo, o grande humanista atraído por D. João II, que foi também professor dos filhos deste.

D. Pedro de Meneses, 2º conde de Alcoutim e 3º marquês de Vila Real, nasceu muito provavelmente em Ceuta cerca de 1487 e faleceu em 1543. Pertencia à geração de jovens fidalgos em cuja educação o rei se havia empenhado. Foi latinista e humanista distinto, e também precoce, dado que aos 12 anos proferiu uma lição nos Estudos Gerais e aos 17 a oração de sapiência na abertura solene da Universidade (a primeira que se conhece). Essa peça, sobre a hierarquia das ciências e das artes, encerra conceitos que o ensino da época aproveitou e que a história da educação em Portugal não dispensa. (Refira-se aqui que também a sua irmã, D. Leonor de Noronha, foi uma latinista ilustrada, tradutora de Marco António Sabélico e autora de alguns textos.)

Cataldo Sículo e Gil Vicente referem-se-lhe elogiosamente, o segundo em “Oração dos Grandes de Portugal” e na tragicomédia “Frágua de Amor”.

Foi militar distinto, tendo participado em diversas expedições, e capitão-general e governador de Ceuta entre 1512 e 1517 e depois ainda em 1524.

É tido por grande benemérito. Diz-se também que esbanjou parte da sua fortuna na embaixada para acompanhar a Infanta D. Isabel a Sevilha, para os esponsais com o imperador Carlos V.

A ele e a seu pai se deve certamente um dos períodos de maior prosperidade de Vila Real. Foi provavelmente por esta altura que se

construiu o palácio da família. E foi por influência do 2º marquês que veio para Vila Real uma das figuras mais notáveis da sua história: D. Pedro de Castro, mais próximo em idade do 3º marquês, que veio inicialmente para abade de Freamunde, que pertencia ao padroado do marquês, e mais tarde seria abade de Mouçós, assim como capelão-fidalgo e confessor da Casa de Vila Real e protonotário apostólico (dignidade com privilégios quase episcopais). A D. Pedro de Castro se devem, entre outras obras benemerentes, o importante apoio para a construção da Ponte de Santa Margarida, a Capela de Santa Margarida (1520), a Capela de São Sebastião, a Igreja de São Pedro (note-se que havia sido criada por essa altura a segunda paróquia da vila, à qual passou a servir de matriz) e a reedificação e ampliação da Igreja da Misericórdia, que são de 1528, a Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe (1530) e o Chafariz do Tabulado (1532).

LUCINDA CHISCARIA, PARTEIRA

Maria Hercília Agarez

Há pessoas que, pelo facto de se dedicarem a determinada actividade “de utilidade pública” pouco comum e também pelo dilatado período de tempo em que a exercem, marcam de alguma forma a comunidade. É o caso de Lucinda Chiscaria (1883-1968), parteira ao longo dos anos 30, 40, 50 e parte dos anos 60 do séc. XX. O seu nome verdadeiro era Lucinda Rosa, vindo-lhe do marido a alcunha Chiscaria.

Tratava-se de pessoa sem qualquer formação. Parece que a sua primeira ocupação teria sido guardar gado. Durante esse tempo aconteceu-lhe decerto muitas vezes assistir a partos e porventura parturejar algumas fêmeas...

Era extremamente habilidosa, de uma disponibilidade absoluta e extremamente responsável. Tanto, que é voz corrente que quando o Dr. Domingos Campos era chamado a um domicílio para um parto mais difícil, se a via lá, considerava que a parturiente estava bem entregue e pedia que

o voltassem a chamar já só mesmo próximo do parto.

Lucinda Chiscaria prestava um serviço completo. Para além do parto, lavava a parturiente, mudava-lhe a roupa da cama e acompanhava o recém-nascido durante os primeiros oito dias de vida.

Vivia na Rua da Misericórdia, nº 94. Muita gente se recorda ainda de a ver sair de casa, com o seu enorme avental branco, em direcção a alguma casa da cidade onde estivesse prestes a acontecer um parto, ou entrando num carro de praça que a havia de levar a alguma aldeia do concelho onde houvesse uma mulher em trabalho de parto.

Teve sete filhos e amamentou também, como ama competente e carinhosa, muitas crianças alheias. Assistiu ao nascimento de inúmeras crianças vila-realenses de diversas gerações e de todos os extractos sociais.

EX-VOTOS DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DE ALMODENA

Duarte Carvalho

Antigamente como hoje, nas grandes aflições o homem recorria ao sobrenatural — fazia uma promessa — e, quando o milagre acontecia, dava público reconhecimento da graça recebida através de ex-votos: tranças autênticas de cabelos, peças em cera, mármore ou cobre — e as chamadas tábuas votivas.

Trata-se de obra de pintura popular, evidentemente ingénua, em que se retratavam as circunstâncias que levaram à promessa, seja uma tormenta no mar, seja uma doença de mau prognóstico.

Em Trás-os-Montes existem muitas dessas tábuas, encontrando-se nas proximidades de Vila Real alguns dos centros mais importantes, como sejam o Santuário do Senhor de Perafita, em cuja Casa dos Milagres existem 94 tábuas, o Bom Jesus do Calvário, em Parada do Pinhão, com cerca de 60 tábuas, e a Capela de Nossa Senhora de Almodena, com 18 tábuas.

Destas, as que se encontram datadas são todas do séc. XIX, sendo a

mais antiga de 1820. Uma é alusiva a uma viagem marítima e as restantes dezassete são cenas que envolvem pessoas acamadas por doença.

É escusado salientar o interesse histórico, religioso, etnográfico, documental, toponímico e linguístico destas tábuas votivas.

EVOCÇÃO DA RUA DO JOGO DA BOLA NA 2ª METADE DO SÉCULO XX

Fernando Meneses

A actual Rua Alexandre Herculano chamou-se durante séculos Rua do Jogo da Bola, possivelmente em razão de dar acesso a um local onde se realizassem práticas desportivas envolvendo uma bola, não sabemos exactamente quais, ou então de as mesmas práticas terem lugar na própria rua em causa. Em 1867, de Rua do Jogo da Bola passou a Rua da Alegria. E em 1910 passou a Rua Alexandre Herculano.

Mas para muitos vila-realenses ainda diz qualquer coisa o nome de Rua do Jogo da Bola. É daqueles nomes que evocam a Vila Real antiga, e têm por isso um sabor muito especial. Como a Rua Direita, a Rua das Pedrinhas ou a Rua do Carvalho.

Foi sempre uma rua muito movimentada. Concorriam para isso diversos factores, como a sua proximidade ao Cabo da Vila (outra reminiscência toponímica de tempos idos), onde havia regateiras com as suas bancas. Era também um dos acessos ao Passeio Público e uma das saídas da cidade, em direcção a Chaves e a Bragança.

Pela sua inclinação, constituía óptimo ponto de observação de uma prática antiga que infelizmente se perdeu: os tapetes de flores, que engalanavam as diversas ruas percorridas pela Procissão do Senhor aos Entrevados, realizada pela Pascoela.

Estes arranjos na Rua do Jogo da Bola eram dirigidos pelo Sr. António Lima, proprietário do Café Imperial, com envolvimento dos residentes na rua e com destaque para a Dona Maria de Lurdes do Ninho

e a Dona Júlia Araújo, esposa do Sr. Rodrigo Araújo. Era tudo muito levado a sério.

Tanto que, havendo um júri para apreciar a ornamentação floral, a Rua do Jogo da Bola ganhou “prémios” por várias vezes.

O Sr. Rodrigo Araújo foi e é uma pessoa ligada a grandes causas da comunidade, como os Bombeiros, o Sport Clube de Vila Real, o Circuito Internacional. Foi funcionário da Caixa Geral de Depósitos e agente bancário, e é ainda hoje uma das memórias vivas da cidade. Faz sentido evocá-lo a propósito da Rua do Jogo da Bola, não só porque vive nela, como porque é lá também que se encontra o estabelecimento bancário mais importante da cidade, o Banco de Portugal, um belo edifício da traça de Adães Bermudes.

As flores para os tapetes eram recolhidas no edifício do Ninho, antiga Casa dos Magistrados, onde sob a orientação da Dona Maria de Lurdes Pinto Martins, pasteleira exímia, se fazia a selecção e limpeza das flores.

Na Rua do Jogo da Bola é também tradicional a presença de oficinas de “Pinta-santos”, restauradores de imagens, que se foram revezando ao longo dos tempos.

Era também ali a Barbearia Sport Clube, uma tertúlia futebolística de nomeada, propriedade dos Srs. Manuel Sérgio Correia, portista, e Joaquim Gomes, benfiquista.

Igualmente ficava nesta rua o “Morrinha”, afamada tasca, onde havia “vinhos afamadíssimos” e petiscos, a começar nas pataniscas que saíam da frigideira às 5 da tarde.

Merecem ainda menção a Padaria Celeste, no espaço hoje ocupado por uma “loja dos 300”, e a Casa de Saúde da Boavista, dos Drs. Júlio Teixeira, Mário Vilar e Mário Durão. E naturalmente muitas outras actividades e também pessoas, entre as quais podemos citar, a título de simples exemplo, o Sr. João Relvas Pena, professor primário da Escola Conde de Ferreira, que marcou positivamente muitos gerações de vila-realenses.

(No convite para a sessão constava uma comunicação com o título “Uma figura popular: Armando Ponas”, tendo esse tema sido substituído à última hora)

“A SAUDAÇÃO PASTORAL DO PRIMEIRO BISPO” DE VILA REAL

A. M. Pires Cabral

“A saudação pastoral do primeiro bispo” de Vila Real, D. João Evangelista de Lima Vidal, é, naturalmente, um texto de circunstância. D. João Evangelista tinha entrado em Vila Real no dia 24 de Outubro de 1923, uma quarta-feira, tinha tomado posse da diocese em cerimónia realizada na Sé Catedral, durante a qual subiu ao púlpito e leu a saudação aos seus novos diocesanos.

Um texto de circunstância, pois, embora escrito com notável elegância como tudo o que D. João Evangelista escrevia. Nele começa por, humildemente, considerar o trabalho que o espera desproporcionado às suas forças e capacidades. Mas considera também que com a graça de Deus será capaz de cumprir. Segue-se uma exaltação do povo vila-realense, “que é conhecido em todo o país, e quase lendário, pela sua alma aberta, pela sua nativa sinceridade, por um espírito admirável que é feito do vigor dos rochedos e da doçura do mel”.

Saudando e abençoando a todos, dedica então uma palavra especial ao clero, que havia de ser sempre a sua “menina dos olhos”. Faz também uma menção especial a D. Manuel Vieira de Matos, Arcebispo Primaz de Braga, presente na cerimónia, que “é e deve ser considerado como o seu Pai e seu Fundador [da diocese]”. A palavra seguinte é para as autoridades constituídas — administrativas, judiciais, militares e todas as restantes, a todas oferecendo “sem o menor pensamento reservado, de alma perfeitamente aberta, os pequenos serviços que de mim possam porventura esperar”. Depois, saúda “com uma ternura particular que ninguém por certo desaprová a um cura de almas, todos aqueles que, pelas suas circunstâncias, pelas suas dores, pelos seus perigos, mais careçam dos cuidados do seu Pastor — os pobres e os doentes, as crianças, os pecadores”.

Mas a saudação pastoral é também de algum modo um texto programático: “Tal é o doce e formidável programa, que eu trago na minha

alma para esta querida igreja de Vila Real, e que, com a graça de Deus e o vosso auxílio, desejo e prometo integralmente cumprir. Que eu possa ser sempre, não o mercenário infiel e odioso que se importa mais consigo próprio do que com o seu rebanho, mas sim o bom pastor, de que nos fala a Sagrada Escritura, que dá a vida pelas suas ovelhas, que as conhece a todas e por todas elas é conhecido.”

Este programa de acção foi generosamente cumprido e marcou Vila Real e a diocese de várias maneiras.

Mas comecemos por traçar uma breve biografia apostólica de D. João Evangelista.

Nasceu em Aveiro, em 2 de Abril de 1874. Após a instrução primária e a frequência do Colégio Probidade, na mesma cidade, proporciona-se a possibilidade de continuar os estudos no Seminário de Coimbra. Tendo conquistado, pelas suas qualidades morais e intelectuais, o apreço e protecção do Bispo de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, foi enviado como bolseiro para a Universidade Pontifícia Gregoriana, em Roma, onde se doutorou em Filosofia e depois em Teologia, e becharelou em Direito Canónico. Regressado a Portugal, tem uma carreira fulgurante dentro da hierarquia católica, sendo sucessivamente cónego da Sé de Coimbra, Bispo de Angola e Congo, Arcebispo de Mitilene e Vigário Geral do Patriarcado de Lisboa, Arcebispo-Bispo de Vila Real, Superior Geral da Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas, Arcebispo Titular de Ossirinco, assistente ao sólio pontifício e Arcebispo-Bispo de Aveiro. Deixou escritas para cima de 50 obras. Faleceu em Aveiro em 5 de Janeiro de 1958.

Foi o primeiro Bispo de Vila Real. Tinha havido no longínquo ano de 1823 uma petição a D. João VI para a elevação de Vila Real a cidade e a “criação de um bispo”, que não surtiu efeito. Em 1876 houve nova tentativa, também malograda. Em 1917, o então Arcebispo Primaz de Braga, D. Manuel Vieira de Matos (natural de Poiães da Régua), julga oportuno formular novamente o pedido, agora junto da Nunciatura Apostólica em Lisboa, alegando que a área geográfica coberta pela arquidiocese de Braga era excessivamente vasta, que tornava impossível uma efectiva assistência pastoral. O Papa Pio XI foi sensível à ideia e pela

Bula *Apostolica Predecessorum Nostrorum Sollicitudo*, de 20 de Abril de 1922, cria a Diocese de Vila Real, desmembrando para isso 257 freguesias das Dioceses de Braga, Bragança e Lamego. D. Manuel Vieira de Matos ficou sendo Administrador Apostólico da nova Diocese, enquanto não foi nomeado o seu Bispo.

A nomeação veio cerca de um ano depois. Por carta pontifícia do mesmo Papa, de 23 de Maio de 1923, D. João Evangelista é transferido da Igreja Titular Arquiepiscopal de Mitilene para a Igreja Catedral Vila-realense, mantendo o título de Arcebispo que já tinha.

O primeiro Bispo entra em Vila Real, como já se disse, em 24 de Outubro de 1923. O percurso em comboio da Régua para Vila Real é sempre feito entre grandes manifestações de júbilo do povo, que se aglomerava em todas as estações. Estima-se em 20.000 pessoas a multidão que o aguardava em Vila Real. Da estação de Vila Real toma um automóvel que o leva para a Igreja de São Pedro, onde se paramenta. Segue depois a pé, sob o pálio, para a Sé Catedral. O percurso, entre alas espessas de povo, demora três quartos de hora. Às 17h15 entra na Sé. É lida a Bula de entronização. O vereador Dr. Augusto Rua dá-lhe as boas vindas. D. João Evangelista sobe ao púlpito e lê a sua saudação pastoral. Assistem à posse 80 sacerdotes, incluindo o Arcebispo Primaz de Braga, D. Manuel Vieira de Matos. À noite, há jantar de gala no Paço episcopal, então num edifício da Avenida Carvalho Araújo cedido por Mons. Jerónimo Amaral, hoje inexistente. No domingo imediato, continuaram os festejos, com iluminações e arraial, uma banda de música a tocar em frente do Paço e lançamento de aeróstatos, alguns com dísticos alusivos ao prelado.

D. João Evangelista, sendo um intelectual, era também um homem de acção. Começa imediatamente a tomar medidas. No próprio dia 24 de Outubro, nomeou Provisor e Vigário Geral Mons. Jerónimo Amaral e confirma todas as licenças e jurisdições concedidas por documento da autoridade diocesana. Seguem-se dias de intensa azáfama. Desdobra-se em visitas protocolares e de caridade, e providências necessárias ao normal funcionamento da Diocese. Por outro lado, inicia um vasto programa de visitas pastorais, em que cobre praticamente toda a Diocese.

Em 30 de Outubro cria o boletim oficial da Diocese, com o nome

de *O Anjo da Diocese*, cujo primeiro número sai logo a 15 de Novembro seguinte, dirigido por Mons. Jerónimo Amaral e tendo o Padre Ângelo Minhava (tio homónimo de Mons. Ângelo Minhava) como editor e administrador.

Cria em 8 de Dezembro de 1925 a obra de assistência às jovens desvalidas chamada “Florinhas da Neve” (de notar que já havia criado em Lisboa uma instituição similar, intitulada “Florinhas da Rua” e que, posteriormente, criará em Aveiro as “Florinhas do Vouga”).

Mas desde o princípio que lhe andava no espírito a criação de um seminário diocesano. Aliás, a bula da criação da Diocese de Vila Real estatui que “logo que seja possível, se crie o Seminário Diocesano”. Em 6 de Novembro de 1923 institui a Obra das Vocações e do Seminário, com que esperava obter recursos para a construção. Em 14 de Janeiro de 1924, ouviram-lhe dizer: “O seminário é o meu pensamento fixo, a ideia que não me deixa nem de dia nem de noite (...)”. Os recursos angariados em Vila Real são insuficientes, e D. João Evangelista resolve deslocar-se ao Brasil, a fim de procurar mobilizar a boa vontade dos portugueses aí radicados para a causa do seminário. Parte no vapor *Flandria* em 25 de Julho de 1926. O resultado da viagem é uma soma próxima dos 600 contos, o que na época constituía uma verba considerável. Esta quantia dá ânimo ao Arcebispo-Bispo, que lança afoitamente mãos à obra. E, em 23 de Outubro de 1930, o seminário entra em funcionamento.

SÃO MARTINHO DE MATEUS

Frederico Amaral Neves

Pelos documentos do séc. XV que chegaram ao nosso conhecimento, verifica-se que nessa época a administração eclesiástica funcionava fora da sede do concelho de Vila Real, mais propriamente na paróquia de São Martinho de Mateus, que fazia parte então, e até à criação da Diocese vila-realense, da Arquidiocese de Braga. Esse facto deve-se à circunstância

de Vila Real pertencer à época à Casa dos Marqueses de Vila Real.

Para efeitos dessa administração, no lugar do Assento da igreja existia uma quinta com um conjunto de casas — uma delas funcionando como aljube — que constituíam aposentadoria dos vigários gerais da comarca, que nelas faziam suas audiências.

As casas serviam também para acomodação dos arcebispos de Braga, que por vezes se demoravam por aqui longas temporadas, que podiam ir até seis meses, para o exercício das suas funções pastorais e administrativas. Isto aconteceu em particular no séc. XV, com o arcebispo D. Fernando da Guerra, que aqui se instala por diversas vezes para, lado a lado com as suas funções apostólicas e no âmbito da sua acção reformadora, pôr em ordem o património da arquidiocese. Neste património incluíam-se naturalmente foros, direitos e rendas.

Entre as muitas propriedades da mitra de Braga, incluía-se um vasto domínio agrícola na câmara de São Martinho de Mateus, onde, entre outras terras, havia 16 soutos com 566 castanheiros e 27 vinhas. A castanha e o vinho são justamente produtos que hoje vemos associados ao culto de São Martinho. A olaria de Bisalhães consagra também de algum modo as castanhas em duas das suas peças tradicionais: o assador e o fogareiro.

Não sabemos quando é que o nome de São Martinho (de Tours) aparece pela primeira vez associado à paróquia. Sabemos sim que o culto do santo, após a sua morte, se tornou muito popular por todo o mundo romano e em particular na região que viria a constituir mais tarde a Arquidiocese de Braga. A esse facto não deve ser estranha a circunstância de São Martinho de Dume, primeiro bispo desta localidade, distante poucos quilómetros de Braga, onde fundou um mosteiro, ter-lhe dado como orago São Martinho de Tours, no séc. VI.

Nos anos 20 do séc. XX descobre-se o importantíssimo Missal de Mateus. É um códice manuscrito proveniente do sul de França, onde foi copiado no séc. XII, que constitui a mais antiga fonte da liturgia de Braga, sem o qual não seria hoje possível conhecer com exactidão as origens do rito bracarense. Pertenceu à igreja da câmara de São Martinho de Mateus. Tem lugar de relevo no seu santoral o culto de São Martinho, que se celebra com muita solenidade em diversos momentos do ano, a saber: a 13 de

Dezembro, uma festa rara, em que se comemora o regresso das relíquias de São Martinho da Borgonha, para onde tinham sido enviadas após as invasões normandas; a 4 de Julho, uma festa para celebrar a transladação do corpo do santo para a basílica erigida pelo seu sucessor; a 11 de Novembro, a festa mais importante, com vigília e oitava.

O Missal de Mateus esteve na Exposição do Mundo Português, de 1940. Foi vendido à Biblioteca de Braga e com o dinheiro resultante da venda restaurou-se na década de 1950 a igreja de São Martinho de Mateus, que conserva ainda muitas peças antigas, nomeadamente uma tela que representa o santo a cortar ao meio a sua capa, que constituía um frontal de altar, e os azulejos que vieram do Convento de Santa Clara (que foi propriedade de Mons. Jerónimo Amaral, natural da freguesia e grande benemérito da diocese, que o adquiriu por troca, para no seu chão se construir o Seminário Diocesano).

No antigo concelho de Vila Real (que era mais vasto do que o actual), São Martinho era (e é) também padroeiro de São Martinho de Anta e de São Martinho de Vilarinho da Samardã. Há ainda culto ao santo em Paredes, freguesia de Adoufe.

Como já se disse, este São Martinho de que se vem falando é o de Tours, e não qualquer de dois outros santos homónimos que a Igreja venera: São Martinho de Dume (que foi metropolitano de Braga e, por coincidência, nasceu, tal como São Martinho de Tours, na Panónia, actual Hungria) e um outro São Martinho que se diz ter sido martirizado em Évora, no tempo do imperador Daciano, e sobre o qual se sabe muito pouco.

São Martinho de Tours nasceu de pais pagãos em 316, em Sabária, na Panónia. O pai era oficial do exército romano. Aos 10 anos, Martinho, atraído pelo cristianismo, pede para entrar para a Igreja. O pedido é recusado e, ao invés disso, aos 15 anos o pai alista-o no exército.

Um dia, em Amiens, em pleno inverno, um mendigo pede-lhe esmola. Martinho tirou a sua clâmide (capa) de soldado, rasgou-a em duas e deu uma das metades ao mendigo. Nessa noite tem uma visão. Aparece-lhe Jesus Cristo, trazendo ao ombro a metade da capa dada ao mendigo e dizendo aos anjos que o acompanhavam: “Foi Martinho, ainda catecúmeno, que me revestiu deste manto.” (Uma curiosidade filológica: a actual palavra

capela é o diminutivo latino de capa, designando o local onde esta foi guardada e objecto de culto, passando a designar, posteriormente, todos os locais de pequenas dimensões onde se pratica culto.)

Prepara-se então para o baptismo, afasta-se do exército e é ordenado exorcista. Tem então novo sonho em que lhe é comunicado que deve evangelizar a sua pátria e em particular a sua família. Lança mãos à obra. Mais tarde, funda o Mosteiro de Ligugé, onde se conservou até ser elevado, contra a sua vontade, a bispo de Tours. Nas proximidades desta cidade fundou novo mosteiro, em Marmoutier, que foi o paço episcopal do santo. Fez numerosas viagens apostólicas e fundou muitas paróquias (tal como o arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra faria mais tarde, no séc. XV).

Faleceu em 397.

VEREAÇÕES DE VILA REAL EM 1541

Álvaro Pinto

O mais antigo livro de actas da vereação da Câmara Municipal de Vila Real existente no Arquivo Municipal reporta-se ao primeiro semestre de 1541. Trata-se de documentação presentemente em estudo, de grande relevância para a história de Vila Real, já que respeita a um dos períodos de maior prosperidade da vila e um dos momentos em que os marqueses de Vila Real, donatários da vila, na pessoa do terceiro marquês, D. Pedro de Meneses (c. 1487-1543), militar distinto, capitão-general e governador de Ceuta, latinista e humanista insigne, discípulo dilecto de Cataldo Sículo, que na sua relação intensa com Vila Real assegura assinaláveis benefícios para a vila.

Tenha-se também em consideração que em 1541 passavam-se três anos sobre a morte de D. Pedro de Castro, protonotário apostólico, abade de Mouços e capelão fidalgo e confessor da Casa de Vila Real, falecido c. 1538, que veio para Vila Real pela mão do segundo marquês, D. Fernando de Meneses, e a quem a vila ficou a dever um conjunto notável de obras.

A influência do marquês, naturalmente, estava sempre presente nas deliberações da Câmara Municipal, onde havia de resto pessoas da sua confiança, como era o caso do vereador Garcia Fernandes, cavaleiro da Casa do Marquês, com o título de cavaleiro fidalgo, estatuto que lhe conferia a condição de “nobreza” que parecia ser indispensável para a elegibilidade para vereador e subsequente nomeação pelo marquês.

No ano de 1541 eram também vereadores Francisco Carneiro e Estêvão Viana. Era procurador Gonçalo Carneiro. Os dois lugares de juiz ordinário eram ocupados por Diogo Pimenta e Jerónimo da Costa.

As actas confirmam o que se sabia há muito, isto é, que a administração municipal de Vila Real seguia nesta altura o modelo antigo, em que os negócios públicos do município eram conduzidos pelos dois juízes ordinários e pelos vereadores, sendo os juízes igualmente responsáveis pela administração da justiça em primeira instância. De referir que os juízes ordinários se mantiveram em Vila Real muito para além do que aconteceu na maior parte dos concelhos, certamente em atenção à influência dos marqueses. Com efeito, só no tempo de D. João IV, quando a sorte da Casa de Vila Real se inverteu, é que foi nomeado o primeiro juiz de fora para Vila Real.

Pelas actas, ficamos também a saber que a eleição dos vereadores (e também do procurador) se fazia por sorteio, pelo método do “pelouro” (palavra que, por evolução semântica, designa hoje também a área específica de responsabilidade dos vereadores). O método funcionava aproximadamente desta maneira. Eram escritos nomes de pessoas idóneas para o cargo em pequenos papéis, que seguidamente se envolviam em bolas (pelouros) de cera. Os pelouros eram guardados numa arca e “no dia aprazado para renovação dos cargos municipais, abria-se a arca, tiravam-se os pelouros de cada cargo e lançavam-se num capuz, do qual” uma criança “extraía à sorte aqueles que iriam servir no ano seguinte”. Esses, depois de confirmados pelo marquês, entravam em funções.

As actas contêm igualmente muito informação sobre a vida quotidiana no concelho, as relações entre os diversos poderes, a vida económica, a assistência, etc.

As sessões da Câmara decorriam no novo edifício dos Paços do

Concelho, que havia sido terminado em 1537, no segundo andar, à vista das portas principais da muralha (as chamadas Portas da Vila). No primeiro andar do edifício funcionavam as audiências gerais, da correição, dos órfãos e da almotaceria.

“O DILÚCULO”, FOHA DE LITERATURA E INSTRUÇÃO

A. M. Pires Cabral

Em Vila Real a imprensa mostrou sempre uma pujança notável. Desde 1873, data de publicação do primeiro periódico vila-realense (“O Transmontano”, semanário político e literário), foram publicados incessantemente muitos outros títulos, alguns bem efémeros, outros duradouros, como é o caso paradigmático de “O Vilarealense”. Houve períodos em que se publicaram simultaneamente mais de 10 jornais. São jornais com as mais variadas vocações: noticiosos, políticos, literários, satíricos, humorísticos, desportivos, jurídicos, académicos, até charadísticos...

Sendo Vila Real desde muito cedo uma cidade com grande implantação académica, não admira que se publiquem numerosos jornais de e para jovens. Entre outros, podem referir-se “A Voz Escolar”, “A Juventude”, “O Cábula”, “A Academia Portuguesa”, “A Academia”, todos no séc. XIX, e “A Ripada”, “A Alvorada”, “O Académico”, já nas primeiras décadas do séc. XX.

“O Dilúculo” assume-se como um jornal jovem, anunciando no seu cabeçalho, em sub-título: “Folha mensal [mais tarde, quinzenal e, mais tarde ainda, trimensal] de literatura e instrução. Dos novos e para os novos”. E de facto sente-se, à simples leitura, que por ali perpassa um sopro de voluntarismo, mas também de ingenuidade, ambos muito próprios da juventude. A própria escolha do título é significativa: “dilúculo” significa o alvorecer, conotando pois essa mesma juventude.

O primeiro artigo do jornal, aquilo a que nos nossos dias

chamaríamos estatuto editorial, intitulado “Ao Iniciarmos”, dá o tom: “Despretensioso e sem a máxima parcela de ostentação nas páginas que se hão-de seguir, propõe-se este jornal a preencher uma lacuna, que há muito existe nas aspirações dos novos desta terra.” Mais adiante fala de “prosa simples e despretensiosa como aquela que unicamente pode sair de cérebros *ainda não viciados pelo facciosismo*” [sublinhado nosso].

O primeiro número saiu em 1 de Dezembro de 1918 (note-se a escolha da data, tradicionalmente ligada em Vila Real a manifestações patrióticas académicas, logo de juventude). O último número de que tivemos conhecimento é de 20 de Novembro de 1920, embora admitamos que o jornal se possa ter ainda prolongado pelos primeiros meses de 1921.

O seu director era Joaquim Rodrigues Grande, que à altura da saída do primeiro número tinha aproximadamente 20 anos. Era irmão de António Grande, proprietário de uma barbearia com vocação de tertúlia e homem desde sempre ligado às récitas teatrais, como ensaiador. Também Joaquim tinha inclinação para o teatro, já que o vemos, em 1921, a dinamizar a constituição do Grupo [Dramático] Vilarealense Thalia, de que foi o primeiro presidente da direcção, no ano seguinte. Tinha também preocupações intelectuais e inclinação para a literatura e para o jornalismo, sendo colaborador de “O Povo do Norte”, em 1918, na secção “Ensaio Literários”. Estes predicados indicavam-no naturalmente para a direcção de um jornal.

Acompanhavam-no, no número inaugural, como administrador, Basílio Honório (que foi tipógrafo e proprietário da Minerva Transmontana); como editor, Estanislau Cramez (que foi igualmente editor e também administrador e proprietário de “O Povo do Norte”); e como redactor Manuel Freitas (que foi explicador). Este aparece substituído por Joaquim Lobo no número 5 (mas, como na colecção por nós consultada faltam os números 3 e 4, admitimos que a substituição se possa ter dado em qualquer destes números). Segundo se lê no nº 32, essa substituição não terá sido amigável: “Conhecemos de perto tão infame garoto [Manuel Freitas], verdadeiro tipo *escroc*, que não podendo, doutra forma, corresponder ao pontapé que por nós lhe foi dado, expulsando-o da redacção do nosso jornal pela sua manifesta incompetência (...)”.

Por outro lado, entre os números 18 e 44, Basílio Honório foi substituído por João Baptista Pinto (funcionário do Banco de Portugal), que acumulou as funções de administrador com as de sub-redactor. Com a retoma de Basílio Honório, João Baptista Pinto passa para o lugar de redactor, lado a lado com Joaquim Lobo (funcionário da estação telégrafo-postal). Como se vê, apenas Joaquim Rodrigues Grande e Estanislau Cramez se mantiveram nas suas funções de princípio a fim.

O jornal era propriedade da Empresa O Dilúculo, e tinha a redacção e administração na Rua Alexandre Herculano, nº 19, passando mais tarde para o nº 39 da mesma rua, e mais tarde ainda para o nº 14 da Rua 31 de Janeiro. Era composto e impresso na Imprensa Moderna, pertencente a Agostinho Celestino da Silva, que era também bibliotecário da Câmara Municipal.

A periodicidade de “O Dilúculo” não se manteve constante. Começou como mensal, mas logo na primeira página do nº 2 anuncia: “Em virtude dos incessantes pedidos da maior parte dos nossos colaboradores e assinantes, vamos, no próximo trimestre, tornar quinzenal a publicação deste educativo jornalzinho, *aumentando respectivamente à importância das assinaturas.*” Efectivamente estas passam de 150 réis para 300 réis. A partir do nº 22, com que se inicia o segundo ano de publicação, passa a trimensal, saindo nos dias 1, 10 e 20 de cada mês. Contudo, atravessa já uma época de alguma irregularidade. A própria numeração contém anomalias: existem dois nºs 18 (e nenhum nº 17) e dois nºs 43 (e nenhum 42); existe um número duplo: 25 e 26.

A norma é o jornal sair apenas com 4 páginas, mas ocasionalmente sai com 6 ou mesmo com 8. As primeiras páginas são geralmente ocupadas com os trabalhos de inúmeros colaboradores, em poesia e prosa, ficando a quarta página, ou parte dela, reservada para notícias breves, quase sempre de carácter social. Ali vamos vendo referências a personalidades de que a comunidade guarda alguma memória: Júlio António Teixeira, Guilhermino Vieira da Silva, Morais Serrão, Agostinho Celestino, Aquiles Ferreira de Almeida, Heitor Cramez, Rafael do Espírito Santo, Miguel Monteiro, etc.

A linguagem destas notícias é herdeira da imprensa do séc. XIX, arrebicada e cheia de clichés: uma pessoa que está doente, está *incomodada*

de saúde ou mesmo *guardando o leito*; quem faz anos, melhor dizendo, *mais uma ridente primavera*, é *parabentado*; a quem casa, deseja-se *um futuro recamado de venturas*; quem deu à luz teve *a feliz délivrance*...

À juventude dos colaboradores (dos quais, surpreendentemente, um grande número é de fora de Vila Real e mesmo de Trás-os-Montes, o que atesta a circulação considerável do jornal) não corresponde uma atitude literária inovadora. Os ecos do modernismo, que a geração do Orfeu já vinha propagando, ainda não tinham chegado às páginas de “O Dilúculo”. A imensa maioria dos textos acomoda-se aos ultrapassados cânones românticos e por vezes — pior ainda — é de um ultra-romantismo doentio, decadente: amores infelizes, marcados pela morte, pálidas donzelas, fantasmas, esqueletos, cemitérios, cruzes, ciprestes, o piar lúgubre dos mochos, luars tétricos...

Uma vez por outra — muito raramente, note-se — estala uma polémica, por exemplo a propósito de um alegado plágio. Ou então remoques ao jornal “A Ripada”, cujo aparecimento “O Dilúculo” saúda efusivamente, mas com que acaba por desenvolver uma relação de rivalidade e hostilidade, por vezes em termos virulentos. Nos n.ºs 38 e 39 aparece, efemeramente, uma coluna de mexericos. Ocasionalmente aparece uma ou outra notícia, mas o jornal não é, decididamente, um órgão noticioso.

“O Dilúculo” publica textos (sobretudo poemas, alguns contos, muita prosa confessional, crónicas) de mais de 150 colaboradores, espalhados um pouco por todo o país. Alguns colaboradores são particularmente assíduos, como é o caso do director do jornal, J. Rodrigues Grande, de Abílio de Mesquita (aluno da Faculdade de Medicina do Porto, “poeta da saudade e do amor”), de Antão de Moraes Gomes (poeta de Caldas de Moledo que chegou a gozar de alguma notoriedade), de uma senhora que assina com o estranho pseudónimo de Djénana Zahidé, e outros.

Por falar em pseudónimos, alguns colaboradores ocultam a sua identidade recorrendo à simples inversão das letras do seu nome, como Ziul (Luiz), Onidas (Sadino [Lopes Abelha]) ou Azeret M. Edardna (Teresa M. Andrade). Outros pseudónimos têm qualquer coisa de chocarreiro, como Faísca e Farol de Repenica. Outros são enigmáticos: Reimora, Rexomini,

Rainado, Verimar e Wkke. Outros são mais sofisticados (embora não necessariamente imaginativos), como Uns Olhos Castanhos, Saudosa, Batton Rouge, Era Solene, Igotus, a referida Djénana Zahidé, Orquídea, Girassol, Miosótis, Mariposa, Satan, Silfo e Grand-Petit (também grafado Gran-Petit).

Quanto a este último, somos tentados a identificá-lo com o próprio director, J. Rodrigues Grande, não só porque o director do jornal era Grande de nome, mas pequeno de estatura, mas também por os textos assim assinados, em número de seis, aparecerem sempre a abrir o jornal e funcionarem um pouco como editoriais.

O 31 DE JANEIRO EM VILA REAL

Joaquim Ribeiro Aires

A razão próxima da revolta militar do Porto de 31 de Janeiro de 1891, primeira tentativa de implantação da República, é o conflito de interesses entre Portugal e a Inglaterra, em 1890, que terminou com o Ultimato Inglês, datado de 11 de Janeiro de 1890. O Ultimato é para Portugal como que o culminar das tensões criadas a partir da realização do Congresso de Viena, de 1815, em que as grandes potências mundiais, motivadas pelo desenvolvimento industrial, traçaram o destino da África, simultaneamente um fornecedor de matérias-primas e um escoadouro para a produção industrial europeia.

O Congresso de Viena abriu as portas à liberdade de navegação e comércio nos grandes rios, nomeadamente o Zaire e o Zambeze, o que afectava os interesses portugueses há muito estabelecidos naquelas regiões.

Ao Congresso sucederam-se algumas outras conferências e acordos, que dão corpo a uma política de transferência da propriedade dos territórios ocupados, inserida num novo modelo de expansão colonial e que, complementada com a abertura de corredores entre as regiões, permitia a

ligação entre esses territórios.

Portugal e Inglaterra, na sua qualidade de aliados antigos, celebram um acordo em 26 de Fevereiro de 1884 que contrariava os interesses de outras nações. Os protestos destas, sobretudo da Bélgica e da Alemanha, conduzem à Conferência de Berlim, em que se estabelecem novas regras para a expansão em África, nomeadamente a obrigatoriedade de ocupação efectiva dos territórios — o que não convinha a Portugal, que não dispunha de meios humanos e militares para isso.

Posteriormente à Conferência de Berlim, Portugal celebra acordos com a Alemanha e a França, e retoma as suas expedições com o intento de estabelecer um corredor entre Angola e Moçambique. No decurso dessas expedições, as forças comandadas por Serpa Pinto, que protegiam os engenheiros que faziam o plano do Caminho de Ferro de Chire, ao aproximarem-se do país dos Macololos, foram atacadas por guerreiros desse povo, que hasteavam (possivelmente numa encenação preparada pela Inglaterra) bandeiras inglesas.

Os ingleses não tinham perdido a esperança de estabelecer um corredor entre o Cairo e o Cabo. Vendo ameaçados os seus interesses pelas explorações portuguesas, reagem e fazem um ultimato a Portugal, invocando que as nossas explorações punham em causa um povo sob protecção inglesa e que Portugal não tinha meios para assegurar uma efectiva ocupação que permitisse segurança aos territórios ocupados, o que aliás era verdade.

Portugal cedeu imediatamente às exigências inglesas, o que ocasiona grande reacção e manifestações por todo o país, que acabaram por levar à queda do governo progressista. É no quadro desta reacção que é composto o hino “A Portuguesa” (que seria proibido depois da revolta de 31 de Janeiro de 1891 e que a República adoptaria como hino nacional), com música de Alfredo Keil e letra de Henrique Lopes de Mendonça. É ainda no mesmo quadro que começam a aparecer políticos e intelectuais que não se revêem em nenhum dos partidos que asseguravam o rotativismo (Regenerador e Progressista) e que, juntamente com os republicanos, fazem uma aproximação aos militares, aproveitando aliás um certo clima de insatisfação e reivindicações existente à época

entre estes. Os ideais republicanos ganham então grande incremento. Intensifica-se a imprensa republicana. E aproveita-se a reorganização do Partido Republicano Português para se lançar um movimento revolucionário que conduziria ao pronunciamento de 31 de Janeiro de 1891. Insuficientemente preparado, saldou-se por um fracasso, que pode ser considerado apenas relativo, na medida em que contribuiu para manter vivo o ideal republicano que iria manifestar-se vitoriosamente em 5 de Outubro de 1910.

Participaram no movimento do 31 de Janeiro muitos trasmontanos, como o Dr. Alves da Veiga (de Mirandela); Santos Cardoso (de Vila Flor); o Dr. António Claro (de Vila Real); e o Ten. Manuel Maria Coelho (de Chaves), que tinha servido no RI 13, sido transferido por motivos políticos para o Porto e de novo transferido para Vila Real, ironicamente por decreto de 31 de Janeiro de 1891. (Crê-se que a transferência do Ten. Manuel Maria Coelho para Vila Real tinha em vista a preparação da insurreição do RI 13, que já havia sido objecto de uma visita do Dr. João Novais, médico natural de Vila Real e futuro candidato republicano pelo Círculo de Vila Real em 1900, a pedido do Dr. Alves da Veiga.) Participaram também diversos estudantes, como António Firmo de Azeredo Antas (de Oura, Vidago), terceiranista de Medicina, que viria a ter consultório em Vila Real juntamente com o Dr. Henrique Botelho e a ser governador civil de Vila Real no regime republicano.

Vila Real não se alheou do clima de reacção contra o Ultimato que alastrou por todo o país. Realiza-se aqui uma grande manifestação académica de desagrado, em que a bandeira inglesa foi arrastada no pó e finalmente queimada em auto-de-fé. Em 24 de Janeiro de 1891, na sequência da agitação provocada pelo Ultimato, o poeta vila-realense residente no Porto, Manuel Duarte de Almeida, publica *Vae Victoribus*, um violento libelo anti-britânico. E algumas consequências na vida política local advieram do Ultimato.

A vila viveu nesse período momentos de grandes realizações municipais, protagonizadas pelo presidente Avelino Patena, que se candidatara pelo Partido Progressista e esteve 16 meses à frente da Câmara Municipal. Mas também um momento de grande contestação contra ele,

por ser demasiado jovem, possuir um carácter impulsivo, autoritário e frontal e também por algumas irregularidades da sua gestão, que acabaram por motivar a realização de uma sindicância que deu origem à dissolução da Câmara em 12 de Maio de 1891.

Mas as razões da dissolução têm de ser relacionadas com a crise do Ultimato Inglês. Quando o governo progressista caiu e foi substituído por um governo regenerador, o novo governador civil de Vila Real, Dr. Luís Lobato, exerceu uma enorme pressão sobre o executivo municipal vila-realense (que, recordamos, tinha sido eleito pelo Partido Progressista). A pressão foi tal que vários vereadores se passaram para o Partido Regenerador, insinuando a imprensa que a principal razão da queda do executivo foi esta mudança de campo político. A verdade é que, muito naturalmente, o Partido Progressista retirou a confiança nos seus representantes da Câmara Municipal.

Não sem razão: a Câmara Municipal atribuiu à Rua da Ferraria o nome de Rua Serpa Pinto (o famoso explorador português da época já referido) e à Rua Direita o nome de Rua Barros Gomes (ministro dos Negócios Estrangeiros que manifestou a sua oposição à atitude portuguesa face à prepotência inglesa). O próprio presidente, Avelino Patena — numa iniciativa praticamente unânime, em que participam representantes de todas as forças políticas locais, incluindo o Conde de Vila Real, chefe local do Partido Progressista, e em sintonia com o sentir nacional — subscreve uma carta aberta contra o convénio entre Portugal e a Inglaterra subsequente ao Ultimato, que simultaneamente convocava para um comício local a realizar em 28 de Setembro de 1890. É também acusado de ter sido em sua casa, à Travessa de São Paulo (actual Rua Avelino Patena), que se planeou a realização de uma manifestação que devia ter lugar em apoio ao movimento revolucionário que se preparava.

No dia 31 de Maio (a escolha do dia 31 é certamente simbólica) de 1891 sai “O Povo do Norte”, semanário republicano, que manteve sempre uma postura de reconhecimento do contributo do 31 de Janeiro para a implantação da República.

Após o 5 de Outubro, foi atribuído o nome de Rua e Travessa 31 de Janeiro, respectivamente à Rua e Travessa de São Paulo. A Escola

Comercial e Industrial José Júlio Rodrigues elege o dia 31 de Janeiro para data dos seus festejos académicos anuais.

CAMILO E A TAÇA

Elísio Amaral Neves

Embora Camilo Castelo Branco nem sempre tivesse tratado bem Vila Real (e vice-versa), a partir de certo momento a vila, reconhecendo a grandeza do escritor, vai-lhe prestando justa homenagem em alguns momentos mais significativos.

O primeiro desses momentos é a deliberação camarária de 3 de Julho de 1890 (Camilo tinha morrido em 1 de Junho anterior) que exara um voto de pesar pelo falecimento e dá o nome do romancista a parte da Rua da Cadeia, “a partir da casa dos Borges ate ao largo do Hospital”. (Em 1917, com o desaparecimento da designação de Rua da Cadeia, a sua parte restante, entre a Casa dos Borges e a Travessa da Portela, ganha igualmente o nome de Camilo Castelo Branco, que ainda hoje se mantém.)

O segundo momento é a designação de Liceu Central de Camilo Castelo Branco dada ao até então Liceu Central de Vila Real, em 9 de Maio de 1914.

O terceiro momento é a construção de um monumento, que viria a ser envolta em grande polémica, cuja história se conta de seguida.

Vinha-se pensando, sobretudo nos anos subsequentes à implantação da República, em levantar uma estátua na Praça Luís de Camões que “atestasse o desenvolvimento intelectual” de Vila Real, conforme se lia na imprensa da época. Pensou-se em Augusto César e Luís de Camões. A ideia não frutificou. Mas, dentro do espírito desse movimento, Bernardino Raul Trindade Chagas (vereador na altura e também pintor, professor e director da Escola de Desenho Industrial José Júlio Rodrigues) propõe à Câmara Municipal em 9 de Outubro de 1913 a construção de um monumento a Camilo Castelo Branco, a localizar na Praça Luís de Camões.

Trindade Chagas invoca, como fundamento da sua proposta, a qualidade de grande escritor de Camilo Castelo Branco, as suas ligações a Vila Real, incluindo a escrita e representação do *Agostinho de Ceuta* nesta vila. Propõe a constituição de uma comissão para o efeito, composta, além dele próprio, pelo Dr. João Avelino Pereira da Rocha (presidente), Dr. João António Cardoso Baptista, Adelino Samardã, Joaquim Vitorino de Almeida, Drs. António e Luís Lobato, Dr. José Leite, Alexandre Ribeiro, Dr. Augusto Rua, Francisco Lameirão, Jerónimo de Freitas, José Augusto de Barros, Dr. Eduardo Correia de Barros, Custódio Vitorino de Almeida, Ten. António Fernandes Varão, Dr. António José da Costa Sampaio, Alberto Gomes Moreira, Manuel José de Morais Serrão, Dr. Henrique Botelho, Alberto Cabral, Dr. José Joaquim Fernandes de Almeida, o então deputado José Botelho de Carvalho Araújo (o comandante do *Augusto de Castilho*) e representantes da imprensa local.

Na sua proposta, Trindade Chagas informa ainda de que falou já com o escultor Anjos Teixeira (que com ele pertencera a uma tertúlia intitulada “A Águia”, em Lisboa, em finais do séc. XIX), que na altura se encontrava em Paris. Sugere que a Câmara Municipal participe numa futura subscrição pública para angariação de fundos, que se dê conhecimento da iniciativa ao sobrinho do escritor, o Dr. António de Azevedo Castelo Branco, e que se adquiram em Vila Marim dois velhos sinos inutilizados para aproveitar o bronze para a fundição do monumento.

A proposta de Trindade Chagas parece ter tido origem, soube-se mais tarde, numa conversa havida algum tempo antes na tabacaria de Francisco Cardeal, entre ele e os Srs. Fernando Araújo, Albano Coutinho, João Augusto Ribeiro, Alberto Abreu e José de Carvalho Araújo Júnior.

A Câmara aceita a proposta e são editadas listas para a subscrição. A imprensa local associa-se à iniciativa, divulgando-a. Mas os tempos vão maus. O produto da subscrição ficou muito aquém do esperado, de forma que a ideia arrefeceu um tanto. Depositou-se o dinheiro no banco, à espera de melhores dias.

Com a aproximação do centenário do nascimento de Camilo, ocorrido a 16 de Março de 1825, a imprensa nacional vai fazendo alvites diversos para as comemorações. Entre esses alvites está a erecção de

monumentos em alguns locais de tradição camiliana, como era o caso de Vila Real. Trindade Chagas volta a interessar-se pelo assunto por essa ocasião (1924) e a comissão é reactivada, reequacionando-se a localização e as características do monumento. É agora presidente da Câmara o Dr. António Ferreira da Costa Agarez. Trindade Chagas volta a contactar Anjos Teixeira. Contacta também o Arq. Norte Júnior, para o projecto da peanha. O local eleito já não é a Praça Luís de Camões, mas sim o Passeio Público (hoje mais conhecido por Jardim da Carreira). Faz-se uma planta do jardim, tiram-se fotografias, consultam-se os artistas e chega-se à conclusão de que o melhor ponto para localizar o monumento é a avenida central, onde se encontrava uma taça ou pequeno lago. Em face desta conclusão, havia pois duas soluções: colocar o monumento na própria taça ou remover a taça para dar lugar ao monumento. Uma terceira solução era possível, mas à revelia dos promotores: colocar o monumento em outro local.

As opiniões dividiam-se, naturalmente, quanto à opção a tomar. Os próprios vereadores tomaram posições distintas. A polémica instala-se. Os que eram a favor da manutenção da taça lembravam que esta era um bonito adorno do jardim, ali colocado em 1866, altura em que se plantaram novas árvores e criou a chamada avenida das tílias, em tempo de Almeida Lucena, um presidente respeitado pela sua obra. Os que eram a favor da remoção da taça argumentavam que a mesma já quase só funcionava como reservatório de água para a rega do jardim e constituía um viveiro de mosquitos; estava além disso condenada a desaparecer mais tarde ou mais cedo, já que em 1872 fora sugerida a sua substituição por um lago (obras que chegaram a ser iniciadas mas nunca concluídas) e em 1891 tinha sido sugerida a sua deslocação no âmbito de uma remodelação do jardim pelo horticultor Marques Loureiro.

A comissão do monumento é remodelada em 13 de Outubro de 1924. Fica a presidir o Dr. José Joaquim Fernandes de Almeida (médico e senador), que fará aprovar no Senado, por unanimidade, a construção de um monumento a Camilo em Vila Real, para o qual o bronze seria oferecido pelo governo. Igualmente a Câmara de Deputados em 5 de Dezembro de 1924 vota a fundição do busto no Arsenal do Exército em Braço de Prata e finalmente a Lei nº 1711, de 26 de Dezembro do mesmo

ano, autoriza o governo a ceder gratuitamente o bronze e a mandá-lo fundir segundo o modelo que a comissão de Vila Real apresentou para tal fim. Os restantes membros da comissão são o Dr. João António Cardoso Baptista, Dr. João Avelino Pereira da Rocha (ex-presidente, agora nas funções de tesoureiro), Cap. António Manuel Mota e Costa, Adelino Samardã, Alberto Meira, Fausto Rodrigues dos Santos Ribeiro, Dr. José Augusto Fernandes e Trindade Chagas.

A comissão tinha já a consciência, face às limitações financeiras, de que se trataria de um pequeno monumento, apenas um busto, mas a um grande escritor, e por isso colocaram a questão à Câmara desta maneira: ou o monumento ficava no lugar da taça ou a comissão desligava-se do projecto. Face a esta posição, a Câmara acaba por aceitar estes termos, na reunião de 22 de Outubro de 1924, e reforça mesmo, mais tarde, a sua participação financeira com mais 600 escudos, a acrescentar aos 400 já atribuídos. A deliberação não é tomada por unanimidade, sendo o vereador Dr. Augusto Rua um dos que se opuseram ao projecto.

A obra parece avançar, se bem que lentamente. Vem granito das pedreiras de S. Gens, em Rio Tinto, com algumas peripécias pelo meio. Em Lisboa, o escultor Anjos Teixeira ia executando o busto. Há em Vila Real grande expectativa. Sabe-se que Columbano Bordalo Pinheiro e Aquilino Ribeiro passaram pelo *atelier* do artista e gostaram da obra. Mas a verdade é que, devido a factores vários (a discussão sobre a localização, que se arrasta; a dificuldade na obtenção da pedra e sua condução para Vila Real; a morosidade com que avança a subscrição; as demoras na fundição), não é possível inaugurar o monumento na data do centenário. O que não impede que haja outras comemorações em Vila Real: conferências no Liceu e no Teatro Salão, colocação de um busto na reitoria do Liceu, publicação de um número único de *O Académico*. A imprensa local, por seu turno, dá grande relevo a estes actos. Recorda o mausoléu da família de Camilo, no Cemitério do Carmo e sugere o avivar das inscrições do pedestal. Trindade Chagas executa um desenho do mausoléu que aparece em *O Povo do Norte*. Camilo é tema constante de novos artigos e secções na imprensa, novas conferências e, de entre estas, as de Ludovico de Menezes, que por esta altura publicara a importante obra

Camilo — Documentos e factos novos.

O monumento acaba por ser inaugurado em 25 de Abril de 1926 (embora ostente a data de 16 de Março do mesmo ano). É entregue à Câmara, com assinatura do auto de entrega e festejos. Mas o assunto não se encerra aqui. Em 1931 há grandes festas em Vila Real. É o ano do primeiro circuito automóvel de Vila Real. A Comissão das Festas da Cidade de Vila Real (constituída, entre outros, por Aureliano Barrigas, Eng.º Filipe Correia de Mesquita Borges Júnior, Alberto Teixeira Passos, Cap. Bartolomeu Varela e Manuel da Fonseca Santos), encorajada pela inauguração em 14 de Outubro de 1931 do monumento a Carvalho Araújo (igualmente da autoria de Anjos Teixeira) propõe para as festas de 1932 a retirada do monumento, a restauração da taça e sua transformação em fonte luminosa e local para a realização de fogos aquáticos.

Reacende-se a polémica. Em 14 de Novembro de 1931 a Câmara, presidida pelo dr. António Júlio Teixeira, autoriza a deslocação do busto de Camilo para o local onde se encontra actualmente e a reconstrução da taça. Mas o debate continuou mesmo depois disso. Os jornais locais — *O Povo do Norte*, *Ordem Nova*, *O Vilarealense*, *A Realeza*, *O Marão* — tomam partido. Os leitores enviam cartas, tomando posição. A polémica sai mesmo fora de Vila Real. O *Correio da Feira*, o *Notícias de Viana* e toda a imprensa do Porto, incluindo a revista *Portucale*, agitam o assunto. Esta revista, onde tomam partido contra a remoção do monumento nomes importantes como Cláudio Basto e Pedro Vitorino, publica um artigo que sai igualmente em separata que é distribuída pelas caixas do correio. As estes intelectuais associam-se outros, neste movimento vindo do Porto (onde agora residia Trindade Chagas), como Emanuel Ribeiro, Sousa Caldas e Júlio Ramos, que com eles assinam uma carta contrária à deslocação do monumento.

Os apologistas da reconstrução contra-atacam e em Março de 1932, quando os ânimos já tinham serenado, publicam um manifesto (que saiu também na *Ordem Nova* de 27 do mesmo ano e mês), que praticamente encerrou a polémica, com o título de “O Busto e a Taça”, que é a última designação de uma polémica que começou por chamar-se “O Busto de Camilo e a Taça”, “Camilo e a Taça” e finalmente “O Busto e a Taça”.

O HOSPITAL DA DIVINA PROVIDÊNCIA

Elísio Amaral Neves

Até aos primeiros anos do séc. XIX, Vila Real teve poucos recursos em matéria de assistência hospitalar. É certo que a Santa Casa da Misericórdia tinha obrigação de assistir aos pobres que caíam enfermos, e nos seus livros podemos mesmo encontrar referências a despesas de transporte desses doentes para hospitais de outras localidades. Mas nada de verdadeiramente organizado e estável.

É certo também que em tempos de guerra, a Santa Casa da Misericórdia foi por diversas vezes obrigada a instalar hospitais militares em casas adquiridas ou cedidas pelo Estado para esse efeito. Mas terminadas as campanhas, esses hospitais eram encerrados, nada restando deles para assistência a civis enfermos.

Uma outra frágil estrutura hospitalar era o chamado Hospital-Albergaria do Espírito Santo, localizado ao fundo do Campo do Tabulado, que teve uma existência de séculos. Tinha anexa a capela do Bom Jesus do Hospital, que era administrada por particulares, dado pertencer ao vínculo de São Brás. (Esta capela foi depois transferida para o Pioledo e encontra-se hoje na Quinta de Prados.) Mas também este Hospital-Albergaria não era uma verdadeira estrutura hospitalar. Era sobretudo um local de recolha e pernoita de viandantes e peregrinos, alguns dos quais, enfraquecidos pelas longas jornadas, recebiam tratamentos ligeiros. Foi demolido em 1864 ou 1865, quando a Estrada-Rua fontista atravessou a vila.

Perante esta carência de estruturas hospitalares, os indigentes enfermos recolhiam-se debaixo dos Arcos do Tabulado ou arrastavam-se pelas ruas da vila, ao cuidado dos moradores, que lhes davam alimentos, panos e fios para as suas chagas e naturalmente palavras de consolação.

Nos finais do séc. XVIII, assistia a estes enfermos (e dava-lhes medicamentos) o médico Francisco Inácio Pereira Rubião.

1796 foi um ano em que se verificou um grande acréscimo de indigentes e enfermos, agravando-se pois o problema assistencial. Nessa

altura, a Santa Casa da Misericórdia atravessava um período de grandes dificuldades financeiras, de forma que o provedor, Joaquim José da Silva Barbosa e Sousa, procedeu à cobrança de dívidas em atraso, nomeadamente uma, muito vultuosa, do Bispo de Bragança. Cobrada esta, o provedor resolveu submeter à aprovação da Mesa a abertura de um hospital. Obtida a aprovação, foram alugados os altos de uma casa na Rua de Trás da Misericórdia, pertencente à viúva do serralheiro João Guedes. O hospital abriu no dia 13 de Março de 1796 com um enfermo. É suscitado desde logo um movimento de simpatia e solidariedade na vila. Aos domingos, começam a sair dois irmãos da Misericórdia, um nobre e um oficial, a pedir esmolas para o hospital. Organizam-se comédias por um grupo de amadores, no Largo do Pelourinho, em que se apuram 500 mil-réis. Em breve o número de doentes recolhidos foi aumentando. Com esse dinheiro e o de outras esmolas e doações, a Santa Casa da Misericórdia delibera em 3 de Agosto de 1796 adquirir a José Manuel Pinto e mulher, moradores em Lamego, uma casa na Rua da Praça Velha, onde mais tarde seria edificado o novo hospital (e onde hoje funciona a Câmara Municipal). Encarregou-se das negociações uma figura importante: o tenente de Cavalaria 6, Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, futuro governador de armas da província de Trás-os-Montes e conde de Amarante.

Em 16 de Outubro de 1796, em ambiente de festa, faz-se a transferência do hospital para a nova casa, já com o nome de Hospital da Providência ou da Divina Providência, que proveio da circunstância de a Santa Casa da Misericórdia, não tendo recursos suficientes, ter confiado na divina providência para fazer avançar o projecto.

Já como governador de armas e também na posição de provedor da Santa Casa da Misericórdia, Francisco da Silveira vai assegurando donativos e apoios por toda a província, que perfazem a quantia de 4.800 mil-réis. Decide-se então mandar edificar um novo hospital, cuja construção só se inicia em 1817, por não haver consenso quanto à sua localização. Em 19 de Janeiro de 1817 decide-se finalmente que seja construído no Largo da Câmara e sítio do Cano Velho, iniciando-se as obras em 1 de Abril seguinte.

Acontece que no mesmo largo, a sul, defronte do edifício em

construção, viviam dois cerieiros e grandes capitalistas, que, surpreendidos com a audácia da Mesa da Santa Casa da Misericórdia e face às dimensões da obra e à escassez de recursos para conclusão da mesma, terão feito algum comentário irónico. Francisco da Silveira tomou conhecimento disso e, em vez de desanimar, redobrou no seu entusiasmo, certo de que, mais tarde ou mais cedo, os dois irmãos haveriam de contribuir para a obra.

E assim foi, de facto. A obra contou com muitos beneméritos, mas os mais importantes foram de longe os irmãos José e Francisco Rodrigues de Freitas. O primeiro viria a morrer em 1820, herdando a sua fortuna o irmão, que viria a ser também provedor da Santa Casa da Misericórdia. Aos dois se deve em grande parte a construção do hospital e integralmente a da capela do mesmo, que dotaram além disso dos “trastes” necessários para o culto e de dinheiro para a manutenção do mesmo.

Entalado entre velhas edificações, o novo hospital enfrentava algumas dificuldades para poder crescer. Tornou-se necessário fazer trocas e aquisições de terrenos e casas. Acontece que o antigo edifício da Câmara Municipal (construído entre 1535 e 1537), que era um dos entraves à ampliação do hospital, ardeu em 1827, suspeitando-se na altura de que se teria tratado de acto doloso para favorecimento do hospital e chegando a realizar-se um inquérito.

Francisco Rodrigues de Freitas tinha entretanto morrido em 1826, não sem antes ter sido feito comendador das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e barão de São Jerónimo. Este santo foi o padroeiro do hospital e deu-lhe mesmo o nome durante um período muito efémero à volta de 1830. À capela e a uma das enfermarias foi igualmente dado o nome de São Jerónimo e o pano do camarim do altar-mor estava decorado com uma pintura do santo, da autoria de João Baptista Ribeiro, que foi igualmente autor dos retratos dos dois beneméritos (o de José é datado de 1825 e o de Francisco de 1826).

Seguem-se algumas datas relacionadas com a vida do hospital. Assim:

Em 16 de Setembro de 1823 foi benzida a capela.

Em 14 de Agosto de 1824 foi benzido o cemitério.

Em 1837 a Câmara Municipal autoriza a Santa Casa da Misericórdia

a conduzir parte das águas vertentes do Chafariz da Praça do Tabulado para uma taça localizada no claustro do edifício do hospital.

Em 1841 o hospital passa a dispor de uma farmácia própria. A decisão é, contudo, anterior: de 1839.

Em 1851 o hospital foi dotado de um pequeno jardim de flores cheirosas com o objectivo de lhe dar salubridade.

Em 1872 inicia-se um processo de expropriação de edifícios à volta do hospital, processo que se arrastará por mais de duas décadas.

Em 1892 aparecem como responsáveis pelo serviço interno as Irmãs Hospitaleiras.

Em 1893 dá-se início à ampliação e remodelação do edifício existente, que haviam sido projectadas em 1885.

A 12 de Julho de 1897 entra em funcionamento o estabelecimento hidroterápico.

Após tudo isto, pode dizer-se que o Hospital da Divina Providência é um dos principais da província, pela grandeza das suas instalações, pela variedade dos serviços prestados aos indigentes, pelos benefícios que trouxe à economia da região com os seus capitais e juros módicos e pelo facto de concentrar na vila um movimento clínico importante.

Em 5 de Novembro de 1914, a Câmara Municipal, a cuja Comissão Executiva presidia o Dr. Augusto Rua, delibera a aquisição do edifício do hospital à Santa Casa da Misericórdia, para o adaptar e remodelar para o funcionamento não só dos serviços municipais como das restantes repartições públicas do concelho. O Hospital da Divina Providência teve pois de sofrer nova transferência de instalações, desta vez para o edifício do antigo Colégio de Nossa Senhora do Rosário, construído em 1892 por Mons. Jerónimo Amaral, que nesta transacção tem um papel de benemérito, pelas facilidades concedidas. Aqui funcionou até que, já nacionalizado e sob a designação de Hospital de São Pedro de Vila Real (que se sucede à de Hospital Distrital de Vila Real), se mudou para as instalações construídas para o efeito em Lordelo. Hoje tem a designação oficial de Centro Hospitalar de Vila Real/Peso da Régua.

**FREDERICO,
APELIDO DE GRANDES ALFAIATES DE VILA REAL**

Elísio Amaral Neves

As procissões do Corpo de Deus foram, durante séculos, uma amostra muito completa das profissões existentes no seio da sociedade. De facto, para além das representações religiosa, política e administrativa, na procissão havia também lugar para os chamados mesteres, ou seja, os ofícios por que o povo se distribuía. Estes mesteres encarregavam-se de organizar determinadas danças e representações, pagas por si, que davam animação e colorido à procissão do Corpo de Deus em tempos idos.

Em Vila Real, ao lado de gente da nobreza e de cavaleiros da Ordem de Cristo, vemos representações dos surradores, dos sapateiros, dos curtidores, dos imaginários, dos moleiros, dos carpinteiros, dos pedreiros, dos ferreiros, dos espingardeiros, dos ferradores, dos serralheiros, dos sombreiros, dos picheiros e também dos hortelões (que abriam a procissão, oferecendo um carro com todo o género de frutas e hortaliças da região), dos estalajadeiros, das padeiras, das tendeiros, das regateiras do peixe e dos almocreves. Apareciam também os alfaiates, que ofereciam para a procissão dois cavaleiros fuscos (segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “diversão popular que consistia em introduzir-se uma pessoa num cavalo de lona ou papelão, da cintura para cima; do cavalo pende uma espécie de saia que oculta as pernas”) e que iam representados com a sua bandeira de damasco verde, junto da qual seguia uma dança de ninfas acompanhada de um homem “vestido à cortesã”, com uma coroa, que simbolizava o “rei dos alfaiates”.

Os alfaiates constituíam uma profissão muito popular, cujas oficinas eram ponto de encontro de pessoas de diferentes estratos sociais, principalmente os mais elevados. Estas oficinas, com o evoluir da profissão, acabaram por associar em muitos casos a actividade comercial à industrial, o que reforçou naturalmente a sua vocação de ponto de encontro.

No séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX, destacam-se em Vila Real dois alfaiates, pai e filho.

O primeiro tem o nome de Frederico Fortunato. Note-se desde já que esse nome de Frederico é depois assumido pelo filho como apelido, em substituição dos seus apelidos reais (Teixeira Ribeiro), e prolonga-se depois na sua descendência.

Frederico Fortunato (1836-1917) foi exposto na roda de Vila Real e levado a baptizar na Igreja de São Pedro pela própria ama da roda. Contrariamente a muitas das crianças expostas, acabou por vingar e, chegado à idade de aprender uma profissão, tornou-se alfaiate.

Era, como o geral dos alfaiates, uma pessoa muito popular. A ele dedica algumas páginas o Dr. Joaquim de Azevedo, advogado natural de Vila Real que, sob o pseudónimo de Lotelim, nos deixou um interessante livro sobre figuras de Vila Real do seu tempo. O livro chama-se justamente *Naquele tempo... (Recordações da mocidade)*. Lotelim dá-nos conta de que Frederico Fortunato não sabia ler nem escrever e, em vez de fita métrica, usava uma tira estreita de papel almaço, a que dava pequenos cortes de tesoura que só ele entendia. Era um homem cheio de humor e usava uma linguagem curiosa. Por exemplo, costumava perguntar aos clientes, depois de estreamem uma farpela confeccionada por ele, “o que tinham dito os *alquitetes* (leia-se: os amigos) da *inglesa garibalda* (leia-se: a dita farpela)”. Ficou também famosa a sua grande vontade de saber ler partituras. Tinha uma rabeça que tocava de ouvido, pois não conseguia ler as *moquinhas* (leia-se: as notas musicais). Prometeu então a determinada pessoa que, se o ensinasse a ler música, lhe faria gratuitamente, ao ensinador e seus filhos, durante cinco anos, as peças de vestuário. Aos arcos voltaicos com que em 1894 se inaugurou a iluminação eléctrica em Vila Real chamava as *focas*.

Frederico Fortunato viveu desde muito novo no Bairro do Bacelar, em Lordelo, muito próximo ou na própria casa de Manuel Luís Bacelar, alfaiate no referido bairro a que possivelmente terá dado o nome, e com este terá aprendido a arte. Um pormenor que inculca ao menos certa familiaridade é o de que Manuel Bacelar foi testemunha, em 1863, do casamento de Frederico, aos 27 anos, com Maria Preciosa Monteiro, do Bairro do Telhado, também em Lordelo. Maria Preciosa era filha de um exposto na roda de Vila Real, Casimiro Ribeiro, cujo apelido foi mais tarde

usado por Frederico Fortunato.

Na década de 1870 encontramos-lo estabelecido em Vila Real, no nº 12 da Rua do Carvalho (actual D. Pedro de Castro), já com alguns filhos, a que diversos outros se iriam juntar, já que se diz que Frederico Fortunato tinha “um coração muito grande”.

Os filhos legítimos foram:

Minervina (nascida em 1864), que veio a casar com outro importante alfaiate, estabelecido na Travessa de São Paulo (hoje Rua Avelino Patena), Luís Teixeira dos Santos (cujo verdadeiro nome era aliás Artur), o *Madame*, alcunha que teria resultado da circunstância de trabalhar também para senhoras, a quem tratava cerimoniosamente por Madames. A alcunha acompanhou durante muito tempo a sua descendência. Manuel de Jesus (nascido em 1865), que viria a ser o segundo alfaiate denominado Frederico. Sebastião (nascido em 1868 e falecido muito novo). Maria (nascida em 1870). Albertina (nascida em 1872). Emília (nascida em 1875, falecida também muito nova). Sebastião (nascido em 1877), segundo deste nome, também alfaiate, que trabalhou com o pai. Lotelim refere-se-lhe como um “estoira-vergas”. Foi seu padrinho um tio, irmão de sua mãe, de nome Sebastião Teixeira Ribeiro, alfaiate com oficina na já referida Rua do Carvalho, nº 19, que em 1883 anuncia na imprensa a abertura de um curso em que ensinava a “talhar por escala” no prazo de 12 dias. Rita Adelaide (nascida em 1879). Ana Maria (nascida em 1883, falecida muito nova). Luzia (nascida em 1884).

Teve portanto três filhos varões, mas um faleceu prematuramente, como vimos. Os outros dois foram ambos alfaiates, mas o único que ganhou verdadeira projecção foi Manuel de Jesus (assim chamado por ter nascido na noite de 24 para 25 de Dezembro, no Bairro do Telhado em Santa Maria Madalena de Lordelo), que viria a falecer em 1950. Tal como os outros irmãos, usou inicialmente os apelidos da família da mãe (Teixeira Ribeiro) que mais tarde substituiu pelo de Frederico.

Foi o mais importante alfaiate de Vila Real do seu tempo, transformando-se também num importante comerciante. Foi uma figura muito popular e muito respeitada. Como alfaiate trabalhou inicialmente com o pai, na Rua do Carvalho, e passa a trabalhar por conta própria depois

do seu casamento em 1885 com Maria do Carmo Gonçalves, a qual adopta o apelido Frederico. Ele próprio, Manuel de Jesus, adoptará esse apelido, como podemos comprovar na publicidade à sua casa e também na sua participação nas exposições industriais do Porto. Trata-se de algum modo de uma homenagem ao pai, que se sabia ter os clientes mais importante de Vila Real, que, como ministros e altos dignitários do Estado, passeavam em Lisboa as suas casacas.

Manuel de Jesus, depois do casamento, muda-se para o Pioledo, em seguida para a Rua do Arco (hoje António de Azevedo [Castelo Branco]), até que em 1900 o vemos estabelecido na Rua Serpa Pinto, nº 20, onde a sua alfaiataria e camisaria funcionaram até bem dentro da década de 1930 — um verdadeiro e muito central ponto de encontro. A estas associou o seu primeiro genro, casado com uma das suas três filhas, Alves de apelido, o qual mais tarde, juntamente com um irmão também casado com uma outra filha de Manuel de Jesus Frederico, se estabeleceu na Rua Direita sob a firma de Alves & Irmão.

Manuel de Jesus Frederico era uma pessoa evoluída, crente no progresso e de bom gosto. Apreciava a natureza e o cinema. Era muito comunicativo e tinha um apurado sentido de humor. Era um homem elegante, magro e alto. Mascava, em vez de fumar, o tabaco dos cigarros. No auge da sua carreira, trabalhavam com ele um contramestre, 4 ou 5 oficiais e um ou outro aprendiz. Nessa altura já só talhava e provava as peças.

Foi militante do Partido Republicano Português. Perseguido pelos monárquicos na Traulitânia, em 1919, teve de fugir disfarçado de mulher. Concorreu alguns meses depois à Câmara Municipal numa lista do PRP. É eleito para vereador e posteriormente para a Comissão Executiva em 2 de Janeiro de 1920, vindo a ser responsável pelo pelouro dos jardins, certamente em atenção ao seu amor pela natureza. O executivo era integrado também pelo Dr. Artur Augusto Pavão (médico), Domingos José de Carvalho Araújo (secretário da Escola Azevedo), Manuel José de Moraes Serrão e Abílio Ribeiro Cardona (comerciantes). Tendo morrido o presidente Artur Pavão e tendo-se algum tempo depois o substituto deste (o vereador mais velho, Domingos José de Carvalho Araújo) retirado para

o Brasil, coube a Manuel de Jesus Frederico, na sua qualidade de vereador mais velho, assegurar a presidência, que exerce entre 15 de Abril de 1922 e 2 de Janeiro de 1923.

Foi durante o mandato que exerceu que a Câmara Municipal deliberou rescindir judicialmente o contrato com a Empresa da Luz Eléctrica de Emílio Biel (Herdeiros) e colocar a concurso público o fornecimento de luz e água. Coincidindo o mandato com os anos de afirmação do futebol em Vila Real, com o aparecimento de vários clubes (de que se destaca o Sport Club de Vila Real, que ainda existe) e a cedência a este último clube do Campo da Eira para seu campo de jogos, este é inaugurado com grandes festejos entre 11 e 14 de Junho de 1922, durante a presidência de Manuel de Jesus Frederico. É também com ele como presidente que, depois de colocado o assunto à consideração do Ministério das Finanças, se recua três metros o muro da cerca do antigo Convento de Santa Clara, na Rua do Carvalho, permitindo assim o alargamento desta.

Em 1922, Gago Coutinho e Sacadura Cabral fizeram a travessia do Atlântico-Sul, acontecimento histórico que galvanizou o país. Em Vila Real vai-se preparando uma festa para celebrar a chegada dos aviadores ao Rio de Janeiro, que ocorre no dia 17 de Junho.

Na sequência do enorme entusiasmo nacional, a Direcção de Aeronáutica Militar propôs aos municípios que criassem campos de aterragem, para defesa e engrandecimento das povoações, tendo em vista o estabelecimento de carreiras aéreas dentro do país e para o estrangeiro. Manuel de Jesus Frederico responde com uma iniciativa que constitui o mais importante antecedente da criação de um campo de aviação em Vila Real — que é a disponibilização de um terreno municipal no Tojal de Baixo, em Lordelo (freguesia da sua naturalidade), sugerindo em alternativa outro terreno, pertencente ao Estado, na freguesia de Folhadela, adquirido pelo Ministério da Guerra para nele instalar a Escola de Tiro, nessa altura já localizada noutro local. (É contudo de referir que o campo de aviação só se viria a concretizar muito mais tarde e num terceiro terreno.)

A FESTA DE SÃO BRÁS

Duarte Carvalho

Uma das festas, ou, melhor dizendo, uma das romarias mais antigas de Vila Real é certamente a de São Brás, a que concorriam em grande número pessoas não só de Vila Real como de muitas povoações vizinhas. Ainda se realiza, embora sem a importância e a movimentação de outros tempos.

No início a romaria circunscrevia-se à capela de invocação de São Brás que se encontra adossada à Igreja de São Dinis e que, segundo a tradição, foi edificada na mesma altura que esta, junto à sua porta principal, tendo sido poupada no momento de ampliação da Igreja de São Dinis, no séc. XV.

A capela pertencia ao morgado de São Brás, da família dos Teixeira e Macedos, que se encontrava ligada à dos Coelhos Monizes e Melos.

Classificada hoje como Monumento Nacional, a capela fez-se para albergar os túmulos de família deste morgado e nela se continha uma relíquia de São Brás, venerada por se considerar milagrosa em doenças da garganta. O orago, que foi bispo de Sebaste, na Arménia, no séc. IV, e também médico e mártir, festejava-se e continua a festejar-se aqui nos dias 2 e 3 de Fevereiro. A sua festa atraía numerosos romeiros, alguns vindos de fora em busca de alívio para os seus padecimentos. São Brás, que é padroeiro dos otorrinolaringologistas, é ainda hoje invocado contra as doenças da garganta, por serem conhecidos vários casos de cura dessas enfermidades por sua intercessão, sendo o mais famoso a cura de uma criança que tinha uma espinha atravessada na garganta. Entre os seus atributos, está o pente de ferro com que foi martirizado, razão por que foi adoptado igualmente como padroeiro pelos cardadores.

Por ocasião da romaria, as receitas com esmolas e pagamentos de promessas eram consideráveis. Sabemos por exemplo, por informação da Irmandade das Almas da Igreja de São Dinis, que em 1893 a receita líquida (depois de deduzidas as despesas com cera e missa) foi de 2.210 réis. Para além do dinheiro, o santo recebeu ainda 86 ovos. Este tipo de oferta, que

hoje pode fazer-nos sorrir, era perfeitamente natural no passado, assim como castanhas piladas, milho, estrigas de linho — e gargantas e meninos de cera. Os ovos eram arrematados na 2.^a-feira seguinte à festa.

Com o andar dos tempos, o culto conheceu novos cenários. Por iniciativa da Junta de Paróquia ou de qualquer outra entidade administrativa, no último quartel do séc. XIX, ter-se-á mudado para São Brás o nome de uma imagem de São Paio existente na Igreja de São Dinis, o que deu origem ao culto do santo nesta igreja. Por outro lado, foi colocada uma outra imagem de São Brás na Capela de Santo António Esquecido (ou Santo António dos Esquecidos), igualmente na Vila Velha, aberta ao culto em 1875, uns duzentos metros a norte da Capela de São Brás. Estes dois novos locais — Igreja de São Dinis e Capela de Santo António Esquecido — partilharam com o local primitivo — Capela de São Brás — o culto e a popularidade que o santo havia granjeado localmente.

Para essa ocasião, as confeitadeiras faziam as então chamadas ganchas ou ganchinhas de São Brás ou báculos de açúcar. Eram confeitos de açúcar em ponto de reбуçado, muito procurados pelas crianças que ali acorriam, levadas pelas amas e pelas mães. Consumidas pelas crianças, tinham naturalmente a propriedade de suavizar a garganta, pelo que eram inculcadas pelas vendedeiras como eficazes para a protecção contra as anginas e o garrotinho. A sua forma de báculo é uma alusão evidente à condição episcopal de São Brás.

A festa perdeu, certamente, muita da sua importância. Mas ainda se realiza, na Capela de Santo António Esquecido e na Igreja de São Dinis, sendo a missa da festa rezada nesta última. Ainda se ouve um toque insistente e muito característico, de duas notas, dos sinos de São Dinis. Ainda há música popular nos altifalantes. Ainda se fazem promessas e se dão esmolas, retribuídas com registos do santo. E ainda aparecem quatro ou cinco vendedeiras de ganchas, assim como aparecem ganchas à venda nas confeitarias da cidade (Casa Lapão e Pastelarias Doce Fresco, Docinho, Gomes e Nova Pompeia), já que a procura é grande por parte dos clientes do sexo masculino que procuram seguir uma tradição segundo a qual se deve dar uma gancha às mulheres neste dia, em troca do pito (outro doce tradicional) que elas deram no dia de Santa Luzia (13 de Dezembro).

Esta tradição de dar a gancha às mulheres pode, aliás, ser relativamente recente, uma vez que o que a cantiga tradicional reza é justamente o contrário:

Eu vou ao São Brás
de cu para trás
buscar uma gancha
para o meu rapaz.

Eu vou ao São Brás
de cu para a frente
buscar uma gancha
para a minha gente.

Eu vou ao São Brás
de cu para o lado
buscar uma gancha
para o meu namorado.

STUART CARVALHAIS — ANTECEDENTES ARTÍSTICOS E CONTEXTO DO SEU NASCIMENTO EM VILA REAL

Elísio Amaral Neves

É geralmente conhecido que José Herculano Stuart Torrie de Almeida Carvalhais (1887-1961) nasceu em Vila Real e que deve ter vivido aqui durante muito pouco tempo. O próprio Stuart Carvalhais, nas últimas entrevistas que dá, em finais da década de 1950, é muito explícito quanto a estes factos. Diz também que seu pai, embora nascido em Portugal, vivera os seus primeiros anos no Brasil; que era agrónomo; e que saíra de Vila Real para trabalhar numas minas de cobre em Zalamea La Real, em Huelva, onde se encontrava já um irmão dele.

Desconhecia-se contudo completamente o contexto familiar em que o seu nascimento ocorreu. Um folheto impresso em 1885 (embora não datado) permitiu-nos avançar nesse conhecimento. Trata-se de uma espécie de circular anunciando a abertura do Colégio Stuart, na Quinta do Seixo, em Vila Real, acompanhada de um plano curricular, com referência explícita à direcção exercida por D. Maria Isabel Stuart Torrie.

O pai de Stuart Carvalhais chamava-se José Joaquim de Almeida Carvalhais (1854-1919). É referenciado às vezes com o apelido do pai, Guedes, razão por que ao seu nome se acrescenta ocasionalmente Júnior, já que o seu nome era semelhante ao do pai. Nasceu em São Miguel de Lobrigos, Santa Marta de Penaguião, e emigrou muito novo para o Brasil, protegido por um tio. Aí se formou ou preparou para a vida como agrónomo. Chegado à idade militar, foi como oficial da Marinha para a Amazónia, onde foi gravemente ferido — circunstância que o trouxe de volta a Portugal cerca de 1880.

Algum tempo depois, talvez em 1883, entrou como empregado ao serviço dos Correios, situação a que não deve ter sido estranho o facto de seu pai (avô de Stuart Carvalhais) ter uma forte relação de amizade com um dos irmãos do Visconde de Chancelheiros, família de ascendência trasmontana, o bacharel em Filosofia Manuel António de Carvalho, que casara em Vila Real em 1860 com uma jovem de 15 anos, órfã do Dr. Sebastião Botelho Machado de Queirós.

(Anote-se, entre parênteses, que o Visconde de Chancelheiros, Sebastião José de Carvalho, foi uma figura grada do Partido Progressista — partido de que também o pai de Stuart Carvalhais insinuava ser militante —, por duas vezes ministro das Obras Públicas e, como tal, responsável pelos Correios.)

Esta amizade entre o avô de Stuart Carvalhais e Manuel António de Carvalho deve ter sido consolidada quando os dois descobriram e registaram em seu nome, em 1869, uma mina de substâncias de cobre e ouro junto ao Ribeiro da Aradeira, na freguesia da Campeã. Viviam-se então um momento em que no país se fomentava a exploração mineira e em que na Câmara Municipal de Vila Real eram registadas 17 descobertas de minas, 11 delas na freguesia da Campeã.

O bacharel Manuel António de Carvalho foi, com intervalos em que exerce comissões de serviço fora de Vila Real, às vezes para acompanhar a vida política do irmão, administrador e director da Estação Telégrafo-Postal de Vila Real, pelo menos nos seguintes períodos: final da década de 1870, nos anos de 1883, 84 e 85 e nos primeiros anos da década de 1890. Reunia pois boas condições para arranjar ao filho do seu amigo emprego nos Correios em 1883.

Em 1884, José Joaquim de Almeida Carvalhais Júnior encontrava-se a trabalhar na Estação Telégrafo-Postal da Régua, nessa altura uma das mais importantes do país: basta dizer que expedia mais de 30.000 telegramas por ano, mais do que Viana do Castelo, Évora, Viseu, Santarém, Braga, Funchal, Setúbal e Beja. Só Lisboa, Porto, Coimbra e Faro registavam movimento superior à Régua.

Manuel António de Carvalho seria quase certamente também responsável pela nomeação em 1884 de José Joaquim Guedes de Almeida Carvalhais (avô de Stuart Carvalhais) para o lugar de agente ou correspondente da importante Companhia Geral de Crédito Predial Português, de que era vice-governador um outro seu irmão, Lourenço António de Carvalho.

No dia 12 de Janeiro de 1885 o pai de Stuart Carvalhais casa com D. Margarida Amélia Stuart Torrie, ausente e casando por procuração, em São Miguel de Lobrigos. O casamento terá provocado a vinda da família para Vila Real, para onde o pai de Stuart Carvalhais seria posteriormente transferido da Régua e onde teria permanecido até Abril de 1888, tendo desempenhado, embora por um período possivelmente muito curto, o cargo de chefe da estação dos correios. Foi também nomeado, enquanto esteve aqui, para promover o estudo da posta rural no distrito de Vila Real. Posteriormente, foi transferido para Vila Pouca de Aguiar, onde esteve pelo menos até Dezembro de 1888 a dirigir a Estação Telégrafo-Postal, vindo a Vila Real nessa altura para fazer concurso para 1º aspirante dos Correios.

No final do primeiro semestre de 1885, a família vem para Vila Real e instala-se na Quinta do Seixo. É hoje muito difícil saber exactamente onde, porque mais ou menos nessa altura havia 10 propriedades com esse nome. Aí funcionou o Colégio Stuart, em regime

de internato, semi-internato e externato. Era um colégio para o sexo feminino, que ministrava a instrução primária e os 1º e 2º anos de Francês, Piano, Canto, Bordado e Costura. Era dirigido por Maria Isabel Stuart Torrie, pianista distinta. Deve tratar-se da avó materna de Stuart Carvalhais, embora tivesse uma filha com o mesmo nome, mas então com apenas 21 anos de idade — o que não devia ser considerado suficiente para assumir as responsabilidades da direcção de um colégio.

Um ano mais tarde, o colégio muda-se para o Largo do Rossio, nºs 8 e 10. Nessa casa nasceu, no dia 7 de Março de 1887, “pelas 10 horas da tarde”, Stuart Carvalhais, que foi baptizado no dia 10 de Junho na Igreja de São Pedro, sendo padrinhos o avô materno, José Vitorino Correia Guedes, e uma irmã da avó, Isabel Maria Stuart Torrie, que vivia em Cedofeita e constituiu procuradores para o efeito os sobrinhos, irmãos da mãe de Stuart Carvalhais, Maria Isabel e Gustavo Adolfo Torrie, este cabo do RI 13.

Durante a sua permanência em Vila Real, a mãe e a tia de Stuart Carvalhais, para além de certamente apoiarem as actividades do colégio, participaram em diversos saraus de beneficência, cantando e tocando piano, destacando a crítica local a mãe, Margarida Amélia Stuart Torrie de Almeida Carvalhais, uma mezzo-soprano que chegara a actuar no Porto, no Teatro e São João, quatro anos antes.

Nas entrevistas aludidas, Stuart Carvalhais refere ter muita facilidade no domínio das línguas, especialmente o francês, e revela que a sua primeira instrução foi feita no ambiente familiar.

Quanto ao sentido de humor e facilidade para a caricatura — convém recordar que Stuart Carvalhais foi um dos principais desenhadores da primeira geração modernista e um grande humorista e caricaturista —, talvez não lhes seja de todo estranho o facto de seu pai ter sido correspondente em Vila Real de um jornal humorístico e de caricaturas intitulado *O Dragão*, publicado no Porto, cujo primeiro número saiu em 20 de Abril de 1887, o que indicia alguma propensão para o humor.

Stuart Carvalhais viveu em Vila Real (e, admite-se, em Vila Pouca de Aguiar) entre 7 de Março de 1887, data do nascimento, e pelo menos o final de 1888, altura em que acompanhou os pais para as minas de cobre

de Rio Tinto, em Zalamea La Real, província de Huelva, onde desde 1886 se encontrava já seu tio Francisco Guedes de Almeida Carvalhais, que, como seu pai (e eventualmente o avô paterno), trabalhou e/ou explorou diversas minas ao longo da vida.

A família regressou de Espanha provavelmente em 1893, indo o pai exercer funções como administrador da quinta do Visconde de Chancelheiros em Cortegana, Alenquer. De seguida vem para Montemor-o-Novo, onde o pai passou a explorar herdades que alugou. Fixa-se finalmente em Lisboa, quando o pai, que há muito havia despertado para a arqueologia, se empregou como auxiliar do Prof. Joaquim Leite de Vasconcelos no Museu Etnológico, na qualidade de colector-preparador.

Ao seu gosto pela arqueologia não serão estranhas não só a sua actividade mineira como as suas ligações, iniciadas em Vila Real, com o Dr. Francisco de Sales da Costa Lobo, amigo de Joaquim Leite de Vasconcelos, médico, arqueólogo, professor e reitor do Liceu, recebedor da comarca, governador civil substituto, figura importante do Partido Progressista local, com quem a família de Stuart Carvalhais manteve durante o resto da vida relações estreitas, que hoje podemos redescobrir através dos cartões de visita que foi enviando de Cortegana, Montemor-o-Novo e Lisboa, locais onde sucessivamente se fixou.

“O ECHO”, ÓRGÃO DO PARTIDO PROGRESSISTA

Vitor Nogueira

O jornal “O Echo” surge num momento de crise (1891-1893) do Rotativismo, numa altura em que os partidos (Progressista e Regenerador) que alternavam no poder mostravam sinais da desagregação que atingia o regime monárquico, combatido pela força crescente dos republicanos. Problemas económicos e financeiros graves tinham levado o rei D. Carlos, após a queda do governo em Janeiro de 1892, a chamar a formar governo um homem que não pertencia a nenhum dos partidos, o Dr. José Dias

Ferreira, notável jurista, político e professor de Direito, que aproximadamente vinte anos antes tinha sido ministro da Fazenda (por duas vezes), ministro do Reino e interinamente da Justiça.

Dias Ferreira forma um novo gabinete, cujo ministro da Fazenda, Oliveira Martins, suscita grandes expectativas. Inicia-se o processo de negociação da dívida externa, mas a verdade é que os problemas persistem e o próprio Dias Ferreira, mais credível e hábil negociador, assume a pasta da Fazenda. Novo renascer da confiança, que todavia rapidamente se extingue devido à política de austeridade que torna necessário o agravamento dos impostos, a fim de diminuir o défice. Os partidos Progressista e Regenerador, naturalmente sedentos de voltar ao poder, atacam fortemente o governo.

O primeiro número do jornal sai em 27 de Março de 1892, dizendo-se político e noticioso. Alinha, durante o governo nacional atrás referido, com a política de Dias Ferreira. Entre 1893 e 1897 participa no combate que os progressistas, unidos aos republicanos, movem a Hintze Ribeiro, que neste período chefia um governo regenerador. E continuou seguindo o seu caminho como folha progressista, com excepção de dois momentos muito curtos, sem motivos especiais e mantendo a orientação política: em 1897, quando deixa cair a indicação no cabeçalho de “órgão do Centro Progressista” (menção que tinha sido introduzida em 5 de Outubro de 1894); e em 1901, quando se afirma como “folha independente”.

“O Echo” era um semanário. Era seu proprietário e director o solicitador Domingos Eduardo de Oliveira (1859-1907), filho de outro solicitador. Era editor seu irmão António da Costa Oliveira, também solicitador, que todavia abandona em 26 de Setembro de 1892, sendo o cargo assumido pelo proprietário e director.

Em 9 de Agosto de 1895, a responsabilidade pela edição é assumida pelo tipógrafo Ernesto Pinto. Por fim, muito provavelmente em Abril de 1900, a responsabilidade passa para João Monteiro de Sousa.

Publica-se pelo menos até finais de 1906, tendo o último número conhecido a data de 26 de Novembro.

Não é, de modo nenhum, dos mais importantes jornais de Vila Real, nem sequer no universo dos órgãos progressistas. E mesmo a importância

relativa que tinha começa a diminuir no segundo trimestre de 1901, altura em que fica reduzido a duas páginas, que no final desse mesmo ano passam a conter exclusivamente, com uma ou outra excepção, publicidade (judicial e outra) — mantendo no entanto no cabeçalho a indicação de que se tratava de uma “folha progressista”. Nessas condições, a sua saída passou a ser irregular e a sua distribuição gratuita.

À data da sua saída é o nono jornal a ser publicado simultaneamente em Vila Real, e o sexto de natureza política. Vejamos o quadro dos órgãos de informação vila-realenses da altura (respeitando a grafia da época e colocando entre parênteses a data do primeiro número):

- “O Trasmontano”, republicano (1 de Junho de 1873)
- “O Villarealense”, regenerador (18 de Fevereiro de 1880)
- “Progresso do Norte”, progressista (25 de Março de 1881)
- “O Districto de Vila Real”, regenerador (12 de Abril de 1881)
- “O Solicitador”, de assuntos jurídicos (8 de Janeiro de 1891)
- “O Povo do Norte”, republicano (31 de Maio de 1891)
- “O Liberal”, académico (7 de Fevereiro de 1892)
- “A Chronica”, noticioso (21 de Fevereiro de 1892)
- “O Echo”, progressista (27 de Março de 1892)

A partir de certa altura “O Echo” tinha tipografia própria, inicialmente na Rua da Cadeia, nº 16 (que foi anteriormente do “Progresso do Norte”), e depois na Rua Central, nºs 23-25. No intervalo entre uma e outra, e antes de dispor de tipografia própria, foi impresso em tipografias alheias.

Teve diversas direcções políticas, a primeira do próprio Domingos Eduardo de Oliveira, e depois, já na fase progressista, do Dr. José Coelho Mourão Teixeira de Carvalho, e mais tarde ainda, do Dr. Jerónimo Barbosa de Abreu e Lima Vieira.

O jornal manifesta sistematicamente um “ódio de estimação” ao Dr. Teixeira de Sousa, a quem chama “o gasoso”, pela sua ligação à empresa das águas do Vidago. Há quem relacione esse “ódio” ao facto de Teixeira de Sousa ser o grande adversário do Dr. António de Azevedo Castelo

Branco, com quem Domingos Oliveira tinha relações cordiais desde os seus tempos de colaborador de “O Villarealense”.

Do ponto de vista político, o jornal tem algum interesse, pois acompanha a actividade do Conde de Vila Real, chefe progressista local, e de um dos seus homens de confiança, o Dr. Francisco de Sales da Costa Lobo, que terá levado para as suas páginas assuntos de arqueologia e de história local. Note-se que a influência do Dr. Francisco de Sales da Costa Lobo provocou uma abertura nova a esses assuntos. Em 1894, quando foram colocadas pedras- -de-armas e outros objectos arqueológicos no Jardim da Carreira, por iniciativa do Director dos Jardins Municipais, José de Lemos, “O Echo” manifestou a sua discordância; mas já aplaudiu, em 1897, a proposta de Ramalho Ortigão para que fossem classificados diversos monumentos de Vila Real.

Do ponto de vista noticioso, para além dos simples *fait-divers*, defendeu a construção da Linha do Corgo, estimulou a construção da ponte metálica e acompanhou muito de perto os primeiros anos de vida da empresa da luz eléctrica, do Teatro Circo e do Colégio de Nossa Senhora do Rosário.

O TORQUES DE RENDUFE E OUTROS TESOUROS DO MUSEU DE VILA REAL

João Ribeiro da Silva

A sessão de hoje centrar-se-á sobre objectos arqueológicos existentes no Museu de Vila Real.

A ocupação humana do território de Trás-os-Montes vem de tempos imemoriais e está documentada por testemunhos valiosos. Entre eles, instrumentos em pedra, sílex e outros materiais, que eram utilizados nas mais variadas tarefas, da caça à recolha de alimentos, passando por funções como o corte de peles ou mesmo funções puramente lúdicas. Com o passar do tempo novos materiais foram sendo utilizados, como o bronze e

posteriormente o ferro, tendo-se ao mesmo tempo verificado uma grande evolução ao nível das técnicas utilizadas para trabalhar as diferentes matérias-primas.

No Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real (designação oficial desta instituição) guardam-se alguns desses importantes vestígios da presença do homem nos actuais distritos de Vila Real e Bragança. Parte desse material arqueológico encontra-se no Núcleo Permanente de Numismática, nomeadamente os tesouros numismáticos de Santulhão (Bragança), Émeres (Valpaços) e Vila Marim (Vila Real). A importância destes tesouros é inquestionável, porquanto as moedas são um valioso meio de transmissão de mensagens e de conhecimento das mentalidades.

No Núcleo Permanente de Arqueologia, a abrir oportunamente, será exibido o restante espólio do Museu. Expor-se-ão objectos que datam desde o Paleolítico até à Idade Média, cobrindo mais de 50.000 anos de história... Por entre as cerca de duas centenas de peças que serão apresentadas algumas podem ser consideradas como autênticos tesouros. Nesta tertúlia serão apresentados com maior pormenor dois: a pedra formosa de Ribalonga (Alijó) e o torques de Rendufe (Valpaços).

A pedra formosa de Ribalonga é uma peça curiosíssima, sendo um conjunto de dois fragmentos. Acredita-se que seja parte da entrada de um edifício público existente em alguns dos castros do Noroeste peninsular, os balneários. Conforme consta na descrição da peça aquando da sua classificação como bem de interesse público, por Portaria do Ministro da Cultura de 30 de Abril de 2002 (publicada no Diário da República nº 119, de 23 de Maio, II Série, com o nº 796/2002), “a decoração concentra-se no primeiro fragmento, de configuração semicircular, integrando os principais motivos da gramática proto-histórica, incisos pela técnica da cinzelagem, designadamente uma «rosácea» com 50 cm de diâmetro, cujo centro é marcado por dois círculos concêntricos e 21 raios, circunscritos por um círculo exterior. O segundo elemento, gravado no sector superior central, representa um entrelaçado com tipologia comum a outros exemplos decorativos da idade do ferro, constituído por três círculos rodeados por linhas duplas em «S», que se desenvolvem paralelamente abarcando dois dos três círculos-base. Na extremidade inferior, uma série de três linhas

sequenciais definem um motivo ondulado. Coincidente com a zona de fractura, existe um quarto motivo, em forma de espinha com matriz de oito séries que se estende até ao início da superfície do segundo fragmento. A composição é definida por moldura incisa. No segundo fragmento, sub-retangular, a decoração ocupa uma pequena parte da superfície.”

O torques de Rendufe é uma peça ornamental extraordinária. É uma jóia estruturalmente simples, constando de um aro de perfil quadrangular, com remates típicos nos extremos, adequado ao contorno do pescoço. Considera-se que o torques é um símbolo da dignidade da função guerreira, porquanto é de uso exclusivamente masculino. Segundo Armando Coelho, “a sua frequência no Noroeste peninsular, onde se contam mais de meia centena de exemplares, não pode deixar também de ser apontada, entre outros, como um dado altamente denunciador das influências da civilização céltica nesta região”. Da meia centena de exemplares referida por Armando Coelho, cerca de 20 foram encontradas em Portugal e os restantes na Galiza.

O torques é de ouro, maciço na barra destinada a envolver o pescoço e oco nas pontas, circunstância que se nota pelo facto de ter dentro qualquer coisa que produz um som semelhante ao dos guizos. Pesa duzentos e cinquenta gramas. As pontas têm a forma de dupla escócia (deste tipo conhecem-se dez exemplares, sete em Portugal, dois no British Museum e um, embora documentado, em paradeiro desconhecido) as superfícies frontais das mesmas são adornadas com flores de seis pétalas, cujas extremidades são ligadas entre si formando um hexágono, e os ângulos e o centro decorados com pequenas esferas. A barra é de secção quadrada, com cavetos a todo o comprimento nos lados voltados para dentro. O centro dos lados exteriores orna-se com entrançados, que se limitam nas extremidades por triângulos de linhas duplas e outros triângulos formados com minúsculos círculos, também de linhas duplas. Estes triângulos repetem-se a um centímetro de distância da soldadura, com as bases voltadas para as pontas. O ourives executante conseguiu todo este belo efeito ornamental por meio de pontinhos incisos.

Estas duas peças serão com certeza verdadeiros *ex-libris* do Museu de Vila Real. O Museu alberga ainda outras peças importantes, que são

igualmente objecto de apresentação nesta sessão, como sejam um anel de ouro da época romana com uma pedra em que aparece representada a deusa Diana (?) e algumas outras, que são propriedade particular e se encontram ali a título de depósito, como os machados de Justes e uma lâmina de sílex.

ASPECTOS DA VIDA COMERCIAL

Joaquim Barreira Gonçalves

Vila Real foi sempre um concelho profundamente marcado pela actividade comercial. Desde logo, porque as freguesias escoavam aqui as suas produções agrícolas e pecuárias. Na parte urbana do concelho, tinham lugar diversos momentos de transacções comerciais: o mercado diário, os dois mercados semanais (às terças e sextas-feiras), a feira mensal e a feira anual, sendo que estas duas se encontram já mencionadas nos forais de 1289 e 1293. Uma das razões da fundação de Vila Real foi justamente a tentativa de reanimar comercialmente a Terra de Panóias, depois de ter perdido toda a importância a feira anual que tinha lugar em Santa Maria da Feira de Constantim.

Os forais consagram pois uma feira mensal e uma feira anual, a realizar por altura de Santa Maria de Agosto. Esta feira era franca 15 dias antes e 15 dias depois.

Mas isso não é tudo em matéria de feiras. Em 1453, D. Duarte autorizou o conde de Vila Real a mandar fazer uma feira anual com a duração de 15 dias a contar de 1 de Julho.

Finalmente, D. Pedro II, por alvará de 23 de Março de 1688, estabelece uma feira anual de três dias, por ocasião da Festa de Santo António, altura em que termina muito provavelmente a Feira de Santa Maria de Agosto.

À Feira de Santo António concorriam numerosos comerciantes de fora, principalmente do Minho. Documentos coevos falam de uma “máquina de mercadores”. Mas concorriam também os comerciantes locais,

que tinham aliás alguns privilégios, como sendo o de poderem construir as suas próprias barracas (não estando pois sujeitos à utilização das barracas “oficiais”) e o de pagarem verbas inferiores para exercer a sua actividade. Durante muito tempo, e até meados do séc. XIX, foi uma das mais importantes feiras de todo o país.

Também os mercados semanais, realizados desde muito cedo no Campo do Tabulado (em Dezembro de 1885 passariam a realizar-se no Mercado Coberto, também conhecido por Praça-Mercado, no local onde está hoje o edifício dos Correios), são um retrato da notável actividade comercial de Vila Real.

Os mercados diários tiveram lugar primeiramente adentro de muralhas, passando depois para a chamada Praça Velha (actual Largo dos Freitas). O topónimo Praça Velha (também chamada Travessa da Praça Velha), que alude evidentemente à ocupação dada ao local, é um dos muitos que, noutros tempos, se referem a actividades comerciais. Outros são a Rua da Praça, a Travessa da Praça e o Largo da Praça, que compreendiam o actual Largo do Pelourinho (denominação ganha em 1867) e parte da actual Rua António de Azevedo [Castelo Branco] (Rua do Arco até 1917) até à Rua Serpa Pinto, esta última denominada até 1890 Rua da Ferraria; a Rua das Adegas, desde 1867 Travessa da Portela; a(s) Travessa(s) do Forno; a Rua dos Açougues e também o Largo dos Açougues, actualmente Rua Heitor Correia de Matos e Largo do Vilarealense, respectivamente; a Rua da Vinagreira, desde 1867 Travessa da Rua Nova; a Rua dos Mercadores, nome que se diz ter tido a Rua Direita, actual Rua Dr. Roque da Silveira. Não esquecendo a Rua dos Ferreiros, antiga Rua de Santa Margarida e actual Rua Sargento Pelotas, onde em meados do séc. XIX havia para cima de 15 oficinas de ferreiro, bem como diversas outras de ferradores, serralheiros, espingardeiros e sombreireiros.

Hoje, mercê das sucessivas alterações na toponímia vila-realense, não resta um único nome que evoque as actividades comerciais.

A partir de certa altura havia também mercado diário na Rua da Praça e na Rua do Cabo da Vila, que compreende hoje a Praça (ou Largo) Almeida Garrett e parte da Rua Miguel Bombarda. E estes dois mercados — na Rua da Praça e no Cabo da Vila — eram por assim dizer os limites

do eixo comercial mais importante da vila. Mas não podemos esquecer que outro local de concentração de estabelecimentos era a parte norte do Campo do Tabulado, conhecida por Cimo do Campo, hoje Praça Luís de Camões. Esta concentração estava relacionada com a realização dos mercados semanais e das feiras de gado no Campo do Tabulado: as pessoas das zonas rurais concorriam ao mercado e aproveitavam naturalmente para fazer as suas compras em lojas que ficavam próximas deste.

Um aspecto interessante relacionado com a vida comercial é a luta dos caixeiros pela conquista de melhores condições de trabalho. Em 11 de Novembro de 1888, os caixeiros conseguem uma redução, aos domingos e dias santos, no horário de trabalho, a saber: no Inverno, entre as 15 e as 17 horas; no Verão, entre as 16 e as 19. No ano de 1898, embora não em todas as actividades comerciais, os empregados do comércio conseguem obter a folga integral aos domingos e dias santos. Em Novembro de 1897 iniciara-se entretanto um movimento associativo, que culminou na criação da Associação dos Empregados do Comércio, em 17 de Abril de 1904. Dois anos depois, é formada a Associação Comercial de Vila Real. Este último organismo é como que uma oficialização do processo corporativo das diferentes actividades comerciais, representadas no passado, embora informalmente, nas procissões do Corpo de Deus.

No que toca ao ensino comercial, foi instituída uma chamada Aula Comercial que em 2 de Agosto de 1924 incorpora a Escola Industrial José Júlio Rodrigues, passando a chamar-se Escola Comercial e Industrial José Júlio Rodrigues.

Vila Real dispôs sempre de um comércio muito diversificado. Algumas casas ainda existentes chegaram a centenárias, como a Casa Calado, Farmácia Baptista, Casa Alemão, Pensão Mondego (hoje Casa de Hóspedes), Casa António Luís, Casa Cardoa, Casa Macário, Livraria e Papelaria Branco, Hotel Tocaio (hoje Pensão), Casa Ribeiro de Sousa, estas seis últimas ainda na posse das famílias fundadoras, e presumivelmente algumas bancas de regateira.

Toda esta actividade comercial é evocada nesta sessão do Ciclo “História ao Café”, através de fotografias, facturas e outros documentos que, de alguma maneira, são já hoje históricos.

JOSÉ CABRAL TEIXEIRA DE MORAIS

A. M. Pires Cabral

Uma das fontes mais úteis para a biografia de José Cabral Teixeira de Moraes é um opúsculo publicado em 1857, na Tipografia do Monitor, do Porto, intitulado *Curta Exposição da Vida Pública do Conselheiro José Cabral Teixeira de Moraes, Acompanhada de Documentos Justificativos*. O seu autor é A[ntónio] F[erreira da] C[osta] Ponce Leão, de Santa Marta de Penaguião — muito provavelmente avô de outro António Ponce Leão que foi amigo íntimo e colaborador do poeta Mário de Sá-Carneiro.

Trata-se de uma defesa de José Cabral face aos seus detractores, baseada em documentos diversos que atestam as suas qualidades de carácter. É uma obra que tem de ser lida com alguma reserva, porque é evidente o tom panegírico, fruto decerto de uma grande amizade e admiração pessoais.

Mas tem pelo menos a vantagem de enumerar com precisão os relevantes cargos públicos que José Cabral Teixeira de Moraes foi desempenhando ao longo da vida. É bom que se diga desde já que esses cargos foram de natureza judicial, mas também administrativa e política, e que acompanharam, nos seus altos e baixos, as convulsões políticas da época.

José Cabral nasceu em Vila Real, na freguesia de São Dinis, em 25 de Abril de 1792, filho de João Teixeira Cabral de Andrade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, e de D. Joana Teresa Cabral Teixeira de Moraes, ambos naturais da freguesia de Vila Marim. Inicia os preparatórios da Universidade de Coimbra com apenas 12 anos de idade, mas é forçado a interrompê-los em 1808, em consequência da insurreição nacional contra o domínio francês, que, iniciada no Porto, causou grande perturbação em todos os sectores da vida nacional. Matricula-se na Faculdade de Leis da Universidade de Coimbra em 1811, concluindo o bacharelato em 10 de Junho de 1816.

Logo em Março de 1817 encontramos-lo a ler no Desembargo do Paço. Em Setembro do mesmo ano é nomeado Juiz de fora em Alvito. Aqui não esconde as suas ideias liberais, provocando a inimizade dos donatários

daquela vila, o que lhe valeu perseguições e até atentados, como por exemplo em 18 de Setembro 1820. Recorde-se que em 24 de Agosto de 1820 tinha eclodido o movimento liberal no Porto, de revolta contra o regime absoluto conduzido pela regência, e que por esse facto os desentendimentos entre os portugueses estavam ao rubro.

Findo o triénio naquele lugar, pediu que lhe fosse “tirada residência” (isto é, feita sindicância), que decorreu com algumas peripécias devidas a intrigas adversárias. Mas José Cabral seria ilibado de todas as acusações que lhe foram feitas pelos seus inimigos.

Em 3 de Junho de 1823 é despachado juiz de fora da cidade de Penafiel, lugar de que toma posse em 31 de Outubro, servindo ali até 27 de Agosto de 1824 como corregedor e provedor da comarca. Também em Penafiel é perseguido e atacado pelos absolutistas. É-lhe feita nova sindicância, que conclui pela “inteireza, actividade e limpeza de mãos” com que exerceu o cargo.

É entretanto encarregado de várias comissões importantes nas províncias do norte, havendo-se de tal forma que foi despachado, sem o requerer, juiz de fora de Miranda do Douro em 17 de Maio de 1826, lugar de que tomou posse em Agosto seguinte. Uma vez mais, a sua acção origina protestos e intrigas.

Aclamado D. Miguel, regressado do exílio em 22 de Fevereiro de 1828, José Cabral foi prontamente demitido por decreto de 8 de Maio do mesmo ano. Perseguido, foi “roubado no seu trânsito de Miranda para Vila Real” por uma guerrilha de realistas. É preso na sua quinta dos arredores de Vila Real e conduzido à cadeia em 25 de Outubro de 1828, entre apupos e com grande risco de vida. Passa depois à Cadeia da Relação do Porto, com grandes sofrimentos, e é em seguida (no que chamaríamos hoje uma medida de coacção) deportado pela Alçada do Porto para Vila Maior, na freguesia de Lobrigos, com a obrigação de se apresentar todos os oito dias ao juiz de fora de Santa Marta de Penaguião. Em Abril de 1834, o duque da Terceira, vitorioso na conquista liberal de Trás-os-Montes, entrou em Vila Real e José Cabral foi nomeado corregedor interino desta comarca.

Pediu repetidamente a sua transferência, que conseguiu afinal em 10 de Maio de 1834, sendo então despachado corregedor da comarca

de Penafiel.

Em 7 de Agosto de 1835 é despachado juiz de direito para a comarca do Peso da Régua, sendo o primeiro juiz que esta comarca teve. Mas, fiel aos seus princípios, em 13 de Setembro de 1836 pediu a exoneração deste lugar, porque “não quis aderir aos princípios da política proclamados na capital no dia 9 do referido mês”. Trata-se obviamente da Revolução de Setembro, que recoloca no poder sectores conservadores da política nacional.

O seu nome é um dos sete mais votados em Abril de 1837 na eleição para os vereadores da Câmara Municipal, mas José Cabral escusa-se a tomar posse, em termos que atestam a mesma fidelidade aos princípios e vale a pena transcrever: “(...) achando-se determinado (...) que nenhum funcionário possa exercer suas funções sem primeiro prestar juramento de guardar e fazer guardar a Constituição Política do Estado; e tendo eu abandonado o lugar de juiz de direito do julgado do Peso da Régua no dia 13 de Setembro próximo pretérito, somente por não aderir à revolução de 9 do referido mês; e tendo desde então tomado a firme resolução de abandonar a minha pátria, bens e família, antes do que ser perjuro ao juramento que prestei no dia 31 de Julho de 1826 perante a Câmara dessa mesma vila de defender a Carta Constitucional do mesmo ano e a Nossa Augusta Rainha, eu cairia de vergonha e seria indigno do nome de português, se antes de decretada legalmente outra constituição fosse contra os princípios que tenho sustentado desde aquele juramento; e pelos quais tenho sempre sido vítima da perseguição e do ódio dos inimigos da ordem e da liberdade legal. Por estes motivos não posso nem devo aceitar a honrosa nomeação (...)”

Mas já em 1 de Setembro do 1837, na sequência da Revolta dos Marechais (duque de Saldanha e duque da Terceira), que visava repor a Constituição de 1826 e que acabaria por se malograr, a Câmara Municipal, demais autoridades e cidadãos, reunidos nos Paços do Concelho de Vila Real, determinam nomear José Cabral, interinamente e até resolução do governo, governador civil do distrito. No mesmo dia, era entusiasticamente constituída na Câmara Municipal de Bragança uma junta governativa para o país, “enquanto durar o impedimento e coacção de Sua Majestade”.

José Cabral fazia parte da junta como vogal. Obviamente, esta proclamação não teve quaisquer consequências a nível nacional.

Em Fevereiro de 1840, José Cabral é nomeado administrador-geral e governador civil do distrito de Vila Real, cargo este último que exerce até finais de Dezembro 1847 (com uma interrupção entre 22 de Agosto de 1845 e 16 de Novembro de 1846, período que cobre as revoltas populares da Maria da Fonte e da Patuleia, movimentações de cariz conservador). A sua acção em Vila Real é profícua, devendo ser-lhe creditadas algumas obras importantes, como a reconstrução da ponte de Santa Margarida, a construção da ponte de Relvas, o Cemitério Público e a reedificação da igreja do Convento de S. Domingos. Tinha planos (e verbas) para fazer um Asilo de Beneficência para os inválidos e a infância desvalida, mas entretanto foi exonerado do cargo em Agosto de 1845 e não pôde concretizar a ideia. Vila Real deve-lhe também o restabelecimento de uma Aula de Lógica.

Exerce de novo as funções de governador civil de Vila Real entre 1 de Maio e 13 de Setembro de 1851.

Em Vila Real ficaram conhecidas as suas divergências, no Verão de 1847, com Camilo Castelo Branco, então jovem jornalista de inclinações legitimistas a viver em Vila Real. A razão delas é certamente política, embora haja quem arrisque razões de ordem puramente pessoal. O certo é que Camilo o zurziu com a pena no jornal portuense *O Nacional*, ao que José Cabral respondeu mandando um seu homem de mão, o famigerado Olhos-de-Boi, zurzir Camilo com um cacete.

José Cabral foi deputado nas legislaturas de 1834-36, 1838-40, 1842-45 e 1846 (sessão única). Foi nomeado conselheiro por D. Maria II, com o foro de Fidalgo Cavaleiro. Foi ainda comendador das Ordens de Cristo e de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e membro titular do Instituto de África de Paris, da Sociedade de Instrução Primária de Lisboa e da Sociedade Promotora da Indústria Nacional. Aposentou-se pela Relação do Porto, em 27 de Junho de 1850, com o ordenado de 600\$000 rs.

Faleceu em 21 de Maio de 1860 na sua casa da esquina da Rua das Flores com a Rua de São Jacinto (hoje, respectivamente, Rua Margarida Chaves e Rua Isabel de Carvalho), à janela da qual, segundo Camilo

Castelo Branco, assistiu impassivelmente ao espancamento do jovem plumitivo. Está sepultado na capela particular, ainda existente, da sua Quinta de Montezelos (hoje Quinta Amarela), no Prado.

A FÁBRICA DE SABÃO “A TRASMONTANA”

Albertino Correia

Na segunda metade do séc. XIX Vila Real via o seu crescimento limitado não só por acidentes naturais como as escarpas do Corgo e do Cabril, como pelas grandes quintas que se tornavam necessárias para o abastecimento da população. Para tentar superar a situação, começa-se a ponderar em definitivo o alargamento da área urbana para a margem esquerda do Corgo, que reunia condições de salubridade e de ligação fácil à região do Douro (onde se situavam diversas freguesias do concelho) e também ao caminho-de-ferro do Douro que se começa a projectar por essa ocasião. É também por essa altura que se dá início ao longo processo da construção da Ponte Metálica, que viria a ser inaugurada em 1904, e do caminho-de-ferro do Vale do Corgo, cuja chegada a Vila Real se verifica em 1906.

Define-se assim um território entre a ponte e a Ribeira de Tourinhas, a antiga Zona Industrial, onde se instalam diversas pequenas e médias indústrias. É certo que havia já antecedentes, pois existia já na área ou muito próximo desta um tecido empresarial artesanal, nomeadamente no Bairro dos Ferreiros (Bairro de Santa Margarida), com pequenas oficinas, geralmente localizadas na própria casa dos artistas — serralheiros, espingardeiros, ferreiros, sombreireiros, chapeleiros, alfaiates, etc. Havia vários moinhos nas duas margens do Corgo e na Cascata da Peneda. (A título de curiosidade, refira-se que alguns destes moinhos foram utilizados, durante a crise do ódio, para moer enxofre.) Havia ainda alambiques e serrações de madeira.

A zona foi pois desenvolvendo uma vocação industrial. A Companhia

Eléctrica e Industrial de Vila Real assegura o abastecimento eléctrico em 1894. Em 1896 inicia-se a actividade da fábrica de moagem e de papel (de embrulho) de José de Carvalho Araújo. Em 1 de Agosto de 1910 abre a Empresa Cerâmica de Vila Real, que dispunha ao mesmo tempo de uma serração e moagem de cereais. Junto à ponte, surge uma oficina de tanoaria. Instala-se ainda a Fábrica de Curtumes Alleo, na década de 1930, nas instalações entretanto desactivadas da Companhia Eléctrica e Industrial de Vila Real, a Adega Regional (Adega Cooperativa de Vila Real a partir de 1955 e, até essa data, alugada à Sogrape), em 1942, o Matadouro Municipal, em meados da década de 1940, a empresa de refrigerantes “Estrela do Marão” (laranjadas e pirolitos, no Largo da Estação), uma pequena unidade de torrefacção de café e cevada, a Vila Real Panificadora, dos primeiros anos da década de 1960, a fábrica Pólo — Produtos Ópticos, Ld^a e a Sociedade de Panificação do Marão, Ld^a, (que sucede a uma indústria similar nas mãos da mesma família, embora noutra localização), ambas de 1966, etc.

Neste “etc” cabe a Fábrica de Sabão “A Trasmontana”, localizada na Peneda (hoje diríamos na Meia Laranja), no local onde esteve posteriormente a Sub-Estação Eléctrica da Peneda. Esta unidade industrial instalou-se numa casa térrea já existente, certamente relacionada com uma serração que havia nas proximidades. A casa dispunha de um amplo logradouro e de uma máquina (?), e servia para arrumação de madeiras. Foi adquirida pela importância de 7.500\$00. A fábrica, com o capital social de 20.000\$00, era propriedade de quatro sócios que detinham quotas iguais. Um deles era Joaquim Gonçalves Taveira de Azevedo, proprietário em Folhadela, que morreria pouco tempo depois, sendo substituído na sociedade pela viúva, Conceição Pereira de Morais Taveira. Os restantes eram sócios gerentes: João Júlio Morais Taveira de Azevedo, irmão do anterior e também proprietário em Folhadela; Fernando de Almeida Azevedo Vasconcelos Gramaxo, proprietário da Quinta dos Barreiros, em Folhadela; e Álvaro Garcia de Vasconcelos, oficial do Exército, residente na Quinta do Seixo.

A empresa gira sob a denominação de Taveiras, Gramaxo & Vasconcelos, Ld^a. Inicia a actividade em 20 de Outubro de 1923, mas a

laboração só começa em Maio do ano seguinte. A direcção técnica estava confiada ao Sr. António Amorim, da Fábrica Âncora, do Porto.

A criação da empresa gera uma certa expectativa em Vila Real, quanto a postos de trabalho, na fábrica e no escritório (aqui teria um dos seus primeiros empregos o Sr. Achilles Ferreira de Almeida, de quem falámos numa outra tertúlia). Os comerciantes locais escolhiam à vista e evitavam a demora nos fornecimentos. A fábrica produzia sabão azul e rosa “de primeira categoria”, bem como outras qualidades de sabões. O depósito de venda do sabão, para além da possibilidade de se adquirir na própria fábrica, era na Rua Direita, nºs 100 a 104.

Nos jornais locais (e talvez também em jornais do exterior) aparecia publicidade abundante.

Mas as coisas não correram de acordo com as expectativas dos sócios. Em 17 de Novembro de 1924, a firma contrai um empréstimo no valor de 35.000\$00, que não evita a dissolução em 29 de Janeiro de 1925. Fica então como único proprietário Álvaro Garcia de Vasconcelos. Não tem que indemnizar os sócios, porque o passivo da sociedade é superior ao capital de cada um deles. Passa então a chamar-se Saboaria “A Transmontana”, Lda (mantendo a forma “Trasmontana” na publicidade).

Em 11 de Setembro de 1925 ocorre um incêndio nas suas instalações. Apesar dos esforços das duas corporações de bombeiros, o fogo destrói tudo. Felizmente, a fábrica estava coberta pelo seguro na Portugal Previdente, por 170 contos. Era representante da seguradora o funcionário da Companhia dos Caminhos-de-Ferro do Minho e Douro e conhecido fotógrafo Miguel Monteiro, que activou imediatamente o processo de indemnização, sendo pagos 148.509\$00 em menos de 15 dias. Tal foi a prontidão da seguradora, que o proprietário, agradecido, manteve durante quatro meses uma publicidade nos jornais, reconhecendo a prontidão e recomendando os serviços da Portugal Previdente.

A actividade da fábrica fica porém muito afectada. No terceiro trimestre de 1926 ainda anuncia que aceita sócio capitalista ou propostas de venda, garantindo a direcção técnica. Mas desconhece-se que consequências terá tido este anúncio. A fábrica deve ter desaparecido por esta altura.

A CANDIDATURA DE HUMBERTO DELGADO EM VILA REAL

Frederico Amaral Neves

A oposição a Salazar tem um dos momentos mais significativos na candidatura do General Humberto Delgado à presidência da República, em 1958. De facto, a figura do general polarizou muito do descontentamento de largos sectores da sociedade portuguesa. Tratava-se de uma pessoa muito inteligente e destemida (apelidavam-no de “General sem Medo”...), saída do próprio regime, em que exerceu importantes cargos.

Nasceu em Torres Novas, em 15 de Maio de 1906. Frequentou o Colégio Militar e a Escola do Exército. Em 1925 conclui o Curso de Artilharia, em que é o primeiro classificado. Entre 1926 e 1928 faz o Curso de Piloto e Observador. Inicia então uma brilhante carreira, como militar e professor. Revolucionário do 28 de Maio, em 1936 é Comissário-Adjunto da Mocidade Portuguesa e Adjunto Militar do Comando Geral da Legião Portuguesa, no início destas organizações. Entre 1941 e 1946, é Director-Geral do Secretariado da Aeronáutica Civil, sob cuja vigência se funda a TAP. A partir de 1952 e durante cinco anos exerce funções de Adido Militar e Aeronáutico em Washington, com as funções de Chefe de Missão Militar e representante da NATO. Em 1957 é nomeado Director-Geral da Aeronáutica Civil.

A sua campanha para a presidência conseguiu mobilizar enormes manifestações, como aquela que reuniu cerca de 300 mil pessoas no Porto. Sabe-se, através do livro de memórias de Franco Nogueira, que o próprio Salazar confidenciou a este seu ministro que mais dois ou três meses seriam suficientes para Humberto Delgado ganhar as eleições. Isto não obstante estas serem por via de regra viciadas e sem possibilidade de fiscalização por parte dos candidatos da oposição.

No início de 1958, ainda se falava pouco das eleições presidenciais, que iriam decorrer a 8 de Junho. A Situação não tinha qualquer pressa. O seu candidato, Contra-Almirante Américo de Deus Rodrigues Tomás, na altura ministro da Marinha, só foi apresentado em 1 de Maio. Nas hostes

da Oposição, começa por ser apresentado o nome de Cunha Leal, um prestigiado adversário do Estado Novo. Mas em Fevereiro, surge o nome de Humberto Delgado. A sua candidatura foi sugerida e impulsionada por António Sérgio, que acreditava que só um elemento saído do regime podia ganhar as eleições. Outros sectores da oposição democrática contestam este ponto de vista, sublinhando o passado situacionista de Humberto Delgado e a sua ligação aos americanos. Propõem o nome de Arlindo Vicente. Mas a verdade é que o discurso de Humberto Delgado vai ganhando adeptos e acaba por levar aqueles sectores a rever a sua posição. Terá tido papel importante nessa revisão a célebre resposta que o general deu em 10 de Maio, no Café Chave de Ouro, em Lisboa, a um jornalista que o interrogava sobre o destino que daria ao Presidente do Conselho, Salazar: “Obviamente, demito-o.” E também as multidões maciças que Humberto Delgado atraía ao longo da campanha. A 30 de Maio, as duas candidaturas fundem-se numa só: a de Humberto Delgado. O país está seriamente dividido, não obstante o facto de a propaganda do regime censurar as imagens fotográficas dos comícios do General, muitas das quais só vêm a ser conhecidas após a queda do Estado Novo.

Após a derrota de Humberto Delgado, o general seria alvo de perseguição política, que culminaria em 13 de Fevereiro de 1965 com o seu assassinato em terras de Espanha. Tudo isto contribuiu para fazer dele uma das grandes figuras e simultaneamente um dos maiores mitos do nosso séc. XX.

Vila Real não era indiferente a este clima político. A imprensa vila-realense assinala o comício do candidato da União Nacional, Américo Tomás, realizado em 13 de Maio, no Teatro Avenida, uma sessão de propaganda presidida pelo ministro das Comunicações. O jornal *Ordem Nova*, afecto à União Nacional, defende naturalmente este candidato. A *Voz de Trás-os-Montes* publica um número significativo de artigos apelando veladamente ao voto no candidato do regime (“Votar bem”), dando inclusivamente orientações nesse sentido aos párocos. Na verdade, Humberto Delgado feria algumas sensibilidades da Igreja, que o consideravam ateu, defensor da violência e capaz de pôr em causa a Concordata, se fosse eleito. Só *O Vilarealense*, que se proclamava afastado

de qualquer agrupamento partidário, noticia a passagem de Humberto Delgado por Vila Real, no dia 22 de Maio, a caminho de Chaves. Refere que o candidato esteve na cidade durante algumas horas, e foi “acolhido com absoluta serenidade e sem o assomo de qualquer atitude menos primorosa, por parte de quem quer que fosse”.

Humberto Delgado chegou a Vila Real por volta das 13 horas. Na noite anterior tinham sido afixados cartazes anunciando a visita. A oposição democrática local, dinamizada certamente por destacados elementos da candidatura do General com ligações a Vila Real, como os advogados João Menéres Campos, João de Araújo Correia e Camilo Botelho, organiza uma Comissão de Recepção. A essa comissão pertenceram, entre outros, o Dr. Álvaro Vilar, Délio Machado, Alberto Botelho (muito provavelmente o representante ou mandatário concelhio do General), Manuel Leão, Luís Lopes da Silva, Dr. José Alberto Rodrigues, Ten. Abreu, Ten. Lima (na casa do qual terá funcionado uma espécie de pequeno escritório da campanha), Manuel Lima, Eng. Fernando de Almeida Correia, Sarg. Barreira e Sarg. Francisco Nóbrega. Naturalmente que terão aparecido muitos outros democratas e revirallistas, como o barbeiro Luís Mourão, o Dr. Mário Júlio Durão, o Dr. Mário Vilar, o Dr. João Gomes Teixeira, o Dr. Eduardo Ribeiro, o Ten. Pureza, o Alf. Carlos Santos, o comerciante José Fernandes, o Sarg. Costa. Assumiu também papel relevante a Comissão de Festas da Academia (Liceu Nacional Camilo Castelo Branco), convidada pela Comissão de Recepção a fazer-se representar. Era constituída por António Ribeiro de Sousa, presidente, Fernando Carvalho Araújo, Pompeu Cramez e Vítor Costa. Associaram-se diversos outros estudantes, como Maria Carlos Vilar, Maria Jorge Vilar, António Tavares Teles, José Manuel Borges Serrão, Eurico de Figueiredo, Soeiro, Tovar, Jorge Rocha e Alberto Botelho, filho. Alguns destes frequentavam já a Universidade.

A visita é acompanhada por muita gente, embora a imprensa nacional distorça a realidade, publicando fotografias artificialmente tiradas por forma a “diminuir” a pequena multidão.

Humberto Delgado e os acompanhantes dirigem-se ao monumento a Carvalho Araújo, onde são depositadas flores. Elementos da Academia

lançam uma capa sobre os ombros do candidato, que faz uma evocação de Carvalho Araújo. Sucede-se um almoço no Hotel Tocaio, em que é servida uma ementa tradicional: sopa camponesa, tortilha à trasmontana, pescada dourada com puré de batata, vitela assada com arroz de forno e fruta.

Os acompanhantes aglomeram-se junto ao hotel e Humberto Delgado agradece a recepção, em pé sobre a mala do carro – uma das imagens mais expressivas de toda a campanha.

A visita de Humberto Delgado a Trás-os-Montes fora iniciada na véspera. Chega a Vila Real vindo da Régua, onde colocou um ramo de flores no monumento aos aviadores. De Vila Real parte para Chaves, passando por Murça (onde presta uma homenagem ao médico Dr. Manuel Morais da Fonseca), por Mirandela (onde lhe é dificultada a visita) e Valpaços.

Em Chaves realiza-se um jantar e um comício, em que participam muitos vila-realenses que ali se deslocaram propositadamente. A cidade, como o resto do país, encontra-se dividida. É de resto em Chaves, assim como em Santa Marta de Penaguião, Montalegre e Boticas que a candidatura recolhe os melhores resultados do distrito.

Por feliz acaso, é em Chaves que é registado o único testemunho fonográfico da campanha. Acontece que o Dr. Júlio Augusto Montalvão Machado, filho, responsável (certamente motivado pelo seu pai, elemento destacado da campanha) por parte dos aspectos logísticos da presença de Humberto Delgado na cidade, tinha adquirido dias antes, na firma de electrodomésticos de Almir Rodrigues Alves, um gravador *Philips* de quatro pistas, que resolvem experimentar na sessão, realizada no Cine-Parque. Felizmente o gravador funcionou. A gravação foi, por precaução, logo enterrada no quintal, e posteriormente recuperada. Encontra-se hoje na Torre do Tombo, afecta ao espólio da Fundação Humberto Delgado.

EVOCÇÃO DA RUA DIREITA NA 2.^a METADE DO SÉC. XX

Álvaro Magalhães dos Santos

Há ruas que parece terem a sina de conhecer designações sucessivas, sem todavia perderem o nome por que o povo as prefere designar. É como se esse nome fosse qualquer coisa que lhes é intrínseca e não fosse possível eliminar, nem da memória nem da prática diária.

É o caso da Rua Direita, em Vila Real. O seu nome — Direita — deve ser considerado à luz da etimologia: *directa*, isto é, que leva directamente de um dos extremos da povoação ao seu centro cívico e administrativo. Por isso, não é de estranhar que as Ruas Direitas possam ser fisicamente tortas.

A Rua Direita, que fazia parte do eixo comercial que se estendia da Rua da Praça (hoje, Largo do Pelourinho e o troço da Rua António de Azevedo [Castelo Branco] até à Rua Serpa Pinto) à Rua do Cabo da Vila (hoje Praça ou Largo Almeida Garrett e parte da Rua Miguel Bombarda), diz-se ter sido em tempos remotos chamada dos Mercadores. Sabemos, isso sim, que no séc. XVI, altura em que se produzem grandes transformações em Vila Real, já era designada por Rua Direita.

Em 1890, na sequência do Ultimato Inglês, a Câmara presidida por Avelino Patena deu-lhe o nome de Barros Gomes, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo progressista, cuja actuação nessa crise mereceu a sua discordância.

Contudo, dois anos depois, voltou a ser oficialmente Rua Direita. O que não impediu que em 1899, no ano seguinte ao da morte de Barros Gomes, retomasse o nome deste político. Todavia, era de novo designada por Rua Direita quando, em 5 de Fevereiro de 1938, duas horas apenas transcorridas sobre a morte do então Presidente da Câmara Municipal, o Dr. Roque da Silveira, a edilidade deliberou dar-lhe o nome deste autarca, que deixou obra notável.

O povo, contudo, continuou até ao presente a manifestar no dia-a-dia a sua preferência pelo nome Rua Direita.

A Rua Direita, cuja estreiteza evoca ainda o seu traçado medieval, foi sempre marcada pela actividade comercial, com os andares superiores a servirem de habitação — situação que se altera significativamente nos anos 60 e 70 do séc. XX, quando a cidade se desenvolve urbanisticamente. Mantém características comerciais antigas, não obstante o facto de muitas das lojas terem sido remodeladas. É nela e nas suas imediações que se encontram mais de metade dos estabelecimentos centenários: as Casas António Luís e Macário, a Livraria e Papelaria Branco, a Farmácia Baptista; nas proximidades, as Casas Calado e Cardoa.

Nesta comunicação, o orador, que residiu na Rua Direita em meados do séc. XX, passa em revista pessoas, estabelecimentos e casos — numa palavra, a pequena história — da Rua Direita.

Serão evocadas as Senhoras Antunes, as Senhoras Pires, o Sargento Armindo, o Sr. Manuel Serafim, barbeiro com estabelecimento na Rua Serpa Pinto, o Sr. Teixeira Londrino, o Sr. Simões, o Sr. Abílio (Abilinho) Lousada, o Dr. Álvaro Guedes, a Dona Miloca, a Menina Vilar, o Sr. Lima encadernador, a Sr^a Rosinha «Pichorra» relojoeira, a Família Melo com os seus dez filhos, o Sr. José Lourenço dos Santos e sua Esposa Dona Amelinha Magalhães, o Sr. Félix da retrosaria, por alcunha «Bufôferro», o Sr. Lipo Herczka, treinador do Sport Clube de Vila Real (colectividade que teve a sua sede na Rua Direita, no edifício que foi antes ocupado pelos Correios), os «Bolas», o professor do ensino primário Matos, conhecido por Prof. Picão, o alfaiate Sebastião Mateus, o professor de Desenho Dr. José de Figueiredo, as filhas de um capitão do Exército conhecidas por «as Balalaikas», o Sr. Alberto Neto, o «Baiòlinda», o Sr. Barroso, chefe de secretaria do Grémio do Comércio, o Dr. Catarino Nunes, o Dr. Correia de Barros, a Família Galo, a Família Mota Freitas, etc.

Serão também evocados estabelecimentos: a casa de ferragens do Sr. Almor; A Garota das Meias; a Pensão Jaime; a Voga; a Alfaiataria Pontes; a taberna do Agostinho (cujos bolos de bacalhau, ao acabar de fazer, perfumavam toda a rua...); os negócios de fazendas dos Irmãos Carvalho; a Casa Alves; o Estanco; o *stand* de máquinas Singer; a Sapataria Atlas; a Sapataria Benites; a sapataria da Mãe do Julinho Mesquita; a Sapataria Mesquita; a sapataria fundada pelo Sr. Délio Machado; o estabelecimento

de frutas e legumes da Sr^a Aninhas, onde os miúdos iam comprar os «rebuçados da bola» (lembrando em especial, além de ele próprio e seu irmão, o Gentil, o Almor, o Zé Matos Guerra, o «Citrato», o Ângelo «Espanhol», o Melo, a Eduarda, a Natalinha Branco, etc); os armazéns dos Taveira da Mota; a Casa Sampaio; a drogaria do Sr. Carvalho, que antes fora do Sr. Óscar, futebolista do Sport Clube; a Ourivesaria e Relojoaria Teixeira; a Casa Libório; a Vidraria Transmontana do Sr. Maximiano Gomes da Silva; a Livraria e Papelaria Eduardo; a barbearia do Sr. António Grande, local de tertúlia; a Casa Castelo; a Farmácia Barreira; o Rendeiro; o Café Imperial, do Sr. Lima; etc, etc.

A AVENIDA ALMEIDA LUCENA

Vítor Nogueira

A Avenida Almeida Lucena deve ter antecedentes mais ou menos longínquos nalgum caminho que levasse da vila até quintas próximas e outros lugares e povoações, e nomeadamente aos moinhos que sabemos terem existido em Codessais (servidos pelo caminho de Codessais, um dos que lhe sucediam), que era desde o séc. XVI limite da freguesia de São Pedro.

Mas, tal como hoje o conhecemos, o arruamento está intimamente ligado à fundação do Convento de São Francisco, construído entre 1572 e 1573. Começa a ganhar uma forma próxima da actual quando se constrói em 1577 o muro da cerca, em parte encostado à Fonte de Codessais, posteriormente Fonte de São Francisco, que define o seu limite a nascente, e mais ainda quando são reconstruídos os paredões da Carreira Nova (ou Passeio de São Francisco, mais tarde Carreira de Cima e mais tarde ainda Passeio Público e Jardim da Carreira), entre 1803 e 1814, ficando dessa forma definido o seu limite a poente.

O Passeio de São Francisco vai-se manter praticamente fechado ao público durante a primeira metade do séc. XIX, sem embargo de ter sido

objecto por várias vezes de obras de remodelação e requalificação. Pelo contrário, a Carreira de Baixo retoma a condição de passeio público que coincide com a própria estrada. Nessa mesma altura, sofre beneficiações, com a plantação de árvores, a valorização da Fonte Joanina ali existente desde 1738-39 e a construção de novos bancos corridos, de pedra, e o melhoramento dos que existiam ao longo de toda a estrada desde os princípios do séc. XVIII, hoje a ladear a chamada Fonte da Carreira (obra desenhada pelo vila-realense Luís Manuel Álvares Coelho de Matos, formado em Cânones pela Universidade de Coimbra e “insigne na ideia da arquitectura”, autor também dos dois arcos monumentais construídos c. 1750 e demolidos em 1885, que antecederiam o terreiro que conduzia à Igreja e à portaria do Convento de São Francisco). Essa fonte foi também conhecida por Fonte Joanina, Fonte da Carreira de Baixo, Fonte de Nossa Senhora da Conceição (por ter num nicho a imagem da santa, obra do mestre António de Nogueira, autor também da chamada Estátua de Vila Real, hoje na frontaria dos Paços do Concelho) e Fonte de Santo António da Carreira. Surge como resposta da Câmara Municipal quando a Fonte de Codessais seca e é necessário assegurar água para os moradores que existiriam naquela área (quanto aos frades de São Francisco, tinham assegurado entre 1612 e 1618 a exploração de uma nascente “dois tiros de mosquete distante do convento”, vindo a água de Centearia). Desta exploração, ainda hoje existem no paredão que dá para a Carreira Nova alguns canos broqueados por onde corria a água.

A criação da Carreira, com condições de atractividade, acabou por arrastar novos usos, como o abarracamento da Feira e Festa de Santo António, embora por um muito curto espaço de tempo, 1746-47. Mais tarde é muito valorizada por dar continuidade à Estrada-Rua fontista que atravessou a vila a partir de 1864-65, integrada na Estrada Real nº 6.

Na década de 1880 a autarquia considera a realização de um leque de beneficiações, entre as quais a construção de raiz de um edifício para instalar não só os seus próprios serviços como outros serviços que era obrigação sua instalar, assim como o Regimento de Infantaria 13, fixado definitivamente em Vila Real desde 1883 e instalado então no antigo Convento de São Francisco. Com o objectivo de dar satisfação a estas duas

necessidades é construído o chamado Edifício Municipal de São Francisco, ou simplesmente Edifício Municipal, concluído e entregue à Câmara em 1888. Nessa altura, o arruamento que era conhecido apenas por Carreira passa a denominar-se Avenida Municipal, por deliberação de 12 de Abril de 1888. Dois anos depois, estala uma polémica em Vila Real a propósito da atribuição do nome de Barros Gomes à Rua Direita. A imprensa, que considera a mudança de nomes como “uma moda”, lembra o nome de Almeida Lucena, um nome realmente importante pela obra realizada como presidente da Câmara, para um arruamento da vila. Era então presidente da Câmara Municipal Avelino Patena, que acolhe a ideia e, lembrando-se certamente de que Almeida Lucena tinha sido responsável pela reforma da Carreira de Cima em Passeio Público, submete à Câmara em 3 de Julho de 1890 a alteração do nome de Avenida Municipal para Avenida Almeida Lucena. A título de curiosidade, registre-se que na mesma altura se dá o nome de Camilo Castelo Branco a parte da Rua da Cadeia. Camilo viveu, em 1830 e 1831, nos altos do mais importante edifício da Avenida Almeida Lucena, a Casa dos Vilaças (onde funcionavam à época os correios e onde funciona hoje o Arquivo Distrital), quando seu pai exerceu em Vila Real as funções de correio-assistente.

Na Avenida Almeida Lucena, esteve colocada num nicho (construído em 1727) uma imagem de Santo António, conhecido por Santo António da Carreira. Mais tarde, em 1732, a imagem passou para a pequena capela onde hoje está, no local onde começava então o muro da cerca. Está também na Avenida Almeida Lucena uma imagem do Senhor Preso à Coluna, que se encontrava primitivamente numa das cinco ermidas no interior da cerca do Convento.

Outras memórias são evocadas pela Avenida Almeida Lucena: o cemitério de São Francisco, de 1757; o funcionamento da Biblioteca Municipal, da Escola Normal e, tudo leva a crer, do Liceu no edifício do Convento; a barreira, local de cobrança de impostos e controlo à entrada das povoações; as corridas de automóveis iniciadas em 1931; etc.

A terminar, uma recapitulação dos diversos nomes que o arruamento teve ao longo dos tempos. Começou por ser apenas Carreira ou Carreira de São Francisco. Foi depois Carreira de Baixo (quando se tornou

necessário distingui-la da Carreira de Cima, ao ser construída esta). Voltou de novo ao nome singelo de Carreira (nome que provém da sua “longitude”, numa expressão da época), de onde derivou para Avenida Municipal e finalmente Avenida Almeida Lucena. Na toponímia vila-realense existiu, pelo menos desde o princípio do séc. XVII até ao final da década de 1720, uma chamada Rua de São Francisco, que podemos ser tentados a identificar com a Carreira. Não podendo enjeitar categoricamente essa hipótese, é muito mais provável que se trate da Rua das Casas Novas, designação que é alterada em 1867 para Rua da Boavista, que ainda se mantém.

O CICLISMO EM VILA REAL

Elísio Amaral Neves

O ciclismo (ou velocipedia, como se dizia nos tempos heróicos) apresenta-se no final do séc. XIX como o desporto mais moderno, popular e completo, e como um excelente complemento da ginástica. Era também um meio de transporte cómodo e económico (a bicicleta tinha um custo relativamente módico), pouco perigoso e não requerendo grandes cuidados de manutenção. Em muitos casos, podia ainda ser um precioso auxiliar profissional. Como actividade física, dizia-se que desenvolvia a musculatura, sobretudo dos membros inferiores, estimulava as funções respiratória e circulatória, alargava o tórax e fortalecia as regiões lombar e abdominal.

Em Vila Real o ciclismo conhece relativamente cedo uma assinalável popularidade. Vem juntar-se a outros desportos populares, como os jogos da bola, da malha e do pau, a caça, a natação, a marcha e, se bem que não tão populares, o tiro, que se pratica regularmente em Vila Real desde que em 1890 se permite a instrução de tiro ao alvo nas carreiras militares, e a esgrima, praticada sobretudo por militares do RI 13 (praticantes igualmente de natação e tiro), com bons resultados e presenças honrosas em

competições nacionais nas três modalidades.

O ciclismo deve ter sido divulgado em Vila Real pela mão de artistas circenses e ginastas que passavam regularmente pelo Teatro Circo, bem como pelos militares do RI 13 que efectuavam na festa que precedia o juramento de bandeira diversos exercícios e, entre eles, jogos de fitas, saltos em altura, luta de tracção, assaltos de sabre, exercícios de ginástica e evoluções ciclistas. Houve também influência dos clubes da modalidade, muito activos, existentes no Porto, assim como da imprensa, que veiculava muita informação sobre velocipedia nos anos 80 e 90 do séc. XIX. Também algumas intervenções a nível pessoal terão contribuído para a promoção do ciclismo, sendo justo destacar o nome de Carlos Calixto, secretário da União Velocipédica Portuguesa, colaborador regular de *O Povo do Norte* desde o seu aparecimento. Refira-se também uma família de importantes produtores de vinhos do Douro (Quinta do Castelinho, no Vesúvio), de apelido Muaze, nomeadamente os irmãos Olyntho, Achilles e Amadeu, parentes do Sr. Achilles de Almeida, notável coleccionador local. Embora a filoxera tivesse atingido duramente as suas propriedades, a confortável situação financeira da família dá-lhes condições para se dedicarem ao desporto, em especial o ciclismo. São eles, com alguns outros, que introduzem no norte do país as excursões em bicicleta, de que é exemplo uma excursão a Trás-os-Montes, em 1899, que passa por Vila Real.

O ano de 1898 constitui o apogeu da modalidade no país. Desse ano conhece-se uma fotografia tirada no dia 2 de Agosto por António Lopes Martins (guarda-livros do Banco de Vila Real), em que aparecem o Sr. Karl Emil Biel, concessionário da luz eléctrica de Vila Real e sua filha Else, esta a pedalar na sua bicicleta em volta dos canteiros do Jardim das Camélias (designação não oficial da Praça Lopo Vaz, posta a circular pel' *O Villarealense*), para divulgação da modalidade. Biel e a filha estavam em Vila Real a caminho das Pedras Salgadas, estância que, como as outras do Alto Tâmega, pela proximidade a Vila Real e por ser um lugar de concentração de famílias burguesas, contribuía para a divulgação de novas modas e desportos.

Neste mesmo ano, a imprensa publicita a venda de uma bicicleta que hoje sabemos ter pertencido a Duarte Rufino Teixeira, filho do solicitador

Manoel Accurcio Teixeira que foi igualmente publicista e comerciante. Essa bicicleta deve ter sido uma das primeiras a entrar em Vila Real, já que aparece, com o seu proprietário, representada numa fotografia da segunda metade da década de 1890, tirada pela “Photographia Villarealense”, da Rua Direita, 26-28, da autoria de Maximiano Lopes dos Santos ou de António Augusto Alves Teixeira.

Em 1902 um famoso ciclista do Porto, Ricardo Garcia y Gomez, passa por Vila Real, numa excursão que passaria igualmente pela Régua e Lamego. Em 1903, é a vez de passarem por Vila Real dois outros ciclistas que fazem uma excursão de 430 km, com o itinerário Porto/Minho/Trás-os-Montes/Porto.

Na segunda década do séc. XX há já diversos praticantes em Vila Real. Em 1911, um grupo de 30 ciclistas vila-realenses parte a caminho das Festas de Amarante. Em 1912, incluem-se corridas de bicicleta no programa das Festas de Santo António e o mesmo acontece em 1914. Em 1914, é fundado o Sport Club Vilarealense, de que era principal responsável Manoel Accurcio Teixeira (Pelado). O clube contemplava diversas modalidades, como pesos e halteres, *lawn tennis*, lançamento do disco, jogo da bola, tiro, excursionismo — e ciclismo.

Em 1920, há a informação de que no programa do Congresso Trasmontano se incluíam provas desportivas, entre as quais o ciclismo. Na inauguração do Campo de Jogos do Sport Club de Vila Real (clube que dispôs de uma secção de ciclismo e se filiou na União Velocipédica Portuguesa), em Junho de 1922, organizam-se provas de futebol, uma *pool* hípica, corridas pedestres, de motociclos e uma corrida de bicicletas de 5 km. Em 1927 realiza-se o circuito Vila Real / Pedras Salgadas / Vila Real, num total de 68 km.

Nos anos 30 continua a haver provas velocipédicas associadas às Festas da Cidade. Em 1935, é organizado, por iniciativa de Manuel Fernandes (mais conhecido por Siki, campeão nacional profissional de boxe na categoria “levíssimos” e grande animador desportivo), o 2º Circuito de Vila Real (o 1º deve ter sido realizado muito provavelmente em 1933 ou 1934), em que o velódromo, à falta de outro melhor, foi a Av. Carvalho Araújo. O mesmo Siki funda, nesse mesmo ano, com João Teixeira, a

Sociedade Organizadora Desportiva Vilarealense, que conta 17 secções, entre as quais o ciclismo.

No final dos anos 40, princípios dos anos 50, o ciclista Firmino Claudino, que por essa altura corria pelo Salgueiros ou pelo Académico do Porto, e que foi contemporâneo de Alves Barbosa, fixa-se em Vila Real com um negócio de aluguer e conserto de bicicletas, localizado primeiro na casa da esquina da Rua das Hortas e mais tarde na zona da Estação.

No final dos anos 70 existem em Vila Real dois clubes de ciclismo: o Clube Desportivo de Arroios e o Clube Desportivo do Prado, este dinamizado por Wilson Beça. Em 1978-79 é criado no âmbito da Associação de Desportos de Vila Real um departamento de ciclismo, de que é técnico o Sr. Basílio Manuel Angélico, que praticou o ciclismo integrado na equipa do Sporting de Lourenço Marques. Nesta altura a modalidade era dinamizada, para além do referido técnico, pelo Prof. Virgílio Alves, presidente da Associação de Desportos de Vila Real, pelo Cap. Nélon Fontinha, que lhe sucedeu, e sobretudo por José Areias e pelo Prof. Raul Pereira. No âmbito deste departamento é organizada a 1ª Volta a Trás-os-Montes, integrada nas Festas de Mirandela. Em 1982 realiza-se a Volta ao Distrito de Vila Real, que se transforma alguns anos depois em Volta a Trás-os-Montes, que desde então se tem realizado com bastante regularidade.

Em 1985 o departamento dá lugar à Associação Regional de Ciclismo de Vila Real, compreendendo os distritos de Vila Real e Bragança. Integra hoje seis clubes, três dos quais de Vila Real: o Clube de Ciclismo de Vila Real (de 1980), a Casa Dolores / Boavista e o Clube de Cicloturismo de Constantim.

Em 15 de Agosto de 1984 começa a afirmar-se um nome importante do ciclismo vila-realense: Delmino Pereira (Vila Real, 1967). Nessa data participa como popular ao lado de atletas federados numa corrida em Lordelo — e dá nas vistas. O Clube de Ciclismo de Vila Real incentiva-o e acolhe-o nos anos de 85, 86 e 87. Em 1988 passa para o Boavista, onde se mantém até 2001 e onde é hoje director desportivo da equipa de Esperanças.

Do seu palmarés, destacam-se:

Pelo Clube de Ciclismo de Vila Real: Campeão de Pista de perseguição, em 1986; Vice-Campeão de Estrada no mesmo ano; um dos dez ciclistas nacionais pré-seleccionados pela Federação Portuguesa de Ciclismo para provas nos Estados Unidos da América, e um dos quatro escolhidos na selecção final.

Pelo Boavista: Campeão Nacional de Rampa e Prémio da Montanha da Volta à França do Futuro, em 1988; Campeão Nacional de Estrada em 1989/90 e 1997/98.

Venceu várias voltas e obteve 54 vitórias como profissional. Na Volta a Portugal, alcançou, como principais resultados: 5º lugar e Prémio Juventude, em 1989; 3º lugar e Prémio da Montanha, em 1995. Conquistou ainda o Prémio Super Prestígio (Ciclista do Ano pela Gazeta dos Desportos), em 1989, e o Troféu Roda de Ouro (Ciclista do Ano pela Federação Portuguesa de Ciclismo), em 1990.

A terminar esta panorâmica do ciclismo em Vila Real, uma referência a algumas oficinas de aluguer e conserto de bicicletas.

Assim, entre outros, refira-se Olívio Pereira de Carvalho, o Olívio das Bicicletas, que se estabelece em 1927, ano da I Volta a Portugal em Bicicleta, vindo de França (para onde havia emigrado a salto), no lugar mais tarde ocupado pela oficina do João Albardeiro, e em seguida do outro lado da rua, nos baixos da casa da Dona Irene Mota e Costa, na Rua Avelino Patena.

Em 1942, estabelecem-se na Rua das Hortas Benjamim Gomes da Silva e irmãos, tomando um destes (Manuel Gomes da Silva, o *Necas*) conta do negócio em 1953.

Na Travessa Cândido dos Reis estabeleceu-se Joaquim de Almeida Teixeira (JOALTE), a que sucedeu em 1955 o António Maria Pinto Rebelo, o Rebelo das Bicicletas, que também esteve, mais tarde, no lugar antes ocupado pelo Arsénio, na Rua da Boavista.

Também na Rua das Hortas, no prédio da esquina, estabelece-se o atrás referido Firmino Claudino, que se mudaria mais tarde para a zona da Estação (único local onde havia um parque de aprendizagem autorizado), tomando o negócio do Oliveira. Sucedeu-lhe Joaquim Lopes Carreira.

Finalmente, o Armando das Bicicletas, que teve oficina na Rua Isabel de Carvalho e, posteriormente, na Av. Carvalho Araújo e na entrada da Ponte Metálica.

OS VILA-REALENSES REGRESSAM DE FÉRIAS

Elísio Amaral Neves

Convém esclarecer que o sentido da palavra «férias», tal como hoje o entendemos, é entre nós relativamente recente. Férias evoca regalias, e sabemos como o simples descanso semanal é uma conquista já do séc. XX.

O que não quer dizer que não encontremos a palavra entre nós já no séc. XIX. Mas é sobretudo na acepção de férias escolares (e também um pouco de férias judiciais). Os alunos das escolas superiores regressam a suas casas, findas as aulas e os exames. Aos poucos os próprios professores, os políticos, os capitalistas radicados longe de Vila Real aproveitam também esse período para interromperem as suas actividades e se deslocarem à terra natal para uns dias de repouso e convívio com a família. Em breve os vemos também a deslocar-se para as estâncias termais do Alto Tâmega (sobretudo Vidago e Pedras Salgadas, cuja redescoberta se opera no final da década de 60 e na década de 70 do séc. XIX) para tratamento e lazer.

É preciso dizer que Vila Real tinha uma situação estratégica em relação ao Alto Tâmega. As viagens eram longas: para ir do Porto ao Vidago, não obstante os progressos trazidos pelas estradas fontistas, eram necessárias 24 horas. Vila Real oferecia um ponto de paragem, descanso e pernoita aos aqistas que vinham do Porto e aí regressavam, finda a estadia. Em consequência disso, dá-se um progresso assinalável em actividades como a restauração, hotelaria, aluguer de trens. Capitalistas vila-realenses são os promotores das empresas termais do início da década de 1870: Miguel Augusto de Carvalho no Vidago, Manuel Inácio Pinto Saraiva nas Pedras Salgadas. Este último foi atraído a este investimento

por um médico de Vila Pouca de Aguiar, com quem fará sociedade, o Dr. Henrique Manuel Ferreira Botelho, mais tarde director clínico da estância. O Dr. Henrique Botelho acabaria por se instalar em Vila Real, onde desempenharia vários cargos relacionados com a profissão de médico, para além da docência e da actividade política. Situação idêntica experimentaram o Dr. António Firmo de Azeredo Antas, que seria director clínico das termas do Vidago; o Dr. António Teixeira de Sousa, que exerceria funções semelhantes nas Pedras Salgadas e mais tarde no Vidago; o Dr. António Guilherme de Sousa, advogado da empresa que explorava o estabelecimento hidrotermal das Pedras Salgadas, radicado em Lisboa mas natural de Vila Real. (Refira-se por curiosidade que a Escola Comercial e Industrial de Vila Real adoptaria o nome José Júlio Rodrigues, lente de Química Inorgânica na Escola Politécnica de Lisboa, que analisou a composição das águas e as suas propriedades terapêuticas nessa época.)

Das duas estâncias, era o Vidago que nos princípios dos anos de 1870 atraía maior número de personalidades: aristocratas, políticos, homens das ciências e das letras, grandes capitalistas. Entre estas personalidades encontra-se o Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, que ali estanciou em 1874, ano em que foi inaugurada (durante a sua estadia) a estação telegráfica. O próprio rei D. Luís esteve no Vidago no ano imediato, em que se inaugurou o Grande Hotel, assim como nos anos de 1876 e 1877.

A Linha do Douro, que chega em 1875 a Paredes e em 1879 à Régua, vem ajudar à promoção da estância do Vidago.

Quase simultaneamente com o Vidago desenvolve-se a estância das Pedras Salgadas. Mas só na década de 1880 ganha grande notoriedade, um pouco em prejuízo do Vidago, que, não obstante, consegue agarrar as elites veraneantes: em 1884, passa ali uma temporada o rei D. Fernando (viúvo de D. Maria II); em 1906 e 1907, é a vez de D. Carlos (que já viajou na Linha do Vale do Corgo); em 1910, devia ser a vez de D. Manuel II, inviabilizada pela implantação da República.

Naturalmente, e um pouco em consequência desta ligação de Vila Real com o Alto Tâmega, as elites vila-realenses sentem-se de alguma forma motivadas para a frequência das termas, o que continuarão a fazer ainda durante várias décadas do séc. XX, especialmente para as Pedras

Salgadas, mas também para o Vidago. Há diversas razões para isso: os hotéis eram bons, com bom serviço de mesa; havia jardins e parques; organizavam-se passeios a Chaves e a Verín; faziam-se jogos de ar livre, passeios de barco. Mais tarde apareceram outros motivos de atracção: o cinema, as gincanas, os espectáculos, o jazz, os bailes. E, não menos importante, as mesas de jogo, a cuja tentação muitos vila-realenses não resistiam. E assim as termas foram durante longos anos destino de férias dos vila-realenses.

Mas em simultâneo, e durante o último quartel do séc. XIX, vai-se afirmando a concorrência dos banhos de mar e das «vilegiaturas na praia». A Foz do Douro é, pelos anos de 1870, local de férias das elites do país e também das de Vila Real, constituindo o primeiro destino de férias dos vila-realenses. A Foz reunia boas condições naturais e de localização e acessos, nomeadamente a proximidade ao Porto, a que se encontrava ligada desde 1871 pelo caminho-de-ferro americano, o primeiro a ser construído no país.

A seguir à Foz do Douro, começa a afirmar-se Espinho. É, por assim dizer, descoberta pela gente endinheirada de Vila da Feira, que ali constrói as suas casas de praia. Seguem-se as elites de Oliveira do Hospital, Arouca, Porto — e, entre outras terras do país, as de Vila Real. Recorde-se que a Linha do Norte chega em 1867 a Espinho.

Simultaneamente, começa a desenvolver-se a oferta da Póvoa de Varzim, que consegue tornar-se mais atractiva e acessível. Tem ligação ferroviária ao Porto desde 1875, melhores cafés, jardins, teatro, bilhares — e mesas de jogo.

Os vila-realenses deslocam-se, nos anos de 1880, principalmente para a Foz do Douro, Espinho e Pedras Salgadas. Mas logo em 1890 a nossa imprensa fala de uma elite vila-realense que frequenta, por ordem de importância, a Foz do Douro, Espinho e a Póvoa de Varzim. Claro que havia outros destinos de férias, como Vizela, Entre-os-Rios, Gerês, Caudelas, Moledo, Leça da Palmeira, Miramar, Carlão, Figueira da Foz, etc.

No início do séc. XX, a grande tendência é a Póvoa de Varzim. Na segunda década do século, era este já o destino maioritário dos vila-realenses. E já não são apenas as elites que saem em férias.

Complementarmente com esta migração sazonal de férias, realizam-se, logo na primeira década do séc. XX, excursões escolares, de artistas, de caixeiros, etc, que muitas vezes se faziam acompanhar por equipas de futebol, pela Banda do RI 13 ou pelos Bombeiros, fazendo a promoção de Vila Real. Há também viagens de recreio de menor dimensão, quando alguns amigos se juntam para fazerem passeios — ao Minho, à Galiza, a Paris, a Londres. As colónias de férias, por outro lado, possibilitaram às crianças de menores recursos o contacto com o mar. A primeira, entre 8 de Setembro e 1 de Outubro de 1927, leva a Vila do Conde 72 crianças da Escola de Artes e Ofícios «Augusto César» e do Asilo da Infância Desvalida, organizada com o apoio da Câmara Municipal (através do vereador Carlos Barros) e da Junta Geral do Distrito. Em 1928 e 1929 organizam-se novas colónias de férias, cujo destino é a Póvoa de Varzim, agora apenas com o apoio da Junta Geral do Distrito.

Nas décadas seguintes, surgem os grupos formais que associam às suas deslocações a promoção de Vila Real. O mais importante destes grupos tinha o nome de “Águias do Marão”.

No mês de Agosto, nos anos 50 e 60 do séc. XX, a cidade de Vila Real ficava praticamente deserta, deslocando-se uma grande parte da sua população para a Póvoa de Varzim, que continua ainda hoje a ser importante como destino de férias de muitos vila-realenses.

INSTITUIÇÕES SOCIAIS DE VILA REAL NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940

Maria Hercília Agarez

Seria injusto negar que durante os primeiros 25 anos do Estado Novo houve um notável desenvolvimento geral do país, em especial na área da assistência social.

No caso particular do concelho de Vila Real este desenvolvimento só tem paralelo no que se verificou no séc. XVI, no auge da Casa de Vila

Real (dos Marquês de Vila Real), no séc. XVIII, em pleno desenvolvimento da região do Douro, antes e depois da demarcação, e na 2ª metade do séc. XIX, durante o mandato de alguns presidentes fontistas.

Nas décadas de 1930, 1940 e primeiros anos da década de 1950, constroem-se novas pontes e pontões, estradas e caminhos, e melhoram-se os existentes. Participa-se no esforço global de arborização do país. Concretiza-se o abastecimento de água à cidade (1929), ao mesmo tempo que se abastecem as áreas rurais através de fontanários, em 105 das 152 povoações das 26 freguesias. Alarga-se a rede de saneamento a todas as ruas da cidade. Amplia-se e melhora-se a rede de distribuição eléctrica. Estabelece-se um importante plano de urbanização da parte norte da cidade, com a criação de novos arruamentos. Procede-se à grande reparação da Ponte Metálica (1951). Constroem-se o novo Matadouro Municipal (1952), a Cadeia Comarcã (1941), o Cemitério de Santa Iria (1942), os Palácios dos Correios (1952) e da Justiça (1956), o novo Quartel do Regimento de Infantaria 13 (1952). O Liceu recebe novas instalações (1940 e 1943) e o Governo Civil é objecto de importantes obras (1940). Edificam-se muitas escolas primárias, no âmbito do Plano dos Centenários. Finalmente, projecta-se o alargamento do Circuito, o primeiro troço da Avenida Marginal e a construção de três casas para os magistrados judiciais.

Todo este surto de desenvolvimento tem lugar num contexto que concilia, por um lado, a dificuldade de implementar esta política num distrito que era tido como um baluarte do Partido Democrático (recorde-se que nas últimas eleições para o Senado Municipal antes da Revolução de 28 de Maio, os democráticos ainda ganharam contra uma coligação designada por «Lista da Cidade», que incluía nacionalistas, radicais, independentes, católicos e monárquicos), e por outro lado, a nível nacional, um quadro sombrio de descrédito dos partidos, rotura financeira, pobreza e analfabetismo.

Entre outros, vão ser agentes desta política, que se revêem integralmente em Oliveira Salazar, os governadores civis e os autarcas, uns e outros escolhidos pelo Governo. Os principais responsáveis autárquicos são no início (e também sempre que surgem situações de instabilidade) militares, alguns dos quais desempenham funções por mais

que uma vez e chegam a governadores civis. De entre os autarcas civis, destacam-se pela sua obra, neste período, o Dr. Emídio Roque da Silveira, Francisco Joaquim da Mota e Costa Lobo e o professor Manuel José Gonçalves Grilo. Quanto aos governadores civis, são também na maioria militares. Merece destaque o Ten. Horácio de Assis Gonçalves, que vem substituir um médico flaviense, o Dr. José Timóteo Montalvão Machado, grande conhecedor da região, mas que perdera a confiança política. Ao Ten. Assis Gonçalves sucede o médico veterinário José Alberto David Simões, que de resto tem também formação militar, pois fora antigo aluno do Colégio Militar e da Escola de Oficiais Milicianos e combatera os movimentos que hostilizaram o Estado Novo.

A grande figura, principal responsável pela implementação da política do Estado Novo no distrito, é indubitavelmente o Ten. Assis Gonçalves, igualmente ideólogo e supervisor de um ambicioso plano de assistência para o distrito.

Foi governador durante mais de 10 anos, entre 2 de Julho de 1934 e 26 de Outubro de 1944. Era natural de Vinhais. Tem um currículo escolar muito diversificado: frequentou o Seminário, onde estudou Teologia; frequentou igualmente Engenharia, no Instituto Superior Técnico; tirou o Curso Especial de Infantaria da Escola de Guerra; diplomou-se pelo Ministério da Educação para o lugar de professor do Ensino Secundário Particular (Curso Geral e Complementar) e foi aluno da Faculdade de Direito de Coimbra. Nessa circunstância conheceu o Prof. Oliveira Salazar, de quem foi secretário particular enquanto ministro das Finanças e Primeiro-Ministro.

Colocado em Vila Real como governador civil, este tenente do 28 de Maio exerce o poder sem vacilar, representando o Governo antes dos interesses do distrito, sem que esta posição, todavia, tivesse prejudicado o seu trabalho notável a favor do desenvolvimento do distrito. Era um homem culto, com grandes qualidades de trabalho, que escrevia com muita facilidade. Foi colaborador da imprensa ao longo de toda a vida e escreveu uma vasta bibliografia de natureza política (sobre o Estado Novo, a assistência e o distrito de Vila Real) e militar (sobre a história da guerra e de algumas instituições militares). Foi também autor de importantes

relatórios sobre assistência e desenvolvimento do distrito de Vila Real, durante a sua permanência à frente do mesmo.

O seu discurso — oral e escrito — é erudito e um tanto empolado, com abundantíssimas citações de filósofos, pensadores e políticos, como Santo António, São Francisco de Assis, São Martinho, Santo Agostinho, o Padre Cruz, Platão, Descartes, Voltaire, Cícero, Napoleão, Salazar. A esta preocupação associou o extremo cuidado na escolha dos títulos dos livros. Os relatórios a que nos referimos revelam uma atenção muito particular à caridade, à miséria, à assistência, mas são simultaneamente instrumentos de propaganda do regime e do desenvolvimento da Revolução, como se depreende dos títulos: «Uma Revolução que triunfa» (1935-1936); «Anseio que se realiza» (1937); «Mais um passo» (1938); «Caminhando» (1939); «Sem parar» (1940); «Encosta acima» (1941-42-43); «Atalhando» (1944).

Se as obras públicas a que nos referimos atrás são muito importantes, não menos importante é a obra de assistência que se vai desenvolver ao longo destes anos sob o impulso de Assis Gonçalves. Entre as iniciativas tomadas, num plano que se propunha combater o «vício» e a «preguiça», e que promovia a assistência aos desamparados, aos desempregados, aos pobres, refiram-se: «A sopa dos pobres», «Celeiro dos pobrezinhos», «A sopa (ou a sopinha) das escolas», a proibição da mendicidade nos meios urbanos e a sua regulamentação nos meios rurais através dos cartões de indigência.

Mas outras medidas há que são indiscutivelmente estruturantes. Vejamos as mais importantes:

Criação de novas escolas, a que se associam cantinas escolares, de postos de ensino e de cursos nocturnos, e reforço do corpo docente.

Distribuição de água e luz nos meios rurais.

Novos cemitérios, na cidade e em muitas aldeias.

O Dispensário de Profilaxia Social de Vila Real, instalado na ala nascente dos Paços do Concelho, com três secções: Sifiligrafia e Venereologia; Pediatria e Puericultura; e Estomatologia (1937).

O reforço do papel do Dispensário Anti-Tuberculoso, criado em 1931.

A Creche-Lactário o «Ninho dos Pequenos», instituída em 1939/

1940 nas futuras instalações do Centro de Mobilização de Infantaria 13, na Quinta da Boavista, e transferido em 1941 para a Rua Alexandre Herculano, em casa adquirida pela Câmara Municipal em 1930 para alojar os magistrados, sob a designação de Hospício Municipal «Madame Carmona».

A reestruturação, com grandes obras nos edifícios respectivos, de instituições já existentes, como a Quinta «Escola de Donas de Casa» (1940), o Asilo «Escola Agrícola de Artes e Ofícios» (1937), o Asilo de «Infância Desvalida» e o Asilo «O Amparo de Nossa Senhora das Dores» ou «Casa dos Anciãos» (1944), designações, na maior parte, adquiridas neste período.

O Bairro de São Vicente de Paulo, inaugurado em 28 de Maio de 1950, com 96 habitações de três tipos.

O apoio significativo à Santa Casa da Misericórdia — Hospital da Divina Providência, às duas corporações de Bombeiros, às Conferências de São Vicente de Paulo, ao Pão de Santo António e à Juventude Antoniana.

O COLÉGIO MODERNO DE S. JOSÉ

Elísio Amaral Neves

Na sequência da implantação da República, a Igreja sofreu perseguições um pouco por toda a parte.

Em Vila Real, por exemplo, verifica-se o encerramento do Colégio de Nossa Senhora do Rosário, propriedade de Mons. Jerónimo do Amaral, e do Colégio de Nossa Senhora de Lurdes, das Irmãs Doroteias. Mas na década seguinte as perseguições atenuam-se e a situação altera-se. Foi então que se criou a Diocese de Vila Real, de que é primeiro bispo D. João Evangelista de Lima Vidal. Este prelado constatou a falta de ordens religiosas femininas no ensino e uma certa vontade do povo de que estas regressassem. Ocorre então a D. João Evangelista que a congregação das Franciscanas Hospitaleiras Portuguesas (hoje chamadas da Imaculada

Conceição) dirigiam o Colégio de São Francisco, em Verín, na Galiza, que experimentava na altura dificuldades e ponderava o seu encerramento, segundo as crónicas por falta de professoras que dominassem a língua castelhana.

D. João Evangelista abordou a Superiora-Geral da ordem, Madre Maria Domingas da Conceição, solicitando a transferência do colégio para Vila Real, o que efectivamente vem a acontecer em 1928, sendo tomada em Fevereiro desse ano a decisão de aquisição do imóvel para instalar o colégio.

Tratava-se de uma casa de razoáveis proporções, no nº 45 da Rua do Carmo, que tinha um nome não muito proporcionado à sua dimensão quase solarenga: Vila Celeste. Era propriedade do Sr. António Ribeiro, do Tojal. Foi adquirida por 300 contos, a que houve que acrescentar 19 contos para direitos e sisa e 136 contos para obras de adaptação. Em Agosto e Setembro de 1928 procede-se à transferência de mobiliário e material didáctico, bem como de várias imagens (entre elas a de São José que se encontra hoje na portaria e duas de São Francisco), o órgão, diversas jarras para adorno do altar e as alfaias litúrgicas (capa de asperges, custódia, cálice, turíbulo, etc). Nos mesmos meses, e após uma intensa publicidade ao novo estabelecimento de ensino, baptizado de Colégio Moderno de S. José, faz-se a inscrição das alunas, iniciando-se as actividades lectivas em 7 de Outubro de 1928.

De Verín vieram também as religiosas: Irmã Maria Amada da Eucaristia (superiora, mantendo o cargo que tinha em Verín); Irmã Fortunata da Conceição (professora de labores, que promoveu logo no início do segundo ano lectivo uma grande exposição, entre 5 e 10 de Janeiro de 1930, dos trabalhos executados pelas educandas no ano anterior: desenhos, pintura, bordados a branco e a matiz, talha, pirogravura, etc); Irmã Pureza dos Anjos (professora de instrução primária e corte, e também prefeita); e Irmã Consolação do Bom Pastor (cozinheira).

Estas franciscanas hospitaleiras eram, na altura, a única ordem feminina presente em Vila Real, onde havia grande tradição de presença e obras suas. Fundaram em 1878 o Colégio de Nossa Senhora de la Salette, em Vila Cova, tendo a iniciativa partido da senhora Dona Ana Constança

de Jesus Dias Barrias. Desde 1892 eram responsáveis pelo serviço interno do Hospital da Divina Providência, e também pelo do Asilo “O Amparo de Nossa Senhora das Dores”, inaugurado em 21 de Fevereiro de 1884. Eram igualmente responsáveis por uma obra de assistência às jovens desvalidas, fundada em 8 de Dezembro de 1925 por D. João Evangelista, as “Florinhas da Neve”. Já depois do seu regresso em 1928, foram ainda responsáveis pelo Lar Académico de Nossa Senhora do Carmo, fundado em 4 de Outubro de 1948 na Rua Luís de Camões, em 1949 transferido para a Av. Dom Dinis e a partir de 1973 instalado definitivamente na Rua de Santo António. (Este lar, vulgarmente chamado «Lar do Magistério», foi criado por estímulo de três professores leigos do Colégio: a Dr.^a Maria Noémia de Oliveira Sampaio, a Dr.^a Idalina Alves Boal Palheiros e o Sr. Eugénio da Conceição Tavares Salgado, que foi professor do Colégio entre os anos de 1937/38 e 1972/73, numa altura em que o Colégio já não tinha condições de receber mais pensionistas.)

Em 5 de Outubro de 1928 chegaram mais três Irmãs, que se responsabilizam também pela instrução e educação: Irmã Maria do Santíssimo Sacramento, professora de instrução primária e de pintura, e igualmente prefeita, que fica apenas até Março de 1930, data em que é substituída pela Irmã Maria Pureza de Jesus, brasileira; Irmã Maria Cecília do Paraíso, professora de piano, leccionando simultaneamente o 1º ciclo; Irmã Maria Paulina, indiana, professora de inglês e de ginástica.

O Colégio ficava na altura um tanto afastado do centro da cidade, num lugar sossegado, sadio. Tinha amplos salões, jardins e balneários com bastante água corrente. Para além da instrução primária, ministrava o ensino secundário (1º e 2º ciclos), ginástica sueca e as prendas próprias do sexo feminino: solfejo, piano, violino, duas línguas vivas (francês e inglês), confecção de flores, desenho, pintura, corte, bordado à máquina, talha, pirogravura, etc.

Sucede à primeira madre a Irmã Maria Clara do Menino Jesus, responsável pelo Colégio entre 1932 e 1941 e de novo entre 1942 a 1948 (a interrupção em 1941 deve-se a que a regra não permitia mais do que dez anos ininterruptos de funções). Esta madre prossegue as obras exigidas pelo desenvolvimento escolar e pela procura do Colégio. Era uma pessoa

dotada de profunda intuição feminina, de grande sensibilidade, promovendo um equilíbrio entre a austeridade da regra e a vivência em comunidade com as jovens. Marcou profundamente a vida do Colégio e a própria comunidade local, sendo o seu nome considerado uma referência muito tempo ainda depois da sua saída.

Foi sua colaboradora (e futura responsável, entre 1948 e 1958) a Irmã Maria Isabel da Eucaristia. Teve ação muito importante na abertura do Colégio ao mundo exterior, nomeadamente abrindo-o à literatura e à comunicação social (a imprensa, a rádio e, mais tarde, a televisão).

Seguiram-se as seguintes madres: Irmã Maria Matilde da Conceição, entre 1958 e 1961 (e também em 1941 e 1942, durante a interrupção da Irmã Maria Clara do Menino Jesus); Irmã Maria Luísa do Bom Pastor, que exerceu com sucesso o cargo, apesar de se tratar de tempos difíceis, de novas exigências, entre 1961 e 1967; Irmã Maria Nélia da Eucaristia, entre 1967 e 1973, que introduz a Ceia de Natal; entre 1973 e 1976, Irmã Maria Estrela de Nazaré, que tinha saído e regressou dez anos depois, responsável pela educação infantil, que deixou marcas muito positivas até aos dias de hoje; entre 1976 e 1977, Irmã Maria de Fátima Carvalho de Almeida; entre 1977 e 1980, Irmã Cecília da Conceição Soares; entre 1980 e 1987, Irmã Joana Pinheiro Gomes; entre 1987 e 1988 não há madre superiora; entre 1988 e 1993, Irmã Eugénia da Conceição Martins; entre 1993 e 2002, Irmã Maria da Glória Brás; entre 2002 e 2003, Irmã Darci Moreira de Carvalho; e a partir de então Irmã Felicidade Martins Fernandes.

Além das superiores, muitas outras Irmãs se distinguiram. Não sendo possível mencionar todas, lembraremos algumas das mais antigas e cujos nomes se projectaram até aos dias de hoje: a Irmã Glória de Maria Santíssima, que está em Vila Real entre 1929 e 1948, professora de piano e francês que granjeou grande simpatia; Irmã Maria do Divino Amor, professora das primeiras classes; Irmã Maria da Conceição Imaculada, professora de português, francês e labores (é de sua autoria, juntamente com a Irmã Maria dos Prazeres, a bandeira do Colégio); Irmã Maria Leopoldina, auxiliar, que tinha a missão de acompanhar as alunas nas saídas do Colégio; Irmã Graça de São Francisco de Assis, muito metódica,

artista e asceta, com obra importante a nível da Mocidade Portuguesa Feminina, labores e Religião e Moral, sendo também a «alma» da biblioteca; Irmã Maria da Conceição de Lurdes; Irmã Maria Amada de Cristo Rei, autora de uma importante monografia do Colégio; Irmã Maria da Divina Hóstia, professora de música.

Muitas outras pessoas se relacionaram naturalmente com o Colégio, como os professores externos (de que já citámos três nomes), os médicos escolares (entre eles, o Dr. António Feliciano Fernandes e o Dr. Júlio Teixeira, este conhecido como «Pai dos Pobres», que, para além da assistência clínica, fazia com as irmãs passeios arqueológicos ou à natureza), os capelães e alguns bons amigos do Colégio, como os professores liceais Drs. José Pinto Soares e Manuel Ribeiro Cardona, e o Sr. António da Silva Miranda Guimarães, um dos responsáveis do Colégio de Nossa Senhora da Boavista, a que a Irmã Maria Clara do Menino Jesus recorria muitas vezes.

O primeiro alvará do Colégio, de 18 de Maio de 1934, permite a inscrição de 20 alunas internas e 35 externas. Esse número vai crescer consideravelmente. As obras efectuadas no imóvel aumentam a sua capacidade e em 1943 há já 288 alunas, das quais 88 internas. Em 1945 é autorizado o ensino infantil a 24 alunos. Entre 1950 e 1971 é autorizado o 3º Ciclo do ensino secundário, fixando-se em 1956 a lotação total em 554 alunos.

Também o edifício em si vai sofrendo alterações. Logo em 1929/30, depois de pequenas obras no ano anterior, fazem-se algumas obras orientadas pelo Padre Domingos Moutinho, administrador da Casa de Urros e também responsável pelas obras do Seminário. Em 1935/36, novas obras, feitas com o apoio dos empreiteiros Almeida, com a criação de dois novos dormitórios. Em 1938/39, iniciam-se obras de ampliação, perturbadas pelo ciclone de 14 para 15 de Fevereiro de 1941. Aproveita-se então para fazer obras mais profundas. Adquire-se em 1943 uma casa velha contígua, com quintal, que permite que o imóvel surja com uma configuração diferente da primitiva. Em 1953 adquirem-se novos terrenos que todavia têm uma casa encravada no meio que é necessário comprar. Mas o proprietário pede uma quantia exorbitante de que a congregação não dispõe. Faz-se uma

planta condicionada por estas circunstâncias, que é reprovada pela Urbanização. As irmãs pedem então a intervenção do ministro e do secretário de Estado das Obras Públicas, respectivamente Drs. Veiga de Macedo e Baltasar Rebelo de Sousa, que, ao sugerirem que poderá ter de ser feita uma expropriação da casa encravada, fazem com que o proprietário peça uma quantia mais razoável, possibilitando assim a aquisição. No final dos anos 50, o prédio surge enfim com o aspecto com que hoje o conhecemos.

Será interessante mencionar alguns pontos complementares da actividade do Colégio:

Realizam-se ali diversas festas ao longo do ano: em 8 de Dezembro, dia da Imaculada Conceição; em 19 de Março, dia de São José; o dia de Santa Clara, enquanto a superiora foi a irmã homónima; o Carnaval, cujos primeiros festejos foram em 1930.

O Colégio publicou, entre outras, as revistas *Anseio* e *Mais Alto*. Participava regularmente na Procissão do Senhor aos Enfermos, confeccionando passadeiras de flores na Rua do Carmo, tarefa em que se distinguia a Irmã Maria da Encarnação de Jesus, notável pintora. Disponha de um grupo coral, de que foi responsável a Irmã Maria Isabel de Jesus Hóstia, igualmente responsável pela equipa de voleibol feminino que foi campeã nacional em 1972 e que se filiou posteriormente no Sport Clube de Vila Real. Promove exposições de trabalhos artísticos, bem como actividades espirituais e de promoção social. Também se dedica à benemerência, tendo tido a funcionar, num espaço autónomo do Colégio, a Escola de Santo António, criada em 1938, para crianças pobres a quem proporcionava instrução, alimentos e roupas.

De referir ainda a Primeira Comunhão dos alunos, as excursões anuais e as reuniões de antigas alunas, a primeira das quais em 19 de Março de 1950, da qual vão nascer as comemorações das bodas de prata em 1 e 2 de Março de 1954. Nelas participaram dezenas de alunas vindas de todo o país: houve missa solene, chá de confraternização e uma sessão de saudação e homenagem às antigas alunas, presidida por Frei J. Vargas, superior dos padres franciscanos, pela directora do Colégio, pelas senhoras Donas Maria Luísa da Costa Lobo, Maria do Céu Esteves, Zélia de São

José dos Santos Taveira da Mota (muito provavelmente a primeira aluna inscrita no Colégio), Dr^a Laura Amaral Neves e Irmã Maria Matilde da Assunção, todas antigas alunas e na sua maior parte das primeiras que frequentaram o Colégio.

Depois disso realizaram-se, entre outros momentos de confraternização, as bodas de ouro e o encontro dos 70 anos, e prepararam-se agora as bodas de diamante, que serão certamente muito participadas, dada a importância e projecção alcançadas pelo Colégio, comprovadas pela atribuição da Medalha de Ouro de Mérito Municipal, em 4 de Janeiro de 1990, pelo Município.

CAMILO CASTELO BRANCO E A CADEIA DA RELAÇÃO

A. M. Pires Cabral

A actual Cadeia da Relação, que fica situada no campo dos Mártires da Pátria, próximo da Torre dos Clérigos, no Porto, é uma construção do séc. XVIII. Sucede a uma anterior Cadeia da Relação, mandada construir pelo rei D. Filipe I logo no início do seu reinado (1581). Tornando-se esta primeira cadeia demasiado exígua, o regedor das justiças, João de Almada e Melo, mandou-a demolir e erigir no mesmo local (a antiga judiaria joanina) uma nova Cadeia da Relação, cuja primeira pedra foi lançada em 1765, vindo a terminar as obras em 1796.

É um edifício de feição clássica, de grandes proporções, que impressiona sobretudo pela solidez. Segundo reza um velho guia, tinha capacidade para mil presos e paredes largas de nove palmos. O interior era aterrador, desconfortável, húmido, frio e inóspito, com as suas salas e amplos corredores abobadados. Camilo Castelo Branco, seu hóspede por duas vezes, recorda em palavras breves e impressivas a sua segunda entrada no edifício, em 1860: «Não estranhei [ele tinha já estado ali preso em 1846] o ar glacial e pestilento, nem as paredes pegajosas de humidade, nem as abóbadas profundas e esfumeadas dos corredores...» Pinho Leal, no seu

Portugal Antigo e Moderno, de finais do séc. XIX, não é menos taxativo: «As cadeias da relação do Porto, não passam de uns antros imundos, lúgubres e doentios, impróprios à ilustração do século...»

Ainda hoje entrar no edifício pode causar um arrepio, ou pelo menos uma certa impressão de mal-estar, pelo menos enquanto não esquecemos as suas antigas funções. Felizmente, porém, os salões e celas já não albergam reclusos, mas sim exposições fotográficas de excelente qualidade. Funciona ali o Centro Português de Fotografia.

Pelo ano de 1846, com 21 anos de idade, Camilo está em Vila Real. Baldaram-se as suas tentativas de estudos superiores, no Porto (simultaneamente na Escola Médica e na Academia Politécnica) e em Coimbra (nos preparatórios para Direito), e acolhe-se de novo à protecção da tia Rita Emília. Mas já tinha despertado nele a vocação literária, tendo já publicado no Porto, no ano anterior, o poema herói-cómico *Os Pundonores Desagravados*, que no mesmo ano sairia de novo, incorporado desta vez em *O Juízo Final e o Sonho do Inferno*. O conhecimento disto tinha já chegado a Vila Real, pelo que o jovem tinha já, na vila, uma certa aura de literato — o que não era necessariamente, para o comum dos vila-realenses, pouco familiarizados com as letras, uma aura recomendável, antes inspiraria mesmo uma certa desconfiança.

Na Rua do Jogo da Bola, hoje Alexandre Herculano, em casa de sua tia e madrinha D. Rita Moreira, que a protegia, vivia uma jovem, órfã de pai e mãe, Patrícia Emília de Barros. Era um ano mais nova que Camilo. Camilo reparou nela e, por paixão ou simplesmente por desejo, meteu ombros à tarefa de a conquistar. Supõe-se que um dos trunfos que jogou no lance tenha sido a veia de escritor. Para impressionar a jovem, terá escrito, encenado e feito representar, num teatro improvisado num barracão pertencente a seu tio João Pinto da Cunha (que era, desde Março desse mesmo ano, segundo marido da Tia Rita Emília, depois de ter sido seu amante ao longo de décadas), o dramalhão histórico em quatro actos *Agostinho de Ceuta*. Rendida ao talento do jovem dramaturgo, Patrícia Emília aceitou acompanhá-lo para Coimbra, onde ele tencionava porventura prosseguir estudos. À face da lei tratava-se de um rapto. Mas o tio Pinto da Cunha, por alcunha o *Cabanas*, conseguiu abortar os planos

do casal, diligenciando para que fossem presos no Porto, sob a acusação de furto de uns 20.000 cruzados. Este é ainda hoje um ponto controverso. Na verdade, João Pinto da Cunha fez publicar mais tarde num jornal do Porto uma rectificação: mandara-o prender «para obstar a uma ligação que o faria desgraçado» (certamente a ligação com Patrícia Emília). Não falta porém quem pense que terá havido mesmo o furto e que a rectificação (muito provavelmente da lavra do próprio Camilo) se destinava a branquear o delito original junto dos *mentideros* do Porto. Aquilino Ribeiro é um dos que não excluem esta versão.

Detidos pois no seu trânsito para Coimbra, Camilo e Patrícia Emília deram entrada na Cadeia da Relação em 12 de Outubro de 1846, à ordem do juízo criminal do Porto. Ele, que declarou ser solteiro (não o sendo, pois casara em 1841 com Joaquina Pereira de França, então ainda viva), vestia casaco e calças de pano preto, colete de seda também preto. Ela, vestida de chita escura e capinha de merino cor de vinho com riscas pretas.

A reclusão não foi longa. Certamente por indicação do tio, que desistia da queixa, foram libertados no dia 23 de Outubro, regressando a Vila Real. Aqui passaram a viver juntos durante cerca de dois anos. Camilo ocupou-se efemeramente como amanuense do Governo Civil e ia exercitando a pena. Da união, que Vila Real devia ver com muito maus olhos, nasceu uma filha, Bernardina Amélia Castelo Branco. Patrícia Emília rompeu entretanto com Camilo para se juntar com um tal Francisco José Claro. Dela dirá mais tarde Camilo, numa carta ao Visconde de Ouguela: «Foi uma idealidade com o ‘quantum satis’ de matéria.»

Camilo, após os conhecidos desaguizados com o governador civil José Cabral Teixeira de Moraes, voltou para o Porto. Aí, foi consolidando a sua reputação literária, escrevendo para os jornais, especialmente *O Echo Popular* e *O Nacional* (onde já publicara as correspondências de Vila Real que denegriam o consulado de José Cabral) e logo depois as primeiras obras de grande fôlego. Em finais de 1855 tinha já publicado cerca de três dezenas de títulos e alcançado um prestígio enorme junto da juventude romântica do Porto, directamente proporcional à animosidade que lhe votavam os burgueses portuenses, que aliás ele fazia gala em provocar e insultar.

Por essa altura ter-se-á aproximado daquela que viria a ser a companheira do resto dos seus dias: Ana Augusta Plácido, esposa legítima (e contrariada) de Manuel Pinheiro Alves, capitalista, que granjeara fortuna considerável no Brasil, e era uns 45 anos mais velho do que ela. O escândalo dos amores de Camilo e Ana Plácido explodiu como uma bomba na sociedade conservadora do Porto. Verdade seja que Camilo e Ana Plácido não faziam por passar despercebidos, antes assumiram ostensivamente as suas relações, passando a viver juntos a partir de 1858, em consequência do que Pinheiro Alves avançou com um processo de adultério. As coisas, a princípio, parecem pender para o lado do marido traído. Em 6 de Junho de 1860, Ana Plácido é presa na Cadeia da Relação. Camilo, por seu turno, andou foragido durante algum tempo, mudando constantemente de lugar para iludir os esbirros da justiça, até que alguns amigos o persuadiram a entregar-se à justiça. Apresentou-se então à prisão, sendo encarcerado na mesma cadeia em 1 de Outubro do mesmo ano.

Esta segunda estadia de Camilo na Cadeia da Relação foi mais longa do que a primeira, que durara apenas 11 dias. Desta vez, esteve preso durante mais de um ano, sendo solto, juntamente com Ana Plácido, quando foram ambos absolvidos da acusação de adultério pelo tribunal que os julgou em 16 de Outubro de 1861.

Os primeiros tempos de liberdade foram passados pelo casal em Lisboa, até que a morte de Pinheiro Alves em 1863 veio possibilitar, no ano seguinte, a instalação em S. Miguel de Ceide, próximo de Vila Nova de Famalicão, na casa que pertencera ao marido e fora herdada pelo filho Manuel Plácido (que na verdade se supõe ser já filho biológico de Camilo). Com breves mas frequentes intervalos para viagens (algumas à nossa região), aí viveu Camilo até à sua morte em 1890.

O romancista passou pois duas vezes pela Cadeia da Relação. Se a primeira estada pouco rasto deixou na sua obra, a segunda teve importantes consequências a nível da bibliografia camiliana. Para ocupar o tempo, escrevia. Para além de se ter dedicado à tradução, escreveu na Cadeia da Relação, em apenas 15 dias, aquele que permanece para muitos como a grande obra-prima da novela romântica portuguesa e até peninsular: o *Amor de Perdição*. Por outro lado, importantes obras posteriores, como *A Maria*

da Fonte e sobretudo *Memórias do Cárcere*, aproveitam larga e explicitamente da experiência prisional de Camilo Castelo Branco.

SOUSA COSTA E VILA REAL

Frederico Amaral Neves

Ao aproximarmo-nos do aniversário da Restauração da Independência, vale a pena lembrar as gerações de estudantes do Liceu de Vila Real que, nos finais da década de 1880 e durante a de 1890, se associaram ao movimento de renovação da esquerda europeia e em particular ao sentimento generalizado de solidariedade que é comum a todos os seus protagonistas. E se é verdade que os festejos do 1º de Dezembro já se realizavam anteriormente a esta altura, não é menos verdade que é em 1888 que eles consolidam as características que ainda hoje conhecemos.

O pedido do uso da capa e batina pelos estudantes da academia vila-realense é desta altura, e os primeiros estudantes trajando dessa forma vêm-se nas ruas de Vila Real na semana de 7 a 13 de Janeiro de 1889. Os jovens académicos desenvolvem nesta mesma época o gosto pelo teatro, pelas artes e pela música, com reflexos benéficos nos saraus que se realizavam em Vila Real e na criação da Tuna Académica Vila-Realense, que saiu à rua pela primeira vez em 19 de Março de 1895. António Agarez, Augusto Botelho, José Leite dos Santos, Filipe Borges e José Aires da Costa são jovens académicos que se responsabilizam pela organização dos festejos do 1º de Dezembro nesse ano de 1895, em que o Conde de Vale Flor oferece uma bandeira à Academia. Essa bandeira será também adoptada pela Tuna, à qual vemos associados, além dos nomes já citados, e entre outros, António Vaz de Carvalho, Henrique Botelho, Agostinho da Costa Lobo e Alberto Costa. Este último é o futuro magistrado e escritor.

Alberto Mário de Sousa Costa (1879-1961) nasceu em Vila Pouca

de Aguiar, um dos muitos filhos de António de Sousa Costa, escrivão de direito naquela vila, e sua mulher Tomásia da Conceição Gomes Costa. Aprendeu as primeiras letras em Vila Pouca de Aguiar, transitando depois para Vreia de Jales, após uma rápida passagem pela Escola Académica do Porto. Em Vreia de Jales prepara o exame de admissão aos liceus. Vem para Vila Real frequentar o Liceu, uma vez que os seus pais passaram a viver aqui.

Em Vila Real vive intensamente a vida académica na década de 1890, ao mesmo tempo que se revela um aluno estudioso e aplicado.

Faz em seguida uma breve passagem por Coimbra, sem que se note ainda grande determinação em prosseguir estudos, regressando a Vila Real em 1898 ou princípios de 1899. Dedicar-se à escrita, sendo os seus primeiros trabalhos, segundo *O Villarealense*, publicados neste jornal. É também em Vila Real que escreve por esta altura os primeiros capítulos da sua obra de estreia, a novela *Os que triunfam* (Lisboa, 1901), concluída no Vidago em Abril de 1900.

Durante o período em que frequentou o Liceu, vulgarizam-se as deslocações recíprocas entre academias (Lisboa, Porto, Coimbra, Lamego). Com Lamego estabeleceu-se uma aproximação muito especial, que poderá estar na origem do encontro com a que seria a sua futura esposa, que terá conhecido muito provavelmente em Vila Real, Dona Emília da Piedade Cardoso Teixeira Lopes, natural da freguesia de Almacave, Lamego, embora vivendo normalmente em São João da Pesqueira, e que viria a ser conhecida como Emília de Sousa Costa, escritora como o marido.

O namoro, de janela e vigiado por dois impedidos do pai da noiva (comandante do Regimento de Infantaria 9, em Lamego), não é recebido com grande entusiasmo por este, o Coronel Luís Maria Teixeira Lopes, que só consentiu no casamento, realizado em 5 de Outubro de 1904, na condição de o noivo prosseguir os seus estudos na universidade. No próprio dia do enlace, o casal desloca-se para Coimbra, onde Sousa Costa virá a formar-se em Direito. Após a formatura, seguem para Lisboa, onde permanecem até 1932, ano em que se instalam no Porto, vivendo na sua casa, o «Conventinho de Contumil».

No Porto, Sousa Costa encontra-se mais próximo da realidade

trasmontana e duriense, que tão bem conhece e descreve literariamente.

O casal partilharia exemplarmente os seus interesses ao longo de 60 anos de vida em comum. Como escritora, Emília de Sousa Costa tem uma obra tão vasta como o marido (dedicando-se no entanto sobretudo à literatura infantil), que lhe mereceu o grau de oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada. Noutro género, foi especialmente conhecida e divulgada a obra *Na sociedade e na família*, sobre educação cívica, adaptada do francês, que saiu em sucessivas edições, sendo a primeira de 1914. Emília de Sousa Costa, como o marido, colabora regularmente na imprensa e profere conferências (nas áreas da educação e da literatura). Até profissionalmente as suas vidas se aproximam: Sousa Costa, para além de muitas outras funções como magistrado, foi autor do relatório que deu origem ao decreto que criou as Tutorias da Infância em 27 de Maio de 1911 e desempenhou diversos cargos na Tutoria Central de Lisboa; Emília de Sousa Costa foi professora do refúgio da Tutoria da Infância de Lisboa e também responsável pela Caixa de Auxílio a Estudantes Pobres do Sexo Feminino, igualmente em Lisboa. Desenvolveu apreciável actividade cívica em prol dos direitos da mulher.

Sousa Costa, eleito para a Academia das Ciências em 13 de Julho de 1916, é autor de uma obra muito vasta e diversificada: conto, novela, romance, teatro, crónica, literatura de viagens, estudos. Descreve fielmente os costumes regionais e é muito rigoroso na recolha de informação histórica. Tem um fino espírito de observação e, como caçador que era, amante da natureza. Era um homem vigoroso, de estatura elevada (Leonardo Coimbra dizia que era «o mais alto escritor de Portugal»).

Vila Real surge frequentes vezes na sua obra. Sousa Costa, como vimos, viveu aqui alguns anos da juventude, que lhe deixaram recordações indeléveis. Intervirá futuramente em matérias relativas a Vila Real, como a criação do Museu de Vila Real e do Arquivo Distrital, o arranjo dos jardins e a preservação dos monumentos. O nome de Sousa Costa foi, com justiça, dado a uma rua de Vila Real, por deliberação de 12 de Agosto de 1991.

Um pouco ao acaso, vemos algumas referências a Vila Real na sua obra.

É no estudo histórico que ele é mais impressionante e preciso em relação a Vila Real. No segundo volume da trilogia *Páginas de Sangue*, dedica uma parte do capítulo à implantação da República em Vila Real. Lembra a planeada visita do rei D. Manuel II e como, face aos acontecimentos e porque «nada se perde, tudo se transforma», os meios previstos para a abortada recepção ao rei (ornatações, foguetório, banda de música) são postos ao serviço dos festejos pela mudança de regime. No mesmo livro, no capítulo sobre a Monarquia do Norte, dedica algumas das 24 páginas a descrever os desacatos e selvajarias cometidas pelos trauliteiros em Vila Real e a morte do Padre Alvaia.

Nos *Grandes Dramas Judiciários (Tribunais Portugueses)*, Porto, 1944, o quarto drama é relativo a «Os ‘Divodignos’», grupo de estudantes liberais de Coimbra que foram justiaados em 20 de Junho de 1828 pelo assassinato, no Cartaxinho, próximo de Condeixa, de alguns dos lentes que iam ao beija-mão real. Um desses estudantes, Manuel Inocência de Araújo Mansilha, é natural de Vila Real.

O sétimo drama, «Duque de Saldanha e ‘O Periódico dos Pobres’», tem muito a ver com Vila Real. Trata-se de uma tentativa de rapto na pessoa de Maria da Assunção, filha de Dona Antónia Fereirinha, planeado pelo Duque de Saldanha, que pretendia casar um seu filho com a rica herdeira. Para fugir aos raptos, Maria da Assunção parte para Inglaterra em companhia de sua mãe e de Francisco José da Silva Torres, futuro segundo marido desta. Os passaportes são tirados em Vila Real, em conivência com Francisco Claro da Fonseca, um dos vários procuradores que Dona Antónia tinha nesta vila. Silva Torres, após o casamento, passou a ter vários interesses em Vila Real: uma quinta em Codessais, casas no Cabo da Vila e outras casas na Rua das Casas Novas (hoje da Boavista), adquiridas em 1863, onde vai construir um dos mais belos palácios da cidade, o palácio de São Pedro, onde estiveram hospedados o rei D. Luís, Fontes Pereira de Melo e o rei D. Fernando. Neste caso, que apaixonou o país, *O Periodico dos Pobres*, um jornal do Porto, tomou o partido de Dona Antónia, daí resultando um processo judicial movido pelo Duque de Saldanha, em que muitas das testemunhas, de um e outro lado, são de Vila Real.

O nono drama, «Camilo e Dona Ana Plácido» é um dos diversos

momentos de tema camiliano na obra de Sousa Costa. De uma forma geral, e nomeadamente no livro *Camilo — No drama da sua vida: à margem de 'O Romance de Camilo' de Aquilino Ribeiro*, de 1959, última obra do autor, a visão de Sousa Costa opõe-se à de Aquilino Ribeiro.

No *Mapa falado de Portugal*, editado pelo Conselho Nacional de Turismo em 1936, há descrições de Vila Real e do Corgo. O Corgo tem um significado especial na obra do escritor, uma vez que liga duas realidades que conheceu muito de perto: Vila Pouca de Aguiar e Vila Real. Sobre o Corgo fará uma conferência nesta cidade, no Teatro Avenida, em 15 de Junho de 1956, por ocasião da sessão de entrega de prémios de uns jogos florais organizados pelo Clube de Vila Real, integrados nas Festas da Cidade. É, por sinal, um dia próximo da homenagem nacional ao poeta Afonso Duarte, em Ereira, Montemor-o-Velho. Sousa Costa, não podendo estar presente por se encontrar em Vila Real, justificará ao poeta a sua ausência em correspondência daqui dirigida nesse mesmo dia. A conferência tem duas partes, «O Corgo» e «O pão nosso de cada dia». A primeira parte foi publicada, em 1961, após a morte de Sousa Costa, sob o título «O Córgo, vida e obras de um rio», pela Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão. Esta evocação do Corgo revela um conhecimento profundo do rio, sendo sucessivamente evocados aspectos como a chegada à Timpeira, o açude das lavadeiras, a ponte de Santa Margarida, a Ínsua, a queda do Agueirinho, a Peneda, a relação entre as duas margens, o encontro com o Cabril, o Terragido, etc.

CEM ANOS DE POSTAIS ILUSTRADOS EM VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Faz agora cem anos que chegaram a Vila Real os primeiros postais ilustrados com vistas do concelho, colocados no mercado pelos mais importantes editores de postais de Lisboa, F. A. Martins e Paulo Emílio Guedes.

Em Novembro de 1903, a Papelaria e Tipografia Moderna, primeiro, e a Imprensa Artística logo a seguir, anunciam na imprensa local (cujos órgãos eram maioritariamente impressos numa ou noutra) o aparecimento dos primeiros postais de tema vila-realense. Fazem-no com a mesma regularidade com que os postais são lançados no mercado e ao mesmo tempo com a alegria e entusiasmo de quem saúda o aparecimento de novos meios de divulgação do concelho. Pela mesma altura, também a Livraria Araújo passa a vender alguns destes postais.

Esta informação constante e regular vai continuar até ao início da 1ª Guerra Mundial. Às edições nacionais sucedem-se edições locais, todas pelo processo da fototipia, impressas na sua grande maioria na Alemanha, onde esta técnica se tinha desenvolvido notavelmente. Mas também em Portugal, pela mão de António Pinheiro de Azevedo Leite (1876-1918), excelente fotógrafo amador, colaborador de diversas publicações periódicas da época, que entretanto havia montado uma oficina de fototipia em Guiães (de onde era natural a sua esposa), onde deve ter começado a trabalhar em 1909. São de 1907 alguns postais com imagens de António Pinheiro de Azevedo Leite, pelo processo da fototipia, mas que, colocados no mercado sem indicação de editor, não nos permitem afirmar com certeza que sejam da oficina de António Pinheiro de Azevedo Leite, embora tal hipótese não seja de descartar, dada a semelhança com algumas das edições posteriores da sua responsabilidade.

Das edições locais, mencionem-se as da Colecção Moraes Chaves (1905), da Imprensa Artística e António Augusto Alves Teixeira (1906), da Imprensa Moderna (1906, 1907 e c.1912), da Livraria Araújo (c.1912), da Casa M. J. David Guerra (c.1912) e, ainda de cerca de 1912, de Adriano Rocha — Hotel Tocaio, da Tabacaria Cardeal e da Livraria e Papelaria Branco, com fotografias dos conceituados fotógrafos e editores Carlos Pereira Cardoso (da Foz do Douro) ou Adelino Alves Pereira (da Figueira da Foz).

Durante a Guerra Mundial de 1914-18 não saíram, que se conheçam, postais verdadeiramente representativos, à excepção dos editados por António Pinheiro de Azevedo Leite ou a ele associados. Mas logo a seguir, dá-se em termos locais um momento de renovação protagonizado por

Miguel Monteiro, que se fixa em Vila Real e aqui monta a Fotografia Trasmontana. Durante a primeira metade da década de 1920, coloca no mercado mais de 50 imagens de Vila Real (monumentos, vistas, costumes), impressas na Alemanha. Enquanto fotógrafo, dá também apoio a edições de outros, nomeadamente a Ourivesaria Soares e, em 1935, a Papelaria Central — José M. Pereira Cardoso.

Naturalmente, antes ainda de 1903 ou por essa altura, devem ter estado à venda no estabelecimento do fotógrafo António Augusto Alves Teixeira provas em saís de prata sobre cartolina, processo muito vulgar no primeiro quartel do séc. XX e a que recorriam, além dos fotógrafos profissionais, particulares que pediam para as suas provas serem impressas desse modo, sobre cartolinas que tinham no verso elementos impressos que lhe permitiam a circulação postal. Estas fotografias constituíam belíssimas lembranças dos lugares visitados, em substituição das chamadas vistas estereoscópicas já vindas do século anterior e de que conhecemos dezenas de exemplares referentes a Vila Real.

Os primeiros bilhetes postais (edição dos Correios) entram em circulação em 1 de Janeiro de 1878. O bilhete postal ilustrado, por sua vez, é de 1894 (referimo-nos à edição oficial, lembrando que a partir desta data se vulgarizaram as edições particulares), tendo surgido por ocasião do quinto centenário do nascimento do Infante D. Henrique. Conhecem-se exemplares dirigidos a Manuel Acúrcio Teixeira, solicitador em Vila Real, ou a elementos da sua família, com obliterações da estação de Vila Real referentes ao primeiro e ao último dia de circulação, ou seja, 4 e 13 de Março de 1894. Esta demora de 16 anos (entre 1878 e 1894) deve-se ao facto de a etiqueta resistir a aceitar este tipo de correspondência como procedimento comum, limitando-se a admitir os postais ditos comerciais ou comerciais-publicitários, estes na altura já bastante divulgados, conhecendo-se alguns do final do séc. XIX relativos a estabelecimentos comerciais de Vila Real.

Às edições acima referidas sucedem-se muitas outras. Entre elas, as da Livraria e Papelaria Branco, Foto Marius, Loja do Sol, Francisco Más Ld^a, Lafer, Cómer, Postarte Ld^a, Supercor, Fotografia Moderna, Fundação da Casa de Mateus, Sogrape, Partido Socialista — Trás-os-Montes, Junta

de Freguesia de Guiães, Hotel Miracorgo, Albergaria de Santa Hildegarda, Centro de Caridade «Nossa Senhora do Perpétuo Socorro», Gótica, Diocese de Vila Real, Comissão Regional de Turismo da Serra do Marão, Restaurante Espadeiro, Clube Filatélico e Numismático Transmontano, Associação Comercial e Industrial de Vila Real, Casa das Quartas, Grafipost, Liga dos Combatentes e Câmara Municipal de Vila Real, esta através de diversos serviços e privilegiando a reedição, que vem fazendo anualmente, de postais antigos. De resto, a Câmara Municipal de Vila Real foi pioneira na divulgação da cartofilia, ao organizar uma exposição em 1979, uma das primeiras realizadas no país neste mais recente período de interesse pela cartofilia.

Finalmente, refira-se que a última edição referente a Vila Real é uma emissão especial dos CTT CORREIOS, lançada em 1 de Outubro de 2003 a acompanhar a série de selos «Chafarizes de Portugal». Nessa série encontra-se representado o Chafariz de S. João (defronte da Capela de Nossa Senhora da Pena, Mouçós), numa fotografia de Jorge Barros. Para além desse postal, foi editado um selo da franquia de 30 cêntimos. Note-se que é o primeiro selo com motivo vila-realense em 150 anos de filatelia portuguesa (com excepção do que representa o brasão de Vila Real editado em 1998). A obliteração e o sobrescrito do primeiro dia têm cada um a imagem de uma das carrancas do chafariz de S. João.

O BAIRRO LATINO

Fernando Meneses

Estávamos em 1948. Um grupo de rapazes de idades compreendidas grosso modo entre os 12 e os 14 anos, quase todos moradores na Rua do Corgo, Bairro dos Ferreiros (que havia já perdido há muito a designação de Bairro de Santa Margarida), e alunos da Escola Industrial e Comercial de Vila Real, na impossibilidade de realizarem as suas partidas de futebol no Campo do Calvário, reservado para campeonatos e outras actuações

do Sport Clube de Vila Real, usavam para o efeito um terreno no interior da cerca de Nossa Senhora de Lurdes. Para aí se dirigiam de cada vez que decidiam fazer um desafio. Um dia, quando passavam a caminho da Senhora de Lurdes sobre a Ponte Metálica, detiveram-se um instante a contemplar o bairro de que tanto gostavam e que tinham o desejo de reabilitar, na toponímia corrente, já que o bairro era às vezes conhecido por um nome altamente insultuoso, em razão de existirem na Rua do Corgo três casas de porta aberta (estávamos numa época em que a prostituição era legal).

A vontade de ver esta situação modificada e de dignificar o seu lugar de nascimento e dos seus ascendentes (artistas do melhor que Vila Real sempre teve) sugeriu então ao grupo de rapazes a ideia de criarem no bairro uma equipa de futebol que ofuscasse o lado negativo já referido e fosse motivo de orgulho, não só para o bairro como para a própria cidade. Olhando pois o bairro do alto da ponte, constataram que era constituído por cinco ruas (Prado, Santa Marta, Sargento Pelotas, Corgo e Guia), tantas quantas as línguas que, nos seus conhecimentos algo limitados sobre o assunto, derivaram do latim. Deliberaram por este facto dar ao Clube a criar o nome de Bairro Latino. Este nome receberia mais tarde a concordância do Dr. Otílio Figueiredo (figura de relevo, como veremos, na vida do Clube), que lembrou a semelhança com o Quartier Latin de Paris, um bairro popular, de trabalhadores e estudantes.

No seu entusiasmo juvenil, promoveram desde logo um peditório para aquisição do equipamento. Como alguns deles fossem atletas das camadas jovens do Sport Clube de Vila Real a quem estava distribuído um equipamento azul e branco, estas cores foram adoptadas para a nova colectividade.

Os calções foram confeccionados pela Senhora Dona Maria da Conceição Alves Areias e sua filha Maria Helena, e as camisolas adquiridas na Casa Félix, no fundo da Rua Direita. Este equipamento foi usado longos anos em torneios populares e jogos particulares.

Muito provavelmente em 1960, a Associação de Futebol de Vila Real organiza um torneio para equipas não filiadas. Animado pelo Dr. Otílio Figueiredo, o Bairro Latino participa, com mais 25 equipas, nesse torneio,

disputado por séries, obtendo o 1º lugar, contando por vitórias todos os jogos disputados.

Esta proeza animou os líderes do grupo: Zé Areias (José Alves Areias), Zé do Grémio (José Martins), Baltasar (subchefe da Polícia) e Armando Choco (Armando Maximiano de Carvalho), que, incentivados pelo presidente do Sport Clube de Vila Real, o Cap. Mário Cândido Vaz, então comandante da Polícia, tratam da legalização do Grupo Desportivo do Bairro Latino de Vila Real. José Areias é o responsável pela redacção dos Estatutos que ainda hoje vigoram. A data oficial da fundação do novo Clube é 10 de Junho de 1960. O Dr. Otílio Figueiredo preside à Comissão Instaladora. É assegurada no ano seguinte a filiação do Clube na Associação de Futebol de Vila Real.

O Grupo Desportivo do Bairro Latino de Vila Real ainda existe, dedicando-se presentemente apenas ao futebol. Mas nas décadas de 1970 e 80 era uma das colectividades mais eclécticas do Norte Interior, pois, para além do futebol em todos os escalões, dispunha de secções de andebol (que chegou a disputar a 1ª Divisão Nacional), atletismo, voleibol (modalidade em que foi campeão nacional da 3ª Divisão em 1978), basquetebol (em que chegou a disputar a final para a subida à 1ª Divisão), ténis de mesa, badmínton, hóquei em patins, natação e pesca desportiva.

Diversas iniciativas desportivas trouxeram ao Clube enorme popularidade, muitos associados (hoje serão cerca de 680, dos quais 400 pagam regularmente quota) e influência nos meios desportivos locais, constituindo o Restaurante Churrasqueira e o Café Guanabara dois pontos de reunião privilegiados e autênticos locais de culto do Bairro Latino.

É inegável que o futebol foi quase sempre a actividade mais visível do Clube. Disputa presentemente a Divisão de Honra da Associação de Futebol de Vila Real. Contudo, por duas vezes, pelo menos, disputou a 3ª Divisão Nacional, numa delas juntamente com o Sport Clube de Vila Real, o que terá agudizado as rivalidades, extremado-se no entanto estas aquando da disputa de uma Taça da Associação de Futebol, que, face ao resultado de 1 a 1 entre o Vila Real e o Bairro Latino, viria a ser ganha pelo Grupo Desportivo de Chaves. Nessa altura, o Bairro Latino, que até então treinava e jogava no Campo do Calvário, foi impedido de continuar

a usar aquele recinto desportivo. Tornou-se pois necessário procurar novos campos, já que o Bairro Latino nunca pôde concretizar o sonho de ter o seu próprio campo, e passou a usar, entre outros, os de Abambres, Justes, Mateus, Lordelo, Sabroso, Alijó, Vila Pouca de Aguiar. Presentemente, e depois de ter tido oportunidade de voltar a usar o Campo do Calvário, utiliza o campo de Escariz.

Vale a pena recordar alguns dos atletas que militaram no Bairro Latino num dos momentos mais altos do seu palmarés (quando da primeira vez que disputa a 3ª Divisão Nacional, em 1962): Edgar, Júlio, Carriço, Guedes, Areias, Zuca, Correia, Passos, Sousa, Adriano, Nini, Paulino, Luís Sampaio, Pinto da Silva, Lavinias, Ferreira, Cunha.

Dos presidentes, citem-se entre outros e não necessariamente por ordem cronológica, o Dr. Otílio Figueiredo (presidente da Comissão Instaladora e grande entusiasta do Clube, que manteve até à sua morte o lugar de presidente da Assembleia Geral); José Alves Areias (um homem cuja vida quase se confunde com a vida do Clube, um dos mais completos desportistas de Vila Real, que foi atleta do Vila Real, do Bairro Latino, do Murça, do Mirandela, do Vila Pouca de Aguiar. Como técnico, desempenhou, entre muitas outras funções, a de capitão-geral, isto é, responsável por tudo o que dizia respeito ao desporto, do Bairro Latino, até algum tempo antes da sua deslocação profissional para os Açores, em 1989. Foi técnico do INATEL e secretário-geral da Associação de Desportos de Vila Real e, por tudo isto, distinguido pela Câmara Municipal de Vila Real em 1997, pela Secretaria de Estado dos Desportos em 1999 e pela Associação de Futebol de Vila Real neste mesmo ano.); Armando de Carvalho; Américo Pelotas; António Ferreira; Jorge Sebastião Vaz; José Azevedo; Luís Ledo; Artur Ribeiro; José Fernando Martins; Engº Domingos Ribeiro; Joaquim Mota; José Ferreira da Silva; José Marcelino; Jorge Guedes; Paulo Montenegro.

Todas estas pessoas dirigiram o Clube a partir da sua sede na Rua do Corgo, onde hoje podemos encontrar o dedicadíssimo Mané (Manuel António Veiga Teixeira) e os restantes membros da Comissão Administrativa, António Areias, Prof. Ângelo Costa, Marciano, Carlos Silva e Hildeberto Mota, que mantêm vivos os ideais do clube. A sede

funciona na Casa dos Moinhos, que, recordemo-lo, foi o local onde José de Carvalho Araújo Júnior, pai de Carvalho Araújo, teve uma fábrica de moagem e papel de embrulho que começou a laborar em 1896.

ANTECEDENTES DO AERÓDROMO DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Será certamente exagero afirmar que os muitos balões venezianos e máquinas de arraiais lançados ao ar em dias de festa em Vila Real estejam na origem do interesse que algumas figuras curiosas do nosso meio dedicaram à aerostação e demais formas de navegação aérea que lhe sucederam. Esses artefactos são obra sobretudo de alfaiates e também pauzeiros locais, como António Espadilha, Joaquim Alves Casimiro, Luís Teixeira de Carvalho, António Bessa Monteiro e ainda, já da geração mais recente, Narciso Mendes (o Ftòbalão). No que respeita aos primeiros, algum entusiasmo terão gerado no comerciante, tipógrafo, fotógrafo, inventor e publicista António Narciso Alves Correia ou no (muito provavelmente) professor de Matemática, Francisco de Freitas.

O primeiro, na sua múltipla actividade de inventor e publicista, anuncia a publicação em 1890 de um livro em que descreverá um tipo de «aerostato dirigível». Já porém anteriormente o mesmo António Narciso ou o seu filho homónimo (embora não muito provavelmente, dado ser ainda muito jovem na altura) se tinham apaixonado pelo assunto, escrevendo no jornal escolar «A Voz Escolar», em 1878, diversos artigos sob o título de «Os Aerostatos (Sua historia e descripção)».

Francisco de Freitas, por sua vez, familiar dos proprietários da Casa de Urros, em Mateus, publica três artigos sobre aerostação em «O Povo do Norte» (respectivamente em 16 e 23 de Novembro e 7 de Dezembro de 1902) e um folheto intitulado «Ultima fôrma da Navegação aerea», Porto, 1903, em que desenvolve o cálculo e a construção de um «aeroplanostato dirigível». Nesse folheto, apresenta esquemas e uma

simulação em fotogravura, também publicada em postal ilustrado pela Imprensa Artística, do seu aeroplano a sobrevoar a zona do Convento de São Francisco, então servindo de aquartelamento ao Regimento de Infantaria 13.

Não sabemos se alguma vez os vila-realenses terão visto realmente, por essa altura, algum aeróstato, fosse balão cativo, livre ou dirigível, embora saibamos que houve uma tentativa em 1908, por parte do aeronauta César de Campos, que, convidado pela Comissão de Festas de Santo António, se propunha realizar uma ascensão no seu balão. Essa tentativa, infelizmente, frustrou-se devido ao facto de Vila Real não dispor de recinto fechado e apropriado para o efeito.

Estávamos no entanto numa altura em que as questões da navegação aérea conhecem um desenvolvimento rápido, nomeadamente durante a I Guerra Mundial, em que os beligerantes aproveitam para ensaiar e aplicar o seu potencial militar, saindo assim a navegação aérea do campo meramente desportivo em que até então se tinha movimentado.

Em termos mundiais, é precisamente no ano de publicação do folheto de Francisco de Freitas (1903) e numa altura em que «O Progresso do Norte» publicita os recordes de elevação em balão, saudando os resultados alcançados pelo «Luzitano», um balão dirigido por um português, que na Carolina do Norte (EUA), em Kitty Hawk, os irmãos Wilbur e Orville Wright dão início à era da aviação. Esse momento tem lugar pelas 10 e 35 da manhã do dia 17 de Dezembro, num extenso areal em que foram colocados 14 metros de carris, quando um aparelho baptizado de Flyer se mantém no ar durante 12 segundos, cobrindo uma distância de 37 metros. É o primeiro voo motorizado da história.

Vila Real vira aviões muito cedo, mas através do cinematógrafo. Interessa-se pois pelo assunto e segue com grande entusiasmo os progressos da aviação mundial e, a partir de 1910, da nacional. À Câmara Municipal chegam subscrições públicas para a aquisição ou construção das primeiras aeronaves com motor. A imprensa local acompanha com atenção a actividade dos aviadores portugueses, alguns deles trasmontanos, nas suas viagens, nomeadamente a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, levada a cabo em 1922 por Gago Coutinho e Sacadura Cabral. Acompanha

também o aparecimento de aeródromos de recurso na região trasmontana (Chã/Alijó, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Pouca de Aguiar), manifestando desgosto por não haver iniciativa semelhante em Vila Real.

Desde 1920 que, de quando em quando, se anunciava na imprensa local que determinado aeroplano sobrevoaria Vila Real, a caminho do seu destino, o que fazia afluir ao sítio do Calvário grande quantidade de pessoas na esperança de o ver. Infelizmente, seguia-se sempre a decepção, porque o aeroplano acabava por não aparecer. No I Congresso Trasmontano e nas Festas da Cidade dos anos que se seguiram, anunciam-se idênticas iniciativas, mas a decepção repete-se.

Em 1920, pouco antes de tomar posse como governador civil do Distrito de Lisboa, o Capitão-Aviador Alberto Lelo Portela, natural de Santa Marta de Penaguião, herói da I Guerra Mundial, veio a Vila Real para escolher o terreno para construção de um campo de aviação. Sobre este assunto pouco mais se sabe do que as notícias aparecidas na imprensa. Mas o assunto volta à ordem do dia com a travessia do Atlântico Sul, que gerou um entusiasmo indescritível em todo o país e no Brasil, e também em Vila Real. Chegaram centenas de telegramas com notícias dos diferentes desenvolvimentos da “Bela Aventura” aos periódicos locais, enviados pelos seus correspondentes, que eram expostos nos *placards* que havia junto das redacções e do Correio. Vila Real participou nas subscrições destinadas a adquirir novos aviões a oferecer aos aeronautas. «O Século» organiza festejos relativos ao êxito da viagem, a que Vila Real adere. O Alfaiate Manuel de Jesus Frederico, presidente em exercício da Comissão Executiva do município de Vila Real, sugere que se dê o nome de Vitória a uma sua neta que nasce por esta ocasião, em homenagem à última etapa da travessia.

Chega pouco depois à Câmara Municipal um ofício do Director da Aeronáutica Militar, lembrando a conveniência em construir em cada município seu campo de aviação, cuja importância em termos de defesa e também de progresso salientava. Em 27 de Julho de 1922, a Câmara dá resposta, colocando à disposição um terreno no lugar do Tojal de Baixo, em Lordelo, com 431 metros de comprimento e 330 de largura. Em alternativa, sugeria um outro terreno adquirido pelo estado na freguesia

de Folhadela para instalação de uma carreira de tiro, entretanto já a funcionar noutra local.

Em 18 de Dezembro de 1923, passa em direcção a Chaves o aparelho Breguet nº 13, que muito provavelmente será um dos primeiros a sobrevoar Vila Real. A esse voo sucedem-se outros. Vila Real festeja sempre a passagem dos aviadores e algumas vezes conseguiu que os mesmos viessem aqui propositadamente, após aterragem em algum dos campos próximos.

A imprensa continua a dar cobertura às grandes viagens, sobretudo as que envolviam pilotos trasmontanos.

Em 17 de Abril de 1926, o presidente da Câmara, Dr. António Agarez, propõe que se convide a vir a Vila Real, para verificar a possibilidade de se instalar um campo de aviação, o comandante de aviação e Inspector Tenente-Coronel Salvador Alberto Cifka Duarte, na altura responsável pela política de construção de campos de aviação no país.

Em 30 de Agosto de 1928, vindo de Braga, faz evoluções sobre Vila Real um aparelho tripulado pelo Capitão Magalhães e pelo Tenente Melo, a fim de reconhecer as condições do terreno do Tojal de Baixo, fazendo várias fotografias aéreas, que foram expostas a partir de 24 de Janeiro do ano seguinte na agência do Banco Nacional Ultramarino, devido ao entusiasmo do gerente do mesmo, familiar de pessoas ligadas à aviação.

Na década de 1960 retomam-se com redobrado entusiasmo posições políticas sobre a construção de um aeródromo, quer da parte dos presidentes da Câmara, quer dos governadores civis, quer de militares na maioria de origem trasmontana. A imprensa volta ao assunto, destacando-se na defesa da ideia o então Capitão da Força Aérea Mário Rodrigues Lisboa (propugnador, durante pelo menos 40 anos, da causa do Aeródromo de Vila Real), em artigos publicados em «O Villarealense».

Entre 1969 e 1971 procede-se finalmente à construção do aeródromo, em pista de terra. Chegam as primeiras aeronaves para testarem as condições de aterrissagem. No XVII Circuito Internacional de Vila Real, em 4 e 5 de Julho de 1970, o aeródromo recebe 15 aviões, que transportam 38 pessoas que fazem excelentes referências à pista e à localização.

O Aeroclube de Vila Real é fundado em 13 de Janeiro de 1971, sendo

nesse mesmo ano o aeródromo utilizado para receber uma etapa da Volta Aérea a Portugal.

Nos últimos anos da década de 1970, a pista é alcatroada. Mais tarde sofrerá outras beneficiações, incluindo o aumento da extensão da pista e a construção de instalações de apoio. Logo nos princípios dos anos 80 são estabelecidas carreiras aéreas regulares, asseguradas primeiro pela TAP Regional, depois pela LAR e, após uma interrupção, por outras companhias, em 1997.

VILA REAL EM 1904

Elísio Amaral Neves

1904 não é um ano qualquer. Bastaria a abertura da Ponte Metálica (também chamada Ponte Mista) sobre o rio Corgo, para fazer de 1904 um ano marcante para a história de Vila Real. Dez anos antes (1894) tinha sido também um ano de relevo, com a inauguração da luz eléctrica; dois anos depois idêntica situação se verificou com a chegada do primeiro comboio a Vila Real (1 de Abril de 1906) e com o início da sua exploração comercial entre a Régua e Vila Real (12 de Maio desse mesmo ano).

Sendo Vila Real nessa época um concelho eminentemente agrícola e continuando a filoxera a ensombrar a vida da região, a situação estava marcada por uma certa decadência, que se repercute nas feiras e mercados semanais e sobretudo na Feira de Santo António. Com o decréscimo da cultura da vinha no Douro, implementou-se em alternativa (que nunca o foi verdadeiramente) a cultura do tabaco, de que o nosso concelho se tornou o mais importante produtor (neste ano de 1904, existiam no concelho 349 cultivadores, que entregaram à Companhia 14.245.956 folhas de tabaco). Estas dificuldades levaram a que, em 10 de Julho de 1904, fosse criado o Sindicato Agrícola de Vila Real e proposta a criação de uma caixa ou banco agrícola distrital, com um capital de 3.000.000\$000 réis, para empréstimos aos agricultores, iniciativa que não teve sequência.

Em 1902 tinha passado por Vila Real um homem que acabou por ter algum relevo a nível de promoção dos nossos produtos agrícolas. Trata-se de Raul Caldevilla (sócio representante da Fotografia União, do Porto, *doublé de diseur*, que juntamente com Pedro Bandeira e o actor Oliveira participou em alguns espectáculos de beneficência). Era uma pessoa muito especial, que passa por ser o introdutor da publicidade científica em Portugal. Raul Caldevilla manteve sempre uma ligação à região duriense, de tal modo que foi proposto pela Liga dos Lavradores do Douro para agente comercial do governo português na Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Panamá, Costa Rica, Honduras, Salvador, Nicarágua, México e Cuba, abrindo nestes países o mercado aos produtos nacionais, em especial o vinho do porto.

Em 1902, Vila Real viu partir um homem com relevância na valorização do património histórico e arqueológico do concelho, o militar e escritor Abel Botelho, chefe do estado-maior da 6ª Divisão Militar, sediada em Vila Real. No mesmo ano, era professor de Desenho no Liceu de Vila Real outro arqueólogo, José Luís de Pina, com trabalho importante na Sociedade Martins Sarmento. Ainda no mesmo ano, morre um terceiro arqueólogo, o Dr. Francisco de Sales da Costa Lobo. Em 1904, Adelino Samardã (também ele arqueólogo), director de *O Povo do Norte* e futuro governador civil de Vila Real, na implantação da República, publica uma “breve notícia” sobre a fundação da Santa Casa da Misericórdia e do Hospital da Divina Providência, integrada no relatório do exercício de 1902-03 destas duas instituições.

Mas, mais do que pelos aspectos agrícolas e histórico-arqueológicos, 1904 é um ano sobretudo marcado pelo processo da construção da Ponte Metálica e do Caminho-de-Ferro da Régua por Vila Real e Chaves à Fronteira (Linha do Corgo). Os trabalhos do caminho-de-ferro têm início em 24 de Agosto de 1903. Quanto à ponte, as obras vêm já do séc. XIX.

Estes dois projectos acompanham naturalmente a vida da comunidade durante décadas, criando enormes expectativas. O caminho-de-ferro era encarado como um instrumento para dar capacidade concorrencial aos nossos produtos. Os planos para o desenvolvimento da vila para a margem esquerda do Corgo colocam na ordem do dia as

questões relativas à higiene e salubridade, perfilando-se nessa altura um conjunto de projectos de urbanização.

Em Maio de 1904, o empreiteiro António Rodrigues Romualdo propõe a abertura de uma grande avenida urbanizável entre o sítio do Pioledo e Montezelos. Reconhecendo as dificuldades financeiras da Câmara Municipal, propõe-se arranjar um grupo de financiadores, que cobrariam 5% de juros num prazo de amortização a definir pela Câmara Municipal. Propõe-se também ceder gratuitamente terrenos de sua propriedade e negociar valores razoáveis com os restantes proprietários.

Note-se que em 1903 a Câmara Municipal projectara, com vista à urbanização da antiga Vila Velha e terrenos adjacentes, uma rua que partia do edifício do Liceu e terminava em frente do cemitério público. Esta iniciativa era de resto mal vista pela opinião pública e pela imprensa, já que nessa altura se assistia à criação de um novo bairro nos Três Lagares, de forma desordenada, sendo portanto preferível ao projecto municipal da Vila Velha a urbanização controlada dos terrenos nas proximidades dos Três Lagares, situação que acabou por ser apreciada em reunião do executivo camarário, que deliberou mandar levantar uma planta topográfica dos ditos terrenos.

E é exactamente neste momento em que se projecta a expansão urbanística que vem à memória uma grande obra do passado. Assim, o vereador Custódio Correia Pereira propôs à Câmara, com sucesso, que fossem renovadas as lápides dedicadas a José Cabral Teixeira de Moraes em dois dos pilares do gradeamento do cemitério público (obra da iniciativa deste), que se encontravam em parte destruídas «por mãos ocultas».

E 1904 é também o ano em que a Câmara solicita a elevação do Liceu a Liceu Central (que aliás só iria a efectivar-se em 1911).

Assim como é o ano crucial de uma tentativa (que se frustrou) de fixar em Vila Real uma fábrica de carrinhos de algodão (carrinhos de linhas). Em Julho de 1903, Emílio Biel trouxera a Vila Real dois industriais ingleses, que deveriam associar-se à iniciativa do industrial alemão. Apresenta-lhes diversos locais para a futura fábrica, nas proximidades do local projectado para a construção da estação do caminho-de-ferro, e recolhe amostras de água nas nascentes que julga mais próprias, para

aquilatar da sua aptidão (que se revela satisfatória) para a lavagem e preparação da tintagem dos algodões. Esta fábrica seria criada pela transferência para Vila Real da fábrica Âncora, do Porto, de que Biel era proprietário e obtivera recentemente o alvará. Os ingleses concordam com tudo, à excepção da marca comercial, que deveria ser, não Âncora, mas uma marca escocesa, Coats & Clark. Todavia, para além de outras eventuais dificuldades, a negociação seria inviabilizada por uma intriga local, embora provavelmente alimentada do exterior, em que alguém recolhe assinaturas dos comerciantes da nossa praça afirmando que jamais tinham adquirido carrinhos de fabrico nacional, insinuando dessa forma a inexistência de uma fábrica nacional, com o objectivo de invalidar a patente de que se habilitara Emílio Biel e desacreditar o projecto. Mesmo assim, a Empresa da Luz Eléctrica, também propriedade de Emílio Biel, ainda publicitou a sua disposição de adquirir cem toneladas de madeira de vidoeiro para a fabricação dos carrinhos. De qualquer forma, a instalação da fábrica projectada gorou-se, e foi pena, porque se perderam 300 a 400 postos de trabalho, de homens e mulheres, que seguramente teriam alterado o panorama social vila-realense.

Voltando à Ponte Metálica, o Ministério das Obras Públicas autoriza a sua abertura em Maio de 1904, mas só em 6 de Maio de 1905 é aberta ao trânsito de veículos. É o culminar de muitos anos de obras. A parte metálica é arrematada no início de 1901 à Empresa Industrial Portuguesa, que estabelece posteriormente contratos com as companhias de caminho-de-ferro para transporte do aço para a estação da Régua e com empreiteiros de transportes, para o seu carroto para Vila Real. Estes transportes começam a fazer-se em 1902. A obra de pedreiro está concluída também em 1902. O primeiro tramo começa a ser montado em 7 de Janeiro de 1903. Ainda nesse ano é macadamizado o tabuleiro. Em 1904 são concluídas as duas saídas, designadas por avenidas, que faziam a ligação respectivamente à Rua de São João e à Estrada de Folhadela. No princípio de 1904, a Câmara começa a negociação dos terrenos que pertenciam a Monsenhor Jerónimo Amaral, na margem esquerda, com vista à criação de novos arruamentos, ajardinamento e embelezamento do local.

Em sessão de 10 de Setembro de 1904, por proposta do presidente

da Câmara, Miguel José Claro, é dado o nome Conselheiro António de Azevedo à Ponte Metálica.

No final de 1904 é posta a concurso a construção da estação do caminho-de-ferro, classificada de 1ª classe, e que devia ser semelhante à de Setúbal.

Também nesse ano é feita a encomenda, quem sabe se a pensar no futuro Jardim da Estação, de treze tílias à Real Companhia Horticolo-Agrícola Portuense, fundada em 1849 por José Marques Loureiro, horticultor responsável pela remodelação do Jardim da Carreira em 1891, no mandato de Avelino Patena.

BARREIRAS E GUARDA-BARREIRAS EM VILA REAL

Elísio Amaral Neves

O tema de hoje é, mais uma vez, relacionado com o comércio. Isso não é surpreendente, dado que Vila Real foi sempre uma terra muito marcada pela actividade comercial e em que os mercadores e moradores gozaram, no passado, de alguns privilégios. Assim, por exemplo, o foral de 1289, confirmado por disposições posteriores, estabelece que os mercadores estrangeiros ao grémio municipal pagassem o imposto dito de portagem (imposto indirecto que incidia sobre a compra e venda de mercadorias entradas no concelho, e do qual duas partes eram destinadas ao rei e uma parte ao concelho), mas isenta do pagamento dos impostos de portagem e trânsito os moradores de Vila Real na Terra de Panóias.

Mais tarde, este imposto de portagem pode revestir, para os comerciantes locais, a forma de uma avença, calculada de acordo com o movimento comercial dos sujeitos passivos (como hoje se diz em linguagem técnica fiscal). Mas, primitivamente, o pagamento era feito às portas da povoação. Com o evoluir dos tempos, passou a ser feito em pontos estratégicos, de passagem obrigatória, em estradas, pontes, etc.

A vila medieval, para além da porta a Norte, tinha uma porta a

Poente, para a qual confluíam duas estradas e era chamada porta franca, porque os mercadores estrangeiros eram libertados do pagamento de portagem, a fim de que os moradores na cerca medieval dispusessem dos bens necessários e também como forma de estímulo à conservação da povoação muralhas adentro.

Mas cedo Vila Real saiu da cerca medieval e se expandiu para o arrabalde, obrigando ao estabelecimento de novos locais de cobrança de portagem, à medida que novos acessos à vila iam surgindo, acompanhando a expansão demográfica. Estes locais são as chamadas barreiras, onde se encontravam funcionários dos impostos, mais tarde chamados fiscais e ainda guarda-barreiras.

Estas barreiras mantiveram-se em actividade ao longo de séculos e vieram a terminar em Vila Real por deliberação do executivo presidido pelo Prof. Manuel José Gonçalves Grilo, de 2 de Fevereiro de 1950, que devia produzir efeitos a partir de 1 de Março do mesmo ano. Nessa sessão camarária foi igualmente deliberado que a Casa Fiscal se passasse a denominar Serviço de Impostos e criado o quadro de pessoal para o mesmo, composto por um chefe de serviço, um subchefe e dez fiscais. Deliberou-se ainda mudar o serviço para o edifício dos Paços do Concelho (no local onde funcionou a secretaria da PSP), depois de ter estado, nos tempos mais recentes, primeiro na Praça-Mercado e, quando esta foi derrubada pelo ciclone de Fevereiro de 1941, no nº 62 da Praça Luís de Camões.

A partir dessa altura, a cobrança do imposto passou a ser feita nos locais em que os produtos eram vendidos ao público.

Nas barreiras, onde havia as chamadas casinhas, que ainda são recordadas pelas gerações mais antigas, assim como as pessoas que lá trabalhavam, geralmente muito conceituadas na comunidade, havia a presença de guarda-barreiras ao longo das 24 horas do dia, que cobravam os impostos de acordo com tabelas sobre tudo o que se destinasse a ser vendido: animais vivos (com distinção entre machos e fêmeas), como porcos, perus, porquinhos-da-índia, também conhecidos por correchos; combustíveis, como lenha, carqueja, mato, pinhas, serradura; produtos derivados dos animais, como óleos, velas, couros e peles do gado abatido no matadouro; produtos e alfaias agrícolas; manufacturas várias; metais e

suas ligas; produtos químicos; etc, etc.

As barreiras serviam também para definir os limites administrativos da vila, mais tarde cidade, pelo que apareciam frequentemente referidas nas posturas municipais. Marcavam, por assim dizer, a separação entre o mundo urbano e o mundo rural. Por exemplo, dentro de barreiras não era permitido ter cães sem licença ou andarem suínos à solta ou haver gado lanígero ou cabrum dentro das habitações. Dentro de barreiras (e também nas estradas de macadame), as rodas dos carros (de tracção animal, naturalmente) não podiam ter aro metálico de largura inferior a 75 milímetros e deviam ter os pregos embutidos. Dentro de barreiras, os carros não podiam estar parados para além do tempo necessário para as cargas e descargas.

No final do séc. XIX, havia barreiras nos seguintes locais: Ponte de Parada, Almodena, Pioledo, Santo António (depois Santa Iria), Carreira (Hortas), Mateus, Guia (a perder importância desde o princípio do séc. XX) e Rua do Carvalho. Mais tarde, com o desenvolvimento da margem esquerda, passou a haver novas barreiras: Estrada de Folhadela, Três Lagares e Estação do Caminho-de-Ferro. Vemos por outro lado outras barreiras aproximarem-se da cidade: as da Ponte de Parada e Almodena desaparecem, surgindo, em sua substituição, as da Fonte Nova e do fundo dos Quinchosos (já na Rua Marechal Teixeira Rebelo).

Com a chegada do comboio e com o incremento dos transportes em camioneta e dos correios, a fiscalização dos bens passa a ser feita nos locais de recepção das encomendas, sucedendo-se a abertura das mesmas nos estabelecimentos comerciais, sempre na presença dos fiscais.

Os guarda-barreiras tinham ainda a função de se deslocarem às feiras (de gado, mas também de diversos produtos vendidos em bancas) da Campeã e de Justes para cobrança do imposto, e de uma maneira geral às freguesias rurais, para fiscalização das obras nelas realizadas.

Terminamos com a enumeração de alguns dos últimos funcionários desta área: chefe Américo Gomes da Costa; subchefe Serafim Gonçalves; na secretaria, Alfredo Ribeiro; guarda-barreiras Felisberto Martins, José Fernandes, Plácido Ribeiro, Domingos Gonçalves Pereira, Feliciano António Pinto, José Maria Gonçalves, Manuel Joaquim Pinto, Francisco

Pereira, Damião do Nascimento Fernandes, Orsínio Teixeira de Carvalho, Luís Macedo, Agostinho Armando dos Santos Lameirão, Mário Janeiro, Luís Augusto Martins.

A CAMINHO DO NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO

Albertino Correia / Duarte Carvalho

A Ordem Terceira de S. Francisco foi fundada por «conselho e instruções» de dois missionários espanhóis (Frei André e Frei José de Vilalva), que estiveram em Vila Real em 1670.

Rapidamente ganhou um elevado número de irmãos, no qual se incluía toda a nobreza de Vila Real e terras vizinhas, chegando a atingir os 2.000, de ambos os sexos. A esta importância correspondeu uma notável obra espiritual e social. A ela cabia a responsabilidade de organizar a Procissão da Penitência, de grande pompa, em 4^a-Feira de Cinzas, e a Procissão do Enterro do Senhor, esta no interior da cerca do Convento, mais propriamente entre a portaria e os claustros. A organização desta última procissão resulta da circunstância de na capela da Ordem Terceira estar exposta a imagem do Senhor Amortalhado durante o período pascal.

A Ordem Terceira teve a princípio uma pequena capela junto à de Diogo Dias Ferreira, fundador do Convento (para o que obteve autorização por provisão do rei D. Sebastião, em 1572). Essa capela foi ampliada em 1728, na sequência da dádiva de um chão contíguo. Localizava-se para a parte do norte e do lado do Evangelho, sob a designação de Nossa Senhora da Conceição, encontrando-se ligada à Igreja do Convento por um grande arco de pedra com as suas grades. Tinha sacristia própria, sala de despacho (construída em meados do séc. XIX sobre a sacristia) e três altares. A Ordem possuía mais duas capelas para enterramentos dos irmãos. Em 1772, a Ordem Terceira consegue, mediante determinadas contrapartidas, a comunicação desta capela com a dos frades e saída comum com eles.

Em 1757, a Ordem Terceira assegura, por provisão régia, um terreno então baldio, junto dos arcos da entrada da cerca, de que toma posse no ano imediato, em 18 de Março, para construção de um cemitério privativo, que será ampliado, na sequência da compra em 1784 de um novo terreno com 40 metros de comprimento por 8 de largura.

A Ordem chama a si igualmente a construção da Igreja do Senhor Jesus do Calvário, em 1680, que foi sucessivamente ampliada e beneficiada, nomeadamente com as imagens e alfaias que vieram da Igreja do Convento de S. Francisco, já no séc. XX. Da nova Igreja passou a sair, a partir dos meados do séc. XIX, nos anos em que se realizava, a procissão do Senhor Jesus do Calvário, também da responsabilidade da Ordem Terceira, assim como era da sua responsabilidade a realização da Via Sacra, cerimónia que fazia o percurso entre a Igreja do Convento de S. Francisco e a Igreja do Calvário.

Com a extinção das ordens religiosas masculinas, em 1834, e na sequência de portarias de 6 e 23 de Outubro de 1835, a Igreja que pertencia ao antigo Convento (e que era uma das mais ricas de Vila Real), bem como as alfaias, paramentos, imagens e relíquias de santos que nela se guardavam, são entregues à Ordem Terceira, que fica igualmente responsável pela conservação e reparação da Igreja.

A cerca do Convento é objecto de arrendamento até 1843, altura em que é vendida em hasta pública. São proibidos os enterramentos no cemitério da Ordem Terceira a partir de 1863, passando a fazer-se no cemitério de S. Dinis, construído uns vinte anos antes.

Parte das alfaias, paramentos, imagens e relíquias na posse da Ordem Terceira foram transferidas da Igreja do Convento para a Igreja do Calvário na década de 1950, embora a maioria das peças tenha sido encaminhada para outros destinos. Mas o que restou constitui mesmo assim um acervo ainda importante, que a Ordem, que continua a manifestar grande vitalidade, nos mostra devidamente organizado e legendado, como que a caminhar para um núcleo museológico.

Referenciamos em seguida algumas das peças que constituem o dito acervo.

Em primeiro lugar, refiram-se as imagens que estavam nos altares e

que saíam nas procissões: a de Nossa Senhora da Conceição, a de São Luís Rei de França, as dos Mártires de Marrocos, a da Senhora das Chagas e ainda a do cão que era representado junto da imagem de São Roque. Das restantes ficou a memória numa importante colecção de fotografias emolduradas, em que se identificam igualmente os frisos dos andores e outros elementos decorativos que ainda hoje existem.

Refiram-se também uma magnífica imagem de pedra de Santa Clara, dois serafins-tocheiros, diversos oratórios com as respectivas imagens, um extraordinário contador de 1780, com 21 gavetas, certamente destinadas a guardar os amictos e os sanguíneos dos frades franciscanos que haveria então no Convento.

Refira-se ainda diverso outro mobiliário, paramentos, alfaias litúrgicas, estandartes, caixas de esmolos e um Cristo de marfim indo-português, oferecido em 1690 ao Convento pelo capitão-mor de Bengala (Índia), Bento Ferreira de Lima, que, tendo nascido em Braga, foi criado em Vila Real, onde ganhou grande afecto à Ordem. Este mesmo capitão-mor mandou também da Índia, dois anos depois, 23 moedas do ouro mais fino, que pesavam meio arrátel e uma onça, para com esse ouro se mandar fazer um vaso para o sacrário e, com o que sobrasse, um cordão ao qual se juntaria uma peça de âmbar, igualmente oferecida por ele, destinado a ficar suspenso do mesmo sacrário.

Refiram-se finalmente as relíquias. Segundo a *Chronica da Santa e Real Provincia da Immaculada Conceição de Portugal* (vol. II, Lisboa, 1760), de Pedro de Jesus Maria José, existiam no Convento de S. Francisco «meio corpo» de um dos Mártires de Marrocos, mais dois «meios corpos» de santos, sendo um deles Santo Ivo. As relíquias dos Mártires, originárias do Convento de Santa Cruz, de Coimbra, onde os Mártires de Marrocos estavam sepultados, foram distribuídas pelos Conventos da Ordem Terceira por todo o país. Hoje, restam três caveiras e quatro tíbias, que se diz serem as relíquias dos santos, muito veneradas ao longo dos tempos, atribuindo-lhes o povo diversos milagres.

A FESTA DE S. LÁZARO

Frederico Amaral Neves

A travessia das duas margens do Corgo para quem entrava na vila vindo de nascente passou a fazer-se a partir do final do séc. XV por uma ponte, em substituição de uma barca de passagem que funcionava a montante do local onde a ponte foi erigida, muito próximo de uma pequena capela que D. Pedro de Castro, Protonotário Apostólico e abade de Mouçós, construiu de raiz ou reconstruiu, em atenção à devoção dos moradores. Note-se que o mesmo D. Pedro de Castro contribuiu também com a importância de 400.000 réis, uma soma avultada para a época, para a construção da própria ponte.

A capela era inicialmente da invocação de Santa Margarida (nome que adoptou a ponte e todo o bairro), embora tivesse imagens de diversos outros santos, como Santa Marta, Santa Maria Madalena e S. Lázaro. Hoje tem também uma imagem de N. S^a de Fátima, que incorpora a procissão anual.

Com o passar do tempo e a evolução do culto de S. Lázaro, a que certamente não serão estranhas algumas epidemias que assolaram o país e também Vila Real, os moradores do bairro, maioritariamente ferreiros, ferradores, espingardeiros, serralheiros, sombreireiros e chapeleiros, mudaram a invocação da capela para S. Lázaro, muito provavelmente 100 a 150 anos depois da sua construção, sabendo-se que aparece já assim designada numa acta da Câmara de 1678.

A devoção por S. Lázaro vai aumentando, sendo os primeiros anos do séc. XVIII marcados por algumas iniciativas da maior importância para a vida da capela.

Registe-se que em 1700 já a Rua de Santa Margarida (hoje Sargento Pelotas) ganhara popularmente a designação de S. Lázaro, embora de forma transitória.

A procissão, ou melhor, as procissões (já que em 1705 a justificação encontrada para o arranjo da Rua de Baixo de Santa Margarida, hoje Rua do Corgo, foi a passagem habitual da procissão de sexta-feira de Lázaro e

da procissão da Festa de S. Lázaro) iniciaram-se, se não antes, pelo menos no séc. XVII.

O pretexto de reformar e ampliar a capela suscitou a fundação de uma confraria (a Confraria do Milagroso S. Lázaro, cujos estatutos foram confirmados pelo Arcebispo Primaz de Braga, D. Rodrigo de Moura Teles, em 1714). A confraria foi responsável pelo azulejamento interior, pela construção do retábulo, pelo apainelamento do tecto, com representações da vida de Cristo e milagres do santo, pela construção da sacristia e, junto à porta principal, do seu cabido de pedra.

Quem é este S. Lázaro, a que o bairro e toda a vila, depois cidade, ganharam tão grande devoção? A sua representação, vestido de bispo, remete-nos para Lázaro, irmão de Marta e Maria, habitantes de Betânia, que Jesus distinguia com a sua amizade e visitava com frequência. Um dia, estando Jesus em Pereia, recebeu uma mensagem das irmãs de Lázaro, dando-lhe conta da doença deste. Jesus teve de permanecer ainda dois dias em Pereia e quando chegou a Betânia encontrou o amigo morto e sepultado. As irmãs de Lázaro, embora de luto, continuavam a acreditar em Jesus. E, com efeito, Jesus mandou retirar a pedra sepulcral e pronunciou as palavras: *Surge et ambula*. (Levanta-te e caminha.) E Lázaro ressuscitou (Jo. 11, 1-44; 12, 1-2).

Pouco mais se sabe sobre S. Lázaro. Existem várias lendas. Uma, ocidental, dá-o como bispo de Marselha. O certo é que a Igreja não atribui hoje grande importância a essa circunstância de ter sido ou não bispo, embora a sua imagem continue a ter os atributos episcopais — como acontece em Vila Real.

Na nossa cidade, e certamente não é caso único, é invocado como advogado contra as bexigas ou varíola (como muito provavelmente o terá sido contra a lepra, morfeia e outros males da pele), o que nos leva a crer que o povo o confundiu com o mendigo da parábola do rico e de Lázaro (Luc. 16, 19-31), a que alguns escritores associaram os lazaretos (hospitais de leprosos), atribuindo-lhe traços de santidade. Todavia, e admitindo que poderá nada ter a ver com o caso de Vila Real, a opinião mais corrente na tradição ocidental é a de que o padroeiro dos leprosos é S. Lázaro de Betânia, pois esse tipo de doentes costumava ir a Autun, local onde se

encontrava o corpo de S. Lázaro, trazido de Marselha.

Certo é que os moradores do Bairro de Santa Margarida e devotos de S. Lázaro nunca usaram outra iconografia que não fosse a de vestido de bispo, como se depreende das representações mais antigas do santo existentes na capela.

A devoção foi crescendo ao longo dos séculos por toda a vila, que transformou a festa em verdadeira romaria, até que, na sequência das lutas liberais, da passagem de alguns bens da Igreja para a posse do Estado e da administração da capela para a Junta de Paróquia da Freguesia de S. Pedro, se foi instalando um certo desinteresse, que conheceu o seu momento culminante na profanação da capela aquando da instalação de tropas no pequeno templo. A capela esteve mesmo em risco de ser eliminada, quando se reedificou a ponte de Santa Margarida na década de 1840, a fim de se desobstruírem os acessos a esta, mas um movimento local, encabeçado pelo abade de S. Pedro e presidente da mesma Junta de Paróquia, Padre José Zeferino Teixeira Rubião, fez uma representação à rainha e conseguiu obstar à demolição da capela.

Após os anos de desinteresse, a capela voltou ao seu uso anterior, retomou-se a romaria, o bairro engalanou-se para a festa, houve leilões de oferendas, a procissão continuou a realizar-se e foram sendo feitas obras de beneficiação ao longo dos tempos, as últimas das quais iniciadas em 1998. No dia da romaria, quando o tempo estava de feição, os romeiros estendiam-se pelo Monte da Raposeira, onde, à sombra do célebre pinheiro, à semelhança do que acontecia também nas casas do bairro, se comia arroz amarelo com cabrito assado no espeto, bolo de salpicão, bolo de presunto, cavacórios, tudo regado com vinho branco verdasco, tinto rosado ou palhete.

Os cavacórios, juntamente com as bexigas, são doces que evocam a devoção ao santo protector contra a varíola, tendo talvez a sua origem numa epidemia que atingiu drasticamente Vila Real e poupou o Bairro de Santa Margarida, levando os seus habitantes a entregá-los como oferenda a S. Lázaro, representando as bexigas possivelmente as ampolas características da moléstia e sendo os cavacórios ex-votos que representam os males atingidos pela mesma.

Foram várias as epidemias de varíola que atingiram com gravidade Vila Real, como a de 1907 (que atingiu aliás todo o país). Algumas das mais importantes ocorreram no entanto na segunda metade do séc. XIX, numa época em as condições de falta de higiene favoreciam a sua propagação: há muito que se fazia sentir a falta de um novo cemitério, havia pouca água nas fontes, a população abastecia-se de poços cuja água era insalubre. Assim, ficaram tristemente célebres as epidemias de 1868, 1874 (em que, nos meses de Setembro a Dezembro morreram centenas de crianças no concelho) e 1895 (em que morreram entre 50 e 60 pessoas, adultos e crianças). Embora sem grande sucesso, Vila Real procurava proteger-se da entrada de algumas das epidemias, adoptando os procedimentos considerados mais apropriados, que eram *grosso modo* os que conhecemos de uma iniciativa de 1678, em que se procurou proteger a vila de um surto epidémico que então grassava em várias regiões mas não tinha ainda atingido Vila Real. A Câmara delibera então, em 6 de Dezembro, «guardar-se em três partes»: Fonte Nova, Santo António e Santa Margarida (as três principais entradas da vila). Em cada um destes pontos foi colocado um mastro com uma bandeira branca, à noite uma candeia, e dois guardas armados. Havia dois meirinhos responsáveis pela designação e distribuição dos guardas, que deviam obrigatoriamente aceitar este serviço, isto é, não havia «gente desobrigada», e os que se recusassem a ele ou não comparecessem, tendo sido convocados, recebiam voz de prisão e cumpriam dez dias de reclusão, por negligência, após o que assistiam dois dias seguidos de vigia num dos referidos postos.

PONTE DE SANTA MARGARIDA

Elísio Amaral Neves

A cidade de Vila Real é atravessada pelo Rio Corgo, que nasce em Vila Pouca de Aguiar com um caudal muito reduzido, mas depressa adquire proporções consideráveis, graças às muitas linhas de água que vai

recebendo ao longo do seu curso. Em certos momentos, nomeadamente em ocasiões de cheias, o rio adquire também alguma periculosidade, o que levou os moradores da nossa vila a construir uma ponte de um só arco «de pedra bem lavrada», que permitia uma travessia mais segura do que a velha barca de passagem que operava a montante do local onde a ponte foi erigida, muito próximo de uma capela com a invocação de Santa Margarida (que deu o nome à ponte), construída ou reconstruída em 1520 pelo Abade de Mouçós e Protonotário Apostólico D. Pedro de Castro. Para quem entrava na vila vindo de nascente, a ponte dava imediato acesso a um bairro de quatro ruas, onde se estabeleceu um número significativo de oficinas maioritariamente relacionadas com a produção de artefactos de ferro, que justificam uma das suas designações populares: Bairro dos Ferreiros.

Segundo os documentos mais antigos que ao assunto se referem, a ponte foi construída a partir de 1490, com o produto de uma derrama de 600 réis lançada a todos os moradores, mais um generoso donativo de D. Pedro de Castro na importância de 400.000 réis.

Diz-se que tinha um só arco, com o comprimento de 240 palmos e a largura de 25, dividindo à época a freguesia de São Pedro das de São Tiago de Folhadela e São Martinho de Mateus.

O tráfego intenso, bem como a própria força da corrente, provocaram-lhe um natural desgaste ao longo dos três séculos seguintes, na certeza de que houve lugar a diversas reparações, que todavia não impediram que nos princípios do séc. XIX se encontrasse em situação de grande ruína.

Em Fevereiro do 1806 os moradores de Vila Real enviam um requerimento à consideração régia, acompanhado de uma memória descritiva e de um projecto, pedindo a sua reconstrução. Ante a demora da resposta, a Câmara Municipal deliberou, no ano seguinte, tendo em atenção a urgência da obra, arrematar a mesma, o que veio a acontecer em 13 de Maio desse ano, com recurso ao dinheiro de alguns depósitos de sisas que seria restituído quando de Lisboa viessem os meios financeiros para a obra, que incluía, para além da reconstrução da ponte, a reparação das calçadas da estrada pública que seguia para Constantim e da que seguia

para o Porto no troço até à Campeã.

A reparação — se a chegou a haver — foi pouco significativa, já que em 1816 foi recebida uma provisão régia, datada de 14 de Maio, em que o rei determina que a Junta da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro financie a reedificação da ponte, bem como a construção da estrada para a Régua.

Era então presidente da Câmara o juiz-de-fora António Roberto de Araújo, que, acompanhado dos restantes oficiais da Câmara Municipal, da nobreza, do povo e do Major Engenheiro Joaquim Pinto de Carvalho, se desloca ao sítio da Guia, tendo em vista apreciar a melhor localização para a ponte, propondo à consideração superior que a reedificação não tivesse lugar no sítio da antiga, porque tanto a entrada como a saída eram de grande declive, sujeitando os transportes a grandes trabalhos e dificuldades (os passageiros tinham muitas vezes de se apelar nesses troços da calçada). É então sugerido que o tabuleiro da ponte fosse feito a um nível superior, para obviar aos inconvenientes referidos e também para entestar melhor na nova estrada para a Régua.

Sucedeu-se o corte de pedra (mais de 10.000 carros dela), que ficou aparelhada na pedreira existente nas proximidades da ponte, continuando esta a arruinar-se, até que em 1823 a Câmara Municipal submete a decisão superior uma nova representação, sugerindo a sua reedificação com um só arco e no mesmo local, para não haver prejuízo para os prédios urbanos e rústicos há muito existentes na área. Em 1839, por recomendação da Câmara dos Deputados, a rainha manda proceder ao concurso da construção da estrada Régua-Vila Real, incluindo-se na empreitada a ponte de Santa Margarida.

Deve então ter sido equacionado de novo o problema da localização, e em 1841 elabora-se um novo projecto para a sua reedificação, da autoria do Tenente Engenheiro José Joaquim Correia de Almeida, que, com vista à desobstrução dos acessos, preconizava a eliminação da capela de São Lázaro (designação que entretanto adquirira a capela de Santa Margarida) e de algumas casas próximas da ponte. Esta orientação, contudo, desencadeou forte reacção popular, encabeçada pelo pároco de São Pedro (e simultaneamente presidente da Junta de Paróquia de São Pedro, sob cuja

jurisdição se encontrava a capela), Padre José Zeferino Teixeira Rubião, que está na origem de uma representação enviada à rainha, no início de 1843, insurgindo-se contra a demolição da capela. A rainha foi sensível à representação e, por portaria de 21 de Fevereiro do mesmo ano, chegada a Vila Real no dia 26, determinou o cancelamento da demolição da capela.

Esta portaria inviabilizou o projecto na sua formulação inicial, que visava melhorar a ligação da Rua de Além da Ponte com as Ruas dos Ferreiros e de Baixo e suavizar o declive da Rua dos Ferreiros, conforme foi previsto quando de decisão de elevar em cinco palmos o nível da nova ponte relativamente à anterior.

Registe-se que o projecto de 1841 mostra igualmente uma ponte de madeira. Desconhecemos do que se trata, admitindo-se que servisse de alternativa à ponte de pedra devido à sua degradação ou de apoio à passagem enquanto decorria a construção da nova ponte.

A reedificação fez-se entre 1841 e 1843, não sendo de excluir todavia que as obras se tivessem prolongado um pouco mais. Trata-se de um período fértil em oscilações políticas, com frequentes movimentações militares, em que o distrito era dirigido pelo Conselheiro José Cabral Teixeira de Moraes, um dos governadores civis mais importantes que Vila Real teve, responsável nesse mesmo período pela construção da ponte de Carrapatelo em Mesão Frio, da ponte de Relvas sobre o Corgo e do cemitério público de Vila Real, bem como pela reedificação da igreja do extinto Convento de São Domingos. Foi esta reedificação da ponte que permitiu que tivesse chegado aos nossos dias (sem prejuízo de ter sofrido entretanto obras de conservação), embora tenha perdido definitivamente a sua importância como acesso à vila (hoje cidade), no momento em que a Ponte Metálica abriu ao tráfego em Maio de 1904, faz agora exactamente cem anos.

O CORGO E OS ESCRITORES

A. M. Pires Cabral

De um ponto de vista geográfico, o rio Corgo nasce em Vila Pouca de Aguiar — mais exactamente num terreno chamado Chão Grande, no centro da vila, hoje urbanizado (existe, muito próximo, um restaurante chamado «Nascente do Corgo») — e, correndo na direcção sul-sudoeste, vai desaguar no Douro, cerca de um quilómetro a montante da cidade de Peso da Régua, depois de ter atravessado território dos concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Vila Real, Santa Marta de Penaguião e Peso da Régua. Percorre cerca de 40 km entre a nascente e a foz. Os primeiros quilómetros são percorridos ao longo da veiga fértil e amena de Vila Pouca de Aguiar, que rega com as suas águas. Depois inicia um percurso mais acidentado, que, embora com algumas intermitências de mansidão, se prolonga até à foz. Recebe alguns afluentes, como o Tourinhas, o Cabril, o Sordo e o Tanha.

Deu o nome a uma linha de caminho-de-ferro entre a Régua e Chaves, que lhe acompanhava o curso até Vila Pouca de Aguiar. Essa linha, cuja construção foi iniciada em 24 de Agosto de 1903, está hoje desactivada a montante de Vila Real.

No perímetro de Vila Real, o Corgo é atravessado por diversas pontes, sendo três delas dignas de menção especial: a Ponte de Piscais, próximo da povoação das Flores (freguesia de Borbela), que alguns dizem ser romana e outros da época filipina; a Ponte de Santa Margarida, reconstruída na década de 1840 sobre uma anterior cuja construção se iniciou em finais do séc. XV; e a Ponte Metálica, de 1904. Paisagisticamente, são muito apreciadas as chamadas escarpas do Corgo e também a cascata da Peneda, formada pelo afluente Tourinhas nas imediações da confluência, com o seu notável conjunto de moinhos hoje em ruína.

O Corgo serve de linha de fronteira entre duas zonas distintas da Região Demarcada do Douro: o Baixo Corgo e o Cima Corgo. Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, «a região do Baixo Corgo

é uma das mais importantes da zona vinhateira do Norte do país e onde se colhe um dos melhores vinhos do Douro».

De um ponto de vista linguístico, constitui por assim dizer uma curiosidade prosódica, dado que os naturais de Vila Real e das outras terras sob a sua influência pronunciam a palavra com *o* tónico aberto, contrariamente ao que acontece no Português padrão, em que é pronunciada com *o* tónico fechado. Os vila-realenses defendem com muita veemência essa pronúncia e corrigem os forasteiros que dizem «Côrgo». Sousa Costa, numa conhecida publicação que reproduz uma conferência sobre o Corgo, grafa mesmo a palavra com acento agudo (infringindo deliberadamente as regras da acentuação) e, a abrir, explica: «Rio Córigo, sim senhor, e não Côrgo, como declina a preciosa e surda prosódia da Cidade — se lhe extorquirmos o acento agudo. Simplificação morfológica de Córrego — vulgar carreiro entre montes.»

De facto, córrego significa caminho apertado entre montes, mas não apenas isso. Significa também, segundo Morais da Silva, «riacho, ribeiro de pequeno caudal», e deve ser nesse outro sentido que deve ser procurada a origem do nome do rio. Surpreende que Sousa Costa, homem de vasta erudição, tenha omitido esse significado.

O étimo latino de córrego é *corrügu-*. A transição de «córrego» para «corgo» faz-se por transformação da vibrante múltipla *rr* na vibrante simples *r* (aquilo a que Sousa Costa chama simplificação morfológica), mantendo-se todavia, na prosódia local, o *o* tónico aberto. Nada de transcendente, portanto, que justifique disputas sobre qual das pronúncias é a correcta.

Do ponto de vista literário, o Corgo — como muitos outros rios, aliás, com o Douro, o Mondego e o Lima na dianteira — tem inspirado diversos escritores. Na pequena antologia distribuída nesta sessão, incluem-se textos de Augusto César (jornalista e escritor), Sousa Costa (jurista e escritor), Manuel Monteiro (jurista, publicista, etnólogo e arqueólogo), Afonso Duarte (poeta do grupo da revista «A Águia», com passagem por Vila Real como professor do Liceu, em meados da década de 1910), Joaquim Grande (jornalista e poeta), Otilio de Figueiredo (médico escritor, músico e pintor), Chico Costa (militar e decano dos cronistas vila-realenses), António

Teixeira Ferreira (arquitecto e cronista) e António Manuel Caldeira Azevedo (professor, escritor e cronista).

São textos de géneros diversificados — poético, narrativo, cronístico — em que os autores respectivos nos confiam as suas impressões e interpretações relativamente ao rio. Cada escritor pega no tema, pois, à sua maneira. Uns, como Augusto César, enaltecem-lhe as belezas e singularidades. Outros, como Sousa Costa, manifestam as suas ligações afectivas com ele (o escritor chega a considerar o Corgo como «irmão»). Outros, como António Teixeira Ferreira e Otilio de Figueiredo, lamentam que tenha sido transformado em vazadouro (situação que felizmente está hoje praticamente remediada). Outros ainda, como Manuel Monteiro, insistem na descrição física mais ou menos objectiva. Caldeira Azevedo, pelo contrário, dedica-lhe um texto subjectivo e denso, de pendor filosófico. Chico Costa prefere a tudo isso evocar um bem-humorado quadro de vivência popular em torno do Corgo.

Neste desencontro de visões, surgem mesmo pequenas discrepâncias, perfeitamente naturais em matéria de interpretação: Sousa Costa considera o Corgo muito masculino, já que «nem sultão da Turquia o avanta no amor do feminino», enquanto Otilio de Figueiredo entende que tem «um cheiro a fêmea que tresanda».

Seja como for, o que parece indesmentível é que há um traço comum a todos os escritores que escreveram sobre o Corgo: a afectividade que deixam transparecer pelo rio.

FÁBRICA DE CURTUMES “ALEEO”

Vítor Nogueira

A actividade industrial ligada aos curtumes na província de Trás-os-Montes, no final do séc. XVIII, estava predominantemente localizada no distrito de Bragança, e mais especialmente nas povoações de Carção e Argoselo, ambas à época pertencentes ao concelho de Outeiro (hoje extinto,

pertencendo presentemente a povoação do mesmo nome ao concelho de Vimioso, a que aliás pertencem também Carção e Argoselo). Nestas duas localidades existiam também inúmeras oficinas de sapateiros e alfaiates, actividades relacionadas, pelo que toca à matéria-prima, com a indústria dos curtumes.

Em documentos dessa época, refere-se a existência de 240 fábricas de curtumes nas duas povoações, sendo 60 em Carção e 180 em Argoselo, cujas populações, na grande maioria de origem hebraica, tradicionalmente conhecidas pela capacidade de iniciativa económica, se dedicavam a esta indústria e ao comércio com ela relacionado, em alternativa à actividade agrícola. Muita gente recorda ainda hoje os «judeus» de Carção (peliqueiros lhes chamavam no distrito de Bragança) em itinerância, a adquirir de porta em porta peles de coelho e lebre para curtir, ao tempo da II Guerra Mundial.

No distrito de Vila Real, e em particular no concelho homónimo, a actividade industrial estava relacionada predominantemente com a produção vinícola. Para além disso, havia um número significativo de oficinas ligadas ao ferro, à olaria e à moagem de farinhas. E havia também dois surradores, profissão idêntica à de curtidor, mas que muito provavelmente nessa época seria distinta em algumas das suas actividades, embora certamente complementar. A justificar esta pequena diferença, sabemos que na Procissão do Corpo de Deus, à época, aparecia no segundo quadro uma serpe oferecida pelos surradores, e no terceiro quadro um dragão oferecido pelos sapateiros e curtidores.

Algumas pessoas de Carção e Argoselo deslocaram-se para outros lugares da província (e não só), expandindo-se geograficamente desta maneira a indústria de tratamento de peles. A Vila Real chegou nos finais do séc. XIX um casal constituído por Francisco Pires Granjo e sua mulher Olívia das Graças dos Santos, cujas famílias estavam desde há muito ligadas a essa indústria. Os pais e os seis irmãos de Olívia das Graças possuíam no Brasil, para onde tinham emigrado alguns anos antes, de sociedade com Francisco Pires Granjo e sua mulher, uma firma que tinha a designação de A. L. Santos & Cia. Lda., proprietária de uma fábrica de curtumes a que foi dado o nome do seu distrito de origem: Bragança.

Francisco Pires Granjo fixa-se inicialmente junto à Capela de São Lázaro, no Bairro de Santa Margarida, onde veio a nascer seu filho José Pires Granjo (1896-1978), futuro proprietário de uma unidade industrial considerada à época uma das mais importantes do país. Dele falaremos adiante com mais pormenor.

Francisco Pires Granjo transfere-se posteriormente para a Rua da Guia, na margem esquerda do Corgo, em lugar mais próximo do rio (o que era essencial para a sua actividade), onde irá ter um armazém e uma unidade fabril, muito provavelmente na propriedade designada por Tenaria ou muito próximo dela, onde já havia uma grande tradição de exercício desta actividade e onde, aproximadamente dez anos antes, em 1889, se instalara uma unidade que, na opinião dos moradores, causava grandes incómodos e problemas de poluição, não só pelo receio de que dos tanques, localizados muito perto da Fonte da Tenaria, escorressem produtos que pudessem inquinar a água, que deixou de ser consumida, como pelos gases tóxicos produzidos pelo tratamento das peles.

(Note-se que, a toponímia vila-realense consagra ainda hoje à actividade do curtimento de peles dois nomes de Rua da Tenaria: uma na freguesia de São Pedro, no Bairro da Guia; outra na freguesia de São Dinis, que evoca esta indústria, ali conhecida pelo menos desde o séc. XX, propriedade de outra família também oriunda de Carção, de apelido Furriel, que teve uma fábrica nesse local e outra na Quinta dos Quinchosos, e estabelecimentos comerciais em vários pontos da cidade.)

Francisco Pires Granjo tinha outro armazém na Rua da Fonte do Chão (posteriormente Rua da Fonte e hoje Marechal Teixeira Rebelo) e um estabelecimento na Rua Cândido dos Reis, onde, para além das peles, vendia calçado, em especial socos.

A sua actividade desenvolve-se durante pouco mais de 30 anos, motivando naturalmente para ela o seu filho José. Este parte para o Brasil com 12 ou 13 anos de idade, para trabalhar na fábrica dos avós, pais (que se encontravam em Vila Real) e tios. Aí desenvolve uma actividade notável, chegando a gerente aproximadamente aos 18 anos. Diz-se que, em menos de seis anos, acabou com a importação de cabedais da Alemanha, o que dá bem a medida da sua dinâmica industrial.

José Pires Granjo esteve 23 anos fora de Vila Real (onde, em todo o caso, vinha ocasionalmente), a maior parte deles no Brasil, mas também na França e Alemanha, país este onde obtém formação na área da engenharia química.

No seu regresso definitivo a Vila Real, projectou desenvolver aqui a actividade dos curtumes, numa exploração em que pretendia envolver toda a sua família. Em 1932 adquire a antiga fábrica da Companhia Eléctrica e Industrial de Vila Real, já desactivada, na Peneda, freguesia de Folhadela (freguesia onde, diga-se a propósito, também se localizava a nossa mais importante indústria da época, a Empresa Cerâmica de Vila Real, aí estabelecida certamente tendo em atenção a proximidade da estação do caminho-de-ferro). Nessas instalações projecta instalar uma grande fábrica de curtumes, com secções anexas de fabrico de calçado.

A sua imagem era a de um homem dinâmico, com formação adequada, qualidades de trabalho, iniciativa e inteligência, simpatia. O sucesso na sua actividade industrial granjeia-lhe o estatuto de capitalista. Era pois o homem certo para este desafio de uma nova indústria na cidade, que iria gerar um número significativo de postos de trabalho e envolveria dezenas de operários na sua construção.

Todo este capital entusiasmou a cidade e a região, funcionando como um agente de confiança na instalação desta indústria, localizada em lugar não tão problemático como os anteriores, longe da área residencial e a jusante das mais importantes captações de água da época, o que tudo revela as preocupações de higienista de José Pires Granjo.

Tendo em consideração os condicionalismos a nível de poluição, que dificultavam a obtenção de alvará, a solução foi pedir a transferência da fábrica de curtumes do pai, existente, como se disse, há mais de 30 anos em Vila Real. Para conseguir esse objectivo houve uma representação com mais de mil assinaturas, sendo que grande parte das autarquias da região lhe deram também o seu apoio: Santa Marta de Penaguião, Régua, Lamego, Moimenta da Beira, Boticas, Vinhais, Bragança, Chaves, Macedo de Cavaleiros, Murça, Vila Pouca de Aguiar, Sabrosa e Vila Real.

Ultrapassadas as dificuldades, José Pires Granjo inicia em 1934, sem o envolvimento familiar, a laboração da sua Fábrica de Curtumes «Aleeo»,

que funcionará ainda nos anos 50, sem embargo de o industrial ter renovado anualmente o alvará todos os anos, até 1966. Produzia calfes, pelicas, camurças, solas e *croûtes*, comercializados sob a marca «Aleeo», registada em 1935. José Pires Granjo patenteou ainda duas outras marcas em 1951, «Luz» e «Mercúrio», mas ignoramos se as chegou a utilizar.

José Pires Granjo utilizou na sua indústria um dos dois dínamos da antiga fábrica de electricidade, montou um elevador movido electricamente para cargas e descargas, construiu um armazém com os seus tanques próximo da construção pré-existente e ampliou esta última aplicando uma laje de betão que passa por ser a primeira em Vila Real.

A guerra veio dificultar a sua actividade. Enfrenta a concorrência das importações resultantes da liberalização, que tentará combater, sem sucesso, nos anos seguintes. Escreve vários trabalhos destinados a sensibilizar a opinião pública sobre as dificuldades que a actividade atravessava, publicando em 1949 o opúsculo «O que penso sobre a Organização da Indústria Portuguesa de Curtumes», onde aborda a reorganização do sector e recomenda um conjunto de medidas proteccionistas como forma de promover a indústria nacional, um pouco na senda das doutrinas corporativistas do Estado Novo.

A sua actividade terminou na década de 1950, não obstante a renovação do alvará a que procedia anualmente, como vimos, até 1966. Esta renovação indicia certamente uma intenção de reactivar a indústria. Cabe aqui notar que, mesmo depois de encerradas, as instalações foram mantidas limpas e intactas, sem se retirar de lá fosse o que fosse, e visitadas por ele diariamente. Esgotada a possibilidade de reactivação, e como grande empreendedor que era, procura novas funções para aquele espaço, muito atraente aliás do ponto de vista do enquadramento paisagístico.

José Pires Granjo esteve ligado a outros negócios em Vila Real e, no campo político, foi vogal da Comissão Administrativa (que o mesmo é dizer, vereador da Câmara Municipal), entre 1934 e 1938, nos executivos presididos pelo Dr. Emílio Roque da Silveira e pelo Sr. Francisco Joaquim da Mota e Costa Lobo, em que foi responsável pelos Serviços Municipalizados; entre 1944 e 1946, foi vice-presidente no executivo presidido pelo Dr. Avelino de Sousa Campos; e finalmente entre 1951 e

1954, teve a seu cargo os pelouros do Matadouro e Mercado, no executivo presidido pelo Prof. Manuel José Gonçalves Grilo.

LUIZ JOSÉ RIBEIRO, 1.º BARÃO DE PALMA

Elísio Amaral Neves

Luiz José Ribeiro (1785-1856), uma das mais importantes figuras do Liberalismo ligada às finanças públicas, nasceu no concelho de Vila Real de uma família humilde em 22 de Maio, numa casa junto à Ponte de Santa Margarida, na margem esquerda do Corgo, então pertencente à freguesia de São João Baptista de Arroios. A mãe, Isabel Maria da Fonseca, morreu ainda ele era criança, e o pai, António José Ribeiro, que se julga ter exercido a profissão de sapateiro, colocou-o, como a seu irmão, João Baptista Ribeiro (pintor e pedagogo, director da Academia Politécnica do Porto e organizador e primeiro director do Museu Portuense, hoje Museu Nacional Soares dos Reis), numa escola pública que funcionava no Convento de São Francisco, onde se revela um aluno extraordinário, o que lhe veio a proporcionar o prosseguimento dos estudos na Real Academia de Marinha e Comércio, no Porto, onde se formou em Ciências Matemáticas.

Após ter terminado o curso, muito jovem, exerceu funções de recebedor-geral das minas de carvão de pedra na zona do Porto. Quando se dá a primeira invasão francesa, oferece-se como voluntário para combater os invasores, sendo gravemente ferido em combate. Recuperado, é enviado para a província da Beira, onde tem, simultaneamente com as suas funções militares, o encargo da uniformização dos pesos e medidas nessa área. Em 1810, quando se encontrava em Almeida, é feito prisioneiro, tentando os franceses, conhecedores das suas competências, arregimentá-lo para a sua causa. Luiz José Ribeiro não aceita e foge, até atingir o quartel-general do futuro Conde de Amarante, General Silveira, que dirigia em Trás-os-Montes a resistência nacional.

O General Silveira entende que as suas competências seriam mais úteis próximo dos centros de decisão e sugere-lhe que se dirija ao comando nacional, onde, infelizmente, essas mesmas competências não são aproveitadas. Descontente, Luiz José Ribeiro entra então ao serviço de uma empresa inglesa, proprietária do brigue *Epaminondas*, a bordo do qual percorre durante dois anos o Mediterrâneo.

Regressado a Portugal, vai ser responsável pela tarefa de assegurar víveres para o exército português e seu aliado inglês durante o resto da Guerra Peninsular. Terminada esta, é-lhe confiada a contabilidade geral das despesas realizadas durante toda a campanha.

É responsável pelo primeiro Orçamento de Estado, elaborado em 1823, bem como pelo de 1828. Em 1826 é eleito deputado e, nesta condição, elemento da Comissão de Fazenda. Posteriormente exerceu altas funções sempre na área das finanças públicas, de que se destacam as seguintes: conselheiro do Tribunal do Tesouro, Comissário-em-Chefe do Exército (funções que exerce por mais de uma vez), director do Banco de Portugal, comissário régio junto do mesmo banco e, em 1854 (ano em que é elevado à categoria de barão de Palma, nome de um lugar junto do Campo Grande, em Lisboa, onde residia), é feito Presidente da Junta de Crédito Público.

É igualmente autor de diversas obras sobre finanças e de outras publicações, como a editada em 1821, «Advertências úteis dirigidas ao soberano, e augusto Congresso Nacional das Cortes (...)», onde sugere a este órgão legislativo, diversas medidas a ter em consideração na elaboração da Constituição (1822), de que estava encarregado. Essas medidas abrangiam matérias tão distintas como a protecção da liberdade de imprensa, a organização do comércio, da agricultura e da marinha mercante, a reforma das instituições religiosas, a simplificação da administração das finanças, a reforma das instituições militares, a reforma dos Códigos Civil e Criminal, e o regulamento de polícia e bons costumes.

No âmbito deste último, note-se a título de curiosidade uma série de preocupações que pretendia ver acauteladas na lei fundamental, como sendo a iluminação nocturna de todas as povoações do reino (para efeitos de segurança extensiva a toda a população), a limpeza regular dessas

mesmas povoações e os enterramentos fora das igrejas (como medidas gerais de higiene), o estabelecimento de preço exacto para a venda de produtos a miúdo, a existência de repeso nos açougues para que o povo pudesse verificar o peso da carne adquirida e o estabelecimento de preço fixo para as visitas dos médicos e cirurgiões (como medidas que hoje chamaríamos de defesa do consumidor), a sindicância aos sinais de riqueza (como medida de moralização fiscal) e a proibição da publicação de folhetos de moda (como medida de austeridade).

REGRESSO AO ARQUIVO DE AQUILES FERREIRA DE ALMEIDA

Elísio Amaral Neves

A grande importância para o conhecimento da história local do arquivo do Sr. Achilles Ferreira de Almeida, à beira de ser depositado durante dez anos no Arquivo Municipal, a fim de ser organizado, estudado e publicado o seu catálogo, trouxe-nos de novo ao seu encontro. Na verdade, a sua importância é tal e tão diversificada que a actividade editorial no âmbito da Área de Exposições Temporárias do Museu de Vila Real — que conta já mais de 100 documentos publicados, entre reproduções e fac-símiles — assentou significativamente nesse arquivo.

Nele se contém milhares de documentos, muitos deles raríssimos e passíveis, todos ou quase todos, de constituir pretexto para uma comunicação do Ciclo «História ao Café». A comunicação de hoje anda, justamente, à volta de três desses documentos, que se publicam dois deles em fac-símile.

O primeiro deles é o Roteiro do Museu Etnográfico da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, instituição inaugurada em 1940 no edifício onde hoje funciona o Museu de Vila Real, aí se mantendo até 1951, altura em que foi em parte transferido para o edifício da Junta Distrital, na Avenida Carvalho Araújo, sendo a parte restante acondicionada em

caixotes.

O Roteiro é, pela sua própria natureza, dimensões e gramagem do papel utilizado, um documento efémero, restando certamente muito poucos exemplares. Um deles encontra-se no arquivo em apreço, e dá informações preciosas sobre o conteúdo do Museu e o modo como estava distribuído por doze espaços da Casa do Caminho de Baixo: nove salas, dois recantos e um pátio.

O segundo é um interessantíssimo e muito raro registo de santo, impresso na tipografia de Valentim Ziegler (ou Ziegler), com desenho de Nicolau José Possolo Lecoingt. Refere-se a Santa Filomena, que se venerava no Convento de Santa Clara. Este convento foi demolido para no seu chão ser construído o Seminário Diocesano e o seu património disperso por diversas instituições. Em artigo publicado no semanário «A Voz de Trás-os-Montes», Vila Real, em 1949, dava-se nota de que a lápide comemorativa da fundação do Convento e o brasão do Bispo de Uranópolis se encontravam no átrio do Governo Civil; o órgão, oferecido por Mme. Brouillard, estava sobre o pórtico da Sé; as colunas e o «empoleirado», assim como o encornijamento da frontaria, encontravam-se na Quinta de Prados; os azulejos foram aproveitados na Igreja Paroquial de Mateus e numa escada da família Barros, igualmente de Mateus; um altar foi transferido para a Capela de Vila Seca; a imagem de São José foi para a Igreja da Misericórdia; os dois quadros do coro e restantes imagens e alfaias encontravam-se a «bom recato» nas dependências do Seminário Diocesano.

O terceiro documento é uma fotografia belíssima de A. Teixeira do carro alegórico dos Bombeiros Voluntários, que participou na Festa da Árvore realizada no dia 5 de Março de 1911. Tratou-se de uma iniciativa cívica, destinada a inculcar o respeito pela árvore, que repetiu uma edição anterior, realizada em 3 de Outubro de 1909, que envolveu mais de uma centena de crianças de todas as escolas do concelho. Na festa de 1911 procedeu-se à plantação de árvores na Avenida Almeida Lucena. Na edição de 1909, a plantação de árvores foi feita, para além de nesta mesma artéria, sobretudo no terreiro subjacente à esplanada do Calvário, denominado a Eira (onde se encontra hoje o Campo do Calvário). Nesta plantação houve

o cuidado de deixar livre a parte central para ali ser criado um parque de ginástica e jogos desportivos (ténis e futebol, entre outras modalidades). Esta iniciativa é pioneira no que respeita à criação de um campo para a prática do futebol, e só não foi por diante porque a Câmara, proprietária do terreno, cuja cedência lhe foi solicitada, exigiu na altura que a comissão de cidadãos se constituísse em associação, o que não foi então possível. Só veio a sê-lo, aliás, na década de 1920.

Esse parque desportivo é pensado nesse tempo como um anexo do Jardim Público e devia ter entrada pelo mesmo, através de uma rampa ou escadaria. Existe ainda hoje no local uma escadaria, que todavia não podemos garantir que fizesse parte do projecto inicial.

Um quarto documento (este fora do âmbito do espólio do Sr. Achilles Ferreira de Almeida) apresentado nesta sessão é um rótulo, certamente raríssimo, que apareceu colado no rosto de um livro de notas do cartório notarial de Sabrosa, incorporado no Arquivo Distrital de Vila Real, instituição por onde passa grande parte da investigação que está na génese do trabalho apresentado no Museu. Foi impresso numa tipografia de António Narciso Alves Correia, uma das figuras mais importantes e multifacetadas da segunda metade do nosso séc. XIX, que sabemos ter tido uma tipografia desde o final da década de 1850.

CAPELA DE SÃO JOÃO DA FRAGA

Elísio Amaral Neves

Sobre um rochedo eminente ao sítio da Ponte e Bairro de Santa Margarida, no limite da vila para nascente, foi construída em 1685 uma capela com a invocação de São João Baptista. Daquele local desfrutava-se um magnífico panorama, abrangendo não só a ponte como as correntes do rio, assim como inúmeros pomares, hortas, vinhas e campos.

É devido a essa localização sobre o grande rochedo de granito, que de alguma forma contribuía para marcar o perfil da vila de então, que a

capela ganha a designação de São João da Fraga. Para ela se subia, vindo do Bairro, por uma escadaria de razoável dimensão. Tinha um pátio, com os «seus assentos em circunferência», tudo de pedra de cantaria. Proporcionava um dos passeios e vistas mais aprazíveis da vila, pelo que muita gente concorria ao local.

A construção da capela fez-se à custa de muitas esmolas do povo. Um dos principais beneméritos foi o licenciado João Martins da Fraga, que contribuiu com esmolas avantajadas, prestou assistência contínua aos trabalhos de construção e se manteve como seu protector nos primeiros dez anos a seguir à edificação.

João Martins da Fraga, aproveitando o casamento em 1695 de uma sua filha, Marta de São Paio, com Luís Teixeira de Magalhães, fidalgo da Casa Real do ramo da família Teixeiras, do Morgado de São Brás, faz-lhe um dote, conjuntamente com seu cunhado José Álvares de São Paio, vigário de São Pedro de Nogueira, com a condição de que dos bens dotados se fizesse um vínculo de morgado. O morgado chamar-se-ia de São João da Fraga, porque à capela deste santo o dedicaram. Para além de outras obrigações, como por exemplo as relacionadas com a conservação da capela, o vínculo obrigava a que fossem rezadas na dita capela três missas por ano, nos dias de São José, Santo António e São João Baptista, todas elas por alma dos seus instituidores, ou seja, o licenciado João Martins da Fraga, sua mulher e irmão desta, José Álvares de São Paio.

Os diferentes administradores do vínculo ao longo dos tempos eram obrigados a acrescentar 10.000 réis de «fazenda» anualmente, ou 30.000 réis ao fim de cada três anos.

O traslado deste vínculo estava depositado no Convento de São Francisco, onde podia ser consultado por quem o desejasse. Para compensar os religiosos que o tinham à sua guarda, os administradores deviam dar-lhes para sempre um almude de vinho no dia de Natal.

Nos primeiros cem anos de existência da capela, os administradores cumpriram com as suas obrigações, inclusive em matéria de conservação do templo. Mas nos princípios do séc. XIX, a capela encontrava-se já em muito mau estado e praticamente abandonada, a ponto de ser necessário

retirar as imagens para a igreja paroquial de São Pedro.

Em 1836, na sequência da extinção das ordens religiosas, os bens da Igreja ficaram a cargo das Juntas de Paróquia. A Junta de Paróquia de São Pedro encontrou esta capela, como se disse, quase em ruína e, considerando a impossibilidade de a recuperar e conservar, por se tratar de uma capela particular, o seu presidente, na década de 1840, desenvolveu esforços para lhe acudir. Primeiro tentou que o governador civil fizesse obras na capela, mas essa diligência malogrou-se. Não havendo, por outro lado, esmolas suficientes para o efeito, oficiou então ao administrador do vínculo à época, o Barão de Vila Pouca de Guimarães, lembrando-lhe as suas obrigações como administrador e argumentando, numa época em que os morgadios estavam sob fogo desde os anos 20 (viriam a ser extintos em 1863), que os foreiros do vínculo pagariam de melhor vontade os seus foros sabendo que o dinheiro seria destinado à recuperação da capela. Ignoramos os resultados práticos de mais esta diligência. Sabemos, isso sim, que a capela se mantém até que, no âmbito da estrada distrital entre Vila Real e Covelinhas, que compreendia uma nova ponte a ligar as duas margens naquele local, se elabora um projecto em 1885-86, que constituiu uma nova ameaça à capela, já que os alicerces do encontro da ponte com a margem direita do Corgo encostariam na mesma. O projecto definitivo, de 1894, executado nos dez anos seguintes, deu o golpe de misericórdia à capela, forçando a sua demolição poucos anos antes do dobrar do século. Da mesma forma, parte da fraga que lhe dava o nome foi também desmontada.

A fraga deixou, porém, alguns sinais na toponímia local. Fraga, mais tarde Rua da Fraga, seria provavelmente a parte final da hoje chamada Rua Miguel Bombarda, que se sucedia à Rua do Cabo da Vila e teria o seu término junto à entrada para a Rua dos Vazes, hoje Rua de Santa Marta, e ao Beco da Fraga (designação que encontramos muito mais tarde), sendo este muito provavelmente a ligação feita pela escadaria atrás referida, que nos dirigia até ao final da Rua de Santa Margarida (Rua dos Ferreiros, hoje Rua Sargento Pelotas). Não podemos contudo descartar a hipótese, menos provável, de a Rua da Fraga ter continuação na dita escadaria.

A Rua da Fraga evoluiu para Rua de São João da Fraga, que, com a

Rua do Cabo da Vila, dá lugar em 1867 à Rua de São João e desde 3 de Novembro de 1910, à Rua Miguel Bombarda.

BANDEIRA DA ACADEMIA VILA-REALENSE

Elísio Amaral Neves

Comungando os sentimentos generalizados de solidariedade que o séc. XIX despertou nas diversas classes sociais, a Academia do Liceu de Vila Real decidiu, em 1888 (na altura em que se reorganizava o ensino secundário em Portugal), promover de forma consistente os festejos do 1º de Dezembro, até aí realizados de maneira bastante irregular. As manifestações académicas que marcam hoje o Dia da Restauração da Independência em Vila Real e que chegaram até aos nossos dias através da Academia do Liceu são praticamente aquelas que a partir dessa data se constituem em autêntica tradição.

As iniciativas dos estudantes, para além das preocupações de ordem social e de afirmação corporativa, têm por objectivo dar uma imagem à Academia. Para reforço desse objectivo, a Academia solicita ao Ministério do Reino autorização para os seus membros usarem capa e batina. O deferimento é célere e vêem-se logo os primeiros estudantes envergando esse traje na semana de 7 a 13 de Janeiro de 1889.

De entre as manifestações que ganham notoriedade a partir dessa altura destacam-se os saraus, que de algum modo reflectem o gosto dos vila-realenses pela música, pelo teatro e de uma forma geral pelas actividades artísticas.

Vila Real torna-se por essa altura visita obrigatória de outras academias, representadas pelas suas estudantinas, muitas delas com as suas tunas — o que motivará o aparecimento em 1895 da Tuna Académica Vila-Realense. A Academia de Vila Real começa também a retribuir essas visitas — em que havia quase sempre uma motivação de ajuda a instituições de solidariedade social e a estudantes sem recursos para

prossequirem os estudos —, o que acaba por lhe criar a necessidade de arranjar um estandarte.

Por essa altura circulava uma anedota com origem, diz-se, num dito do rei D. Carlos (que não terá tido intenção pejorativa, decorrendo antes do espírito folgazão do rei) no momento em que é lhe apresentada para assinatura uma portaria que tinha por fim distinguir um grande industrial e comerciante natural de Murça, de família humilde, que havia granjeado uma enorme fortuna em São Tomé e Príncipe. Tratava-se de um homem generoso, benemérito, e que simultaneamente havia prestado serviços relevantes ao Partido Regenerador, onde já pontificavam diversas personalidades vila-realenses. Chamava-se José Constantino. Recebeu ao longo da vida diversas distinções entre as quais três títulos de nobreza: visconde, conde e marquês de Vale Flor.

O rei terá dito, no momento em que é confrontado com a portaria: «O quê? José Constantino? Então nem ao menos é da Silva?»

O dito, de sabor anedótico, chega aos ouvidos da oposição e logo passa a ser contado à mesa dos cafés. Chega também à Academia de Coimbra, que, mesmo sabendo que o conde de Vale Flor tencionava oferecer-lhe uma bandeira, dá nova amplitude ao dito do rei, o que naturalmente desagradea ao visado.

Em Vila Real, nessa altura, segundo o Coronel Francisco Pereira da Costa (Chico Costa), que sobre o assunto escreve uma crónica, a Academia era presidida por Carlos Moreira e incluía também o futuro escritor Sousa Costa, Agostinho da Costa Lobo e Filipe de Mesquita Borges, além de alunos externos, alguns dos quais do concelho de Murça. Conhecendo a repercussão do dito do rei e também a generosidade do Conde de Vale Flor (que pode ser avaliado por exemplo através do apoio que terá dado a vários vila-realenses em São Tomé e Príncipe), e demonstrando um raro sentido de oportunidade, uma representação da Academia composta por vinte elementos dirige-se a Murça, em Março de 1895, com a intenção de ler ao conde um discurso laudatório e «agradecer a oferta da bandeira aos estudantes vila-realenses» — coisa de resto que o conde até então não pensara. Sucedeu-se uma laboriosa argumentação onde é recordada a ingratidão dos estudantes de Coimbra. O resultado é o conde manifestar a

intenção de oferecer a bandeira à Academia de Vila Real, pedindo desde logo aos elementos presentes que lhe enviassem os motivos que desejavam ver representados nela.

Como forma de agradecimento, os académicos pensam logo em dedicar o sarau do próximo 1º Dezembro ao Conde de Vale Flor. O Partido Progressista, através da sua imprensa, todavia, contesta o gesto, já que o conde era uma figura pouco grata ao Partido e a dádiva de uma simples bandeira não era um acto relevante de benemerência. Mas a ideia vai por diante, e em Outubro organiza-se uma comissão (que se confundirá com a própria Academia e parte significativa da Tuna), em que se integram académicos como António Agarez, presidente da Academia, Augusto Botelho, José Leite dos Santos, Filipe Correia de Mesquita Borges, José Aires da Costa, Luís Cabral, José Borges, José Vaz de Carvalho, Luís de Médicis, Alfredo Dias Pereira, Álvaro Pires, Francisco Vieira, Domingos Borges e Joaquim Carvalho, cujo objectivo é a preparação da homenagem ao conde de Vale Flor. Por seu turno, a bandeira é entregue atempadamente, de forma a figurar já nalgumas das manifestações do 1º de Dezembro, que decorrem da seguinte forma:

No dia 30 de Novembro, à noite, os estudantes em cortejo pedem aos professores que concedam feriado no dia seguinte. No dia 1, para além da alvorada de foguetes e música, manifestação que se repete ao meio-dia, tem lugar às 10h00 a bênção da bandeira na Igreja de São Domingos, acto para o qual foram convidados os Bombeiros Voluntários e os alunos do Colégio de Nossa Senhora do Rosário. À noite, houve uma marcha «aux flambeaux» pelas ruas da vila que termina no Teatro Circo, onde teve lugar a récita, em que actua a Tuna e são representados um drama, uma comédia e monólogos nos intervalos. A Tuna executa músicas de Nunes de Freitas e António Augusto Vaz de Carvalho, entre outros. O presidente da Academia proferiu o discurso alusivo à Restauração da Independência e de agradecimento pela oferta da bandeira.

A bandeira oferecida pelo conde de Vale Flor é a primeira bandeira da Academia. Nela encontravam-se representados um livro, o Sol e um mocho (elementos que se manterão nas bandeiras posteriores), além de elementos simplesmente decorativos, bem como, muito provavelmente,

uma alusão à dádiva do conde.

Foi a primeira mas não foi a última. Em 1925, por ocasião do centenário do nascimento de Camilo Castelo Branco, a Academia, então presidida por Manuel da Costa Lobo, passou a dispor de uma nova bandeira, que também foi benzida na Igreja de São Domingos. Em 1998, nos 150 anos da fundação do Liceu, agora Escola Secundária Camilo Castelo Branco, foi oferecida pela própria escola uma nova bandeira, hoje em uso, igualmente benzida na Igreja de São Domingos.

Estas bandeiras, sobretudo as duas primeiras, encerram muitas histórias, nomeadamente a de alguns momentos difíceis das relações da Academia com a direcção do Liceu (geralmente por razões políticas), alturas em que a bandeira era recolhida em casas particulares, muitas vezes dos presidentes da Academia.

CASCATA DA PENEDA

Duarte Carvalho / Elísio Amaral Neves



Não tem sido norma usar ilustrações nas fichas do Ciclo «História ao Café». Fizemo-lo uma primeira vez numa sessão dedicada ao 25 de Abril em Vila Real, publicando duas fotografias da multidão que se aglomerou junto ao monumento a Carvalho Araújo e no topo sul da Avenida Carvalho Araújo, para os dois primeiros comícios realizados na nossa cidade depois da revolução. Fazemo-lo hoje pela segunda vez, divulgando uma fotografia de Carlos Relvas, da década de 1870, da colecção da sua Casa-Museu na Golegã, cujo assunto são as margens do Corgo e em particular a chamada Cascata da Peneda. Em ambos os casos consideramos que qualquer das imagens é mais forte e elucidativa do que quantas palavras pudéssemos usar.

A Cascata da Peneda constitui um património que potencia um dos mais importantes recursos turísticos que Vila Real poderá ter. Sobressai nela um conjunto de moinhos — e tempos houve em que se encontravam simultaneamente em laboração 20 a 25, grande parte deles com duas rodas — que foi sempre uma das vistas mais apreciadas pelas pessoas que concorriam ao passeio de Trás-dos-Muros. Esses moinhos estiveram sempre sujeitos às forças da natureza e houve várias ocasiões em que foram totalmente destruídos, não restando sequer sinal das suas fundações. Contudo, foram sempre reconstruídos, como que a dar-nos o exemplo de que, no limite da sobrevivência, constituía uma necessidade e uma obrigação refazê-los.

Naturalmente, outros recursos existem junto à Cascata da Peneda. Mas os moinhos e o rio são o que restou até há bem pouco tempo da vivência da vila medieval e certamente de povoamentos anteriores.

Em outras ocasiões, falámos já aqui da importância que os moinhos da Cascata da Peneda revestiram para a alimentação dos vila-realenses. Falámos também de como os mesmos, em plena crise do Douro, foram usados para moer o enxofre utilizado no combate ao ódio. Hoje gostaríamos de lembrar um outro aspecto, porventura menos conhecido.

Logo que chegava a época da rega dos milheirais e meloais que abundavam na veiga de Vilalva, ou ainda em épocas de grande estiagem, os donos das quintas desviavam a ribeira de Tourinhas (que em Vilalva é conhecida por ribeira de Vilalva e na Peneda por ribeira da Peneda) para

irrigar as terras. Isso significava uma redução drástica do caudal, que impedia a laboração dos moinhos — situação que os moleiros resolviam, fabricando uma grande poça no cimo do monte, onde se juntavam as águas que escorriam das quintas, a fim de produzir a energia hidráulica com que moíam de poçada.

O NATAL HÁ CEM ANOS

Elísio Amaral Neves

Tal como hoje, há cem anos, um dos primeiros sintomas da chegada do Natal a Vila Real, era o aumento do número de pessoas a pedir nas ruas.

Mas, também como hoje, a imprensa tinha um papel importante na consciencialização das pessoas de que o Natal estava à porta. Publicava notícias, crónicas, artigos e poemas, tudo relacionado com o tema. Os versos assumiam por vezes o formato de letra para o cantar dos reis ou janeiras. Num período em que a vida política tinha alguma turbulência, mandavam-se recados políticos dessa forma. Por exemplo, publicado num jornal afecto ao Partido Progressista, liam-se umas janeiras que incluíam a seguinte quadra:

Vivam todos que são nossos
Na folhinha da nabiça,
Vivam velhos, vivam moços,
Viva o Júlio Celoriça.

Júlio Celoriça era uma personagem popular vila-realense da época, muito conhecido e muito das relações do Dr. António de Azevedo Castelo Branco — um dos próceres do Partido Regenerador.

Esboçavam-se movimentos diversos para assegurar melhores consoadas à pobreza, nomeadamente a chamada pobreza envergonhada,

aos internados nos asilos, aos presos, etc. Todos os jornais organizavam subscrições ou listas para responder à vontade dos beneméritos. Entre estes distinguia-se, na época, Joaquim Vitorino de Oliveira, que dividia o seu tempo entre Portugal e o Brasil, e que era proprietário do *chalet* da Rua Dr. Augusto Rua que foi recentemente remodelado para receber o Arquivo Municipal. Joaquim Vitorino de Oliveira, importante capitalista com actividade comercial em Pará, distribuía já nesse tempo duzentas esmolos. Mas muitas outras pessoas contribuía para uma consoada mais feliz dos pobres, dando molhos de vides para a lareira, bacalhau, açúcar, travessas de aletria, arroz, café, trigo. Dois sacerdotes do Colégio de Nossa Senhora do Rosário em 1900 deram doze castanhas a cada preso da cadeia.

A imprensa faz-se também eco da lotaria do Natal e do início das férias judiciais, que na época iam de 24 de Dezembro a 6 de Janeiro. Referem também meticolosamente a chegada e partida de pessoas que vão ou vêm passar férias, nomeadamente os estudantes do ensino superior. Há também eco das dificuldades dos Correios em assegurar um serviço eficiente para responder ao aumento de tráfego postal próprio da época, especialmente de “lembranças”.

A imprensa evoca ainda o ambiente familiar próprio da quadra, com o fumo a sair mais abundante das chaminés, sinal de que há mais gente em casa e de que as panelas fervem com a sopa e o bacalhau e os tachos de cobre com o arroz doce. Há também referências a que, nas mesas dos mais ricos, sobre as toalhas de linho, havia vinho, aperitivos e frutas secas, e, nas mesas dos mais ricos ainda, comida importada, como carnes doces, queijos e frutos exóticos.

Do ponto de vista religioso, as festas de Natal começavam com a novena em honra do Menino Jesus, que se realizava na Igreja de São Domingos. Nesta igreja armava-se um presépio, à semelhança do que acontecia na igreja do Convento de Santa Clara. Eram ambos muito visitados e admirados. O presépio de Santa Clara ganhava um interesse particular, porque proporcionava um contacto brevíssimo da população com as freiras, que viviam em regime de clausura. Nessa ocasião as freiras entoavam cânticos, acompanhando-se com pandeiretas, ferrinhos e castanhetas.

A missa do galo era celebrada na Igreja de São Domingos e na Capela Nova, na altura mais conhecida por Igreja dos Clérigos, com importante acompanhamento coral e instrumental.

No dia 1 de Janeiro, a igreja do Convento de Santa Clara era ricamente ornamentada, embora já na altura com ramos artificiais. Celebrava-se ali o mistério da Circuncisão do Redentor, com missa solene e sermão, tudo acompanhado pelo órgão e pelo coro das freiras.

Em 6 de Janeiro, realizava-se a festa da Epifania para comemorar a adoração dos Reis Magos. Nesta altura dos Reis, bandos de pessoas percorriam as ruas da vila, anunciando nos seus descantes a chegada dos Reis Magos a Belém.

A CURVA DA ALEGRIA

Elísio Amaral Neves / José Borges Rebelo

O que define um vila-realense ou um tirsense ou um escalabitano é, em termos práticos, o facto de ter nascido em Vila Real ou em Santo Tirso ou em Santarém. Mas às vezes temos de usar outros critérios para a compreensão das coisas. Ser vila-realense não é apenas ter nascido em Vila Real. É muito mais do que isso. É sentir permanentemente a atracção de Vila Real e ansiar por que aquilo que estamos a fazer longe de Vila Real termine depressa para podermos regressar.

Obviamente, o que deixamos dito poderá aplicar-se a outras terras. Mas há, entre os habitantes de Vila Real, um certo misticismo, um sentimento arreigado e intenso da condição de vila-realense que costumam exprimir de muitas maneiras.

Naturalmente, para o vila-realense é agradável viajar, estar fora durante algum tempo, encontrar-se com pessoas que conheceu noutras ocasiões — mas apenas o tempo considerado razoável. Digamos que após quatro dias de ausência começa a impor-se a vontade de regressar. A Póvoa de Varzim, por exemplo, foi sempre um destino de viagem e férias para

muitos vila-realenses. Mas lá vem a reserva: «Fornelos [embora no concelho de Santa Marta de Penaguião] nas vindimas era melhor do que a Póvoa.» E a pergunta: «Que estou eu a fazer na Póvoa?» E o regresso apetecido ao círculo familiar e dos amigos, à mesa do café ou ao balcão da tasca ou da loja onde fazemos tertúlia. Ser vila-realense é, quando se está fora, pensar sempre em Vila Real, a imaginar como a cidade se vai modificando quotidianamente, como um empreiteiro que vai acompanhando a obra que está a construir.

Há quem, num exercício de quase fundamentalismo, vá mais longe e afirme que Vila Real é o único sítio do mundo onde há oxigénio para «respirar com consciência.» Ou que ser vila-realense é ter um capital de resposta às agressões de que somos alvo sem inveja, sem rancor e com graça. Ou ter sempre na boca os nossos paladares: o bacalhau, as feijoadas, as tripas, as sopas, os vinhos. (Porque ninguém se atrevia a sair de Vila Real desacompanhado do nosso vinho.) Ou assumir que a fronteira com o resto do mundo é o Marão.

Justamente, por falar em Marão. Quando se chega, vindo de poente, ao Alto de Espinho é sinónimo de estarmos a chegar a casa. E havia um ponto, entre o Alto de Espinho e Vila Real, que era crucial para a nossa relação com a cidade, noutros tempos vila: a Curva da Alegria, também chamada Curva da Saudade e, entre os habitantes locais, pelo topónimo menos afectivo de Curva do Cuco. Ficava na Estrada Nacional 15, a cerca de 7 km de Vila Real, próximo da povoação de Arrabães. Dali se avistava pela primeira vez Vila Real. As saudades tornavam-se mais prementes e ocorriam-nos as estrofes da «Marcha de Vila Real».

E, para lembrar uma relação comercial entre a Curva da Alegria e a cidade, era nessa curva que os potenciais clientes nocturnos da Pastelaria Gomes, viajando para Vila Real pela EN 15, se certificavam de que a mesma se encontrava ainda aberta. Para esse efeito, o proprietário, Manuel dos Santos Gomes (1890-1959), numa verdadeira iniciativa de *marketing*, mandou instalar no telhado do edifício construído entre 1948 e 1952 um candeeiro eléctrico que se mantinha aceso enquanto a pastelaria estivesse aberta.

CAMILO E VILA REAL

A. M. Pires Cabral

Considerando apenas permanências com duração considerável, e omitindo portanto algumas passagens episódicas e breves, Camilo Castelo Branco viveu três períodos em Vila Real.

O primeiro período inicia-se em Setembro de 1830. Camilo tem então apenas cinco anos e é já órfão de mãe. O seu pai, Manuel Joaquim, é nomeado correio-assistente nesta vila em 2 de Agosto de 1830 e vem de Lisboa, com os dois filhos (Carolina e Camilo). Habitam o primeiro andar da chamada Casa dos Vilaças (onde hoje funciona o Arquivo Distrital de Vila Real, embora à época lhe faltasse ainda a ala sul), funcionando os correios no rés-do-chão. Mas a estada não é longa. Depois de alguns dissabores, incluindo uma agressão por um tal Ferreira «Torto», Manuel Joaquim arrenda o ofício a João Pinto Correia da Costa em 27 de Julho de 1831 e regressa a Lisboa com os filhos.

A segunda estada dá-se a seguir ao falecimento do pai. Os órfãos, agora de pai e mãe, são enviados pelo conselho de família para Vila Real, onde chegam no dia 1 de Abril de 1836. Vêm aos cuidados de uma tia, de nome Rita Emília, que os sustenta, mas se vai pagando generosamente dos bens herdados pelas duas crianças, de tal forma que há biógrafos que falam em esbulho. Devem ter vivido, segundo o camilianista José Campos e Souza, na Rua do Carmo e na Rua das Casas Novas (hoje respectivamente Rua Ten. Manuel Maria Bessa Monteiro e Rua da Boavista).

Mantêm-se em Vila Real até que em 5 de Outubro de 1839 Carolina, quatro anos mais velha que Camilo, casa em Vilarinho da Samardã, com um estudante de Medicina, futuro médico, chamado Francisco de Azevedo. Camilo segue com a irmã para Vilarinho da Samardã, onde estabelece contacto com a ruralidade, que se revelará fecundo para a sua obra literária futura. Aí aprende os nomes dos pássaros, das ervas, das alfaias agrícolas e enriquece o seu vocabulário com o vernáculo popular. Tem também o primeiro contacto com o mundo dos livros, através da biblioteca do padre António de Azevedo, irmão de Francisco. Caça, pastoreia o gado, medita

na solidão da serra e tem os primeiros amores. É essencialmente uma fase de aprendizagem.

Segue-se um período, de 1840 a 1845, em que está fora de Vila Real. Primeiro em Ribeira de Pena, onde casa aos 16 anos com Joaquina Pereira de França, prossegue a sua educação com o padre Manuel Rodrigues, da Lixa, e trabalha como ajudante de um tabelião. Em seguida, vai para o Porto estudar com pouco sucesso na Escola Médico-Cirúrgica. Finalmente passa algum tempo em Coimbra.

Em 1846 encontram-lo de novo em Vila Real. Tem agora 20 anos. Está em plena fase de afirmação. No clima de grande agitação política e social, manifesta-se politicamente, abraçando a causa legitimista. Terá sido, segundo o próprio, ajudante do general McDonnell, embora a generalidade dos biógrafos não tenham esta informação por verídica. Sente que tem talento literário e começa a escrever correspondências para jornais do Porto («O Nacional» e «O Echo Popular»), em que afronta o governador civil de Vila Real, José Cabral Teixeira de Morais, o que lhe vale uma tarefa ministrada por um esbirro deste, de alcunha o Olhos-de-Boi, em 19 de Setembro de 1847. Em 1846 tinha escrito um dramalhão histórico em quatro partes, o *Agostinho de Ceuta*, que é representado no chamado Teatro de Vila Real, que ocupava casas pertencentes ao seu tio por afinidade, João Pinto da Cunha, o *Cabanas*, aproximadamente no local onde fica hoje o Café Avenida e no edifício anexo, onde funcionou a Auto Viação do Tâmega. O drama é impresso no ano seguinte em Bragança. Crêem alguns biógrafos que esta obra se destinou a impressionar Patrícia Emília de Barros, uma órfã que vivia aos cuidados de sua madrinha D. Rita Moreira, na Rua do Jogo da Bola (hoje Rua Alexandre Herculano). O certo é que Camilo seduziu mesmo Patrícia Emília e tentou fugir com ela para o Porto, sendo porém o casal interceptado no caminho, à ordem de João Pinto da Cunha, e encarcerado na Cadeia da Relação. De novo em Vila Real, vive algum tempo, possivelmente na Rua da Guia, em mancebia com Patrícia Emília de quem veio a ter uma filha, Bernardina Amélia. Trabalha algum tempo como amanuense do Governo Civil, emprego que ainda não foi possível documentar, mas é geralmente aceite pelos biógrafos. Os seus escritos continuam a valer-lhe dissabores e agressões, pelo que em 1847

decide abandonar Vila Real. Embarca no cais da Régua em direcção ao Porto, onde viverá os próximos anos. Só episodicamente voltará a Vila Real.

É de crer que Vila Real não tenha valorizado devidamente o talento de Camilo, se é que se chegou a aperceber dele. Por outro lado, é natural que a nobreza da vila o tenha tratado com sobrançeria, devido à sua condição de bastardo, por um lado, e à sua mania da nobreza, por outro. Em paga, Camilo também não foi simpático para com Vila Real. Nas muitas referências que faz à vila na sua obra, há sempre algo de magoado ou de sarcástico. Vila Real é «um torrão agro e triste do norte». Numa carta em que pede emprego a Alexandre Herculano, refere o «ar mefítico» que aqui se respira. No «Amor de Perdição», alguém diz que os fidalgos de Vila Real «eram muito menos limpos do que os carvoeiros de Lisboa»...

Já em relação a Vilarinho da Samardã deixa alguns apontamentos positivos, eivados de saudade, desde logo aquele em que diz que passou ali «os primeiros e únicos felizes anos» da sua mocidade.

No entanto, esta animosidade contra Vila Real pode não ser inteiramente genuína. Sabemos, por uma nótula publicada no nº 1 do Boletim da Casa de Camilo (Janeiro-Março de 1964), que em 1883 considerou a hipótese de vir viver para Vila Real, chegando a pedir a um amigo, José António da Silva Baptista, ao tempo chefe dos correios nesta vila, para lhe saber se a casa do Caminho de Baixo (solar onde hoje está instalado o Museu de Vila Real) estava em venda, como lhe tinha constado. Posteriormente, contudo, desistiu da ideia, argumentando que «a casa que se me oferece às minhas imediatas aspirações é a sepultura» e que seria difícil deslocar os filhos para Vila Real.

Vila Real, como para se penitenciar da desatenção para com o escritor enquanto jovem, tem homenageado Camilo de diversas formas. Logo após a sua morte, em 3 de Julho de 1890, deu o seu nome a parte da Rua da Cadeia. Em 9 de Maio de 1914, ao Liceu Central foi também dado o seu nome, embora posteriormente passasse a Liceu Nacional de Vila Real; mas hoje tem de novo o seu nome: Escola Secundária Camilo Castelo Branco. Em 25 de Abril de 1926 foi inaugurado um busto do romancista, da autoria de Anjos Teixeira, no Jardim da Carreira. O Arquivo Distrital de Vila Real

baptizou com o nome de Camilo o seu auditório. Finalmente, a Câmara Municipal de Vila Real e a Região de Turismo da Serra do Marão, algumas vezes com a colaboração do Arquivo Distrital de Vila Real, organizaram nos anos 80 e 90 do século passado, as célebres Jornadas Camilianas (seguidas de uns Passos de Camilo na mesma linha das Jornadas), que constituíram um ponto importantíssimo na história dos estudos camilianos

**HEITOR CORREIA DE MATOS,
DIRECTOR DE “O VILAREALENSE”**

Nuno Botelho

Em 18 de Fevereiro de 1880 veio a lume pela primeira vez o mais importante jornal regenerador jamais editado em Vila Real: *O Vilarealense*. Surge como expressão do Centro Regenerador local, que havia sido criado no ano anterior, e num contexto de oposição política, uma vez que na altura era o Partido Progressista que estava no governo da nação.

O Vilarealense não era, em termos cronológicos, o primeiro jornal editado em Vila Real. Esse título cabe a *O Transmontano*, jornal democrático, mais tarde republicano, dirigido durante mais de duas décadas por Augusto César. Tão-pouco era o primeiro jornal regenerador, pois já antes se tinham publicado, na mesma área política, *O Norte*, dirigido por Lopo Vaz de Sampaio Melo, e *A Província* — que cerca de meio ano depois se transformará em *Correspondência do Norte* —, dirigido por António de Azevedo Castelo Branco.

As circunstâncias em que surgiu *O Vilarealense* — por um lado, como órgão do Centro Regenerador, por outro lado, em contexto de oposição política — deram-lhe um carácter diferente dos anteriores que lhe permitiu manter-se como o jornal regenerador mais prestigiado até à implantação da República e assegurar uma longevidade superior a um século de vida.

São seus fundadores o Dr. António Tibúrcio Pinto Carneiro e

Estanislau Correia de Matos.

O Dr. António Tibúrcio Pinto Carneiro (1826-1881) foi seu director político, sendo substituído nesta posição, quando pela segunda vez é chamado a exercer as funções de governador civil, por uma pessoa por ele indicada, o Dr. Augusto Guilherme de Sousa.

Foi um homem de grande poder, que os próprios adversários respeitavam, a ponto de, em momentos de mudança política, o manterem nas suas funções. Há quem lhe atribua a expressão 'Para cá do Marão... mandam os que cá estão', que usava sistematicamente sempre que confrontado com a nomeação sem o seu conhecimento de um funcionário, que se recusava a aceitar. Dele se conhecem gestos de grande amor pela liberdade, reflectindo a sua adesão ao Batalhão Académico de 1846/47. E é recordado o seu gesto de ter autorizado que os primeiros números de *O Transmontano*, órgão democrático (portanto adverso ao Partido Regenerador, em que o Dr. António Tibúrcio Pinto Carneiro militava), fossem impressos no prelo da Junta Geral do Distrito, perante as dificuldades encontradas pelo seu editor e como estímulo à sua edição.

O outro fundador, Estanislau Correia de Matos (1851-1932), era tipógrafo, habilitado pelas oficinas do Porto, que adquirira uma tipografia em 1872. Dirigiu a tipografia de *O Transmontano*, desde o seu aparecimento (com excepção dos primeiros números) até 1876, altura em que, por razões de saúde, abandona a oficina e abre uma aula de instrução primária na Rua da Ferraria (hoje Rua Serpa Pinto). Mais tarde, adquire uma outra tipografia, a que dá o nome de Central, onde se imprimiu *O Transmontano*, entre 1879 e Setembro de 1880. Essa tipografia passa em 1880 a chamar-se Tipografia do Vilarealense, já que nela era impresso, desde o mês de Fevereiro, o jornal com o mesmo nome, de que Estanislau Correia de Matos era editor e proprietário.

António Tibúrcio Pinto Carneiro faleceu em 4 de Setembro de 1881, quando exercia as funções de governador civil. Ao seu sucessor como director político do jornal, Dr. Augusto Guilherme de Sousa, sucederam até ao 5 de Outubro o Dr. António de Azevedo Castelo Branco, o Dr. José de Mesquita Nogueira (um médico que deixará de exercer as funções no jornal quando emigrou para o Brasil), Estanislau Correia de Matos, o Dr.

António Teixeira de Sousa e por fim de novo Estanislau Correia de Matos.

O Vilarealense, que se afirma regenerador até à implantação da República, passa entre esta data e 1914 a conter no cabeçalho a indicação «órgão político e noticioso». Depois, passou a ser apenas «noticioso» a partir de 1918. Entre 1914 e 1918, contudo, usou a expressão «independente».

O jornal teve, naturalmente, muitos outros colaboradores, antes e depois da implantação da República. Entre eles, conta-se o seu filho Heitor Correia de Matos (1886-1974), que após a morte do pai assumiu a direcção do jornal (em 31 de Março de 1932), onde aliás já desempenhava funções como redactor principal pelo menos desde cerca de vinte anos antes, numa altura em que iniciava preparativos (Dezembro de 1914) para montar a sua farmácia. (A título de curiosidade, refira-se que, na altura, além da Farmácia Matos, havia já outras oito farmácias em Vila Real: Almeida, Nóbrega, Mesquita, Fernandes, Baptista, Gonçalves, Barreira e do Hospital. A Farmácia Matos, de Heitor Correia de Matos, funcionou no local onde está hoje a Farmácia Galeno, tendo sido passada em 1951 à Sr^a Dr^a Ana Alexandrina Machado Cardoso Costa, que partilhou a sua propriedade com a Sr^a Dona Maria Emília Rebelo da Silva Sousa Botelho.) Outros colaboradores a recordar, pela sua proximidade ao jornal, são António Correia de Matos (Nio), irmão de Heitor Correia de Matos, e Jaime Ferreira, que ali começou a trabalhar em 1934 e acompanhou praticamente até ao fim a vida de *O Vilarealense*.

Aquando das bodas de ouro de *O Vilarealense*, em 1930, a Câmara Municipal deliberou, em sessão de 1 de Março, atribuir ao Largo do Rossio o nome de Largo d' O Vilarealense. Aquando do centenário do jornal, a Câmara Municipal deliberou, em 7 de Fevereiro de 1980, atribuir o nome de Rua Heitor Correia de Matos à antiga Travessa do Rossio, artéria onde tinha nascido em 10 de Março de 1886, próximo do largo que consagrou o nome do jornal e onde as suas oficinas funcionavam.

Não é de estranhar esta coincidência, já que Heitor Correia de Matos tem mais de 60 anos de grandes responsabilidades no jornal e certamente mais de 70 de colaboração ao mesmo, de tal forma que bem se pode dizer que a sua vida se confunde com a do jornal e com a de Vila Real, que

constituiu a sua grande paixão e preocupação.

Heitor Correia de Matos foi um observador extraordinário da vida da comunidade. Imprimiu grande dinamismo ao jornal, que teve como resultado um período áureo na vida do mesmo. Os seus comentários e críticas eram extremamente oportunos, mas sempre repassados de um sopro de graça e delicadeza que lhe atenuava a virulência. Além dos editoriais, saíam da sua pena rubricas que eram bem características da sua escrita: a Gazetilha, em verso, o Prato do Dia, que atravessou de lés-a-lés as décadas da sua direcção, o Carnet, onde se assinalavam aniversários, partidas, chegadas, regressos, visitas, enfermos, casamentos e *délivrances*. Foi também criador de muitos dos textos publicitários que o jornal publicava. Era jornalista «de antes quebrar que torcer», lutando e alimentando polémicas violentas quando era necessário, o que lhe valeu alguns dissabores, incompreensões e até perseguições, mas também algumas vitórias: a luz eléctrica pós-Biel, a campanha a favor do Sport Club de Vila Real para a construção do seu campo de jogos, a limpeza das ruas, o gradeamento de trás do cemitério, a taça do Jardim da Carreira, a estrada de acesso ao cemitério de Santa Iria, os bancos da Avenida, o Parque de Campismo, a lápide da Casa dos Brocas e finalmente (e para lembrar a sua costela monárquica) a vinda de Sidónio Pais a Vila Real, a despeito das dificuldades decorrentes da chamada pneumónica, que grassava no país.

Para além de jornalista e farmacêutico, foi comandante dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública e Cruz Branca de Vila Real e presidente da Associação Comercial e Industrial de Vila Real. Foram muito poucos os cargos oficiais que exerceu, o que lhe permitiu total liberdade de acção e independência, confundindo a sua vida com a do próprio jornal, a ponto de a sua farmácia funcionar como escritório e redacção do mesmo, até que, trespassada a farmácia, a redacção de *O Vilarealense* se instalou na Casa de Diogo Cão, ao lado daquela onde Heitor Correia de Matos vivia.

Tinha um estilo saboroso e uma linguagem colorida e afoita, extremamente concisa. Eram notáveis os adjectivos com que consagrava as pessoas nas suas funções, situações e estados. *O Vilarealense* proporcionava uma leitura obrigatória e cativante às quintas-feiras em Vila

Real, assim como no resto do país incluindo as colónias e no Brasil, onde contava inúmeros assinantes.

HISTÓRIAS DE VILA REAL

Carlos Fernandes / Francisco Edgar Ferreira

Vila Real tem, no seu património imaterial colectivo, um número impressionante de histórias, muitas das quais têm por personagens «garotos da bila», cujo humor tem uma frescura muito própria sem nunca ser maldoso. Aliás, essas histórias, contadas e recontadas vezes sem conta, consolidaram-se de tal maneira que as suas personagens se confundem com os narradores e com os que passam essas histórias a escrito — e todos acabam por se tornar figuras queridas de Vila Real.

Há histórias a respeito de inúmeras dessas figuras. Há por exemplo uma história sobre uma grande figura de garoto da bila, o médico Dr. Sampaio e Melo, que foi chamado de urgência à Campeã, para ver um doente, e que um cão impedia de entrar na casa. A dona procurou sossegar o clínico, dizendo que o cão não fazia mal e que, inclusivamente, era capado, ao que o Dr. Sampaio e Melo teria respondido: «Ó minha senhora, do que eu tenho medo é que o cão me morda, não é que me ...»

Há também uma história sobre o Dr. Zezé (que, segundo o Dr. Nuno Botelho, usa o pseudónimo civil de José Borges Rebelo) acabado de se formar em medicina e a iniciar a sua carreira clínica em Vila Real, que é consultado por uma senhora preocupada com um dos seios. O Dr. Zezé apalpou o seio objecto de preocupação, apalpou o outro, e no fim da consulta cobrou 20 escudos, a conselho de sua mãe, que contrariando o que era hábito em Vila Real, que era não cobrar nada, lhe sugeriu que cobrasse aquela quantia, como «fermento». Mais tarde, diria a senhora em causa, aborrecida, para uma amiga que lhe perguntava como tinha corrido a consulta: «Olha, o doutor apalpou-me as duas mamas e ainda tive de lhe dar 20 escudos.»

Outra história refere a Senhora Dona Saudade, que, prognosticando a sua própria morte e desejando descer à terra vestida de Santa Iria, mandou talhar o vestido e convidou para um chá a Senhora Dona Albertina Ferreira Botelho, que ia acompanhada de seu filho Nuno Botelho, a Senhora Dona Maria do Loreto Passos e a Senhora Dona Maria da Conceição Botelho. A Dona Saudade apareceu de Santa Iria para mostrar o vestido às amigas, após o que o despiu, continuando o vestido a ser o tema da conversa das quatro senhoras durante o chá.

Outra história algo macabra é a que viveu o Dr. Elísio da Costa Neves, um oftalmologista que se veio instalar em Vila Real na década de 1950. Um fim de tarde de Outono, foi visitar um seu amigo, numa aldeia do concelho. Um criado, armado de um lampião, foi-o levando através dos salões do enorme casarão, até que chegaram ao amigo, que estava metido num caixão colocado na vertical, enquanto um alfaiate verificava se o forro do mesmo continuava certo, ou se seria necessário mexer-lhe, por o futuro ocupante ter engordado ou emagrecido... Esta situação repetia-se sistematicamente, no final de cada estação do ano.

Também se conta a história dos Srs. António Camilo Fernandes e António Rodrigues de Magalhães, que foram ao Porto visitar dois amigos, o sr. Alfredo Ribeiro e o Sr. Professor Picão (António Matos), que se encontravam hospitalizados na Ordem Terceira de São Francisco, na sequência de um acidente de viação. Apresentam-se vestidos de modo um tanto antiquado, com cartola e chapéu de coco, respectivamente, o que provocou a surpresa do porteiro e mais tarde de uma freira, que perguntou quem devia anunciar. Responde o Sr. António Camilo Fernandes (que era um camilianista apaixonado e sabia de cor *O Morgado de Fafe Amoroso*): «Diga que é o Morgado de Fafe e o sobrinho.» A esposa do Sr. Alfredo Ribeiro, Senhora Dona Idalina, ainda pôs a hipótese de se tratar de uns familiares que tinham em Fafe... O Prof. Picão é que chegou logo ao fim do recado e comentou «Ai os grandes filhos ...»

Ficou também gravado na memória dos vila-realenses o 1º Percurso Pedestre do Amaral ao Pinto (nome de dois tascos famosos, em Vila Real e na Régua, respectivamente), realizado no final da década de 1970 e possivelmente o mais antigo precedente dos actuais percursos pedestres,

tão em voga. As inscrições foram feitas no Amaral, e os participantes tiveram o apoio logístico em automóvel de António Agarez, que era portador de garrafas de vinho considerados suficientes para a ocasião... Também a Rádio Alto Douro acompanhou permanentemente a prova. Regressados a Vila Real de comboio, conduzido pelo Sr. Abraão, o fotógrafo Sr. José Macário fez a reportagem do desembarque na estação desta cidade. A prova teve duas paragens para reabastecimento: em Vila Seca de Poiares e em Santo Xisto. Para a história, aqui ficam os nomes dos atletas: Sr. Artur Maurício, carteiro; Dr. Frederico Amaral Neves, ao tempo médico em Almeida, que se deslocou a Vila Real propositadamente para o efeito; Prof. Diogo de Vila Nova, que foi glorioso guarda-redes do Sport Clube de Vila Real; o encadernador Lima, também conhecido por Nero, célebre pugilista; e o Sr. Augusto da Renorte. Note-se que os atletas não contaram com o apoio de bordões, mas contaram com os líquidos que seguiam no carro de apoio, para evitar desidratações...

O Sr. Coronel António José Pereira da Silva conta como um morador no quelho que sai da Rua de Trás-os-Muros se dirigiu certa tarde a uma equipa de arqueólogos que ele via todos os dias a fazer escavações na Vila Velha, perguntando-lhes: «Então? Já encontraram?»

Muitas destas histórias estão recolhidas em livro.

Um desses livros é *Naquele tempo... (Recordações da Mocidade)*, da autoria de Lotelim (pseudónimo do advogado Dr. Joaquim de Azevedo), de 1940. As histórias reunidas neste livro tinham sido publicadas entre 1936 e 1937 n' *O Vilarealense*. Foi o coronel Manuel Frutuoso de Carvalho, um dos principais organizadores das Comemorações do Duplo Centenário e o primeiro responsável pelo Museu Etnográfico da Província de Trás-os-Montes e Alto Douro, atento o valor etnográfico das referidas histórias, que convidou o autor a publicar o livro no âmbito das referidas comemorações. Toda a gente recorda a história do «Júlio 'orador'», que, usando da palavra num jantar de amigos, saudou os três ministros presentes, que eram o Dr. António de Azevedo Castelo Branco, ministro da Justiça, o Padre José Gonçalves Serôdio, ministro da Igreja, e o Sr. Francisco Vitorino Vaz de Carvalho, ministro da Ordem Terceira de São Francisco... Outras histórias igualmente conhecidas são «O mestre

Frederico», «No bosque de Bolonha» e «Então fostes!».

Outro livro de histórias vila-realenses é *Histórias... Para a História — Vila Real do meu Tempo*, de José Luís Rebelo da Silva, publicado em edição de autor em 1959. Compila histórias passadas entre 1890, aproximadamente, e 1904.

De Chico Costa (o Coronel Francisco Pereira da Costa) foi publicado em 1987, integrado na Coleção Tellus, dos Serviços de Cultura da Câmara Municipal de Vila Real, o volume *Crónicas da Vila*, anteriormente publicadas na quase totalidade n' *O Vilarealense* desde a década de 1950. Entre as histórias compiladas contam-se «A Barca do Trindade», «A Caminheta e o 'Biste-lo-ir'...», «A chegada da Mala-Posta» e «Zurra e pica na burra!...».

Também em 1987, o Prof. Francisco Edgar Ferreira publicou os *Contos da «Bila»*, que entretanto já conheceram uma segunda edição. Nele se incluem, entre muitas outras, as histórias «O Andorinha», «O Chico 'Passagista'», «Era assim o Toirão» e «Só com os da Bila».

EM VILA REAL SÓ SE COME VITELA

Elísio Amaral Neves

Desde o último quartel do séc. XIX — numa altura em que Vila Real era já servida por uma rede viária que facilitava o acesso ao interior norte, criando novas oportunidades de desenvolvimento económico e de conhecimento de uma realidade praticamente desconhecida em termos culturais — são frequentes na imprensa local as referências aos valores gastronómicos trasmontanos e em particular aos hábitos alimentares vila-realenses. Em Vila Real, os hotéis e restaurantes localizados no antigo Campo do Tabolado (onde se situava igualmente a maior parte das alquilarias), serviam como pratos correntes, na ementa diária, a vitela, os covilhetes e as tripas. «Aqui [em Vila Real] só se come vitela» — era expressão habitual que traduzia o significativo e ancestral consumo de

carne de vaca e de vitela nesta localidade.

A *Rellação de Villa Real e seo termo*, memórias enviadas à Academia Real da História Portuguesa em 1721, refere como «uma das grandezas desta terra» a circunstância de aqui existir um número invulgar de açougues onde se comercializava principalmente a carne de vaca, referindo igualmente que muito poucas vilas do reino podiam rivalizar com Vila Real sob esse ponto de vista.

Nessa altura, os açougues concentravam-se no extremo da vila para a parte de nascente, no largo chamado Rua do Rossio (arruamento que integrava, para além do largo, a rua que seguia em direcção à Rua da Portela, e que se chamou sucessivamente Rua Escura, Rua do Açougue, Rossio ou Rua do Rossio, Rua do Açougue, novamente Rua do Rossio, Travessa do Rossio, designação atribuída em 1867, e Rua Heitor Correia de Matos, designação atribuída em 1980). Os talhos eram em número de dez (tendo esse número ascendido a 15, no passado) e localizavam-se nas casas dos cortadores de carne, que eram contíguas umas às outras, ocupando o largo em circunferência.

Todos os cortadores estavam obrigados pela Câmara, desde alguns séculos atrás (conhecemos alvarás que ao assunto se referem já no séc. XVI), a dar carne fresca, ou verde, isto é, a matar 2 a 5 cabeças de gado *vacum grande*, às 3^{as}-feiras e sábados, todas as semanas, e também carne de carneiro capado assim como, no seu tempo, carne de porco e bode, para consumo de Vila Real e seu termo, e também das populações dos concelhos vizinhos, nomeadamente do concelho de Penaguião. Nos outros dias da semana, as obrigações distribuíam-se pelos diferentes cortadores de carne, de modo a que houvesse todos os dias, de manhã à tarde, carne para venda.

Por alvará de D. Sebastião, de 1576, os marchantes eram obrigados a fornecer aos religiosos de São Francisco, que estavam estabelecidos em Vila Real desde 1573, a carne necessária à comunidade pelo preço fixado pela Câmara. (A Câmara era a entidade responsável pela arrematação das carnes — fornecedores, número de açougues e sua localização —, e pela fixação dos preços, assim como das taxas a pagar por cabeça de gado abatida e ainda das taxas por arrátel de carne vendida, de acordo com as diferentes espécies e qualidade da mesma.) Mas é sobretudo no séc. XVIII

que idêntica obrigação contempla alguns titulares de funções mais representativas, como os ministros, oficiais da Câmara, almoxarife da vila, capitão-mor e sargento-mor das ordenanças, para quem devia haver sempre um lombo de vaca nos dias de obriga, e também às comunidades dos religiosos de São Domingos e Santa Clara.

Quanto a estas comunidades religiosas, conhecemos representações por elas dirigidas respectivamente ao Rei e à Casa do Infante, respectivamente em 1754 e 1789, queixando-se de que os seus pedidos nem sempre eram atendidos pelos cortadores e de que a qualidade da carne nem sempre era a desejável. Em resposta, os cortadores foram obrigados a provê-las, em dias de obriga, com carnes de primeira qualidade, ou seja, alcatra, cernelha e rabada descarregadas e perna de vaca ou boi.

O consumo da carne de vaca e vitela chegou com a força e a grandeza do passado aos nossos dias, em que um lugar cimeiro na gastronomia vila-realense é ocupado pela vitela, sob múltiplas formas: bife, costeleta, carne assada, tripas (uma verdadeira especialidade local, que aqui se consumiu desde sempre), os covilhetes (cujo recheio é de carne de vaca), o bolo de carne e a mão de vitela.

O número de talhos foi-se entretanto reduzindo, sem que isto significasse uma diminuição da carne consumida.

Em meados do séc. XIX, a Câmara arrematava anualmente entre 3 e 4 talhos, já com localização diferente da tradicional, por razões de higiene pública que levaram igualmente ao aparecimento de matadouros. A verdade é que no séc. XVIII, as carnes eram não só cortadas mas também abatidas nas casas dos cortadores. E, abusivamente, os cortadores iam fazendo avançar os bancos de carne pela via pública, rua acima, na direcção da Rua da Portela. Esta situação, para além de embaraçar o trânsito na rua, produzia cheiros e sujidades que acabavam por afectar as ruas comerciais próximas, nomeadamente as Ruas da Ferraria e do Poço. Os moradores e comerciantes destas ruas fizeram sentir, pela voz do Morgado de Cabril, na altura juiz-de-fora de Guimarães, o Doutor Luís Alves da Nóbrega Cão, que habitava o prédio onde posteriormente funcionou o Café Excelsior, a gravidade da situação ao rei D. José, que, por provisão de 1751, obriga os cortadores a recuar para as antigas posições.

É também esta situação que leva ao aparecimento de matadouros públicos e à desconcentração dos talhos, que passaram a distribuir-se por diferentes locais, como a Rua Nova, o Cabo da Vila e a Rua do Arco.

Os cortadores, como praticamente todos os restantes mesteres, estão intimamente ligados às festas do Corpo de Deus. Não participavam directamente na procissão, mas eram designados e notificados pela Câmara para darem touros para as touradas que se fizeram durante séculos na tarde do Corpo de Deus, após a procissão. Para essas touradas, a Câmara arrematava anualmente a construção do curro e do palanque, este para as autoridades assistirem às corridas. Arrematava também a fabricação de garrochas, paus fortes com ponta de ferro, usadas hoje para picar os touros durante a lide e, nessa altura, para a própria lide, em que serviam de chuço para os lidadores espicaçarem o touro e de vara para saltarem por cima dele.

Assinale-se, a terminar, que as touradas eram de grande e antiga tradição em Vila Real, não só no dia do Corpo de Deus, mas em muitas outras ocasiões festivas, como por exemplo para festejar o nascimento dos filhos primogénitos dos reis.

ELISA BAPTISTA DE SOUSA PEDROSO, NOTÁVEL PIANISTA VILA-REALENSE

Elísio Amaral Neves

Em 1884 saiu de Vila Real com destino a Lisboa, onde se radicou profissionalmente, o Dr. António Baptista de Sousa (1847-1935), advogado nascido e estabelecido em Vila Real, formado pela Universidade de Coimbra. Era elemento do Partido Progressista e co-proprietário e redactor principal durante três anos do *Progresso do Norte*, que fundara em 25 de Março de 1881 e era impresso em tipografia própria. A saída para Lisboa é consequência de um processo político em que foi afastado das listas às eleições gerais, em favor do Conde de Vila Real, à época o responsável

distrital do Partido Progressista. Magoado com este processo (embora possa não ser esta a única razão), parte para Lisboa a altas horas da noite, em segredo, fazendo-se acompanhar de sua esposa e de uma filha de 7 anos de idade. Em Vila Real deixava, para terminar os estudos correntes, o filho de 13 anos, aos cuidados de seus pais e de um seu irmão, como ele advogado e também professor do Liceu, o Dr. Albano Baptista de Sousa, que mais tarde viria a ser presidente da Câmara Municipal e da Junta Geral do Distrito.

Em Lisboa, o Dr. António Baptista de Sousa veio a ser um dos mais importantes jurisconsultos da sua geração. Publica numerosas obras de direito (e também de outras naturezas) e acaba por ganhar jus a ser feito, em 1898, Visconde de Carnaxide e mais tarde sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa. Foi deputado por Vila Real em mais de uma legislatura, tendo-se batido, nessa qualidade, pela construção da Linha do Vale do Corgo. Vila Real deve-lhe também, como jurista, a defesa de uma importante redução dos impostos relativos à herança de José António de Azevedo, com destino à compra de um edifício para construção de uma escola primária de ambos os sexos, que ficou conhecida pelo nome de Escola Azevedo.

Como dissemos, ao sair para Lisboa levou consigo a sua filha Elisa Baptista de Sousa (1876-1958), que adquiriria pelo casamento o apelido Pedroso. Foi célebre pianista e concertista, ficando sobretudo conhecida como musicóloga, animadora e divulgadora da música portuguesa no estrangeiro. Nasceu em Vila Real, em casa de seus pais, na Rua Direita (no edifício onde mais tarde se instalou a Estação Telégrafo-Postal e onde hoje se encontram as Galerias CARF), a 10 de Julho, sendo baptizada na Igreja de São Pedro exactamente um mês depois, a 10 de Agosto de 1876. Estimulada pelo pai, também ele com propensão para a música e que se diz ter pertencido a uma orquestra vila-realense célebre à época, Dona Elisa Baptista de Sousa recebeu na casa paterna uma educação esmerada que incluiu, para além das línguas e das humanidades, a música e o piano, sendo seus professores, Francisco Baía, Alexandre Rey Colaço e Viana da Mota. Dizia-se a propósito deste último, pela sua relação pessoal muito estreita com a aluna, ser ela a sua única discípula.

Toda esta educação confere-lhe uma formação que lhe permite ser, para além de pianista e concertista, uma excelente animadora e divulgadora da música portuguesa e espanhola, que vai dando a conhecer em conferências, publicações e concertos que realiza em inúmeras cidades e vilas do país, assim como em Espanha, França, Bélgica e Holanda, revertendo geralmente o produto dos mesmos para instituições de beneficência.

Foi colaboradora de diversos jornais e revistas da época, incluindo *O Vila-realense*. Recebia em sua casa, em tertúlia, as grandes celebridades nacionais e estrangeiras que visitavam Portugal, cujas impressões ainda hoje podemos recolher nos autógrafos que deixaram nas portas da sua casa de Lisboa e que hoje pertencem, como o restante espólio, ao Círculo de Cultura Musical.

Deu diversos concertos de música exclusivamente portuguesa no estrangeiro. Por esse e outros motivos, foi distinguida com a Ordem de Santiago da Espada e com uma homenagem, realizada no Teatro de São Carlos, em 1954, em que estiveram presentes vários ministros, entre eles o da Presidência, e a que se associaram personalidades e instituições vila-realenses. Quanto à sua acção em prol da divulgação entre nós da música espanhola, valeu-lhe ter sido feita sócia da Academia de Belas Artes de S. Fernando (Madrid).

Elisa Baptista de Sousa Pedroso tinha grande consideração por Vila Real, onde se deslocou várias vezes na companhia do pai e onde deu, pelo menos, dois concertos. O primeiro teve lugar em 19 de Novembro de 1899, no Teatro Circo, em benefício do Asilo-Escola e do Asilo da Infância Desvalida. Interpretou Chopin, Godard, Bizet, Rey Colaço e Moszkowzki, entre outros. Neste concerto actuou também Dona Margarida Mota Costa Lobo e um sexteto dirigido por Manuel António Teixeira.

O segundo concerto realizou-se em 24 de Julho de 1938 (dia de corridas no Circuito Internacional de Vila Real), a convite de senhoras da Comissão Central de Assistência, transmitido através do governador civil de então, Ten. Horácio de Assis Gonçalves. O local foi o palácio do Governo Civil. No intervalo foram distribuídos os prémios aos vencedores do Circuito e no final seguiu-se um baile. Aproveitou-se também a presença

em Vila Real de Dona Elisa Baptista de Sousa Pedroso para fazer uma homenagem a seu pai, o Visconde de Carnaxide, sendo então atribuído o seu nome à até então conhecida por Rua dos Três Lagares (deliberação de 22 de Julho de 1938). Neste concerto foram interpretadas sobretudo peças de autores portugueses (Viana da Mota, Francisco Lacerda, Cláudio Carneiro, Rey Colaço, Luís Costa e Óscar da Silva), mas os maiores aplausos foram para trechos de Albeniz, Granados e Falla.

Em Vila Real, a imprensa foi sempre lembrando, ao longo dos anos, a existência desta pianista vila-realense, que não é esquecida no momento em que tem lugar o primeiro concerto organizado pela delegação local da Pró-Arte, em 1 de Fevereiro de 1953. Nessa ocasião, a importância da artista foi evocada num trabalho apresentado pelo Dr. António Feliciano, intitulado «O movimento do culto pela música em Vila Real nos últimos cem anos», em seguida publicado em *O Vilarealense*.

Pela mesma altura é publicado um outro artigo de Sousa Costa em que é lembrada Dona Elisa Baptista de Sousa Pedroso, então presidente de honra da Juventude Musical Portuguesa e fundadora e directora do Círculo de Cultura Musical, instituição que criou várias delegações no país, em Macau e em outros territórios ultramarinos, que foram responsáveis pela realização de inúmeros concertos.

Na sessão da Câmara realizada em 10 de Abril de 1963, o vereador do pelouro da Cultura, Eng^o João Carlos Mourão Vaz Osório, propôs a colocação de uma lápide na casa onde então erradamente se supunha ter nascido a pianista, na Rua Miguel Bombarda (antiga Rua de São João e, antes, Rua do Cabo da Vila). A iniciativa inseriu-se no programa de uma visita ao distrito de Vila Real de um conjunto de sócios da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Lisboa. Essa visita, cujo impulsionador principal foi o Gen. Aníbal Vaz e tinha em vista animar a actividade turística que começava a surgir nas terras do interior, teve lugar entre 9 e 13 de Junho, sendo o dia 12 dedicado a Vila Real.

A visita iniciou-se no Alto do Velão. Houve uma recepção nos Paços do Concelho, passagens por Trás-os-Muros, Casa de Mateus (onde os visitantes são recebidos pelo Conde de Vila Real e assistem a uma actuação de um orfeão do Seminário de Vila Real, dirigido pelo Padre Minhava,

que interpreta a Marcha de Vila Real e uma rapsódia trasmontana), Circuito Automóvel e Meia-Laranja. No programa constava também uma homenagem ao Ten. Manuel Maria Bessa Monteiro, herói da campanha do Ambrizete (Angola), traduzida na formalização da atribuição do seu nome à então Rua do Carmo, deliberada em sessão da Câmara Municipal de 28 de Novembro de 1962. Os visitantes assistiram à Procissão Antoniana das escadas do Palácio da Justiça, seguindo-se uma visita à parte nova da cidade: Mercado Municipal, Praça Diogo Cão e Escola Técnica. Houve ornamentações a cargo do iluminador Bernardo Carvalho e fogo de artifício de José Ramalheda. Houve igualmente um jantar com pratos regionais nos claustros do Governo Civil (em substituição de última hora de uma verbena que devia ter lugar no Jardim Público), com actuação de grupos de folclore, do Conjunto Orlando César e do Trio Boémia.

Às 15h30 tinha havido uma homenagem a Elisa Baptista de Sousa Pedroso, que consistiu no descerramento de uma lápide na casa da Rua Miguel Bombarda. Esta casa, como se disse, não foi o local de nascimento da artista, devendo ser antes a casa do seu avô paterno, onde viveu seu tio Albano Baptista de Sousa e seu irmão enquanto não se foi juntar à família em Lisboa. Note-se uma outra inexactidão quanto à data de nascimento, que não é 1881, como se lê na placa, mas sim 1876.

DO CAMPO DO TABULADO À AVENIDA CARVALHO ARAÚJO

Elísio Amaral Neves

Quem visita Vila Real pela primeira vez é difícil ficar indiferente à Avenida Carvalho Araújo. Não pelo monumento ao herói da I Grande Guerra, ali colocado em 1931, embora seja uma estimável peça escultórica, da autoria de Anjos Teixeira, mas sim pelas características e dimensão de todo aquele terreiro público que, como facilmente se depreende, acompanhou desde o início o dia-a-dia dos vila-realenses, que,

sentindo-se acanhados entre as muralhas da Vila Velha (nome por que ficou conhecida a urbe medieval) ou sem as comodidades necessárias, decidiram no séc. XIV instalar-se no arrabalde, na Redonda, nas suas courelas extra-muros.

Esse terreiro, designado muito provavelmente já nesse século por Rossio, constituiu, à medida que as pessoas se foram fixando fora de muros, um local onde se conciliava o uso mundano do dia-a-dia com as actividades económicas mais significativas da vila, e evoluiu para o Campo do Tabulado (palavra que se diz ser um provincianismo trasmontano, designando um terreiro delimitado por tapumes, onde se fazem touradas, cavahadas, etc) com a construção da Igreja e Convento de São Domingos (primeiras décadas do séc. XV) e sobretudo do Palácio dos Marqueses de Vila Real (muito provavelmente nos primeiros anos do séc. XVI), fortalecendo-se o carácter público do terreiro, que se manterá praticamente sem arborização durante mais de três séculos (inicialmente, estava plantado de oliveiras, tendo os Marqueses de Vila Real mandado arrancar as que se encontravam na frente do convento, no séc. XVI) e ganhando a configuração que se manteve praticamente inalterada até ao último quartel do séc. XIX.

Tratava-se de um terreiro oblongo, que se foi estendendo de sul para norte delimitado em redondo nos dois topos, assim como a nascente, por casas nobres que dão corpo à chamada ‘Corte de Trás-os-Montes’, de que esse espaço é o coração. A expressão ‘Corte de Trás-os-Montes’ deve ser entendida não apenas em função da concentração da nobreza com os seus solares, na sua maioria ligada por vínculos de diversas naturezas à família dos Marqueses, mas também em função da influência da Casa dos Marqueses, que era, depois da Casa Real, a mais importante de Portugal e, segundo o Prof. Doutor Luiz de Mello Vaz de São Payo, a única que dispunha, à semelhança dos Duques de Bragança, da sua própria Casa, a Casa dos Marqueses de Vila Real, com capelão, fidalgos e oficiais.

Dominavam o terreiro a Igreja e Convento de São Domingos e, fronteira a este, a Casa dos Marqueses, sem que, ao longo de toda a sua existência, nenhum outro elemento se interpusesse entre as duas fachadas, em sinal de respeito pelos dois poderes ali representados.

Para além desta igreja e convento e da Casa dos Marquês, havia no terreiro outros elementos importantes: os Arcos da Praça, dois arcos com as armas reais, que serviam de entrada à Rua da Praça (actual Largo do Pelourinho e Rua António de Azevedo até ao encontro desta com a Rua Serpa Pinto); a Capela do Bom Jesus do Hospital ou do Espírito Santo, a sul; o Convento de Santa Clara, a norte; a Capela de Santiago, em frente deste; um grande cruzeiro de granito, transferido para o interior do adro de São Domingos em 1843; o chafariz do Tabulado, mandado construir por D. Pedro de Castro; dois padrões com a inscrição ‘Vila Real’ junto ao dormitório e cerca do Convento de São Domingos; e um cais, a que se chamava o Cais do Tabulado, que se estendia na ala nascente, desde a Casa dos Marquês até ao fundo do Campo, e bancos que existiam de um lado e outro do Campo, onde os vila-realenses se sentavam a gozar o sol.

Vila Real, nos finais do séc. XVIII, princípios do XIX, é governada por autoridades atentas aos problemas do desenvolvimento e da higiene. Experimenta então as primeiras medidas que causarão algum impacto na imagem do Campo do Tabulado. Assim, são demolidos alguns edifícios que se encontram em estado de ruína. Em 1807 coloca-se uma nova fonte no cimo do Campo. A Casa da Roda sai dos Arcos do Tabulado (construídos no séc. XVIII para apoio aos mercados das terças e sextas-feiras, em substituição de uma grande cabana que se encontrava encostada à parede da cerca do convento, destinada a recolher em tempo de chuva os negociantes que se deslocavam a Vila Real, nomeadamente os vendedores de pão) para a Casa da Audiência, em 1814. Os Arcos da Praça são demolidos em 1817, porque se encontram em ruína e sobretudo pelo embaraço que causam ao trânsito. Nesse mesmo ano dá-se início à construção do Hospital da Divina Providência (também designado inicialmente por Hospital de São Jerónimo), muito próximo do Campo do Tabulado, cujo processo se havia iniciado no final do século anterior.

Numa segunda fase deste séc. XIX, devemos ter em consideração, pelos efeitos provocados sobre o Campo, algumas iniciativas tomadas durante o Liberalismo e sobretudo no início do período conhecido por Regeneração (que começa em 1851), em que os presidentes da Câmara, com destaque para Almeida Lucena, comungam de preocupações

higienistas e pré-urbanistas.

Do Liberalismo, lembre-se a título de exemplo a instalação no Convento de São Domingos, em 1835, extintas as ordens religiosas masculinas, do Batalhão de Caçadores 3. Um acontecimento fortuito, o incêndio do mesmo convento em 1837, contribui também para alterar a fisionomia do Campo.

Relativamente à Regeneração, dê-se como exemplo o pedido em 1851 do chão da cerca do Convento para nele instalar uma Praça-Mercado, que, como sabemos, apenas se concretizará mais de trinta anos depois.

Os efeitos da construção da estrada Vila Real - Régua, iniciada em 1852 e concluída na década seguinte, e a abertura em 1862 da estrada Vila Real - Amarante pelo Marão remataram praticamente o longo período de estagnação a que esteve sujeito o Campo do Tabulado, embora animado comercialmente (mercados de terça e sexta-feira e Feira e Festa de Santo António) pelo momento de prosperidade que a região do Douro conhecera.

Concluídas essas estradas, surge o projecto de atravessamento da vila pela Estrada-Rua, o que vem a acontecer em 1864 (obras iniciadas em 19 de Setembro), entrando pelo hoje chamado Largo Conde de Amarante, que se cria na altura à custa das Ruas do Rego e do Sabugueiro, que praticamente desapareceram, e com a demolição do hospital-albergaria e sua capela, avançando o Campo do Tabulado alguns metros para sul.

Almeida Lucena promove a arborização do Largo da Rua do Rego, futuro Largo Conde de Amarante, e parte do Campo do Tabulado, nomeadamente o futuro Largo do Chafariz, promove ou ordena a demolição dos edifícios em ruína (nessa altura desaparecem, em nome do progresso, praticamente todas as casas antigas existentes no Campo) e estabelece as posturas que obrigam ao alargamento e alinhamento das ruas.

No Campo do Tabulado, que em 1867 passa a chamar-se Largo do Tabulado, instalam-se os escritórios e as cocheiras dos alquiladores, os hotéis, estabelecimentos de restauração, tabernas e outros similares.

Em 1872 inicia-se a demolição dos prédios da zona envolvente do hospital, que demorou mais de vinte anos, com o intuito de desafrontar o edifício e embelezar o local.

O relógio oficial passa a ser o existente na torre de São Domingos.

Na década de 1880, sob a pressão do *Cholera Morbus* que atingiu nessa altura oito províncias espanholas, algumas das quais com fronteira com Trás-os-Montes, a Câmara Municipal de Vila Real decidiu finalmente levar por diante a construção da Praça-Mercado, que viria a ser inaugurada em 1885 e cujo projecto compreendia também o nivelamento e arborização da Praça Luís de Camões (designação que passa a ter o Largo do Tabulado em 1880), o alargamento e regularização da Quelha dos Quinchosos (medida que suscitou grande reacção do comércio, que receava ver deslocada a actividade comercial para a Rua da Fonte, actual Rua Marechal Teixeira Rebelo) e o arranjo das ruas que confluíam para o local.

Em 1891, durante o mandato de Avelino Patena, cria-se o Jardim das Camélias (no Largo do Chafariz, na altura rebaptizado Praça Lopo Vaz), substitui-se o chafariz do Tabulado por outro metálico e surge o primeiro ajardinamento, ganhando a Praça Lopo Vaz mais autonomia relativamente à Praça Luís de Camões.

Finalmente, relativamente a este período, na década anterior é pela primeira vez encarada a demolição do quarteirão fronteiro ao hospital, a norte, com a finalidade de se ampliar o Largo do Chafariz para sul, situação que se vai concretizar entre 1914 e 1917 (ficando apenas, do casario antigo, a casa dita de Diogo Cão e o conjunto anexo), numa altura em que a Câmara se instala no edifício até aí ocupado pelo Hospital da Divina Providência e se cria uma única avenida — a Avenida Municipal, de 1917 —, que virá a ser rebaptizada com o nome de Carvalho Araújo em 1919, por proposta da União Artística Vila-Realense, ficando então a Praça Luís de Camões circunscrita ao local que hoje ocupa.

Várias outras intervenções vão ainda ter lugar, com destaque para as que ocorrem nas décadas de 1920 e 1930, fortalecendo-se até à década de 1960 a vocação da Avenida Carvalho Araújo como espaço onde se concentrarão os mais importantes serviços públicos de Vila Real: construção do novo edifício do Liceu, Seminário de Nossa Senhora do Amparo da Ordem de Santa Clara, Palácio dos Correios, Palácio da Justiça, Agência da Caixa Geral de Depósitos.

Finalmente, e a título de exemplo, lembremos algumas actividades que constituem memória mais ou menos recente desse espaço central na

vida vila-realense: os torneios, as danças públicas, as corridas de cavalos, as touradas, a imagem de São Jorge, a cavalo, a passar revista às tropas que incorporavam a procissão do Corpo de Deus; os mercados das terças e sextas-feiras; a Feira e Festa de Santo António; o teatro onde se representou o primeiro drama de Camilo e mais tarde o Teatro Salão, o Salão High-Life e o Teatro Avenida; o Hotel Tocaio; o Café Club; o Quartel-General da 6ª Divisão Militar; as actividades relacionadas com o I Congresso Trasmontano, em 1920; o primeiro Paço Episcopal; os primeiros *stands* de automóveis; as redacções de um número significativo de jornais; as primeiras farmácias (do Convento de São Domingos e do Hospital, a que outras se sucederam); as instalações do Museu Etnográfico em 1951; a imagem de Humberto Delgado junto ao monumento a Carvalho Araújo e sobre a mala do automóvel em que se fazia transportar, saudando a multidão; as manifestações cívicas, nomeadamente as de apoio à revolução do 25 de Abril; a taberna do Custódio da Benta, verdadeira escola de formação dos Garotos de Vila Real; etc, etc.

O CULTO DO PADRE CRUZ EM VILA REAL

Nuno Botelho

Francisco Rodrigues da Cruz, que viria a ser conhecido e venerado em Portugal inteiro com o nome de Padre Cruz ou Santo Padre Cruz, nasceu em Alcochete em 1859, em ambiente familiar católico, propício à escolha de uma carreira eclesiástica que efectivamente seguiu, formando-se na Faculdade de Teologia de Coimbra em 1880.

Tendo sido ordenado em 1882, foi professor de Filosofia no Seminário de Santarém até 1886. Foi também director do Colégio dos Órfãos de Braga e depois director espiritual dos Seminários de Farrobo e São Vicente de Fora.

Desde muito cedo se preocupou com as pessoas à sua volta, nomeadamente as mais necessitadas de conforto, para as quais tinha sempre

uma palavra de ânimo e aconselhamento. Em 1880, no Colégio de Campolide, durante uns exercícios espirituais, sentiu o primeiro chamamento de Deus para a Companhia de Jesus. Durante os próximos 60 anos persegue o objectivo de ser admitido na Companhia, mas levantaram-se diversos obstáculos a isso, como sendo a falta de saúde para a vida em comunidade; a obrigação de cumprir os dois anos de noviciado, ele cuja vocação era a acção junto do mundo exterior, onde fazia verdadeiramente falta, sobretudo no período de perseguições religiosas que antecede a implantação da República e aquando da expulsão dos jesuítas, que ele, mesmo não sendo jesuíta, desejou também sofrer. Em 1929, Pio XI, perante a sua veemente vontade em ser admitido na Companhia, concedeu-lhe fazer votos religiosos à hora da morte. Mas Pio XII, em 1940, vai mais longe do que o seu antecessor e determina que o Padre Cruz tome finalmente votos, sendo dispensado do noviciado, não só devido à idade avançada, mas também e sobretudo pela dedicação à Companhia e pela sua verdadeira actividade de missionário por todo o país, de que Sua Santidade o Papa não desejava prescindir.

O Padre Cruz foi estimado e respeitado por todos desde muito cedo. Não houve cidade, vila ou aldeia de Portugal por onde não tenha passado em missão, pregando, confessando, numa época em que as deslocações eram muito difíceis, dependentes da existência de estradas e seu estado de conservação, e em que os meios de transporte eram a diligência e mais tarde o comboio. Será principalmente de comboio que o vemos viajar, no desconforto das carruagens de 3ª classe, munido de um passe oferecido pela Companhia dos Caminhos-de-Ferro. Mas também se deslocava a pé e de burro. No fim da sua vida, em 1946, aos 87 anos de idade, ainda o vemos subir a uma freguesia serrana de Trás-os-Montes transportado a braços numa cadeirinha.

Era homem de extraordinárias virtudes, com fama de santidade, rico de qualidades humanas, simples, prudente, bondoso, afável, sincero, modesto, alegre e comunicativo. Inspirava confiança, atraindo as crianças. Dedicou toda a sua vida à oração, aos pobres, aos doentes, aos presos, aos pecadores, às almas desamparadas e arredias. Exercia uma caridade muito para além da simples esmola, fraterna, com o seu quê de sobrenatural.

Percorreu incessantemente o país, como um missionário, pregando, confessando, orando. Também Trás-os-Montes e Alto Douro esteve entre as suas preocupações. Já perto do fim da vida, em 1945, vamos encontrá-lo em Sernancelhe, e em freguesias de Tarouca e Miranda do Douro no ano seguinte. Foi também em Trás-os-Montes que se terá passado um caso extraordinário, quando seguia a bordo de um comboio da Linha do Tua, algures entre Mirandela e Bragança. Não estando munido de bilhete nem dispondo de dinheiro para o adquirir, o revisor manda-o apear na primeira estação. O Padre Cruz obedece, mas o comboio não consegue retomar a marcha e só volta a andar quando o Padre Cruz entra novamente a bordo.

Em Vila Real esteve pelo menos nas décadas de 1930 e 1940, a maior parte das vezes certamente a convite do Seminário diocesano. A primeira visita ao Seminário ocorreu em 1931, no mês de Junho, na qualidade de coadjutor do Padre Matéo, um sacerdote peruano, membro da Congregação dos Sagrados Corações de Jesus e Maria, que aqui se deslocou para pregar um retiro em que participaram, para além do Prelado e do Vigário-Geral, uma centena de sacerdotes, ocasião em que foi inaugurada a capela do Seminário. Transcreve-se, pela sua importância, um excerto da obra «Os 50 Anos do Seminário de Vila Real», do Padre Dr. António Barroso de Oliveira:

Foi também a primeira vez que o santo Pe. Cruz veio ao Seminário.

Depois disso, veio cá muitas vezes. Tinha na cidade um Coronel do Exército muito amigo [Tenente-Coronel Luciano Rosa, casado com a Senhora Dona Angelina Cabral Rosa], onde se hospedava. Sempre que ele chegava ao Seminário, tocava-se a sineta, e, desde o porteiro ao Prelado, todos iam para a Capela. Pregava e confessava. A sua presença era já uma pregação. Falava habitualmente do Espírito Santo e da comunhão. Repetia muitas vezes:

— “Não expulsem o Espírito Santo de vós. Não expulsem o Espírito Santo!”

Para falar dos efeitos da comunhão, contava o caso dos veados dos Pirineus, que, à força de comerem neve se tornavam brancos e as galinhas na praia à força de comerem sardinhas sabem a sardinha.

À força de comungarmos transformamo-nos em Cristo.

Ainda há uma outra memória da sua passagem pelo Seminário de Santa Clara muito provavelmente em 1936 ou 1937. Um aluno do 4º ou 5º ano, de nome Ângelo do Carmo Minhava, nunca mais esqueceria o olhar que o Padre Cruz lhe dirigiu nessa altura.

Na mesma ocasião, passou também pela casa do Dr. Henrique Ferreira Botelho, notável cirurgião, casado com a Senhora Dona Albertina Augusta Rangel de Vasconcelos Ferreira Botelho, cuja família era muito das relações do Padre Cruz. Aí procedeu a uma das duas únicas confissões que o Dr. Henrique Ferreira Botelho fez na sua vida. Passou ainda pela casa do Tenente-Coronel Luciano Rosa, 2º Comandante do Regimento de Infantaria 13 e distinto explicador de Matemática, onde se hospedou.

A devoção ao Padre Cruz, que perdura para além da sua morte, começa muito cedo. As pessoas acima dos 50 anos ainda conservam uma memória viva do Padre Cruz. Pediam-se graças aos santos por intercessão dele. (Os seus biógrafos mencionam um caso, passado no Hospital de Vila Real, em 1950, de uma criança que terá entrado quase sem vida e que regressou a casa, curada, em consequência das orações de sua mãe por intercessão do Padre Cruz.) Encontram-se ainda nas casas vila-realenses pagelas com a sua imagem e os «Conselhos do Padre Cruz», de que foram distribuídos até ao momento aproximadamente dois milhões de exemplares. Encontram-se medalhas, algumas delas com a sua fotografia sobre esmalte, encastoadas em ouro. Encontram-se estatuetas e bustos de barro, que reproduzem aquela expressão de bondade afável de um homem que aparenta ser magro e alto, com uma ligeira inclinação dos ombros, a cabeça pendida sobre o lado esquerdo, de batina preta, com um barretinho de pano preto ou um chapéu de abas largas (por vezes amovível), fazendo lembrar aqueles dois chapéus eclesiásticos à moda romana que o Dr. Trindade Coelho, na altura embaixador de Portugal junto da Santa Sé, lhe oferecera e de que ele gostava muito, e cujos forros foram muitas vezes substituídos porque lhos cortavam para relíquias. Encontram-se ainda pagelas com uma oração ao Espírito Santo que eram distribuídas pelo próprio Padre Cruz.

Referindo-se ao Padre Cruz (1859-1948), diria D. João Evangelista de Lima Vidal, primeiro Bispo de Vila Real, que manterá o título de Arcebispo quando da sua transferência para Vila Real da Igreja Titular

Arquiepiscopal de Mitilene, em 1923, e futuro Arcebispo-Bispo de Aveiro: «Foi talvez o homem e o sacerdote mais popular e querido de toda a terra de Portugal.»

No 26º aniversário da sua morte, em 1974, a Causa do Padre Cruz propôs à Câmara Municipal de Vila Real, à semelhança do que fez com os restantes municípios do país, a atribuição do nome dele a uma artéria da cidade. Todavia, não havendo nenhuma artéria para o efeito, a Câmara deixou o assunto pendente, vindo a ser retomado em reunião de 17 de Fevereiro de 1992, atribuindo-se então à Rua C do Bairro Comendador Armando Afonso Moreira (antigo Bairro da Traslar) o nome do Padre Cruz.

SAMPAIO E MELO, PERSONALIDADE MÍTICA DE VILA REAL

Elísio Amaral Neves

Diz-se que Miguel Torga, o grande escritor, apenas beijava na face um homem. Esse homem era o Dr. Sampaio e Melo, seu condiscípulo do Curso Médico de 1933, em Coimbra.

Torga era também uma das poucas pessoas capazes de caracterizar e fazer compreender o espírito deste «repúblico» (como ele próprio) da Estrela do Norte, de que era profunda e dedicadamente amigo, personalidade que marcou de forma expressiva todos os meios onde viveu. O escritor não esconde que o considera um «boémio, que nenhuma severidade do mundo corrigiu» e que a natureza o dotara de uma graça que o «faz singular no meio dos outros, incapazes de compreender sequer que na boca de alguém cada palavra possa ser uma invenção e cada frase um relâmpago». (Miguel Torga, *Diário*, XI, pp. 16 e 17, Coimbra, 1973)

António Cassiano Ferreira de Lemos de Sampaio e Melo (1909-1971) nasceu em Espinhosa do Douro, no concelho de São João da Pesqueira, de uma família de fidalgos e vinhateiros. Formou-se em Medicina em Coimbra, em 1933, tendo tido como condiscípulos ou

companheiros da República Estrela do Norte, com ligações a Vila Real, onde os vem encontrar na sua vida profissional, para além de Miguel Torga, médico como ele, o Doutor Albertino da Costa Barros, professor catedrático e obstetra distinto em Coimbra, o Dr. António Tibúrcio Monteiro, médico pediatra, o Dr. António Santos, funcionário do Tribunal em Vila Real, o Dr. João Meneres Campos, advogado no Porto e poeta da «Presença», e o Dr. Armando Alves Machado, chefe de secretaria da Câmara Municipal de Vila Real.

Em Coimbra, fica a sua fama de boémio e o costume, algumas vezes repetido, de apagar as luzes do quarto e os candeeiros da rua, a tiro de pistola — costume que naturalmente aterrorizava o colega do andar de cima, que por precaução dormia no vão da janela...

Em 1935 casou em Vila Real com a Senhora Dona Maria Aurora da Felicidade da Silva Pereira Guedes, filha do Dr. Álvaro Pereira Guedes, advogado e conservador do Registo Civil nesta cidade, que vivia na Rua Direita.

Durante a 2ª Guerra Mundial, é mobilizado como oficial miliciano médico, muito provavelmente da Força Aérea, para prestar serviço nos Açores. Passado algum tempo sobre o termo da guerra, vem fixar-se em Vila Real, vivendo no rés-do-chão da casa do Dr. Manuel Sanfins, na Rua 31 de Janeiro. Exerceu no Hospital da Santa Casa da Misericórdia serviços de clínica geral, intervenção cirúrgica, urologia e venerologia, dirigindo o Dispensário Anti-sifilítico.

Em 1952 instala um consultório no edifício da Pastelaria Gomes, inaugurado por essa altura, em duas salas do 1º andar esquerdo do nº 11, lado a lado com o consultório dos Drs. Elísio da Costa Neves e Dona Laura Amaral Neves, oftalmologistas, que também se instalam ali na mesma ocasião. Aí permaneceu até cerca de 1960, altura em que se retira para Espinhosa do Douro, por sentir algum cansaço, o apelo das raízes e a necessidade de cuidar da quinta, já que não tinha filhos que o pudessem fazer. A relativa escassez de doentes (não obstante ser um médico distinto) e o hábito local de tudo ser pretexto para não pagar aos médicos teriam também tido alguma influência nesta decisão.

Em Espinhosa viveu os últimos dez anos da sua vida. Deslocava-se

frequentemente a São João da Pesqueira e ao Pinhão, onde cultivava relações sociais. Manteve-se fiel à sua ligação com Miguel Torga, que ao longo desses anos passou várias vezes pela sua propriedade, a última das quais justamente no ano da morte do Dr. Sampaio e Melo. O contrário também era verdade, e Sampaio e Melo esteve em São Martinho de Anta, por exemplo, em 1968. Desta visita, Miguel Torga conta um episódio bem elucidativo do seu espírito cintilante. Torga lera-lhe um poema à despedida, ao que ele «com os olhos a brilhar, estendeu apenas a mão para o manuscrito, e disse: — Deixa cá ver, que quero acender o cigarro num verso desses...»

Morreu em 1971, enquanto dava consulta a um doente. Na entrada do dia 22 de Novembro desse ano, no XI volume do *Diário*, a páginas 148, escreve Miguel Torga este apontamento: «Telegrama retardado a anunciar laconicamente a morte de um querido amigo. Nem adeus lhe pude ir dizer! Mas talvez fosse melhor assim. Ainda não consegui ressuscitar nenhum dos outros com as lágrimas que lhes chorei sobre a cova.»

Com o Dr. António Tibúrcio Monteiro, Sampaio e Melo foi responsável por «arrancar ao coração de Trás-os-Montes a pedra da lápide» com que os discípulos de Torga lembraram em 1958, por ocasião das bodas de prata do Curso Médico de 1933, a sua passagem pela República Estrela do Norte, na Ladeira do Seminário. Sampaio e Melo também discursou nessa ocasião.

Sampaio e Melo foi sobretudo protagonista de «histórias impagáveis» (Clara Rocha, *Miguel Torga — Fotobiografia*, Lisboa, 2000). A sua personalidade marcava todas as situações em que se encontrava presente. Tinha boa figura, era alto e magro, vestido a primor, bigode recortado e bem cuidado (que lhe terá valido a alcunha de «Valete de Paus»), perfumado, culto, característico «garoto da Bila» de observação pronta e certa, partilhando na altura a cidade com outros «garotos da Bila», como o Dr. Júlio António Teixeira (médico que, quando se encontrava na Barbearia do Armindo, passava as receitas no próprio papel que envolvia o encosto da cabeça das cadeiras de barbeiro), o Dr. Zezé (também médico, que, segundo o Dr. Nuno Henrique Ferreira Botelho, também usa o pseudónimo civil de José Borges Rebelo) e o Sr. António Camilo Fernandes

(importante homem de negócios que gostava de estar sempre rodeado dos amigos). Eis alguns traços que se lhe são apontados (muitos dos quais pelo grande observador social que é o já citado Dr. Nuno Botelho): afoito verbalmente, repentista, muito apreciado porque chocante, sempre nos seus dias, criador de tensões súbitas que o faziam temido, popular em tempo de elitismo, muito dotado, culto, sedutor, certamente muito pretendido, agitador de espíritos adormecidos, com graça espontânea, dissemelhante na classe a que pertencia, grande comunicador, correcto, quase sempre, com as senhoras, possuidor de um aperto de mão firme, irreverente, improvisador para as senhoras de uma vénia com ar austero, expressão satânica a lembrar Salvador Dali.

Terminaremos esta evocação com algumas histórias capazes de o caracterizar.

Quando os doentes não apertavam (o que não era raro nessa altura...), tanto o Dr. Sampaio e Melo como o Dr. Elísio Neves vinham para a janela dos seus consultórios (que eram, como já vimos, lado a lado) ver o movimento na rua. Quando passava um grupo de alunas da Escola Normal, o Dr. Sampaio e Melo, com a sua costela de conquistador, assobiava-lhes, mas logo se retirava da janela, deixando a responsabilidade do assobio ao Dr. Elísio Neves...

Certa ocasião, o Dr. Sampaio e Melo encontrou no Café Excelsior um sujeito de extrema e invulgar magreza. Dirigiu-se a ele: «Tenho que o cumprimentar. É o melhor trabalho em osso que encontrei em toda a minha vida.»

Outra ocasião vai à Campeã ver um doente. Porém um cão impedia-o de entrar na casa. A dona procurou sossegar o clínico, dizendo que o cão não fazia mal e que, inclusivamente, era capado, ao que o Dr. Sampaio Melo teria respondido: «Ó minha senhora, eu não tenho medo que o cão me ...; do que tenho medo é que me morda.»

FESTA DE NOSSA SENHORA DE GUADALUPE

Duarte Carvalho / Frederico Amaral Neves

No concelho de Vila Real têm lugar anualmente, nas diferentes freguesias, cerca de meia centena de festas e romarias, algumas delas acompanhadas de feiras. Damos a seguir alguns exemplos, tomando como critério a sua antiguidade, autenticidade, valor etnográfico e potencialidades como recurso turístico.

Na sede do concelho: Festa de São Brás (2 e 3 de Fevereiro); Festa de São Lázaro (domingo anterior ao Domingo de Ramos); Festa e Feira de Santo António (Junho, com destaque para o dia 13); Feira de São Pedro (27 a 29 de Junho); Festa de Nossa Senhora de Almodena (8 de Setembro).

Fora da sede do concelho: Festa de Nossa Senhora dos Prazeres, em Mateus (Domingo de Pascoela); Festas de São Frutuoso e de Santa Maria da Feira, em Constantim (último domingo de Julho); Festa de Nossa Senhora da Guia, na freguesia de Aباças (2º fim-de-semana de Agosto); Festa de Nossa Senhora de la Salette, em Vila Cova (15 de Agosto); Festa de Santa Ana, na Campeã (último domingo de Agosto); Festa de Nossa Senhora da Pena, na freguesia de Mouçós (2º domingo de Setembro); Festa de Santa Luzia, em Vila Nova e também no Vale da Ermida (13 de Dezembro); Festa de Nossa Senhora de Guadalupe, no lugar de Ponte (tradicionalmente no segundo domingo de Maio).

Esta última festa realiza-se na capela (que hoje chamamos mais frequentemente igreja, dada a sua dimensão e características) do mesmo nome, situada junto a uma estrada romana que desce até à ponte filipina de Piscais, sobre o Corgo.

A capela, classificada como Imóvel de Interesse Público em 1983, é, segundo a historiografia da arte, do séc. XV ou XVI. Nas fontes da historiografia local, contudo, aparece ligada à obra do protonotário apostólico e abade de Mouçós, D. Pedro de Castro, que foi igualmente capelão-fidalgo e confessor da Casa de Vila Real (Casa dos Marqueses de Vila Real). Terá sido construída pelos anos de 1530 (na parede fundeira, um dos frescos ostenta numa cartela a data de 1529). É uma das obras

cuja construção se diz ter sido a expensas de D. Pedro de Castro, lado a lado com muitas outras que indiciam a existência de uma abadia muito rica: grande contributo para a Ponte de Santa Margarida; Capela de Santa Margarida (hoje denominada de São Lázaro), em 1520; de 1528, a Capela de São Sebastião, a Igreja de São Pedro (que passou a servir de matriz da respectiva paróquia, criada por essa altura) e a reedificação e ampliação da Igreja da Misericórdia; a exploração de novas minas no Seixo e o reforço do aqueduto medieval, em 1532, altura em que o protonotário substituiu o chafariz medieval pelo chamado Chafariz do Tabulado.

É curioso que uma das mais antigas referências conhecidas a uma função religiosa relacionada com a Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe se reporte a São Marcos. Vem referida na *Rellação de Villa Real e Seo Termo*, documento enviado à Academia Real da História em 1721, a pedido de D. João V. É descrita como uma das obrigações do Senado da Câmara de Vila Real. Trata-se de uma procissão organizada pela Câmara, em dia de São Marcos (25 de Abril), que em parte se revê ainda nas manifestações que compõem a festa na actualidade. Nela participavam os oficiais da Câmara (o Senado era presidido pelo juiz-de-fora e compreendia, eleitos anualmente pelo povo, três vereadores e um procurador), com suas varas e bandeiras, e as cruces das duas paróquias da vila transportadas pelos sacristães. Saía (como a generalidade das procissões realizadas em Vila Real até à segunda década do séc. XIX) da matriz de São Dinis, com a sua Música, párocos e curas, dirigindo-se para a Capela de Santo António, no Monte do Calvário. Aí partiam todos a cavalo até à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, onde se encontrava a imagem de São Marcos. Um pouco antes da capela, formava-se de novo a procissão, que entrava na capela, entoando a ladainha dos santos alternando com música, e daí saía em direcção a uma capelinha que se situa um pouco a norte, chamada (entre outros nomes) de Nossa Senhora do Cabeço. Feitas as orações nesta capela, regressavam à Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, onde era celebrada por um dos curas de São Dinis uma missa cantada. Refira-se, a título de curiosidade, que para esta função a Câmara dava 4800 réis para um jantar dos ditos oficiais e capelão.

A invocação de Nossa Senhora de Guadalupe, declarada padroeira

da hispanidade em 1928 por Afonso XIII, remete para uma aparição da Virgem, no séc. XIII, a um pastor, Gil Cordero, na província de Cáceres, na Estremadura, num povo chamado Guadalupe, palavra de origem árabe que significa ‘rio escondido’, numa região particularmente fértil do ponto de vista agrícola, florestal e pecuário. O culto, em época de intensa devoção mariana, difundiu-se por todo o mundo, incluindo Portugal, entre os sécs. XIV e XVII, com particular relevo no império espanhol, desde o séc. XVI, onde existem centenas de lugares com o nome de Guadalupe, de que se destaca um nos arredores da Cidade do México, cujo santuário é considerado hoje o segundo lugar religioso mais visitado do mundo, logo a seguir a Roma e antes, portanto, de Fátima e Lourdes. (É curioso notar que a invocação de Guadalupe, no México, nada tem a ver filologicamente com o ‘rio escondido’ de Espanha, sendo antes a forma castelhana de uma expressão azteca — ‘coatlxope’ — que significa ‘a que esmagou a serpente’, sendo que a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, no México, é representada calcando aos pés uma serpente.)

A Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, na freguesia de Mouçós, é um templo românico, embora apresentando já alguns elementos do gótico, como a porta da fachada principal, as rosáceas e o arco-cruzeiro, notando-se a influência da Igreja de São Domingos, que é anterior.

O exterior da igreja é enriquecido pela abundâncias de siglas e embelezado pelos modilhões ou cachorros que sustentam o beiral e pelas pedras salientes, denominadas cães, onde se deviam apoiar primitivamente os barrotes dum alpendre ou galilé que servia de abrigo aos romeiros. No interior, o chão é de laje de granito e enobrecido por diversas sepulturas dos sécs. XVI e XVII, com epígrafes bem conservadas.

A parede fundeira e o frontal em pedra do altar-mor estão cobertos de frescos em mau estado de conservação, de que se destaca uma Árvore de Jessé, que representa a genealogia de Jesus Cristo.

Exteriormente, por trás da capela-mor, encontra-se o brasão do fundador e, no cume norte da mesma capela, uma cruz com crucifixo, que, segundo o Padre João Parente, é obra do mesmo artista que fez o cruzeiro que no passado estava no adro e presentemente se encontra no lugar onde entronca na estrada o caminho que dá acesso à igreja.

A capela referida na *Rellação* (...) como Nossa Senhora do Cabeço, aparece mencionada num tombo da freguesia com o nome de Nossa Senhora da Cabeça e noutros lugares Capela da Senhora do Santo Cabeço, Capela do Santo Cabeço e finalmente Capela da Santa Cabeça (designação que aparece, por exemplo, no programa das festas do corrente ano). Tem como padroeira Nossa Senhora da Graça. É muito antiga e, segundo a tradição, foi poupada para memória de um mosteiro de freiras beneditinas que houve no local, transferido do lugar de Cravelas, na freguesia de Borbela, aquando do seu despovoamento, segundo Pinho Leal.

A capela tem, na parede frontal, duas cavidades onde os romeiros introduzem a cabeça para obter alívio para os seus males. Para o mesmo efeito, e segundo a *Rellação* (...), havia «um buraco em um lado do altar, à parte da epístola».

A festa de Nossa Senhora de Guadalupe, nos dias de hoje, para além do programa habitual em todas as festas (ruadas de bombos, exposição e venda de produtos regionais, leilões, comes-e-bebes, jogos populares e actividades desportivas, música, arraial, missa), compreende uma componente mais recente, a chamada Missa dos Emigrantes. O ponto mais alto das festas é a procissão, em cuja cuidadosa organização é determinante o papel do armador. Os andores são decorados com flores naturais. A ordem do desfile é a seguinte:

Abre com a fanfara dos Bombeiros. Seguem-se a cruz e os andores entremeados de figuras alegóricas, muitas delas representando os próprios santos dos andores, que são, por esta ordem, o de Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Estrela, Mártir São Sebastião, Santo Antão, Santa Catarina, São Marcos (nesta posição imediatamente antes de Nossa Senhora de Guadalupe muito provavelmente em razão de ter havido um culto muito antigo a este santo na Igreja) e Nossa Senhora de Guadalupe. Vem depois o pálido, a banda e por último os fiéis. Pelo meio, ajudando a organizar e a disciplinar, ao lado dos mordomos, estiveram este ano os escuteiros, que nesta procissão ganharam um papel relevante, dado que um dos fundadores dos escuteiros católicos em Vila Real, Sr. Alberto Machado Cardoso Costa, profundamente católico, viveu grande parte da sua vida na freguesia e colaborava regular e empenhadamente, como

sempre o fez a sua família, na organização da festa.

Finalmente, e sem pretender especular, refiram-se as seguintes coincidências e considerações: o rei D. Sancho II, na sequência das Inquirições de 1258, é responsável pela primeira tentativa para fundar Vila Real e manifesta o propósito de edificar uma povoação localizada no lugar de Ponte, freguesia de Mouçós, muito provavelmente no cabeço em que se situa a ermida da Santa Cabeça; os abades do Salvador de Mouçós e de Santa Maria de Sanfins foram eleitos pelo povo e constituídos procuradores da Terra de Panóias para obter do rei a fundação de Vila Real e posteriormente a concessão de um foral mais favorável e definitivo do que o de 1289 (foral de 24 de Fevereiro de 1293); D. Pedro de Castro, provavelmente natural de Espanha (o Professor Luiz de Mello Vaz de São Payo, em monografia recente, questiona esta naturalidade e admite que possa ser português e mesmo de Vila Real), escolhe o lugar de Ponte para edificar a Capela de Nossa Senhora de Guadalupe, em terreno pertencente a uma das mais importantes abadias do Norte de Portugal, de valor agrícola e florestal idêntico àquele em que foi construído o santuário espanhol atrás referido e na proximidade do rio Corgo, em local que as características do terreno tornam pouco visível, sugerindo o ‘rio escondido’; D. Pedro de Castro, por toda a obra atrás referida em prol da comunidade, é considerado metaforicamente como o segundo fundador de Vila Real.

A MÚSICA EM VILA REAL, ALGUMAS ACHEGAS PARA A SUA HISTÓRIA

Elísio Amaral Neves

A música em Vila Real, como em qualquer outro local, é assunto inesgotável, já que a música acompanha o homem desde os seus primórdios.

Ao longo dos séculos, diversos grupos instrumentais, muitos deles de rua, animaram Vila Real, em certas ocasiões festivas, com destaque para

as Festas de Santa Maria de Agosto e de Santo António, mas estando também presentes em cerimónias oficiais (inaugurações, cortejos, etc.) e religiosas (certas missas, procissões, peditórios para os santos ou para obras sociais).

O séc. XIX é marcado por uma presença mais regular da música entre nós através de diversos tipos de formação, já não apenas em cerimónias religiosas ou oficiais, mas também em festas e convívios sociais, sobretudo a partir do momento em que se criaram as primeiras salas de espetáculos e apareceram os clubes sociais, no advento do liberalismo, que representam, sob a forma associativa, um modelo de educação.

Ainda antes deste movimento, sabemos da existência em Vila Real, no Inverno de 1807/1808, de uma Sala de Divertimento, cuja principal finalidade era manter vivo o sentimento patriótico num momento em que Portugal sofria os efeitos das Invasões Francesas.

Posteriormente, surgiu o Club de Vila Real, em 1834, e, com idêntico nome, outro em 1894 (que ainda existe); a Associação Nacional Villa-Realense, em 1836; o Gremio Villa-Realense, na década de 1870; e a Associação Trasmontana de Instrução e Beneficencia, em 1884. Nos espaços de todas estas associações aconteciam bailes, concertos, aprendizagem musical. As duas últimas dispunham também de orfeão.

É igualmente por esta altura, na sequência da Guerra Peninsular e dos movimentos de guerra civil que aconteceram com frequência na primeira metade do séc. XIX, que o interesse pelas bandas militares (ou marciais, como mais frequentemente se dizia) influencia o aparecimento das filarmónicas. No concelho de Vila Real, estas filarmónicas são constituídas por escritura pública principalmente na segunda metade do séc. XIX, segundo os documentos existentes nos cartórios notariais de Vila Real, embora as bandas que existem hoje refiram datas anteriores, em nossa opinião não suficientemente documentadas. Assim, a Banda de Música de Mateus diz-se fundada em 1810; a Banda de Música da Portela, em 1840; e a Banda de Música de Nogueira, em 1850. Já a Banda de Música de Sanguinhedo foi fundada em 1925.

As sociedades filarmónicas surgem geralmente sob a designação de Música ou Banda. São criadas simultaneamente para recreação e instrução

musical dos sócios e para fins «industriais», isto é, lucrativos, através de dinheiros apurados pela participação em funções ajustadas pelo mestre, director ou comissão escolhida pelos sócios.

Sem pretender esgotar o assunto, referiremos as seguintes:

— *Música Instrumental de Vila Real*, com 17 elementos, fundada em 25 de Fevereiro de 1861. Esta Música já existia nesta data, embora funcionando de modo irregular e sem mestre. O mestre será, a partir desta altura, João Manuel Laranjo. Os ensaios tinham lugar na Rua do Rossio, nas casas de Luís d'Assunção.

— *Música de Arroios* (ao que supomos, dado que a grande maioria dos aprendizes era de Arroios). Teve entre 15 e 26 elementos, conforme as épocas. Foi fundada em 11 de Maio de 1862, conhecendo-se escrituras adicionais de 29 de Maio de 1862, 1 de Janeiro de 1863 e 18 de Abril de 1863. O mestre era Francisco Alves Raposo, de Mateus.

— *Banda de Música de Arroios*, com 17 elementos, fundada em 1 de Maio de 1864, tendo por mestre Neutel Teixeira da Cunha, de Vila Real.

— *Música de Arroios*, com 15 elementos, fundada em 4 de Março de 1866.

— *Música de Arroios*, com 20 elementos, fundada em 4 de Novembro de 1866, tendo como mestre José Gomes, de Torneiros, Arroios.

— *Música de Guiães*, com 12 elementos, fundada em 22 de Maio de 1864.

— *Sociedade Musical de Vila Meã*, São Tomé do Castelo, com 13 elementos, fundada em 1871, tendo como mestre Francisco Alves Raposo, de Mateus.

— *Sociedade Musical e Instrumental «Vila Meã»*, com 12 elementos, fundada em 14 de Fevereiro de 1873. Trata-se provavelmente de uma reorganização da anterior, que, por negligência, se havia desorganizado.

— *Banda de Música Mosteirozense*, de Mosteirô, Andrães, com 12 elementos, fundada em 16 de Setembro de 1871, tendo como mestre José Magalhães, de Folhadela.

— *Banda de Música Marcial da Portela*, Folhadela, com 12 elementos, fundada em 15 de Abril de 1877, tendo como mestre José Joaquim de Figueiredo.

— *Banda Marcial da Portela*, Folhadela, com 14 elementos, fundada em 16 de Setembro de 1883, tendo como mestre José Joaquim de Figueiredo.

— *Banda de Música da Portela*, Folhadela, com 21 elementos, fundada em 22 de Novembro de 1896.

— *Banda Marcial de Folhadela*, com 15 elementos, fundada em 14 de Janeiro de 1878, tendo como mestre José do Nascimento Magalhães.

— *Música de Instrumental e Igreja de Sabroso*, Folhadela, com 22 elementos, fundada em 14 de Janeiro de 1882, tendo como mestre Francisco José Alves Temeroso, de Sabroso.

— *Banda Marcial de Sabroso*, Folhadela, com 20 elementos, fundada em 29 de Abril de 1888, tendo como mestre Francisco José Alves Temeroso, de Sabroso.

Folheando as respectivas escrituras notariais, vemos que falam do valor a pagar ao mestre, multas por faltas aos ensaios ou às actuações, ou ainda por comportamentos incorrectos, e como a importância dessas multas geralmente revertia para a sociedade. Fixam também, muitas vezes, a quantia a satisfazer em caso de abandono por parte dos aprendizes ou discípulos (salvo por motivo de serviço militar) e do mestre (quantias diferentes, naturalmente). Falam do regime de faltas, definindo como faltas justificáveis, por exemplo, as dadas por motivo de doença devidamente comprovada ou por motivo de ausência da terra. Tratam de questões relacionadas com os fardamentos, com o instrumental, com a «pancadaria» (palavra usada à época para significar os instrumentos de percussão), com os lucros, com o regime de ensaios, aulas e horários, com as partituras distribuídas pelo mestre e copiadas pelo mesmo em papel geralmente fornecido pelas próprias sociedades.

A PROCISSÃO DO SENHOR JESUS DO CALVÁRIO

Elísio Amaral Neves

Os vila-realenses valorizam sempre muito as manifestações religiosas que ocorrem no concelho, dando-lhes enquadramento festivo, contrariamente aos outros povos do Douro, que, em idênticas circunstâncias, costumam optar por procissões de penitência, mesmo quando as questões que estão na sua origem sejam particularmente graves.

Vem isto a propósito da festa ao Senhor Jesus do Calvário, ou Bom Jesus do Calvário, como também é por vezes conhecida. É uma manifestação do calendário religioso vila-realense, que ganhou na década de 1880 a relevância que a projectou para o exterior, sendo uma das raras festas religiosas que atraíam forasteiros a Vila Real. Infelizmente o seu programa de hoje já não apresenta as características do passado: iluminações, ornamentações, arraial, descantes populares, bazares de prendas e actuação de bandas. Resta apenas a novena que abre a festa religiosa e a procissão, hoje tanto ou mais concorrida do que no passado, onde se incorpora um grande número de pessoas descalças, último vestígio das antigas procissões de penitentes realizadas no Douro.

A festa ao Senhor do Calvário e em particular a sua procissão têm origem nas dificuldades que a região do Douro experimentou na segunda metade do séc. XIX, primeiro com o ataque do *Oidium tuckeri*, depois com o da *Phylloxera vastatrix*. Tratava-se pois, na origem, de um acto destinado a implorar a ajuda celeste contra a calamidade nas vinhas. A imprensa da época refere que terá sido iniciador da festa o Sr. Manuel Gonçalves de Sousa Machado, personalidade ainda mal conhecida, mas que será provavelmente o primeiro responsável pela comissão que em 1854 organizou, em alternativa às já referidas procissões de penitência que tinham lugar um pouco por todo o Douro, grandes e animadas festas ao Senhor do Calvário (Festa Grande), cujo programa integrou, para além da animação atrás referida, um *Te Deum* e uma imponente procissão, com muitas figuras, de que se destacam os seguintes quadros, repetidos na sua maioria na procissão realizada 30 anos depois:

— A figura de Vila Real, vestida de guerreiro, montada a cavalo e conduzida por um pajem;

— O Douro, representado por um ancião, também a cavalo e conduzido por um pajem;

— A Fé, a Esperança e a Caridade, a bordo de um carro em forma de barco;

— Santa Marta, protectora das vinhas;

— Nossa Senhora da Conceição;

— Os 12 Apóstolos; e

— O Senhor do Calvário.

Trinta anos depois, em 1884, quando começam já a notar-se, embora de forma ténue os resultados da luta contra a filoxera que aniquilara grande parte das vinhas do Alto Douro, e também quando o calendário político era marcado pela discussão em torno das dificuldades que a região atravessava, organizam-se novamente «festas grandes», cuja comissão executiva tinha como principal responsável o Dr. Luís Augusto Teixeira Lobato e como tesoureiro o comerciante e capitalista local Anselmo Pereira Baía.

Esta comissão abriu, em Abril de 1884, uma subscrição pública a favor dos festejos e convidou o Arcebispo Primaz de Braga, D. António José de Freitas Honorato, figura importante da Igreja, que foi prior de Santa Cruz de Coimbra, catedrático da Universidade da mesma cidade, antigo arcebispo de Mitilene e personalidade a que se deve o restabelecimento em 1852 das Festas da Rainha Santa. O arcebispo esteve em Vila Real entre 24 de Julho e 1 de Agosto (note-se que hoje a procissão tem lugar no segundo domingo de Julho), em verdadeira visita pastoral que não se circunscreveu às paróquias da sede do concelho. Ficou instalado no Palacete Torres, cedido para sua aposentadoria e das pessoas que o acompanhavam pelo governador civil da época, Dr. Wenceslau de Lima, que viria a ser presidente do Conselho de Ministros.

D. António Honorato esteve presente em todas as cerimónias religiosas e cívicas, a que concorreram trinta a quarenta mil pessoas, destacando-se entre as cerimónias religiosas: o crisma, ministrado ao longo de vários dias na Igreja de São Domingos e na capela do Convento de

Santa Clara; a sagração da imagem do Bom Jesus do Calvário, restaurada e reencarnada pelo artista local Francisco Ribeiro de Carvalho; o sermão na Igreja de São Francisco pelo cónego Alves Mendes (escritor e orador sagrado de grande fama), durante duas horas; a procissão entre a Igreja de São Francisco e a Igreja do Calvário, a que se sucedeu um sermão ao ar livre, no adro desta igreja, pelo Padre Carlos Rademaker, da ordem da Companhia de Jesus, de que foi Superior em Portugal, e um dos principais obreiros da restauração religiosa operada no terceiro quartel do séc. XIX, que aqui estivera em 1869, e foi um dos maiores oradores sagrados do séc. XIX.

A festa decorreu entre 24 e 27 de Julho. A vila encontrava-se grandemente iluminada, com destaque para os Largos de Camões, São Pedro, São João, Calvário e Carmo, e Ruas Direita, Central, da Ferraria, do Arco, das Flores e outras. O arraial teve lugar no sábado, 26, até às três horas da manhã. Estiveram presentes seis bandas, que tocaram em coretos espalhados pela vila, que se encontrava engalanada com arcos intercalados de mastros com bandeiras bicolores.

Refira-se, por curiosidade, que nessa altura se deslocou a Vila Real um dos mais notáveis caricaturistas portugueses da época, Sebastião Sanhudo, um dos responsáveis pelo semanário humorístico *O Sorvete*, que se publicava no Porto desde 1878. Sebastião Sanhudo deixou, nas páginas da edição de 3 de Agosto, o testemunho sob a forma de caricatura do que lhe foi dado observar, nomeadamente a procissão, sob o título «As Festas ao S.^o do Calvario em Villa Real». São duas páginas de observação da parte religiosa, mas também social, com um certo travo satírico. Há referências explícitas às figuras do arcebispo de Braga e do cónego Alves Mendes, bem como a elementos identificadores do Dr. Wenceslau de Lima (governador civil), do Dr. Manuel Augusto Pereira e Cunha ou do Dr. António Alberto Teixeira Lobato (respectivamente administrador e administrador substituto do Concelho), do Dr. Luís Augusto Teixeira Lobato (presidente da Comissão de Festas), de Francisco Alberto Pereira Cabral (comissário da Polícia) e do coronel José Joaquim Teixeira Beltrão (comandante do RI 13). Aparecem também apontamentos do abandeiramento e ornamentações exteriores, e do interior das Igrejas de

São Domingos e São Francisco, figurando nesta última o púlpito. Ao retratar a procissão, não se esqueceu de um acidente ocorrido na Rua da Alegria (hoje Alexandre Herculano): no momento em que, aproximando-se do carro-andor a banda de Mondim, os bois que puxavam o carro se espantaram, ferindo mortalmente uma senhora de Lobrigos e causando contusões em três músicos, além de danificar os respectivos instrumentos. (O carro-andor que incorpora actualmente a procissão foi encomendado em 1896 ao carpinteiro estabelecido na Rua da Fonte, Manuel da Assunção Alves Figueiredo.) Sebastião Sanhudo não esqueceu certas características dos vila-realenses, como a usura e os jogos de azar. São referidas também as péssimas condições na cadeia e a reacção dos vila-realenses aos seus detractores. Há ainda alusões à figura alegórica de Vila Real, à figuração do Douro, ao anjo-querubim que costuma preceder o carro-andor e às tradicionais profissões ligadas ao ferro.

O CULTO DE SÃO FRUTUOSO NA IGREJA DE SANTA MARIA DA FEIRA DE CONSTANTIM

Frederico Amaral Neves

No último domingo de Julho festeja-se na igreja de Santa Maria da Feira de Constantim, como padroeiro secundário, São Frutuoso, que foi abade de Constantim e a quem o povo dá a dignidade de santo, tantos são os milagres que lhe atribui.

O seu nome era Frutuoso Gonçalves. Segundo a tradição, teria nascido em Constantim, provavelmente no final do séc. XI. Criado na fé cristã por seu pai, um lavrador de Constantim de nome Gonçalo, dedicou-se desde muito novo ao estudo com o abade da freguesia, preferindo a leitura dos livros sagrados às habituais brincadeiras de crianças.

A sua ligação à Igreja, a sua inteligência e o recato do seu comportamento provocaram desde muito cedo nas gentes de Constantim um certo sentimento de mistério e admiração. A realização do que

geralmente se considera o seu primeiro milagre, ganhou-lhe também uma aura de santidade. O episódio conta-se da seguinte forma. Frutuoso tinha sido encarregado por seu pai de vigiar as sementeiras, para que os pássaros as não comessem. Porém, ao ouvir os sinos chamando para a missa, não resistiu ao chamamento e, encerrando os pássaros numa cerca (noutras versões refere-se um palheiro sem telhado nem janelas e também um curral onde se encerravam os animais domésticos) e, recomendando-lhes que não saíssem, dirigiu-se para a igreja. Quando, no final da missa, seu pai deu pela sua presença entre os fiéis, interpelou-o. Frutuoso contou o que tinha sucedido. Incrédulas, as pessoas foram ao local e verificaram que era verdade, após o que Frutuoso mandou os pássaros embora.

Perante este caso, o pai compreendeu que Frutuoso devia seguir a vida religiosa e, logo que foi terminada a construção do Mosteiro de S. Martinho de Caramos, Frutuoso deu nele entrada, integrando a comunidade, segundo conta o seu principal biógrafo, Padre Nicolau de Santa Maria, na *Chronica da Ordem dos Conegos regrantes do patriarcha Sancto Agostinho*, Lisboa, 1668.

O mosteiro passou entretanto para a Regra de Santo Agostinho e, quando faleceu o seu primeiro prior, Frutuoso tomou o seu lugar. Passado algum tempo, mostrou vontade de ir à Terra Santa e, para isso, é libertado das suas funções. Vai a Roma e à Palestina e, no regresso, dá entrada no Convento de Santa Cruz de Coimbra.

Quando D. Afonso Henriques fez a doação da Igreja de Constantim à Ordem dos Agostinhos — circunstância que é referida, por exemplo, pelo Dr. Júlio António Teixeira, no livro *Da Terra de Panoyas*, Vila Real, 1946, no capítulo dedicado às lendas e na lenda que intitula «S. Fructuoso» —, o Mosteiro de Caramos passou a apresentar o abade, sendo escolhido para essas funções o cónego regrante Frutuoso Gonçalves, que pastoreou a abadia durante oito anos, falecendo no dia 10 de Novembro de 1162, segundo a maior parte dos seus biógrafos. Contudo, outros biógrafos referem a data de 1164 e a *Chronica* a data de 1168. Por outro lado, o *Breviario Bracarense* aponta o dia 16 de Abril de 1162 como data do falecimento, o que seria uma grande coincidência, pois foi nesse dia, mas do ano de 665, que, segundo a tradição, faleceu um outro São Frutuoso,

bispo de Dume e arcebispo de Braga, na igreja de São Salvador de Montélios. Deve tratar-se, pois, de confusão. Note-se que 16 de Abril chegou a ser, no passado, um dos dias da celebração de São Frutuoso, abade de Constantim.

Frutuoso Gonçalves foi sepultado, em cumprimento de uma sua disposição, a 14 de Novembro, na igreja de Constantim, junto ao altar que ele mesmo mandou fazer e consagrar a São Frutuoso, arcebispo de Braga, de quem era particularmente devoto.

Tem fama de milagreiro, advogado contra «os bichos venenosos, sezões, maleitas, malinas, dores de ossos e corpo», e sobretudo contra «os cães danados». Desde a sua morte e até aos dias de hoje vêm pessoas em peregrinação do norte de Portugal (Trás-os-Montes, Minho e Douro), e no passado vinham também de Espanha (nomeadamente Galiza e Castela) e do Brasil. Altos dignitários da Igreja vieram também a Constantim, nomeadamente os arcebispos de Braga, que, ao longo dos séculos, foram valorizando a sua sepultura e proporcionando melhores condições à prática do culto. Segundo a *Chronica*, o rei D. Dinis fez pelo menos uma oferta à abadia de Constantim e confirmou o padroado da sua igreja ao Mosteiro de Caramos, pela grande devoção que nasceu numa ocasião em que terá vindo a Constantim e tocado a Santa Cabeça, ficando com isso sarado de uma forte e persistente dor de cabeça que o atormentava.

Logo no século imediato sobre a sua morte, em 1216, o arcebispo de Braga D. Estêvão Soares mandou fazer para São Frutuoso uma sepultura alta no vão da parede da parte da Epístola do altar de São Frutuoso, arcebispo de Braga, trasladando para lá o corpo, a que todavia retirou a cabeça, que ficou de fora, para «consolação dos devotos». À cabeça passou a chamar o povo «Santa Cabeça». Foi encastada em prata, embora presentemente seja outro metal. Passou a estar resguardada dentro do sacrário do mesmo altar, também impropriamente chamado capela, cuja chave estava em poder do prior de Caramos, até que, no séc. XVI, passou a haver duas chaves, tornando mais fácil a sua exposição aos peregrinos. (Alguns biógrafos, contudo, afirmam que existiam já duas chaves no séc. XIII.)

No final do séc. XVI, o arcebispo D. Agostinho de Castro enriqueceu

o sepulcro com ornamentos.

Outro arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança (1716-1789), filho ilegítimo de D. João V mais tarde legitimado, um dos «Meninos de Palhavã», por decreto de 20 de Janeiro de 1764 trasladou os ossos de São Frutuoso para um sarcófago, que por sua vez foi colocado no seu altar no dia 12 de Fevereiro do mesmo ano, incumbindo de fazer a transladação o missionário apostólico Ângelo Siqueira, natural de São Paulo, no Brasil. Foi nessa ocasião que foi criado o altar de São Frutuoso, abade de Constantim, também conhecido por altar da Santa Cabeça. Este padre Ângelo Siqueira foi certamente também um grande divulgador do culto de São Frutuoso, já que, tendo sido fundador da Igreja de Nossa Senhora da Lapa das Confissões, no Porto, nela se verificou existir o culto ao abade de Constantim, conforme aparece referido num registo do séc. XVIII, pertencente à Biblioteca Nacional, a que não deve ser estranho o dito missionário, onde aparece igualmente referido um outro local de culto, a capela de São Frutuoso, provavelmente no lugar de São Frutuoso, freguesia de Folgosa, concelho da Maia.

A imagem do registo poderá ser idêntica ao retrato coligido por Diogo Barbosa Machado, referido por Inocêncio, doado posteriormente a D. José, que deve conservar-se hoje na Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, a que não tivemos acesso.

Lembremos a propósito que o padre Ângelo Siqueira esteve em Vila Real também em Abril de 1758, no Convento de Santa Clara, onde colocou uma imagem de Nossa Senhora da Lapa.

O sarcófago, bem como a calote craniana, encontram-se hoje na Capela dos Carços, adossada à igreja de Constantim, por transferência e adaptação do altar da Santa Cabeça feita aquando das obras levadas a cabo entre 1985 e 1993, da responsabilidade do Padre Norberto Portelinha. Existe no altar dessa capela uma imagem de São Frutuoso, ladeada por São Jerónimo e Santa Bárbara.

Mais ou menos por esse altura, mandaram-se fazer em Esposende duas outras imagens de São Frutuoso, uma das quais está num nicho da fachada principal da igreja e a outra junto à antiga Fonte de São Frutuoso, uma antiga fonte de mergulho, hoje desactivada, ligada ao culto do santo.

Construiu-se entretanto uma nova fonte, tendo um painel de azulejos que representa São Frutuoso, que se localiza (tal como a anterior) na Praceta de São Frutuoso, a que se tem acesso pela Rua de São Frutuoso, arruamento que ladeia a igreja, tudo designações recentes. E tudo isto próximo do passal onde, segundo a tradição, se localizaria a seara onde ocorreu o primeiro milagre.

A propósito de fontes, refira-se que a povoação de Constantim dispõe de abastecimento de água distinto do de Vila Real, dizendo o povo que a água nunca falta por obra e graça de São Frutuoso. Durante muitos anos esta água serviu para benzer os campos e as culturas de cereais, para os defender das pragas. Lembremos também que normalmente tocavam-se as sementes na Santa Cabeça para evitar que os pássaros comessem o fruto.

Quando uma pessoa era mordida por um cão raivoso, lavava a mordedura na água da fonte, assistia a uma missa, comungava e, no final, comia pão tocado na cabeça do santo. Se houvesse ferida, o paciente devia permanecer no local durante nove dias seguidos, tocando a relíquia em todos eles e fazendo romaria em volta da igreja.

A propósito, note-se que no lugar de Borges, freguesia de Aboim da Nóbrega e concelho de Vila Verde, ainda no séc. XX se dizia existir na posse de um homem um dente de São Frutuoso, que naturalmente era usado contra as mordeduras de cão raivoso.

Diz-se existir um outro dente na catedral de Santiago de Compostela, que teria sido dado por um abade de Constantim a uns peregrinos, que o entronizaram num nicho no interior da catedral. Diz-se alternativamente que este dente terá sido roubado, juntamente com as ossadas do nosso santo, por uns peregrinos galegos, que posteriormente teriam devolvido as ossadas e conservado apenas o dente, que se guarda na catedral.

Certo é que ainda existe hoje um pequeno cofre contendo ossos de São Frutuoso na Casa de Mateus, primitivamente expostos na sua igreja, trazidos por um antepassado dos condes de Vila Real.

HISTÓRIAS DE VILA REAL

Carlos Fernandes / Francisco Edgar Ferreira

As histórias de Vila Real são um tema inesgotável, que retomamos hoje, tomando como pretexto a caça, figuras populares e alguns garotos da Bila.

De entre as figuras populares, será evocado o Chico Passagista, que engendrou um modo de vida um tanto atrevido e muito *sui generis*...

A ele e a esse modo de vida se refere o Prof. Francisco Edgar Ferreira, no seu livro *Contos da “Bila”*, Vila Real, 1987.

Evocaremos também os Srs. António Rodrigues de Magalhães e António Camilo Fernandes, a pretexto de uma viagem que fizeram a França, em 1955, para acompanharem o filho deste a Nanterre, onde ia praticar na fábrica de automóveis Simca.

António Camilo Fernandes era um homem que sabia cultivar as relações. Entre estas contava-se um director da Fiat (à época associada à Simca), no Porto. Visitava-o regularmente e oferecia-lhe, em refeições no Restaurante Abadia, excelentes vinhos da região do Douro.

Foi este director que proporcionou ao jovem Carlos Fernandes um posto de trabalho (aliás efemeramente ocupado...) em Nanterre.

Antes de partirem, António Camilo Fernandes encheu a mala do carro (um Fiat 1900, de cinco velocidades, com embraiagem especial) com uma opípara merenda e algumas dúzias de garrafas de vinho. Porém estávamos em época de rigor aduaneiro e eis que, na fronteira de Quintanilha, o guarda espanhol não autoriza a passagem do vinho. Combinou-se então que o vinho ficaria na fronteira e seria recolhido no regresso. António Rodrigues de Magalhães, mais conhecido por Macário, ouvindo a conversa de dentro do carro, sai, pega numa garrafa e diz: “Esta não há-de ficar!” Abriu-a e bebeu-a de um trago. Impressionado, o guarda revogou a sua decisão e deixou passar o vinho, comentando: “Sígan. Van ustedes pouco prevenidos...”

**D. CARLOS MARIA ISIDRO DE BOURBON,
PRETENDENTE AO TRONO DE ESPANHA —
MEMÓRIAS DA SUA PASSAGEM POR VILA REAL**

Elísio Amaral Neves

Uma história de Vila Real bem diferente da que se contou acima é a da passagem por Vila Real de um pretendente ao trono de Espanha, D. Carlos Maria Isidro de Bourbon, infante espanhol, filho de Carlos IV e irmão de Fernando VII, que vivia exilado em Portugal, protegido por seu sobrinho e cunhado D. Miguel, como ele protagonista de uma guerra civil que opôs absolutistas e liberais e, também como ele, encabeçando a facção absolutista.

Após a morte de seu irmão, e não acatando a revogação da lei sálica (que excluía as mulheres da sucessão dinástica) determinada por este para que a sua filha pudesse subir ao trono, D. Carlos proclamou-se rei de Espanha, sob o nome de Carlos V. Dos diversos “palácios reais” que vai ocupando em diferentes cidades e vilas de Portugal, ao sabor do evoluir da situação política e militar, dirige, estimula e governa a facção dos espanhóis que o reconhecem como rei.

Quando os miguelistas perdem o controle do Minho e as suas forças são obrigadas a recuar para as províncias mais fiéis, D. Carlos dirige-se a Trás-os-Montes e instala-se em Vila Real, onde chega em meados de Dezembro de 1833, com a sua corte e uma força militar em que se incluíam lanceiros do Fundão. Aqui permanece muito provavelmente até 18 de Março de 1834. Desse mesmo dia, conhece-se uma carta dirigida ao seu marechal-de-campo, Tomás Zumalacárregui, na qualidade de rei de Espanha e enviada do seu “palácio real” de Vila Real. Este palácio era a Casa de São Pedro (onde hoje funcionam o Centro Cultural Regional e a Universidade Sénior), na antiga Rua do Carmo (hoje Rua Ten. Manuel Maria Bessa Monteiro, com os números de polícia 1 a 5). Era na altura propriedade de Francisco Botelho Correia Machado, major de ordenanças de Vila Real, que a imprensa liberal diz ter sido despejado de sua casa para efeitos de aposentadoria do infante de Espanha.

Neste palácio viveu três meses, com alguma tranquilidade, devido à fidelidade dos locais à causa de D. Miguel, o que terá contribuído para que se apaixonasse por Vila Real. Segundo um memorialista inglês, William Henry Giles Kingston, numa obra de 1845 em que descreve as suas viagens em Portugal, D. Carlos passava “o melhor dos seus dias” em reflexão e descanso no esporão da Vila Velha, no local onde dez anos depois se construiria o Cemitério de São Dinis.

Embora se vivesse uma situação de guerra civil e ambas as facções em luta dispusessem da uma imprensa mais ou menos aguerrida, o que permitia à imprensa liberal ataques a D. Carlos, ficou uma imagem agradável da sua passagem por Vila Real e do seu séquito, constituído pela esposa e a cunhada (a Princesa da Beira, que viria a ser a sua segunda esposa), ambas filhas de D. João VI, os três filhos e muitos oficiais e tropas de cavalaria e infantaria, algumas delas postas à disposição do infante espanhol por D. Miguel, e às quais se juntaram localmente alguns galegos, moços do açougue de Vila Real. O padre Merino, principal responsável pela sublevação em Castela e comandante-geral das forças carlistas, bem como os padres que o acompanhavam, instalaram-se no “Palácio do Miguel do Arco”.

Quando D. Carlos saiu de Vila Real para o sul, acompanharam-no em direcção a Lamego e depois Viseu 40 homens a cavalo e 300 a pé, alguns deles de um corpo de lanceiros que criou em Vila Real, onde se embargaram (ou adquiriram) os cavalos e fabricaram as lanças, muito provavelmente nas oficinas do Bairro dos Ferreiros.

Os militares que o acompanhavam, entre eles muitos espanhóis, eram assistidos no Hospital da Divina Providência da Santa Casa da Misericórdia de Vila Real, onde alguns faleceram, sendo sepultados no cemitério do próprio hospital.

O mestre carpinteiro Tomás Pereira, de Vila Real, construiu os cavaletes para os arreios da cavalaria da Princesa da Beira, a expensas do Senado da Câmara Municipal. Não foi esta, de resto, a única despesa assumida pelo senado. Também mandou abrir uma estrada até S. Martinho, para D. Carlos passar com o coche, e encomendou doce à madre abadessa do Convento de Santa Clara, M. Maria Peregrina, no valor de 31\$600,

quantia elevada para a época, que se justifica por o doce ser destinado a grande parte da comitiva. Com esta comitiva se gastavam 8 moedas de pão por dia.

D. Carlos também movimentou tropas a partir daqui, como por exemplo as que mandou em meados de Fevereiro para a raia, a fim de impedir a entrada em Portugal de 8.000 cristinos que tinham por objectivo a sua captura.

Daqui saíram emissários seus para a Galiza, com a finalidade de distribuírem as suas proclamações.

Aqui regressaram, depois do 18 de Março, algumas das tropas que o acompanhavam, e muito provavelmente o padre Merino, por não terem conseguido entrar em Espanha.

Aqui vieram ter militares das mais diversas unidades das forças miguelistas, algumas delas para receberem assistência no hospital (que era um dos melhores do norte de Portugal e também do país), como as do Regimento de Caçadores da Beira Alta, Regimento de Infantaria de Valença, Regimento de Lanceiros do Fundão, Regimentos de Milícias de Penafiel, de Chaves e de Bragança, Regimento dos Veteranos de Chaves, Regimento de Infantaria de Lisboa, Batalhão de Voluntários Realistas de Barcelos, etc, acabando todos por abandonar Vila Real com a aproximação do Duque da Terceira, que aqui entra em 13 de Abril de 1834, dia em que D. Maria II é aclamada localmente rainha de Portugal.

HISTÓRIA DO MATEUS ROSÉ

Gaspar Martins Pereira

O vinho Mateus Rosé, exportado hoje para cerca de 130 países, constitui um dos produtos portugueses mais conhecidos no mundo inteiro. A sua história confunde-se com a de uma família ligada desde há muito à produção de vinhos de mesa e à exportação de vinhos do porto.

Mateus Rosé é uma das marcas lançadas pela SOGRAPE, Sociedade

Comercial dos Vinhos de Mesa de Portugal, Lda., criada em 1942 por um conjunto de empresários, a grande maioria sem experiência no sector dos vinhos, de que se destacou e foi principal impulsionador durante perto de meio século o Sr. Fernando van Zeller Guedes (1903-1987).

Foi uma personalidade com grande vocação para a área comercial, que iniciou a sua carreira trabalhando numa empresa transitória (fazendo serviço nos cargueiros da Mala Real dos Países Baixos), onde pode associar ao seu domínio do inglês e do francês a aprendizagem do holandês. Mais tarde trabalhou numa empresa exportadora de vinhos do porto.

Apaixonado pela produção de vinhos, fez a sua primeira vindima no Douro em 1929 e a partir dessa data inicia uma caminhada que terminaria a amadurecer com o seu irmão Roberto Guedes (1899-1966), responsável pela administração da Quinta da Aveleda, pertença da família há séculos, a ideia de criar uma empresa exportadora de vinhos de mesa diferenciados, de marcas próprias, apostando na exportação em garrafa e na descoberta e exploração de novos mercados.

Criaram a empresa em tempo de crise (1942, em plena II Guerra Mundial), altura em que os mercados tradicionais estavam praticamente fechados, mas com a visão e acerto de quem tinha condições naturais (comunicabilidade e gosto pelas viagens) para gerar confiança junto da rede de agentes que iria criar para efeitos de exportação dos vinhos e sobretudo junto das famílias durienses afectadas pela depressão do sector do vinho do porto, incapaz de receber uma parte significativa das massas vínicas produzidas na região.

A escritura da sociedade foi assinada em 22 de Julho de 1942. Dois dias depois, já Roberto Guedes (e certamente seu irmão, algum tempo antes) se encontrava em Vila Real a assinar o contrato de aluguer de todo o vasilhame vinário da adega do Grémio de Vinicultores do Concelho de Vila Real, situada no sítio dos Três Lagares, instalações que alugaria em 1944.

Foi uma verdadeira aventura. Entre Agosto e Outubro de 1942, pela mão de Fernando van Zeller Guedes, a empresa lançou-se e ganhou credibilidade na região duriense, que viu nela um sinal de esperança. A acreditação da firma junto do Ministério da Economia deveu-se em grande

parte ao governador civil de então, Ten. Horácio de Assis Gonçalves, que fez sentir, para além do alcance económico dos investimentos da SOGRAPE na região, o seu reflexo na economia nacional.

Entre os mais próximos colaboradores de Fernando van Zeller Guedes é justo destacar Bernardino Joaquim do Carmo (1906-1991), que com ele foi o principal estratega do desenvolvimento da empresa e responsável pelas áreas da administração e finanças, Walter Stam (1891-1971), presidente do conselho de administração entre 1948 e 1963, e, no início, o prestigiado enólogo de Bordéus Eugène Hellis. Foi no entanto Fernando van Zeller Guedes a pessoa preocupada com todos os pormenores, desde a produção à garrafa (baixa e bojuda, inspirada no cantil dos soldados da I Guerra Mundial) e do rótulo à exportação. Para além disso, foi o criador de uma vasta rede de agentes espalhada pelos cinco continentes.

Em 21 de Julho de 1943 foram “provados e aprovados para venda” os primeiros vinhos da SOGRAPE, entre eles o Mateus Rosé, que se diz ter nascido nas noites de insónia de Fernando van Zeller Guedes passadas no Douro, provocadas pelo cansaço, pelos meios de deslocação utilizados (a pé e de burro) e pelas deficientes condições de alojamento. Foi nessas noites sem dormir que concebeu o projecto e o seu desenvolvimento.

Relativamente à marca Vila Real, que foi igualmente um dos primeiros vinhos lançados pela empresa, a Câmara Municipal facilitou, para além do uso do nome, a colocação das armas da cidade no rótulo. A SOGRAPE tinha pedido essa autorização por correspondência de 22 de Maio de 1943. A Câmara despacha favoravelmente em 29 de Maio e comunica o despacho à sociedade três dias depois.

Já relativamente ao Mateus (Rosé e Branco, de início) a negociação com o Conde de Mangualde foi mais complexa, estendendo-se ao longo de meses e culminando num contrato assinado em 22 de Fevereiro de 1944. Trinta anos depois, em 1974, o contrato foi renegociado, numa altura em que a empresa enfrentava novos desafios na área da exportação, que se iniciara em 1943 e que agora se viria a revelar importante para a promoção da Casa de Mateus, dado o “fenómeno comercial” que constituiu antes e depois de Abril de 1974. A este fenómeno estão igualmente associados,

entre outras pessoas, os descendentes dos seus fundadores, nomeadamente Fernando Guedes (1930), filho primogénito, com papel decisivo na modernização da SOGRAPE, responsável pela construção de novos centros de vinificação e engarrafamento (o de Vila Real, o primeiro deles todos, cuja laboração em pleno se iniciou em 1962, foi construído na Quinta de Cavernelho, na freguesia de Mateus, adquirida dois anos antes), e na resolução da crise accionista da década de 1980, altura em que evitou a venda da maioria das acções a estrangeiros; e mais recentemente os três filhos de Fernando Guedes: Salvador da Cunha Guedes (1957), Manuel Pedro da Cunha Guedes (1961) e Fernando da Cunha Guedes (1968).

Finalmente, refira-se que o impacto local da empresa fica também assinalado com a Marcha “SOGRAPE — Mateus Rosé”, de 1970, com letra e música do Padre Ângelo Minhava.

CASOS DE POLÍCIA NA VIRAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX

Paulo Mesquita Guimarães

Um dos fundos documentais mais esquecidos, no sentido de menos consultados, do Arquivo Distrital de Vila Real — instituição por onde passam obrigatoriamente os historiadores, investigadores e estudiosos e curiosos da história local e regional — é o relativo às corporações policiais de Vila Real, e em particular a documentação respeitante ao Corpo de Polícia Cívica. Este corpo foi criado pelo rei D. Luís, em 1867, na linha aliás de um movimento europeu de criação de polícias civis surgido após a Revolução Francesa, e é o precursor directo da actual Polícia de Segurança Pública, instituída na sequência da reestruturação do Corpo de Polícia Cívica, em 1927.

(Se quisermos deitar um olhar aos antecedentes do Corpo de Polícia Cívica, vamos encontrar a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, criada em 1760, e, também, criada no âmbito desta em 1801, por iniciativa do Intendente Pina Manique, a Guarda Real da Polícia.)

O Corpo de Polícia Cívica foi uma das instituições reformistas, entre muitas outras iniciativas operadas no séc. XVIII, que, promovendo «a cultura das disciplinas, o estímulo à educação e bem-estar», entendiam promover igualmente «a ‘razão’ e a ‘riqueza’, criando as condições materiais e intelectuais para a integração e cooperação de todos os membros da sociedade».

Os registos de ocorrências — os chamados «casos de polícia» — do final do séc. XIX, objecto da comunicação de hoje, constituem um óptimo acervo de informações e um precioso contributo para a história social e das mentalidades. Em particular tomaremos conhecimento de alguns tipos de criminalidade existentes à época e hoje inexistentes ou quase, assim como de outros que se mantêm actualíssimos e continuam a constituir preocupação da autoridade policial: rixas (algumas delas sob a forma de desacatos na via pública, por embriaguez — estado que se encontra também muitas vezes na origem de casos de violência doméstica), falsificação de papéis, bombas no rio para caçar peixe, falta de habilitações para o exercício de funções, crimes sexuais, furtos, contrabando, exposição de crianças (ainda bastante corrente na época), discussão entre prostitutas (que, quando exercendo a sua profissão enquadradas por um regulamento municipal e inscritas no registo policial, eram designadas por toleradas), etc.

Em 1867, ano da criação do Corpo de Polícia Cívica, sai a Carta de Lei que criava as condições para a construção de novas cadeias distritais, tendo a Câmara Municipal de Vila Real nomeado, em sessão de 26 de Outubro, três cidadãos escolhidos entre os quarenta maiores contribuintes do concelho para fazerem parte da comissão que, no âmbito do Governo Civil, promoveria a referida iniciativa (que acabaria por se concretizar apenas em 1941). Igualmente no âmbito do Governo Civil, foi concluída nesse mesmo ano de 1867 a primeira grande reforma toponímica do concelho, iniciada no ano anterior. A Câmara responsabilizou-se, entre diversas outras iniciativas, pela reposição do nome das ruas (encarregando disso o pintor José Ribeiro de Carvalho), dado ser essa uma medida de polícia urbana, e, por edital, alguns anos mais tarde, obrigou os proprietários das casas a colocar a numeração de

polícia nas respectivas portas.

Em Vila Real existiam, por essa altura, dezenas de guardas e cabos de polícia, espalhados pelas freguesias rurais e pelas duas freguesias urbanas (São Dinis e São Pedro). Na sede do concelho, a maior parte das ruas tinha mais de um cabo de polícia. Eram normalmente comerciantes e oficiais de diversos ofícios (alfaiates, ferreiros, espingardeiros, pedreiros, etc), moradores ou estabelecidos nas ruas a seu cargo, que podiam assim vigiar e manter em tranquilidade.

Eram dirigidos pelo Comissário da Polícia, cargo que desempenhava por inerência o Administrador do Concelho.

Alguns exemplos de ocorrências policiais registadas no final do séc. XIX:

— Uma pessoa que profere obscenidades na via pública e, admoestada por um cabo de polícia, empunha um podão e ameaça-o com ele.

— Um cocheiro que é mandado parar pela polícia no sítio da Fraga da Almotolia para ser revistado, verificando-se que levava três sacos de cigarros espanhóis de contrabando.

— Um homem que exerce a profissão de facultativo, receitando, sem habilitação legal para isso.

— Uma mulher que se aloja na hospedaria de Jerónimo Maria da Costa Rebelo e freta um coche ao alquilador André Garcia, tudo a crédito, dando como garantia um papel em que afirma ter um determinado depósito bancário, papel que se verificou ser falso.

— Um casal que expõe uma criança nas escadas do Hospício. (Note-se de novo que a exposição era uma prática corrente, embora ilegal, e a sua regulamentação constituía também uma preocupação da polícia, por forma a proteger as crianças. Foi com este espírito que Pina Manique, já no final do séc. XVIII, reconheceu a necessidade de criar um certo enquadramento para esta prática, e em Vila Real, em 1814, foi transferida a Casa da Roda dos Arcos do Tabulado para os baixos da Casa da Audiência — tribunais que funcionavam no edifício dos Paços do Concelho —, e se criou, em 1869, uma Comissão da Roda, assim como uma Roda-Hospício em 1874, e se elaborou um Regulamento dos Expostos no

Distrito de Vila Real, em 1882.)

— Um homem assalta uma capoeira, de onde furta 16 galinhas.

— Um sujeito que agride outro com um peso de balança de 1kg, numa loja.

— Um cavaleiro que atropela uma transeunte, na estrada nova, junto à ponte nova, e se põe em fuga.

— Um homem que lança dois tiros de dinamite no rio, sob a Ponte da Timpeira, para caçar peixe.

— Vendedores ambulantes que vendem azeite adulterado.

AO ENCONTRO DO ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO DO MUSEU DE VILA REAL

João Ribeiro da Silva

Com a inauguração, em 24 de Setembro de 2005, da Exposição Permanente de Arqueologia, completou-se a instalação do Museu de Arqueologia e Numismática de Vila Real, que funcionou até ao momento presente — não considerando a actividade da Área de Exposições Temporárias — apenas com um importantíssimo núcleo de numismática, na sua grande maioria romana, que, juntamente com o núcleo de arqueologia, constitui o legado do Padre João Parente, primeiro director do Museu (entre 1997 e 2002). Na verdade, os dois núcleos são fundamentalmente o espólio por ele recolhido ao longo dos últimos trinta anos e doado à Câmara Municipal de Vila Real, e algumas peças depositadas ou adquiridas por seu intermédio.

Constituem esse espólio um número apreciável de testemunhos da ocupação humana, ao longo dos tempos, do território que corresponde hoje a Trás-os-Montes. Entre eles, estão as peças recolhidas pelos Padres Rafael Rodrigues e José Brenha nos dólmenes do Alvão, sendo a autenticidade de algumas (como as pedras decoradas, pequenos ídolos e pedras com covinhas) ainda hoje objecto de polémica.

Do neolítico, integram o espólio os machados de Justes, um conjunto (por terem sido encontrados na mesma altura e no mesmo local) extraordinário que, por apresentarem sinais de pouco uso, se admite terem sido usados para fins rituais.

Do período castrejo, há um notável objecto de adorno associado ao poder dos chefes tribais, o torques de Rendufe (Valpaços), e, entre outras peças do mesmo período, a pedra formosa de Ribalonga (Alijó), uma das peças mais significativas do acervo, classificada como Bem de Interesse Público, constituída por dois fragmentos que no seu conjunto compõem aproximadamente meio arco de volta inteira, peça que fez parte do balneário de um castro.

Da época romana, há a notar a sepultura de incineração de Vila Marim, que actualmente faz parte, assim como outras peças, das reservas do Museu a integrar, no futuro, no núcleo permanente. Encontra-se nesta altura a sofrer obras de conservação e restauro (limpeza e consolidação). Trata-se de uma sepultura romana que, pelas suas características, devia estar em uso entre os sécs. I e III d.C.. Foi encontrada em 1976 no extremo norte da aldeia, no lugar do Outeiro das Pombas, em propriedade particular, quando o dono, Sr. Agostinho Fernandes da Costa, procedia à abertura dos caboucos da sua casa. É constituída por onze telhões (hoje fragmentados e alguns deles incompletos, por efeito não só das obras que trouxeram a sepultura à luz do dia, como do transporte). Esses telhões formavam uma caixa rectangular com as seguintes dimensões: 1,68 m de comprimento, 0,41 m de largura e 0,41 m e 0,56 m de altura, respectivamente nas paredes laterais e nas cabeceiras. A sepultura encontrava-se coberta de pedaços de cerâmica e pedras, configurando uma abóbada. No seu interior havia um vaso cerâmico, entre outras peças, e, segundo o Sr. Agostinho Fernandes da Costa, cinzas e carvões que infelizmente não foram preservados.

O BAIRRO NOVO DA CIDADE, À BOAVISTA

António Belém Lima

Desde pelo menos o séc. XIX que as forças vivas de Vila Real, incluindo as forças económicas e a imprensa, vinham chamando a atenção para as condições de insalubridade e falta de higiene da sede do concelho de Vila Real e para a necessidade de, entre outras medidas, promover a expansão urbana como forma de inverter a situação.

A ligação à Linha do Douro, no último quartel do séc. XIX e em particular a nova ponte que ligaria as duas margens do Corgo e promoveria uma deslocação fácil à futura estação do caminho-de-ferro da Linha do Corgo, são o primeiro passo de todo este processo, abrindo uma discussão pública, à volta de duas orientações possíveis de expansão urbana da futura cidade.

A primeira era na margem esquerda do Corgo, aproveitando as novas acessibilidades. Porém, talvez por falta de um plano de ordenamento inicial, essa expansão não foi além da construção de alguns chalets e palacetes fronteiros à Avenida das Tílias e à alameda de acesso à estação do caminho-de-ferro, de algumas construções junto a esta, dirigidas para a actividade comercial, nomeadamente a actividade hoteleira e de restauração, do projecto pioneiro de Virgínia Rosa Teixeira (Madame Brouillard) de construção de quatro belos edifícios na estrada para Folhadela (hoje Rua Madame Brouillard) e de algumas instalações dirigidas para a actividade industrial.

A segunda expansão, que aliás acabaria por preceder a primeira em termos de execução (a referida em primeiro lugar só vai acontecer verdadeiramente nos anos 80 do séc. XX), teve como antecedentes uma ideia do importante empreiteiro vila-realense de finais do séc. XIX e princípios do séc. XX, António Rodrigues Romualdo, que propõe em 1904 uma expansão orientada por uma avenida que, partindo do Pioledo, se estenderia até Montezelos, e o projecto do Bairro Novo da Cidade, à Boavista, de 1938, do Engº Manuel da Costa Pinto Barreto, na altura técnico da Câmara Municipal de Vila Real, que propôs pela primeira vez

na mesma área uma expansão planeada. A este propósito, na sequência do que fica dito, transcreve-se um texto publicado no Mapa de Arquitectura de Vila Real, da autoria de António Belém Lima, Elísio Amaral Neves e Filipe Jorge, editado pela ARGUMENTUM em 2004:

«(...) Mas só com o Ante-Plano Geral de Urbanização, do Arqº João António de Aguiar (em três versões, entre o final da década de 1940 e meados da década de 1960), se consolida o carácter homogéneo desta zona norte.

Num compromisso entre o voluntarismo moderno, o conforto da cidade-jardim e a marca monumental do Estado Novo (que na área construiu a Cadeia, de Cottinelli Temo, em 1941, e o Quartel do RI 13 em 1952, este de António Lino), o desenho urbano fixa o eixo Avenida Dom Dinis (entre o Mercado, a Escola Comercial e Industrial e a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição), estruturando de um e outro lado núcleos residenciais novos para as classes burguesas e liberais.

A nascente (anos 40 a 60), o traçado é mais pitoresco, com ruas arborizadas, acolhendo moradias unifamiliares, ao gosto “casa portuguesa” (Avenida Dom Dinis, nº 30), art déco (Avenida Dom Dinis, nº 4) ou moderno anos 50 (Rua de Santo António, nº 49, de Fernando Mesquita).

Para poente (anos 50 a 70), o traçado é mais racional, sendo relevantes as expressões moderno anos 50 e moderno anos 60, quer em moradias (Rua Rodrigo Álvares, nº 5, de António Teixeira Ferreira, e Rua Dom Afonso III, nºs 33 e 41, de Carlos Santelmo Gomes), quer na inédita banda contínua, de iniciativa municipal (Rua Santo Condestável, de Carlos Santelmo Gomes) ou em blocos de habitação colectiva de cêrcia baixa (Rua Morgado de Mateus, nºs 2 a 8, também de Carlos Santelmo Gomes).

A rotunda «beaux arts» do projecto de 1938, transforma-se num jardim de bairro abstracto, com um projecto pioneiro de paisagismo de Marques de Aguiar e António Viana Barreto (Arq. Paisagista), integrando a estátua do navegador Diogo Cão (1954-1958), pelo escultor académico-modernista Canto da Maia.

A zona envolvente da igreja e a Rua de Santa Iria (anos 80 e 90) densifica-se e inclui comércio e serviços, transformando decisivamente o carácter de tranquilidade residencial do plano de João António de Aguiar

em zona mista, alternativa ao centro tradicional.»

Finalmente, refira-se que o mencionado Ante-Plano inviabilizou, muito para além do 25 de Abril (embora haja algumas intervenções muito mais comedidas, que constituem a excepção à regra), projectos idênticos aos da chamada “arquitectura dos anos 70” que, em nome do progresso, promoveram a ruptura do tecido urbano, como seria o caso de um edifício designado de Bela Vista, que teria onze andares (projectado em Angola pelo Engº José António Sanches Soares, em 1972), a construir no gaveto de novas ruas a abrir na Quinta da Boavista, em terrenos da então chamada “Quinta do Teixeira”, outrora propriedade do Visconde de Trevões, Comendador Emídio José Ló Ferreira.

O TEATRO CIRCO

Vítor Nogueira

Os vila-realenses foram sempre considerados como tendo uma grande propensão e gosto pelo teatro, pela música e pelas artes em geral, circunstância que, aliada à existência da chamada «Corte de Trás-os-Montes» (expressão que, como dissemos noutra ocasião, «deve ser entendida não apenas em função da concentração de nobreza, na sua maioria ligada por vínculos de diversas naturezas à família dos Marqueses, mas também em função da influência da Casa de Vila Real (dos Marqueses de Vila Real) que era, depois da Casa Real, a mais importante de Portugal e a única que dispunha, à semelhança dos Duques de Bragança, da sua própria *Casa*, com capelão, fidalgos e oficiais»), favoreceu a criação precoce de locais de espectáculo em Vila Real, muito provavelmente já no séc. XVI.

No antigo Campo do Tabulado (e recordamos que tabulado significou em tempos palanque, palco, tablado e, como provincianismo trasmontano, um terreiro limitado por tapumes, em que se fazem touradas, cavalhadas, etc) teriam lugar as actividades já referidas e também torneios e danças

públicas. Fronteiro a ele, nos pátios do Palácio da Torre, propriedade da Casa dos Marqueses de Vila Real, tiveram muito provavelmente lugar as primeiras comédias, situação a que não devem ser estranhas as relações entre os Marqueses de Vila Real e Gil Vicente, o criador do teatro português, que a D. Pedro de Meneses (c. 1487-1543), segundo conde de Alcoutim e terceiro marquês de Vila Real, discípulo de Cataldo Áquila Sículo e latinista e humanista distinto, se refere elogiosamente, entre outras obras, na tragicomédia *Frágua de Amor*.

Quando os espectáculos teatrais saem do círculo restrito da corte e dos pátios das mais importantes casas nobres, ganhando características públicas e populares, Vila Real assistirá às comédias e outros espectáculos em parte da antiga Rua da Praça, mais propriamente no espaço hoje ocupado pelo Largo do Pelourinho, que recebia nessas ocasiões ligeiros arranjos para o efeito. As senhoras acomodavam-se nas janelas das casas de dois andares que cercavam o local. Na própria rua, montavam-se palanques de onde assistia o sexo masculino.

Muito provavelmente só no último quartel do séc. XVIII o local dos espectáculos passaria para o interior de edifícios adaptados ou a adaptar circunstancialmente, como os que funcionaram na Rua Nova, com entrada também pela Rua de Trás do Aljube, e no Trem. Até que, em 1846, João Pinto da Cunha, por alcunha o Cabanas, tio por afinidade de Camilo Castelo Branco, constrói de forma mais consistente um teatro, embora adaptando para o efeito uma ou mais casas de que era proprietário na Rua da Videira, futura Rua do Tribunal, hoje integrada na Avenida Carvalho Araújo, aproximadamente no local onde se encontra o Café Avenida e edifício anexo, onde funcionou a Auto Viação do Tâmega.

O Teatro de Vila Real, designação mais corrente por que ficou conhecida esta casa de espectáculos, estava instalado, como se disse, em casas ou barracões adaptados para o efeito, como de resto acontecia com a maior parte das salas de espectáculo do país nessa época, sofrendo durante a sua existência diversas obras de beneficiação e remodelação, que lhe permitiram receber, para além dos saraus literário-dramático-musicais organizados pela sociedade vila-realense (que, para o mesmo efeito, usava também outros espaços, com destaque naturalmente para as instalações dos

clubes sociais que desde o Inverno de 1807-1808 se criaram em Vila Real), os bailes e as companhias teatrais que foram surgindo logo que as estradas fontistas o permitiram. Ultrapassado tecnicamente, sem as condições de salubridade e segurança exigíveis e com uma capacidade que não satisfazia as exigências do aumento da população, acabou por encerrar em meados da década de 1880.

Vila Real havia-se entretanto transformado. As elites locais procuravam há muito uma alternativa ao decrépito Teatro de Vila Real. Os corpos cénicos de amadores sucediam-se, ganhando nesta altura particular relevo o da Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência (1884-1887).

Durante as Festas de Santo António, era vulgar instalarem-se teatros-barracões, no recinto do Calvário ou nas suas cercanias, para receberem as companhias contratadas, e inaugurara-se a 26 de Janeiro de 1889 o Teatro Salão (primeiro deste nome) na casa adquirida em Março de 1888 a Sebastião Maria da Nóbrega Júnior, na Rua D. Margarida Chaves, para nela instalar a Escola Azevedo. Neste ano de 1888, a sociedade vila-realense realiza no Edifício Municipal (onde se veio a instalar a Secretaria Militar do RI 13 e hoje funciona o departamento de Economia da UTAD) um espectáculo em benefício das famílias das vítimas do incêndio no Teatro Baquet, no Porto.

Em 9 de Agosto de 1889 é constituída a Empresa do Teatro Circo, uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com o objectivo de construir e explorar um teatro-circo. É uma sociedade por acções, em número de 700, no valor de 10\$000 cada, cuja escritura obriga a que a sua extinção só possa ocorrer em assembleia geral por accionistas que representem pelo menos 2/3 do capital social. Os seus sócios fundadores, constantes da escritura, são Albano da Costa Lobo, Francisco de Sales da Costa Lobo, Joaquim de Almeida e Silva, José Augusto de Barros, José de Oliveira, Luís Augusto Teixeira Lobato, Manuel da Costa Lobo, Anselmo Pereira Baía, António Lopes Martins e Domingos Vieira Ribeiro.

O teatro foi construído em terrenos da Quinta do Cedro, no Pioledo, adquiridos a D. Rita de Melo, e obrigou à deslocação da «casinha» (barreira) do Pioledo. Segue-se a elaboração do projecto, que é aprovado

pela Câmara Municipal em 26 de Dezembro de 1889, e depois a arrematação de diversas obras ao construtor Bernardo Leite dos Santos (não apareceram inicialmente licitantes para a cobertura metálica), que as iniciou logo em seguida.

Em 11 de Maio de 1891 os accionistas reúnem-se no palco do teatro ainda em construção, com o propósito de autorizarem a contracção de um empréstimo até ao valor de 6.500\$000 no Banco Comercial, Agrícola e Industrial de Vila Real para conclusão das obras (escritura lavrada só em 22 de Junho de 1892).

Em 1 de Janeiro de 1892, com o pretexto da celebração do primeiro aniversário da Associação dos Bombeiros Voluntários de Vila Real, o Teatro Circo, ainda inacabado, é inaugurado com a apresentação do drama histórico *D. António de Portugal*, por um grupo de amadores da referida associação, em que se distingue Avelino Patena, personalidade que pertencera ao corpo cénico da Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência e presidente da Câmara de Vila Real entre 2 de Janeiro de 1890 e 12 de Maio de 1891, e a actriz profissional Carlota Veloso, que veio propositadamente do Porto.

O Teatro Circo foi considerado uma muito boa casa de espectáculos, uma das melhores da província, e estava instalado num edifício elegante, com óptimas condições acústicas, boa capacidade (26 camarotes de 5 lugares cada, 4 frisas, 208 cadeiras, 170 lugares de superior e 300 de galeria), ventilação, palco espaçoso, plateia amovível de forma a poder transformar o recinto em pista para espectáculos de circo e bailes, alçapões accionados por molas para a apresentação de espectáculos de magia, amplo salão com bar para os intervalos, amplos corredores, entradas e saídas fáceis em caso de emergência.

Por ali passaram companhias espanholas de zarzuela, companhias de ópera e de circo, companhias equestres e de ginástica. Ali se realizaram bailes de máscaras (com destaque para os célebres Bailes da Carolina, entre 1905 e 1957), espectáculos de box, reuniões cívicas e políticas, os saraus do 1º de Dezembro promovidos pela Academia, concertos musicais e espectáculos de animatógrafo (e mais tarde de cinema) — pretexto para instalar a luz eléctrica no teatro —, tendo os primeiros tido lugar em 24 e

25 de Abril de 1897, pouco tempo depois dos realizados em Lisboa e no Porto. Ali representaram actores tão importantes como Ferreira da Silva, Erico Braga, Eduardo Brasão, Chaby Pinheiro, Ângela Pinto, Lucinda Simões, Maria Matos, Lucília Simões, Amélia Rey Colaço, Ilda Stichini, Adelina Abranches, Lucinda do Carmo, Ernesto Vale, Augusto Rosa, assim como o maestro Tomás Del Negro e companhias como as da actriz Maria Pia, de José Ricardo, do actor Oliveira, do Príncipe Real, do Teatro Carlos Alberto e do Teatro D. Afonso.

O Teatro Circo funcionou durante 65 anos, embora com dificuldades iniciais de natureza financeira a que sucederam uma penhora e consequente adjudicação em hasta pública pelo Banco Comercial, Agrícola e Industrial de Vila Real em 1898, muito provavelmente por 5 contos de réis. Por outro lado, no final, funcionou de forma muito irregular, tendo o Baile da Carolina de 1957 sido ali realizado a título excepcional, com o teatro já escorado.

A título de curiosidade, refira-se que foram seus proprietários, para além da sociedade inicial e do Banco: Duarte da Costa Tojeira, um africanista que se dedicou à vida comercial, que o adquiriu ao Banco em Novembro de 1903 por 4.500\$000 e colocou como gerente José Augusto Pinto de Barros, grande entusiasta das artes do espectáculo, comerciante e empregado do Banco de Portugal; após o falecimento de Duarte da Costa Tojeira, seu filho menor, João, que colocou como gerente Francisco Ferreira da Costa Agarez; em seguida, por aquisição, o Conde de Agarez, Francisco Alves Machado, grande benemérito que fizera enorme fortuna no Brasil; por morte deste, sua mãe, D. Maria da Glória Machado; os herdeiros desta; António Pereira do Espírito Santo, que o adquiriu em hasta pública nos autos de divisão de coisa comum dos referidos herdeiros; D. Ana Cesaltina Gonçalves do Poço Espírito Santo, viúva do anterior; e finalmente, na qualidade de herdeiros testamentários desta, João Avelino da Rocha Cunha e Serra, Pedro Maria da Cunha Serra e António Augusto da Rocha Cunha e Serra, sobrinhos-netos de Ana Cesaltina.

O último espectáculo teve lugar em 1957, já com o teatro em estado de grande decadência e a sofrer há muito a concorrência irreversível do Teatro Avenida (que foi inaugurado em 1930 e se pode considerar de algum

modo o prolongamento do Teatro Circo, já que a empresa proprietária deste possuía uma participação financeira naquele).

É obrigado a encerrar por falta de pano de ferro, medida que foi antecedida no tempo da decisão de rescindir o contrato com a empresa que promovia a sua exploração, invocando a necessidade de promover obras profundas de reabilitação e transformação. Mas tinha chegado a sua hora. Em Setembro de 1961 (ano em que provavelmente terá lugar a demolição do Teatro Circo), anuncia-se a construção pela empresa Guedol — Obras e Construções Civas, Ld^a, de que era sócio o Eng^o António José Sanches Soares, de um bloco de habitações em venda por andares (o primeiro do género a ser construído em Vila Real), a edificar no gaveto da Rua de Santa Sofia com a Avenida D. Dinis, no espaço até aí ocupado pelo Teatro Circo. A construção efectiva-se e a Câmara Municipal decide a alamedização do Largo do Pioledo, aspiração da cidade há mais de 40 anos, sugerindo a imprensa que fosse suprimido o Dispensário, se arborizasse e complementasse com jogos de água e arranjos nos arruamentos que dão acesso ao «Bairro Azul», que o mesmo é dizer ao Bairro Novo da Cidade, à Boavista.

DA ALAMEDA DO CAMINHO-DE-FERRO AO JARDIM DA ESTAÇÃO

Elísio Amaral Neves

Pelo menos desde o terceiro quartel do séc. XIX que se começaram a equacionar novas áreas de expansão urbana para Vila Real. Não era alheio a isso o crescimento demográfico; mas as razões principais seriam as deficientes condições de higiene e a insalubridade que se viviam na sede do concelho.

A opinião pública e os órgãos autárquicos dividem-se entre diversas soluções, orientadas quer para a margem direita, quer para a margem esquerda do Corgo.

Demos alguns exemplos.

Na década de 1870, e tendo como pretexto uma nova ponte sobre o Corgo, a localizar em Codessais, pensa-se em demolir uma parte significativa do Bairro dos Ferreiros e criar uma área de construção na margem direita do rio, que se estenderia até Codessais. A ideia não foi avante, sobretudo porque a população não via com bons olhos a demolição do Bairro dos Ferreiros.

Entre 1903 e 1904 surgem três novas ideias para a expansão urbana, duas delas também na margem direita do rio.

A primeira, de que foi responsável a Câmara Municipal de Vila Real, preconizava um bairro novo para São Dinis, orientado por uma rua que, partindo do edifício do Liceu, iria terminar defronte do cemitério público. A ideia também não vingou, não só porque se tratava de uma localização que não permitia ultrapassar os problemas de insalubridade (a simples presença do cemitério o limitava), mas também porque a Câmara não dispunha das avultadas verbas que se tornavam necessárias, para a expropriação dos terrenos e para a construção, e ainda porque era uma área já um tanto periférica em relação ao centro da vila.

A segunda foi avançada por um empreiteiro local, António Rodrigues Romualdo, que propunha uma expansão orientada por uma avenida que partia do Pioledo e se estendia até Montezelos. Ele próprio se propunha oferecer terrenos e negociar preços razoáveis com os outros proprietários. Não tendo prevalecido na altura, a ideia viria a concretizar-se em parte, mais de trinta anos depois, no âmbito da evolução do projecto do Bairro Novo da Cidade, à Boavista.

Finalmente, surgiu outra ideia, agora para a margem esquerda do Corgo e aproveitando as novas acessibilidades, como sejam a ligação ferroviária à Linha do Douro e a nova ponte que ligaria as duas margens do Corgo e facilitaria também a deslocação à futura estação do caminho-de-ferro da Linha do Vale do Corgo, inaugurada em 1906. Nesta solução — que na altura vai prevalecer, embora sem resultados significativos, já que só na década de 1980 (com a conclusão do Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro) se tornará realidade — foi investido muito dinheiro. Aliás, os empreendedores muito rapidamente geraram uma especulação sobre os

terrenos, obrigando a Câmara, alertada pela opinião pública e pela imprensa, a antecipar as negociações com os proprietários dos terrenos, de forma a garantir um espaço atractivo para os futuros empreendedores.

Também no início de 1903, o comerciante e vereador Custódio Correia Pereira, propôs em reunião de Câmara que se procedesse ao levantamento de uma planta topográfica dos terrenos imediatamente a seguir à nova ponte, na altura praticamente construída (foi inaugurada em Maio de 1904, embora só em Maio do ano seguinte aberta ao trânsito de veículos).

Em Março de 1903 terminaram os trabalhos de reconhecimento e replantação do traçado da linha-férrea entre a Régua e Vila Real, conservando-se a estação praticamente no mesmo local do projecto de 1897, de António Luís Gomes Branco de Moraes Sarmiento. Dizemos praticamente, porque, em relação ao projecto inicial, foi ligeiramente deslocada para poente, evitando dessa forma a expropriação de um prédio, construído por essa altura, pertencente ao comerciante José Augusto Pinto da Nóbrega, que no ano anterior havia sofrido um incêndio nas casas que possuía na Rua Direita, onde tinha comércio de mercearia e vinhos.

O Estado adquiriu ao Padre Dr. Jerónimo Amaral o terreno pertencente à Quinta de Prados, para a construção da estação e parte da via. A Câmara negociou, igualmente com o Dr. Jerónimo Amaral, terrenos para uma alameda que se propõe terraplenar e arborizar. Encravada nestes terrenos, existia uma parcela pertencente ao grande benemérito Joaquim Vitorino de Oliveira, que a oferece gratuitamente, assim como uma quantia em dinheiro para as obras de arborização — iniciativa de embelezamento do local com que a Câmara visava atrair novos empreendedores.

Em 1905 está praticamente concluída a avenida de acesso à estação — hoje Avenida 5 de Outubro — que foi ladeada por renques de tílias, árvores que dominavam e continuam a dominar aquela área.

Em 1906 a Câmara volta a abrir o processo de negociações, que se concretizam com a aquisição dos terrenos, sucedendo-se a construção da alameda, entre Janeiro e Agosto de 1907. Tudo isto exigiu um enorme esforço financeiro à autarquia, que investiu igualmente na iluminação da área e na aquisição de água para conservação da área intervencionada (oito

bocas de rega: quatro para a alameda e outras quatro para a avenida) e para um depósito-fontenário colocado posteriormente, embora ainda na década de 1900.

Esta alameda transformar-se-á, com a passagem do tempo, num jardim. Mas a sua vocação ultrapassa a de mero jardim, e ali se desenvolvem diversas actividades que foram transformando aquele espaço, de forma que se pode dizer que hoje, do desenho inicial, só os limites e as tílias se conservam.

Ao condicionar a construção à volta da alameda e da avenida de acesso à estação do caminho-de-ferro, a Câmara teve de criar condições para novos empreendedores, em arruamentos já existentes nas proximidades ou rasgados para esse fim. Assim, em 1907, promoveu a reparação da Estrada Municipal nº 1, entre o Cruzeiro dos Três Lagares e a povoação de Folhadela. Aproximadamente três anos depois, mandou alargar, com as rectificações e alinhamentos necessários, o troço desta mesma estrada entre a passagem de nível e o lugar de Tourinhas, já que no mesmo iam ser construídos os quatro belos edifícios de Madame Brouillard, que por essa época construiu também, na Rua Dr. Augusto Rua (então Alameda Roçadas), o seu Palacete das Virtudes. Ainda em 1907, a Câmara iniciou a terraplenagem, motivada pelo aparecimento de novos empreendedores, da actual Rua Jerónimo Amaral, no troço entre a estação do caminho-de-ferro e a Meia Laranja.

Índice

<i>Nota introdutória à 2.^a edição</i>	5
<i>Tesouro de Vila Marim</i> João Ribeiro Parente	7
<i>Coisas de farmácia</i> A. M. Pires Cabral	8
<i>Acta da sessão de 20-XI-1888 da Junta Geral do Distrito de Vila Real</i> Elísio Amaral Neves	9
<i>Fotografia de Carlos Relvas (1891)</i> Elísio Amaral Neves	10
<i>Carro da bomba</i> Artur Costa / Rodrigo Botelho de Araújo	12
<i>Salvados da Casa das Quartas (Incêndio de 1 de Janeiro de 1973)</i> Pedro Abreu Peixoto	14
<i>Planta do camarim da tribuna</i> António Belém Lima	16
<i>“Voz Evangélica (...)” por Frei Francisco Vieira</i> A. M. Pires Cabral	16
<i>Covilhetes de Vila Real</i> Elísio Amaral Neves	17
<i>As últimas imagens do Augusto de Castilho</i> Manuel Rebelo Cardona	17
<i>Memórias do Convento de São Francisco</i> Manuel José da Silva Gonçalves	18
<i>Álbum de recordações de Catarina Máxima de Figueiredo</i> (A comunicadora não pôde estar presente)	18
<i>Bandeira monárquica, 1919</i> A. M. Pires Cabral	19

<i>Vista do lado sul (Des. de P. G. D'Oliveira, de 1868)</i>	21
Elísio Amaral Neves	
<i>Machados de Justes</i>	24
João Gonçalves Costa	
<i>Colecção de cartazes de espectáculos de 1892 a 1910 de José Augusto Pinto de Barros</i>	25
Elísio Amaral Neves	
<i>Imagens de roca</i>	27
João Ribeiro Parente	
<i>Um auto-retrato de João Baptista Ribeiro</i>	29
Elísio Amaral Neves	
<i>Certidão de mamposteiro-mor dos cativos da comarca de Vila Real</i>	31
Elísio Amaral Neves	
<i>1.ª Edição do "Agostinho de Ceuta"</i>	33
A. M. Pires Cabral	
<i>Colchas</i>	35
Elísio Amaral Neves	
<i>Brinquinhos de Bisalhães e fotografia da Feira dos Pucarinhos (ANAC-1888)</i>	37
Elísio Amaral Neves	
<i>Salvados da colecção numismática do dr. Henrique Botelho (Incêndio de 29 de Junho de 1906)</i>	39
Elísio Amaral Neves	
<i>Garotos de Vila Real</i>	41
José Borges Rebelo	
<i>Carro-andor do Senhor do Calvário</i>	42
Elísio Amaral Neves	
<i>Otílio Figueiredo, músico amador</i>	43
Paulo Vaz de Carvalho	
<i>O culto de Santa Luzia em Vila Real</i>	44
Frederico Amaral Neves	
<i>Correspondência com o poeta Alberto Miranda</i>	45
A. M. Pires Cabral	

<i>Armas de caça</i>	46
Albano Ribeiro de Sousa / João Montes / João Ribeiro Parente / Manuel Vaz de Carvalho / Salvador Ribeiro Parente	
<i>Correspondência sobre Panóias do dr. José Leite de Vasconcelos para o dr. Francisco de Sales da Costa Lobo</i>	47
Elísio Amaral Neves	
<i>Flagrantes de um povo</i>	48
Duarte Carvalho	
<i>Emílio Biel e Vila Real</i>	49
Vítor Nogueira	
<i>Espólio de Euclides Portugal</i>	51
Elísio Amaral Neves	
<i>Rolo de caricaturas de Aureliano Barrigas</i>	53
Elísio Amaral Neves	
<i>Memória de Carvalho Araújo</i>	56
Elísio Amaral Neves	
<i>O “Livro de Madame Brouillard — Divinação do Passado, Presente e Futuro”</i>	58
A. M. Pires Cabral	
<i>Pasta de curso e batina de Monsenhor Jerónimo Amaral</i> .	61
Nuno Botelho	
<i>Habilitações para editor da Imprensa Periódica</i>	
<i>Vila-realense (séc. XIX)</i>	64
Elísio Amaral Neves	
<i>O Mercado Fechado de 1885 (Fotografia).</i>	67
Elísio Amaral Neves	
<i>O Relógio do Povo</i>	69
Elísio Amaral Neves	
<i>A Participação de V. Real na Revolta de 3 a 7 de Fevereiro de 1927</i>	73
Nuno Botelho	
<i>Cédulas emitidas em Vila Real (1917-1925)</i>	76
Mário Santos de Almeida	

<i>Viagens em Diligência</i>	79
A. M. Pires Cabral	
<i>Vila Real e a emigração para o Brasil (1880-1920)</i>	81
Vítor Nogueira	
<i>Antónia Baptista de Sousa, escritora em braille</i>	84
Frederico Amaral Neves	
<i>O 25 de Abril de 1974 em Vila Real</i>	87
Aires Querubim de Meneses Soares / Henrique Maria dos Santos / José Daniel Barros Adão / José João Pinhações de Bianchi / Júlio Augusto Morais Montalvão Machado / Tomaz Rebelo do Espírito Santo “Fidalgos e Morgados de Vila Real e seu Termo”, do dr. Júlio Teixeira	88
Luiz Vaz de Sampayo	
<i>O Mausoléu de Camilo</i>	90
A. M. Pires Cabral	
<i>Do Marão ao Alvão: Memórias de Diabos, Olharapos e Moiras Encantadas</i>	93
Alexandre Parafita	
<i>Toponímia vila-realense</i>	94
Elísio Amaral Neves	
<i>Tábua com a Imagem de Santo António do Esquecido</i>	96
Elísio Amaral Neves	
<i>Regulamento dos Expostos no Distrito de Vila Real</i>	98
Elísio Amaral Neves	
<i>1.º Congresso Trasmontano</i>	100
Elísio Amaral Neves	
<i>O futebol em Vila Real na primeira metade do século XX</i>	103
Vítor Nogueira	
<i>Representações de Vila Real nas exposições agrícolas e industriais do séc. XIX</i>	105
Elísio Amaral Neves	
<i>Padre Filipe C. de M. Borges, antiquário e coleccionador.</i>	107
Nuno Botelho	

<i>António Custódio da Silva, livreiro e encadernador</i>	110
Elísio Amaral Neves	
<i>Transformações da intimidade</i>	112
Maria Teresa Guimarães	
<i>Alcunhas de Vila Real</i>	114
Joaquim Magalhães dos Santos	
<i>Figuras populares de Vila Real</i>	116
Elísio Amaral Neves	
<i>Hotel Vilarealense</i>	118
Elísio Amaral Neves	
<i>Marcha de Vila Real</i>	120
Ângelo do Carmo Minhava	
<i>Balança para pesar cera, da Capela da Misericórdia</i>	121
Elísio Amaral Neves	
<i>200 anos de clubes sociais em Vila Real</i>	123
Elísio Amaral Neves	
<i>Vila Real nos anos 50 do séc. XIX</i>	126
Elísio Amaral Neves	
<i>Otílio Figueiredo, médico e artista</i>	128
A. M. Pires Cabral	
<i>As tascas e os petiscos de Vila Real</i>	131
Elísio Amaral Neves	
<i>Armandinho da Tojeira, filantropo diletante</i>	135
Maria Hercília Agarez	
<i>Vila Real, cidade em transição</i>	137
Duarte Carvalho	
<i>A família Vaz de Carvalho, cinco gerações de músicos</i>	137
Vítor Nogueira	
<i>Marius, fotógrafo de Vila Real</i>	140
Elísio Amaral Neves	
<i>O Roubo dos Diamantes</i>	143
Elísio Amaral Neves	
<i>Sociedade Columbófila de Vila Real</i>	146
Frederico Amaral Neves	

<i>Da “Flor da Cidade” à “Pastelaria Gomes”</i>	150
Elísio Amaral Neves	
<i>Feira dos Pucarinhos</i>	153
Elísio Amaral Neves	
<i>Apelidos de Vila Real</i>	156
Joaquim Magalhães dos Santos	
<i>A fábrica de moagens de José de Carvalho Araújo Júnior</i> .	157
Vítor Nogueira	
<i>Vila Real há cem anos</i>	159
Elísio Amaral Neves	
<i>António Lopes Mendes, testemunhos de Vila Real</i> . . .	161
Elísio Amaral Neves	
<i>Manuel Duarte d’Almeida, poeta vila-realense</i>	164
A. M. Pires Cabral	
<i>Avelino Patena</i>	168
Vítor Nogueira	
<i>Património florístico do Marão, Alvão e Campeã</i> . . .	172
José Alves Ribeiro	
<i>O movimento escutista em Vila Real</i>	173
Elísio Amaral Neves	
<i>Conhecer a Biblioteca do Liceu de Vila Real</i>	177
Elísio Amaral Neves /	
Frederico Amaral Neves /	
Maria Hercília Agarez / Vítor Nogueira	
<i>O uso da capa e batina no Liceu de Vila Real</i>	180
Elísio Amaral Neves	
<i>Os últimos anos das Portas da Vila</i>	183
Elísio Amaral Neves	
<i>Quatro colecionadores, quatro documentos</i>	186
Albertino Correia / Ângelo Sequeira /	
Maria Filipa Borges de Azevedo /	
Joaquim Barreira Gonçalves	
<i>Box em Vila Real</i>	188
Elísio Amaral Neves	

<i>O ciclone de 15 de Fevereiro de 1941</i>	192
Vítor Nogueira	
<i>O Santuário de Nossa Senhora de Lurdes</i>	195
Elísio Amaral Neves	
<i>Manuel Cardona, pedagogo antes de tudo</i>	198
A. M. Pires Cabral	
<i>Mau tempo na Peneda</i>	201
Elísio Amaral Neves	
<i>Imagens filmadas das primeiras corridas de automóveis no Circuito de Vila Real entre 1931 e 1936</i>	203
António Meneres	
<i>Afonso Duarte, poeta e professor em Vila Real</i>	204
Frederico Amaral Neves	
<i>As águas de Vila Real</i>	208
Frederico Amaral Neves / Vítor Nogueira	
<i>O jornalismo em Vila Real durante a Ditadura Militar</i>	213
Elísio Amaral Neves	
<i>Torga e Vila Real: os lugares e as gentes</i>	215
Maria Hercília Agarez	
<i>“Arte da Pintura” por Filipe Nunes</i>	217
Elísio Amaral Neves	
<i>Quartel do RI 13: curiosidades da construção</i>	219
Maria Hercília Agarez	
<i>Biblioteca Municipal de Vila Real</i>	223
Elísio Amaral Neves	
<i>O futebol em Vila Real</i>	226
Elísio Amaral Neves	
<i>A Casa Lapão</i>	229
Elísio Amaral Neves	
<i>Os Bailes da Carolina</i>	232
Elísio Amaral Neves	
<i>Partida do RI 13 para a Guerra</i>	237
A. M. Pires Cabral	

<i>A Estátua de Vila Real</i>	241
Elísio Amaral Neves	
<i>Os Paços do Concelho ao longo dos tempos</i>	244
Elísio Amaral Neves	
<i>O Convento de São Francisco</i>	247
Vítor Nogueira	
<i>Gastronomia vila-realense</i>	250
Elísio Amaral Neves	
<i>João Campos, poeta da “Presença”</i>	253
Frederico Amaral Neves	
<i>O Santo Soldado</i>	258
Elísio Amaral Neves	
<i>Heráldica vila-realense</i>	261
Joaquim Barreira Gonçalves	
<i>A Capela de Santo António</i>	264
Elísio Amaral Neves	
<i>Escola Conde de Ferreira</i>	266
Vítor Nogueira	
<i>Bairro de Santa Margarida</i>	269
Duarte Carvalho	
<i>A Associação Trasmontana de Instrução e Beneficência</i>	272
Elísio Amaral Neves	
<i>Aquiles de Almeida, colecionador vila-realense</i>	276
Elísio Amaral Neves	
<i>Passado ao espelho</i>	279
Alexandre Ramires	
<i>O terceiro Marquês de Vila Real</i>	280
Vítor Nogueira	
<i>Lucinda Chiscaria, parteira</i>	282
Maria Hercília Agarez	
<i>Ex-votos da Capela de Nossa Senhora de Almodena</i>	283
Duarte Carvalho	
<i>Evocação da Rua do Jogo da Bola na 2.^a met.^{de} do séc. XX</i>	284
Fernando Meneses	

<i>“A saudação pastoral do primeiro bispo” de Vila Real</i>	286
A. M. Pires Cabral	
<i>São Martinho de Mateus</i>	289
Frederico Amaral Neves	
<i>Vereações de Vila Real em 1541</i>	292
Álvaro Pinto	
<i>“O Dilúculo”, folha de literatura e instrução</i>	294
A. M. Pires Cabral	
<i>O 31 de Janeiro em Vila Real</i>	298
Joaquim Ribeiro Aires	
<i>Camilo e a Taça</i>	302
Elísio Amaral Neves	
<i>O Hospital da Divina Providência</i>	307
Elísio Amaral Neves	
<i>Frederico, apelido de grandes alfaiates de Vila Real</i>	311
Elísio Amaral Neves	
<i>A Festa de São Brás</i>	316
Duarte Carvalho	
<i>Stuart Carvalhais — Antecedentes artísticos e contexto do seu nascimento em Vila Real</i>	318
Elísio Amaral Neves	
<i>“O Echo”, órgão do Partido Progressista</i>	322
Vítor Nogueira	
<i>O torques de Rendufe e outros tesouros do Museu de Vila Real</i>	325
João Ribeiro da Silva	
<i>Aspectos da vida comercial</i>	328
Joaquim Barreira Gonçalves	
<i>José Cabral Teixeira de Moraes</i>	331
A. M. Pires Cabral	
<i>A fábrica de sabão “A Trasmontana”</i>	335
Albertino Correia	

<i>A candidatura de Humberto Delgado em Vila Real</i>	338
Frederico Amaral Neves	
<i>Evocação da Rua Direita na 2.ª metade do séc. XX</i>	342
Álvaro Magalhães dos Santos	
<i>A Avenida Almeida Lucena</i>	344
Vítor Nogueira	
<i>O ciclismo em Vila Real</i>	347
Elísio Amaral Neves	
<i>Os vila-realenses regressam de férias</i>	352
Elísio Amaral Neves	
<i>Instituições sociais em Vila Real nas décadas de 1930 e 1940</i>	355
Maria Hercília Agarez	
<i>O Colégio Moderno de S. José</i>	359
Elísio Amaral Neves	
<i>Camilo Castelo Branco e a Cadeia da Relação</i>	365
A. M. Pires Cabral	
<i>Sousa Costa e Vila Real</i>	369
Frederico Amaral Neves	
<i>Cem anos de postais ilustrados em Vila Real</i>	373
Elísio Amaral Neves	
<i>O Bairro Latino</i>	376
Fernando Meneses	
<i>Antecedentes do aeródromo de Vila Real</i>	380
Elísio Amaral Neves	
<i>Vila Real em 1904</i>	384
Elísio Amaral Neves	
<i>Barreiras e guarda-barreiras em Vila Real</i>	388
Elísio Amaral Neves	
<i>A caminho do núcleo museológico da Ordem Terceira de S. Francisco</i>	391
Albertino Correia / Duarte Carvalho	
<i>A Festa de S. Lázaro</i>	394
Frederico Amaral Neves	

<i>Ponte de Santa Margarida</i>	397
Elísio Amaral Neves	
<i>O Corgo e os escritores</i>	401
A. M. Pires Cabral	
<i>Fábrica de curtumes “Aleoo”</i>	403
Vítor Nogueira	
<i>Luiz José Ribeiro, 1.º Barão de Palma</i>	408
Elísio Amaral Neves	
<i>Regresso ao arquivo de Aquiles Ferreira de Almeida.</i>	410
Elísio Amaral Neves	
<i>Capela de São João da Fraga</i>	412
Elísio Amaral Neves	
<i>Bandeira da Academia Vila-Realense</i>	415
Elísio Amaral Neves	
<i>Cascata da Peneda</i>	418
Duarte Carvalho / Elísio Amaral Neves	
<i>O Natal há cem anos.</i>	420
Elísio Amaral Neves	
<i>A curva da alegria</i>	422
Elísio Amaral Neves / José Borges Rebelo	
<i>Camilo e Vila Real</i>	424
A. M. Pires Cabral	
<i>Heitor Correia de Matos, director de “O Vilarealense”</i>	427
Nuno Botelho	
<i>Histórias de Vila Real</i>	431
Carlos Fernandes / Francisco Edgar Ferreira	
<i>Em Vila Real só se come vitela</i>	434
Elísio Amaral Neves	
<i>Elisa Baptista de Sousa Pedroso, notável pianista vila-realense</i>	437
Elísio Amaral Neves	
<i>Do Campo do Tabulado à Avenida Carvalho Araújo</i>	441
Elísio Amaral Neves	

<i>O culto do Padre Cruz em Vila Real</i>	446
Nuno Botelho	
<i>Sampaio e Melo, personalidade mítica de Vila Real</i>	450
Elísio Amaral Neves	
<i>Festa de Nossa Senhora de Guadalupe</i>	454
Duarte Carvalho / Frederico Amaral Neves	
<i>A música em Vila Real, algumas achegas para a sua história</i>	458
Elísio Amaral Neves	
<i>A procissão do Senhor Jesus do Calvário</i>	462
Elísio Amaral Neves	
<i>O culto de São Frutuoso na Igreja de Santa Maria da Feira de Constantim</i>	465
Frederico Amaral Neves	
<i>Histórias de Vila Real</i>	470
Carlos Fernandes / Francisco Edgar Ferreira	
<i>D. Carlos Maria Isidro de Bourbon, pretendente ao trono de Espanha — Memórias da sua passagem por Vila Real</i>	471
Elísio Amaral Neves	
<i>História do Mateus Rosé</i>	473
Gaspar Martins Pereira	
<i>Casos de polícia na viragem do século XIX para o século XX</i>	476
Paulo Mesquita Guimarães	
<i>Ao encontro do espólio arqueológico do Museu de Vila Real</i>	479
João Ribeiro da Silva	
<i>O Bairro Novo da Cidade, à Boavista</i>	481
António Belém Lima	
<i>O Teatro Circo</i>	483
Vítor Nogueira	
<i>Da Alameda do Caminho-de-ferro ao Jardim da Estação</i>	488
Elísio Amaral Neves	

Título: Vila Real — História ao Café

Autores: Elísio Amaral Neves e A. M. Pires Cabral

Edição: Grémio Literário Vila-Realense / Câmara Municipal de Vila Real

Tiragem: 1.000 exemplares

Vila Real, Julho de 2013 (2.ª Edição revista)

Depósito Legal: 361607/13

ISBN: 978-989-8653-03-1

Composto e impresso: Minerva Transmontana, Tip., Lda. - Vila Real

